

UEM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

LAÍS PACIFICO MARTINELLI

**PELOS ESTUDANTES E PARA OS ESTUDANTES: A INSTRUÇÃO E A
LITERATURA NOS PERIÓDICOS ESTUDANTIS BRASILEIROS (1870-
1880)**

LAÍS PACIFICO MARTINELLI

**MARINGÁ
2020**

2020

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**PELOS ESTUDANTES E PARA OS ESTUDANTES: A INSTRUÇÃO E A
LITERATURA NOS PERIÓDICOS ESTUDANTIS BRASILEIROS (1870-
1880)**

LAÍS PACIFICO MARTINELI

**MARINGÁ
2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**PELOS ESTUDANTES E PARA OS ESTUDANTES: A INSTRUÇÃO E A
LITERATURA NOS PERIÓDICOS ESTUDANTIS BRASILEIROS (1870-1880)**

Tese apresentada por LAÍS PACIFICO MARTINELI, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador(a):

Prof^(a). Dr(a).: MARIA CRISTINA GOMES MACHADO

MARINGÁ
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M385p

Martineli, Laís Pacifico

Pelos estudantes e para os estudantes : a instrução e a literatura nos periódicos
estudantis brasileiros (1870-1880) / Laís Pacifico Martineli. -- Maringá, PR, 2020.
406 f.: il., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado.
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Jornais e periódicos estudantis. 2. História da educação - Brasil. 3. Educação. 4.
Imprensa estudantil. 5. Literatura. I. Machado, Maria Cristina Gomes, orient. II.
Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 23.ed. 370.981

Síntique Raquel Eleutério - CRB 9/1641

LAÍS PACIFICO MARTINELI

**PELOS ESTUDANTES E PARA OS ESTUDANTES: A INSTRUÇÃO E A
LITERATURA NOS PERIÓDICOS ESTUDANTIS BRASILEIROS (1870-1880)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maria Cristina Gomes Machado (Orientador) – UEM

Prof. Dr. Ana Clara Bortoleto Nery – UNESP - Marília

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto – UFU - Uberlândia

Prof. Dr. Analete Regina Schelbauer – UEM

Prof. Dr. Elaine Rodrigues – UEM

Prof. Dr. Alessandro Santos da Rocha – UEM (suplente)

24/04/2020

Dedico este trabalho às mulheres, em especial às que eu amo.

AGRADECIMENTOS

Pode parecer que uma tese é escrita por duas mãos (as minhas), ou quatro (minhas e da minha orientadora, Cris). Porém, simbolicamente, seriam incontáveis as mãos que sustentam esse trabalho. Por isso meus agradecimentos estão tão longos. Sou agraciada por muitas mãos habilidosas e fortes que me sustentaram até aqui.

Meus pais, Telma e Adilson. Hoje agradeço por cada batida na porta chamando para um cafezinho, e por cada martelada na marcenaria improvisada no quintal, pois me fizeram sair um pouco do difícil “mundo da tese”. Eles sustentaram (e suportaram) juntos a dor de ver uma filha mulher que optou por sair casa. Nem uma tese com o dobro ou o triplo de páginas dessa seria suficiente para agradecer o apoio que recebo a cada novo passo, cada nova empreitada. Tenho plena consciência de que seria impossível chegar até aqui sem que vocês me dessem a mão e me ensinassem o melhor caminho.

Pai, dizem que sou seu espelho. Não imagina meu imenso orgulho em ser comparada a uma pessoa como você, que é o farol da nossa família, aquele que nos dá total segurança para seguir em frente, aquele que diz o sim e não exatamente no momento mais propício a ser dito. Sua sabedoria, honestidade, fidelidade à família e aos amigos me inspiram todos os dias.

Mãe, nesse momento em que perdemos as mulheres que amamos e nos inspiramos (a vó Vilma, a tia Rosa, a Magó), inevitavelmente me recordo do seu papel em minha vida. Aprendi e aprendo com você o que é ser mulher nesse mundo, pois você é a mais incrível que conheci. Aprendo a ser mãe amorosa, que não erra e nunca errou; aprendo a ser educadora, que cumpre sua função com maestria, generosidade, amor; aprendo a ser pesquisadora e trabalhadora, nesse país em que as mulheres são provadas a todo momento. Suas muitas faces, mãe, me dão a certeza de que tenho ao meu lado a pessoa mais forte, mais generosa, mais humana, companheira, amiga, sensível, doce... amo tanto você!

Meus irmãos, Éllis, o meu Éi, e Guilherme, o meu Biro, a quem nutro o amor mais intenso que existe dentro de mim. Caminhar nessa vida com vocês torna tudo mais feliz, mais divertido, mais leve. Minha vida e meu coração são todinhos de vocês.

Agradeço as minhas mulheres:

- Gabriela Cagnini, meu ponto de equilíbrio, meu porto-seguro, para quem eu corro nos melhores e nos piores momentos. Bibi, você consegue, todos os dias, minimizar nossa distância, me sustentar, mesmo de tão longe. Obrigada por viver e comemorar essa tese

comigo, em cada linha escrita, quando finalmente saí do Maranhão... Viver esse processo seria difícil e pesado se você não estivesse caminhando ao meu lado. Ao Matheus, meu afilhado e homem maravilhoso.

- Aline Silva, amiga fiel de tantos anos, que posso contar em qualquer circunstância. Obrigada por me ajudar, em todas as etapas que enfrentei até hoje, seja me acalmando, me aconselhando, ou colocando a mão na massa. Seu apoio foi essencial para que eu conseguisse cumprir todas as etapas.

- Tayara, Hellyery e Andressa, minhas amigas de infância. Tayara, minha farmacêutica particular, obrigada por cuidar da minha saúde e da saúde da minha família toda, por ser tão generosa, doce e sensível. Por fazer sempre por amor. Lely, minha consultora literária particular e um dos maiores exemplos de mulher forte, que ultrapassa as barreiras mais impossíveis. Andressa, companheira de jornada, que me deu meu bem mais precioso, o Murilo.

- Mariama. Nos unimos em um momento de profunda dor. Hoje tenho a certeza de que nossos laços são verdadeiros e, por isso, eternos. Você é gigante, Ma, como foi sua mãe, Kaká.

- Elisângela, minha irmã mais velha. O doutorado me presenteou e presenteou toda minha família com você. Nutro por você um amor fraterno e infinito. Suas palavras confortam, seu sorriso ilumina, seu abraço nos fortalece. Obrigada por ser tanto!

- Ligiane, pelos debates teóricos à distância. Me lembro bem daquela conversa que tivemos no shopping e de como nos tornamos cúmplices para tudo a partir de então. Sororidade. Te agradeço pelas mensagens de preocupação e apoio que me enviou todas as semanas. Você é um exemplo para mim, Ligi.

- As mulheres da família Pacífico Martineli: minhas avós, Vilma e Odete; tia Rosa; tia Ma; tia Tânia; Audrey, Júlia, Marina, Mariana, Beatriz, Lila e Andressa; Preta e Mariana. Por ter um pedacinho bom de cada uma de vocês no que sou hoje.

- À minha madrinha, Tânia, por me inspirar como mãe, filha, esposa, madrinha, pedagoga, pesquisadora, militante.

- À Karen e Giulia, por chegarem há tão pouco tempo e ocuparem um espaço tão imenso no meu coração.

- À Leda e vó Ângela, por cuidarem de mim como se cuida de uma filha.

- À Leonice, por ser exemplo de mãe e mulher que não se deixa abater por nada. Por fazer parte dessa família e por cuidar de nós.

- À Vanessa, minha professora de pilates. Por cuidar de muitas dores, por ser amiga de anos. Obrigada pela dedicação e amor que sempre cuidou de mim.

- À Magó, por ter emanado amor puro por onde passou. Por nos deixar um legado. Por nos dar força para seguir.

Aos meus garotos:

- Álvaro, Rafael, José Carlos, João Marcelo, meus primos-irmãos.

- Aos meu tio Almir, por dedicar sua vida aos sobrinhos. Ao tio Tony (meu padrinho) e tio Tedy.

- Ao Marcos Verdeiro, homem mais sensível e generoso que tenho o prazer de ter como amigo. Tudo com você é mais divertido e colorido, anjo.

- Ao Felipe. Fefe, você acompanhou esse processo desde o começo e não tenho dúvidas que sem você não chegaria no final. Você me impulsionou, me jogou para frente, mostrou que sou capaz, que posso fazer o que quiser (até dirigir na estrada), limpou minhas lágrimas, me fez rir, me carregou. Obrigada por ter compartilhado parte da sua vida comigo!

Agradeço aos amigos que fiz na UEM:

- Aos membros dos grupos GEPHEIINSE e do HEDUCULTES (sou híbrida): Sérgio, Taís, Ligiane, Gizeli, André, Talitiane, Isabel, Edna, José Ricardo, Raquel, Andreia, Thaís Arrebola, Daniela, Elisângela, Daniella Marques, Joyce, Patrícia. Muitas partes dessa tese tiveram origem nas nossas discussões no grupo. Obrigada!

- Às professoras do GEPHEIINSE e HEDUCULTES, Maria Cristina, Analete, Elaine, Ednéia, professoras essas que estão comigo desde a graduação. Devo muito a vocês.

- À Gizeli, por ter revisado minha tese. Gi, nunca deixei de te dizer, e repito. Você soma ao nosso grupo. É uma mulher super-poderosa, que fez uma tese, concursos, artigos, e o Guigui. Sua força e dedicação são inspiradores. Obrigada por cuidar da minha tese (e de mim por tabela), e por ser tão generosa com nosso grupo.

- Ao Hugo, nosso secretário. Todos sabem que o programa não funcionaria se não fosse sua competência e humanidade. Obrigada por resolver nossos problemas, por ser nosso churrasqueiro e por fazer as melhores feijoadas. Você é incrível, Hugo.

Aos membros que compõe a banca, Ana Clara Nery, Wenceslau, Elaine, Analete e Alessandro. Obrigada pela dedicação na leitura o trabalho e pelas importantes contribuições desde a qualificação.

À Elaine Rodrigues, por ter aceitado me orientar no início dessa longa jornada, por sua generosidade, sensibilidade e humanidade. Você, com sua sensibilidade, conseguiu ver meu sofrimento, quando ninguém mais via (nem eu mesma). Você abriu mão em uma situação que poucas pessoas abririam, simplesmente por amor e generosidade. Não há palavras que me ajudem a expressar minha gratidão e amor por você.

À minha orientadora, Maria Cristina, por fazer infinitamente mais do que é designado a um orientador. Por cumprir papel de mãe, de psicóloga, de conselheira, de melhor amiga. Por dividir o fardo, por tornar o caminho mais brando, por ser refrigério. Por nos divertir, por nos instigar. Por ser uma orientadora e pesquisadora que dá o máximo de si. Por dividir, compartilhar o que tem de melhor. Por ser generosa como ninguém. Por ter me formado professora e pesquisadora. Por dividir comigo o Cláudio, a Vivi, o Bilbinho e a Gaia, o Fofão e o Zeus. Cris, o que Monteiro Lobato uniu, ninguém separará. Meu amor, gratidão e admiração por você são incomensuráveis.

RESUMO

Os jornais estudantis brasileiros das décadas de 1870 e 1880, sua literatura e seus textos instrutivos são o objeto de estudo dessa tese. Nos debruçamos sobre os periódicos estudantis *A mocidade* (1875/1876) e *Revista Juvenil* (1876/1877) da província do Maranhão; *O Aspirante* (1881/1882) e *Chrysalida* (1887/1888/1889) do Rio de Janeiro; *A opinião* (1887) e *A Idea* (1888) do Paraná, para analisar o papel dessas produções enquanto materiais de leitura criados pelos estudantes para os estudantes, com destaque em seus textos literários e instrutivos. Assim delimitamos, pois na década de 1870 ocorreu um aumento significativo no número de publicações desses periódicos no Brasil, e essa prática consolidou-se na década de 1880. Para alcançar esses objetivos, buscamos situar e historicizar o movimento efervescente da produção desses materiais e sob quais condições históricas foram criados, além de elucidarmos o teor dos textos literários e instrutivos desses periódicos, no que tange suas características e seus temas. Procuramos responder, nessa pesquisa, as seguintes problemáticas: Por que, na década de 1870, a produção periódica estudantil ascendeu? Quais seriam as características, as temáticas priorizadas, e os gêneros textuais contemplados nos textos publicados nos jornais estudantis de 1870 e 1880? Qual era o teor dos textos literários publicados nos jornais estudantis das décadas de 1870 e 1880 que levaram Leonardo Arroyo a classificá-los como a pré-história da literatura infanto-juvenil brasileira? A imprensa, enquanto fonte, exige um trato metodológico singular. Elaboramos fichas para identificar, além dos dados técnicos, a que grupo social esses estudantes pertenciam, e os objetivos para tal empreendimento. No caso específico dessa pesquisa, buscamos, nos seis jornais, as recorrências observadas em todos eles. Para isso, realizamos a descrição das fontes, que nos evidenciou que escrever textos literários e instrutivos era uma prática recorrente dos estudantes. Aproximamos esses jornais de seu contexto histórico, por acreditarmos que sem os nexos com a totalidade histórica e com as contradições a ela inerentes, não é possível uma apreensão coerente da educação brasileira no século XIX, tão pouco das especificidades desses periódicos, já que, para nós, considerar a educação como um processo particular da realidade, sem a veiculação com as relações sociais e suas contradições, é o mesmo que considerá-la como um universo separado. No século XIX, a imprensa, a literatura e a educação cumpriram o papel de auxiliar na construção da nação e da nacionalidade brasileira. Por isso, os temas relacionados ao Brasil foram protagonistas na imprensa e na literatura. A educação tinha a finalidade de educar a população, incutindo valores morais, necessários à nação, além de formar o trabalhador nacional. Com base na pesquisa, mostramos, nessa tese, que os jornais estudantis eram materiais elaborados pelos estudantes para os estudantes, constituídos de textos instrutivos e literários. Os textos de caráter instrutivo debatiam, criticamente, a instrução do período, e os textos para instrução almejavam formar intelectual e moralmente seus leitores. Esses textos revelam que os estudantes não eram passivos, mas engajados e críticos com as questões de seu tempo, sobretudo, com a educação, que, para eles, tinha a literatura por base. Além disso, atuando como verdadeiros literatos, produziam textos literários originais, cujas características aproximavam-se do Romantismo, e, por meio deles, preenchiavam a carência de literatura para a juventude brasileira no final do regime imperial. Assim, a produção periódica estudantil dos anos finais do século XIX pode ser considerada como uma das fases iniciais da história da literatura infanto-juvenil brasileira, ou, conforme Arroyo, como a pré-história da literatura infanto-juvenil brasileira.

Palavras-chave: Educação; História da Educação; Imprensa estudantil; Instrução; Literatura.

ABSTRACT

The Brazilian student journal of the 1870s and 1880s, their literature and their instructional texts are the aims of study of this thesis. We studied the student journals *A mocidade* (1875/1876) and *Revista Juvenil* (1876/1877) from the state of Maranhão; *O Aspirante* (1881/1882) and *Chrysalida* (1887/1888/1889) of Rio de Janeiro; *A Opinião* (1887) and *A Idea* (1888) of Paraná. Thus, we analyzed these student journal that was published in the 1870s and 1880s. The role of these productions as reading materials created by the students for the other study colleagues were the highlight in their literary and instructional texts. There was a significant increase in the number of publications of these journals in Brazil in the 1870s. This practice was consolidated in the 1880s. In order to achieve these aims, we seek to situate and historicize the effervescent movement of the production of these materials and under which historical conditions were created, in addition to elucidating the content of the literary and instructional texts of these journals, with regard to its characteristics and its themes. In order to achieve these objectives, we seek to situate and historicize the effervescent movement of the production of these materials and the historical conditions that were created. In addition to elucidating this aspect, the content of the literary and instructional texts of these journals and their characteristics and their themes were also elucidated. In this research we answer the following questions: Why did the periodic student production ascend in the 1870s? What would be the characteristics, prioritized themes and discursive genres contemplated in the texts published in student journals of 1870 and 1880? What was the content of the literary texts published in the student journals of the 1870s and 1880s that led Leonardo Arroyo to classify them as the prehistory of Brazilian children's literature? The press demands a unique methodological treatment as a source. In addition to the technical data, we prepared forms to identify which social group these students belonged to and the objectives for this venture. In the specific case of this research we searched in the six journals the recurrences observed in all of them. For this, we performed the description of the sources that showed us that writing literary and instructional texts was a recurrent practice of the students. We approach these journals from their historical context because we believe that without the links with the historical totality and the contradictions inherent to it, a coherent apprehension of Brazilian education in the 19th century is not possible. In this sense, this also occurs in the specificities of these journals because we consider education as a particular process of reality without the dissemination with social relations and their contradictions. According to this understanding, it is the same as considering it as a separate universe. The press, literature and education fulfilled the role of assisting in the construction of the nation and Brazilian nationality in the 19th century. Therefore, the themes related to Brazil were protagonists in the press and literature. Education had the purpose of educating the population, instilling moral values necessary for the nation, in addition to forming the national worker. Based on the research we showed in this thesis that student journals were materials elaborated by students for other study colleagues, consisting of instructional and literary texts. The texts of an instructive character debated the instruction of the period and the texts for instruction aimed to form intellectually and morally their readers critically. These texts reveal that the students were not passive but engaged and critical with the questions of their time that for them had literature as a basis. In addition, acting as true literati produced original literary texts whose characteristics approached Romanticism period. For this reason, they filled the lack of literature for Brazilian youth at the end of the imperial regime. Thus, the journal student production of the late 19th century can be considered as one of the early stages of the history of Brazilian children's literature. According to Arroyo, as the prehistory of Brazilian children's literature.

Keywords: Education; History of Education; Student press; Instruction; Literature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeira página do jornal <i>A Mocidade</i>	81
Figura 2 - Primeiro número do jornal <i>Revista Juvenil: jornal litterario, critico e noticioso</i> (1876)	86
Figura 3 - Primeiro número do jornal <i>O Aspirante: Periodico litterario e artístico dos alumnos do Lycêu de Artes e Officios</i> (1881)	91
Figura 4 - Segundo número do jornal <i>Chrysalida: Jornal scientifico, litterario e critico</i> (1887-1889).....	93
Figura 5 - Primeiro número do jornal <i>A opinião: órgão dos estudantes</i> (1887).....	97
Figura 6 - Anúncio sobre o colégio <i>Parthenon Paranaense</i> no jornal <i>Dezenove de Dezembro</i>	101
Figura 7 - Anúncio do colégio <i>Parthenon Paranaense</i> de 28 de dezembro de 1889.....	104
Figura 8 - Primeira página do jornal paranaense <i>A Idea</i>	106
Figura 9 - Assinatura manuscrita do pseudônimo de Dario Velloso. A primeira foi retirada do quarto número do jornal <i>A Opinião</i> e a segunda do primeiro número do jornal <i>A Idea</i>	111
Figura 10 – Número do periódico <i>A Idea</i> em que Dario Velloso (<i>Aramis</i>) foi colocado como redator.....	111
Figura 11 - Cabeçalho do primeiro número do periódico <i>O Aspirante</i>	239
Figura 12 - Primeira página do número 16, em homenagem à princesa imperial regente, Isabel.....	288
Figura 13 - Capa da quarta edição do jornal <i>A Opinião</i> , dedicado a homenagear o Visconde do Rio Branco.....	294
Figura 14 - Primeira página do décimo quinto número do periódico <i>A Ideia</i>	319
Figura 15 - Primeira página do décimo sétimo número do periódico <i>A Ideia</i>	321
Figura 16 - Poema dedicado a Alvares de Azevedo.....	353
Figura 17 – Poema <i>Dolor</i> , cujo em que o tema é a morte.	378

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Título, local, ano de publicação e número de edições dos periódicos disponíveis para a pesquisa.....	24
Quadro 2 - Título, local, ano de publicação e números disponíveis dos jornais estudantis e juvenis oitocentistas, a partir da busca por palavras-chave:	37
Quadro 3 - Número de produções por década	40
Quadro 4 - Locais de publicação dos periódicos	41
Quadro 5 - Cidades onde os jornais foram produzidos	42
Quadro 6 - Autoras que publicaram no periódico <i>Chrysalida</i>	94
Quadro 7 - Autores que publicaram nos jornais paranaenses.....	107
Quadro 8 - Principais temas abordados nos jornais maranhenses por edição	161
Quadro 9 - Artigos ou trechos em que a instrução foi abordada nos jornais maranhenses A Mocidade e Revista Juvenil.....	164
Quadro 10 - Principais pontos dos artigos “A perfectibilidade humana”, de S., e “A imperfectibilidade humana”, de Nemo.	166
Quadro 11 - Artigos e trechos críticos nos jornais maranhenses A Mocidade e Revista Juvenil.	184
Quadro 12 - Artigos moralizantes publicados no jornal A Mocidade e Revista Juvenil:	224
Quadro 13 - Artigos/textos com temas científicos publicados no periódico <i>O Aspirante</i>	250
Quadro 14 - Provérbios publicados no jornal <i>O Aspirante</i>	269
Quadro 15 – Títulos, autores e gêneros literários presentes nos jornais estudantis.....	327

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.1. Primeiras indagações: a origem da pesquisa	17
1.2. Agulhas no palheiro: caminho metodológico para rastrear os jornais estudantis.....	19
1.3. As fontes	23
1.4. Problemas a serem respondidos.....	25
1.5. Os objetivos	25
1.6. A tese	25
1.7. A justificativa	26
1.8. O que já estudaram sobre o tema?	28
1.9. Metodologia: a pesquisa com imprensa	30
1.10. A organização do trabalho	34
2. A IMPRENSA ESTUDANTIL BRASILEIRA DO SÉCULO XIX E O SEU PROTAGONISMO	36
2.1. Mapeamento dos jornais estudantis: a produção periódica estudantil e juvenil oitocentista.....	36
2.1.1. Quanto ao título	39
2.1.2. Quanto ao período de publicação	40
2.1.3. Quanto aos locais de publicação.....	41
2.2. Sociedade e Imprensa no século XIX.....	44
2.2.1. A constituição dos Estados Nacionais	45
2.2.2. As singularidades brasileiras: a história do Brasil no período imperial	53
2.2.3. A imprensa imperial brasileira	69
2.3. As experiências provinciais na produção de jornais estudantis.....	78
2.3.1. Os jornais estudantis da província do Maranhão.....	79
2.3.1.1. <i>A Mocidade</i> : jornal litterario, critico e noticioso.....	79
2.3.1.2. <i>Revista Juvenil</i> : Jornal litterario, critico e noticioso (1876).....	85
2.3.2. Os jornais estudantis do Rio de Janeiro.....	89
2.3.2.1. <i>O Aspirante</i> : Periodico Litterario e Artistico dos alumnos do Lycêo de Artes e Officios (1881)	89
2.3.2.2. <i>Chrysalida</i> : Jornal do Collegio Santa Thereza (1887)	92
2.3.3. Os jornais estudantis paranaenses	96
2.3.3.1. <i>A Opinião</i> : órgão dos estudantes (1887)	96
2.3.3.2. <i>A Idea</i> : orgam do Club dos Estudantes (1888).....	105
2.4. A finalidade dos jornais estudantis: “E’ pois a instituição de um jornal essencialmente <i>litterario e instructivo</i> que intentamos”	112
3. SOBRE A INSTRUÇÃO E PARA A INSTRUÇÃO: OS TEXTOS DE CARÁTER INSTRUTIVO NOS PERIÓDICOS ESTUDANTIS	117
3.1. A educação no regime imperial brasileiro	117
3.1.1. A visibilidade da educação no Brasil imperial: as políticas educacionais oitocentistas	118
3.1.2. A invenção do Brasil: o papel da educação na construção da nação e da nacionalidade brasileira	121
3.1.3. O ensino secundário no Império brasileiro.....	128
3.2. O debate acerca da instrução nos periódicos estudantis	141
3.2.1 “...la jeunesse... est la fleur de tout la nation. C’est dans le fleur qu’il faut préparer les fruits”: a instrução como meio de preparar o jovem para o futuro	141
3.2.2. A educação nos jornais estudantis do Maranhão, do Rio de Janeiro e do Paraná	146
3.2.2.1. Os estudantes maranhenses e a educação	147

3.2.2.1.1. “[...] porque basta para ver as vantagens da educação a respeito das sciencias, e das artes, considerar sò a differença que ella põe não só entre homens, e homens, mas entre nação e nações”:	A instrução em foco.....	163
3.2.2.1.2. “O nosso jornal é critico, os artigos críticos a que nelle temos dado publicidade não estam, no nosso humilde pensar, fora do nosso programma”:	Artigos críticos: o engajamento dos estudantes maranhenses.....	181
3.2.2.1.3. “[...] o primeiro bem do homem deve ser a verdade: verdade na moral, que determina os deveres que têm os homens a cumprir nessa vida [...]”:	A educação moral.....	223
3.2.3.2. Os jornais estudantis do Rio de Janeiro: a educação popular e a educação do sexo feminino.....		238
3.2.2.2.1. “Do povo para o povo”:	A educação popular no jornal <i>O Aspirante</i>	239
3.2.2.2.2. “Engrandeça-se a pátria pela elevação da família e regenere-se a família pela educação da mulher”:	A educação da mulher em <i>O Aspirante</i> e <i>Chrysalida</i>	263
3.2.2.3. “Não há homem que deixe de amar a sua Pátria: todos a querem ver grande, seja ella qual fôr. Mas, qual o meio?”:	a educação cívico-patriótica nos jornais estudantis paranaenses.....	290
4. A LITERATURA INFANTO-JUVENIL DO SÉCULO XIX: OS TEXTOS LITERÁRIOS DOS JORNAIS ESTUDANTIS.....		326
4.1. “No paiz aonde não poder existir jornal litterario, é porque n’esse paiz não se preza nem pode existir a litteratura”:	A centralidade da literatura nos jornais estudantis.....	327
4.2. Poemas e contos nos jornais estudantis e suas características: o romantismo em questão.....		343
4.2.1. “[...] poesia é a electricidade da alma humana”:	os poemas nos jornais estudantis.....	353
4.2.2. Os contos nos jornais estudantis.....		379
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		390
6. REFERÊNCIAS.....		398

1. INTRODUÇÃO

Nem ha a admirar que grande numero de jornaes litterarios appareçam á arena e logo se occultem, porem entre os lenções da eternidade. Pobres águias com vida de relâmpago, curtas, porem offuscantes.

Já lá se vão tantos jornaes, fructos de jovens estudantes, os quaes inda que valentes e intrépidas no seu caminhar, cahiram na pardacenta poeira do esquecimento, abatidos pela mão asquerosa do indifferentismo. (REVISTA JUVENIL)

No escopo de não permitir que os jornais estudantis produzidos a partir de meados do século XIX caiam na “pardacenta poeira do esquecimento”, nessa pesquisa, damos visibilidade a essas produções. Dessa forma, **os jornais estudantis brasileiros das décadas de 1870 e 1880, sua literatura e seus textos instrutivos** são o objeto de estudo dessa tese.

1.1. Primeiras indagações: a origem da pesquisa

A escolha desse objeto é decorrente de um caminho de estudos sobre a história da literatura infanto-juvenil brasileira e sua relação com a educação, que teve início na graduação e foi aprofundada no mestrado. Na dissertação intitulada *Monteiro Lobato e a Educação: da crítica à produção e uma nova literatura infantil brasileira* (2014), investigamos a perspectiva de Monteiro Lobato (1882-1948) acerca da produção literária para a criança existente no Brasil nos anos iniciais da República, que o levou a criar uma literatura infantil com um novo teor pedagógico consoante aos ideais escolanovistas.

Naquela pesquisa, com base nas críticas de Lobato acerca da literatura infanto-juvenil de seu tempo, identificamos e elencamos os livros direcionadas à infância brasileira que vieram ao público antes da publicação dos literatura infanto-juvenil de Lobato (1920), livros estes que são considerados por muitos autores como a fase inicial da literatura infantil no país¹. A análise de alguns dos livros evidenciou que eram livros escolares, de caráter cívico-patriótico, e que não possuíam os critérios considerados por Lobato como essenciais em uma

¹ Lajolo e Zilberman (1999), por exemplo, compreendem que a “literatura infantil brasileira só veio a surgir muito tempo depois, quase no século XIX” (p. 23). Essas autoras reconheceram que ocorreram publicações de livros à infância nos primeiros anos do século XIX, mas eran “insuficientes para caracterizar uma produção literárias brasileira regular para a infância” (LAJOLO, ZILBERMAN, 1999, p. 24).

obra literária infantil, como, por exemplo, o estímulo à imaginação e o foco nos interesses infantis.

Com base nessa experiência, algumas indagações relacionadas a historiografia dedicada à história da literatura infanto-juvenil brasileira nos instigaram, sobretudo após a leitura do livro de Leonardo Arroyo, *Literatura Infantil Brasileira*, publicado pela primeira vez em 1968. Nesse estudo, Arroyo (2011) apontou a publicação de uma imprensa escolar e infantil, no decorrer do período compreendido com o Império brasileiro, em províncias de norte a sul do Brasil. Foi uma imprensa publicada, portanto, antes da publicação dos livros escolares cívico-patrióticos.

No quinto capítulo de seu livro, sob o título “A imprensa escolar e infantil”, Arroyo (2011) catalogou os títulos dos periódicos elaborados pelos adultos destinados à leitura da infância (imprensa infantil) e os elaborados pela infância e juventude nas instituições de ensino do período (imprensa escolar). Nesse momento, porém, o autor não teve a intenção de realizar uma análise do conteúdo desses periódicos, mas de apontar sua existência. A tomar pelo número de produtos desse gênero pontuado pelo autor, acreditávamos que esses jornais foram, se não o principal, um importante material de leitura para a infância e juventude brasileira do período imperial.

No capítulo mencionado, Arroyo esclareceu que a produção de jornais infantis e escolares foi efervescente, e que não se podia quantificar com exatidão quantos deles foram publicados. Manifestaram-se em todo Brasil, com maior expressão em algumas regiões que outras, e revelam “[...] um esforço nacionalizante e, ao mesmo tempo, popular da cultura” (ARROYO, 2011, p. 192). Embora sejam periódicos de pouca duração, a quantidade de iniciativas em produzi-los nos revela um público carente de leitura e ensino. Arroyo atribuiu a esse material um peso relevante:

É fácil compreender-se a importância da imprensa em todo o processo de formação e desenvolvimento da literatura infantil brasileira. Em uma época em que praticamente a literatura oral ainda exercia notável influência e era mesmo o instrumento lúcido e instrutivo por excelência da meninada do Brasil, os primeiros jornais dedicados às crianças não só despertavam o interesse do pequeno leitor, por meio do instrumento de cultura que representavam, como também se constituíam em veículos galvanizadores de vocação e de discussão de problemas e questões relativas ao aprendizado escolar. Os jornais infantis marcaram bem determinado período da literatura infantil brasileira. Para a formação das coordenadas da literatura infantil brasileira, a criação de um campo propício à sua evolução – sem nunca esquecer aqui a importância fundamental do desenvolvimento da educação e do ensino – para sua base, se assim podemos exprimir, foi a imprensa para

crianças e jovens, imprensa não só na forma de jornal, como na forma de revistas (ARROYO, 2011, p. 179).

O autor relacionou, portanto, a imprensa infantil e escolar com a literatura infantil, apontando-a como aquela que formava as coordenadas da literatura infantil brasileira e criava um campo propício para sua evolução. A importância conferida por ele a essa imprensa o levou a considerá-la como a **pré-história da literatura infantil brasileira** (ARROYO, 2011). Diante dessas constatações, nos questionávamos sobre a existência de uma literatura infanto-juvenil produzida durante o Império brasileiro, e o porquê de os autores que pesquisavam a história da literatura infanto-juvenil brasileira desconsiderarem o período de publicação dessa imprensa infantil e escolar como parte da história da literatura para esse público.

Em decorrência do valor atribuído por esse autor a essas produções periódicas, julgamos necessária uma pesquisa que as localizassem, para uma investigação de suas características e dos tipos de textos nelas publicadas, e, com base nela, fortalecer ou não a ideia do autor de que se constituíam como a pré-história da literatura infantil no Brasil. Para isso, iniciamos o processo de localização desses jornais.

1.2. Agulhas no palheiro: caminho metodológico para rastrear os jornais estudantis

Optamos por selecionar as fontes da Hemeroteca Digital da BNDigital², uma plataforma *online* que reúne milhares de periódicos brasileiros produzidos desde os primórdios da imprensa brasileira. No acervo da Hemeroteca Digital estão reunidos periódicos nacionais, enviados por bibliotecas parceiras de todo o país. Por isso, acreditamos que a pesquisa por meio dessa plataforma nos ofereceria um panorama nacional dos periódicos infantis e escolares do século XIX, sem que recorrêssemos a visita nas bibliotecas físicas.

O intuito inicial era vasculhar na Hemeroteca a existência de jornais infantis (imprensa infantil) às crianças brasileiras do século XIX. Nos perguntávamos sobre uma possível produção de periódicos que os adultos produziam para a leitura infantil no século XIX,

² No site da Biblioteca Nacional Digital, explicam que a “BNDigital foi lançada pela Biblioteca Nacional em abril de 2006. Seu acervo inicial era formado pelos projetos temáticos de digitalização criados a partir de 2001, cerca de três mil documentos digitais. Hoje a BNDigital oferece livre acesso a mais de um milhão e meio de documentos, nos mais variados tipos e suportes, como livros, fotografias, mapas, manuscritos e periódicos. Em 2012 a BNDigital criou a Hemeroteca Digital Brasileira, o mais importante portal de pesquisa on line em periódicos do país. A Hemeroteca proporciona atualmente pesquisas textuais em mais de 13 milhões de páginas de mais de cinco mil jornais e revistas digitalizados, abrangendo todo o período de existência da imprensa no Brasil”.

período anterior ao que a história da literatura infantil costuma delimitar como o início desse gênero no Brasil. Porém, assim como Luca (2008, p. 1), “[...] o curso originalmente imaginado acabou significativamente alterado”, pois em uma busca preliminar no sítio da Hemeroteca, encontramos poucos exemplares da imprensa infantil, mas uma intensa produção periódica estudantil no período.

No primeiro momento, optamos por realizar a busca por meio dos títulos. Definimos, então, como palavras-chave, aquelas que faziam referência ao público infantil, como: educação; instrução (redigido no século XIX como “instrucção”); infância e infantil; criança; mocidade, estudante/estudantil; juventude/juvenil, escola (“eschola” no século XIX); moça, menina; belo-sexo. Dessa busca, selecionamos 19 jornais, que foram classificados como “Jornais de adultos para crianças” (jornais infantis), “jornais estudantis” e “jornais para o bello-sexo”. Dos 19 jornais, apenas três eram jornais infantis, 12 eram jornais escolares (elaborados por estudantes nas instituições de ensino) e 4 eram jornais para as meninas (belo-sexo).

Nos chamou a atenção o elevado número de jornais escritos por estudantes que, em boa parte, frequentavam o ensino secundário. Frente a isso, optamos por eleger a “imprensa escolar” como objeto de nossa pesquisa. Por esse motivo, foi necessário realizar uma nova busca na Hemeroteca, redefinindo as palavras-chave e estabelecendo critérios de seleção de nossas fontes. O processo de seleção e definição das fontes não aconteceu, portanto, fortuitamente.

Consagramos quatro critérios principais para seleção das fontes, criados após a manipulação inicial dos jornais. Os critérios para seleção definidos foram: 1) disponibilidade de acesso aos jornais na Hemeroteca Digital Brasileira³; 2) o período de publicação corresponder ao regime imperial⁴; 3) o jornal apresentar algum vínculo com instituições de ensino primário ou secundário, isto é, ser escolar, ou seus redatores declararem-se estudantes⁵; 4) os números de edições que cada jornal publicou ser igual ou superior a oito números.

³ Conforme explicamos anteriormente, consideramos que, devido a quantidade de jornais que compõe o acervo da Hemeroteca, e pelo fato de o projeto ser nacional (já que recebe periódicos de bibliotecas parceiras de todo o Brasil), a investigação por meio dessa plataforma nos oferecia um panorama nacional desse gênero no país. Importante frisar a existência de outros acervos no país, que podem conter outros periódicos estudantis do período. É uma pesquisa limitada e que de forma alguma expressa a totalidade de jornais estudantis brasileiros do século XIX. Isso significa que é uma pesquisa preliminar, que abre portas para outras futuras, em outros acervos, que podem encorpar o mapeamento dos jornais estudantis brasileiros do século XIX.

⁴ Essa delimitação aconteceu em decorrência de nossa opção em investigar a existência de uma literatura infanto-juvenil no século XIX, anterior as publicações dos livros da época de Monteiro Lobato.

⁵ Entendemos que, para que um jornal fosse “escolar”, deveria ser elaborado por estudantes. Por isso a exigência de uma vinculação com instituições de ensino.

As palavras para a nova busca por palavras-chave escolhidas foram aquelas que, de alguma forma, remetiam à educação, aos estudantes, à mocidade, e às instituições de ensino: educação; instrução/instrucção; infância; infantil; mocidade; estudante (s); estudantil (is); juventude; juvenil; escola/ eschola; escolar/eschola; escolástico/escholastico (a); estudo; ensino; colégio/collegio; colegial/colegial; lyceu; ginásio/gymnasio; alunos/alumnos. Essa busca revelou um número de **214 periódicos** dos mais variados tipos e formatos, como documentos oficiais (boletins, anais, entre outros) e periódicos de diferentes tipos (alguns escritos para adultos, crianças, jovens, estudantes de ensino superior ou da mocidade estudiosa).

Esses 214 periódicos passaram por outro filtro, o segundo critério, do período histórico de publicação, que deveria se enquadrar no período do regime imperial. Obtivemos como resultado 124 jornais publicados no Império e 90 do período republicano⁶. Dos 124 publicados no Império, 84 deles eram de 1870 e 1880, isto é, aproximadamente 70%. Após a constatação de que o maior número da produção de periódicos escolares foi publicado a partir de 1870, **delimitamos essa pesquisa nas duas últimas décadas do regime imperial, isto é, nas décadas de 1870 e 1880.**

Em seguida, realizamos a leitura da primeira edição dos 124 periódicos selecionados, procurando indícios, em seu conteúdo, de que eram jornais escolares. Pela leitura preliminar dos periódicos, identificamos que existiam jornais escritos por estudantes, dentro das instituições escolares que frequentavam, como uma atividade escolar. Outros, porém, eram escritos por iniciativa autônoma dos alunos, isto é, desvinculado da escola, geralmente das associações literárias que eram sócios.

Por isso, entendemos que os jornais que buscávamos deveriam receber uma denominação distinta daquela cunhada por Leonardo Arroyo: passamos então a chamá-los de “periódicos estudantis”. Isso porquê, a alcunha de “periódicos escolares”, dada pelo autor, liga a sua escrita necessariamente a uma instituição escolar. Quando os chamamos de “periódicos estudantis”, valoriza-se o sujeito que escreveu, os estudantes, e não de onde se escreveu. Assim, por essa nomenclatura, mostramos que seus redatores eram os estudantes e a produção desses materiais acontecia dentro ou fora da escola. Dessa forma, os jornais

⁶ Notamos, assim, que o período republicano, assim como o regime imperial, é um solo fértil para pesquisas acerca dos periódicos estudantis, a exemplo das que já existem, como as pesquisas de Bastos e Ermel (2013), intitulada *O jornal “A Voz da Escola”: escritas infantis dos do Colégio Elementar Souza Lobo (Porto Alegre/RS – 1934/1940)*; e o trabalho de Amaral (2003) *Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)*.

estudantis podem ser escolares ou não, dependendo, portanto, do vínculo institucional estabelecido no momento de sua elaboração e publicação.

Essa pesquisa nos evidenciou outro tipo de jornal: os jornais escritos por jovens, sem que eles se declarassem estudantes ou sem a clara vinculação com alguma instituição de ensino. Chamamos esses jornais de **periódicos juvenis**. Nóvoa (1997) classificou os periódicos juvenis na categoria de imprensa de “educação não-formal”⁷. Dessa categoria, deriva uma subcategoria, denominada pelo autor como “Movimentos da Juventude”. Segundo ele, esse tipo de imprensa, “[...] confirma o reforço do enquadramento social (moral, religioso e ideológico) das atividades de tempos livres das crianças e dos jovens” (NÓVOA, 1997, p. 26). Essa categoria de imprensa de educação e ensino (educação não-formal) e subcategoria (Movimentos da Juventude) foram criadas mediante um trato minucioso realizado pelo autor acerca da imprensa de educação e ensino em Portugal. Ela pode ser adotada por nós, no tratamento com a imprensa dos jovens no Brasil, na medida em que o teor dessas publicações periódicas no Brasil em muitos se assemelham às publicações portuguesas.

Apesar do nosso estudo delimitar a produção periódica estudantil, consideramos a elucidação do movimento de produção de jornais pela juventude importante, pois são fontes ricas que merecem uma pesquisa aprofundada⁸. O contingente expressivo de jornais juvenis, sobretudo, na segunda metade do século XIX, revela que escrever e ler jornais elaborados pela própria juventude, estudantil ou não, era uma demanda daquele período, uma necessidade de expressão da juventude brasileira e de leitura, que se demonstrava tanto dentro das instituições de ensino quanto fora dela.

Os jornais estudantis escolares eram dirigidos por algum adulto da instituição escolar, e, por isso, nem sempre a escrita do aluno era livre, pois era cerceada pelo adulto, e atendia aos seus projetos educacionais. Os periódicos estudantis não escolares, por sua vez, expressavam o livre pensamento dos alunos, sem o direcionamento dos adultos. Ambas, contudo, eram escritas por estudantes e tinham como um de seus interlocutores o próprio aluno, isto é, os alunos escreviam para seus pares. Dessa busca, identificamos 32 periódicos estudantis, escolares ou não.

Para um recorte final e definitivo, utilizamos o critério de número de edições, ou aqueles jornais que constituíssem uma série longa para análise. Arnaut de Toledo e Skalinsky

⁷ Dentro dessa categoria, foram elaboradas algumas subcategorias que dela derivam: crianças e jovens; movimentos de juventude; educação familiar; educação da mulher e educação dos adultos.

⁸ Jinzenji (2017) apresentou uma pesquisa, em estágio inicial, que se debruça sobre alguns periódicos juvenis.

Junior (2012, p. 263) esclarecem que o que os pesquisadores devem considerar, ao eleger a imprensa como fonte histórica:

[...] um procedimento que não pode ser negligenciado pelo pesquisador é o de constituir uma série longa para análise. Ao selecionar um periódico para estudo, é importante que se tome um período suficientemente longo de publicação a ponto de garantir interpretações que não sejam apenas pontuais. Com isto, torna-se possível a constituição de unidades de análise generalizáveis, o que permite a apreensão de continuidades ou descontinuidades. Ou seja, as séries longas possibilitam que a pesquisa encontre o posicionamento majoritário do período estudado ou suas modificações. O que, ao menos a princípio, reduziria substancialmente o risco de se tomar o todo pela parte.

Os jornais para a mocidade publicados no período imperial tinham a característica de serem, como mencionamos, de pouca duração. Apesar de a maior parte desses periódicos terem poucos números e existirem por pouco tempo, foram publicados durante boa parte do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, o que demonstra certa constância na produção e que um grande contingente de jornais foi criado. Além da brevidade, muitos jornais foram perdidos, uns nem foram registrados, e os que existem, em muitos casos, não são conservados ou perderam boa parte de seus números, tornando complexo o acesso a periódicos com uma série longa de análise. Nesta medida, optamos pelos que possuíam 8 números ou mais e chegamos ao número de seis jornais⁹.

1.3. As fontes

O caminho metodológico nos conduziu a seis jornais estudantis, que são, portanto, nossas fontes para essa pesquisa: *A mocidade: jornal litterario, critico e noticioso* (1875/1876) e *Revista Juvenil* (1876/1877); *O Aspirante: Periodico Litterario e Artístico dos alumnos do Lyceo de Artes e Oficios* (1881/1882); *A opinião: Orgão dos Estudantes* (1887); *Chrysalida: Jornal do Collegio Santa Thereza – Publicação quinzenal* (1887/1888/1889); *A Idea: Orgam do Club dos Estudantes* (1888). O quadro seguinte mostra o título dos jornais selecionados, o local de publicação, o ano de publicação, e os números dos jornais disponíveis na Hemeroteca:

⁹ No primeiro contato com os periódicos estudantis, constatamos que os periódicos que tinham número de edições superior a oito, já eram, para aquele período, um jornal de longa duração, tendo em vista que boa parte dos periódicos escolares do período não publicavam mais que cinco números, pois deixaram de ser publicados antes.

Quadro 1- Título, local, ano de publicação e número de edições dos periódicos disponíveis para a pesquisa.

Nº	TÍTULO	LOCAL	ANO/NÚMERO DE PUBLICAÇÕES	NÚMEROS DISPONÍVEIS
1.	A mocidade: jornal litterario, critico e noticioso	Maranhão	1875 1876	01 a 15 (1875) 18 a 29 (1876)
2.	Revista Juvenil: jornal litterario, critico e noticioso	Maranhão	1876 1877	01 a 04 (1876) 05 a 12 (1877)
3.	O aspirante: Periodico Litterario e Artístico dos alumnos do Lyceo de Artes e Officios	Rio de Janeiro	1881 1882	01 a 12 (1881) 13 e 14 (1882)
4.	A opinião: Orgão de Estudantes	Paraná	1887	01 a 08
5.	Chrysalida: Jornal do Collegio Santa Thereza – Publicação Quinzenal	Rio de Janeiro	1887 1888 1889	02 a 05 (1887) 06, 08, 09, 15,16, 17, 18, 19,20, 25, 29 (1888) 32 (1889)
6.	A idea: Orgam do Club dos Estudantes	Paraná	1888 – 1 a 6 1889 - 7 a 17	1 a 6 (1888) 7 a 17 (1889)

Fonte: Elaborado pela autora com base nas buscas no sítio da Hemeroteca.

O quadro foi organizado cronologicamente. Conforme consta, foram selecionados dois jornais da província do Maranhão, dois da província do Rio de Janeiro e dois da província do Paraná. Temos a clareza que essa trajetória na busca dos jornais estudantis não nos possibilita encontrar todos os periódicos elaborados pela e para a mocidade estudantil brasileira do século XIX do acervo da Hemeroteca, mas apenas os que possuem, em seus títulos, as palavras-chave definidas. Essa limitação decorre das condições materiais, e, sobretudo, de tempo, em que a pesquisa se efetivou. Seria necessário um esforço coletivo, de muitos pesquisadores, para analisar minuciosamente todos os periódicos e encontrar, a partir de critérios sólidos, um número mais completo de periódicos direcionados a esse público nesse acervo.

Os jornais estudantis de nossa coleção foram escritos por estudantes secundaristas que frequentavam, sobretudo, os liceus das capitais das províncias. Além disso, outro aspecto que sobressai nesses periódicos é que eles eram **literários e instrutivos**. Os estudantes redatores produziam e divulgavam sua própria literatura, original, atuando como literatos. Além disso, escreviam textos de caráter instrutivo, isto é, textos que instruíam e que falavam sobre a

instrução¹⁰ do período. Essa literatura e esses textos instrutivos eram produzidos e destinados para seus pares, isto é, se voltada para a leitura e formação da juventude estudantil. Literatura e instrução são os temas centrais nesses periódicos, e, por isso, os caracterizam.

Os jornais foram tomados como objeto e fonte. São nosso objeto porque nos debruçamos sobre os seis jornais em sua totalidade, identificando o teor dessas produções como um todo. Com base nesse trato dado aos periódicos, pinçamos aquilo que de mais recorrente neles aparecia, isto é, aquilo que foi priorizado pelos estudantes: a literatura e a instrução. Então, nos serviram como fonte de pesquisa, pois, nesses materiais, identificamos a perspectiva dos estudantes acerca da instrução e da literatura.

1.4. Problemas a serem respondidos

Diante dessas considerações, procuramos responder, nessa pesquisa, as seguintes problemáticas: Por que, na década de 1870, a produção periódica estudantil ascendeu? Quais as características dos textos literários e instrutivos publicados nos jornais estudantis de 1870 e 1880 e as temáticas priorizadas nesses textos? Que papel cumpriu a imprensa estudantil do século XIX à mocidade brasileira?

1.5. Os objetivos

Essa pesquisa tem por objetivo analisar os jornais estudantis publicados nas décadas de 1870 e 1880, seus textos literários e instrutivos, e o papel dessas produções enquanto materiais de leitura criados pelos estudantes para os estudantes. Para alcançar esses objetivos, buscamos situar e historicizar o movimento efervescente da produção desses periódicos estudantis, sobretudo na década de 1870, e sob quais condições históricas foram criados, além de elucidar o teor dos textos literários e instrutivos desses periódicos, no que tange suas características e seus temas.

1.6. A tese

¹⁰ A escolha pelo termo “instrução”, ao invés de “educação”, respeita a nomenclatura adotada pelos estudantes na elaboração dos jornais. Os estudantes entendiam a instrução como a formação intelectual, moral, e, por vezes, física do sujeito. Assim, o que eles compreendiam por instrução, é o que hoje entendemos por educação.

Com base na leitura desses textos e das considerações até aqui levantadas, defendemos, nessa tese, que os jornais estudantis eram materiais elaborados pelos estudantes para os estudantes, constituídos de textos instrutivos e literários, temas candentes no período. Os textos de caráter instrutivo discorriam sobre instrução e instruía. Os que falavam de instrução debatiam, criticamente, a educação ofertada no período sob inúmeros aspectos, e os textos para instrução almejavam formar intelectual e moralmente seus leitores, servindo como complemento aos estudos regulares. Esses textos revelam que os estudantes não eram passivos, mas atentos, engajados e críticos com as questões de seu tempo, sobretudo com a educação, que lhes dizia respeito diretamente. Além disso, atuando como verdadeiros literatos, produziam textos literários originais, cujas características aproximavam-se do Romantismo, e, por meio deles, preenchiam a carência de literatura para a juventude brasileira no final do regime imperial. Assim, a produção periódica estudantil dos anos finais do século XIX pode ser considerada como uma das fases iniciais da história da literatura infanto-juvenil brasileira, ou, conforme Arroyo, como a pré-história da literatura infanto-juvenil brasileira, por constituírem-se como fonte de escrita e de leitura à mocidade do período.

Mesmo que considerarmos essa imprensa estudantil como uma fase da literatura infanto-juvenil brasileira, esse material não pode ser considerado como literatura infanto-juvenil brasileira propriamente dita, tão pouco podemos afirmar que a literatura infanto-juvenil brasileira foi inaugurada a partir desses textos. A literatura infanto-juvenil possui que critérios próprios, que foram pensados e elaborados no Brasil apenas na segunda década do século XX, após avanços na concepção de infância decorrentes dos estudos bio-psicológicos dessa faixa etária. A produção da imprensa estudantil foi, para nós, uma iniciativa juvenil de produzir um material de escrita e leitura, que, até então, eram escassos para esse público no período. Foi, dessa forma, um meio criado pela própria mocidade para expressão dos seus ideais políticos, educacionais, sociais, culturais e literários e de posicionamento frente as questões de seu tempo.

1.7. A justificativa

Esse estudo é relevante, pois é elucidativo de uma parte da história da literatura infanto-juvenil brasileira que não é estudada e, por isso, contribui com o entendimento da constituição desse gênero no Brasil e com a elaboração dessa historiografia, que inclui a fase da produção de jornais estudantis como sua parte constituinte. Partimos da premissa de que a imprensa estudantil foi importante para a constituição da literatura infanto-juvenil no país,

pois expressava a demanda, por parte dos próprios estudantes, em produzir literatura e por matérias de leitura especialmente para eles elaborados. Foi um esforço da própria classe estudantil em tornar público suas produções literárias e em oferecer aos pares meio para o cultivo literário.

Por serem documentos em que a literatura foi enfatizada, em que os textos literários publicados em todos os números dos jornais escolhidos para essa tese, por esses documentos é possível verificar qual o tipo de literatura os estudantes produziam e liam naquele período. Revelam, então, as características dos textos literários, os gêneros e temas priorizados, a escola literária com o qual se orientavam, e, sobretudo, qual foi o papel atribuído pela literatura na formação da mocidade naquele. Por fim, entendemos que esses periódicos expõem uma nova faceta dos estudantes secundaristas do período, como produtores de conteúdo, escritores, editores e literatos.

Os artigos neles produzidos evidenciam, por outro lado, a relevância atribuída à educação pelos estudantes, pois boa parte dos artigos publicados nesses periódicos discorriam sobre a instrução ou instruía. Surpreendeu-nos, aliás, a centralidade da educação nesses periódicos. Os estudantes ofereceram aos leitores páginas e páginas de artigos sobre a instrução e para a instrução, fazendo da instrução o tema basilar desses jornais. Esses documentos constituíram-se como um esforço de sistematizar um material que auxiliasse na formação e educação da mocidade brasileira. Neles, fica expresso a concepção de educação desses alunos e a sua função primordial frente ao desenvolvimento do país. Diante disso, entendemos que esses periódicos são importante fonte para a História da Educação, em especial por revelar a ótica do aluno ante as questões educacional.

A imprensa estudantil, para Almeida e Bastos (2015), contém e oferece muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino, e que sua análise permite avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas, além das práticas educativas e escolares. Esses impressos são, para elas, documentos importantes para analisar, entre outros aspectos, culturas juvenis e escolares em suas múltiplas manifestações. Complementa Jinzenji (2017) que a imprensa elaborada por jovens alarga o debate acerca da juventude, e contribui para maior ampliação do debate acerca dessa categoria geracional na História da Educação.

Diante dessas considerações, sublinhamos a intrínseca relação desses periódicos com a educação, pois, além de serem produzidos por estudantes, esses estudantes discorriam sobre a instrução e, por meio de seus textos, instruía seus leitores. Pela prioridade que dão à instrução em inúmeros artigos, contribui com a História da Educação, pois esclarece o tipo de

formação que recebiam nas instituições de ensino secundário, e, em especial, a apropriação que os estudantes fizeram dessa formação escolar, já que, ao transporem seus conhecimentos aos jornais, acabavam por deixar suas marcas próprias, suas impressões, e evidenciavam, na escrita, essa apropriação. Assim, por serem escritos pelos estudantes, revelam, sob a ótica do próprio aluno, sua opinião sobre diversos assuntos, as especificidades de sua formação, aquilo que eles consideravam interessante e relevante a ser escrito. Revela, portanto, a perspectiva do aluno e as impressões de seu cotidiano e de sua formação escolar.

Os jornais evidenciam, além disso, alguns dos aspectos relacionados à instituição de ensino que os estudantes frequentavam, sua história, suas características, o tipo de ensino que primavam, os conteúdos que se destacavam e o aluno que recebiam e que almejavam formar. Por isso, contribuí com a elucidação da história de algumas instituições de ensino imperiais, mormente por expressar, pela ótica do aluno, e não dos documentos oficiais ou da própria instituição, como eram essas instituições e que formação ofereciam. Se conhece, com mais profundidade, a realidade de determinada instituição de ensino, em seu cotidiano, sob a perspectiva de outros sujeitos (os alunos, e não seus dirigentes) que atuavam naquele cenário.

1.8. O que já estudaram sobre o tema?

A única autora, por nós encontrada, que defendeu a imprensa escolar como parte da história da literatura infanto-juvenil foi Bárbara Vasconcelos de Carvalho (1982). Essa autora se orientou nos pressupostos de Leonardo Arroyo e afirmou que era curioso observar, em todo o país, a importância atribuída à imprensa infantil e juvenil durante o período que antecedeu a literatura específica da criança, o que demonstrava o valor do jornal para os pequenos leitores, despertando-lhes o interesse pela informação, pela cultura, pelos acontecimentos que lhes diziam respeito, e até despertando vocações. Atestou, assim, que a “Literatura Infantil, no Brasil, é antecedida por uma intensa atividade representada pelo jornalismo [...], o que nos permite admiti-la como a primeira fase da Literatura Infantil, num período preparatório, de amadurecimento” (CARVALHO, 1982, p. 126). Contudo, essa autora, assim como Leonardo Arroyo, não objetivou estudar o conteúdo desses periódicos.

Alguns autores atestaram a existência de livros infantis no decorrer do século XIX. Lajolo e Zilberman (1999), por exemplo, defenderam que, no século XIX, foram publicados livros para a infância no Brasil, mas eram traduções de textos estrangeiros, como *As aventuras pasmosas do Barão de Munkausen*, mas que essas iniciativas eram esporádicas e insuficientes para caracterizar uma produção literária brasileira regular para a infância no

período imperial. O exemplo citado evidencia que, no campo da literatura, pesquisadores reconhecem a existência de livros para infância no século XIX, frequentemente remetendo-se a livros intimamente ligados à escola (como compêndios de leitura ou livros didáticos), elaborados no início do século, altamente moralizantes, como os livros *Leitura para Meninos* (1818), de José Saturnino da Costa Pereira, *Compêndio de Grammatica portuguesa da Primeira Idade* (1855), do autor Cyrilo Dilermando da Silveira, *Compêndio de Gramática da Língua Portuguesa* (1872), elaborado por Laurindo Rabelo.

No campo dos estudos relacionados a imprensa, investigamos possíveis pesquisas que elegeram jornais estudantis oitocentistas como fonte ou objetivo. A tese *Ser baiano na medida do Recôncavo: O jornalismo regional como elementos formador de identidade* (2009), escrita por José Péricles Diniz Bahia, utiliza como fonte um jornal estudantil publicado no regime imperial, o *A Voz da Mocidade* (1850), para mostrar como ele, dentre outros inúmeros periódicos da região, auxiliaram na formação da identidade cultural daquela população.

No mesmo ano, em 2009, Raquel Sousa Tavares defendeu a dissertação *A infância no Maranhão imperial: a escolarização pública primária da criança pobre e livre no período de 1855-1889*, que trata do processo de escolarização primária na capital da Província do Maranhão no período de 1855 a 1889. Para isso, utilizou, dentre outras fontes, os discursos de dois jornais maranhenses selecionados para nosso estudo, *A Mocidade* (1875) e *Revista Juvenil* (1876), acerca do debate de como deveria ser a instrução da criança.

Ricardo André Ferreira Martins publicou um artigo intitulado *Breve panorama histórico da imprensa literária no maranhão oitocentista* (2010) que utilizava como fonte o periódico estudantil dos estudantes do Liceu Maranhense *Jornal de Instrução e Recreio* (1845). Nele, o autor buscou realizar um breve panorama histórico da atividade jornalística da imprensa literária ao longo do Maranhão oitocentista.

A dissertação de Cibelle de Souza Rodrigues (2016), *O Porvir: jornal literário e recreativo: propriedade de uma associação de estudantes do Atheneu Sergipense* (1874)¹¹ é a única pesquisa em que o jornal estudantil secundário do século XIX é tomado como objeto. O objetivo da pesquisa foi analisar os temas educacionais presentes nesse periódico.

Maria Helena Câmara Bastos publicou um importante estudo intitulado *Impressos e cultura escolar: percursos da pesquisa sobre a imprensa estudantil no Brasil* (2015) em que fez um levantamento aprofundado do estado da arte de pesquisas acerca da imprensa estudantil. Esse estudo permite a consulta de quais os títulos de impressos republicanos

¹¹ A Hemeroteca Digital disponibiliza apenas o primeiro número desse periódico.

escritos pelos discentes, ligados ou não a escola. A autora apresenta exemplos de periódicos que foram publicados por alunos do ensino primário, secundário, ensino médio/normal, e universitário, e pesquisas que se debruçaram sobre esses periódicos e o tomaram como objeto, sobretudo, da região sul do país (Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Nesse estudo, Bastos (2015) apontou apenas uma pesquisa que identificava jornais estudantis oitocentistas: o artigo *Os jornais estudantis no espaço público da imprensa paraense no século XIX* (2012), de Camille Nascimento Silva e Netilia Silva dos Anjos. Essas autoras apontam a existência de 24 jornais estudantis no Pará, mormente a partir da segunda metade do século XIX, porém não se debruçam sobre o conteúdo desses jornais. O texto demonstra a efervescência, no período, na produção periódica por parte dos estudantes naquela província, o que confirma que essa modalidade de produção tinha abrangência nacional.

Por fim, citamos o artigo de Mônica Yumi Jinzenzi (2017), que objetivou indicar a potencialidade dos jornais impressos no período brasileiro como fontes para alargarmos nossa compreensão sobre a juventude. Nesse estudo, citou impressos publicados no período imperial que continham, em seu título, as palavras juventude, mocidade e derivados. Alguns dos periódicos citados podem ser classificados como imprensa juvenil e, outros, como imprensa estudantil. Ela analisou, em alguns desses periódicos, as representações sobre a juventude, os repertórios para leitura neles publicados, e as suas práticas de escrita literária.

A partir dessa revisão de literatura, constatamos que a imprensa estudantil do século XIX é um campo aberto, de necessário desbravamento, e com inúmeras possibilidades de pesquisa. A catalogação minuciosa desses periódicos, e estudos que priorizem o conteúdo interno desses periódicos, o teor e as características dos textos publicados nesses impressos são necessário para uma melhor compreensão dessa modalidade de produção escrita da mocidade oitocentista.

1.9. Metodologia: a pesquisa com imprensa

Concebemos a imprensa estudantil como imprensa periódica educacional, como empresa educativa e como meio informal de educar. Denice Catani e Maria Helena Camara Bastos (1997) classificaram a imprensa feita para alunos por seus pares como **imprensa periódica educacional**. Para Bastos (2015), trata-se de um *corpus* documental de vastas dimensões, pois é um testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época e de ideologia, moral, política e social de um grupo profissional. Assim sendo, é um guia

prático do cotidiano educacional e escolar, que permite ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social.

Além disso, compreendemos essa imprensa como uma “**empresa educativa**” tal qual denominou Pallares-Burke (1998). Isso significa que o objetivo dos periódicos era, fundamentalmente, educativo. Para nós, a imprensa estudantil do século XIX era veículo de disseminação mais cultural que noticioso, pois tinha a função de agente de cultura, de mobilizadora de opiniões e como propagadora de ideias. Isso significa que os estudantes, por meio da imprensa, ao veicular conhecimentos por meio dos textos instrutivos, acabavam por educar o público leitor, os próprios estudantes. Ao mesmo tempo, civilizavam seus leitores por meio das publicações literárias que transmitiam o que era bom e belo.

Classificamos, por fim, a imprensa estudantil do século XIX como **meio informal de educar, ou não-formal**, nas palavras de Nóvoa (1997), pois “[...] engloba uma diversidade de formas de educação que não se pautam por lógicas e processos escolares” (NÓVOA, 1997, p. 24), mas que, a nosso ver, refletem, até certo ponto, os processos escolares.

Diante das características dos nossos documentos, partimos da premissa que a utilização da imprensa enquanto fonte de pesquisa “apresenta configurações próprias” (MACHADO; RODRIGUES, 2017, p. 256) e que, devido a isso, exigem um trato metodológico igualmente próprios, sobretudo pela escolha de seis periódicos estudantis. Realizamos, nesse trabalho, um tipo de pesquisa próximo ao que explicou Catani (1996, p. 121), pois buscamos “[...] examinar a produção sobre um determinado tema identificando-a em vários periódicos simultaneamente, em espaços temporais demarcados”. A autora ponderou que, nesse tipo de trabalho, se ganha em amplitude, pois se caracteriza, de modo amplo, a recorrência dos temas e ideias no campo educacional.

A escolha, em nossa pesquisa, por seis periódicos estudantis não foi inconsciente. Após a escolha dos periódicos, realizamos um procedimento semelhante ao realizado por Antônio Nóvoa (1997), ao organizar um repertório dos impressos de educação e ensino de Portugal. A primeira tarefa foi encontrar as fontes, e esse processo explicamos anteriormente. Após selecionar os jornais, elaboramos fichas técnicas, em que estavam presentes as informações contidas no cabeçalho (título, complemento de título, local de edição, datas de início e fim das publicações), e dados técnicos (periodicidade, formato, número de páginas, preço, identificação de pertencimento com associações literárias, identificação da instituição de ensino que frequentavam, identificação do nome dos responsáveis e colaboradores, possível filiação de um jornal com outro). No conteúdo dos periódicos, sobretudo na primeira

edição, identificamos, os objetivos de cada um dos periódicos, para investigar suas proximidades e discrepâncias.

Realizamos, em seguida, a descrição detalhada das fontes, com o intuito de apreender o que foi neles discutido e publicado, na busca pelo posicionamento dos estudantes secundaristas acerca da instrução e da literatura. Para Rodrigues e Bicas (2015), esse procedimento é essencial:

A descrição é um procedimento que amplia as possibilidades de interpretação porque permite modificar o que se pode perguntar à fonte. A desconstrução e reconstrução, fazer denominado descrição, tenta encontrar para além dos próprios enunciados discursivos, explicitados na fonte, as teias que o sustentam. Possibilita questionar o seu aparecimento e manutenção e ainda entender ‘como as coisas foram historicamente contingentes, por tal ou qual razão inteligíveis, mas não necessárias’. (RODRIGUES; BICAS, 2015, p. 153).

Com a descrição, passamos a vasculhar, nesses materiais, escritos acerca da literatura e, a partir desse procedimento, notamos a importância crucial atribuída por esses estudantes à educação. Então, buscamos uma prática recorrente em todas as províncias, isto é, uma prática consolidada de estudantes de diferentes províncias em elaborar literatura, e em escrever sobre educação e educar seus leitores por meio de periódicos. Sem essa recorrência, isto é, com publicações apenas esporádicas de textos literários, por exemplo, não seria possível defender que a imprensa estudantil foi uma fase da história infanto-juvenil brasileira.

Não se tratava, portanto, de uma prática isolada de uma ou outra província do Brasil. Era um esforço coletivo e nacional dos estudantes de elaborar textos literários que lhes faltavam, e de posicionar-se frente a educação de seu período. Assim, entendemos que somente por meio da observação da recorrência, nos seis jornais, da prática de elaboração de uma literatura original, é que nos permite afirmar que escrever literatura tornou-se uma prática consolidada por parte dos estudantes em nível nacional. Isso evidencia uma consciência, em caráter nacional, da importância da literatura para a formação da juventude; da carência por materiais de leitura no século XIX; e da necessidade de os estudantes engajarem-se com as questões educacionais de seu contexto.

Catani (1996) explicou que esse tipo de pesquisa ganha em amplitude, mas perde em especificidade, pois deixa-se de lado o aprofundamento que é possível pela consideração das condições específicas de produção nas quais os discursos são gerados. Contudo, buscamos, dentro dos limites desse tipo de pesquisa, destacar ao máximo as especificidades de cada jornal, e de cada período de publicação. Para isso, optamos por expor o conteúdo dos jornais

por províncias, pois entendemos que, dessa maneira, se conserva aquilo que foi encontrado de específico e de singular em cada um dos periódicos, sem generalizá-los por completo. Fizemos um esforço em destacar as singulares de cada periódico, destacando no texto as descontinuidades e rupturas neles encontradas.

Uma das especificidades que consideramos no trato metodológico das fontes foi identificar se o jornal era escolar ou não escolar. Bastos (2015, p. 21) distingue o trato metodológico de impressos estudantis publicados pelas instituições escolares: “Mesmo sendo periódicos produzidos pelos estudantes devemos considerar que tais escritas não expressam um pensamento autônomo, pois estão vinculados a uma instituição, que de alguma forma exerce controle e vigilância no que está sendo publicado”. Os jornais do Rio de Janeiro foram jornais publicados nas instituições de ensino e, por isso, a escrita dos estudantes deve ser problematizada, pois podem ser expressão do pensamento e posicionamento do adulto.

A adjetivo “estudantil” à palavra “imprensa” modifica, portanto, a maneira como essa fonte deve ser explorada. Exige-se, na análise desse material, a percepção da proximidade com as instituições de ensino que os estudantes frequentavam. Para tanto, apresentamos, em especial no trato com os jornais estudantis escolares, aspectos históricos das instituições de ensino, para nortear a leitura dos jornais e compreender algumas escolhas dos estudantes na publicação de seus periódicos, como, por exemplo, a escolha dos temas, que se aproximava, em muitos momentos, daquilo que estavam aprendendo na escola.

Antônio Nóvoa (1997) nos chama a atenção para uma questão essencial no trabalho com fontes como a que adotamos para esse trabalho:

Registra-se, em segundo lugar, a natureza da informação fornecida pela imprensa, que lhe concede um caráter único e insubstituível. **Estamos, na maior parte das vezes, perante reflexões muito próximas do acontecimento, que permite construir uma ligação entre as orientações emanadas do Estado e as práticas efetivas na sala de aula.** Apesar da diversidade da imprensa, pode-se afirmar que os escritos jornalísticos se definem pelo seu **caráter fugaz e imediato**, inscrevendo-se frequentemente numa lógica de **reação a acontecimentos ou a ideias, as normas legais ou a situações políticas**. A imprensa é, talvez, o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática: o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo a partir dos diversos actores em presença (professores, alunos, pais, associações, instituições, etc.). (NÓVOA, 1997, p. 13, grifos nossos).

Nas fontes que elegemos para essa pesquisa é possível observar a reação dos estudantes acerca das orientações expedidas pelo Estado em forma de leis e decretos. Pelo

profundo engajamento com as questões educacionais de seu tempo, os estudantes frequentemente posicionavam-se, nos jornais, com relação às disposições legais para a educação que os atingiam diretamente. Por meio desse posicionamento dos estudantes, podemos analisar quais as leis expedidas no período, como elas impactavam a vida dos estudantes, qual o teor das denúncias dos estudantes frente a essas, as reivindicações por mudanças e melhorias, entre outros pontos. Diante disso, concordamos com Machado e Rodrigues (2017) quando destacam a importância do uso de fontes pouco exploradas para a análise da realidade histórica e, sobretudo, educacional, pois esse tipo de fonte possibilita ler as posições que os setores não dominantes desenvolviam em torno da educação, trazendo à tona os elementos que produziram os discursos de uma dada época, os argumentos políticos, sociais e culturais criados como forma de resistência aos valores em curso.

Para a apreensão das reações aos acontecimentos, ideias, normas e situações políticas deve-se compreender a imprensa estudantil inserida em seu contexto histórico e social, que são singulares, e que precisa ser ressaltada e problematizada no fazer historiográfico. Assim, o lidar com a imprensa enquanto fonte histórica impõe, ao pesquisador, a tarefa de articulá-lo à problemática no interior do campo de luta social no qual emerge e emergiu (MACHADO; RODRIGUES, 2017). Sem os nexos com a totalidade histórica e com as contradições a ela inerentes, não é possível uma apreensão coerente da educação brasileira no século XIX, tão pouco das especificidades desses periódicos, já que, para nós, considerar a educação como um processo particular da realidade, sem a veiculação com as relações sociais e suas contradições, é o mesmo que considerá-la como um universo separado.

Gonçalves Neto (1997) destaca as singularidades do trabalho do historiador e do jornalista, que devem ser levadas em consideração quando se utiliza a imprensa como fonte. Para ele, o trabalho do historiador pode e deve estar bem próximo do exercido pelo jornalista, já que ambos utilizam os fatos e voltam-se para a análise do real. Contudo, alerta que a perspectiva do jornalista é conjuntural, construindo uma memória coletiva, enquanto o historiador busca a observação de longa duração, para encontrar explicações para toda a estrutura, numa análise mais profunda e ampliada. O historiador deve, dessa forma, transpor a aparência do fato apresentada pelo jornalista, que não é imparcial, neutro, para captar a essência da realidade histórica apresentada no jornal.

1.10. A organização do trabalho

Após a introdução, na seção dois, intitulada “A imprensa estudantil brasileira do século XIX e o seu protagonismo”, apresentamos um mapeamento dos jornais estudantis que encontramos em nossa busca na Hemeroteca. Para isso, pontuamos quais os títulos e o que ele nos revela, quais foram os períodos de publicação e os locais de publicação. Em seguida, situamos historicamente nossas fontes e nosso objeto, descrevendo o contexto histórico geral, da construção dos Estados Nacionais, e do Brasil, com a constituição da nação brasileira, e, por fim, um breve relato sobre a história da imprensa, sobretudo da imprensa literária. Por fim, discorremos sobre as informações técnicas de cada jornal e apresentamos os objetivos de cada um deles.

Na terceira seção, “Sobre a instrução e para a instrução: os textos de caráter instrutivo nos periódicos estudantis” pontuamos o debate, presente nos artigos dos periódicos estudantis, em torno da educação e, além deles, os artigos instrutivos desses jornais. A exposição dos artigos de caráter instrutivo foi realizada por província, por compartilharmos das proposições de Machado e Rodrigues (2017) de que uma característica da imprensa é heterogeneidade interna a cada estado brasileiro.

Na quarta seção, debruçamo-nos sobre a literatura publicada nesses periódicos. Defendemos, primeiramente, a importância e protagonismo da literatura no contexto do século XIX, que levou jovens estudantes a organizarem periódicos estudantis de caráter literário. Então, mostramos os contos e poemas publicados nesses jornais, suas principais características e temas priorizados.

2. A IMPRENSA ESTUDANTIL BRASILEIRA DO SÉCULO XIX E O SEU PROTAGONISMO

Nesta seção, a finalidade é situar e historicizar o movimento efervescente da produção dos periódicos estudantis no período imperial, e verificar sob quais condições foram criados, à luz da história brasileira e da história da imprensa brasileira.

Em um primeiro momento, apresentamos um mapeamento da produção dos jornais estudantis oitocentistas, no contexto brasileiro, jornais estes compartilhados pela Fundação Biblioteca Nacional na Hemeroteca Digital Brasileira. Então, para a compreensão do movimento de produção dessa modalidade de escrita estudantil, lançamos mão de elementos da História do Brasil e da História da Imprensa, para contextualização histórica da produção dos periódicos.

Esses condicionantes históricos auxiliam na compreensão da intensa produção de jornais pelos estudantes secundaristas, mormente a partir da década de 1870. O Brasil necessitava de mecanismos que auxiliasse na criação, legitimação e consolidação da pátria brasileira, cuja autonomia política havia alcançado na década de 1820. Em geral, a imprensa era uma ferramenta para legitimar sentimentos de nacionalidade e, em particular, um palco indispensável para a atuação política e crítica, inclusive dos estudantes secundaristas.

Dessa maneira, após a apresentação do movimento de produção periódica dos estudantes no século XIX, relacionando ao contexto histórico em que foram elaborados, particularizamos, pontuando as principais características de cada um dos seis periódicos selecionados para esta tese e explicitando quais as suas finalidades, de acordo com o que foi mencionado nos próprios periódicos.

2.1. Mapeamento dos jornais estudantis: a produção periódica estudantil e juvenil oitocentista

Neste tópico, discutimos os resultados da busca pelos periódicos elaborados por estudantes, no século XIX, realizada no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Com base nessa busca, realizamos um mapeamento dessas produções no Brasil¹². A partir do resultado

¹² A busca por palavras-chave, na Hemeroteca Digital Brasileira, sobre a qual explicamos na introdução, nos possibilitou a realização de um mapeamento provisório dos jornais estudantis do século XIX. Chamamos esse

da pesquisa na Hemeroteca, elaboramos o quadro a seguir, em que elencamos o título dos periódicos encontrados (utilizando a grafia original), o local e o ano em que foram publicados, bem como os números disponíveis de cada um deles para acesso na Hemeroteca.

Quadro 2 - Título, local, ano de publicação e números disponíveis dos jornais estudantis e juvenis oitocentistas, a partir da busca por palavras-chave:

	TÍTULO	LOCAL	ANO	NÚMERO DISPONÍVEL
1.	Jornal de Instrução e Recreio	São Luiz, Maranhão	1845/1846	1 a 23 (1845) 24 (1846)
2.	A voz da mocidade: Periodico litterario, doutrinario e Moral	Cachoeira, Bahia	1850	1, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15
3.	Murmurios Juvenis: Jornal scientifico e litterario publicado pela Associação Amor à Sciencia, estabelecida no Collegio Brasileiro	São Paulo	1859	1
4.	O trabalho escolástico: Jornal litterario e recreativo. Redigido por alguns estudantes.	Rio de Janeiro	1860	2 e 3
5.	O estudante: Periódico critico e recreativo	Natal, Rio Grande do Norte	1861	3
6.	A mocidade: Periodico Litterario	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	1862	1, 2 e 3
7.	O estudante: Jornal litterario e critico	São Luiz, Maranhão	1870	1, 2 e 3
8.	O estudante	Diamantina, Minas Gerais	1873	10, 11, 12, 18 e 19
9.	A mocidade: jornal litterario, critico e noticioso. Redigido por uma associação.	São Luiz, Maranhão	1875/1876	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15(1875) 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 (1876)
10.	O Collegial: periodico quinzenal – Orgão dos Alumnos do Collegio Briggs	Nictheroy, Rio de Janeiro	1876	2
11.	Revista Juvenil: jornal litterario, critico e noticioso. Redigido por uma associação.	Maranhão	1876/1877	1, 2, 3 e 4(1876) 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 (1877)
12.	Echo Litterario: Orgão da Mocidade Escolastica	Rio de Janeiro	1877	2
13.	A Luz: propriedade de uma associação de estudantes	Aracajú, Sergipe	1877 1880	5 (1877) 2 (1880)
14.	A escola: Jornal critico e litterario	Maranhão	1878/1902	1, 2 e 3 (1878) 1 (1902)
15.	Mirim: órgão do Club dos Estudantes, publicação mensal	Bragança, São Paulo	1878/1879	15 (1878) 21 (1879)
16.	O reverbero: Orgam do club dos estudantes	Curitiba, Paraná	1879	1

mapeamento de “provisório”, pois a busca foi realizada apenas no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Ademais, realizamos a busca por palavras-chave, o que não nos permitiu o acesso a todas as produções dos estudantes, armazenadas na Hemeroteca, nesse período, mas somente das produções que possuíam, em seu título, alguma das palavras-chave que escolhemos para a busca.

17.	Rio Branco: órgão litterario, scientifico e histórico da Sociedade Minerva e dos alumnos do Collegio São Carlos	Rezende, Rio de Janeiro	1881/1882	1 (1881) 1 (1882)
18.	A Ventarola: periodico dos Alumnos no Lyceu de Artes e Officios	Rio de Janeiro	1881	1, 2 e 4
19.	O aspirante: Periodico Litterario e Artístico dos alumnos do Lyceu de Artes e Officios	Rio de Janeiro	1881/1882	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 (1881) 13 e 14 (1882)
20.	O Estudante: Semanario Critico e Litterario	Rio de Janeiro	1881	1
21.	Labarum: Orgão da Sociedade Litterario do Atheneu Mineiro – Obreiros do Futuro	Juiz de Fora, Minas Gerais	1882	1, 6 e 7
22.	Progresso Recreativo: Periódico Litterario, Scientifico e Noticioso, do Collegio Naval	Rio de Janeiro	1882	2
23.	A idéa: Propriedade dos alumnos do Collégio S. João	Penedo, Alagoas	1883/1885	1 (1883) 8 (1885)
24.	A escola: sob a direção da Sociedade Recreio Scientifico no Collegio Bom Jesus	Maceió, Alagoas	1883/1884/1885	1 e 3 (1883) 1 e 3 (1884) 2 (1885)
25.	A mocidade: orgam do Club Amante do Progresso	Curitiba, Paraná	1883	3
26.	Alvorada: Orgam do Collegio Conceição	São João d'El Rei, Minas Gerais	1886	2
27.	O estudo: Folha Quinzenal – Orgam do Club Litterario “Diegues Junior”. Fundado entre os alunos do Instituto “19 de Abril”	Recife, Pernambuco	1886	2, 3, 4, 5 e 8
28.	A opinião: Orgão de Estudantes	Curitiba, Paraná	1887	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8
29.	Chrysalida: Jornal do Collegio Santa Thereza – Publicação Quinzenal	Rio de Janeiro	1887/1888/1889	2, 3, 4 e 5 (1887) 6, 8, 9, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 25, 29 (1888) 32 (1889)
30.	A União: órgão dos alumnos da Escola Central	Maceió, Alagoas	1888/ 1899	8 e 18 (1888) 39 (1899)
31.	A idea: Orgam do Club dos Estudantes	Curitiba, Paraná	1888/1889	1, 2, 3, 4, 5, 6 (1888) 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 (1889)
32.	Aurora Atheniense: Revista Mensal dos Estudantes do Collegio Atheneu Bahiano	Salvador, Bahia	1888	3

Fonte: Quadro realizado pela autora a partir da pesquisa no acervo digital da Hemeroteca Digital Brasileira.

Conforme organizamos no quadro, ao seguirmos os critérios estabelecidos para a pesquisa desses periódicos na Hemeroteca, foram identificados 32 periódicos publicados por estudantes brasileiros no século XIX. Esses periódicos foram escritos e publicados em 10 províncias brasileiras diferentes, entre as décadas de 1840 e 1880. A quantidade de periódicos

estudantis surpreende, à primeira vista. Apresentamos na seção a seguir, no tópico que discorre sobre a história da imprensa no Brasil, que ocorreu, no século XIX, uma explosão no número de produção de periódicos, assegurando a imprensa como principal meio de comunicação em massa. Os estudantes acompanharam essa tendência do período, criando seus periódicos, junto às instituições de ensino que frequentavam, às associações literárias, ou de maneira autônoma.

Alguns questionamentos surgem quando se verifica esse contingente expressivo de periódicos publicados, sobretudo dos elaborados por iniciativa dos estudantes. Boris Fausto (2015) ofereceu dados sobre a educação no período imperial: entre os escravos, 99,9% eram analfabetos, e 80% dos livres, mas essa porcentagem sobe para 86% se considerarmos as mulheres; apenas 16,85% da população, entre 6 e 15 anos, frequentavam as escolas (com 12 mil matriculados no secundário); apenas 8 mil pessoas tinham educação superior. Diante do elevado índice de analfabetismo no Brasil naquele período, interrogamos quem era o público leitor, tanto da imprensa geral, como, particularmente, da imprensa estudantil. Qual era, portanto, o alcance real dessa imprensa em um país de analfabetos?

Frente a essas questões, entendemos que o trato com essa fonte exige, de antemão, um cuidado para não associar o expressivo número de publicações com um expressivo número de leitores, ou seja, deve-se relativizar o alcance dessa fonte de leitura, ponderando que o número de pessoas aptas a interagir com esse jornal era restrito. Não é objetivo dessa tese buscar respostas acerca da circulação desses periódicos (quem foi o real público leitor desses periódicos), mas, por serem escritos por estudantes para seus pares, acreditamos que o público leitor desses periódicos estudantis eram os alunos das escolas secundárias onde os redatores dos jornais estudavam. Assim, os alunos das escolas secundaristas escreviam para os outros estudantes que frequentavam suas escolas ou escolas da região.

Pela análise do quadro foi possível identificar elementos, nesses jornais, relacionados, sobretudo, ao título, ao período, aos locais de publicação:

2.1.1. Quanto ao título

O título dos periódicos que compõem nosso quadro pode nos fornecer pistas acerca dos conteúdos que foram neles privilegiados. Temos clareza de que apenas o título e o complemento do título não são elucidativos do conteúdo interno dos periódicos, em sua totalidade, e que só é possível compreendê-lo completamente por meio de uma leitura e análise aprofundada, de cada um, como um todo. No entanto, acreditamos que o título é

escolhido, pelos seus responsáveis, para servir como apresentação inicial ao leitor, ou seja, como convite, aquilo que o identifica, que representa genericamente os principais assuntos abordados naquele jornal.

Em especial, nos complementos de título, os redatores procuravam dar ao leitor uma ideia acerca daquele periódico, no que tangia a sua filiação, grupo ao qual pertencia, periodicidade do jornal ou os principais assuntos que eram abordados. Observamos que a literatura foi um assunto que apareceu com frequência nos títulos e, sobretudo, nos complementos de títulos dos jornais que compõem o quadro. Dos 32 títulos, 15, ou aproximadamente 47% deles apresentaram o termo “litterario” ou “litteratura” nos títulos ou em seus complementos de título, o que indica que a literatura era um dos temas priorizados nos textos desses periódicos.

É válido acrescentar que os jornais que não denunciavam no título que eram jornais literários veiculavam, em seu interior, algum texto literário. Dos seis jornais selecionados como objetos de estudo desta tese, por exemplo, três têm no título a palavra “litterario”, mas todos eles veiculam a literatura em seus números. Acreditamos que, naquele contexto, a literatura era um tema central, uma tendência da época.

Outro ponto que os títulos e complementos de títulos nos denunciam acerca desses periódicos é que 11 deles tinham vínculos com associações e sociedades, e que os periódicos eram, por esse motivo, produtos dessas associações ou sociedades. Da mesma forma como com o termo “literário” ou “literatura”, alguns deles, mesmo que não explicitassem no título, eram publicados por membros de associações ou sociedades. Se nota, disso, a marcante presença dessas associações naquele contexto, e a necessidade da coletividade, por parte dos estudantes.

2.1.2. Quanto ao período de publicação

No que diz respeito ao período das publicações desses jornais, o quadro elucida que a produção periódica estudantil aconteceu entre meados da década de 1840 até o final do regime imperial, isto é, final da década de 1880. Sua produção crescente aumentava década a década, o que demonstra uma valorização e popularização desse tipo de periódico, como se pode observar no quadro a seguir:

Quadro 3 - Número de produções por década

Décadas das publicações	Número de produtos
-------------------------	--------------------

1840	1
1850	2
1860	3
1870	10
1880	16

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos levantamentos da produção periódica da juventude brasileira.

O quadro mostra que, de 1840 a 1860, ocorreu um aumento, mesmo que pequeno, nas produções periódicas estudantis: na década de 1840, apenas um periódico juvenil foi publicado, na década de 1850, dois, e na década de 1860, três. Um aumento significativo ocorreu em 1870 (10 periódicos) e 1880 (16 periódicos), totalizando 26 incidências nessas duas décadas. O considerável aumento ocorrido na década de 1870 demonstra que esse foi o momento em que a produção da estudantil se popularizou, e que o hábito dos estudantes lerem e produzirem jornais consolidou-se na década de 1880.

Baseados na constatação de que os jornais juvenis tiveram sua publicação iniciada em 1840, e que as décadas de 1870 e 1880 foram os momentos de maior produção periódica da juventude, questionamos: O que, no contexto histórico (político, econômico e educacional) oitocentista e no histórico da imprensa brasileira, justifica o aumento das produções desse gênero, mormente nas últimas décadas do Império?

2.1.3. Quanto aos locais de publicação

Outro aspecto observado nos jornais levantados relaciona-se aos locais de publicação. No quadro a seguir, listamos as províncias e o número de jornais publicados em cada uma delas:

Quadro 4 - Locais de publicação dos periódicos

Província	Número de jornais
Rio de Janeiro	10
Maranhão	5
Paraná	4
Minas Gerais	3
Alagoas	3
Bahia	2
São Paulo	2
Rio Grande do Norte	1
Sergipe	1
Pernambuco	1

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos levantamentos da produção periódica da juventude brasileira.

O quadro mostra que foram publicados jornais estudantis em dez províncias brasileiras. Dessas dez províncias, Rio de Janeiro, Maranhão e Paraná tiveram maior número de produtos. No entanto, constatamos um predomínio de publicações na província do Rio de Janeiro, que abrigava o município neutro e a capital do país, o que demonstra o desenvolvimento material, cultural e intelectual dessa província. Ao mesmo tempo, fica uma indagação quanto a pouca incidência de jornais estudantis na província de São Paulo, província que vinha se destacando enquanto centro econômico do país após o deslocamento da economia cafeeira para a região Centro-Sul do Brasil.

Um outro mapeamento, que aponta as cidades onde os jornais foram publicados, ilustra a importância das capitais como “modelo a ser seguido”, polo de disseminação de práticas. O quadro a seguir nos permite refletir sobre esse ponto:

Quadro 5 - Cidades onde os jornais foram produzidos

Província	Cidade	Número de produções
Alagoas	Maceió (Capital)	2
	Penedo	1
Bahia	Salvador (Capital)	1
	Cachoeira	1
Maranhão	São Luiz (Capital)	5
Pernambuco	Recife (Capital)	1
Rio Grande do Norte	Natal (Capital)	1
Sergipe	Aracajú (Capital)	1
Minas Gerais	Diamantina	1
	Juiz de Fora	1
	São João d'El Rei	1
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (Capital do Império)	8
	Niterói (Capital da Província)	1
	Rezende	1
São Paulo	São Paulo (capital)	1
	Bragança	1
Paraná	Curitiba (Capital)	4
TOTAL		32

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos levantamentos da produção periódica da juventude brasileira.

Por meio do quadro 5, apresentamos as cidades de cada província em que os jornais estudantis e juvenis foram publicados. Constatamos que, dentre os 32 jornais da nossa amostra, 24 jornais foram publicados nas capitais provinciais. Isso significa que, do total, 75% dos periódicos eram produzidos e publicados nas capitais. Todas as províncias constatadas

nessa pesquisa que publicaram periódicos tiveram produtos em suas capitais. Apenas uma exceção foi observada na província de Minas Gerais, pois nela não encontramos ocorrências de produtos desse tipo na sua capital, Ouro Preto.

Em Alagoas, dois periódicos foram publicados na capital, Maceió, ao passo que um periódico foi publicado em uma cidade do interior, Penedo. Na província da Bahia, um foi publicado na capital Salvador e um foi publicado na cidade de Cachoeira. Em Minas Gerais, todos os periódicos foram publicados fora da capital, nas cidades de Diamantina, Juiz de Fora e São João d'El Rei. Na província do Rio de Janeiro, oito jornais foram publicados no município neutro, um periódico foi publicado em Niterói, que era a capital da província e um em Rezende. Em São Paulo, um periódico foi publicado na capital e um em Bragança. Nas províncias do Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, e Paraná, todos os jornais foram publicados em suas capitais.

A província do Rio de Janeiro apresenta uma singularidade. Naquele período, a sua capital era a cidade de Nicteroy e, ainda que fosse a capital, produziu apenas um jornal. No entanto, nessa província, situava-se a capital do Império, isto é, a cidade do Rio de Janeiro, município neutro, que foi sede do governo do Império de Portugal e da corte portuguesa, nos anos de 1808 até 1822, quando foi declarada sua independência de Portugal. Desde então, o Rio tornou-se a cidade mais desenvolvida do país, nos aspectos estruturais, culturais, políticos, econômicos, educacionais, além de dispor dos primeiros tipógrafos do país com a instalação da Imprensa Régia. Por esse motivo, a capital do Império era um polo, não somente dessa província, como de todo o Brasil, o que pode justificar o avançado do número de produções de jornais estudantis nessa província.

Os jornais publicados fora das capitais somaram 25% de nossa amostra. A produção de periódicos estudantis fora da capital nos permite entrever que a prática de escrita das ideias pelos jovens em jornais era uma tendência da época, não somente nos principais polos regionais, mas fora deles. Acreditamos na hipótese de que essa prática nas capitais serviu de modelo para as demais cidades das províncias. As capitais eram os polos de disseminação de ideias às regiões interioranas das províncias brasileiras. Pode-se verificar, na primeira página dos periódicos do nosso acervo, que os estudantes estipulavam um valor de venda para quem comprasse no local em que o jornal era produzido (capital) e um valor para outras localidades. Isso mostra a possibilidade de que esses jornais fossem comprados por pessoas de fora da capital, o que contribuía para maior circulação dos jornais.

Outro motivo que pode ter contribuído para a interiorização do movimento de publicação de jornais foi a prática, adotada em muitas redações de jornais do período, de os

redatores enviarem para outras redações, como um presente, os jornais que estavam publicando. Frequentemente os redatores divulgavam, em agradecimento, os jornais que recebiam de outras redações, como nesse trecho: “Recebemos e agradecemos os seguintes jornais: de 1 a 4 «Scenario» do Gymnasio da Juventude. A «Autora» n. 5. O «Pygmêo» n. 7. «O Diabo da Meia Noite» n. 15 jornal caricato dos Tenentes” (O ASPIRANTE, 1881, n. 4). Com essa conduta, se colocava em circulação os periódicos produzidos tanto na capital quanto nos lugares mais remotos, contribuindo para a propagação da prática.

Em síntese, neste tópico, apresentamos alguns dos periódicos escritos pela juventude brasileira do século XIX, digitalizados na Hemeroteca Digital Brasileira, e suas principais características. Os dados coletados, com base no significativo número de periódicos encontrados, evidenciam o comprometimento da juventude na produção de jornais. Pelos títulos, eram jornais que davam atenção à literatura. Além disso, foram publicados desde a década de 1840, porém seu auge aconteceu em 1870 e sua consolidação em 1880. A maior parte desses exemplares era organizado nas capitais das províncias, sendo o Rio de Janeiro a província com maior número de produções. A produção em regiões interioranas das províncias demonstra que a prática de escrever jornais pelos estudantes estava em disseminação.

2.2. Sociedade e Imprensa no século XIX

No tópico anterior, constatamos, por meio de uma busca por periódicos estudantis da Hemeroteca Digital Brasileira, que a produção periódica elaborada por alunos foi intensa no século XIX, com maior solidez a partir da década de 1870. Decorrente dessa busca, inúmeros foram os questionamentos, no que tange à produção periódica e à escrita estudantil, sobretudo, no que se refere aos motivos pelos quais os estudantes brasileiros se dedicaram à escrita periódica. Consideramos que os nexos com o contexto histórico-cultural, político e econômico elucidam o momento histórico em que os estudantes se mobilizaram para elaborar esse material. A construção da nação e da nacionalidade brasileira, os movimentos em prol do republicanismo, sobretudo de 1870 adiante, bem como o *status* que a imprensa adquiriu, nesse contexto, são norteadores para essa compreensão.

Neste subtópico, intentamos esmiuçar os condicionantes históricos mundiais do século XIX, bem como, especificamente, os brasileiros, para contextualizar a produção periódica estudantil. Entendemos que a percepção sobre questões singulares, como a produção de jornais estudantis, só pode ser respondida a partir do momento que desvelamos e

compreendemos as questões gerais daquele contexto, isto é, questões relacionadas à configuração da sociedade brasileira. A percepção da parte não é, portanto, superior à percepção da parte na relação com o todo (MACHADO, 2002). Por fim, pontuamos alguns aspectos históricos da constituição da imprensa no Brasil, destacando como ela foi utilizada como ferramenta de disseminação de informação e entretenimento, inculcação de ideais e comportamentos, promoção da coesão social e nacionalização do país, e divulgação e defesa de projetos de nação. Em outras palavras, a imprensa colaborou com a construção da nação e da nacionalidade brasileira, pois colocava o Brasil e o brasileiro em pauta.

2.2.1. A constituição dos Estados Nacionais

Neste subtópico, refletimos sobre aspectos relacionados à história mundial, adentrando em um movimento geral, pois, conforme defendemos na introdução, a compreensão a respeito da história brasileira do século XIX e, especialmente, a respeito do período imperial, está na dependência de estabelecermos uma relação com o movimento do capital no mundo. Não desconsiderarmos, contudo, as questões singulares ocorridas no Brasil e que dão a ele características únicas. Diante disso, utilizamos, de maneira especial, os autores Netto e Braz (2010) e Machado (2002), no que tange ao movimento de expansão do capitalismo, em um período marcado por ideias revolucionárias, além do autor Eric Hobsbawn (1990) e suas considerações acerca da construção das nações no século XIX.

Machado (2002) esclarece que o capital, impelido pela necessidade de novos mercados e de criar vínculos em todos os lugares, promoveu um intercâmbio universal, invadindo todo o globo. A burguesia revolucionária dos séculos XVII e XVIII, que transformou o mundo, criou o mercado mundial, o que lhes proporcionou riquezas exuberantes. Assim, no século XVIII, fortaleceu-se o discurso revolucionário, cuja defesa baseava-se nos ideais de liberdade, igualdade, fraternidade e propriedade, e encerrou-se a luta contra a sociedade baseada em relações feudais.

Por sua vez, o desenvolvimento da manufatura, o aumento da produção e da troca, que culminaram na grande indústria e na sociedade fundada pelas relações de trabalho assalariado, produziram o acirramento das contradições existentes, dentre elas, as crises econômicas e a miséria. No século XIX, período que compreende a delimitação temporal desta tese, José Paulo Netto e Marcelo Braz (2010, p. 156) apontam duas crises: “Inicialmente, tais crises eram mais ou menos localizadas (a primeira, de 1825, envolveu praticamente apenas a

Inglaterra); desde 1847-1848, elas passaram a ganhar dimensão mundial – e a mais grave do século XIX foi a que eclodiu em 1873”.

Netto e Braz (2010) esclarecem que a história do desenvolvimento do capitalismo é a história de uma sucessão de crises econômicas¹³. Eles pontuam que, de 1825 até as vésperas da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ocorreram catorze crises após períodos de prosperidade. Essa constatação demonstra, de acordo com esses autores, que a dinâmica capitalista é profundamente instável, com períodos de expansão e crescimento de produção que são bruscamente interrompidos por depressão, ocasionando as falências, no caso dos capitalistas, e desemprego e miséria para os trabalhadores. Isso significa que a crise não é um acidente de percurso, aleatória, algo independente do movimento do capital, uma enfermidade, anomalia ou excepcionalidade, que pode ser suprimida no capitalismo, mas é inerente a sua forma.

Machado (2002) prossegue explicando que a sociedade não usufruía de toda a riqueza produzida, já que sua produção e distribuição tinha a miséria como contrapelo. Assim, apesar do excedente de produção, isto é, da produção de enorme contingente de mercadorias, havia, em contraposição, a miséria da classe trabalhadora. Nesse cenário, uma nova força social se colocava: a da classe trabalhadora, que se mostrava empenhada em romper com as relações de propriedade e de trabalho, com o propósito de instaurar novas relações.

Do outro lado, segundo a autora, a crise industrial forçava a Inglaterra e os demais países desenvolvidos da Europa na busca por novos mercados e parceiros, especialmente, em lugares não explorados. Aqui, citamos como exemplo as relações comerciais que a Inglaterra estabeleceu com Portugal, cujas mercadorias, como o açúcar, provinham de sua Colônia, o Brasil. Assim, na segunda metade do século XIX, as distâncias foram rompidas, as ferrovias e a navegação a vapor tornaram o mundo pequeno, e o telégrafo elétrico facilitava a comunicação. O progresso na tecnologia trouxe como consequência um crescimento da

¹³ José Paulo Netto e Marcelo Braz ajudam a compreender o significado de *crise* no modo de produção capitalista: “As crises do MPC [modo de produção capitalista] são inteiramente diferentes [da crise na sociedade pré-capitalista]. Se, na crise pré-capitalista, é a diminuição da força de trabalho (uma epidemia ceifando vidas de trabalhadores) que ocasiona a redução da produção, na crise capitalista ocorre exatamente o contrário: é a redução da produção que ocasiona a diminuição da força de trabalho utilizada (isto é, o desemprego) – o que numa é causa, noutra é efeito. E há, sobretudo, uma diferença essencial: a crise capitalista aparece, inversamente à crise pré-capitalista, como uma *superprodução de valores de uso* – mais precisamente: não há insuficiência na produção de bens, não há carência de valores de uso; o que ocorre é que os valores de uso não encontram escoamento, não encontram consumidores que possam pagar o seu valor de troca e, quando isto se evidencia, os capitalistas tendem a travar a produção; na crise capitalista, a oferta de mercadorias torna-se excessiva em relação à procura (demanda) e, então, restringe-se ao limite a produção. [...] e diante disso, os capitalistas tratam de conter e até mesmo suspender o volume da produção” (NETTO; BRAZ, 2010, n. 158).

produção material. As máquinas a vapor popularizaram-se e foram amplamente utilizadas, substituindo, em muitos casos, o trabalho humano (MACHADO, 2002).

Netto e Braz (2010) apontam que esse novo estágio evolutivo do capital é o do *capitalismo concorrencial*¹⁴, que teve seu início na segunda metade do século XVIII e perdurou até o último terço do século XIX. Para eles, essa passagem para outro nível vinculase com as mudanças políticas, devido à Revolução Francesa (1789-1799), e técnicas, em virtude da Revolução Industrial (1760-1840) (em que, segundo eles, começa o movimento de unificação da humanidade que se concretiza com a consolidação do mercado mundial). Nesse estágio, o capital organiza a produção por meio da nascente grande indústria, por meio da qual erradicou ou subordinou a sua dinâmica as relações econômicas e sociais pré-capitalistas, e revelou suas principais características estruturais.

Sobre a base da grande indústria (indústria moderna), que acarretou um processo de urbanização “sem precedentes”, o capitalismo concorrencial criou o mercado mundial, de modo que os países considerados avançados (sobretudo a Inglaterra) iniciaram a busca por matérias brutas e primas nos lugares afastados do mundo e espalharam suas mercadorias, produzidas em larga escala, por “todas as latitudes”, e a consequência disso foram os vínculos econômicos e culturais entre grupos humanos distantes: “Povos, nações e Estados situados fora da Europa, que se mantinham isolados resistindo com recursos de força, são agora integrados mais pela via da invasão comercial que pela intervenção militar” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 172).

Ademais, como Machado (2010), Netto e Braz (2010) ratificam que sob o capitalismo concorrencial surgiram as lutas de classes na sua modalidade moderna (lutas fundadas na contradição entre capital e trabalho) e, essas lutas, que, segundo eles, antagonizam a burguesia e os trabalhadores (burguesia x proletariado), estarão sempre presentes na ulterior evolução do capitalismo. No início, adquiriram formas grosseiras, mas, aos poucos, avançam para uma politização. Acerca da violência dos primeiros protestos operários, argumentaram que foi uma reação inevitável, devido à brutalidade da exploração capitalista, então centrada basicamente na extensão da jornada de trabalho, sem garantias aos trabalhadores, que ficaram impotentes diante da burguesia.

¹⁴ Os autores explicaram sua caracterização: “A caracterização desse estágio como concorrencial explica-se em função das relativamente amplas possibilidades de negócios que se abriam aos pequenos e médios capitalistas: na escala em que as dimensões das empresas não demandavam grandes massas de capitais para a sua constituição, a ‘livre iniciativa’ (‘iniciativa privada’) tinha muitas chances de se consolidar em meio a uma concorrência desenfreada e generalizada – embora as quebras e falências durante as crises afetassem especialmente os pequenos e médios capitais, estes dispunham de oportunidades de investimento lucrativo que, no futuro, seriam cada vez menores, já que à medida que se desenvolvia o capitalismo, mais se faziam sentir os efeitos da concentração e da centralização” (NETTO; BRAZ, 2010, n. 172).

Em resposta aos protestos, a burguesia passou a incorporar novas tecnologias na produção, como uma ameaça ao operário pela substituição da máquina ao trabalho vivo, o que ocasionaria no desemprego. As inovações eram armas na luta de classes, pois eram controladas pelos capitalistas, deixando a classe operária impotente. Os autores Netto e Braz (2010) explicam, utilizando os pressupostos de Marx, que todas as colisões entre operários e patrões tiveram como resultado a ampliação das inovações, como forma de depreciar a especialidade do operário.

Além disso, os autores pontuam que o Estado estava nas mãos dos capitalistas e, por isso, atendia majoritariamente aos interesses do capital, decorrendo disso a ausência de garantias aos trabalhadores. As tarefas repressivas eram o essencial das funções do Estado burguês, de forma que cabia a ele “assegurar o que podemos chamar de *condições externas* para a acumulação capitalista – a manutenção da propriedade privada e da ‘ordem pública’ (leia-se: o enquadramento dos trabalhadores)” (NETTO; BRAZ, 2010, p. 173). Esse era o modelo de Estado (Estado burguês) da teoria liberal, pois ele possuía mínimas atribuições econômicas, mas não era alheio a elas, já que o Estado intervinha conforme o interesse do capital.

Machado (2002) aponta outra resposta dos capitalistas aos protestos do operário. Segundo essa autora, diante dos protestos, a burguesia deveria posicionar-se, escolhendo uma forma política que ajudaria a lidar com os protestos ou utilizando meios repressivos. Os meios repressivos, no entanto, acabariam por limitar os protestos, momentaneamente, o que os levou a adotar uma política a longo prazo. Estimulou-se, assim, a imigração em larga escala.

A miséria dos trabalhadores europeus e a organização política burguesa tornaram-se a causa da imigração. Em outras palavras, essa miséria na Europa seria a riqueza nos países que necessitavam de mão de obra. Segundo Machado (2002, p. 33), as colônias deveriam se modernizar para atrair os trabalhadores miseráveis, “desativando a bomba que ameaçava explodir a Europa”. Porém, era necessário que os países novos criassem as mesmas relações de trabalho que ocasionaram a superprodução e o desemprego no “Velho Mundo”, tornando-se premente transformar o trabalho escravo em assalariado, nas colônias. Essa transformação modernizaria as relações de produção, a fim de atingir o mesmo nível de civilização dos países europeus.

A questão da imigração nos aproxima da realidade brasileira, pois receber imigrantes europeus foi uma solução encontrada aos problemas brasileiros, especialmente, nas duas últimas décadas do regime imperial. A coação era o meio utilizado, no país, para que o trabalho se realizasse, visto que o trabalho livre estava a margem, e a produção era baseada no

trabalho escravo. Porém, a crença de que o trabalho escravo limitava o desenvolvimento das forças produtivas e do capital disseminou-se, ampliando a necessidade da abolição da escravidão, a promoção do trabalho livre (em especial, pela mão de obra do trabalhador imigrante), fomentando a pressão para a modernização do país.

A questão da imigração nos encaminha a outra discussão que aconteceu no Brasil oitocentista: a construção das nações e das nacionalidades, refletindo as agitações mundiais. Tendo em vista o processo de independência política de Portugal, na primeira metade do século XIX, e a necessidade de abertura do Brasil para receber imigrantes que auxiliassem o país a se inserir e se enquadrar nos moldes do modo de produção capitalista, na segunda metade do século, foi necessário “criar” uma nação e um sentimento de nacionalidade nos que aqui viviam (inclusive, no imigrante).

Assim, entendemos que inúmeros aspectos podem nos ajudar a situar e contextualizar o século XIX no Brasil. Contudo, um aspecto específico nos parece balizador e determinante nesse período: a construção da nação brasileira. No início dos oitocentos, o Brasil era uma colônia de Portugal, mas, na segunda década do século em questão, iniciou-se o processo de Independência política. Em 1822, quando efetivada, tivemos um movimento de construção da nação e de uma nacionalidade, e de seu povo, os brasileiros.

Gondra e Schueler (2008) explicam que o que estava em pauta naquele contexto era a construção da própria “ideia de Brasil”. No cenário pós-Independência, inúmeros setores da sociedade imperial foram acionados e modificados para atender às demandas da nova ordem política:

[...] supôs a imposição de um conjunto de monopólios por parte do Estado, como foi (e continua sendo) o monopólio sobre a tributação, justiça, alfândega, moeda e educação escolar por enumerar alguns. Articulado, este conjunto de ações procurou promover a unidade territorial, submetida a medidas variadas, visando unificar língua, moeda, pesos, medidas, símbolos nacionais e também alimentação, vestuário, regras de convívio social, por exemplo. É por meio deste vasto arco de políticas que se pretendeu construir uma **nação**. Se pretendeu construir o Brasil (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 11, grifos nossos).

Assim, o recém-formado Estado brasileiro utilizou de todo um aparato político, econômico, social e, em especial, educacional, para criar o Brasil e fazer dele uma nação. Parece ter ocorrido, no Brasil, o oposto daquilo que Erick Hobsbawn (1990, p. 19) entendia quando afirmou que “[...] o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estado e os nacionalismos, mas sim o oposto”. Isso significa que, para ele, o nacionalismo

forma o Estado-nação, mas, ao contrário no Brasil, antes de existir nacionalismo, o Estado já havia sido instituído no ato da proclamação da Independência em 1822. Porém, o que se entende é que, apesar de suas especificidades, o Brasil participava de um movimento mundial de construção da nação.

A “nação” (e sua construção) foi o objeto de estudo de Erick Hobsbawn, no livro *Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade* (1990). Segundo esse autor, “[...] os dois últimos séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo ‘nação’ e do vocabulário que dele deriva” (HOBSBAWN, 1990, p. 11). Embora, nesse livro, o autor enfoque o nacionalismo europeu, é possível identificar na história do Brasil do século XIX os mecanismos para a construção da “nação” brasileira, ou, como Gondra e Schueler (2008) mostraram, a “ideia de Brasil”, sobretudo após a emancipação do Brasil em relação a Portugal, em 1822, quando o Brasil se constituiu como Estado Nacional em regime de monarquia. Por esse motivo, acreditamos que a compreensão de “nação” explicitada por Hobsbawn nos auxilia no entendimento do processo de construção da nação brasileira.

Hobsbawn (1990) explica que o conceito de “nação”, em seu sentido moderno, é historicamente recente. No diálogo com intelectuais que pregaram que as nações sempre existiram, Hobsbawn contestou suas afirmações e defendeu o ponto de vista de que as nações não são antigas, pois sua emergência ocorreu no século XVIII. Assim, Hobsbawn defendeu o posicionamento de que não considerava a nação como uma entidade social originária e imutável, pois, para ele, a “nação pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada com uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação” (HOBSBAWN, 1990, p. 19).

Além do entendimento de que o termo “nação” nem sempre existiu, que sua existência é datada na modernidade, e que não há sentido em discutir nação e nacionalidade sem relacioná-la ao Estado-nação, que é o Estado territorial moderno, o autor acrescentou que as nações não são naturais, inerentes, mas são construídas socialmente. As nações modernas diferem-se em tamanho, escala e natureza das reais comunidades, isto é, aquelas originais, com as quais os seres humanos se identificaram, ao longo da história, reconhecendo-se mutuamente como membros de coletividades, comunidades e os outros como estrangeiros.

No livro, a atenção de Hobsbawn volta-se para o momento em que os programas nacionalistas adquirem sustentação de massa, isto é, quando a palavra “nação” passa a fazer parte do vocabulário de pessoas comuns e de dirigentes (como os governantes), e torna-se

objeto de atenção e de ações específicas e sistematizadas em diversas esferas. Além disso, Hobsbawm propôs uma reconstrução da teoria liberal coerente de nação, na medida que questionou se foi um acaso histórico o fato de a era clássica do liberalismo do livre comércio ter coincido com a formação de nações e, ademais, sobre o papel específico do Estado-nação no processo de desenvolvimento do capitalismo. Ele justificou:

Na verdade, como poderiam ser negadas as funções econômicas e mesmo os benefícios do Estado-nação? A existência de Estados com monopólio de moeda, com finanças públicas e, portanto, com atividades políticas e fiscais era um fato. [...] Além disso, mesmo extremados libertários podiam aceitar, com Molinari, “que a divisão da humanidade em nações autônomas é essencialmente econômica”. Pois, na era pós-revolucionária do Estado-nação, o Estado garantia, afinal de contas, a segurança da propriedade e dos contratos – e como disse J. B. Say, notoriamente um inimigo da empresa pública, “nenhuma nação conseguiu um nível de riqueza sem estar sob um governo regular”. As funções do governo podiam até ser racionalizadas como livre-competição. Assim, Molinari argumentava que “a fragmentação da humanidade em nações é útil na medida em que desenvolve um princípio extremamente poderoso de competitividade econômica”¹⁵.

Assim, a formação do mundo em nações beneficiava o desenvolvimento do sistema capitalista, pois, dentre outros fatores, favorecia o princípio da competitividade econômica entre as nações. No momento em que as nações foram criadas recorria-se ao que o autor chamou de “laços protonacionais”, isto é, a mobilização, por parte do Estado, de sentimentos de vínculos nas comunidades. A partir desse conceito, o autor cita, por exemplo, o uso da linguagem como critério de vínculo de grupo, ou seja, a linguagem como meio para mobilizar esses laços protonacionais. A língua nacional foi inventada a partir da recombinação de uma multiplicidade de idiomas falados na prática, com o intuito de criar um idioma padrão para a nação. A escolha dos idiomas que formariam a língua nacional se baseava nas demandas políticas ou tinha implicações políticas. De tal modo, o autor dá indicativos de que o idioma escolhido era aquele falado pelas elites que, embora minoritárias, tinham poder político. Desse modo, explicita sobre a necessidade de definição e invenção da linguagem nacional:

[...] indiretamente [a linguagem] tornou-se central à definição moderna de nacionalidade e, portanto, também à sua percepção popular. Pois onde existe uma língua de elite, administrativa ou culta, por menor que seja o número daqueles que a usam, ela pode tornar-se um elemento importante da coesão protonacional [...]. (HOBSBAWN, 1990, p. 75)

¹⁵ Os trechos que compõem essa citação estão em Molinari, in *Dictionnaire d'Économie Politique* (Paris, 1854) reed. in Lalor, *Cyclopedia of Political Science*, vol. II, p. 957-959.

Portanto, o uso da língua, dentre outros elementos, serviria para criar um vínculo coletivo na nação moderna, pois a linguagem criaria uma unidade na nação. A imprensa escrita, por exemplo, colaborou para efetivação da língua nacional. De acordo com esse autor, a questão da nação e da nacionalidade adquiriu novo sentido, a partir da década de 1880, na Europa, quando a democracia eleitoral se instaurou:

Mas de 1880 em diante, o debate sobre a ‘questão nacional’ tornou-se sério e intensivo, especialmente entre os socialistas, porque o apelo político dos slogans nacionais para as massas votantes potenciais e reais, ou para os que apoiavam movimentos políticos de massa, era agora objeto de uma preocupação prática real. E o debate sobre questões tais como os critérios teóricos da nacionalidade tornaram-se apaixonados porque se acreditava que qualquer resposta particular implicava uma forma específica de estratégia, luta e programa político. Era um assunto de importância não apenas para governos confrontados com vários tipos de agitação ou reivindicação nacional, mas também para partidos políticos que procuravam eleitorados na base de chamados nacionais, não nacionais ou alternativos à nação (HOBSBAWN, 1990, p. 55).

Assim, tornou-se substancialmente distinto o debate sobre o fenômeno político do nacionalismo, na década de 1880, em relação ao debate sobre o “princípio da nacionalidade” das décadas de 1830 a 1870, na medida em que o voto passou a exigir certos sentimentos apaixonados pela nação, como o patriotismo nacional. Os laços protonacionais tornaram-se essenciais nesse momento para desenvolver esses sentimentos relacionados à nação, fundamentais no ato do voto.

Para nós, uma questão central na reflexão de Eric Hobsbawn foi o papel da educação como aliada da generalização e padronização de elementos para coesão nacional, como a linguagem, com mais intensidade a partir da década de 1880. É possível compreender que a ferramenta por meio da qual a elite universalizaria a língua e os sentimentos relacionados à nação, por exemplo, seria a escola primária e pública. Desse modo, a educação pública e, além dela, a imprensa, tornaram-se mecanismos que colaborariam para a efetivação do projeto de unificação e coesão nacional, por intermédio da disseminação de uma linguagem padrão, de sentimentos relacionados com a nação, entre outros. Essa era, do mesmo modo, uma realidade do Brasil, pois, assim como na Europa, almejava-se a construção de uma nação e da nacionalidade, sobretudo, conforme mencionamos, após o momento em que o país se tornou independente politicamente do governo português e, mais adiante, quando o Brasil recebeu um grande contingente de imigrantes que precisavam se sentir pertencentes à nação que adotaram como lar. A história específica do contexto brasileiro evidencia os esforços, no

período imperial, para constituir o Brasil enquanto uma nação, e para desenvolver o nacionalismo pelo acionamento de ferramentas de coesão nacional.

2.2.2. As singularidades brasileiras: a história do Brasil no período imperial

Neste tópico, discorreremos sobre o Brasil, no regime imperial, no que tange os aspectos políticos, econômicos e sociais. Utilizamos, como auxílio, os pressupostos do autor Boris Fausto, com o livro *História do Brasil* (2015), e de outros autores que se debruçam sobre esse período. Partimos da premissa de que o esquadramento dos condicionantes históricos do país, nesse período, nos auxilia a melhor compreender o Brasil no contexto em que a nação brasileira começou a se delinear e os momentos em que mecanismos para fomentar o sentimento de nacionalidade foram acionados. Essa incursão histórica é necessária, pois entendemos que as medidas e mecanismos nacionalistas adotados no contexto, sobretudo no que dizia respeito à educação e à imprensa, almejaram a construção e consolidação na nação brasileira.

Conforme destacamos no tópico anterior, com base nos pressupostos de Eric Hobsbawn (1990), a emergência das nações e das nacionalidades ocorreu no século XVIII. No Brasil, a construção da nação e de uma nacionalidade foi uma exigência após a Independência do Brasil de Portugal, quando da necessidade de legitimação e consolidação política do país recém-autônomo. Já na segunda metade do século, o Brasil recebia imigrantes para substituir a mão de obra escrava e, devido a isso, foi necessário criar mecanismos que desenvolvessem nesses novos habitantes de origem estrangeira um sentimento de pertencimento à nova nação. Um desses mecanismos foi, por exemplo, a unificação da língua pátria. Além disso, data desse período o fortalecimento do movimento republicano, que exigia o preparo do povo para um regime considerado mais democrático, cuja propaganda se centrava na ampliação dos direitos políticos da população e, em consequência, na maior participação do povo nos rumos da nação, era moderno e mais coerente para o desenvolvimento nacional aos moldes dos países desenvolvidos.

Para nós, a história do Brasil, após a Independência de Portugal, é marcada pela ação dos dirigentes para construir o Brasil enquanto uma nação. Por isso, para nós, o debate sobre a centralização e descentralização do poder, a disputa das oligarquias que lutavam para manter-se como detentoras do poder econômico e social, o debate em torno do trabalho servil, entre outros, são questões relacionadas, direta ou indiretamente, com a formação, organização e legitimação do Estado nacional brasileiro

Em primeiro lugar, foi necessário legitimar e consolidar o Regime recém-instaurado na segunda década do século XIX. Apesar de a Independência ter acontecido em poucos anos, Boris Fausto (2015) explica que a consolidação não aconteceu sem alguns conflitos militares, relativamente graves, entre aqueles que defendiam a Independência e aqueles que eram contra. Porém, saíram vitoriosos os que lutavam a favor da Independência. Os Estados Unidos reconheceram a Independência brasileira em 1824. Na Inglaterra, a independência era informalmente reconhecida, pois estava interessada em garantir a ordem na antiga Colônia. Além disso, o Brasil já era o terceiro mercado externo da Inglaterra e, por isso, o país intencionava manter suas vantagens comerciais. Por outro lado, o reconhecimento oficial foi retardado, sob o argumento de que a Inglaterra exigia a imediata extinção do tráfico negreiro. Portugal, por sua vez, reconheceu a independência do Brasil, no ano de 1825, “por um tratado em que o Brasil concordou em compensar a Metrópole em 2 milhões de libras pela perda da antiga colônia e em não permitir a união de qualquer outra colônia com o Brasil” (FAUSTO, 2015, p. 124). O Brasil, então, fez seu primeiro empréstimo externo com a Inglaterra.

O autor discute a tese de alguns pensadores que defendem que a Independência se realizou em tempo curto e sem grandes abalos. A Independência impôs a tarefa de construir um Estado nacional que garantisse a organização do país e de sua unidade, contudo, não havia um acordo sobre as linhas básicas para organizar o Estado. Ao contrário, entre 1822 e 1840, houve uma enorme flutuação política, uma série de rebeliões e tentativas contrastantes de organizar o poder.

A formulação da Constituição buscava essa organização do Estado, por isso, a Assembleia Constituinte, já formada antes mesmo da Independência, começou a se reunir no Rio de Janeiro, em maio de 1823. Nesse debate, Dom Pedro I deixou entrever seu interesse em deixar em suas mãos a última palavra sobre a aprovação ou não da Constituição. Logo surgiram desavenças entre a Assembleia e Dom Pedro I (que era apoiado por José Bonifácio), no que dizia respeito às atribuições do Poder Executivo, isto é, do imperador, e às atribuições do Poder Legislativo. Os constituintes não queriam que o imperador tivesse o poder de dissolver a Câmara dos Deputados, nem que ele tivesse o poder do veto absoluto, que consistia no direito de negar validade a qualquer lei aprovada pelo Poder Legislativo. O imperador, por sua vez, defendia a criação de um Executivo forte, que enfrentasse as tendências democráticas. Conforme Monarcha (2019), o imperador arrogava para si o direito de reconvocar a Assembleia Nacional Constituinte e Legislativa com o propósito de repropor novo código jurídico-político.

O resultado dessa disputa foi a dissolução da Assembleia Constituinte por Dom Pedro I, com o apoio dos militares. A esse episódio seguiu-se a tarefa de elaborar um projeto de Constituição que resultou na Constituição promulgada em 1824. Essa Constituição vigorou até o final do Império com algumas modificações. Por isso, sua explanação é imprescindível para aqueles que buscam entender o regime monárquico. Os principais pontos da Constituição de 1824 são: definiu o governo como monárquico, hereditário e constitucional; o império tinha nobreza, mas não aristocracia; a religião católica romana continuava a ser a religião oficial¹⁶; o Poder Legislativo foi dividido em Câmara e Senado, com eleições para preencher as duas casas, sendo temporária para a Câmara e vitalícia para o Senado¹⁷; o voto era indireto e censitário¹⁸; o país foi dividido em províncias cujos presidentes seriam nomeados pelo imperador; assegurava os direitos individuais, de igualdade perante a lei; liberdade de religião, de pensamento e de manifestações; instituiu o Conselho de Estado¹⁹ e o Poder Moderador²⁰. (FAUSTO, 2015).

No decorrer desse movimento em prol da realização da Constituição, ocorreram agitações contra as prescrições nela impostas, como a Confederação do Equador²¹. Fausto elucida que, no processo de construção da Constituição, o imperador demonstrou o seu poder e dos burocratas e comerciantes, muitos portugueses, que faziam parte do seu círculo. Essas agitações ilustram as dissonâncias entre o governo e as classes dirigentes que constituíam aquele cenário. O autor aponta uma informação interessante: “o papel da imprensa na veiculação de críticas e propostas políticas, nesse período em que ela própria estava

¹⁶ Os cultos não-católicos deveriam ser particulares, sem forma exterior.

¹⁷ Cabia ao imperador eleger três senadores por província, o que, na prática, fez com que os membros do senado fossem nomeados pelo imperador em caráter vitalício.

¹⁸ “Indireto, porque os votantes, correspondentes, hoje, à massa de eleitores, votavam em um corpo eleitoral, nas eleições chamadas de primárias; esse corpo eleitoral é que elegia os deputados. Censitário, porque só podia ser votante, fazer parte do colégio eleitoral, ser deputado ou senador, quem atendesse a alguns requisitos, inclusive, de natureza econômica, chamados de “censo”.

¹⁹ Órgão composto por conselheiros vitalícios nomeados pelo imperador. Esse Conselho era ouvido nos negócios graves e medidas gerais da administração pública, como declaração de guerra e ajustes de pagamento.

²⁰ Ideia baseada no pensador francês Benjamin Constant, que defendia a separação entre Poder Executivo, cujas atribuições caberiam aos ministros do rei, e o poder propriamente imperial, chamado de neutro ou moderador. O rei não interviria na política e na administração do dia a dia, mas teria a tarefa de moderar as disputas, deliberando a vontade da nação. Boris Fausto (2015) discorre que, no Brasil, “o Poder Moderador não foi tão claramente separado do Executivo. Disso resultou uma concentração de atribuições nas mãos do imperador. Pelos princípios constitucionais, a pessoa do imperador foi considerada inviolável e sagrada, não estando sujeita à responsabilidade alguma. Cabia a ele, entre outros pontos, a nomeação dos senadores, a faculdade de dissolver a Câmara e convocar eleições para revogá-las e o direito de sancionar, isto é, aprovar ou vetar, as decisões da Câmara e do Senado (FAUSTO, 2015, p. 131).

²¹ Movimento ocorrido em julho de 1824, na província de Pernambuco, e tem Frei Caneca como personagem de destaque. Os revoltosos, descontentes com a nomeação de um governador para Pernambuco, tinham a intenção de reunir sob forma federativa e republicana, além de Pernambuco, a Paraíba, o Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Pará. Tinha conteúdo urbano e popular, além de ser nacionalista. (FAUSTO, 2015).

nascendo” (FAUSTO, 2015, p. 131). A imprensa, desde os primórdios de sua instalação no Brasil, era ferramenta de ação política.

Politicamente, havia no Brasil uma divisão na elite política, entre liberais e absolutistas. Os liberais defendiam a ordem, a propriedade, e a liberdade constitucional para garanti-las. Além disso, segundo Fausto (2015, p. 134), eram “partidários das ‘novidades’, especialmente da grande novidade de estar em oposição ao governo e ao próprio monarca”. Os absolutistas defendiam, igualmente, a ordem e a propriedade, porém, garantida pelo imperador que era forte e respeitado. Amedrontavam-se com o excesso de liberdade e que esse pudesse colocar em risco seus privilégios. Por isso, em nome da ordem, aceitavam os atos imperiais que não estivessem de acordo com a lei.

Fausto explica que, apesar de muitos membros da elite colocarem-se ao lado do imperador, por medo do liberalismo e por ocuparem cargos na administração e receberem títulos concedidos pelo imperador, cada vez mais se engrossava o número de membros dos liberais, enquanto os portugueses permaneciam apegados a figura do imperador. Porém, entre a população urbana e no Exército, “o sentimento antilusitano teve forte poder mobilizador” (FAUSTO, 2015, p. 134), pois havia uma suspeita de que Dom Pedro pudesse voltar a fazer do Brasil uma Colônia, já que Dom João VI havia morrido e o trono de Portugal poderia ser assumido pelo imperador do Brasil. Assim, o Exército, constituído em sua maioria por mulatos, insatisfeitos com as condições de vida, com os salários atrasados e com a rígida disciplina, afastava-se do imperador.

Dom Pedro I abdicou do trono, em favor de seu filho, Dom Pedro II, em 1831. Com isso, o Brasil teria no trono um rei nascido no Brasil, porém, naquele momento, Pedro II tinha apenas cinco anos. Dom Pedro I foi para a Inglaterra, desejando recuperar o trono Português. O período da abdicação de Dom Pedro I até o ano em que Dom Pedro II atingiu idade suficiente para governar, em 1840, é chamado pela historiografia como Regência, porque o país foi regido por figuras políticas em nome do imperador: de 1831 até 1834, foram três os regentes, mas, a partir de 1834, apenas um.

Sobre desse período, Fausto pondera que foi um dos mais agitados da história do país e um dos mais importantes, pois, naqueles anos, houveram discussões relacionadas à unidade territorial do país, bem como o debate político acerca da centralização e descentralização do poder, da autonomia das províncias e a organização das forças armadas. O autor acrescenta que as reformas organizadas pelos regentes evidenciaram as dificuldades em colocar em prática os ideais liberais, que fugiam do absolutismo. Porém, naquelas condições, “[...] muitas medidas destinadas a dar alguma flexibilidade ao sistema político e a garantir as liberdades

individuais acabaram resultando em violentos choques entre as elites e no predomínio dos interesses locais” (FAUSTO, 2015, p. 139).

Essas considerações enfatizam a força daqueles que optavam por uma monarquia centralizada, porém, não havia um consenso nem clareza a respeito do papel do Estado como gerenciador dos interesses gerais, em contrapartida com a necessidade de sacrificar, em certas circunstâncias, os interesses de um ou outro setor social. T tamanha era a dissonância que, após a abdicação de Dom Pedro I, a tendência política “vencedora”, segundo Fausto, foi a dos “liberais moderados”, cuja maior proporção de políticos estava em Minas, São Paulo e Rio, além dos padres e graduados em Coimbra, proprietários de terras e de escravos. Na oposição, apresentavam-se os “exaltados”, que defendiam a federação e as liberdades individuais; e os absolutistas, muitos deles portugueses, que ocupavam cargos burocráticos no Exército e no comércio. Estes lutavam pela volta de Dom Pedro I ao trono, mas ele morreu em 1834, interrompendo o sonho dos absolutistas.

As reformas realizadas pelos regentes “trataram de suprimir ou diminuir as atribuições de órgãos da Monarquia e criar uma nova forma de organização militar, que reduzisse o papel do Exército” (FAUSTO, 2015, p. 140). O Código de Processo Criminal²² que entrou em vigor em 1832 foi uma dessas reformas. O Ato Adicional de 1834, lei que fez alterações constitucionais, anulava o Poder Moderador no período da Regência e suprimia o Conselho de Estado. Além disso, foram criadas as Assembleias Provinciais, que fixavam despesas municipais e provinciais e lançavam impostos para o atendimento dessas despesas. Além do mais, podiam nomear e demitir funcionários públicos, o que deu aos políticos regenciais uma arma significativa para obtenção de votos em troca de favores, ou para perseguir inimigos (FAUSTO, 2015).

Por fim, citamos a criação da Guarda Nacional. O Exército era uma instituição vista como suspeita pelo governo, pois sua base era formada por pessoas insatisfeitas, sobretudo devido aos salários, e estes poderiam se rebelar, aliando-se com o povo. A ideia da Guarda Nacional consistia em “organizar um corpo armado de cidadãos confiáveis, capaz de reduzir tanto os excessos do governo centralizado como as ameaças das ‘classes perigosas’. Na prática, a nova instituição ficou incumbida de manter a ordem no município onde fosse formada” (FAUSTO, 2015, p. 141). O alistamento para a Guarda Nacional era obrigatório

²² Esse código dava maiores poderes aos juizes de paz, que eram eleitos nas localidades e que, a partir de então, poderiam prender e julgar pessoas acusadas de pequenas infrações. O Código instituiu também o júri, e o *habeas corpus*.

para os cidadãos com direito a voto nas eleições primárias, que tivessem entre 21 e 60 anos. Essa obrigatoriedade desfalcou o Exército.

Além das reformas, o período regencial foi marcado por revoltas provinciais²³ que estavam relacionadas às dificuldades cotidianas e incertezas relacionadas à organização política. As revoltas ocorreram nas principais capitais e os protagonistas eram as tropas e o povo. O autor explica que as antigas revoltas provinciais estavam pautadas, primordialmente, na queixa a centralidade do poder nas mãos do monarca. Após o Ato Adicional de 1834, essas províncias ganharam mais autonomia, além de mais verbas, conforme indicamos. Porém, nesse caso, “os regentes acabaram incentivando as disputas entre elites regionais pelo controle das províncias cuja importância crescia. Além disso, o governo perdera a aura de legitimidade que, bem ou mal, tivera enquanto um imperador esteve no trono” (FAUSTO, 2015, p. 142). Isso ajuda a entender o motivo para tantas revoltas nesse período.

Segundo Fausto, nesse período de revoltas, começaram a se definir as tendências políticas, pois apareciam, em germe, os dois partidos imperiais: de um lado, o partido Conservador (ou “Saquarema”), com a presença dos magistrados, burocratas, parte dos proprietários rurais, sobretudo, do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e comerciantes, muitos deles portugueses; e do outro lado, o partido Liberal (ou “Luzia”, formado pela classe média urbana, alguns padres e proprietários rurais de áreas menos tradicionais, como São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. Além disso, o sistema político não havia se estabilizado, especialmente quando, em 1837, foi eleito como regente um conservador.

O Segundo Reinado é um marco histórico brasileiro que começou em 1840, quando Dom Pedro II foi forçado a assumir o trono aos quatorze anos, adotando uma política de centralização do poder. Essa política provocou revoltas liberais, em especial, em duas províncias: São Paulo e Minas Gerais, com ramificações no Rio de Janeiro. Em 1848, ano marcado por revoluções democráticas na Europa, surgiu, em Pernambuco, a Revolução Praieira, que apresentava críticas sociais e ideias socialistas (de autores franceses, como Proudhon e Fourier). Porém, a Revolução Praieira não era socialista, mas tratava-se de queixas de senhores de engenho devido a perda do controle da província para os conservadores. Eles defendiam o federalismo, a abolição do Poder Moderador, a expulsão dos portugueses, a nacionalização do comércio, e o sufrágio universal.

²³ Fausto cita a Guerra dos Cabanos, Revolta Pernambucana de 1832 a 1835; a Cabanagem, ocorrida no Pará entre 1835 e 1840; a Sabinada, revolta bahiana que ocorreu entre 1837 até 1838; a Balaiada, ocorrida no Maranhão de 1838 a 1840, e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, nos anos de 1836 a 1845.

A Revolução Praieira foi a última das revoluções. Assim, a Monarquia centralizada apenas consolidou-se em 1850, após cessarem as rebeliões provinciais. Começou a funcionar, a partir de então, um governo que se aproximava do Parlamentarismo²⁴, mas que não pode ser considerado em seu sentido próprio, segundo Fausto. Especialmente em 1847, um decreto criou o cargo de presidente do Conselho de Ministros, indicado pelo imperador, e esse presidente formava um Ministério, que era encarregado do Poder Executivo. O presidente necessitava da confiança da Câmara e do Imperador para manter-se no governo. O Imperador, porém, mantinha boa parte das atribuições por meio do Poder Moderador, o que distinguia esse sistema político do parlamentarismo. Isso significa que se a Câmara não apoiasse o gabinete de preferência do Imperador, este usaria a prerrogativa do Poder Moderador. Fausto apontou o resultado desse sistema:

Como resultado desse mecanismo, houve em um governo de cinquenta anos, a sucessão de 36 gabinetes, com a média de um ano e três meses de duração cada um. Aparentemente, havia uma grande instabilidade, mas, de fato, não era bem isso o que ocorria. Na verdade, tratava-se de um sistema flexível que permitia o rodízio dos dois principais partidos no governo, sem maiores traumas. Para quem estivesse na oposição, havia sempre a esperança de ser chamado para governar. Assim, o recurso às armas se tornou desnecessário. (FAUSTO, 2015, p. 155).

Dessa forma, tratava-se de um mecanismo que garantiria, ao menos aparentemente, a paz entre as duas principais vertentes políticas do período. Fausto (2015) pondera, então, o que os aproximava ou os afastava. Para o autor, a política (e os políticos) do período não se fazia para alcançar objetivos ideológicos, mas, sobretudo, para obter prestígio e benefícios para si e sua gente. Isso significa que a divisão em dois partidos tinha muito de uma disputa por clientelas opostas, busca de vantagens ou migalhas do poder. Porém, não se pode reduzir a política apenas aos interesses pessoais, já que lidavam com temas referentes à organização do Estado, às liberdades públicas, à representação, à escravatura.

O autor relembra que o que dividiu os políticos em dois partidos foi o tema da centralização e descentralização do poder. A partir de 1870, sobretudo, em São Paulo, as alterações socioeconômicas, decorrentes da produção cafeeira, gerou uma classe que assumiu com toda a consequência um dos aspectos principais da descentralização, que era a defesa da autonomia provincial. Fausto complementa que, entre os grupos compostos pela burguesia cafeeira e a classe média urbana, surgia uma nova convicção, que consistia na descrença de

²⁴ “[...] nesse sistema o ministério – chamado de gabinete – depende essencialmente do Parlamento, de onde sai a maioria de seus membros” (FAUSTO, 2015, p. 155).

que as reformas descentralizadoras ou de ampliação da representação política pudessem ocorrer nos quadros da monarquia. Surgiu, então, o movimento republicano.

Abordar a questão da produção do café na região paulista, na década de 1870, nos conduz, de antemão, a uma explicação acerca da estrutura socioeconômica do país durante o regime imperial. A esse respeito, Fausto (2015) destaca a economia cafeeira, a questão da escravidão e do tráfico, bem como da imigração. Para esse autor, o café²⁵ e sua exportação foram a novidade na economia brasileira das primeiras décadas do século XIX.

Nesse período, a agricultura acontecia de maneira tradicional, e os escravos empregavam sua força de trabalho. Além disso, se impôs que a agricultura acontecesse nas grandes propriedades. Isso pode ser explicado pela forma como ocorreu a ocupação das terras, que seguiu um padrão que vinha do passado e iria se repetir ao longo da história do Brasil, inclusive nos dias atuais. Não havia definição dos limites das propriedades, e muitas terras eram inexploradas. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (2014) fez uma interessante reflexão acerca da ocupação das terras brasileiras:

Não é certo que a forma particular assumida entre nós pelo latifúndio agrário fosse uma espécie de manipulação original, fruto da vontade criadora um pouco arbitrária dos colonos portugueses. Surgiu, em grande parte, de elementos adventícios e ao sabor das conveniências da produção e do mercado. Não se pode afiançar que o sistema de lavoura, estabelecido, aliás, com estranha uniformidade de organização, em quase todos os territórios tropicais e subtropicais da América, tenha sido, aqui, o resultado de condições intrínsecas do meio. Foi a circunstância de não se achar a Europa industrializada ao tempo dos descobrimentos, de modo que produzia gêneros agrícolas em quantidade suficiente para seu próprio consumo, só carecendo efetivamente de produtos naturais dos climas quentes, que tornou possível e fomentou a expansão desse sistema agrário. (BUARQUE DE HOLANDA, 2014, p. 54).

Esse autor apresentou aspectos que ajudam a explicar o motivo pelo qual as terras brasileiras foram divididas e separadas em grandes latifúndios. Para ele, é incorreto afirmar que essa maneira de utilizar a terra foi fruto de uma vontade casual, isto é, sem preparo e sem uma clara intencionalidade. Da mesma maneira, não se pode afirmar que é resultado das condições do meio. Esse modelo surgiu pelas conveniências da produção e do mercado, sobretudo do mercado externo.

A demanda do mercado externo que fez com que as terras brasileiras fossem exploradas para produção excedente. O que o português veio buscar no Brasil era a riqueza.

²⁵ Os capítulos dois, “Condições históricas da expansão cafeeira”, e três, “Economia cafeeira”, de Sérgio Silva (1986) são referências para o histórico do desenvolvimento do café no Brasil.

Assim, entendia-se que uma produção de índole semi-capitalista, orientada, sobretudo, para o consumo externo, teria que prevalecer por força de critérios grosseiramente quantitativos, o que justifica a forma de exploração da terra no Brasil. Por isso, Buarque de Holanda (2014) atribuiu aos portugueses a escolha por esse modo de explorar a terra em forma de grande latifúndio e pela monocultura. As técnicas para cultivo, durante todo o regime monárquico, eram simples, pré-industriais, e a produção era extensiva, isto é, não havia preocupação com a produtividade da terra, sendo explorada ao máximo e, quando não mais produzissem, eram descartadas.

O autor Boris Fausto (2015) enfatiza que a produção do café, desde os primeiros tempos, esteve em mãos de grandes organizações americanas e inglesas. O mercado interno não absorvia a produção em larga escala, apesar do crescimento do hábito de consumir café no país. Assim, “o destino dos negócios cafeeiros sempre esteve ligado ao mercado externo” (FAUSTO, 2015, p. 163). Seu principal país consumidor foi os Estados Unidos, país onde ocorreu a ampliação do hábito de consumir café entre a classe média. Nesse contexto, a Inglaterra não era grande consumidora de café, o que não permitia a obtenção de receita suficiente pelo comércio com a Inglaterra. Porém, o Brasil dependia desse país para conseguir empréstimos e créditos, fazendo com que a dívida externa fosse sobretudo com os banqueiros ingleses.

O complexo cafeeiro deslocou o polo dinâmico do Brasil para o Centro-Sul, conforme indicou o autor, pois em função dessa cultura ocorreu o aparelhamento dos corpos, a criação de empregos e novos mecanismos de crédito, a revolução nos transportes. Mas isso não ocorreu da noite para o dia, pois, nesse longo processo, houve a decadência do Nordeste e o fortalecimento do Centro-Sul, cuja consolidação se deu a partir de 1870. Fausto explica que os grandes comerciantes e proprietários rurais se tornaram a base de apoio do governo. Isso não significa que eles se apropriaram do poder do imperador e da burocracia imperial, de modo que o imperador apenas atendia aos interesses dessa classe dominante, pois, às vezes, ele os contrariava. Um exemplo foi a aprovação da Lei do Ventre Livre (1871), que enfrentou a oposição dos proprietários de terras e de escravos.

Os fazendeiros opunham-se a extinção da escravidão, pois boa parte da expansão do tráfico de escravos ocorreu devido às necessidades da lavoura do café. Os grandes proprietários rurais tinham motivos para predileção pelo trabalho escravo, pois não havia alternativa viável ao trabalhador cativo na grande propriedade e nem a existência de rebeliões escravas. Além disso, era comum no período o entendimento de que o fim do tráfico de escravos provocaria um colapso da sociedade brasileira.

Logo, começou-se a especular quem substituiria a mão de obra do escravo. A Lei de Terras (1850), aprovada duas semanas após a extinção do tráfico, era uma resposta, visto que, por meio dela, era possível evitar a apropriação da terra por parte do futuro imigrante. Em resumo, “os grandes fazendeiros queriam atrair imigrantes para começar a substituir a mão de obra escrava, tratando de evitar que logo eles se convertessem em proprietários” (FAUSTO, 2015, p. 169). Gonçalves Neto e Carvalho (2002) complementam que o investimento, desde meados do século XIX, na imigração europeia, utilizando a mão de obra do imigrante como uma nova força de trabalho, tinha por objetivo complementar o “branqueamento” da sociedade brasileira.

A década de 1850 foi marcada por medidas que encaminhavam o país para a modernidade. A liberação de capital ocorrida com o fim do tráfico negreiro oportunizou uma intensa atividade de negócios e de especulação, pois surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor. Fausto (2015) entende que já se esboçavam as mudanças, no sentido de uma modernização capitalista, pois ocorreram tentativas para criar um mercado de trabalho, de terra e dos recursos disponíveis.

Uma dessas mudanças para alcançar a modernização ocorreu pela melhoria no sistema de transporte, que era precário, pois ainda realizado por mulas. Ocorreram iniciativas e concessões, por parte do governo, para quem empreendesse no melhoramento dos transportes. As maiores iniciativas foram realizadas pela necessidade de melhorar as condições de transporte dos principais produtos de exportação para os portos mais importantes do país. Um exemplo foi a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, conhecida mais tarde como Central do Brasil, utilizada para o transporte do café. Essa estrada começou a ser construída, em 1855, e alcançou o território paulista apenas de 1875.

Nesse contexto, São Paulo começou a destacar-se na produção do café. A substituição da cultura do açúcar pela cultura do café ocorreu em virtude da queda do preço do açúcar, ao contrário do que acontecia com o café. A expansão ocorreu pela ocupação das terras pouco exploradas de São Paulo. O favorecimento devido à disponibilidade de terras que beneficiaram os cafeicultores paulistas foi justamente o que levou ao declínio da plantação de café no Vale do Paraíba. A prática da agricultura extensiva foi realizada pelos paulistas, porém a localização geográfica permitia que eles incorporassem novas áreas. Ao contrário, porém, estava o Vale do Paraíba que tinha limites geográficos e não havia para onde avançar quando a terra estivesse deteriorada. Além da disponibilidade de terra, outras questões favoreceram a ascensão da produção de café em São Paulo, como a qualidade do solo e o clima, favoráveis ao plantio. A terra roxa, por exemplo, duplicava a durabilidade do solo.

Outra questão apontada por Fausto foi o momento histórico. A produção de café no Vale do Paraíba começou mais cedo e, por isso, foi realizada na dependência do trabalho escravo. Os grandes fazendeiros defendiam a escravidão e, por isso, apoiavam o governo monárquico. Entretanto, com as medidas que encaminharam o país para a extinção dessa forma de trabalho, a produtividade já havia entrado em declínio. Já em São Paulo, a economia do café fez surgir uma nova classe, a burguesia do café, o que indica que “a região de São Paulo entrou em um processo de transformações no sentido da constituição de uma economia capitalista” (FAUSTO, 2015, p. 174). Isso aconteceu ao longo de décadas, em que ocorreu a acumulação de capital, a diversificação da economia, a formação de um mercado de terras, de produção e de consumo.

Contudo, é importante entender que os dois grupos de cafeicultores partiram, segundo Fausto, de pressupostos comuns, que se diversificaram devido às diferenças do meio físico e social. Ambos praticavam a agricultura extensiva e adotaram o trabalho escravo. A imigração foi uma solução utilizada pelos paulistas não por considerarem a maior rentabilidade do trabalho livre, mas porque precisavam buscar alternativas para a mão de obra, pois a escravidão estava em vias de extinção.

Assim, a solução para a substituição da mão de obra escrava foi atrair a mão de obra europeia para o trabalho nas fazendas. Segundo Fausto (2015), o escravo não foi transformado em trabalhador livre, porque os fazendeiros tinham preconceito em mudar o regime de trabalho do escravo e porque os escravos poderiam não aceitar ficar numa situação próxima da que viviam. Além disso, acreditava-se na argumentação racista de que o escravo era menos capaz. Assim, a história da imigração para as zonas cafeeiras de São Paulo começou no Segundo Reinado.

Sobretudo a partir de 1871, ano da Lei do Ventre Livre, houve a realização de esforços para atrair imigrantes. Fausto explica que a iniciativa partiu do governo, o que demonstra um alinhamento entre a elite política e os fazendeiros de café. Esse incentivo ao imigrante ocorreu, em certo momento, por meio da subvenção, de modo que se pagava hospedagem ou passagem para aqueles que quisessem trabalhar no Brasil. Os resultados não foram os mais animadores, pois o número de imigrantes que vieram para São Paulo foi pequeno nos primeiros anos. Alguns vinham para o Brasil, mas voltavam a sua terra natal por não aceitarem as condições de vida brasileira.

A partir da década de 1870, o Segundo Reinado começa a apresentar alguns sintomas de crise. Nesse cenário, Fausto (2015) destaca o fim da escravidão, o ideal republicano, as tensões entre o Estado e a Igreja, o papel dos militares, o positivismo, as correntes reformistas

do Império, e os problemas com os militares. O **fim da escravidão** foi um processo gradual (MACHADO, 2002) e a maior controvérsia desse processo aconteceu em 1871, com a Lei do Ventre Livre²⁶. O projeto dessa lei partiu, conforme evidenciamos, do gabinete conservador do governo.

Na década de 1880, o movimento de abolição se fortaleceu, e surgiram associações, jornais e propagandas que defendiam essa causa. Provinham de diversas classes as pessoas que apoiavam a causa, como Joaquim Nabuco. O Nordeste cada vez mais evidenciava seu desinteresse na manutenção desse sistema, pois declarou livres seus escravos em 1884. Em 1885, foi aprovada a Lei do Sexagenário (Lei Saraiva-Cotegipe)²⁷, proposta pelo gabinete liberal. Desse momento até 1888, o abolicionismo ganhou ímpeto.

Em 1888, apenas representantes da velha zona cafeeira do Vale do Paraíba ainda defendiam a escravidão, pois a manutenção de suas fortunas dependia dos escravos. Um senador conservador chegou a propor a libertação dos escravos, mediante indenização e trabalho por mais três meses. Essa proposta foi negada e, então, em 13 de maio, com a aprovação por grande parte dos parlamentares, princesa Isabel sancionou a lei. Após a sanção da Lei, o destino dos escravos variou, visto que uns se tornaram dependentes dos grandes proprietários (no Nordeste), outros tomaram posse de algumas terras desocupadas (no Maranhão), alguns tornaram-se parceiros nas fazendas de café, pequenos sítiantes ou peões (Vale do Paraíba). Já nos centros urbanos, como em São Paulo, os ex-escravos assumiram serviços irregulares e mal pagos. No Rio, alguns tiveram oportunidades em oficinas artesanais e manufaturas. Porém, apesar dessas variações regionais, Fausto pondera:

[...] a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante nas áreas regionais mais dinâmicas da economia, e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo, em outras áreas, resultaram em uma profunda desigualdade social da população negra. Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, perigoso, vadio e propenso ao crime; mas útil quando subserviente. (FAUSTO, 2015, p. 189).

²⁶ “A proposta declarava livres os filhos de mulher escrava, nascidos após a lei, os quais ficariam em poder dos senhores de suas mães até a idade de oito anos. A partir dessa idade, os senhores podiam optar por receber do Estado uma indenização ou utilizar os serviços do menor até completar 21 anos. O projeto partiu de um gabinete conservador, presidido pelo visconde do Rio Branco, arreatando desse modo a bandeira do abolicionismo das mãos dos liberais” (FAUSTO, 2015, p. 186).

²⁷ A Lei “concedia liberdade aos cativos maiores de sessenta anos e estabelecia normas para a libertação gradual de todos os escravos, mediante indenização”

O conhecimento histórico da população negra no Brasil descortina os motivos pelos quais como, até hoje, a condição de precariedade e preconceito prevalece. Após as considerações sobre o fim da escravidão, Fausto discorre sobre o **ideal republicano** e seu papel na crise do Segundo Reinado, que levou a derrocada do regime imperial. A presença dos ideais republicanos remonta o final do século XVIII de forma que, a partir de 1870, muitos que defendiam esse regime político haviam herdado as concepções republicanas do final daquele século. Alguns homens defendiam uma revolução popular para a instauração desse regime, ao passo que outros, como Quintino Bocaiuva, defendiam uma transição pacífica, de preferência após a morte de Dom Pedro II.

Fausto (2015) esclarece que a base social nas cidades era composta por profissionais liberais e jornalistas, além da influência sobre os militares. Os republicanos do Rio de Janeiro, por exemplo, associavam a República à maior representação política dos cidadãos, aos direitos e garantias individuais, à federação, ao fim do regime escravista.

Na década de 1870, ocorreu uma novidade que foi o surgimento de um movimento republicano conservador nas províncias, cuja maior expressão foi o Partido Republicano Paulista, o PRP, formado pela burguesia do café. Esse partido defendia a federação como ponto fundamental e, para eles, o Império seria incompatível com a autonomia provincial. Essa autonomia por eles defendida previa o controle pelas províncias da política bancária e da imigração, bem como a descentralização das rendas. Os republicanos paulistas diferenciavam-se dos do Rio de Janeiro, especialmente, pela defesa da federação, mas também pelo menor interesse na defesa das liberdades civis e políticas, e pela forma de lidar com o problema da escravidão.

No que diz respeito às **tensões entre Estado e Igreja**, Fausto (2015) mostra que, na década de 1870, tornaram-se mais evidentes. Na Constituição, a Igreja Católica era oficial, mas foi permitido ao Estado, também via Constituição, o direito de conceder ou negar validade aos decretos eclesiásticos. Porém, em 1870, o poder do Papa foi reforçado quando proclamou o dogma da sua infalibilidade. Dessa forma, essa política incentivou maior rigidez dos padres em matéria de disciplina religiosa no Brasil, e uma reivindicação de autonomia perante o Estado. Dom Vital, obedecendo à determinação do Papa, decidiu proibir o ingresso de maçons nas irmandades religiosas. Entretanto, apesar de pequena, a maçonaria tinha influência nas classes dirigentes, de maneira que Dom Vital foi preso, mas, com um arranjo, foi solto e a proibição aos maçons foi suspensa pelo Papa. Dessas tensões, a união entre Igreja e Estado passou a ser amplamente questionada.

O **papel do Exército** na história do Brasil teve como característica a oscilação, visto que, antes do período das Regências, o exército tinha participação significativa no governo, porém, a presença das tropas nas agitações populares fez com que o Exército fosse olhado com desconfiança. A criação da Guarda Nacional evidencia essa afirmação. Por outro lado, até 1850, o quadro de oficiais do Exército era formado por elites e, somente nas décadas seguintes, esse quadro se alterou, devido aos baixos salários, baixas condições de vida, lentidão das promoções, o que desencorajou os filhos das elites a seguirem a carreira militar. Crescia o número de oficiais que provinham de famílias de militares.

A maioria dos novos oficiais era do Nordeste e do Rio Grande do Sul, porém, mais expressivamente do Rio Grande do Sul, devido ao fato de a região estar na fronteira onde se concentravam os contingentes militares, de forma que a carreira do Exército era de prestígio. Foi nessa região que o governo criou uma Academia Militar para oficiais da infantaria e cavalaria. Na década de 1850, medidas foram tomadas para fortalecer o exército, como a atribuição de privilégios aos portadores de diploma na Academia Militar.

Antes da Guerra do Paraguai (1864-1870), já havia críticas ao governo por parte do Exército, tanto no que dizia respeito às questões específicas da corporação, quanto às questões mais gerais do país, como o fim da escravatura, a educação, a indústria e construção de estradas de ferro. Após a Guerra do Paraguai (cuja maior consequência para o Brasil foi, segundo Fausto, a afirmação do Exército como uma instituição com fisionomia e objetivos próprios) e a reorganização da Academia Militar, o Exército se consolidou como corporação. Assim, intervindo na área política, “muitos oficiais passaram a se expressar como militares e não como militares que fossem também políticos” (FAUSTO, 2015, p. 198), pois sua lealdade básica estava atrelada ao Exército.

Fausto faz menção à Escola Militar da Praia Vermelha, que foi pensada, no início, como instituição de ensino militar, mas converteu-se em um centro de estudos de matemática, filosofia e letras. Foi nesse local que tiveram início os ataques à monarquia mais diretamente. Assim, a República ganhou destaque e, para isso, a influência do Positivismo foi crescente, sobretudo depois de 1872, quando Benjamin Constant se tornou professor da escola.

Sobre o Positivismo, Fausto (2015) destaca que se trata de uma corrente de pensamento cujos pressupostos foram formulados por Augusto Comte (1798-1857). O autor pontua quais foram os pontos mais atraentes para os militares brasileiros: Comte considerava que a ditadura republicana era a melhor forma de governo para as condições de sua época, opondo-se a República Liberal, que se baseava na ideia de soberania popular; a ditadura republicana de Comte não era o mesmo que despotismo, mas implicava a ideia de um governo

de salvação no interesse do povo, isto é, o ditador republicano deveria ser representativo, mas poderia afastar-se do povo para o bem da República; além do mais, o Positivismo propunha a separação entre a Igreja e o Estado e a preferência pela formação técnica, pela ciência e pelo desenvolvimento industrial. Os militares brasileiros apropriaram-se apenas do que estava mais alinhado com as suas percepções, pois a ditadura republicana assumiu a defesa de um Executivo forte e intervencionista.

O Positivismo foi discutido no livro *“O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”*: as propostas do apostolado positivista para a educação brasileira (1870-1930), escrito por João Carlos da Silva (2016). Ele mostra que, no Brasil, o Positivismo mais ortodoxo desenvolveu-se por intermédio das interpretações de Miguel Lemos (1854-1917) e Teixeira Mendes (1855-1927). Eles foram fundadores da Igreja Positivista do Brasil e marcaram as posições oficiais do Apostolado Positivista do Brasil, o APB, criado em 1876. Em 1881, com sua institucionalização definitiva, os seguidores iniciaram intensas atividades, sobretudo nos dois últimos decênios do Império, cujos esforços foram centrados na “[...] formação da opinião pública, bem como na tentativa de influenciar nas tomadas de decisões do governo, naquilo que consideravam como seu projeto educativo, isto é, a regeneração da humanidade” (SILVA, 2016, p. 14).

Silva (2016) mostra que, no final do século XIX, o Positivismo cresceu e ganhou adeptos de diferentes seguimentos da sociedade brasileira, como a academia, a imprensa, quartéis, escolas, parlamento, entre os comerciantes e industriais. O autor apresenta, então, que foi recorrente entre os positivistas a necessidade de elaborar e propor medidas de natureza pedagógica, social e política, com o objetivo de inserir na vida republicana ex-escravos e imigrantes. Por isso, saíram em defesa de uma renovação político-social em torno da educação, saúde, problemas sociais, processo de produção, organização do Estado, jornada de trabalho, proteção social, condições de trabalho e bem-estar social do trabalhador.

Acerca das **reformas** realizadas durante a Monarquia, a reforma eleitoral, pela Lei Saraiva, de 1881, foi considerada por Boris Fausto (2015) uma das medidas mais importantes. Por meio dessa reforma eleitoral, ficou estabelecido o voto direto para as eleições legislativas, acabando com a distinção restritiva entre votantes e eleitores. Isso significa que todas as pessoas em condições de votar passaram a ser eleitores, inclusive os não católicos, os estrangeiros naturalizados e os ex-escravos. Manteve-se o censo econômico e introduziu-se o censo literário, isto é, só poderiam votar as pessoas alfabetizadas. Machado (2010, p. 59) apontou os motivos pelos quais houve o aumento no contingente de eleitores, que passou a conceder o direito ao voto a indivíduos até então ignorados pelo sistema político:

Era preciso absorver o escravo prestes a se tornar homem livre e persuadi-lo ao trabalho, sem recorrer ao chicote, e, ao mesmo tempo, era preciso dissolver as diferentes nacionalidades dos imigrantes deserdados que para o Brasil afluíam, bem como destruir o poder que o grande proprietário de terras exercia sobre os eleitores dele dependentes. A eleição direta era posta como aquela que poderia diminuir o poder do grande proprietário.

Essa lei começou a ser aplicada nas eleições de 1881, porém, nos anos seguintes os velhos vícios, as fraudes e a pressão sobre os eleitores voltaram. Para finalizar, o autor cita os **problemas com os militares**, pois, a partir de 1883, surgiram desavenças entre o governo e o Exército. Um dos problemas ocorreu quando o tenente-coronel Sena Madureira, que era amigo do imperador e prestigiado oficial, publicou em um jornal republicano, *A Federação*, relatando como aconteceu um episódio que viveu no Ceará, o que resultou em uma punição e transferência para o Rio Grande do Sul, de maneira que esse relato acabou acirrando os ânimos. Diante dessa situação, o ministro da Guerra assinou uma ordem que proibia os oficiais de publicarem na imprensa questões políticas ou da corporação. Os oficiais do Rio Grande do Sul protestaram, em uma reunião e, nessa ocasião, Deodoro da Fonseca, então presidente da província, não puniu os oficiais. Ele, então, foi convocado no Rio de Janeiro e surgiu uma forma conciliatória em favor dos militares. Em 1887, foi criado o Clube Militar, que atendia aos interesses da corporação, sendo Deodoro o presidente, de modo que ele fez alguns pedidos ao ministro da Guerra, como a interrupção da caça aos escravos fugitivos, pedido que foi negado e que aumentou a insatisfação da classe.

A partir daí, tiveram início acontecimentos pontuais, cujo resultado foi a queda da Monarquia. A insatisfação militar e a propaganda republicana cresciam, quando o visconde de Ouro Preto, liberal, foi convidado pelo imperador para compor o gabinete. Este nomeou para presidente da província do Rio de Janeiro um inimigo pessoal de Deodoro, Silveira Martins, o que aguçou os ânimos. Alguns encontros entre líderes republicanos paulistas, gaúchos e os militares estavam acontecendo desde 1887. Então, em novembro de 1889, figuras como Rui Barbosa, Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva reuniram-se com Deodoro para convencê-lo a liderar o movimento contra o regime monárquico. Deodoro decidiu-se ao menos por derrubar o visconde de Ouro Preto. Nas primeiras horas do dia 15 de novembro de 1889, comandando a tropa, marchou para o Ministério da Guerra, onde estavam os líderes monarquistas, consumando a queda da Monarquia.

Fausto (2015) apontou uma série de fatores que contribuíram para o fim do regime imperial. Em primeiro lugar, mencionou duas forças que devem ser ressaltadas no episódio da

queda da monarquia: o Exército e a burguesia cafeeira de São Paulo, organizados politicamente no PRP. A derrubada da Monarquia foi o resultado de uma iniciativa exclusiva do Exército, ao passo que a burguesia do café oferecia à República uma base social estável. Fausto (2015) chama a atenção para o fato de que o imperador ficou doente e, por isso, o Exército confrontava diretamente a elite imperial, elite esta que não abria mão da crença no predomínio da autoridade civil. Além disso, não havia perspectiva para um terceiro reinado.

Foi comum atribuir a queda da Monarquia à disputa entre a Igreja e o Estado e a Abolição. A disputa entre Igreja e Estado contribuiu para o acontecimento, mas, para Fausto, “seu peso não deve ser exagerado”, pois a Igreja não tinha forte influência entre as elites dirigentes no período. No que diz respeito à extinção da escravidão, o autor argumenta que as iniciativas do imperador causaram ressentimentos entre os proprietários rurais, pois os fazendeiros do café do Vale do Paraíba acreditavam que o imperador agisse em defesa de seus interesses, de maneira que o Império perdeu sua base social de apoio. Porém, Fausto pondera que a abolição não teve maior significado no fim do regime, já que os barões fluminenses já não tinham mais força social expressiva no período.

2.2.3. A imprensa imperial brasileira

Neste subtópico, estabelecemos um diálogo com a história da imprensa brasileira, com vistas ao entendimento do papel da imprensa no processo de construção da nação e da nacionalização brasileira, e para estabelecermos uma relação entre a produção da imprensa brasileira geral com essa imprensa específica, dos estudantes, que elegemos como objeto deste estudo. À vista disso, nos questionamos: Como a história da imprensa brasileira contribui para a compreensão da história da imprensa estudantil oitocentista, especificamente? Os artigos de Marco Morel (2015) e Ana Luiza Martins (2015), publicados no livro *História da Imprensa no Brasil*, nos conduziram pelos caminhos históricos da imprensa no século XIX.

Morel (2015) explicou que, especialmente até a década de 1840, a imprensa brasileira, ainda uma criança²⁸, tratava, sobretudo, de questões relacionadas com a política, o que fazia da imprensa uma arena de debate e atuação política. Contudo, nem todos os jornais enveredavam pelo debate político acentuado e predominante, pois alguns apostavam na linha mercantil e noticiosa, embora nem sempre escapassem do estilo que predominava na época.

²⁸ O marco de surgimento da imprensa brasileira é de 1808, com a publicação do jornal *Correio Braziliense*. Isso significa que, na década de 1840, a imprensa a pouco se fazia presente em solo brasileiro.

Nesse cenário, surgiu o estilo panfletário e, decorrente desse estilo, o redator panfletário. Em geral, esse redator era visto como portador de uma missão, ao mesmo tempo política e pedagógica, além de ser o tipo de escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates e que achava terreno fértil para atuar numa época de transformações (MOREL, 2015). Nessa época, esses profissionais não eram chamados de jornalistas, mas de redatores ou gazeteiros, uma vez que os jornais se denominavam gazeta, folha ou periódico.

Esses periódicos não devem ser caracterizados como panfletos propriamente ditos, ou pasquins (folhas volantes e avulsas, quase sempre anônimas e sem continuidade). Da mesma forma, a imprensa periódica é bem diferente do que hoje se compreende, pois, apesar de algumas iniciativas estáveis, havia elevado número de títulos efêmeros, tinha formato pequeno, poucas páginas, anúncios escassos, e tanto um jornal governista quanto um oposicionista tinham alcance semelhante. A maior parte dos homens de letras daquela geração escreviam no estilo panfletário:

A maioria dos homens de letras dessa geração, independente do posicionamento político, escrevia no chamado estilo panfletário, que expressou uma das fases mais criativas e vigorosas dos debates políticos mundiais e da imprensa brasileira em particular, só vindo a desaparecer na segunda metade do século XX. O estilo panfletário [...] alcançava eficácia por várias características retóricas interligadas, como: capacidade de convencer e de atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo densidade doutrinária e ideológica e agilidade para expressar, em situações específicas e circunstanciais, uma visão de mundo geral e definida. (MOREL, 2015, p. 36).

Além desse estilo, que devido as suas características era um meio ideal para o debate político, as primeiras décadas do século XIX foram marcadas pela expansão do público leitor, das tiragens e do número de títulos, o que fazia crescer a importância da escrita da imprensa (MOREL, 2015). Morel salienta, porém, que a alfabetização era escassa, o que sugere que a circulação dos jornais, naquele contexto, restringia-se a uma pequena parcela de pessoas que sabiam ler, e essas pessoas eram da “elite”. Entretanto, o autor contesta essa afirmação, defendendo que o rótulo do elitismo para a imprensa deve ser visto com cautela, pois havia “cruzamentos e inserções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas” (MOREL, 2015, p. 39). Isso significa que, para ele, a leitura não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos, o que fazia com que a circulação do debate político ultrapassasse o público leitor.

Outro ponto que o autor destaca relaciona-se com os agentes culturais, políticos e redatores que, por meio de sua escrita em jornais, por vezes, eram construtores do Estado

nacional (MOREL, 2015). Isso significa que o jornal foi uma ferramenta que auxiliava na construção e efetivação da nação brasileira, já que formava opiniões, expressava uma ampla rede de associação em nível nacional, consolidava uma língua nacional, entre outros. O autor pontua que, ora nos polos geopolíticos e comerciais mais ativos, como o Rio de Janeiro e Maranhão, ora em outras províncias, os periódicos circulavam por toda a parte que se constituía como território nacional. Inclusive, havia elos do tipo nacional, já que jornais de determinadas províncias citavam outros, de outras províncias.

Em relação ao período das Regências (1831-1840), Morel (2015) explica que houve uma verdadeira explosão da palavra pública e a imprensa constituiu-se como formuladora de projetos de nação distintos entre si e de uma cena pública cada vez mais complexa, com atores políticos diferenciados, dentre eles, soldados, lavradores arrendatários, profissionais liberais, clero, homens negros, e mulheres. Foi nesse período que emergiu na imprensa a sensibilidade romântica, que se tornaria, posteriormente, um movimento. O marco do romantismo no Brasil foi a revista *Nictheroy* (1836), publicada em Paris, pois foi considerada pioneira do romantismo no país.

Assim, com a restauração do poder centralizador, a partir da declaração da maioria de Dom Pedro II, em 1840, o debate político não desapareceu, mas esfriou-se, de maneira que ocorreu um declínio no número de títulos de jornais. Porém, ao mesmo tempo, ocorreu a estabilização da imprensa, por meio de órgãos que iam se consolidando como empresas. Morel cita que, em 1840, a imprensa foi marcada pela valorização dos interesses materiais, gerando nela uma despolitização. Ana Luiza Martins (2015), ao discorrer sobre a imprensa durante o período Imperial, enfatiza que o periodismo permaneceu voltado às causas políticas e, em menor escala, às manifestações literárias, ampliando suas funções como prestadora de serviços.

No Segundo Reinado, essa autora explica que se incentivava o cultivo da imprensa pela carga de civilidade que comportava. A palavra e a imagem impressa ganharam força e expressão, com escritos variados “[...] que se propagaram por múltiplas experiências periódicas, produzidas por agentes sociais diversos, que atuaram em favor do desejado cenário civilizatório do Império” (MARTINS, 2015, p. 46). Um exemplo foi a publicação, nos jornais e revistas da época, da rotina do imperador, que colocava em pauta a questão da civilização. Desse modo, reforçavam-se a descendência europeia do jovem monarca e a ligação de nossas elites com o mundo das artes e da ciência da França e da Inglaterra, cuja intenção era inserir o Brasil na cultura ocidental, que era modelo para a sociedade da Corte.

A expansão cafeeira foi o agente econômico que mobilizou conquistas técnicas, ocasionando transformações no país e na imprensa, de acordo com Martins (2015). Devido a isso, o início do Segundo Reinado foi o período do império da palavra impressa. A política e a imprensa uniram-se a serviço dos dois partidos políticos do período, o Conservador e o Liberal, como tratado anteriormente, e condicionavam-se aos interesses econômicos e afinidades intelectuais.

Assim, os jornais representavam os partidos e as políticas, suas posições, ambições e lutas. Os publicistas, como eram chamados os jornalistas com larga erudição, comunicavam-se nesses jornais com uma elite letrada em “tom conselheiral”. Porém, nem todos os casos eram assim, já que havia jornais de confronto, com origem político-partidária, panfletários que denunciavam mazelas e propunham mudanças, denúncias por meio de ilustrações caricatas. A Revolução Farroupilha e a Revolução Praieira são exemplos, citados por Martins, para ilustrar que o cenário não era passivo, e que é possível encontrar registros desses confrontos e outros que foram divulgados pela imprensa.

Nesse quadro, em todo o país, especialmente no Maranhão, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Minas, a imprensa jornalística se propagava e produzia os primeiros jornalistas que se dedicavam somente aos escritos da imprensa. Os temas tratados foram ampliados, sobretudo devido ao comércio internacional diversificado, e se escrevia acerca de questões públicas, problemas administrativos e de economia nacional. Homens conhecidos que, segundo Martins (2015), tinham bagagem enciclopédica e escrita versátil, como Saldanha Marinho, Quintino Bocaiuva e José de Alencar, inicialmente, atuaram como publicistas em suas províncias, mas chegaram à Corte, posteriormente.

A criação nativista, conforme Martins (2015), foi o modelo que se expressou com largueza no país, aparecendo nas características das mensagens que se adaptavam ao tom e à cor locais. Além disso, ela demonstra uma divisão que a imprensa brasileira guardou desses anos, em que cabia aos jornais tratar do debate político, enquanto que às revistas cabia a reflexão cultural. Assim, a partir de 1850, foram observadas mudanças: os jornais de quatro folhas deram lugar a grandes jornais, como o *Diário do Rio de Janeiro*; criava-se a profissão do jornalista e consolidava-se a do tipógrafo.

O *Jornal do Commercio*, minuciosamente tratado por Martins (2015), foi um dos grandes jornais da época e, por sua antiguidade e pela linha conservadora que assumiu, melhor representa o jornalismo oficial do império. Nasceu em 1826 com o título *Espectador Brasileiro*, por Pierre Plancher e, após ser fechado, voltou à cena em 1827 como *Jornal do Commercio*. É hoje considerado o mais antigo diário a circular sem interrupções desde seu

nascimento em toda a América Latina (MARTINS, 2015). Por meio desse jornal, Plancher buscou superar o monopólio do *Diário do Rio de Janeiro*, em especial, na cobertura política. Falava de economia, política e comércio. Abrigou jornalistas expressivos do período, como José de Alencar, Silva Paranhos e Joaquim Nabuco e, segundo a autora, era apartidário de perfil conservador e espelhava o estado da nação.

A autora pondera sobre a segmentação temática e segmentação do público da época. Quanto à segmentação do público, explica que ainda tardaria, pois, a população leitora imperial era restrita, decorrente do elevado índice de analfabetismo no país. No que diz respeito à segmentação temática, elucida que se delineou na sociedade que se tornava mais completa, devido à expansão dos aparelhos administrativos, dos quadros burocráticos e do aumento populacional. Os jornais e revistas, segundo ela, podiam ser adquiridos apenas nos centros administrativos mais expressivos, pois o quadro burocrático, que eram seus leitores, dependia daqueles impressos. Ali, o jornal desempenhou outra função que, para a autora, era imprescindível: “[...] veículo de divulgação de anúncios de todo o teor, numa sociedade que ingressava na oferta e procura de serviços diversos” (MARTINS, 2015, p. 55).

A seção de anúncios tornou-se uma demanda da sociedade mercantil que se ampliava. Nessa seção, “[...] a função veiculadora comercial da imprensa foi além da divulgação de negócios, pois desde a década de 1820 figurou como instância oportuna na formação de um mercado de trabalho livre, instrumento valioso para empregador e empregado” (MARTINS, 2015, p. 55). Foi possível observar a formação do mercado de trabalho feminino, pois as mulheres livres colocavam anúncios, buscando trabalhos domésticos, e as patroas anunciavam o perfil de empregada que buscavam. Além disso, existiam anúncios de compra e venda de cativos.

A produção periódica dos primeiros anos do reinado de Dom Pedro II, anterior as modernidades técnicas, de certa forma, foi considerável. Além dos jornais, revistas foram publicadas, o que demonstra a variedade de interesses daquela sociedade. A autora cita exemplos de periódicos de sucesso daquele período, para além dos jornais oficiais do governo, como, por exemplo, *Guanabara* (1849-1856), que era uma revista de alta literatura.

Sobre a questão material do impresso, Ana Luiza Martins (2015) descreveu que, até meados do Império, o formato das publicações dos jornais e revistas permaneceu o mesmo. Em seguida, a divisão de que os jornais tratariam de política e as revistas tratariam de literatura se desfez, de modo que ambos os conteúdos passaram a ser publicados nos jornais. A autora descreve que a fatura dos jornais era modesta, o papel era ordinário, e as dimensões eram reduzidas. Devido a essas características, em um país de fraco poder aquisitivo, o

periódico tornou-se suporte fundamental do impresso brasileiro no século XIX. Em 1808 existia apenas uma tipografia, mas em 1862 já eram trinta e, em 1889, havia um sem-número delas.

A maioria dos periódicos concentrava-se, no Rio de Janeiro, por tratar-se da província em que se concentrava-se maior parte da população urbana. Essa afirmação nos ajuda compreender o motivo da existência de um número mais significativo de jornais estudantis publicados nessa província. Em Minas, a produção dos jornais tinha certa efervescência, especialmente em Vila Rosa e São João Del Rey. Isso porque, a vida urbana na província foi precoce, devido à mineração, e abrigou uma elite letrada. Buscava-se levar luzes à população e formar, via imprensa, um senso comum. Por isso, a imprensa figurou como instrumento para a política e para a propagação de escritos diversos, traduzidos, segundo Martins, em verso e prosa. Sobre a província de São Paulo, Martins (2015, p. 59) explica:

São Paulo, núcleo acanhado, antes que o café lhe mudasse a fisionomia, abrigava uma Faculdade de Direito, propulsora de ideias, escritos e jornais, figurando como centro promissor do jornalismo no Brasil. Daquela célula de produção de letrados saíram novas gerações familiarizadas com a palavra impressa que fizeram da imprensa o instrumento de sua ação. Interrompem a cadeia de escritos produzidos quase que exclusivamente por representantes do clero ou pelos egressos da Universidade de Coimbra e transferiam a oratória sacra dos púlpitos para o jornal. Mais que isso, ali a imprensa tornou-se instrumento decisivo para o exercício político e literário, a expressão do jornalismo do Império, através de escritos que formularam sua política, enquanto lançava na produção de uma literatura brasileira, expressão e síntese do país.

Logo, de São Paulo, especialmente, na tradicional Academia de Direito do Largo de São Francisco, literatura e imprensa fundiam-se. Essa faculdade foi a primeira de cunho humanístico do país e seus estudantes utilizavam a imprensa para refletir sobre o Brasil, como agente de visibilidade e poder. Essa instituição, que, segundo autora, nasceu à sombra do romantismo, recebeu escritores talentosos e que produziam ensaios no campo da poesia, teatro, ficção, filosofia e na imprensa. Nesses textos, “traziam o cuidado literário, o envolvimento com a escola Romântica e o nativismo sempre latente” (MARTINS, 2015, p. 59). Assim, a produção literária paulista e nacional encontrou na imprensa periódica seu veículo e foi suporte preferencial dos homens letrados. Entendemos, assim, que a imprensa foi palco e veículo de popularização dos primeiros ensaios literários originalmente brasileiros, isto é, ensaios escritos por autores brasileiros que evidenciavam as questões nacionais, auxiliando na construção da nação e de sua nacionalidade.

Arnt (1990) corrobora com esse fato ao afirmar que, no século XIX, a literatura e o jornalismo eram indissociáveis e que a participação de escritores nos periódicos foi de tal ordem que ela qualificou esse período como o do jornalismo literário. Para ela, o termo “jornalismo literário” refere-se ao período que começa em meados de 1830 e vai até o final do século. Esse período se caracteriza pela presença maciça de escritores na imprensa, que promoveram a melhoria da qualidade do texto, levaram os jornais a grandes tiragens e criaram um público para a literatura. Além disso, caracterizou-se pela militância, já que os escritores levaram às páginas dos jornais, uma crítica sutil em relação à sociedade e aos costumes da época, por meio da literatura.

A autora Arnt (1990) acrescenta que o jornalismo literário no Brasil foi particularmente importante, pois o movimento editorial de livros era fraco. Por isso, praticamente todos os autores passaram pelos jornais, como Raul Pompéia, Aluísio de Azevedo, Machado de Assis. Esse jornalismo deixou um legado para a cultura brasileira, segundo a autora, pois foi publicado um grande número de obras literárias. Ela alerta, porém, sobre o fato de que a participação da massa da população era restrita, já que o índice de analfabetismo no país era imenso. Isso significa que, mesmo com a participação dos autores literários no jornalismo, esse movimento não representou uma maior participação social nos bens culturais. Para ela, o jornalismo literário brasileiro foi riquíssimo e produziu uma literatura tão rica quanto em outras partes do mundo, mas sem o respaldo da evolução do movimento social que, por isso, não representou um avanço na cultura letrada.

Martins (2015) cita alguns dos bacharéis que eram explicadores do Brasil via literatura, autores que compuseram quase que exclusivamente o panorama da vida literária do Brasil: Castro Alves, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, José de Alencar, Bernardo Guimarães, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Esses autores, dentre outros, publicaram suas produções literárias e políticas na imprensa, seja como escritores do romantismo, ou como “esgrimistas da palavra no debate ideológico” (MARTINS, 2015, p. 61). Machado de Assis e José do Patrocínio são exemplos de autores de origem humilde, que não frequentaram a Faculdade de Direito, e sem os quais o jornalismo do Império não seria o mesmo.

Além da produção dos bacharéis, o modelo pasquim (jornal de sátira ou panfleto difamador) circulou na Corte e imprimiu registros diversos na pauta das informações. Nesses jornais, alguns literatos davam suas contribuições, a exemplo de Raul Pompéia. Ocorreu, inclusive, o prenúncio do sensacionalismo, que atraía leitores e vendia jornais, com textos que relatavam certos acontecimentos em tom de exagero. Nesses jornais publicavam-se pedidos

dos leitores, nos espaços livres, em que os leitores faziam suas reclamações e posicionavam-se perante assuntos variados. As revistas ilustradas com caricaturas, que ganharam destaque, no país onde a palavra escrita era de difícil propagação, também figuraram nesse período, fazendo uso do humor por meio do desenho, de fácil e imediata comunicação, e que espelhava o cotidiano brasileiro. Esse tipo de periódico teve como modelo as revistas ilustradas francesas.

O “gênero revista” foi esmiuçado pela autora, com a argumentação de que que, muitas vezes, “coube à revista figurar como espaço exclusivo para a colocação do literato em letra impressa” (MARTINS, 2015, p. 63). Tratava-se de um gênero cuja leitura era ligeira e amena, com recursos de ilustração, e que se adequava ao consumo de uma população sem tradição de leitura, permitindo uma assimilação imediata da mensagem. Assim como o autor Marco Morel, citado a pouco, Martins destaca a revista *Niterói*, publicada na França em 1836, que foi “idealizada pelos representantes da nossa primeira geração romântica – Gonçalves de Magalhães, Salles Torres Homem, Araújo Porto-Alegre e Mangrove – [...] vista como baliza da emergência da escola romântica entre nós” (MARTINS, 2015, p. 64).

O folhetim foi um gênero literário amplamente divulgado na imprensa durante o Império. A autora menciona a participação da mulher na imprensa e a circulação de periódicos que tinham o público feminino como alvo. A partir da década de 1850, quando o jornalismo político se arrefeceu, o folhetim ao pé de página foi utilizado como chamariz para ampliar a circulação dos jornais. “O conde de Monte Cristo”, do autor Alexandre Dumas, foi um dos primeiros folhetins de sucesso, vinculado ao *Jornal do Commercio*. Porém, algum tempo depois, os próprios brasileiros passaram a ocupar o espaço enquanto folhetinistas: José de Alencar publicou “O Guarani”, no *Diário do Rio de Janeiro*; Manuel Antônio de Almeida publicou “Memórias de um sargento de milícias”, no *Correio Mercantil*; Machado de Assis publicou “O Cruzeiro”, no jornal o *Globo*. Além desses, grandes literatos brasileiros publicaram suas literaturas na seção “Folhetim” dos jornais brasileiros.

A autora complementa que a crônica e o conto ocuparam páginas da imprensa periódica, permitindo ao literato brasileiro ocupar seu espaço na letra impressa. Assim, diante da impossibilidade de editar um romance, devido à inexistência de uma editoração nacional, o conto era produzido e tinha publicação garantida nas revistas. Martins sugeriu a hipótese de que a produção de Machado de Assis seria maior, não fosse a limitação de instrumentos de veiculação da época, que limitavam o leitor a produzir somente o que cabia no periódico. Ela explica que os textos literários eram publicados em seriação, isto é, cada parte da história em

um número do jornal, o que instigava a leitura do número seguinte, garantindo a venda dos periódicos.

Por fim, as crônicas exerciam múltiplos papéis. Às vezes, ocupavam o lugar de artigo de fundo (hoje conhecido como artigo editorial, que é o texto introdutório do jornal, escrito em nome da redação), em outros, eram inseridas no interior da revista. Esse tipo de texto aproximava-se do artigo, sobretudo porque voltava-se “[...] para as ocorrências contemporâneas, no seu suceder imediato [...] reflexão despretensiosa, [...] trato literário de eventos cotidianos, driblando seu caráter efêmero” (MARTINS, 2015, p. 70).

Uma questão decisiva apontada pela autora para o desenvolvimento da imprensa e da circulação de ideias no país foi a implantação da ferrovia, inaugurada em 1854 no Rio de Janeiro. A ferrovia imprimiu outro ritmo ao país, modernizando as cidades devido ao aumento da urbanização. O trem agilizava a notícia e dava outro significado à imprensa, que se expandia por regiões de maior população, sobretudo quando aumentou o fluxo imigratório para as cidades e fazendas de café. Os imigrantes não eram apenas consumidores da imprensa, mas também produtores, pois eles compartilhavam de diferentes ideologias, política e religião e expressavam essas ideias em seus jornais. O Rio Grande do Sul foi citado por essa autora como um dos locais que produzia impressos em língua estrangeira. Além disso, surgiram gráficas artesanais nos centros urbanos que nasceram com o desenvolvimento da cultura do café, o que levou a origem de jornais no interior das províncias.

Além da ferrovia, o avanço tecnológico fez da imprensa um negócio rentável:

Na sequência, a otimização técnica advinda da introdução do telégrafo e do cabo submarino passou a dar sustentação à produção do jornal, transformando-o em negócio potencialmente rendoso. A agilização da notícia punha em funcionamento engrenagens do universo econômico agora mais azeitadas, intermediadas por novos profissionais – correspondentes estrangeiros e funcionários de agências de notícias. Junto a isso, imprimia outro ritmo à notícia e à própria escrita, que deveriam ser ágeis, breves, telegráficas. (MARTINS, 2015, p. 71).

Assim, o avanço da tecnologia reverberou diretamente no modo de produzir jornais, no modo de circular as ideias e de disseminar a notícia. Nesse caminho, a partir de 1870, a imprensa tornou-se ferramenta da causa republicana, demonstrando que a Monarquia sufocava, ao passo que a República libertava. Três foram os temas mais recorrentes debatidos pela imprensa naquele momento: as crises entre a Igreja e o Estado, a insatisfação militar e a campanha da Abolição.

Em 1870, a criação do PRP, a criação do jornal *A República* e o lançamento do *Manifesto Republicano*, de Quintino Bocaiuva e Saldanha Marinho, marcaram o uso da imprensa a serviço da propaganda republicana. O ideal republicano tornou-se programa de partido, e a imprensa tornou-se político partidária. Ela foi utilizada por diversos personagens, como liberais, oficiais, cafeicultores, membros do PRP, entre outros. Além do jornal *A República*, outros jornais como o *Correio Paulistano*, *Gazeta de Campinas*, *A Província de São Paulo* e, mais tarde, o *Diário Popular*, foram jornais republicanos. Outro exemplo são as pequenas folhas que se espalharam pelo interior propagavam as propostas republicanas.

A imprensa defendia e propagava o republicanismo, a luta pela emancipação e libertação dos escravos, de maneira que acompanhou esse processo, paralelamente, por meio do jornalismo abolicionista. Martins (2015, p. 74) pondera: “Valendo-se da retórica habitual, mesclada pela literatura romântica e pela oratória bacharelesca, os propagandistas levaram a causa da abolição para a imprensa, reconhecida como a mais popular das campanhas até então deflagradas no país”. Joaquim Nabuco foi figura fundamental nesse processo. Ao final da campanha, centralizou o movimento, impondo-se até mesmo acima de José do Patrocínio, e seus textos evoluíram do emancipacionismo com indenização ao abolicionismo radical. A imprensa acompanhou todo o movimento, registrando os acontecimentos e participando ativamente do processo. *A Revista Illustrada* (1876-1898), que contava com os desenhos do famoso Angelo Agostini (1843-1910), foi um órgão que divulgou intensamente a causa republicana e abolicionista.

Com a derrocada do regime monárquico, cumpria-se o que Martins (2015) chamou de “fase heroica do jornalismo brasileiro”, jornalismo de combate, cujos agentes foram os publicistas, jornalistas, bacharéis, autodidatas, caricaturistas, que defendiam a causa política, a linguagem empolada e os compromissos literários. Nesse cenário, nasceu a “construção da mística republicana”, que tinha a proposta de modernidade. Martins finaliza suas reflexões defendendo o ponto de vista de que a consolidação da unidade do país e o estabelecimento das bases dos sistemas representativos são tributários da imprensa do Império. Dessa forma, como diferencial do período, pontuou “a ampla liberdade de expressão, propulsora daquela rica produção, de credos diversos e ensaios múltiplos, em busca do ideal maior: a construção da nação” (MARTINS, 2015, p. 79).

2.3. As experiências provinciais na produção de jornais estudantis

Até aqui, apresentamos um mapeamento dos jornais estudantis publicados no regime imperial, os condicionantes históricos, internacionais e nacionais, do século XIX, e o caminho histórico percorrido pela imprensa brasileira. Em termos gerais, se observou no Brasil as primeiras de organização do Estado, permeado de disputas por privilégios e com projetos distintos para a nação, bem como a busca pela inserção do país na lógica capitalista mundial. A imprensa, enquanto veículo de massificação de informações, ideias e comportamentos, foi posta a serviço da edificação nacional e legitimação do país enquanto nação.

Após destacarmos o movimento de produção dos jornais escritos por estudantes publicados no século XIX e descortinarmos o contexto histórico em que eles estavam inseridos, esmiuçamos cada jornal estudantil que compõe o corpus documental desta tese, em sua singularidade, apresentando, fundamentalmente: o título, local de publicação, ano de publicação, período de publicação, números disponíveis, instituição de ensino à qual poderia estar vinculado, associação literária à qual vinculava-se, redatores responsáveis pela escrita do periódico, quando possível. Nesse processo, destacamos a parte, o singular (a produção periódica estudantil), buscando estabelecer relações com o todo (o contexto histórico em que estava inserida).

2.3.1. Os jornais estudantis da província do Maranhão

2.3.1.1. A *Mocidade*: jornal litterario, critico e noticioso

O periódico estudantil *A mocidade: jornal literário, crítico e noticioso* foi um jornal produzido por estudantes, escritores “[...] noveis nas lides da litteratura e do jornalismo” (A MOCIDADE, 1875, n. 1, p. 1), da capital São Luiz, no Maranhão, e foi produzido nos anos de 1875 e 1876. Os autores anunciaram, no cabeçalho, que as publicações aconteceriam três vezes ao mês. Ao observarmos as datas de publicação, constatamos que, no primeiro ano, publicavam 3 vezes ao mês, ou a cada dez dias, e no segundo ano, mantiveram a regularidade de publicar três edições ao mês, porém, não a cada dez dias. Foi um jornal longo para o período e para o gênero (jornal estudantil) quando comparado aos outros publicados na mesma década, totalizando 29 números, cada número com quatro páginas. O jornal era impresso na tipografia do Paiz, por Manoel F. V. Pires e custava 2\$000 réis por trimestre ou 300 reis quando comprado avulso.

Apesar de ser um jornal mais longo que os do mesmo gênero, enfrentou muitas dificuldades até interromper suas publicações. Especialmente no segundo ano, podemos observar maior irregularidade nas publicações e alguns períodos de interrupção, como no mês

de abril para maio do 1875. Além disso, nos artigos de fundo, os estudantes frequentemente solicitavam ajuda dos seus assinantes para a manutenção financeira do jornal, pois somente com ajuda poderiam continuar suas publicações.

No cabeçalho de todos os números, em negrito, os autores esclareceram que o jornal era “Redigido por uma associação”. Somente na leitura do último número do jornal, em um artigo intitulado “Vantagens da educação litteraria”, o autor Joaquim Mariano de Souza revelou a filiação do periódico: “Os aspirantes às letras pátrias, que frequentão o Lycêo da província, creirão este jornal – o qual tem o doce e agradável nome – *A Mocidade* [...]” (*A MOCIDADE*, 1876, n. 29, p. 3). Portanto, os alunos do Liceu criaram o jornal *A Mocidade*. Os textos publicados nesse periódico eram escritos majoritariamente por meninos, pois os textos foram assinados por Carlos Pinho, Joaquim R. Gonçalves, Paulo Pereira, João da Matta Rodrigues do Nascimento, Alfredo E. P. d’Almeida, Arthur Rosa, entre outros.

Figura 1 - Primeira página do jornal A Mocidade

A MOCIDADE

JORNAL LITTERARIO, CRITICO E NOTICIOSO.
REDIGIDO POR UMA ASSOCIAÇÃO.

.... la jeunesse, ...est la fleur de toute la nation.
C'est dans la fleur qu'il faut préparer les fruits...
Fénelon.

Publica-se 3 vezes por mez—Assignaturas adiantas—24000 rs. por trimestre.

ANNO 1	Maranhão—Domingo 1º de Agosto de 1875.	NUMERO 1
--------	--	----------

A MOCIDADE

MARANHÃO 1º DE AGOSTO DE 1875.

Ousando apresentar-se ao respeitavel publico a redacção desta *folha* sob o titulo de *Mocidade*, esperam os empregarios que este titulo, longe de parecer pretencioso, será antes considerado como uma imploração tacita da sua indulgencia para com escriptores noveis nas lides da litteratura e do jornalismo, e da sua benevolencia para com uma empresa nascente, que só poderá tornar-se util, e progressiva, se for favorecida pela sua generosa protecção.

Este titulo seria inconveniente se, por uma restricção forçada, se limitasse a representar o pessoal da iniciativa do jornal a que se dá: a associação iniciadora, to mando-o sem desconhecer a extensão da sua latitude, o que pretendeu foi representar o fim das suas aspirações:— a abertura de uma estrada a um campo vasto, que, sendo bem arroteado pela instrucção publica, e prestando-se a producção e reprodução de fructos dignos de litteratura, offereça á mocidade, avida de instrucção, os meios mais proprios para o desenvolvimento da sua intelligencia, como um estimulo para a progressiva cultura do

seu espirito. Tal fim não é mais limitado do que o titulo.

E' pois a instituição de um jornal essencialmente *litterario* e *instructivo*, que intentamos; mas para que se não suscitem péas, que torquem nulla a sua missão, acrescentamos que será simultaneamente *critico* e *noticioso* relativamente ao que respeitar á instrucção popular, e á litteratura, pelo incremento das sciencias, e aperfeiçoamento das artes. Sem côr politica pôde passar um jornal litterario, com quanto seja a politica quem imprime o caracter á instrucção publica, que elle submete ao seu exame e apreciação; mas sem critica nunca poderá haver elucidacão onde abundarem os raciocinios mais especiosos que solidos, e sobretudo os sophismas.

Convidando porém a este campo a mocidade estudiosa, intelligente e assaz exercitada e esclarecida para poder aspirar a colher n'elle as palmas do triumpho nos jogos do espirito, não é nessa intenção o tornar-nos exclusivos: pelo contrario, tambem o franquearemos gratos a todos aquelles que, honrando-nos com o sua benevolencia, nos poderem servir de guias pela sua illustração, e nos queiram coadjuvar com os conselhos da experiencia, que ainda não podemos ter. Uma tal protecção

seria para nós um grande auxilio, para nós a MOCIDADE, que por ora o que podemos é procurar o meio de nos instruir e illustrar, pois entendemos que só assim é que pôde qualquer tornar-se um dia digno da alta missão de instruir e illustrar a seu tunao.

Julgamos ter assaz expellido o nosso plano, para que os nossos sentimentos não sejam menos patentes do que o programma que nos propomos seguir. Todas as nossas lides devem tender exclusivamente ao progresso da illustração: n'esta mira nunca dirigiremos ataque algum directo a interesses pessoas; mas tambem não se espere que em questão de melhoramento instructivo, ou litterario, nos abstenhamos de expender francamente a nossa opinão a favor do bem publico, embora ella vá adversa aos interesses de alguma individualidade, ou mesmo de qualquer corporação. Estreando nos com estas intenções, não fazemos senão seguir com docilidade a doutrina dos grandes mestres, que sustentam com *Bassillon* que «*nous ne devrions chercher dans les hommes que la vérité, NE VOULOIR LEUR PLAIRE QUE PAR LA VÉRITÉ, n'estimer en eux que la vérité, et ne souffrir qu'ils voulussent nous plaire que par elle*». Estes preceitos, reconhecidos por tão bellos em theoria,

FOLHETIM.

O Giaour.

Fragmentos de uma novella turca

POR

Byron

Versão livre de ...

INTRODUÇÃO.

E' este um dos poemas dos *bons tempos* de Byron. O genio feril do immortal filho de Albion n'elle pretende cantar o amor a seu modo, isto é, revestindo-o de umas formas sombrias e mysteriosas (caracter distinctivo de todas as produções de insigne poeta), e conseguiu elaborar uma obra prima. Neste poema ainda se não notam esses laivos de scepticismo taciturno, sarcastico e escarnecedor, que mais tarde transluzem no «*Chim*» e no «*Manfredo*», e cuja ultima palavra foi a composiçáo do «*D. Juan*», mas, mesmo assim, ha já nelle um lado obscuro e terrivel que parece encerrar o

germen do *desencanto*, semelhando nuvem que em *céu* anuncia proxima tempestade. O Giaour *de*, mas o seu genero não é como o artilho do pombo privado da companhia, e sim como o rugir do lão, a quem arrancaram a fema; seo peito não deixa escapar gritos de queixa, mas sim gritos de raiva; seu coração sangra; mas ainda lhe faz nas veias rapido circular o sangue; o sentimento que o domina é ainda o amor, mas a paixão que elle quizera saciar é a vingança.

E s' resumidamente o que julgamos poder dizer sobre a obra que nos atrevemos a traduzir. As mais reflexões que podem suggerir a sua leitura deixamos ao espirito dos leitores fazer as. Vertemol-a em prosa portugueza para pôr assim ao alcance de toda e qualquer pessoa, uma obra que se não encontra (segundo julgamos) trasladada para a nossa lingua, e cujo original é difficil de encontrar nesta provincia, pela pouca popularidade de que gozam aqui as obras de litteratura.

Não é mais do que uma d'bil copia, um tenue bosquejo sem colorido, a nossa humilde verção, mas mesmo assim pode dar ao leitor uma idea do genio d'aquelle a quem Lamartine chamou a primeira intelligencia poetica da época moderna; abundan

nella as incorrecções, mas contam s com a benevolencia publica para nos desculpar os erros.

O traductor.

O GIAOUR.

One fatal remembrance-one sorrow that torrows
Is bleak shade alike ó, as our joys/andour woes
To which life nothing dark nor brightes can bring
To which joy hath no halm and affliction no sting.

Moors.

Uma fatal saudade,—um pezar que lança sua geliba,
sombra já sobre nossos prazeres, já sobre nossas do-
res,—sentimento ao qual a vida não pode d'ali, em
diante apresentar anda mais sombrio ou mais brilhante,
para o qual a alegria é sem decora, e a antipção
sem amargua.

Nenhum sopro dos ventos para entespar as vagas
que vão d' enrolar-se junto ao monumento do
Athenens:—esse tumulto que, brilhando a longe
sobre o rochedo, é o primeiro a saudar o navio
entrando no porto, e domina a região que o lle em
vão salvou. Quando tornaremos a ver um heróe
semelhante?

Mutilado

Fonte: Jornal A Mocidade, presente na Hemeroteca Digital Brasileira da BNB.

O Liceu Maranhense era uma tradicional escola pública de ensino secundário do Maranhão, criado em 1838. Segundo Acildo Leite da Silva (2019b), o *Lyceo do Maranhão* foi a primeira instituição pública de ensino secundário da província do Maranhão. José Ribamar Lima Silva (2019a) atesta que, desde o início do seu funcionamento, até 1888, esse liceu

monopolizou o ensino secundário na província. Silva (2019b) mostra, a partir de um discurso do Presidente da Província Vicente Tomaz perante a Assembleia Provincial de 1838, a intencionalidade e a ação política de assegurar à capital da província um projeto modernizador de ensino, que elevasse o Maranhão a condição das demais províncias, a partir da criação do Lyceo.

No artigo “Historicizando o ensino secundário”, Vânia Mondego Ribeiro e Diomar das Graças Mota (2012) apresentam aspectos relevantes acerca da criação do Liceu Maranhense, destacando-o como uma instituição escolar que auxiliou na manutenção dos ideais burgueses e da ordem vigente, bem como na formação da elite. As autoras tecem considerações acerca da criação de liceus no Brasil:

O Brasil, fortemente influenciado pelos paradigmas europeus, após a emancipação política, adotou um sistema de ensino como uma das condições para garantir os pilares da “jovem” nação. Na época a concepção que orientou a composição do ensino foi de inspiração liberal, em que a prioridade foi subsidiar a formação secundária, cujo projeto para este nível de ensino, também era o Liceu, com proposta curricular similar a francesa a contar pelo currículo centrado na literatura francesa. Os autores, intelectuais em geral, vêem essas instituições no período do Império, como aquelas que estavam destinadas à formação da elite dirigente, formando, portanto, a “nata” da população (RIBEIRO; MOTA, 2012, p. 118).

Nesse sentido, os liceus, modelo de instituição para o ensino secundário imperial, seguiam um modelo europeu de educação da juventude, e cumpriram à proposta de educação da elite. As autoras esclarecem como o liceu auxiliou na manutenção da ordem vigente. Para elas, nesse período, exigia-se a criação de um sistema de ensino que não ferisse a ordem, sustentada no Brasil desde o período colonial, evitando conflitos e mostrando, aparentemente, a ideia de ordem. No Maranhão, o presidente da Província, Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Campos, “[...] na preocupação de fortalecer os laços do poder justificando a centralidade das determinações do Estado Liberal” (RIBEIRO; MOTA, 2012, p. 119), implantou o Liceu, seguindo como modelo o Colégio Pedro II, da Corte, criado no ano anterior à instalação do Liceu Maranhense e que era, naquele momento, um “[...] paradigma para a instrução secundária no país” (PESSANHA; BRITO, 2014, p. 238).

Esse Liceu da capital da província, segundo Silva (2019b), era constituído por 13 cadeiras²⁹. Esse conjunto de cadeiras, de acordo com José Ribamar Lima Silva (2019a),

²⁹ Silva (2019b) aponta as cadeiras: Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, Geografia e História, Gramática Filosófica da língua e análise de nossos clássicos, Língua Grega, Língua Latina, Língua Francesa, Língua Inglesa, Desenho, Aritmética, primeira parte de Álgebra, Geometria e Trigonometria Plana, segunda

constituiu o currículo dessa instituição durante 50 anos. A organização conferiu ao Liceu um status nato, marcante nas instituições liceal da França e incorporada por Liceus do Brasil durante o Império, “que vislumbrou uma configuração curricular tendo como prioridade preparar os liceanos para o ingresso ao curso superior”. (SILVA, 2019b, p. 216). Assim, o ensino liceal, no Maranhão, adotou uma organização curricular de caráter humanista, porém impetrada, segundo o autor, por disciplinas científicas.

Diante disso, ele acrescenta que a proposta era oferecer uma formação abrangente e um conjunto de conhecimentos que iam além das disciplinas exigidas nos exames preparatórios para acesso ao ensino superior. O autor analisou que o currículo liceal no Maranhão parecia “[...] induzir a conciliação entre uma formação de caráter literário, caracterizado pelo modelo de formação humanista, associado à introdução das cadeiras ligadas a cultura científica” (SILVA, 2019b, p. 216). Esse currículo, que somava a formação humanista e científica, representa, para o autor, certa disputa que colocava em questão a legitimidade da cultura humanista predominante em confronto com a cultura científica. Além disso, o currículo sugere que buscavam capitanear um público-alvo socialmente mais heterogêneo e diversificado.

No que diz respeito à estrutura física desse liceu, as primeiras instalações do Lyceo não foram em um estabelecimento próprio, mas na casa dos professores. Em 1839, porém, o governo provincial providenciou um local, em uma ala do Convento do Carmo, onde o liceu funcionaria em caráter provisório.

Além da instituição escolar, na seção “Columna Telegraphica”³⁰, os cronistas citam uma sociedade literária chamada *Recreação Litteraria*, e publicaram uma tese de um membro

parte de Álgebra, Cálculo e Mecânica, Navegação, Trigonometria esférica e observações astronômicas, Cálculo Mercantil e escrituração por partidas dobradas.

³⁰ “Columna Telegraphica” era nome da seção das crônicas. Nessa seção, o cronista noticiava eventos cotidianos considerados relevantes, faziam crítica a instituições e pessoas a partir dos fatos que os cercavam, tecia sua opinião, e nela observamos uma escrita autônoma dos alunos, muitas vezes, ácida e com tom de brincadeira ou ironia. No caso específico desse jornal, as crônicas eram escritas em forma de carta, de modo que dois os cronistas dialogavam, ora como remetente, ora como destinatário. Esse diálogo era publicado no jornal: em um número aparecia a carta de um, no próximo a resposta do outro. Assim, nos primeiros números, José Quebra-Kilos e Aireper, pseudônimo de dois cronistas responsáveis pela seção, trocaram cartas-crônicas, contando os principais acontecimentos daquela realidade. No sexto número, Aireper interrompeu sua participação na coluna. Confucius foi o cronista que substituiu Aireper. No número sete, José Quebra-Kilos muda seu pseudônimo para Demócrito, alinhando seu codinome à temática eleita pelo seu companheiro de crônica, Confucius. Essa mudança foi justificada pelo cronista no jornal, comicamente: “Mas Confucius, donde fostes buscar este nome *simplorio* que me fez rir á doer a barriga? E já que me inoculaste este mal no cérebro e nos queixos, vou-me methamorphosear em Democrito, que, como tu sabes, ri-se de todos e de tudo. Ah! Ah! Ah! Arre! que o mal me pegou de veras. Tu, então, és Confucius, philosopho chinês, e eu Democrito, philosopho grego, o primeiro é serio como uma *lorpa*, o segundo é risonho como um *marreco*. Apoiado, não ha novidade. (A MOCIDADE, 1875, n. 7). Confucius e Demócrito prosseguiram como os cronistas desse jornal até o número 24, e nos números 26, 27, 28 e 29, Demócrito (antigo José Quebra-Kilos) atuou como único cronista.

de uma sociedade literária daquela província, o *Ateneu Maranhense*, bem como algumas notícias dessa sociedade na “Columna Telegraphica”. Diante disso, acreditamos na hipótese de que alguns alunos que redigiram o jornal poderiam ser membros das sociedades literárias *Recreação Litteraria* e *Atheneu Maranhense*.

Souza (2008) levantou considerações acerca de uma dessas sociedades. A *Sociedade Recreação Litteraria* foi, segundo esse autor, uma sociedade criada por alguns alunos do Liceu Maranhense, no ano de 1874. O autor explica que consta nos respectivos estatutos que a sociedade tinha por fim “[...] desenvolver, pela instrução, as luzes do entendimento; e os meios que empregará para um tal desiderato serão – discussões de teses, trabalhos literários, criação de uma biblioteca e de um jornal” (ESTATUTOS *apud* SOUZA, 2008, p. 110).

Em 13 de junho de 1875, o periódico *Diário do Maranhão* publicou o “Discurso proferido na sessão solemne da sociedade «Recreação Litteraria» no dia 4 de junho de 1875”, sessão esta que aconteceu em virtude do aniversário de um ano dessa sociedade. O discurso foi escrito e proferido por Antônio Arthur de Souza Rosa e, por meio dele, temos mais informações sobre essa sociedade literária. Em seu discurso, Arthur Rosa mostrou que “a mocidade esperançosa e que faz parte d'este humilde Associação registra com júbilo inexprimível—o dia 4 de junho, data da sua installação.” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1875, n. 558, p. 1). Ele entendia que “[...] a criação da sociedade—Recreação Litteraria—tem contribuído para que os seus associados se applicuem com mais esforço e perseverança no cultivo das letras”. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1875, n. 558, p. 1).

Arthur Rosa prosseguiu, apontando a finalidade da sociedade literária: “o nosso fim é a instrução, tende por meio—discussões de theses, trabalhos litterarios, criação de uma bibliolheca e do um jornal” (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1875, n. 558, p. 1). Porém, explicou a situação da biblioteca e do jornal:

[...] porem quanto a bibliolheca, posto que já tenha para mais de tresentos volumes, ainda não foi franqueada à leitura externa dos socios, bem como ainda o jornal não foi dado á luz da publicidade, sendo devido tudo isto a falta de recursos com que luta a Sociedade. Temos fé que em breve daremos a luz esse jornal, patenteando á judiciousa critica do publico sensato, as nossas singelas e humildes locubrações litterarias. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1875, n. 558, p. 1)

Assim, essa sociedade literária era um espaço em que os estudantes discutiam teses e trabalhos literários, e publicavam jornais que tornavam públicos seus pensamentos e ideias. Nossa hipótese é a de que o jornal organizado por essa associação foi inaugurado em 1876,

com o título *A Mocidade*, que é um dos periódicos que compõem nossas fontes e que trabalhamos adiante.

2.3.1.2. *Revista Juvenil: Jornal litterario, critico e noticioso (1876)*

O periódico maranhense *Revista Juvenil: jornal litterario, critico e noticioso* foi publicado entre agosto de 1876 e junho de 1877, totalizando 12 números. Anunciaram que sua periodicidade seria de três vezes ao mês, no entanto, somente no mês de abril essa periodicidade foi respeitada. Todos os números tinham 4 páginas. Foram três as tipografias responsáveis por sua impressão: até o 3º número, a “Typ. Do Paz – Imp. Manoel F. V. Pires”; do número 3 ao 6, a “Typ LIBERAL. Imp. por S. A. de Faria”; a partir do 6º número, a “Typ. do Frias”. O valor das assinaturas era de 2\$000 reis por trimestre e o número avulso custava 300 reis.

A *Revista Juvenil* foi o periódico que deu continuidade ao jornal *A Mocidade*. Essa informação foi encontrada na seção “Rabiscas” do primeiro número do jornal. Essa seção corresponde a “Columna Telegraphica” do jornal *A Mocidade*, isto é, é a seção das crônicas. Aireper, o cronista do jornal *A Mocidade*, volta com sua atuação como cronista e faz a seguinte declaração:

Caro leitor,
 Venha de lá um cordial aperto de mão: sou teu conhecido, podes crer, ou pelo menos já me fiz apresentar quando te dei a lêr o anno passado a primeira *Columna Telegraphica* do 1º n. da *Mocidade*.
 Então, me dirigia indirectamente á ti e directamente a Arthur Rosa, redactor incansável d’aquelle periodico.
 E elle já não existe! Hoje faz justamente um anno que recebi d’elle, e que leste, a resposta da minha primeira e referida missiva.
 Jovem e cheio de esperanças, morreu e com elle *A Mocidade*, cuja existência, si bem que efêmera, não authorisa a justificar o dito de que no Maranhão não pode existir jornal litterario. *A Mocidade* morreu, é verdade, mas deu vida ao periodico que tens á vista, e cujos redactores eram d’ella collaboradores (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 1, p. 1).

Figura 2 - Primeiro número do jornal Revista Juvenil: jornal litterario, critico e noticioso (1876)

REVISTA JUVENIL

JORNAL LITTERARIO, CRITICO E NOTICIOSO.

REDIGIDO POR UMA ASSOCIAÇÃO.

Transibunt dies, augebitur scientia.
Bacon.

Publica-se 3 vezes por mez—Assignaturas adiantadas—25000 reis por trimestre.—Numero avulso 300 reis.

ANNO I
Maranhão—Quinta-feira, 10 de agosto de 1876.
NUMERO 1

REVISTA JUVENIL.

MARANHÃO, 10 DE AGOSTO DE 1876.

São hoje pela primeira vez á luz da publicidade a *Revista Juvenil*.

Escusado era dizer que nenhuma veleidade alimenta de vir disputar as palmas do triumpho que a opinião publica confere aos atletas do pensamento, lidadores do jornalismo.

Bastava-lhe, quando mais não fosse, o título, para remover semelhante idéa.

A *Revista Juvenil* não é, pois, mais do que modesta arena de combate, onde intentam provar forças ensaiando as armas alguns moços ambiciosos de cultivo litterario.

No meio dessa actividade que caracteriza a epoca, quando a palavra—instrução é a senha do progresso, poderá por ventura permanecer a mocidade indifferente sem tornar-se criminoso?

Obedecendo a este impulso foi que aqui nos congregamos.

Pouco será o que poderemos fazer; mas a certeza nos acompanha de que é todo o trabalho abençoado.

O que é hoje fulgor indeciso allumian-do apenas, quem nos diz que não será amanhã resplendor vivissimo a desprender scintellas que destumbram?

A questão é não desanimar.

O dia não está longe em que todas as revoluções serão operadas só pelo talento, sob influxo pacifico.

Portanto:

Moços, que sentis na frente o revolver das nobres idéas, e guardaes no peito ainda immaculados os moldes dos grandes caracteres,—ao trabalho!

—Estas expressões de entusiasticos desejos serão, porém, baldados perante as difficuldades materiaes da empresa que encetamos, si benignamente não nos acolher o favor publico.

Este favor nós o pedimos e ousamos esperar-o.

A voz do seculo.

No seculo actual, chamado das luzes, a sociedade—grande incremento tem tomado no seu desenvolvimento; as sciencias e as artes tem acompanhado este movimento em quasi todos os paizes; o homem tem applicado com esforço as suas faculdades intellectuaes a todos os ramos de estudo; porem, infelizmente para nós, o Brasil tem se conservado na retaguarda das nações que prosperão, ou, para melhor dizermos, tem permanecido immovel ante as torrentes do progresso, que junto á elle passão.

Mas se assim succede, a culpa não deve ser imputada, nem ao paiz, porque elle não tem responsabilidade, nem á nação, porque ella não gosa de liberdade para se dirigir:—e sim á forma de governo que temos... á monarchia, que com grossas correntes e pesado jugo amarra e opprime esta nação americana, que não pode entrar na lucta, em que se debatem ás suas vistas os paizes cultos e civilizados, aquelles que não admittem em seu seio governo absoluto e ao mesmo tempo corrupto, como o nosso!

O Brasil, paiz extremamente rico em productos naturaes, parece ter o seu nome gravado com o symbolo do infortunio no grande livro do destino!

Tranzas de nefanda tristeza tem soffrido esta vasta região da America meridional desde o seu descobrimento até os nossos dias; á principio dominada pela ambição dos colonos, depois pelo capricho dos seus imperantes.

Esta é a razão porque o Brasil não attende á voz do seculo, que lhe grita—marcha!

Como attender a este grito, se elle está escravizado por um governo que assenta o seu throno sobre os direitos, calcando aos pés a sua liberdade?

Se o governo, conscio das arbitrariedades que pratica, lhe tolhe todos os meios de instrução, unico caminho pelo qual elle poderia encontrar as nações que progridem?

Se o governo para melhor exercer suas despoticas intenções, se cerca de ho-

mens sem prestigio e prostituidos pelo servilismo, afim de escravisar a nação?

Não é debaixo d'uma forma de governo como esta, que se pode seguir os impulsos do progresso! É preciso que quebre os laços que nos prendem ainda ao throno imperial, lançando-o por terra, afim de, desimpedidos obedecermos á voz do seculo, que nos dá por divisa—a instrução e a democracia pura!

A instrução aperfeicosa os homens, e, ensinando-lhes a conhecer os seus direitos e deveres, concorre para que elles se capacitem d'esta grande verdade—que a monarchia é a forma de governo, que em si encerra tudo quanto pode haver de immoral, corrupto e immundo: é um insecto vil, que corroe os povos e arrasta-os para os abyssos da perdição: é um obstaculo, que se oppõe ao desenvolvimento e progresso das nações: é a grande barreira, que precisamos ultrapassar para podermos gosar da liberdade que jaz calcada a seus pés!

Esta verdade é tão intuitiva, que vemos o desenvolvimento que tem as nações, cujos governos respeitão os direitos do povo e estabelecem completa liberdade no sólo em que assentão... aquellas, cujos governos são republicanos!

Lancemos uma vista sobre os Estados- Unidos, e admiremos a sua prosperidade, occasionada pelo governo que dirige esta nação democratica por excellencia!

Admiremos o governo que tem a Suissa; esse paiz, que, não obstante ser pobre e acanhado para a sua população, progride e traz para essa mesma população a felicidade, resultante da sua forma de governo.

Contemplemos a França actualmente; que de progresso não faz! que de felicidade não gosa! Por ventura estiverão os francezes algum dia melhor do que debaixo do governo republicano em 1789 e ultimamente em 1876?

Não; e isto o affirmão a paz de que elles gosão e a prosperidade de todo o paiz.

Depois d'estes exemplos digamos em alta voz:—A republica garante a liberdade do cidadão e a prosperidade da nação!

Fonte: Jornal *Revista Juvenil*, presente na Hemeroteca Digital Brasileira da BNB.

Dessa maneira, esclareceu o cronista que *A Mocidade* deu vida ao periódico *Revista Juvenil*, e que seus redatores eram os antigos colaboradores do antigo periódico. Além disso, esse trecho revela que o principal redator do jornal *A Mocidade*, Antônio Arthur de Souza Rosa, havia falecido e que, junto a ele, morria o antigo jornal. É possível entrever que um dos motivos que ocasionou a extinção do primeiro periódico pode ter sido a morte prematura de seu principal redator. Arthur Rosa era José Quebra-Kilos ou Demócrito, cronista e autor de inúmeros artigos daquele periódico, que colaborou do primeiro ao último número. No subtópico anterior mostramos que Arthur Rosa proferiu o discurso na seção de aniversário da associação literária *Recreação Litterária*, demonstrando que esse estudante foi figura central tanto como membro da associação, quanto como redator do periódico fundado por ela.

A *Revista Juvenil* explicitou sua filiação no terceiro número. Nos dois primeiros números, essa filiação era desconhecida, porém seus redatores divulgaram notícias, na seção “Rabiscas”, das sociedades literárias *União Juvenil* e *Recreação Litteraria* (dos alunos do Liceu Maranhense). A partir do número 3, porém, em seu complemento de título, seus redatores anunciaram: “Propriedade da Sociedade União Juvenil”. No artigo de fundo do 3º número do jornal, os editores justificam esse vínculo:

Em vez de pertencer á poucos indivíduos sem força para sustental-a passou a pertencer á sociedade *União Juvenil*; e estamos certos de que melhor futuro a espera no alcácer [sic] de tão donosa senhora.

Dando esta desculpa aos seus assignantes, conta a *Revista Juvenil* nem só que lhe será perdoada a falta da pequena pausa feita em sua carreira, mas também que a mesma generosidade, que acolheu os seus primeiros passos, não cessará de cercal-a da protecção e amparo, de que. ella tanto necessita para viver (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 3, p. 1).

A pausa a que se referem os redatores aconteceu do segundo para o terceiro número. Os dois primeiros foram publicados em 10 e 20 de agosto de 1876. O terceiro, porém, foi publicado em quatro de novembro. Assim, a vinculação do jornal com a sociedade *União Juvenil* foi um meio encontrado para melhor sustentar esse periódico, pois a vinculação a essa sociedade literária proporcionaria um número maior de representantes que se dedicariam ao seu cultivo e manutenção. A mudança da direção do jornal foi anunciada na grande imprensa maranhense, como no jornal *Diário do Maranhão*, no número 956, em 13 de outubro de 1876:

A redacção deste jornal vem declarar pela imprensa ao publico dessa capital e especialmente aos seus assignantes, que acaba de entregal-o á direção da sociedade litteraria – *União Juvenil* – á cargo do qual está também todo o activo e passivo; [...]

A suspensão na saída da *Revista Juvenil* foi devida somente às dificuldades materiais com que lutou a redacção, a qual espera ser desculpada dessa falta (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1876, n. 956, p. 2).

Assim, os redatores do jornal voltaram a se justificar pela pausa entre o segundo e o terceiro número, alegando dificuldades materiais. Em outro recado da “Sociedade União Juvenil”, no mesmo número do jornal *Diário do Maranhão*, divulgaram a saída dos antigos redatores e a nomeação de uma nova comissão interina:

Esta sociedade, em sessão de hontem, resolveu tomar sobre sua direcção o periodico *Revista Juvenil*, que era redigido pelos srs. Paulo A. Gomes Pereira, Carlos Pinho e Constantino Pereira, nomeando o presidente uma comissão interina composta dos srs. Plinio Lima, Benedicto Leite e Bacellar, para ajudar a commissão de redacção da mesma sociedade na direcção do jornal (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1876, n. 956, p. 2).

Alguns esclarecimentos acerca da Sociedade *União Juvenil* são necessários para o entendimento desse jornal. O jornal *Diário do Maranhão* anunciou no número 870, em 1 de julho de 1876, a inauguração dessa sociedade:

Associação União Juvenil. – Alguns jovens estudiosos e estudantes do lyceo e de outros estabelecimentos de educação acabão de fundar uma associação litteraria, cujo fim e programma são o desenvolvimento da instrucção pelos seus associados.

No dia 29 de junho findo teve lugar a sua inauguração no edificio onde funciona a aula publica de 1ª letras da freguezia de N. S. da Conceição e por essa occacisão procedeu-se a eleição dos diversos cargos para reger-o durante o corrente anno e obtiverão votos:

Presidente honorário – Dr. Antonio d’Almeida Oliveira.

Presidente effectivo – Constantino da Costa Pereira.

Vice-presidente – Paulo Augusto Gomes Pereira.

1ª secretario – Plinio Mozart de Souza Lima.

2º secretario. – José Tavares da Silva

Orador – Benedicto Pereira Leite.

Thesoureiro – Domingos Pedro dos Santos.

Comissão fiscal – Luiz V. Jansen V. de Mello

Julio Archimedes Bacellar.

Plautilio José de Souza Lima.

Commissão de redacção – Antonio Arthur de Souza Roza

Guilherme Tell da Purificação.

Alfredo R. da Costa Barradas (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1876, n. 870, p. 2).

Tem-se clareza, por esse trecho, que o jornal era produto da Sociedade União Juvenil, sociedade literária maranhense que buscava o desenvolvimento da instrução, e que era redigido por jovens estudiosos e estudantes do Liceu Maranhense e de outros

estabelecimentos de ensino. É válido recordar que o Liceu era uma instituição pública que educava as elites do Maranhão, preparando os jovens, por meio dos cursos preparatórios, para o ingresso nas faculdades brasileiras. Esse curso preparatório priorizava os conteúdos das humanidades, mormente, da literatura nos moldes europeus.

Apesar da mudança dos proprietários do jornal, esclareceu-se que “[...] não muda de programma nem de redactores, mas só aumenta o numero destes e põe suas columnas ao serviço de uma corporação, cujos membros certamente hão de enriquecel-a de aprimorados escriptos” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 3, p. 1). Assim, apesar das mudanças no nome e na gestão, o segundo jornal estudantil dos alunos do Liceu Maranhense seguiria a mesma linha percorrida pelo primeiro periódico.

2.3.2. Os jornais estudantis do Rio de Janeiro

2.3.2.1. *O Aspirante: Periodico Litterario e Artístico dos alumnos do Lycêo de Artes e Officios* (1881)

O periódico *O aspirante: Periodico Litterario e Artístico dos alumnos do Lycêo de artes e officios* foi um jornal do Rio de Janeiro, publicado de outubro de 1881 até janeiro de 1882. Publicou um total de 14 números e todos eles possuíam 4 páginas. No segundo número, foi indicado que a proposta era ser um periódico semanal, com publicações todos os sábados. Essa proposta foi cumprida com poucas irregularidades. No 13º número, anunciaram a alteração da periodicidade, propondo-se a publicar quatro vezes ao mês, sem dia marcado.

A Typ. Cosmopolita, da rua do Senhor dos Passos, foi a responsável pela impressão, no primeiro ano de trabalho do jornal, 1881. No segundo ano, a Typ. Litteraria, da rua Sete de Setembro n. 131, assumiu sua impressão. O valor das assinaturas permaneceu o mesmo, do início ao fim, e variava de acordo com a localidade e com o tipo de assinatura (avulso, mensal e trimestral): na Corte e na capital Nictheroy, o valor mensal era de \$300 e o trimestral, \$900. Nas províncias, ou seja, localidades fora da Corte e capital, a mensalidade era de \$500 e o valor trimestral era de 1\$600. O número avulso foi divulgado no segundo número por 100 rs.

Como se pode observar no complemento de título, os alunos do Lycêo de Artes e Officios do Rio de Janeiro, instituição criada em 1856, eram os responsáveis por esse periódico. O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi a primeira escola de ensino profissional noturna inaugurada no Brasil, e era mantida pela Sociedade Propagadora das Belas-Artes, instituição privada criada juntamente com o Liceu (BIELINSKI, 2003). Esse fato

nos indica que essa instituição, a princípio, não era de ensino público, mas uma iniciativa particular.

À frente desse empreendimento estava Bethencourt da Silva (1831-1911). Essa instituição foi criada por uma iniciativa particular de Bethencourt da Silva, e era mantida e apoiada por uma elite intelectual³¹ que, compartilhando do pensamento de seu criador, designava a instituição o meio para tornar o Brasil civilizado. Bethencourt da Silva inaugurou seu empreendimento para preencher uma lacuna da educação popular. Seu princípio era a educação do povo, ou seja, a instrução profissional generalizada, que não seguia, por completo, os moldes de uma educação humanística oferecida às elites das escolas de direito, medicina e engenharia, mas buscava uma educação técnica, que preparava para a atuação profissional, para o trabalho. Seu currículo era formado por aulas teóricas e práticas (BIELINSK, 2003).

Um dos aspectos que diferenciava esse jornal dos do Maranhão e do Paraná era a vinculação à instituição de ensino à qual os estudantes pertenciam. Isso significa que *O Aspirante* era produto do Liceu de Artes e Ofícios e não de uma sociedade literária autônoma, separada da escola, criada por iniciativa discente. Por isso, trata-se de um jornal estudantil e de um jornal escolar, já que publicado por estudantes de dentro de uma escola. Esse ponto é crucial para o entendimento do periódico, pois, na análise, foi necessário levar em consideração que, até certo ponto, a escrita dos estudantes não era livre, mas balizada por adultos e, por isso, pelos princípios da instituição de ensino. Assim, o discurso impresso nas páginas desse periódico expressava, além do pensamento dos estudantes, os ideais dos dirigentes daquela instituição de ensino.

³¹ No próprio jornal estudantil, os estudantes publicaram, em agradecimento, aqueles que apoiavam e mantinham o projeto: “No salão onde se realizou a festa inaugural viam-se SS. MM. Il.: os bemfeitores da instituição; o honrado e generoso comerciante Francisco Ignacio de Araújo Ferraz; a dedicada preceptora e exemplar diretora do «Collegio de Santa Cândida,» D. Belmira Amélia da Silva; a eximia actriz, D. Lucinda Furtado Coelho, que ás rosas da belleza e aos louros do talento ajuntou as palmas da caridade ; D. Lucinda que pertence a esse grupo do qual se destacam o conde.de S. Salvador de Mattosinhos e seu digno filho Henrique Reis ; os Commendadores Eduardo de Lemos, Ramalho Ortigão, Furtado Coelho, Freitas Castro, Luiz Malafaia, Joaquim e Manuel de Mello, Reinaldo Montóro, Ernesto Cibrão, Henrique Corrêa e muitos outros que são, na realidade, brasileiros... nascidos em Portugal, tal é o affecto que consagram á sua segunda pátria !” (O ASPIRANTE, 1881, n. 2, p. 1). Prosseguiram apontando os benfeitores: “Viam-se ainda os illustres conselheiros, ministros da justiça, da guerra e do império, Dantas, Doria, e Homem de Mello ; uma constellação de bellezas femininas; redactores e reporters da illustrada imprensa fluminense, e, finalmente, representantes de todas as classes sociaes congregadas para a festa sem par com que foi solemnisada a inauguração do alcaçár do estudo, do instituto —«Do povo e para o povo»”. (O ASPIRANTE, 1881, n. 2, p. 1).

Figura 3 - Primeiro número do jornal O Aspirante: Periodico litterario e artístico dos alumnos do Lycêu de Artes e Officios (1881)

ANNO I Rio de Janeiro. Terça-feira 11 de Outubro de 1881 N. 1

ASSIGNATURAS
CORTE E NICTHEROY
Mez \$300
Trimestre \$900
PAGAMENTO ADIANTADO

ASSIGNATURAS
PROVINCISAS
Mez \$500
Trimestre \$1600
PAGAMENTO ADIANTADO

O ASPIRANTE

TRABALHO Periodico Litterario e Artístico dos alumnos do Lycêo de artes e officios MORALIDADE

O ASPIRANTE

Côrte, 11 de Outubro de 1881.

A criação de um periodico nesta epocha, em que tudo se discute, e em que os homens mais illustrados collaborão em jornaes e revistas, parece uma audacia, ainda maior, quando temos visto outros, animados pelos mais esforçados batalhadores, fraquearem na luta; mas não podemos ficar parados quando todos se agitam. E pois, alentados pela generosa acceitação do publico, procuraremos agradar-lhe, e independentes de todos os partidos e suas paixões, seguiremos caminho do progresso.

Temos, antes de tudo, de fazer a nossa profissão de fé:

Com a politica nada queremos.

Polemicas não as entretemos, pois não são mais que invectivas grosseiras; si aggredirem á nossa honra tomaremos a vindicta mais consentanea á dignidade.

O nosso fim é instruir: pela razão convenceremos, pela fé conquistaremos.

Assistimos a um espectáculo grandioso—a victoria do presente e a derrota do passado; a passagem de uma para outra phase social. No seio da nossa mocidade levantão-se fortes pensadores que abatem os antigos preconceitos e adoptão como divisa — Solidariedade humana. — Será esta tambem, a nossa divisa. Coragem não nos fallece: Leão-nos os que precisão; os sabios e os grandes homens deixem-nos passar.

A Redacção.

O Lycêo de Artes e Officios

Esta escola popular, filha do povo e querida dos pobres, não foi ainda, precisamente, estudada nem comprehendida.

Uma larga aspiração nacional está consubstanciada no seu ponto objectivo.

Se será ou não realiado esse monumental committimento é questão que só os tempos do porvir poderão mostrar.

A semente está lançada em chão uberrimo; e o fructo é natural que appareça succulento e formoso no tempo de sua estação. Até lá só cabe aos jovens e talentosos alumnos deste Lycêo prepararem-se para o dia maximo da prosperidade publica que será, tambem, o da riqueza nacional.

Bethencourt da Silva.

As aulas para o sexo feminino

E' hoje finalmente a abertura das aulas para o sexo feminino, e, com ellas surge o *Aspirante* acompanhando-as nas lidas da Arte, nas do Progresso e nas da Luz.

Se até aqui o horizonte da mulher tem sido carregado e sombrio, hoje essa nuvem densa rasgou-se, e o astro brilhante das sciencias mostra-lhes o caminho do futuro.

Se o Brazil possui riquezas, faltava-lhe ainda uma; essa porém hoje principia a brotar no seio do vasto Imperio cheio de maravilhas é a instrução da mulher, esse direito que a tanto tempo ella reclama e que, finalmente hoje lhe é concedido.

Mas esse direito de que eu fallo, é justo, porque pôde ser o futuro da patria nas mãos da mulher Brasileira!

Paes de familia: Se vossas filhas, por falta de meios, até hoje tem marchado na ampla escuridão da ignorancia qual aves em noites tempestuosas em busca de novos horizontes, hoje essa aurora raiou brilhante para ellas, rompendo as nuvens aterradoras que lhes offuscavam o brilho.

Esse astro que se chama o das sciencias, esse foco de luz tão vevificadora que projecta sobre as vossas cabeças oh! jovens do futuro; é devido ao assiduo trabalhador Bethencourt da Silva.

Todos aquelles que ha tantos annos o tem acompanhado neste labutar continuo, são os que podem dar o verdadeiro merecimento aos seus esforços.

Augusto Quintella.

Illustrar o cerebro da mulher é adrede preparar futuras gerações, e se nisso implica-se uma gloria gigante, grave-se nos annos do Lycêo uma data memoravel e saúde-se, portanto, so impavido trabalhador do seculo.

11 de Outubro de 1881.

F. H. Cervantes.

O dia 11 de Outubro de 1881 deve ficar gravado nos corações de todos os brasileiros que têm interesse que a nossa cara patria, seja collocada no verdadeiro lugar que lhe compete entre todas as nações civilisadas; porque hoje, enceta-se a obra mais grandiosa de nossos dias, — a inauguração das aulas para o sexo feminino, no Imperial Lycêo de Artes e Officios.

E' mais uma pagina de gloria, e mais um feito importante prestado pelo incansavel lidador Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, esse prototypo do bem, esse cidadão benemerito, que mais beneficios tem prestado ás classes menos favorecidas da fortuna, porque, lhes tem dado o pão do espirito, e as levará de certo ao mais alto apogeo de gloria. E' com o trabalho intellectual que se deve operar tudo quanto é bom e grandioso nesta vida de peregrinação.

O jornal que, hoje, apparece é mais um gladiador que se apresenta, e, segundo o seu programma, traz como divisa a penna e o livro; é mais um auxiliar importante que se propõe com suas armas, a elevar a educação dos filhos do povo ao mais alto gráo de perfeição.

Felicito, portanto, aos jovens autores de semelhante idéa. Deveis caminhar, luzeiros do progresso, porque a patria, ansiosa pede vossos serviços, e é de vós que ella tem o direito de exigir não o trabalho material, mas sim, o intellectual, porque é com elle que devemos realizar a grande revolução social.

De vós tudo depende, coragem, pois, mocidade esperançosa! Caminhae!...

Carlos Eustaquio da Costa.

Inauguram-se hoje as aulas para o sexo feminino.

E' mais um passo que damos para o progresso, e mais uma prova de que o Lycêo trabalha para o adiantamento geral dos espiritos, promovendo o desenvolvimento nacional.

A iniciativa tomada com o fim de libertar a mulher brasileira do jugo da ignorancia é digna dos applausos, porque tende á preparar as novas gerações para que possamos acompanhar as nações cultas no seu caminhar incessante, a melhorar a sorte da familia brasileira, a dar-lhe sciencia de seus actos e preparar-a para melhor educar seus filhos.

Cumpria ao Lycêo levantar a mulher brasileira á sua alta missão e leva-la até ao nivel de nossos conhecimentos, dando-lhe idéas exactas do justo, do bello e do verdadeiro; e os que julgavão-na somente má carinhosa, vão ver que, não é só essa a sua virtude; alem de ter sido

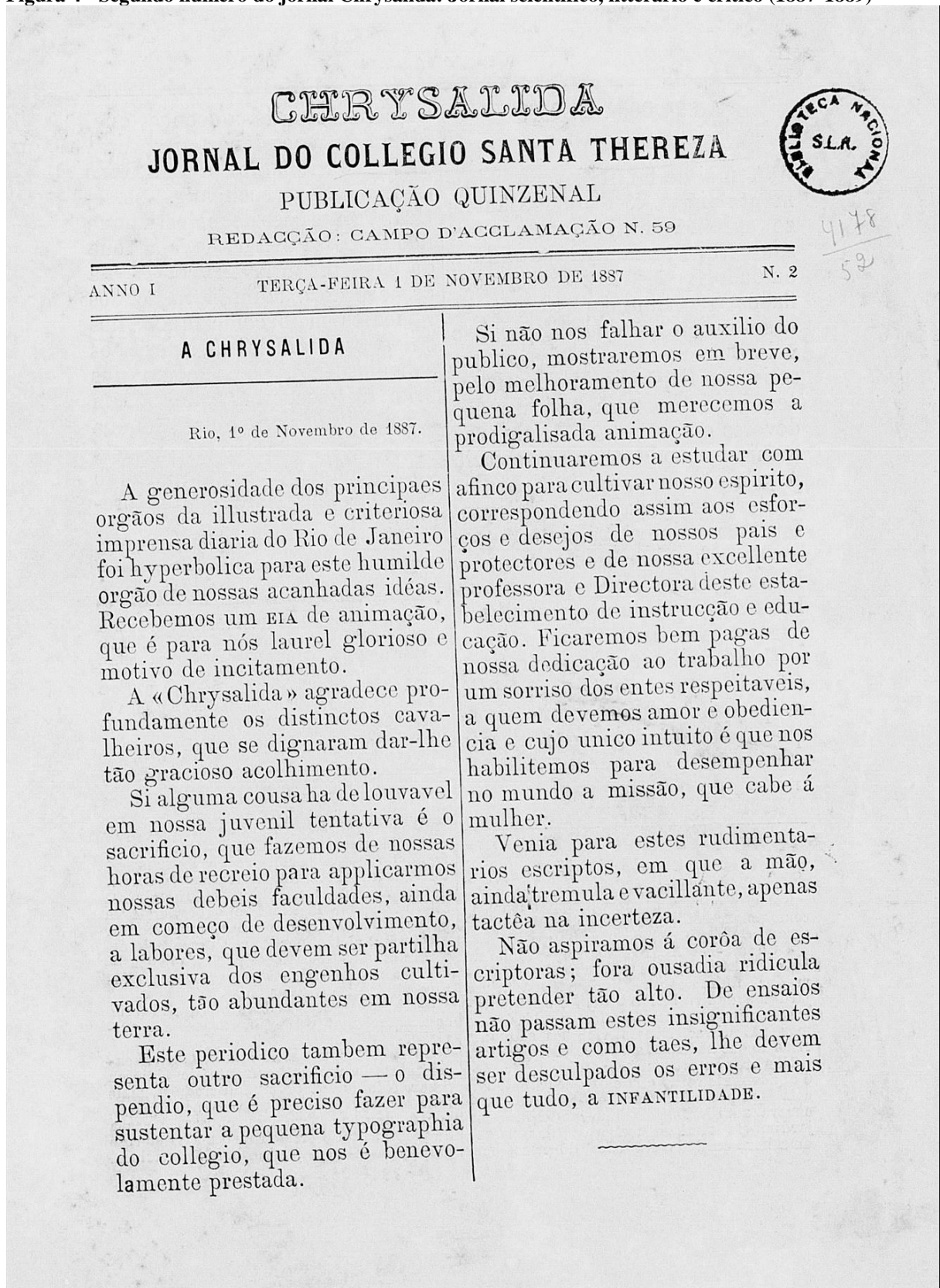
2.833

Tendo em vista essas considerações, pela escrita dos estudantes nesse periódico, foi possível perceber que eles atuavam em prol do liceu, faziam uma espécie de propaganda desse estabelecimento de ensino, enalteciam seus mestres, seu diretor e a instituição em si. Era uma escrita com características ufanistas. Além disso, o jornal revelou as finalidades do liceu, a organização do ensino, os principais acontecimentos, e os possíveis conteúdos que eram ensinados naquela instituição. No primeiro número, por exemplo, foram publicados 21 depoimentos/discursos de pessoas que tinham alguma relação com aquela escola, como o diretor e seus professores, e enalteciam e elogiavam a grandiosidade daquele estabelecimento de ensino, e da iniciativa de seu diretor em inaugurar aulas para o sexo feminino. Esses depoimentos demonstram o engajamento dos estudantes em prol da instituição de ensino que frequentavam.

2.3.2.2. *Chrysalida*: Jornal do Collegio Santa Thereza (1887)

O periódico *Chrysalida: Jornal do Collegio Santa Thereza* foi um jornal carioca, publicado nos últimos meses do ano de 1887 até os meses iniciais do ano de 1889. Como foi anunciado em seu complemento de título, era um jornal de publicação quinzenal. Na hemeroteca, tivemos acesso a 16 números desses jornais: do número 2 ao 8, o número 9, do número 15 ao 20, além dos números 25, 29 e 32. Assim, não possuímos todas as edições sequenciadas desse periódico, mas, por meio dos números encontrados, foi possível uma compreensão das suas características, mesmo que fragmentada. Com exceção do número 25 que apresentava 8 páginas, pois foi o número de aniversário de um ano do jornal, todos os demais números desse periódico possuíam 4 páginas.

Um dos principais pontos desse periódico é o fato de ele ser impresso na tipografia do próprio colégio, conforme explicou a redação: “Este periodico tambem representa outro sacrificio – o dispendio, que é preciso fazer para sustentar a pequena typographia do collegio, que nos é benevolmente prestada”. (CHRYSSALIDA, 1887, n. 2, p. 1). Talvez por ser um jornal impresso dentro do próprio colégio, não apresentou um preço para as assinaturas até o número 25. A partir do número 25, consta a informação de que a assinatura trimestral era de \$600, a semestral era de 1\$200 e a anual era de 2\$400, com pagamento adiantado.

Figura 4 - Segundo número do jornal *Chrysalida*: Jornal científico, litterario e crítico (1887-1889)

Fonte: Jornal *Chrysalida*, presente na Hemeroteca Digital Brasileira da BNB.

Por ser um periódico ser impresso na tipografia do próprio colégio, isto é, vinculado à instituição de ensino, podemos classifica-lo também como um jornal estudantil e escolar. Por isso, conjecturamos que a escrita dos alunos era controlada e vigiada pelos dirigentes do colégio, isto é, não era totalmente autônoma ou fruto da livre expressão do pensamento discente. Assim, difundia os propósitos e os ideais da instituição e de seus dirigentes. Por isso, pela leitura e análise desse jornal, temos uma compreensão histórica daquela instituição de ensino, representada no jornal por meio da escrita estudantil. Podemos, assim, desvendar elementos relacionados ao colégio, como, por exemplo, o público que o colégio recebia e os conteúdos necessários à educação desse público. Esse jornal é, portanto, uma fonte histórica para a compreensão daquela instituição de ensino carioca.

Primeiramente, destacamos que o Colégio Santa Thereza era um colégio particular destinado a alunas do sexo feminino. Por sua vez, o jornal desse colégio era escrito somente por meninas e dedicado a elas. Na introdução do segundo número do jornal foi anunciado que: “Ficaremos bem pagas de nossa dedicação ao trabalho por um sorriso dos entes respeitáveis, a quem devemos amor e obediência e cujo único intuito é que nos habilitemos para desempenhar no mundo a missão, que cabe a mulher” (CHRYSALIDA, 1887, n. 2, p. 1). Por meio desse trecho, notamos que o propósito dos “entes respeitáveis” daquele colégio era habilitar as estudantes para desempenhar no mundo a missão que cabe à mulher. Nesse sentido, a formação oferecida estava voltada para a educação feminina, de modo que o jornal disseminava essa formação em seus textos.

O quadro de colaboradores do jornal compõe-se eminentemente por mulheres, como podemos observar no quadro 6. É importante destacar que nesse quadro elencamos apenas os autores que assinaram seus textos. No entanto, muitos textos não foram assinados.

Quadro 6 - Autoras que publicaram no periódico *Chrysalida*

NÚMERO	AUTORES	NÚMERO	AUTORES
2	I. S. Maria Olympia Affonso de Lamartine Felicja Cardogo Celsa Freire Laura Cardoso Joaquina Pizarro	16	Judith Simas T. P. Z. P. Felicja Cardoso Celsa Freire Joaquina Pizarro Barão de Paranapiacaba B. de M
3	Maria Olympia Isauda C. Bittencourt Judith Simas Laura Cardoso Affonso de Lamartine Joaquina Pizarro Ezilda Freire	17	Affonso de Lamartine Laura Cardoso Maria de G. Lessa P. da Silva Joaquina Pizarro Celsa Freire

	Maria da G. Lessa P. da Silva		
4	Affonso de Lamartine Felicia Cardoso Celsa Freire Maria Olympia Anezia Santos Celestina B. Zulmira Tavares Elvira Carvalho Maria da G. Lessa P. da Silva	18	Affonso de Lamartine Joaquina Pizarro Felicia Cardoso Celestina B. Laura Cardoso Maria de G. Lessa P. da Silva
5	Z. P. T. P. Affonso de Lamartine Maria Olympia Felicia Cardoso Joaquina Pizarro Maria da G. Lessa P. da Silva Judith Simas Ezilda Freire Laura Cardoso Rita Amaral Berenice Queiroz Alice Franco de Carvalho Alice Queiroz	19	Affonso de Lamartine Joaquina Pizarro Judith Simas Laura Cardoso Felicia Cardoso Maria de G. Lessa P. da Silva Celestina B.
6	Carolina Duque Estrada Affonso de Lamartine Felicia Cardoso Joaquina Pizarro Maria Olympia Ezilda Freire Augusta Olympia	20	T. P. Affonso de Lamartine Joaquina Pizarro Felicia Cardoso Celestina B. Celsa Freire
8	Carolina Duque Estrada Affonso de Lamartine Joaquina Pizarro Celsa Freire Judith Simas	25	Affonso de Lamartine Carolina Duque Estrada Maria de G. Lessa P. da Silva Ermelinda Faria Judith Simas Carolina Duque Estrada Berenice Queiroz Celestina B.
9	Affonso de Lamartine T. P. Felicia Cardoso Maria da G. Lessa P. da Silva Laura Cardoso Joaquina Pizarro Z. P. Judith Simas	29	T. P. Filha Affonso de Lamartine Carolina Duque Estrada Laura Cardoso Joaquina Pizarro Laura Cardoso Joaquina Pizarro Ermelinda Faria Mari de G. Lessa P. da Silva Celestina B.
15	Affonso de Lamartine B. de M. Celsa Freire	32	Affonso de Lamartine Laura Cardoso Joaquina Pizarro Ermelinda Faria Maria da G. Lessa P. da Silva Celestina B.

Fonte: Elaborado pela autora.

Como se pode notar no quadro, os únicos textos assinados que não foram redigidos por meninas foram a tradução da biografia de Benvenuto Celini feita por Affonso de Lamartine, e o “Discurso pronunciado na missa com preces que fez celebrar a Associação de Auxilio Mutuo Commemorativa da Libertação da Escravatura no Império do Brazil, em tenção pelo restabelecimento e próximo regresso á Pátria de Sua Magestade o Imperador, pelo respectivo Presidente, ao entregar a Sua Alteza a Regente um ramo de flores” (CHRYSLIDA, 1888, n. 16, p. 4), assinado pelo Barão de Paranapiacaba. Os demais textos foram assinados pelas próprias estudantes do Colégio, o que evidencia que o público alvo do jornal eram as meninas.

2.3.3. Os jornais estudantis paranaenses

2.3.3.1. A *Opinião*: órgão dos estudantes (1887)

O periódico *A opinião: órgão dos estudantes* (1887) foi publicado na capital paranaense, Curitiba. Foram publicados 8 números, todos com 4 páginas: o primeiro em três de agosto de 1887 e o último em oito de dezembro de 1887. Sua duração foi, como é possível observar, curta, pois publicaram por apenas 4 meses. Apresentava-se ao público quinzenalmente, isto é, duas vezes por mês, com apenas uma irregularidade nos meses de novembro e dezembro, quando publicaram apenas um número. A tipografia responsável pela impressão foi identificada como “Typ. d’A Republica”. O valor das assinaturas variava de acordo com a localidade: na capital, o valor mensal era de 300\$ e o valor trimestral era de 800\$. Para as localidades fora da capital, o valor por três meses era de 1\$000, com pagamento adiantado.

No cabeçalho do primeiro número está indicado que o jornal pertencia a H. Dias, J. Guimarães (Júlio Theodorico Guimarães) e C. Costa (Conrobert Costa). Os artigos e seções do jornal foram assinados por diversos autores, como Azevedo Macedo, Silveira Netto, Júlio T. Guimarães, Aramis, B. de Seroma, Porthos, Alfredo Pirajá e Oliveira, Benedicto Vianna, D’Harblay. Alguns deles assinavam somente com as iniciais, como B. V., A. O. P., A. P. P.

Acerca das instituições de ensino que os escritores do jornal frequentavam, no jornal *A Opinião*, em nenhum momento evidenciaram qual era a instituição de ensino, e se o jornal era publicado na escola ou com o auxílio da escola. No entanto, na coluna que chamavam de “Noticiário”, os redatores publicavam notícias de escolas da capital paranaense, como o Instituto Paranaense, Panthéon Paranaense, e Escola Normal, e da associação literária *Club Litterário Dr Pedrosa*. Podemos entrever que, pela incidência com que publicavam notícias

sobre essas instituições, os redatores que alimentavam o jornal poderiam frequentar essas instituições. Azevedo Macedo, por exemplo, estudou no Pantheon Paranaense e fez o curso preparatório no Instituto Paranaense, confirmando nossa ideia de que os redatores e escritores frequentavam os colégios indicados.

Figura 5 - Primeiro número do jornal A opinião: órgão dos estudantes (1887)

Aramis D. Herblay

Assignaturas : Capital, Mez 300 rs. Trimestre . . . 800 rs. Para fóra 3 mezes . . . 1\$000 pagamento adiantado	<h1 style="margin: 0;">A Opinião</h1> <p style="margin: 0;">Órgão de estudantes. <i>Redacção e Propriedade de H. Dias, J. Guimarães e C. Costa.</i></p>	Assignaturas : Capital, Mez 300 rs. Trimestre . . . 800 rs. Para fóra 3 mezes . . . 1\$000 Pagam. adiantado
--	---	---

Publicação Quinzenal.

Anno I.	Curityba, 3 de Agosto de 1887	Nr. I.
----------------	--------------------------------------	---------------

<p style="text-align: center;">EXPEDIENTE —:—</p> <p>Este jornal será Noticioso e Literario, não deixando de discutir Sciencias e Critica.</p> <p>Os proprietarios são os redactores unicos do jornal, podendo ser acceitos collaboradores.</p> <p>O Sr. que não devolver o exemplar deste jornal que lhe fór enviado, será considerado assignante.</p> <p>Recebe-se os exemplares devolvidos, no escriptorio da redacção a rua da escola Oliveira Bello n. 6.</p> <p>Os artigos dos Sñrs. assignantes terão lugares gratuitos nas columnas deste jornal.</p> <hr style="border: 1px solid black;"/> <p style="text-align: center;">A Opinião</p> <p style="text-align: center;">Curityba, 2 de Agosto, de 1887.</p> <p>Atirando as faces da critica palavras salpicadas de viril entusiasmo, e nas quaes estampa-se toda a força dos nossos cerebros juvenis, abrimos desassombradamente a porta da publicidade e com todo o garbo e civismo da nobre causa jornalística apresentamo-nos ante a mocidade brasileira.</p> <p>Sahido das trévas de cogitações</p>	<p>ephemeris, pisamos com altivez o palco da Imprensa, diante do qual desenrola-se essas multidões que são o nosso sustentaculo e que nos julgam com fria imparcialidade.</p> <p>A opinião é um novo archote que guiará a mocidade no trabalho penoso do pensamento; é um novo braço, que ora sustentará a espada da justiça, ora o açoite da critica.</p> <p>Sendo elle um órgão de estudantes, os nossos leitores não poderão esperar rasgos arrojados do talento : è elle uma escola onde nós, os moços, ensaiamos as nossas pennas.</p> <p>Ao comparecermos perante o tribunal do povo, trememos : mas logo a audacia voltou-nos, e nós, segurando com firmeza a penna e o componedor, esperamos, de peito descoberto, as settas mordazes da critica pequena ; pois a grande não se occupa de nós ; somos um pigmeu.</p> <p>Somos um pigmeu que, apesar de um pouco cego pela luz da publicidade, tenta levantar, sem tremer, a bandeira do Progresso.</p> <p>A Opinião, qual o vento que gerado no infinito, faz vergar ao seu sopro todas as arvores e borbulhar no ar milhares de folhas, tentará derrubar os falsos preconceitos que se erguerem no seio da sociedade. Será a gotta da chuva batendo nas pedras do castello.</p>
--	--

Ariclê Vechia, com o artigo *Formando cidadãos e líderes: o ensino secundário na província de do Paraná* (2006), traça um panorama histórico da constituição do ensino secundário, na província do Paraná, e nos auxilia no entendimento da educação secundária paranaense, mormente no colégio Instituto Paranaense, colégio frequentado pelos estudantes redatores. Era uma necessidade do período a formação intelectual e técnica para preencher o quadro profissional e das funções públicas daquela província. A constituição do ensino secundário, em Curitiba, teve início com a criação do Liceu nessa capital, em 1846, mas, somente a partir de 1856, passou a funcionar com poucas cadeiras e teve a instabilidade como principal característica durante seu funcionamento. Dentre outros fatores que justificam essa instabilidade, não havia quem ocupasse as cadeiras criadas, nem havia demanda de alunos que preenchessem as vagas ofertadas (a educação não era uma prioridade da população e os que a valorizavam enviavam seus filhos à Corte ou à São Paulo para estudos preparatórios que garantiam o acesso às faculdades), além do sistema de aulas ser considerado ineficiente para preparar os jovens para os estudos superiores.

O Liceu então se extinguiu em 1869, e somente se reestabeleceu, em 1871. Em 1873, a frequência de alunos era pequena, e havia dificuldades relacionadas com a falta de uma sede adequada para atender os alunos. Em 1874, foi suprimido, de forma que funcionavam apenas três cadeiras avulsas, cadeiras essas que não garantiam uma unidade de ação para um programa racional de ensino. O problema agravou-se quando o Decreto nº 5.529, de 2 de outubro de 1873, do Governo Imperial, concedeu às províncias o privilégio de estabelecer bancas de exame dos preparatórios, o que não era possível naquele momento, já que não havia dinheiro para a fundação de um instituto que oferecesse todas as disciplinas exigidas nos preparatórios (VECHIA, 2006).

No ano de 1876, o presidente da província, Lamenha Lins, pediu autorização à Assembleia Provincial para uma reforma na instrução pública, pela criação de uma escola normal e um Instituto de Preparatórios. Então, o presidente recebeu sua autorização e, em julho de 1876, expediu o Regulamento Orgânico da Instrução Pública para a criação do Instituto Paranaense. No final do ano de 1876, o Instituto Paranaense, que ofertava ensino público, era uma escola movimentada, e o número de alunos do colégio particular que recebia apoio financeiro do governo decrescia.

Em 1878, o número de alunos do Instituto aumentou, entretanto, pensava-se que esse número poderia aumentar se o Governo Imperial estendesse para a província o direito de realizar exames gerais de preparatórios, o que foi concedido em junho de 1879. Na década de 1880, a Escola Normal deixou de funcionar devido à falta de alunos, e no Instituto a

frequência dos alunos era temporária, já que a maioria dos alunos preferia estudar na cidade onde seguiria os estudos superiores. Assim, o Instituto foi novamente extinto em 1883. No ano seguinte, o presidente Oliveira Bello restaurou o Instituto Paranaense e anexou a ele uma Escola Normal, por causa dos recursos limitados, em função da situação financeira da Província. Nesses cursos, “[...] os planos de estudos de ambos foram reduzidos e os professores passaram a acumular matérias de um e de outro curso” (VECHIA, 2006, p.66).

A partir dessas constatações, Vechia (2006) nos apresenta algumas conclusões acerca do ensino secundário da província do Paraná. No que diz respeito ao ensino e às disciplinas ofertadas, a autora considera que os estudos propostos foram inspirados nas ideias europeias e abrangiam os estudos de humanidades e científicos. Podemos entrever, então, que os dirigentes da província do Paraná buscavam um meio de garantir uma posição privilegiada dentre as demais províncias do país, por meio da formação intelectual de seus jovens que assumiriam cargos públicos no país.

Por fim, devido à fragilidade da instituição pública, o ensino secundário na província ficou relegado, basicamente, às instituições particulares. O Instituto Paranaense, aparentemente, exercia as funções de ofertar educação para os filhos da elite paranaense, no entanto, o ensino particular estava a fazer a vez do governo. Por outro lado, a abertura de colégios particulares na capital permitiu uma maior expansão do ensino, mesmo que somente para a elite paranaense. Assim, a escassez de recursos do governo deteriorou o ensino público, tanto no que diz respeito à condição dos espaços físicos, quando no que diz respeito ao corpo docente e à constituição de cadeiras. Do outro lado, a sociedade não valorizava a educação escolar e as famílias que valorizavam enviavam seus filhos aos grandes centros e às escolas com maior destaque.

O Parthenon Paranaense é um exemplo de colégio particular para a educação secundária do Paraná que foi frequentado pelos redatores dos jornais paranaenses selecionados. Não se encontram pesquisas que se dedicaram ao estudo sobre a criação dessa instituição. Por isso, buscando conhecer alguns elementos históricos desse estabelecimento de ensino da capital paranaense, optamos por investigar em periódicos de grande circulação daquele período pistas sobre o funcionamento dessa instituição.

Pesquisamos nos jornais da Hemeroteca das décadas de 1870 e 1880³², aqueles que citavam em alguma de suas colunas ou artigos essa instituição de ensino. Dos 68 jornais desse

³² Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, encontramos, na década de 1870, 14 periódicos. Já na década de 1880, esse número aumenta consideravelmente, sendo publicados 54 periódicos. O Paraná seguia, portanto,

período, os que citaram o colégio Parthenon Paranaense foram os periódicos *Dezenove de Dezembro* (1854-1890), *A República* (1888-1930), *Jornal do Commercio* (na Hemeroteca, temos acesso aos jornais do ano de 1883 e 1884) e *O Realismo* (1884).

O jornal *Dezenove de Dezembro* é o que mais exibiu anúncios do colégio. O periódico *A República* apresentou poucas notícias enquanto o colégio existia, mas levantou algumas questões e notícias após a sua existência. Os outros dois jornais citados apresentaram apenas uma notícia. É importante ter a consciência de que os jornais nos apresentam propagandas (anúncios) desse colégio, encomendada pelos seus próprios dirigentes, cujo intuito era comercial. Por isso, nos fornece informações fragmentadas do colégio e de seu diretor e fundador, das disciplinas e do valor a ser pago. Além disso, a ferramenta de pesquisa por palavra-chave dentro do jornal pode não ter apresentado todas as notícias e anúncios daquela instituição.

Cronologicamente, a primeira notícia encontrada sobre o Parthenon Paranaense foi na última página (destinada em sua maior parte aos anúncios) da 25ª edição do *Jornal do Commercio*, que saiu em 29 de dezembro de 1883:

Convite

Tenho a honra de convidar aos Srs. Paes de família para visitarem o Parthenon Paranaense no dia 1º de Janeiro próximo. N'este mesmo dia terá logar ás 10 horas da manhã a benção do estabelecimento, que ficará franco para visitação até às 3 horas da tarde.

O Director.

Dr. Laurentino de Azambuja (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, ed. 25, p. 6).

Logo, constata-se que a abertura do colégio Parthenon Paranaense ocorreu em 1 de janeiro 1884 e o diretor do colégio era o Dr. Laurentino de Azambuja. Na segunda nota jornalística sobre o colégio, no ano de 1884, edição de número 25, em 13 de julho de 1884, pelo jornal *O Realismo*, encontramos informações sobre o Dr. Laurentino de Azambuja:

Exoneração – Por decreto de 19 do passado foi concedida a exoneração que pedio o Dr. Laurentino Argio de Azambuja do cargo de 2º cirurgião do corpo de saúde do exercito.

Sabemos que S. S.^a, desligando-se do emprego que exercia nesta capital, procura de todo o desenvolvimento possível ao seo collegio, que já conta um numero bem regular de alunos.

E' de crer que os Srs. Paes continuem a corresponder ao dedicado esforço e zelo do director do Parthenon Paranaense (O REALISMO, 1884, n. 25, p. 4).

uma tendência nacional de desenvolvimento na imprensa, mormente, a partir da última década do Regime Imperial. Em todos os jornais realizamos uma busca por palavra, para encontrar algum vestígio dessa escola.

O que se sabe sobre Laurentino de Azambuja é que ele era médico e atuou como 2º cirurgião do corpo de saúde do Exército até 1884. Quase meio ano após a abertura do colégio, ele pediu exoneração de seu cargo para dedicar-se exclusivamente ao seu empreendimento. Assim, por alguns meses, atuou nos dois cargos.

No jornal *Dezenove de Dezembro*, a primeira notícia sobre o colégio diz respeito à benção que se realizou no primeiro dia do ano para a abertura do estabelecimento. Em seguida, foi publicada uma série de anúncios que tinham o intuito de fazer propaganda do colégio. No dia 6 de janeiro de 1884, edição número 6, divulgam a primeira propaganda:

Figura 6 - Anúncio sobre o colégio Parthenon Paranaense no jornal *Dezenove de Dezembro*.



Fonte: Jornal *Dezenove de Dezembro*, presente na Hemeroteca Digital Brasileira da BNB.

Por meio da propaganda, observamos que o estabelecimento do Dr. Laurentino de Azambuja ofertava o ensino primário. Além disso, recebia alunos que poderiam morar na escola, isto é, os pensionistas, além dos semi-pensionistas e os alunos externos, que só estudavam na escola, mas não moravam no local. No segundo anúncio, na edição 43, em 19 de fevereiro de 1884, divulga-se outras informações, isto é, que eram “[...] leccionadas todas as matérias constantes do respectivo programma” e que o “[...] prédio offerece vastas acomodações e as melhores condições hygienicas” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1884, n. 43, p. 4).

O Colégio Parthenon Paranaense, em 1884, funcionava diuturnamente e a frequência foi de 48 alunos. Não se sabe, porém, se essa frequência era dos alunos do primário, do

secundário, ou dos dois cursos. Esse colégio, portanto, já funcionava com número razoável de alunos após pouco mais de meio ano de sua abertura. Na edição 190, do dia 14 de agosto de 1884, noticiaram novamente a frequência dos alunos da escola diurna, e o Parthenon tinha frequência de 52 alunos. O Instituto Paranaense, por exemplo, apresentou a frequência de 19 alunos, o que confirma a baixa frequência nas escolas públicas, naquele período, como já expomos anteriormente.

No primeiro anúncio de 1885, que divulga o retorno das aulas, aparecem mais alguns detalhes sobre aquela instituição. Explica que o corpo docente é composto por 9 professores de reconhecidas habilitações, que o colégio dispõe de uma enfermeira para tratar dos alunos com dispêndio único dos medicamentos, salvo o caso de moléstias contagiosas. Por fim, explica que nos exames realizados ultimamente na instrução pública, “[...] obteve o Parthénon 10 aprovações, não obstante contar apenas 11 meses de existência” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1885, n. 2, p. 4). Neste mesmo ano, em abril, o jornal noticia novamente a frequência dos alunos do sexo masculino, no colégio particular Parthenon, totalizando a matrícula de 51 alunos e a frequência de 51. Dois meses depois, em junho de 1885, a frequência de alunos era de 54.

Em julho, o colégio Parthenon Paranaense muda da rua Matto Grosso para o centro da cidade, como anuncia o diretor do colégio: “Cedendo aos pedidos de muitos paes de família do interior e da capital, resolvi transferir para o centro o meo estabelecimento de instrucção primaria e secundaria, que passa a funcionar no elegante e espaçoso sobrado do Sr. Wolf, ao largo do Rosário” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1885, n. 172, p. 3). No lugar do antigo prédio, passou a funcionar um salão de cabeleireiro. Além disso, Azambuja destaca algumas características do colégio: o primeiro é que o colégio possuía dois auxiliares na parte administrativa, o segundo é que lecionavam todas as matérias exigidas nos cursos superiores do Império, com um professor especial para cada uma delas, e o preço das contribuições era módico, havendo um desconto para quem inscrevesse mais de um aluno. No final do ano de 1885, o jornal anunciou que, nos exames gerais, o Parthenon obteve 24 aprovações.

No ano de 1886, o colégio passou a ofertar aulas noturnas e cursos de agrimensura e comércio. As aulas noturnas foram divulgadas em fevereiro, na edição 42, em que o diretor explica: “Participo aos srs. interessados que resolvi abrir um curso nocturno da língua francesa e outro de escripturação mercantil, que funcionarão alternadamente de 7 as 8 horas. O primeiro será por mim dirigido e o segundo pelo sr. João Ferreira Luz” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1886, n. 42, p. 3). A justificativa para abertura de cursos noturnos estava no fato de possibilitar o estudo para aqueles que trabalhavam no comércio: “Esta medida é de

immensa vantagem para aquelles que se dedicacão a vida commercial, que desde então poderão habilitar-se commodamente para o trabalho inherente a este genero de vida” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1886, n. 42, p. 2). Oportunizaram, assim, naquela instituição, aulas que primavam pela formação do trabalhador. Cita, por fim, que as disciplinas que seriam ministradas no Parthenon no ano seguinte seriam Português, Francês, Inglês e Alemão, Latim, Matemáticas, Geografia, História e Retórica, Filosofia, Escrituração mercantil e Música.

Ao final de 1886, inicia as campanhas de publicidade para o ano letivo de 1887. Nelas, Laurentino de Azambuja adiciona no anúncio o valor das contribuições mensais para quem deseja uma inscrição naquele colégio: a mensalidade para pensionistas era de 30 mil réis e para semi-pensionistas 25 mil; os alunos externos tanto do primário, quanto do secundário, pagariam 4 mil réis mensais por uma aula e 2 mil réis para cada aula a mais que frequentassem.

Em 1888, é veiculado outro anúncio no jornal sobre as aulas no Parthenon. Não se notam muitas mudanças nesse novo ano letivo, pois o colégio continua recebendo alunos pensionistas, semi-pensionistas e externos, ofertando cursos primários, secundários, comercial e agrimensura, e as mensalidades continuam as mesmas. O que se modificou naquele ano foi que “[...] os alumnos internos, conforme as respectivas idades, são divididos em classes, tendo cada um separadamente seus dormitórios, sala de estudos, rouparia, etc” (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1888, n. 2 p. 3). Assim, o colégio passou a dividir os alunos em classes, de acordo com a idade, seguindo a padronização do novo modelo de escola graduada que começou a ganhar força, no Brasil, nos últimos anos do regime imperial. Além disso, nesse anúncio, o diretor explica que “O collegio admite gratuitamente 6 alumnos externos pobres designados pelo governo provincial”.

No final de 1889, apresenta o resultado dos exames gerais realizados em novembro e o nome dos alunos aprovados. Foram 9 alunos do Parthenon aprovados com distinção, 27 alunos aprovados plenamente e 12 aprovados, totalizando 48 alunos que passaram em variadas disciplinas dos exames gerais.

Nos últimos meses de 1889 e início de 1890, anunciam no jornal uma campanha:

Figura 7 - Anúncio do colégio Parthenon Paranaense de 28 de dezembro de 1889.

COLÉGIO

PARTHENON PARANAENSE

Rua do Riachuelo
(ESQUINA DA PRAÇA DO MERCADO)

Reabertura á 7 de Janeiro. Recebe alumnos pensionistas, semi-pensionistas e externos, mediante as contribuições já estabelecidas.

O edificio destinado para o collegio, offerece vastas accomodações para um grande internato e sua excellente collocação no centro da cidade facilita a concorrência de alumnos externos. Dispõe de um profa. sagrado idoneo para as seguintes disciplinas: PORTUGUEZ (primario e secundario), FRANCEZ, LATIM, INGLEZ, ALLEMÃO, MATHEMATICAS, GEOGRAPHIA, HISTORIA, PHILOSOPHIA, RHETORICA, ESCRITURAÇÃO MERCANTIL, HYGIENE ESCOLAR E MUSICA.

Em vista do proficuo resultado que annualmente apresenta o Parthénon impõe-se a confiança dos Srs. Paes.

Nos ultimos exames geraes, realizados em todas as Academias, conseguiu este collegio o terço das approvações, cuja relação foi ultimamente publicada no «Dezenove» de 11 e «Quinze de Novembro» de 7 do corrente mez, sobresahindo deste modo de todos os estabelecimentos de ensino publicos e particulares deste Estado.

Releva acrescentar que, nos referidos exames, os alumnos do Parthénon em sua maior parte obtiveram os mais elevados grãos de approvação, como facilmente se poderá verificar. Pelo regulamento do collegio, o alumno interno tem horas determinadas para aulas, recreios, refeições, bancas de estudo e não é permitida a sahida nos dias uteis sem motivo justificado.

Qualquer outra informação será fornecida no estabelecimento

O director,
DR. LAURENTINO DE AZAMBUJA

Fonte: *Jornal Dezenove de Dezembro*, presente na Hemeroteca Digital Brasileira da BNB.

Esse anúncio foi apresentado até a extinção do jornal *Dezenove de Dezembro*, em 1890. Esse mesmo anúncio da figura 7 foi veiculado no jornal *A República*, em dezembro de 1889 e janeiro de 1890. Nesse jornal, no mês de julho de 1889, foi exibido um anúncio que nos leva a crer que o colégio Parthenon Paranaense fechou as portas. Na edição 153, em 2 de julho de 1890, divulgam a realização de um leilão, no edifício do colégio, em que seriam leiloados seus móveis escolares. O leilão aconteceu nos dias 06, 08 e 11 de julho. Em 1902, Azambuja abriu em São Paulo um colégio chamado Parthenon Paulista.

2.3.3.2. *A Idea: orgam do Club dos Estudantes (1888)*

O jornal *A Idea: orgam do Club dos Estudantes* (1888) foi outro jornal paranaense publicado em Curitiba. Iniciou seus trabalhos quase 8 meses após o fim do *A opinião*, de forma que seu primeiro número é de outubro de 1888 e o último é de julho de 1889. Sua duração foi mais longa que o primeiro (10 meses de duração), e publicou 17 números, a maior parte deles com 4 páginas, com exceção de dois números (números 9 e 17), com 6 páginas.

No jornal *A Idea*, seus redatores anunciaram explicitamente sua filiação:

«A Republica» o valente orgam democrático, desta capital, noticiando, em seu numero de 4 do corrente, o aparecimento «A idea», diz que ella é redigida por «um punhado de estudantes do Instituto Paranaense».

Agradecendo, ao amável colega, as benévolas palavras com que nos acolheu, pedimos-lhe permissão para rectificar-mos aquelle engano, com certeza involuntário e originado de má informação.

«A Idéa», é, como declaramos no alto da 1º pagina, - orgam do Club dos Estudantes. Agora daclaramos tambem que o Club dos Estudantes é constituído pela maioria dos estudantes de humanidades desta capital: contem em seu grêmio, não somente alumnos do Instituto Paranaense, mas também de quasi todos os collegios particulares, como o Parthénon Paranaense, o collegio Loyola, etc.

Portanto, «A Idèa» é-orgam do Club dos Estudantes (*A IDEA*, 1888, n. 2, p. 1).

O jornal *A Idea* representava, como indicado em seu complemento de título, o Club dos Estudantes³³, clube este formado pela maioria dos estudantes de humanidades de Curitiba, que estudavam em diversas instituições de ensino, como o Instituto Paranaense, que era uma escola pública, e o Parthénon Paranaense e Collegio Loyola, que eram escolas particulares. Foram os estudantes desse clube que fundaram o periódico *A Idea*.

Defendemos, assim, que é possível estabelecer uma relação entre os dois jornais do Paraná, visto que, os alunos que redigiam o periódico *A Idea* frequentavam as mesmas instituições de ensino na cidade de Curitiba que os redatores do *A Opinião*. Assim, apesar das distinções entre eles, foram publicados na mesma cidade, seus colaboradores estudavam nas mesmas instituições da capital paranaense e, além disso, conforme indica o quadro a seguir, alguns autores compuseram o quadro de redatores e colaboradores nos dois jornais.

³³ No jornal, publicaram as atas de algumas reuniões, e o regulamento desse Club, criado em 15 de junho de 1888.

Figura 8 - Primeira página do jornal paranaense A Idea.

Sur. Dario Aramis Vellos

Curityba - Segunda-Feira, 1 de Outubro de 1888

ANNO I A IDEIA NUM. 1

Orgam do Club dos Estudantes
PUBLICAÇÃO QUINZENAL

Redactores e Collaboradores - Diversos

EXPEDIENTE

PARA A CAPITAL
Assignatura por trimestre . . . \$200

PARA FÓRA
Assignatura por trimestre . . . \$500

~~PAGAMENTO ADIANTE~~

Fazemos distribuição do nosso periodico e aquelles que não o devolverem serão considerados assignantes.

Toda e qualquer correspondencia deve ser dirigida á capital á casa n. 19 da rua do Aquidaban.

Os artigos enviados a esta redacção não serão restituídos, embora não sejam publicados.

Parte Official

Resumo

da acta da 1.ª sessão preliminar do Club dos Estudantes, a 15 de Julho de 1888.

Em virtude de um convite feito pelos estudantes Alfredo Pirajá, Braulio Carneiro, Ermelino de Leão, Julio Guimarães, Eurides Cunha e Canrobert Costa, e inserto na «Gazeta Paranaense», reuniram-se em um dos salões da «Escola Normal», á 1 hora da tarde do dia acima indicado 17 estudantes de humanidades, que fundaram um Club denominado «Club dos Estudantes», depois de ter o sr. Alfredo Pirajá exposto o fim da reunião.

Resolveu-se que fosse eleita uma Directoria interina, até a approvação dos Estatutos; que essa Directoria publi-

casse um manifesto e que se encarregasse da organização dos Estatutos, devendo convocar todos os estudantes que adherissem á fundação do Club, para uma nova sessão, na qual tratar-se-hia da discussão dos Estatutos e da eleição da Directoria effectiva.

Deliberado isto, passaram á assignar a adhesão á fundação do dito Club.

A directoria interina foi composta dos estudantes: Ermelino de Leão, como presidente; Canrobert Costa, como secretario; Silveira Netto, Julio Guimarães e Alfredo Pirajá, como directores.

Sala das sessões do Club dos Estudantes, 15 de Julho de 1888. O 2.º secretario, *Osorio de Araujo*.

RESUMO

da acta da 2.ª sessão preliminar do Club dos Estudantes, 29 de Julho de 1888.

No dia 29 de Julho, compareceram no salão do «Club Republicano», ás 12 horas do dia, 22 estudantes: o sr. Presidente abriu a sessão.

O sr. secretario interino procedeu a leitura da acta da sessão passada, que foi approvada, e, em seguida, a do projecto de Estatutos, organisados pela Directoria interina.

Sendo os Estatutos postos em discussão, foram approvados com uma emenda do sr. Manoel Correia.

Passou-se, em seguida, a 2.ª parte da ordem do dia, isto é, á eleição da Directoria effectiva.

Obtiveram votos para Presidente, os srs. Julio Abelardo, 12 votos; Osorio Guimarães, 4; Ermelino de Leão, Joa-

quim Miró e Canrobert Costa, 2 votos cada um; Alfredo Pirajá e Azevedo Macedo, 1 voto cada um.

O sr. Presidente interino declarou eleito Presidente do Club o sr. Julio Abelardo Teixeira. (Continúa).

A IDEIA

Curityba, 1 de Outubro de 1888.

Apresentámos á luz da publicidade este periodico, orgam do Club dos Estudantes. Simples e modesto é seu pórtre, porém nobre e elevado é seu intento.

Assim como a criança solta os primeiros sorrisos á sua mãe q' a affaga, assim como a flor expande seus primeiros perfumes á aurora que a orvalva, tambem nós soltamos as primeiras saudações ás luzes que nos esperam.

E' um jornalzinho como este a fonte do desenvolvimento intellectual da mocidade, e, se ella estuda, é justo que trate de desenvolver-se. O desenvolvimento é uma parte constituinte da verdadeira instrucção e a instrucção é o motor das grandezas!

Estamos convictos de que vós não encontrareis em nossos escriptos produções brilhantes e de alto merecimento, não encontrareis d'esses rasgos que o genio somente pode produzir, mas sim simplesmente artigos de moços que despertam-se ante o sanctuario das letras, encontrareis ensaios de moços que principiam;



No quadro 7, indicamos os autores que publicaram em cada um dos números do jornal *A opinião* e do jornal *A ideia*. As publicações desses personagens variam entre textos literários, notícias, artigos com debates críticos e pequenos avisos. Além disso, muitos deles faziam parte de outros grupos ou escolas, mas que colaboravam com seus textos nesses jornais. Outro ponto de destaque, que auxilia na compreensão do quadro, é que algumas colunas do jornal não foram assinadas, e, por esse motivo, não é possível identificar seu autor. Por fim, alguns autores publicaram mais de uma vez no mesmo número, por isso, no quadro, seus nomes ficam repetidos.

Quadro 7 - Autores que publicaram nos jornais paranaenses.

NÚMERO	AUTORES QUE PUBLICARAM NO JORNAL “A OPINIÃO”	AUTORES QUE PUBLICARAM NO JORNAL “A IDEIA”
1	Azevedo Macedo Silveira Netto J. T. Guimarães	Silveira Netto Saldanha Sobrinho Alberto Guimarães J. Moraes e Silva J. de Santa Rita Azevedo Macedo A. M.
2	Aramis Silveira Netto B. de Seroma Júlio T. Guimarães (Redatores: H. Dias J. Guimarães e Conrobert Costa)	Azevedo Macedo Aramis Silveira Netto Alberto Guimarães S. S. (Saldanha Sobrinho)
3	B. V. Aramis Silveira Netto Porthos A. P. Oliveira (Redatores: H. Dias J. Guimarães e Conrobert Costa)	Saldanha Sobrinho Aramis Sylvino Americo Porthos Alfredo Pirajá Theodomiro
4	Azevedo Macedo Alfredo Pirajá e Oliveira Júlio T. Guimarães Silveira Netto.	Osorio de Araujo Luiz D. Cleve Silveira Netto Alfredo Pirajá Aramis Sylvino Américo Porthos Augusto Stresser (Comissão redatora: Azevedo Macedo, Conrobert Costa e Saldanha Sobrinho)
5	C. A. O. V. Júlio T. Guimarães F. N.	Emiliano Pernetta Canabarro Aramis Alfredo Pirajá Porthos Sylvino Americo (Comissão redatora: Azevedo Macedo, Conrobert Costa e Saldanha Sobrinho)
6	Aramis Silveira Netto A. P. P	A. M. Leoncio Correia Sylvino Americo

	Benedicto Vianna	Aramis Acacio (Comissão redatora: Azevedo Macedo, Conrobert Costa e Saldanha Sobrinho)
7	Aramis Júlio T. Guimarães	Heitor Sardoc Luiz Guimarães Sylvino Americo Aramis Transparente Porthos Augusto Stresser (Comissão redatora: Azevedo Macedo, Conrobert Costa e Saldanha Sobrinho)
8	Aramis Mac Wild Labinna (S. O.) D'Herblay.	Alfredo Pirajá Wenceslau de Queiroz A. M. Bertram Azevedo Macedo Silveira Netto Carlos do Nascimento Transparente Porthos Sylvino Américo (Comissão redatora: Azevedo Macedo, Conrobert Costa e Saldanha Sobrinho)
9	-	Francisco Marques José de F. Saldanha Sobrinho V. Brigido Scientificus Saldanha Sobrinho Aramis A. M. Silveira Netto Saldanha Sobrinho Ferreira de Menezes Conrobert Costa Porthos Servulo Gonçalves Felix Alexandre Fernandes Transparente Annibal G. Carneiro Miguel Lino de Azevedo (Comissão redatora: Azevedo Macedo, Conrobert Costa e Saldanha Sobrinho)
10	-	Saldanha Sobrinho Olavo Bilac Aramis Azevedo Macedo Hugo Leal S. Raymundo Correia Emiliano A. de Leão (Comissão redatora: Azevedo Macedo, Conrobert Costa e Saldanha Sobrinho)
11	-	A. M. Aramis Felix Manuel Pernetta Sylvino Americo

		Gonçalves Crespo A. M. Transparente (Comissão redatora: Alfredo Pirajá, Azevedo Macedo e Conrobert Costa)
12	-	Azevedo Macedo Aramis Felix Syvino Americo Transparente (Comissão redatora: Alfredo Pirajá, Azevedo Macedo e Conrobert Costa)
13	-	Azevedo Macedo Domingos Nascimento Aramis Silveira Netto Transparente (Comissão redatora: Alfredo Pirajá e Conrobert Costa)
14	-	Silvio Romero C. C. Alfredo Pirajá Luiz Delfino Felix da Cunha Aramis T. Lobo Azevedo Macedo Joaquim Guimarães (Redator: Alfredo Pirajá Diretor: Conrobert Costa)
15	-	C. C. Alfrejo Pirajá J. de Santa Rita Araripe Junior Julia Lopes Aramis Alberto de Oliveira Olavo Bilac T. Lobo (Redator: Alfredo Pirajá Diretor: Conrobert Costa Gerente: Braulio Carneiro)
16	-	J. de Santa Rita Manuel Pernetta T. Lobo Raymundo Correia Araripe Junior Aramis Azevedo Macedo Emilio Castellar Alberto de Oliveira (Redator: Alfredo Pirajá)
17	-	Alfredo Pirajá C. Costa Betram J. Saldanha Sobrinho Areripe Junior Olavo Bilac Gunçalves Crespo Luiz Guimarães Junior

		Reymundo Correia Wenceslão de Queiroz Alberto de Oliveira Emilio Littre Aramis Sans Façon (Redatores: Alfredo Pirajá Dario Velloso [Aramis] Conrobert Costa)
--	--	--

Como se pode notar, por meio do quadro, os autores paranaenses que colaboraram com os dois jornais foram Aramis, Silveira Netto, Azevedo Macedo, Alfredo Pirajá e Conrobert Costa. Esses cinco autores tiveram participação assídua nos dois jornais, e ocuparam cargos dirigentes, como o caso de Azevedo Macedo, Alfredo Pirajá e Conrobert Costa, que foram da comissão redatora e da diretoria dos jornais³⁴.

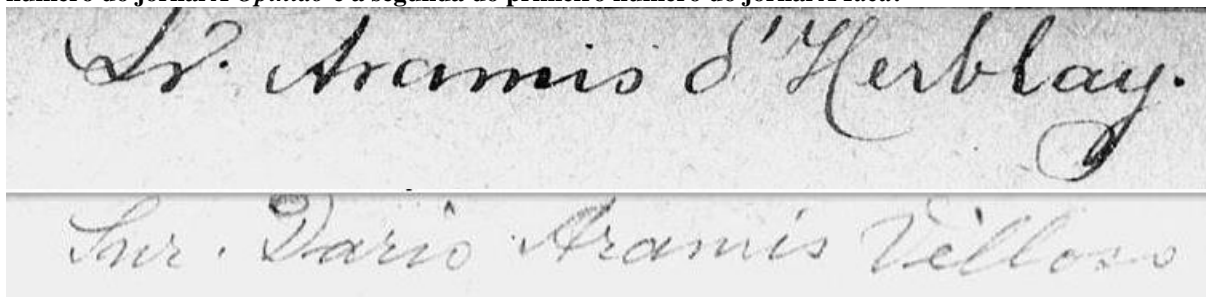
Nesse momento, é indispensável uma explicação acerca do escritor que publicou textos em quase todos os números desses dois jornais curitibanos: Aramis. Dos 8 números do periódico *A Opinião*, Aramis publicou em 5, enquanto que dos 17 números do jornal *A Idea*, Aramis publicou em 15. Ele foi o autor que mais contribuiu para os dois jornais.

No momento em que encontramos na Hemeroteca o jornal *A Opinião*, observamos que em todos os números, no canto direito, havia uma assinatura manuscrita de “Aramis D’Herblay” (a assinatura no topo da página pode ser observada na figura 5). Nos chamou a atenção o fato de que Aramis D’Herblay é o nome de um dos três mosqueteiros do romance histórico do francês Alexandre Dumas (1802-1870), *Les Trois Musquetaires* (1844). Por isso, Aramis era um pseudônimo.

Quando abrimos o segundo jornal, *A Idea*, a história se repetiu, pois havia uma assinatura manuscrita no canto direito do primeiro número do jornal. No entanto, a assinatura indicava que o jornal pertencia a “Dario Aramis Velloso” (é possível observar a assinatura no topo da figura 6). Nesse sentido, essas marcas de leitura sugerem que Aramis era o pseudônimo do escritor paranaense Dario Persiano de Almeida Velloso (1869-1937). Confirmamos essa proposição, no último número do *A Idea*, pois “Dario Velloso (Aramis)” aparece como um dos redatores do periódico. Portanto, Dario Velloso foi o autor que contribuiu com mais frequência nesses dois jornais estudantis paranaenses.

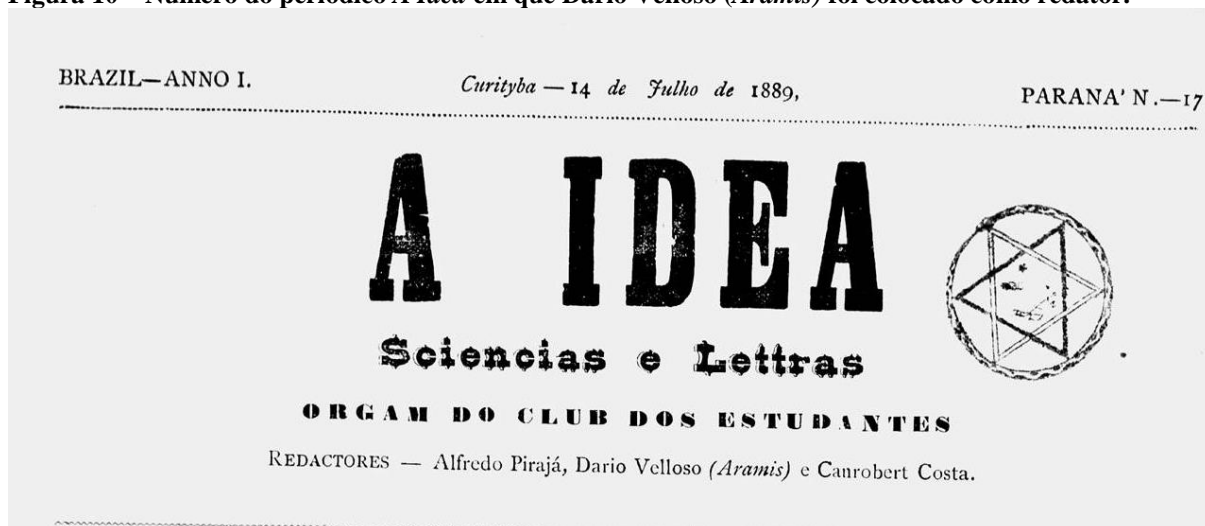
³⁴ Na primeira página dos números dos jornais, anunciam os redatores e diretores do periódico. No número 4 em diante, a comissão redatora era constituída por Azevedo Macedo, Conrobert Costa e Saldanha Sobrinho; no número 11, assumiram essa comissão Alfredo Pirajá, Azevedo Macedo e Conrobert Costa. No número 13, Alfredo Pirajá e Conrobert Costa faziam parte dessa comissão. No número 14, o redator era Alfredo Pirajá e o diretor Conrobert Costa; no 15, além de Alfredo Pirajá ser o redator, Conrobert Costa o diretor, Bráulio Carneiro era o gerente; no número 16, divulgam apenas que o redator é Alfredo Pirajá e, por fim, no número 17, os redatores eram Alfredo Pirajá, Dario Velloso (Aramis) e Conrobert Costa.

Figura 9 - Assinatura manuscrita do pseudônimo de Dario Velloso. A primeira foi retirada do quarto número do jornal *A Opinião* e a segunda do primeiro número do jornal *A Idea*.



Fonte: Jornais *A Opinião* e *A Idea*, presentes na Hemeroteca Digital Brasileira da BNB.

Figura 10 – Número do periódico *A Idea* em que Dario Velloso (*Aramis*) foi colocado como redator.



Fonte: Jornal *A Idea*, presente na Hemeroteca Digital Brasileira da BNB.

É importante destacar a participação de alunos que, no futuro, tornaram-se ilustres personalidades paranaenses, tendo seus nomes reconhecidos nacionalmente, mormente, no campo da literatura brasileira, como Silveira Netto (1872-1942), conhecido como novo príncipe dos poetas paranaenses (após a morte de Emiliano Pernetta); Dario Velloso (1869-1937), escritor de muitos livros e integrante do Movimento Simbolista no Paraná, junto a Emiliano Pernetta; e Azevedo Macedo (1872-1955) que se tornou diretor de importantes colégios paranaenses e deputado estadual. Acreditamos que os escritos desses autores nesses jornais estudantis foram seus primeiros ensaios como autores e literatos. Na época que fundaram seus jornais estudantis, Azevedo Macedo e Silveira Netto, por exemplo, tinham 15 anos e Dario Velloso 18 anos.

2.4. A finalidade dos jornais estudantis: “E’ pois a instituição de um jornal essencialmente *litterario e instructivo* que intentamos”

Por meio deste subtópico, buscamos mostrar ao leitor a intencionalidade apresentada pelos estudantes acerca da criação de seus periódicos. Cada um dos jornais em questão apresentou, direta ou indiretamente, sobretudo em seu número inaugural, as razões fundamentais para criarem um periódico: fomentar a instrução e a literatura. Essas foram as duas temáticas de maior evidência nos periódicos e, devido a isso, entende-se que eram consideradas pelos estudantes as duas maiores questões a serem debatidas, fomentadas e divulgadas.

No jornal maranhense *A Mocidade*, em seu primeiro número, explicitou-se com clareza a intenção de sua criação: “E’ pois a instituição de um jornal essencialmente *litterario e instructivo* que intentamos” (*A MOCIDADE*, 1875, p. 1, n. 1). Posicionando-se como jornal literário, esse periódico enfocava a literatura, tanto que o seu complemento de título (“Jornal *litterario*, critico e noticioso”) já indicava que o jornal seria literário, o que reforça que a literatura era um dos objetos desse periódico. O jornal *A Mocidade* apresenta que era, além disso, instrutivo, ou criado para servir como um instrumento à instrução, ratificando sua função educativa.

O periódico *Revista Juvenil*, da mesma província, apresentou as justificativas para a sua criação: “A Revista Juvenil não é, pois, mais do que modesta arena de combate, onde intentam provar forças ensaiando as armas alguns moços ambiciosos de cultivo *litterario*”. (*REVISTA JUVENIL*, 1876, n. 1, p. 1). A primeira intenção do jornal que apresentaram foi servir de espaço para os moços ensaiarem as armas no cultivo da literatura, o que fazia dele um jornal literário. O jornal igualmente carregava em seu complemento de título a palavra “literário”.

Na sequência, destacaram: “No meio dessa atividade que caracteriza a epoca, quando a palavra = instrucção é a senha do progresso, poderá por ventura permanecer a mocidade indifferente sem tornar-se criminosa? Obedecendo a este impulso foi que aqui nos congregamos” (*REVISTA JUVENIL*, 1876, n. 1, p. 1). Foi por causa da instrução e pela necessidade que a mocidade encontrou de não ficar indiferente aquela que era a responsável pelo progresso, que esse jornal foi elaborado. Era, dessa forma, um jornal instrutivo.

O periódico *O Aspirante* expôs, em seu complemento de título (“Periodico *Litterario e Astistico* dos alumnos do Lycêo de Artes e Officios”), uma de suas primeiras funções, que era ser literário. Além disso, foi objetivo ao apresentar sua finalidade: “O nosso fim é instruir:

pela razão convenceremos, pela fé conquistaremos” (O ASPIRANTE, 1881, n. 1, p. 1). A literatura e a instrução eram, então, temas basilares desse periódico do Rio de Janeiro.

No periódico *A Opinião* elucidaram que era “[...] um novo archote que guiará a mocidade no trabalho penoso do pensamento” (A OPINIÃO, 1887, n. 1, p. 1). O jornal seria um guia para a mocidade no trabalho do pensar, o que evidencia sua intenção instrutiva. Em um poema, os autores reafirmaram seus propósitos:

Alerta! Oh mocidade.
Tens o sol por toda a parte,
Jornaes, em quantidade,
Com d’instrucção estandarte!

Hoje surgiu no horisonte
Um athleta da instrucção;
De desenvolvimento um forte
E’ seu nome – “Opinião” (A OPINIÃO, 1887, n. 1, p. 2).

Para os redatores do periódico *A Opinião*, a instrução era uma bandeira, aquilo que os representava, sua linha de frente. Além disso, denominaram-se como atletas da instrução. Em seguida, expressaram a sua intenção literária quando explicaram que figuraria nas colunas do jornal “[...] tudo o que penna crear, com tanto que não offenda ao decoro publico, nem vá ferir os direitos racionaveis estabelecidos pelos homens. Litteratura, Sciencia, tudo ella discutirá: será um pequeno porta-jóias cheio de pedras preciosas” (A OPINIÃO, 1887, n. 1, p. 2).

Em *Chrysalida*, apesar de não darem clara ênfase ao objetivo principal de sua criação, explicaram que “Si alguma cousa ha de louvável em nossa juvenil tentativa é o sacrificio, que fazemos de nossas horas de recreio para applicarmos nossas débeis faculdades, ainda em começo de desenvolvimento, a labores, que devem ser partilha exclusiva dos engenhos cultivados, tão abundantemente em nossas terras” (CHRYSALIDA, 1887, n. 2, p. 1). Para as jovens escritoras, o jornal que criaram era um sacrifício de applicarem as faculdades, isto é, o intellecto a labores, nas horas vagas. Nesse sentido, era o jornal um meio de applicarem-se aos estudos, ou à instrução; era um complemento aos estudos, pois acontecia nos horários que estavam fora do horário próprios das aulas. As alunas que escreviam esse jornal não expuseram explicitamente sua função literária, porém a literatura se encontrava em todos os seus números.

Por fim, em *A Idea*, os redatores anunciaram em dois momentos sua função instrutiva. Explicaram, primeiramente, que era “[...] um jornalzinho como este a fonte do desenvolvimento intellectual da mocidade, e, se ella estuda, é justo que trate de desenvolver-

se. O desenvolvimento é uma parte constituinte da verdadeira instrução e a instrução é o motor das grandezas!” (A IDEIA, 1888, n. 1, p. 1). Em seguida, enfatizaram que “A nossa ambição é instruir-nos” (A IDEIA, 1888, n. 1, p. 2). Assim, para os alunos responsáveis pela edição desse jornal paranaense, o periódico era uma fonte ou meio para o desenvolvimento intelectual, uma vez que tinham a ambição de, por meio do jornal, instruírem-se a si mesmos.

Na sequência, os autores mostraram a relação daquele periódico com as questões literárias:

Como um dos complementos do movimento litterário, é que fundou-se o Club dos Estudantes [...].

Embora, na apparencia, o fim a que se propõe o Club dos Estudantes parece nada ter com a litteratura, vê-se, porém, que com a função deste jornalsinho, ele é um dos pugnadores do gosto litterario. (A IDEIA, 1888, n. 1, p. 1)

O periódico *A Idea* apresentou que a função do jornal era pugnar pelo gosto literário. Além disso, o Club dos Estudantes, sociedade literária que fundou o jornal, buscava por complementar o movimento literário. Essa função da sociedade literária se estendeu ao periódico que criaram, fazendo do periódico um periódico literário.

Os trechos retirados dos periódicos estudantis comprovam, assim, que a finalidade desses jornais era o cultivo da instrução e da literatura. Se entende que, para esses estudantes, a literatura e a instrução eram os meios necessários ao seu pleno desenvolvimento intelectual. Por defenderem o cultivo da instrução e da literatura como principais objetivos dos periódicos, sublinharam esses dois elementos como imprescindíveis para o desenvolvimento e progresso da mocidade e, conseqüentemente, do país.

Nesta seção, traçamos um mapeamento dos jornais estudantis e juvenis. Nesse mapeamento, identificamos um maior contingente de jornais a partir da década de 1870. O contexto histórico e a história da imprensa evidenciaram que, com a Independência, iniciou-se um processo de construção da nação, no âmbito político (cuja disputa buscava definir se a centralização ou descentralização do poder eram mais adequados ao país e aos grupos dirigentes), no âmbito econômico (buscando posicionar-se no mercado internacional para se inserir no capitalismo mundial, bem como pelo debate acerca da organização do trabalho), no âmbito social (pela libertação dos escravos, tornando-os cidadãos livres, pela incorporação dos imigrantes no cenário brasileiro, decorrente do fluxo imigratório), e cultural (pela potencialização da imprensa, da literatura, e da educação alinhadas ao processo de nacionalização brasileira).

Na década de 1870, iniciou-se um processo de mudanças no país, de modo que diversos fatores, como a urbanização, a industrialização, o acirramento do debate acerca da organização do trabalho, a abertura da país aos imigrantes, o republicanismo, a presença mais intensa do exército, a presença ideológica do positivismo, dentre outros, modificaram o cenário brasileiro em diversos âmbitos. Como demonstramos, a imprensa registrou e atuou nesse processo de construção da nação brasileira e, sobretudo, nesse contexto, ganhou novas configurações, em decorrência da tecnologia que viabilizou a circulação de ideias. Além disso, os ideais republicanos e abolicionistas popularizaram a imprensa, pois ela foi utilizada para fazer propaganda desses ideais.

A imprensa passou a ser o principal veículo de expressão de ideias e de atuação política no Império. Os estudantes, que não ficavam alheios às mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais ao seu redor, utilizaram a imprensa, criando seus próprios jornais para expressar suas ideias acerca daquilo que os cercava, e para posicionar-se diante dos acontecimentos que mobilizaram inúmeras transformações no país.

Junto à imprensa, a educação e a literatura foram postas a serviço dos novos tempos e, devido a isso, ganharam amplitude naquele contexto. A literatura narrava e ilustrava, implícita e explicitamente, os acontecimentos do período e expressava o posicionamento político dos literatos acerca de diversos assuntos em vigência naquele cenário. A educação foi considerada meio para o progresso do país e para imprimir em seus cidadãos virtudes necessárias à sua atuação na sociedade. A visibilidade de educação e da literatura podem ser justificativas para o envolvimento dos estudantes com essas temáticas, levando-os a criar periódicos instrutivos e literários.

Jinzenji (2017) pondera que o aumento do número de jornais estudantis a partir da segunda metade do século XIX indica, possivelmente, uma maior visibilidade social dessa categoria geracional no período. Além disso, para ela, decorre desse período o surgimento em maior volume de periódicos voltados para as famílias e para as mulheres, o que sugere que pode se tratar de um movimento de ampliação temática próprio da produção jornalística do período.

Portanto, somado a outros fatores, a conjugação entre imprensa, educação e literatura, áreas valorizadas no período, foi a vertente escolhida pelos estudantes secundaristas para posicionarem-se frente às mudanças do país, para expressarem e defenderem seus ideais. O cultivo da literatura e da instrução, via imprensa, foram as temáticas eleitas para o seu desenvolvimento, sua instrução, em um contexto em que a instrução era sinônimo de

progresso, e a literatura era sinônimo de erudição, de civilidade, e expressão da nacionalidade e do patriotismo. É o que veremos nas seções que seguem.

3. SOBRE A INSTRUÇÃO E PARA A INSTRUÇÃO: OS TEXTOS DE CARÁTER INSTRUTIVO NOS PERIÓDICOS ESTUDANTIS

O intuito dessa seção é apresentar e analisar o posicionamento dos estudantes acerca da instrução³⁵, expressa nos artigos de caráter instrutivo desses periódicos. A instrução, junto à literatura, se sobressaiu entre os estudantes, e seu cultivo e incentivo foi um dos objetivos da criação dos periódicos por parte dos alunos, conforme já evidenciamos. Assim, a instrução foi reconhecida por eles por seu grande valor, um imperativo para o crescimento individual e coletivo, o que conduziu os estudantes a criarem jornais que educavam e que debatiam acerca da educação.

Diante disso, os estudantes transformaram seus jornais em um instrumento que educava o leitor, por meio da veiculação, em suas páginas, de textos instrutivos, para formação intelectual e moral, uma exigência para o melhor desempenho na nação em desenvolvimento. É possível observar, além disso, que o jornal foi transformado em uma arena de debate crítico, entre os estudantes, acerca da educação, demonstrando que eles eram engajados com as questões que os cercavam, utilizando seus periódicos para atuação política em prol da educação.

Entendemos a necessidade de iniciar essa exposição apresentando os condicionantes histórico-educacionais para situar historicamente o debate realizado pelos estudantes acerca da educação, e os motivos do interesse dos estudantes secundaristas em tornar público suas ideias e pensamentos acerca da instrução por meio de periódicos. Em seguida, apresentamos os mais expressivos pontos do debate educacional realizado pelos alunos nos jornais estudantis das províncias do Maranhão, do Rio de Janeiro e do Paraná.

3.1. A educação no regime imperial brasileiro

Nos atemos, nesse subtópico, em esmiuçar a história da educação brasileira no século XIX. Essa tarefa se justifica pela importância atribuída à educação nos escritos estudantis e, por isso, a exposição da história da educação oitocentista, com ênfase da história do ensino secundário, é tarefa primordial para a apreensão dos textos que falavam de instrução ou que

³⁵ Relembramos que utilizamos o termo “instrução”, ao invés de educação, pois foi esse o termo empregado pelos estudantes quando referiam-se a educação. Porém, analisando a escrita desses alunos, constatou-se que os estudantes empregavam “instrução” como sinônimo de “educação”, pois, tratavam a instrução como a formação intelectual e moral do sujeito.

instruíam. Estando inseridos em um contexto de valorização da educação, em que ela foi objeto de especulação por parte das elites dirigentes no país, e pelo interesse de participarem ativamente das questões que os cercava e que os afetava diretamente (como a instrução), os estudantes entenderam a necessidade de posicionarem-se frente às questões educacionais, e de criar um novo mecanismo para própria instrução, fora dos liceus, para educar seus pares, expressar suas ideias e opiniões, e reivindicar seus direitos enquanto estudantes e cidadãos.

Sendo assim, em primeiro lugar, pontuamos as políticas públicas educacionais promulgadas durante o regime imperial, evidenciando que a educação adquiriu visibilidade por parte dos governantes e intelectuais que entendiam o seu papel crucial para a construção da nação, seja pelo preparo da população ao regime monárquico, para o progresso e desenvolvimento das forças produtivas do país, e, ao final do regime, para incutir ideais republicanos e preparar o povo para um regime político cujo base era o voto popular.

3.1.1. A visibilidade da educação no Brasil imperial: as políticas educacionais oitocentistas

Inúmeras foram as leis e os projetos de leis, durante todo o período imperial, que buscavam regulamentar o ensino público no Brasil, seja em nível primário, secundário ou superior. Essa disposição em elaborar leis e projetos evidenciam a centralidade adquirida pela educação e a necessidade de regulamentá-la, sobretudo em seu formato institucionalizado. Ao contrário do que defendem alguns estudos, apontados por Gondra e Schueler (2008), que atestavam que o século XIX foi um século vazio, de atraso e de trevas, e que o que se tem registrado sobre a escola desse período emergiu como penumbra, silenciada pelas glórias dos projetos republicanos de educação, esses autores reverberam que a educação, no século XIX, foi tomada como um “[...] problema geral, que mobilizou agentes e estratégias diversas ao longo do regime monárquico” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 14).

Machado (2010), em “Estado e políticas da educação no Império brasileiro”, refletiu sobre a preocupação do Estado brasileiro na proposição de políticas educacionais expressas nas principais leis que regulamentam a educação escolar institucionalizada no período imperial. Essa autora corrobora que foi no século XIX que a “[...] instrução pública se tornou objeto de debates por parte dos políticos e da sociedade civil, propagando-se com imperiosa força” (MACHADO, 2010, p. 154). Para ela, a difusão da instrução pública nesse contexto estava relacionada com a necessidade de organização de sistemas nacionais de ensino.

Para demonstrar essa ideia, elenca quais foram as leis e decretos governamentais elaborados para regulamentar o ensino no Brasil monárquico, além de destacar inúmeros projetos e propostas educacionais que ficaram no papel, isto é, que não foram efetivamente colocadas em prática. As leis educacionais que se realizaram no Brasil imperial foram: a da Constituição de 1824; a Lei de 15 de outubro de 1827 (Primeiras Letras); a do Ato Adicional de 1834; a Reforma Couto Ferraz de 1854; e, por fim, a o Decreto de Leôncio de Carvalho em 1879.

Na Constituição de 1824, ficava garantido por lei, por meio do artigo 179, que a “XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos” (BRASIL, 1824). No entanto, segundo a autora, não determinava se ela seria um dever do Estado e não regulamentava como seria executada. A Lei de 15 de outubro de 1827 regulamentava a escola elementar e determinava a criação de escolas de primeiras letras em cidades, vilas e lugares mais populosos. Por meio dessa lei, buscava-se estender a educação até as vilas e lugares populosos daquele Império, cuja principal característica era sua enorme extensão territorial. Com isso, ficou perceptível “[...] o emprego do critério da densidade populacional como forma de tornar eficaz a intenção de se ‘derramar a instrução sobre toda a população’” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 52). Seguindo essa lógica de densidade populacional, quanto mais pessoas fossem educadas, mais se alcançava o projeto de educar, civilizar, modernizar e unificar a população brasileira.

Oficializou-se, nessa lei, a adoção do método do ensino mútuo, que previa o uso de monitores, isto é, “[...] alunos em estágios mais ‘avançados’ de aprendizagem, que ensinavam outros alunos mais novos ou em estágio menos ‘avançado’. Os monitores, escolhidos pelos mestres, recebiam instrução à parte” (NEVES, 2009, p. 3). O uso desse método tornava o ensino mais rápido, pois difundia-se a um maior número de alunos e ampliava o acesso de mais alunos nas poucas escolas existentes. Caracterizava-se por rigorosa disciplina, competição como princípio ativo, ensino tradicional e mecânico, disciplinamento, entre outras características (SAVIANI, 2008).

Até a década de 1830, o governo central tinha tarefa importante com relação à educação. Mas, em 1834, com o Ato Adicional a Constituição do Império, ficou previsto no artigo 10, que caberia às Assembleias Legislativas Provinciais legislar sobre “§ 2º Sobre instrucção publica e estabelecimentos propios a promovel-a, não comprehendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Juridicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrucção que para o futuro forem creados por lei geral. (BRASIL, 1834). Assim, o governo central desobrigou-se da responsabilidade pelas escolas primárias,

pois passou a responsabilidade às províncias, conferindo a elas uma pequena autonomia. O Estado Nacional assumiu as políticas relacionadas ao ensino secundário e superior. No campo educacional incidia as discussões acerca da centralização ou descentralização do poder governamental.

Acerca do ensino secundário no contexto da promulgação do Ato Adicional de 1834, nota-se, de acordo com Machado (2010, p. 163), “[...] a ampliação da oferta de aulas avulsas tanto públicas quando particulares, bem como a criação do Colégio Pedro II”. Visava-se, por meio da instauração desse colégio, o alongamento da formação escolar, para melhor preparar os quadros da elite nacional, isto é, para formar homens para postos da alta administração, e este serviria de modelo para outras instituições de ensino secundário no país (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Somente após duas décadas da promulgação do Ato Adicional ocorreu uma reforma na educação brasileira oitocentista:

Em 17 de fevereiro de 1854, foi promulgada a Reforma Couto Ferraz por meio do Decreto nº 1331 A, que aprovou o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte, em conformidade com a Lei nº 630, de 17 de setembro de 1871 (MACHADO, 2010, p. 164).

Esse decreto, inicialmente, normatizava a inspeção dos estabelecimentos escolares e detalhava a atividade do inspetor. Além disso, no que dizia respeito a instrução pública primária, definiu condições para o exercício do magistério; dividiu a escola primária em suas classes; estabeleceu os conteúdos (entre eles, a instrução moral e religiosa, leitura do evangelho e história sagrada, elementos da história e geografia do Brasil); tratou das acomodações para as escolas a ser designadas pelo governo; reafirmou o ensino gratuito; determinou que seriam aceitas escolas particulares em locais com número pequeno de alunos; proibia os escravos de frequentar as escolas; recomendou a adoção do ensino simultâneo; estabeleceu que o ensino secundário aconteceria no Colégio Pedro II e nas aulas públicas existentes até que se criasse o externato (MACHADO, 2010).

Sobre a Reforma Couto Ferraz, Saviani (2008) pondera que é permitido considerar que a ideia de um sistema nacional de ensino começa a delinear-se mais claramente. Além disso, explica que uma das finalidades estava ligada à noção iluminista de derramamento de luzes por todos os habitantes. Finalizou explanando que, nessa reforma, foi afastado oficialmente o método do ensino mútuo, por meio da adoção do ensino simultâneo, conforme mencionamos.

O último dispositivo legal para a educação imperial aconteceu na fase final do Império, em 1879, por meio do Decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879. Esse Decreto “[...] reformava o ensino primário e secundário no Município da Corte e o ensino superior em todo o Império, como os projetos anteriores” (MACHADO, 2010, p. 171). Ele foi apresentado pelo ministro do Império Carlos Leôncio de Carvalho. Segundo a autora, nesse período, notava-se o crescimento pelo interesse para com a instrução pública. Saviani (2008) acrescenta que foi um período fértil em propostas e projetos voltados para solucionar, de forma unificada, o problema da instrução pública brasileira e que era urgente e prioritário a organização de um sistema de escolas públicas.

Machado (2010) elucida que, nesse decreto, previa-se o ensino livre, a livre frequência, e aboliu o ensino religioso obrigatório no Colégio Pedro II. Assim, os alunos não católicos não eram obrigados a frequentar as aulas de ensino religioso. Em seu primeiro artigo, estabelecia o ensino livre, sob a inspeção oficial para garantir as condições de higiene. No segundo artigo, a obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos para ambos os sexos foi garantida. Como novas questões, trouxe a divisão do ensino, nas escolas primárias, com duração de quatro anos, em primeiro e segundo graus. No que diz respeito ao currículo, a instrução moral foi estabelecida como a mais importante. Além disso, o decreto previa a coeducação dos sexos até os dez anos. Previa, dentre outras questões, a criação de jardins de infância para crianças de três a sete anos.

Foi a partir da análise desse decreto que Rui Barbosa elaborou seu Projeto/Parecer, mas não teve andamento na Assembleia Legislativa (MACHADO, 2010). O projeto de Rui Barbosa³⁶ foi, então, um dos inúmeros projetos elaborados para a educação imperial que não se concretizou³⁷. Tanto as leis e decretos, quanto os inúmeros projetos pensados para a reforma da educação brasileira são demonstrativos da centralidade adquirida pela educação, e da necessidade de regulamentá-la.

3.1.2. A invenção do Brasil: o papel da educação na construção da nação e da nacionalidade brasileira

Machado (2010) entende que a educação foi acionada para auxiliar na construção do “espírito de nacionalidade”, o que pode justificar as iniciativas educacionais no período. Para

³⁶ A leitura do texto de Machado (2002) é primordial para a compreensão do projeto educacional e de nação de Rui Barbosa.

³⁷ Outros projetos de reforma que não se realizaram podem ser encontrados no estudo de Schelbauer (1997).

essa autora, atribuía-se à instrução elementar o papel de promover o desenvolvimento e a harmonia social, e à escola a missão de “[...] contribuir para a unidade nacional, mediante a unificação da língua e o preparo do eleitor cidadão e do cidadão-trabalhador” (MACHADO, 2010, p. 155). Assim, ela explica que muitos intelectuais defenderam a educação no país, pois acreditavam que, por meio dela, alcançariam muitos melhoramentos na sociedade.

Os dispositivos legais engendrados para a regulamentar a instrução pública imperial instituíram mecanismos para assegurar a unificação da nação. No Lei de 15 de outubro de 1827, por exemplo, ficou estabelecido, em seu artigo sexto que, dentre outros conteúdos, os professores deveriam ensinar “[...] a gramática da língua nacional, e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil” (BRASIL, 1910). Assim, a gramática da língua nacional, a leitura da Constituição e da história do Brasil serviriam, segundo Machado (2010), para a construção da identidade nacional. O ensino religioso era agregador do espírito nacional.

Compartilham desse posicionamento os autores Gondra e Schueler (2008) quando argumentam que o Estado pretendia agir sobre meninos e meninas com ações que buscavam unificar a língua, selar os vínculos do Estado com a Igreja e criar uma história para o Brasil. Por isso, o texto constitucional era peça-chave nesse projeto, sendo, para isso, recomendado e amparado pela lei como material de leitura para as escolas de primeiras letras. Especial destaque dão à educação feminina como medida de impor uma ordem ao mundo privado, que eram instruídas com a “ciência da casa”. Para eles, na busca por desclassificar práticas inadequadas, “[...] se fez necessário construir alianças no tecido social e dentro dos lares, e nos parece que a escola funcionou como um canal para educar a mulher na ‘ciência da casa’, com base na ação de mestras públicas” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 54). Textos em prol da educação feminina com esse viés podem ser observados nos jornais estudantis do Rio de Janeiro, como será possível verificar adiante.

Outro exemplo foi a Reforma de Leôncio de Carvalho, em 1879, que, apesar de não obrigar alunos a frequentarem o ensino religioso, estabelecia a educação moral como a mais importante. Sobretudo no segundo grau, seria ensinado ao aluno as noções gerais dos deveres do homem e do cidadão, demonstrando a preocupação com a moralização do brasileiro.

Mesmo os projetos que não foram concretizados faziam defesa da educação como meio de unificar a nação e moralizar o cidadão e o trabalhador, atestando a importância da unificação, padronização, civilização e moralização do brasileiro. Em seu Projeto/Parecer,

produzido após a análise minuciosa da Reforma Leônicio de Carvalho, Rui Barbosa evidenciou a defesa do ensino da cultura moral e cultura cívica:

Entendia que o ensino da cultura moral e cultura cívica era muito importante e deveria fazer parte do plano escolar por ter uma influência civilizadora. Dada sua importância, todas as matérias de estudo teriam, dentre seus objetivos, que ressaltar a ação moralizadora. O professor tinha papel fundamental, pois era o eixo, a força onipotente de toda educação moral. O conteúdo escolar proposto girava em torno do ensino da ciência elementar, associado ao sentimento geral de amor à pátria e ao trabalho (MACHADO, 2010, p. 174).

Tendo em vista as leis que realmente se efetivavam e aquelas que foram arquivadas, Machado defende que, em ambas, o que se destaca é a preocupação com a formação moral do homem com vistas ao trabalho e à cidadania. Dessa maneira, caberia à escola a tarefa de “[...] formar uma massa ordeira que amasse o trabalho e a pátria. Deveria defender os interesses da burguesia” (MACHADO, 2010, p. 179).

Notamos, pela exposição do contexto histórico, que o Brasil ensaiava timidamente a construção de sua indústria nacional³⁸, e acirrava-se o debate sobre a utilização da mão de obra escrava e a necessidade de uma mão de obra especializada à agricultura brasileira e à indústria. Frente a isso, um dos meios foi a abertura do Brasil aos imigrantes para preencher os quadros da mão de obra especializada no país. A educação serviria, então, como mostramos, para unificar a língua e criar um sentimento de nação e de pertencimento até mesmo nos imigrantes.

A “invenção” do Brasil era um projeto político gestado no processo de Independência e que recebeu incentivo durante todo o Império:

[...] às instituições educacionais, culturais e científicas e no mecenato às artes e à produção cultural – ações que visavam promover um corpo de especialistas produtores de conhecimento científico, os quais colaborariam para difundir a língua pátria, constituir a literatura nacional e conhecer a natureza, o território e a população do Império (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 28).

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi uma das medidas tomadas para “inventar tradições brasileiras”, isto é, para a construção das memórias brasileiras. Além desta, a organização do ensino secundário, que resultou na criação do

³⁸ Acerca da industrialização no Brasil, para maior aprofundamento, ler Sergio Silva (1986) e Nícia Vilela Luz (1961).

Imperial Colégio de Pedro II, marcava, segundo os autores, a construção de um lugar de memória nacional. Citamos, por fim, a construção de um aparato jurídico, com a criação das faculdades de Direito, decorrente desse projeto de incentivo às instituições educacionais, culturais e científicas. Portanto, inventar o Brasil “[...] constituía-se num projeto político que demandava a construção da ideia de unidade nacional, a conformação de um território e de um povo, forjando um passado comum, sob a direção das classes senhoriais e das elites intelectuais políticas” (GONDRA; SCHELER, 2008, p. 29).

O IHGB foi criado em 1838, para a institucionalização da pesquisa histórica e geográfica e que assumiu a produção científicas nesses campos. Tornou-se, conforme os autores, um importante lugar de construção da memória nacional. O Imperial Colégio de Pedro II, criado em 1837, serviu igualmente à construção do Império brasileiro e da identidade nacional e marcava a produção de um lugar de memória nacional, pois, além de receber o nome do Imperador, a data de criação ocorreu no dia do seu aniversário, mas, sobretudo, “[...] pela constituição de uma rede de símbolos e representações culturais que exaltavam o Império e a figura do rei, presente em variadas ocasiões solenes ou em visitas inesperadas ao colégio” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 28). Os cursos jurídicos, por sua vez, foram criados diante da necessidade de um aparato jurídico e da formação de quadros para a sua gestão. Formavam para a atuação como juristas e advogados, bem como para a formação na “aprendizagem do poder”, na medida em que os egressos ocupavam cargos políticos e relativos a justiça, como os para juízes. Os autores esclarecem que se estabelecia uma distinção social por meio de instituições educacionais que serviriam para públicos distintos.

Contudo, além dessa articulação para organizar a formação do quadro das elites dirigentes, existiu uma preocupação com a educação popular. Conforme consta nos próximos tópicos, a instrução do povo ou “dos pobres” foi debatida pelos estudantes em alguns dos jornais, evidenciando seu reconhecimento sobre a importância da educação de toda população naquele contexto. Sobre a educação popular, Paiva (1972) esclareceu que, com a Independência, surgiram novas preocupações com a educação, pois parecia ser necessário dar maior atenção ao problema da instrução elementar, de forma imediata, a fim de “ampliar a participação de brasileiros nas atividades do Império” (PAIVA, 1972, p. 60). Uma das preocupações e necessidades era dotar o povo de habilidades e noções para sua atuação no novo regime. A população que vivia no Brasil precisava, assim, “aprender” a viver conforme as exigências do novo regime político, e a educação era o instrumento mais eficaz para essa finalidade.

A instrução elementar, por meio das escolas públicas, atenderia o conjunto de cidadãos e súditos, por ser considerada um mecanismo fundamental para a constituição de laços e identidades entre os habitantes do Império. Assim, o intuito das políticas que buscavam promover a instrução pública logo nos primeiros anos pós-Independência era de produzir identidades e laços de interdependência sociais, integrando o povo brasileiro, o conjunto de cidadãos ativos e inativos. Criar as aulas públicas, escolas, liceus, colégios, ensino primário, secundário e superior era importante à construção da nacionalidade e dos espaços públicos (GONDRA; SCHUELER, 2008).

Schelbauer (1997) se propôs a contribuir na elucidação dos propósitos da campanha universal pela democratização do ensino, arquitetado pelos países desenvolvidos, concomitante ao processo de reorganização do capital em fins do século XIX e início do século XX, que culminou com a intervenção do Estado na criação da escola primária de ensino obrigatório para classes populares e na organização dos Sistemas Nacionais de Ensino.

A campanha em prol da universalização da educação às classes populares no Brasil foi sistematizada por essa autora nesse artigo. Ela delimitou o estudo de 1870 a 1914, que corresponde, em um plano geral, ao ano da Comuna de Paris (1870) e o início da Primeira Guerra Mundial (1914). No Brasil foi o período em que, segundo ela, ocorreram as lutas em favor da modernização da nação por meio do assalariamento do trabalho, da industrialização e do Estado democrático. Foi “[...] uma época decisiva para o capital imprimir uma nova ordem mundial debelando-se dos embaraços trazidos pela crise da superprodução que assolava a Europa em fins do século XIX, quando deflagrada a campanha pela democratização do ensino” (SCHELBAUER, 1997, p. 185). Essa campanha, cujos desdobramentos se estenderam às Repúblicas da América Latina, desencadeou no Brasil um amplo e prolongado debate sobre a educação das classes populares.

Ao analisar o discurso dos grandes proprietários de terras, a autora constatou que, até o final da década de 1880, a preocupação com a instrução do povo relacionava-se à transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Não havia mais dúvida de que o fim da escravidão estava próximo e, por isso a educação dos ingênuos, dos libertos e da população livre e pobre foi posta em foco no período. A educação gradual permitiria o preparo do cativo à liberdade, tendo o auxílio da criação de escolas para treinar e disciplinar a mão de obra necessária (SCHELBAUER, 1997), o que poderia fazer da transição ao trabalho livre um evento sem crises.

Complementou a autora que educar para a liberdade passou a ser questão central, que significava evitar a ociosidade, pois acreditava-se que a liberdade seria encarada pelo escravo

como desprezo pelo trabalho. Assim, a educação foi enfatizada como aquela que combateria a ignorância por meio do treinamento da mão de obra e disciplinarização do trabalho. Tornou-se recorrente, nesse contexto, o discurso do “amor ao trabalho”, que passou a embasar os discursos da época. Educar o escravo seria uma solução para resolver o problema da mão de obra, mas cujo interesse do proprietário não ultrapassava o interesse do lucro. Ao Estado foi atribuída essa tarefa, de criar e financiar as escolas que persuadiam o escravo a trabalhar mais sem a aplicação de violência como meio de coagi-los.

Outra questão que veio à tona ao final da década de 1870 foi a educação do ingênuo. Com a Lei do Ventre Livre em 1871, os filhos das escravas livres estariam no ano de 1878/1879 em idade escolar, e o Estado deveria estar preparado para receber esse tipo de criança. Assim, o Decreto nº 7247 de abril de 1879, de Leôncio de Carvalho, buscava soluções para atender as exigências da Lei do Ventre Livre de educar os filhos das escravas, já que o ano do decreto foi, também, o ano em que as crianças estariam em idade de frequentar as escolas (CALVI, 2003).

Ao final da década de 1880, porém, os discursos em prol da educação escolar que transformaria o ingênuo, o liberto e o homem livre e pobre em úteis trabalhadores diminuíam consideravelmente. Isso porquê, ao final do século XIX, os “[...] imigrantes haviam encontrado a rota para o Brasil e os braços necessários para a organização do trabalho livre foram supridos com a imigração europeia” (SCHELBAUER, 1997, p. 187). Com a intensificação da imigração, ocorreu uma mudança no papel da educação escolar, e a preocupação voltou-se para a criação de um Sistema Nacional de Ensino cuja finalidade explícita era a de criar um espírito nacional, vinculada à transição do regime monárquico ao republicano.

A criação de uma “alma nacional”, que desde a Independência era vista como necessária à criação da nação e da nacionalidade em um país recém-criado, ao final do Império serviria de instrumento para unificar a nação que recebia imigrantes que precisavam amar sua nova pátria, e para consolidar o novo regime político em vias de se concretizar. A educação popular prepararia, naquele momento, o cidadão, sujeito que saberia como atuar em um regime político que se dizia democrático, que saberia votar, e dotado de sentimentos morais que auxiliaram na sustentação da República.

Além da necessidade de educar o trabalhador agrícola, e, depois, o imigrante e o cidadão, Vanilda Paiva (1972) defendeu que o progresso, que a partir da década de 1870 se sentiu na agricultura, não se reduziu a ela. Para a autora, os capitais concentrados pelos crescentes lucros do café e aqueles liberados pelo final do tráfico negreiro aplicaram-se nos

empreendimentos industriais e comerciais. Assim, desenvolveu-se a indústria têxtil, multiplicaram-se os estabelecimentos industriais de modo geral, que criaram, nos centros urbanos, novas necessidades de ampliação dos sistemas de ensino elementar. No entanto, a autora faz a ressalva de que não se deve esquecer as limitações desse surto de progresso industrial em um país que tinha ainda a agricultura como sua principal atividade econômica, que não possuía mercado amplo de expansão para assegurar o crescimento industrial, e onde as condições técnicas eram extremamente deficientes (PAIVA, 1972).

Ainda sobre a educação do povo, não podemos perder de vista que a escola pública esboçava seus primeiros passos e poucos a frequentavam. Assim, a educação pública não era o único ou principal meio pelo qual se educava a população brasileira. A elevada taxa de analfabetismo e reduzido número de escolas no país evidenciam que necessidade de considerar outras formas de educação, não institucionalizadas, que atuaram na difusão à população de noções para unificação e padronização dos costumes nacionais, seja a língua, os sentimentos relacionados a pátria, os valores morais (como amor pelo trabalho e a honestidade), a religião, entre outros, e compreender que a educação pública institucionalizada foi apenas um caminho para se alcançar tal objetivo.

Gondra e Schueler (2008) caminham nesse sentido ao chamam a atenção para a formas não institucionalizadas, informais, não intencionais de educação, que contribuíram para o projeto de “invenção” do Brasil no século XIX. Eles destacam que os estudos recentes em história da educação, utilizando uma diversidade de referenciais teóricos-metodológicos, apontam a heterogeneidade das formas de educação nesse século. Enfatizam, dessa forma, que:

A educação, como prática social e histórica, é constituída por processos formais ou informais, intencionais ou não, diversificados e difusos entre os grupos sociais, como a educação familiar, as oficinas de artistas e artesãos, os sistemas de aprendizagem do trabalho agrícola e rural, os professores domésticos ou preceptores, as associações religiosas e leigas, entre outros. Nesses processos educativos, participavam indivíduos oriundos das classes populares, brancos, livres, indígenas, escravos, forros e a população mestiça, não obstante a exclusão e os preconceitos sofridos por tais grupos sociais nas instituições formais de educação (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 19).

Tendo em vista as inúmeras maneiras de educar uma população tão diversa como a do Brasil, os autores alertam para o fato de que, ao se considerar apenas as iniciativas educativas do Estado e da Igreja, desconsideramos as inúmeras iniciativas educacionais não-escolares, de educação informal, promovidas por sujeitos diversos no decorrer do século XIX. Esses

autores esmiúçam, além da ação do Estado e da Igreja no âmbito educacional, o envolvimento de homens da sociedade civil, como empresários, filantropos e agentes da intelectualidade (médicos, juristas, militares), das sociedades, associações, academias, grêmios, instâncias educativas, que objetivavam educar e instruir a população em geral, e alguns grupos específicos, como as crianças desvalidas e os trabalhadores adultos.

Dada a dimensão territorial do país, deve-se levar em consideração a diversidade regional e a multiplicidade de formas, iniciativas e experiências localizadas no interior das províncias, cidades e vilas imperiais. Apesar da educação na Corte imperial servir de modelo para a educacional regional, cada espaço atendia uma população diversa, possuía condições diversas e, por isso, deve-se considerar a particularidade de cada localidade. Se tomarmos o ensino secundário como exemplo, temos o Imperial Colégio de Pedro II como “modelo a ser seguido” de ensino secundário para as demais províncias do país, mas, apesar disso, cada colégio possuía uma singularidade que não pode ser ignorada.

Esse trabalho, por exemplo, privilegia o papel de imprensa como importante agente educativo no período imperial. Essa imprensa caracteriza-se como um meio informal de educar, por meio da propagação em massa de valores alinhados a projetos de nação para o Brasil, apreendidos segundo a ótica dos estudantes e transcritos em seus jornais a sua maneira e de acordo com seus possibilidades e limitações. No caso da imprensa estudantil, caracteriza-se, da mesma maneira, como meio informal de educar, por meio da iniciativa dos próprios estudantes em promover sua educação e a de seus pares. Aponta, além disso, a ação educativa promovida pelas associações, sobretudo as literárias, espaços em que os estudantes debatiam e defendiam seus pontos de vista acerca de diversos assuntos, educando-se a si mesmos coletivamente.

Em síntese, nesse contexto, a educação brasileira ganhou amplo destaque, sendo alvo de inúmeras iniciativas e projetos no Brasil no século XIX, e conforme atesta Schueler (1999), “[...] a gênese desse processo de constituição de um sistema público de educação - e, portanto, o deflagrar da construção da relação entre crianças e escolas - pode ser identificada com o momento mesmo da formação do Estado imperial, no decorrer do oitocentos”. A escola foi acionada como instituição capaz de unificar aquela população tão diversa e de concretizar os projetos de nação, por meio da universalização de elementos para a coesão nacional.

3.1.3. O ensino secundário no Império brasileiro

Nos aprofundamos, nesse momento, no ensino secundário brasileiro durante o Regime Imperial. Essa explanação é necessária, pois foram os estudantes secundaristas que redigiram os jornais estudantis. A apreensão dos aspectos pedagógicos, administrativos e legais que regiam o ensino secundário oitocentista amplia a compreensão dos periódicos estudantis, já que neles, os estudantes debatiam questões educacionais a eles diretamente relacionados. Adotamos, primordialmente, o livro de Maria de Lourdes Mariotto Haidar, *O ensino secundário no Império brasileiro* (1972) para dar embasamento teórico e histórico acerca desse nível de ensino.

O ensino secundário teve papel importante no processo de invenção da nação e da nacionalidade brasileira. Um exemplo disso foi que a criação do Imperial Colégio de Pedro II, que marcava, na prática, a construção de um lugar de memória nacional. O nome desse Colégio teria a função de marcar, na memória popular, o nome do primeiro imperador nascido no Brasil. Ele carregava em seu nome a história da nação brasileira e colocava dom Pedro II como herói brasileiro. Além disso, enquanto instituições de ensino, tinha a função de formar moralmente seus estudantes como sujeitos pertencentes a uma nação, preparando-os para nela atuar.

Castro (2019, p. 15) explica que podemos considerar como “nível secundário” as instituições que receberam distintas denominações, como “liceus, ateneus, ginásios, colégios, escolas técnicas e profissionalizantes nos grandes centros e no interior distante e quase desabitado do país”. Essas inúmeras denominações que as instituições de ensino secundário brasileira receberam refletem as controvérsias que esse nível de ensino assumiu durante sua trajetória no que tangia a sua função.

Barros (2012) organizou um quadro que apresenta, em ordem, a criação das primeiras instituições que ofertavam o ensino secundário no país. Das 21 instituições apresentadas pela autora, 17 adotaram o nome de Liceu, 1 adotou o nome de Ateneu, e três foram denominadas como Colégio. Apesar de a instituição de ensino secundário modelar criada no país, o Colégio de Pedro II, receber como nomenclatura o termo “Colégio”, Pessanha (2019), após analisar o quadro de Barros, explicou que, por alguma razão, houve um predomínio do uso do termo “liceu”, mas que ambos (liceu ou colégio) sugerem, etimologicamente, conotações de lugares de saber e de formação de homens de letras. Por isso, os distintos nomes referiam-se a mesma instituição.

Essa diversidade de nomes dada às instituições de ensino secundário referia-se ao nível de ensino intermediário entre o ensino primário e o ensino superior. Roque Spencer Maciel de Barros nos apresenta sua perspectiva sobre a posição do ensino secundário:

Por circunstâncias históricas, nosso País teve ensino superior antes que nê se organizasse, verdadeiramente, um ensino de tipo secundário: feita a independência, necessitávamos, antes de tudo, de escolas que preparassem, tão rapidamente quanto possível, as elites intelectuais e administrativas indispensáveis para pôr as instituições a funcionar. Essas circunstâncias marcaram, em grande parte, – e até hoje continuam a fazê-lo – o ensino brasileiro: este, apesar das reformas, continua organizado de “cima para baixo”, as exigências dos graus superiores determinando o conteúdo e a função dos inferiores, de tal forma que a escola secundária [...] cede as suas funções próprias à tarefa ancilar de curso preparatório para o ingresso ao ensino superior³⁹.

Pela perspectiva desse autor, em que o ensino superior assume um grau elevado, ele coloca o ensino secundário como o nível de ensino que antecedia o ensino superior, e, por isso, era determinado por ele. Assim, a função desse nível de ensino estava diretamente relacionada às exigências do ensino superior, não tendo, dessa maneira, uma função própria ou em si mesma. Como veremos, a perspectiva de que o ensino secundário antecede o ensino superior, como estágio de transição e preparo do sujeito para a universidade, abarcou esse nível de ensino no Brasil ao menos até a década de 1870.

A legislação educacional imperial esclarece a faixa etária, e, por isso, a categorial geracional dos estudantes que frequentavam o secundário. A lei⁴⁰ que criava as Academias de São Paulo e Olinda, em 1827, previa que os estudantes que quisessem se matricular nessas academias, deveriam ter 15 anos completos. A partir de 1838, com o Regulamento⁴¹ do Colégio Pedro II, de instrução secundária, foi determinado que “Art. 46. Ninguém será admitido Alumno, se em seu favor não concorrerem os seguintes requisito: § 1.º Idade, pelo menos, de 8 annos, e de 12 quando muito. Os que excederem essa idade, não serão admitidos, sem licença especial do Governo” (BRASIL, 1839). Acrescentaram, a esse requisito, no parágrafo segundo, que o aluno deveria: “§ 2º Saber ler, escrever, e contar as quatro primeiras operações de Arithmetica.” (BRASIL, 1839). Assim, o aluno que tivesse entre 8 e 12 anos e

³⁹ Esse trecho foi retirado da “primeira orelha” (ou “orelha da capa”) do livro de Haidar da edição de 1972.

⁴⁰ Trata-se da lei de 11 de agosto de 1827: “Dom Pedro Primeiro, por Graça de Deus e unanime aclamação dos povos, **Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil**: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral decretou, e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º - Crear-se-ão dous Cursos de sciencias jurídicas e sociais, um na cidade de S. Paulo, e outro na de Olinda [...]

Art. 8.º - Os estudantes, que se quiserem matricular nos Cursos Juridicos, devem apresentar as certidões de idade, porque mostrem ter a de quinze annos completos, e de approvação da Lingua Franceza, Grammatica Latina, Rhetorica, Philosophia Racional e Moral, e Geometria.

Art. 9.º - Os que freqüentarem os cinco annos de qualquer dos Cursos, com approvação, conseguirão o gráo de Bachareis formados” (BRASIL, 1827).

⁴¹ Trata-se do regulamento nº 8, de 31 de Janeiro de 1838, que contém os Estatutos para o Colégio de Pedro Segundo, publicada na *Collecção de leis do Imperio do Brasil* de 1839.

que soubesse ler, escrever e contar, poderia matricular-se nessa instituição de ensino secundário. Não era, assim, obrigado a provar a frequência no ensino primário.

O Decreto de nº1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, conhecido como Reforma Coutto Ferraz, em seu artigo 86, determinava quais os alunos que poderiam ingressar nas instituições de ensino secundário: “Art. 86. Não se admitirá no primeiro anno como alumno interno o que for maior de 12 annos e assim á proporção nos outros, de sorte que o alumno do 7º anno não tenha mais de 18” (BRASIL, 1854).

Por fim, o Decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879, de Leôncio de Carvalho, dispunha apenas de determinações para o ensino primário: “Art. 2º Até se mostrarem habilitados em todas as disciplinas que constituem o programma das escolas primarias do 1º gráo, são obrigados a frequental-as, no municipio da Còrte, os individuos de um e outro sexo, de 7 a 14 annos de idade” (BRASIL, 1879). Nesse mesmo artigo, no parágrafo segundo, complementaram: “§ 2º Os meninos que attingirem a idade de 14 annos, antes de haverem concluido o estudo das disciplinas mencionadas no principio deste artigo, são obrigados a continual-o, sob as penas estabelecidas, nas parochias onde houver escolas gratuitas para adultos”. (BRASIL, 1879). A obrigatoriedade do ensino primário aos estudantes de 7 aos 14, até que estes se mostrem habilitados nas disciplinas desse nível, sugere a impossibilidade de ingresso dos alunos no ensino secundário sem as habilitações concedidas no ensino primário. Dessa maneira, entende-se que aqueles que ingressavam no ensino secundário poderiam ser recebidos a partir dos 14 anos.

Ao tratar de nomenclatura atribuída a faixa etária determinada pelas leis imperiais para educação que citamos, Jinzenji (2017, p. 41), ao discutir sobre a juventude como categorial geracional no cruzamento dos dicionários do século XIX e nos jornais do período, explica o que se entendia por “mocidade”: “*Mocidade* pode ser considerada uma designação bastante comum ao século XIX, para se referir aos sujeitos que se encontram entre o início da puberdade – 12 anos para as meninas e 14 anos para os meninos – e a idade de 21-24 anos”.

Além disso, “juventude” e “adolescência” eram empregados nos dicionários como sinônimos de mocidade. Baseado nas considerações dessa autora, os alunos do ensino secundário no período imperial, com que ficou estabelecido na Reforma Coutto Ferraz e no Decreto de Leôncio de Carvalho, enquadravam-se na categoria da “mocidade”. Aqui, é necessário fazer um adendo no que se refere ao objeto dessa tese. Os jornais eleitos para essa pesquisa eram escritos por alunos que frequentavam instituições de ensino secundário, e, de acordo com as leis educacionais, tinham idade igual ou superior a 14 anos, compondo a

categoria da mocidade/juventude imperial. Sendo assim, enfocamos, nessa pesquisa, a escrita da mocidade/juventude estudantil.

Haidar (1972) concentrou seus estudos sobre o ensino secundário no período que sucedeu a Reforma da Constituição de 1834 e que antecedeu a Proclamação da República, pois, segundo ela, essa data representa efetivamente um marco na história do ensino secundário. Isso se explica porque, somente a partir do Ato Adicional de 1834, surgiram alterações nas feições dos estudos secundários, que eram, até então, fragmentados em aulas avulsas, que eram disciplinas isoladas, que poderiam ser escolhidas pelos estudantes aleatoriamente, sem que atendessem a uma seriação. Portanto, o aparecimento dos “liceus provinciais a partir de 1835, e a criação do Colégio de Pedro II na Corte, em 1837, representam, no campo do ensino público, os primeiros esforços no sentido de imprimir alguma organicidade a esse ramo de ensino” (HAIDAR, 1972, p. 14).

Ao tratar do Ato Adicional 1834, a autora coloca em questão uma das mais significativas discussões do período em matéria de ensino secundário: a centralização ou descentralização da gestão e organização desse nível de ensino. Ela problematiza a descentralização do ensino público secundário proposta nessa lei, que determinava as atribuições das Assembleias Provinciais acerca do ensino:

Art. 10. Compete ás mesmas Assembléas [Assembleias Legislativas Provinciais] legislar:

§ 2º Sobre instrucção publica e estabelecimentos proprios a promover-a, não comprehendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Juridicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrucção que para o futuro forem creados por lei geral. (BRASIL, 1834).

Aparentemente, com lei, as províncias obtiveram “autonomia” para legislar sobre a instrução pública, atendendo aos pedidos dos membros do Partido Liberal, que buscavam abrandar as atribuições do poder central, e garantir maior poder nas províncias. Como não foi especificado o nível de ensino a qual referia-se, ficou subentendido que as províncias legislariam sobre todos os níveis, incluindo o ensino secundário. Ocorreu, assim, a “descentralização” dos estudos secundário. Porém, Haidar alerta para o fato de que ocorreu apenas uma “pseudodescentralização”. Ela explica essa tese:

No campo dos estudos públicos secundários permaneceram, portanto, sob a supervisão direta do Centro, apenas as aulas avulsas da Corte extintas em fins de 1857, o Colégio de Pedro II, as turbulentas aulas menores anexas aos cursos jurídicos de São Paulo e Recife e, até certo ponto, o ensino ministrado nos seminários episcopais.

Entretanto, o monopólio do ensino superior de que gozava, na prática, o Poder Geral, propiciou-lhe apreciável e decisiva influência sobre o ensino secundário mantido pelas províncias. Destinando-se precipuamente ao preparo de candidatos para as escolas superiores do Império, o ensino secundário em todo o país, com um ou outro acrescentamento, com uma outra lacuna, reproduzia em seu currículo o conjunto de disciplinas fixadas pelo Centro para os exames de ingresso nas Academias. Por outro lado, a avaliação dos candidatos realizada inicialmente junto aos próprios cursos superiores, e posteriormente, também através dos famosos *exames gerais*, foi tarefa da qual o governo central jamais abdicou. Em tais condições, apesar da descentralização instituída pelo Ato Adicional, mantiveram os poderes gerais, indiretamente, o controle do ensino secundário em todo o Império. (HAIDAR, 1972, p. 19).

Seja pelo currículo estreitamente alinhado aos exames para ingresso nos cursos superiores, cursos esses monopolizados pelo Poder Geral; seja pelos exames para o ingresso a esses cursos realizadas pelo governo central, o ensino secundário se mantinha sob o direcionamento do poder central, mesmo que indiretamente. Outra forma pelo poder central garantia a centralização do poder, inclusive no que dizia respeito a educação, foi confiando que os presidentes de províncias⁴² se orientariam pelas propostas do governo central.

André Paulo Castanha (2006) reforça essa tese quando questiona algumas afirmações defendidas na historiografia brasileira:

Para a maioria dos historiadores a descentralização fragmentou os poucos projetos e recursos existentes, contribuindo para a proliferação de leis contraditórias, e na prática pôs por terra a instrução elementar no Brasil imperial. O Ato Adicional é visto como fator determinante na definição das políticas de instrução pública elementar, pois cada província, a partir de então, tinha autonomia para se organizar ao seu modo. [...] A pesquisa que desenvolvi sobre a história da educação na província de Mato Grosso colocou em dúvida algumas das teses defendidas pela historiografia, tais como: a desorganização completa da instrução elementar devido ao Ato Adicional; a inexistência de coerência entre os projetos provinciais e os da Coroa; a de que não havia por parte das autoridades públicas preocupação com a instrução elementar.

Essas teses podem ser, para esse autor, heranças das afirmações defendidas por Fernando de Azevedo⁴³, cuja obra é amplamente utilizada em estudos historiográficos da educação brasileira (CARVALHO, 1998). Sua obra tornou-se um monumento, tomado como verdade e, por isso, pouco contestada. No entanto, após analisar as leis e autores da época, Castanha concluiu, corroborando com Mattos (1990), que:

⁴² Importante lembrar que os presidentes de províncias eram nomeados pelo imperador, o que acabava por estender sua autoridade e diretrizes governamentais nas províncias por meio desses presidentes.

⁴³ AZEVEDO, Fernando de. A cultura brasileira. Brasília: UNB; Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

[...] a aprovação do Ato Adicional, que também separou a província do Rio de Janeiro da Corte, fortaleceu o grupo conservador sediado na mesma. Ao separar-se da Corte, a província fluminense passou a gozar de uma condição especial e isso foi fundamental para os conservadores, que a governaram após a separação. Como os presidentes de províncias eram nomeados pelo imperador, a província do Rio de Janeiro e a Corte passaram a fornecer a maioria dos homens que receberam a tarefa de administrar as várias províncias do Império. Dessa forma, a Corte e a província do Rio de Janeiro tornaram-se o centro irradiador de idéias para o resto do país. Devido à sua proximidade com o Município Neutro, ou sede do Império, a província fluminense teve uma relação muito dinâmica com o centro do poder e, por isso, os presidentes nomeados para administrá-la eram geralmente da região e certamente conhecedores dos principais problemas que a mesma enfrentava. Em contrapartida, as outras províncias recebiam, em geral, um novo presidente num período que variava de seis meses a um ano. Como vinham de outras regiões, desconheciam os problemas que as mesmas enfrentavam. (CASTANHA, 2006, p. 188).

Dessa maneira, devido ao fato de os presidentes nomeado desconhecem as realidades das províncias em que eram responsáveis, acabavam por aplicar as decisões do Governo Geral. Dessa forma, o Ato Adicional era uma lei que só na aparência promovia a descentralização, mas que acabou por arrefecer os ânimos dos políticos liberais que defendiam uma maior autonomia das províncias.

Apesar disso, essa lei foi fundamental para a educação imperial. Antes dela, o ensino secundário mantinha a organização das fragmentadas aulas avulsas, que não passavam de uma centena. Após o Ato Adicional, algumas providências foram tomadas no sentido de trazer o mínimo de organização aos ensinos públicos secundário, cujo resultado foi o surgimento dos primeiros liceus provinciais⁴⁴, com a união de cadeiras avulsas em um único prédio.

Em 1837, na Corte, transformaram o Seminário de São Joaquim na instituição de ensino secundário denominada Colégio de Pedro II, e em 1838, com o regulamento do Colégio, introduziram os estudos simultâneos e seriados, organizados em um curso regular de 6 a 8 anos, com as disciplinas de línguas latina, grega, francesa e inglesa, gramática nacional e retórica, geografia e história, ciências naturais, matemática, música vocal e desenho. Aos que concluíssem esse nível naquele colégio, era concedido o título de bacharel em letras. Haidar (1972, p. 22) informa que aos “bacharéis em letras pelo Colégio de Pedro II foi concedido o direito à matrícula em qualquer das Faculdades do Império, independentemente de novas

⁴⁴ Haidar cita que os primeiros liceus provinciais foram o Ateneu do Rio Grande do Norte (1835) e os Liceus da Bahia e da Paraíba (1836).

provas”, dispensando-os dos exames para ingresso no ensino superior. Esse colégio se tornou, como já evidenciamos, a instituição modelar de ensino secundário no país.

Por sua vez, o ensino secundário nas províncias, apesar de ser enriquecido no currículo, limitou-se, com poucas exceções, as disciplinas exigidas como preparatórios para o ingresso nas Academias. As acadêmicas criadas fora da Corte, como as Academias de São Paulo (Cursos Jurídicos) e na Bahia (Faculdade de Medicina) realizavam os exames gerais juntos às próprias faculdades. Assim, cabia a cada uma das academias regulamentar o ingresso dos estudantes. Os Cursos Jurídicos, por exemplo, tinham cursos anexos de preparatórios, com cadeiras exclusivas para ministrar as disciplinas exigidas nos exames. Esses cursos anexos tinham característica de aulas avulsas, pois eram fragmentadas e descontínuas, apenas realizadas no mesmo local. Não se distinguia, portanto, do caráter de aulas avulsas para o ensino secundário presente nas primeiras décadas do Império.

Os estabelecimentos provinciais de ensino secundário ajustaram seus programas ao padrão da época, isto é, aos conhecimentos requeridos nos exames de preparatórios, formando “[...] um aglomerado de aulas avulsas funcionando em um mesmo edifício, [e] conservavam, ainda em 1850, o mesmo caráter inorgânico”. (HAIDAR, 1972, p. 22). Essa autora explicou que as aprovações conferidas nos liceus provinciais não eram reconhecidas para matrículas nas Academias independentemente de novas provas, como acontecia no Colégio de Pedro II. Exigia, para os alunos dos liceus provinciais, aprovações nos exames de preparatórios. Isso justifica a escassez e as baixas frequências nos liceus províncias, pois aqueles que buscavam o curso superior, logo abandonavam os liceus nas províncias, para concluí-los na Corte, de forma a garantir o certificado necessário à aprovação nas universidades.

O ensino na Corte foi totalmente reformulado na Reforma Coutto Ferraz (1854), por meio do Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte. Uma das medidas foi a criação, junto à Inspetoria Geral, de bancas de exames preparatórios, com instruções especiais que regulamentavam a forma de realização das provas e a composição das bancas, para evitar qualquer tipo de fraude, prática comum naquele período. Além disso, o título de bacharel em Letras expedido pelo Colégio de Pedro II e as aprovações nos exames gerais realizados na Capital do Império seriam meios de garantir a matrícula em qualquer curso superior, sem a necessidade de realização de outra prova junto a instituição de ensino superior. Haidar (1972) atesta, contudo, que essas medidas geraram “avultíssimo número de reprovações”, o que demonstrou a pouca consideração com que os estudos preparatórios vinham sendo ofertados.

A partir da Reforma, as bancas na Corte passaram a ser executadas com mais retidão e moralidade, devido a fiscalização rigorosa do governo em estabelecimentos particulares e quanto habilitação dos professores. Essas ações trouxeram benefícios sobre os estudos preparatórios na Corte. Porém, os exames para ingresso realizados junto às Faculdades, não se fizeram com tanto rigor e imparcialidade. Haidar (1972) mostra, a partir de relatos de políticos da época, o “assédio do patronato” presente nesses exames das Academias. A questão do patronato foi denunciada e debatida pelos estudantes nos periódicos estudantis do período, como foi exposto na seção seguinte.

As reformas de Coutto Ferraz provocaram melhorias nos estudos da Corte sob a inspeção de Euzébio de Queiroz, mas não alteraram significativamente os cursos secundários no Império. Mantiveram-se os preparatórios com caráter humanístico e literários que foram a eles conferidos nos primeiros estatutos dos cursos superiores. A concessão de grau de bacharel em letras aos que fossem aprovados em todas as matérias no Colégio de Pedro II acabou por não seduzir aqueles que tinham o objetivo de ingressar numa faculdade. (HAIDAR, 1972).

Além disso, a redução para dois anos do prazo de validade nos exames, cuja intenção era promover estudos sistemáticos e regulares, acabou por fazer com que os estudantes realizassem o estudo no curto prazo fixado para sua aferição, o que contribuiu para o maior número de matrículas nos primeiros anos, e a escassez nos últimos anos dos preparatórios. Por essas constatações, passaram a compreender que os males do ensino preparatório aconteciam em decorrência do próprio sistema de exames que incentivava estudos irregulares e desordenados.

A liberdade de ensino, isto é, a permissão para criação de instituições de ensino particulares, bem como o rigor nos exames, poderiam ser ingredientes que ajudariam a elevar o nível do ensino secundário no país. Por isso, nos últimos dois anos da década de 1870, com a intenção de obter provas mais convincentes quanto a habilitação dos candidatos, e um julgamento mais justo e imparcial, instruções que regulavam os exames realizados na Inspeção Geral da Corte e nas faculdades foram expedidas. O rigor das mesas examinadoras gerou a revolta dos estudantes, que até apedrejaram, em forma de protesto, as vidraças do Colégio de Pedro II onde trabalhavam as comissões. (HAIDAR, 1972). Em 1873, atenuou-se novamente o rigor dos exames, e as bancas foram pródigas na distribuição das aprovações, o que evidencia, mais uma vez, a deficiência dos estudos preparatórios.

Na década de 1880, os estudos secundários continuavam sem sistema, pois os exames parcelados favoreciam e estimulavam os estudos avulsos. No Colégio de Pedro II poucos

eram os estudantes que concluíam o curso regularmente, adquirindo o título de bacharel, pois a maioria tentava a sorte nas provas antecipadamente. Algumas leis e decretos, como o Decreto de Leôncio de Carvalho (1879), instituíram a frequência livre nos estudos preparatórios, favorecendo ainda mais os estudos fragmentados para o ensino secundário. No Colégio de Pedro II, além da livre frequência, permitiram matrículas parceladas, e quem tivesse obtido nos exames vago aprovação em todas as matérias, recebia o grau de bacharel. Assim, o sistema de exames, a multiplicação de bancas nas províncias, a matrícula e exames parcelados e o prazo ilimitado da validade dos exames instituído em 1877, eram incentivos para estudos fragmentários e irregulares (HAIDAR, 1972).

Em resumo, o ensino secundário em todo o país era reduzido, quase que exclusivamente, as disciplinas exigidas para ingresso no ensino superior e, por isso, tinham caráter humanístico e literários. Essa configuração se manteve até a República. Acrescentou a autora que, restritos aos preparatórios, reduziam-se os estudos secundários aos programas e pontos fixados pelo governo para os exames realizados em todo o país. Os escândalos nos exames continuavam nesse decênio, acentuando a decadência dos liceus provinciais. Por sua vez, multiplicavam-se os estabelecimentos particulares que, se não ensinavam bem, ao menos adentravam mais rapidamente os alunos para os exames.

Assim, a autora defende que o sistema de exames parcelados, que propiciava a fragmentação dos estudos, a fraude e que não validava os exames realizados nos liceus provinciais para a matrícula nos cursos superiores, aniquilaram totalmente o ensino público. Na Bahia, por exemplo, em 1837, eram 406 as matrículas no liceu, mas em 1883, apenas matricularam-se 63 alunos. Na Província do Rio de Janeiro, em que haviam três liceus, foram reduzidos a 3 aulas avulsas que estavam em vias de extinção. Em São Paulo, na última década do Império, havia uma única aula pública com 30 estudantes. Esses dados ilustram como o sistema de exames parcelados provocaram a decadência do ensino secundário no Império. O ensino ministrado no Colégio Pedro II foi durante o império um padrão ideal de ensino secundário. Porém, o padrão real, relembra Haidar (1972), forneceram-no os preparatórios e os exames parcelados.

Outro ponto discutido por Haidar acerca do ensino secundário oitocentista está em pauta até os dias atuais, que é a ambiguidade das funções atribuídas a esse nível de ensino (hoje, ao Ensino Médio). No século XIX, a dualidade quanto as funções do ensino secundário se anunciavam: esse nível de ensino deveria preparar o jovem para o ensino superior, ou tinha caráter terminal, pois já o formava profissionalmente? Qual público deveria frequentar cada um desses modelos de escola? A perspectiva apresentada por Roque Spencer Maciel de

Barros, no início desse subtópico, sugere que a função e organização do ensino secundário era determinada pelo tipo de formação que se esperava do estudante para o futuro, que era, na constituição dos primeiros liceus, para preparar as elites para o ensino superior, formando-os para os “altos cargos” do Império.

Carlota Boto, no prefácio do livro *Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas* (2019), defende que compreender “o lugar social da formação propedêutica, humanista, acadêmica, voltada para a transmissão de um repertório de cultura geral, confrontada com a dimensão de uma cultura técnica e profissionalizante é o papel da escolarização secundária” (BOTO, 2019, p. 9). Nesse trecho, a autora exhibe as múltiplas facetas e funções atribuídas ao ensino secundário, apontando a principal e essencial dualidade conferida à finalidade ensino secundário:

O ensino secundário tende a ser pensado para a formação de uma elite: seja uma elite intelectual e acadêmica no engendramento de uma cultura geral e clássica que possibilite o acesso às profissões consideradas superiores, pelo acesso à universidade; seja uma elite técnica de profissionais qualificados para fazer o Brasil trilhar o caminho de seu pleno desenvolvimento. Em ambos os casos, há uma dimensão civilizadora na ação pedagógica a ser empreendida. (BOTO, 2019, p. 13).

A discussão primordial que acompanhou todo o ensino secundário foi, assim sendo, se nesse nível deveria ser ofertado aos estudantes uma formação humanística ou técnica. A primeira, terminal, conduzia o estudante direto ao mercado de trabalho, com o domínio de conhecimentos técnicos necessários à sua atuação profissional. O segundo, por sua vez, prepararia o estudante para as universidades, onde encontrava-se a elite brasileira que buscava uma formação superior para assumir seus altos postos, enquanto dirigentes.

Haidar (1972) explica que o desprestígio das funções manuais e mecânicas exercidas até então por humildes artesãos e escravos, bem como a ascensão social propiciada pelo ingresso nas profissões liberais às quais conduziam os cursos das Academias, foram um incentivo à busca de acesso à nova aristocracia de bacharéis e doutores. O ensino foi reorganizado em matérias em um único curso de 7 anos, que conduzia ao ensino superior. Esse modelo de ensino secundário vigorou até 1870.

Na década de 1870, algumas mudanças modificaram a configuração e as necessidades para esse nível de ensino:

O alvorecer da década de 70 inaugurou uma nova era na vida política e intelectual do Império. À calmaria dos anos anteriores sucedeu um período

de efervescência, de definição de posições, de defesa intransigente de princípios. Na política “é um mundo inteiro que vacila”, nas regiões do pensamento, “um bando de ideias novas esvoaçam sobre nós de todos os pontos do horizonte.”

Na empresa gigantesca de “elevar o país ao nível do século” acreditavam os homens da *ilustração brasileira* estar confiado à educação o mais importante papel; em educação principiava-se a reconhecer à ciência a posição de relevo que o século lhe atribuíra. (HAIDAR, 1972, p. 120, grifos do autor).

Relembramos que Fausto (2015) descreveu que, na década de 1870, transformações provocaram a crise do Segundo Reinado. Dentre elas, citamos a forte presença do republicanismo e dos ideais positivistas, o aumento do fluxo imigratório, a Lei do Ventre Livre (1871) que anunciava o fim da escravidão, a expansão da cultura cafeeira do Oeste Paulista nos moldes capitalistas, e a presença crescente da industrialização no país. Diante desse quadro, o ensino científico assumiu especial importância na área dos estudos secundários, pois pensava-se na formação integral do cidadão, que o habilitaria não apenas para o ingresso nos estudos superiores, mas para enfrentar as necessidades complexas e variadas da vida social.

Por esse motivo, cogitava-se a diversificação do ensino secundário, projeto este que ganhou “inúmeros e fervorosos adeptos”, conforme Haidar (1972). Dentre os adeptos estavam não apenas os defensores dos estudos científicos, mas todos os que compreendiam a necessidade de satisfazer às exigências da sociedade moderna, pois viam na diversificação um meio de atingir essas necessidades, sem comprometer a integridade dos estudos clássicos. Para tanto, as humanidades formariam integralmente o homem, e a ciência o prepararia, na prática, para as novas necessidades do trabalho na sociedade moderna.

Nem mesmo os defensores das humanidades apresentaram resistência ao ensino secundário especial, inspirado nos moldes francês, como ensino profissional de nível médio. Para eles, a formação dotada de conhecimento científicos para a formação profissional era, para os membros da sociedade, necessária para aqueles que confiariam a tarefa de promover o desenvolvimento material.

A polêmica entre os defensores dos estudos de letras *versus* defensores dos estudos científicos⁴⁵ travou-se na área dos estudos secundários. Uns defendiam que esse nível de ensino deveria ter a predominância dos estudos literários e outros reivindicavam a supremacia dos estudos científicos. Alguns entendiam que a bifurcação do bacharelado resolveria o problema. Porém, os que defendiam os estudos científicos, animados pelo espírito do positivismo, encaravam a ciência como uma nova atitude intelectual que deveria animar toda

⁴⁵ Para maior aprofundamento acerca da disputa entre utilitaristas e humanistas, ler Leonel (1994).

a atividade educativa, e, por isso, não se seduziam com a ideia da bifurcação, pois “dividiria as inteligências”.

Os defensores do ensino científico entendiam que ensinar as ciências não significava apenas transmitir conhecimentos úteis, mas antes, contribuiria para o desenvolvimento da atitude crítica que caracteriza o espírito científico. Rui Barbosa propôs a união indissolúvel das letras e das ciências no bacharelado, pois o ensino secundário disciplinaria e robusteceria o espírito preparando-o, desse modo, para os estudos superiores (HAIDAR, 1972).

Sinteticamente, pela história do ensino secundário brasileiro no Império, apresentado por Haidar (1972), constatamos que descentralização promulgada no Ato Adicional de 1834, na realidade, mascarava a centralização exercida pelo poder geral em matéria de ensino secundário, sobretudo em decorrência da configuração dos exames gerais. O sistema de exames parcelados foi o fator decisivo para tornar o ensino secundário fragmentado e reduzido as poucas disciplinas exigidas nesses exames. Nessa perspectiva, esse nível apenas preparava o jovem para realização dos exames que os conduziram mais rapidamente às vagas no ensino superior, que eram instituições geridas pelo Poder Central.

Apontamos a formação eminentemente literária e clássica dos cursos secundários até a década de 1870. A partir dessa década, presenciou-se uma defesa dos estudos científicos (dentre outros motivos, a partir da influência do positivismo e da necessidade decorrente da expansão capitalista), que, então, foram introduzidos no currículo. Ensino literário e ensino científico ilustravam a ambiguidade de entendimento acerca das funções do ensino secundário nesse período. Contudo, ao final do Império, prevaleceu a tendência tradicional do ensino literário.

Qual deve ser a configuração do ensino os estudantes do ensino secundário durante o regime imperial: um ensino literário ou científico? Essa ambiguidade pode ser observada na escrita estudantil dos jornais que os alunos secundaristas produziam. Ao mesmo tempo em que se dedicavam a escrita literária, criando seus próprios textos, defendiam a instrução científica e a propagação das luzes da razão, e propagavam a necessidade de se educar não só formalmente, nas escolas, mas informalmente (como um complemento) por meio dos jornais. Instrução (científica e moral) e literatura caminhavam juntas nos jornais estudantis publicados a partir da década de 1870, refletindo as discussões dos intelectuais e governantes daquele tempo. Diante disso, primeiramente, apresentamos, na sequência, aquilo que os estudantes das diferentes províncias do país discorriam sobre a instrução, para, em seguida, apresentar aquilo que falavam sobre a literatura, e os textos literários que escreviam e publicavam em seus jornais.

3.2. O debate acerca da instrução nos periódicos estudantis

As discussões sobre a instrução esteve presente, com mais ou menor vigor, em todos os periódicos estudantis de nosso acervo. Os estudantes publicaram textos de caráter instrutivo, que classificamos de duas maneiras: textos **sobre a instrução**, cujos artigos debatiam criticamente assuntos relacionados à educação, direta ou indiretamente; e textos **para a instrução**, com artigos que tinham a finalidade de instruir os leitores, seja moral ou cientificamente.

Dessa maneira, identificamos textos, de autoria dos próprios estudantes, cujo tema era a instrução, como, por exemplo, a defesa pela instrução, com caráter ufanista e romântico; o engajamento e debate político em prol da instrução; críticas à instrução provincial; entre outros. Além destes, os estudantes publicavam textos cuja intenção era instruir seus leitores, seja por meio de textos de caráter moralizante, de textos que tratavam de temas científicos, textos próprios para educação feminina, textos patrióticos; entre outros.

Importante compreender, contudo, que os textos sobre a instrução tinham uma dupla finalidade, pois ao mesmo tempo debatiam a instrução, também educavam, na medida em que buscavam inculcar, nos leitores, a importância da educação, dos estudos. Dessa maneira, os textos sobre a instrução instruíam/educavam os leitores dos jornais sobre a importância da educação, seus benefícios, e a necessidade de valorizá-la.

Diante dessas características, nesse momento, inicialmente indicaremos, por trechos dos jornais, o entendimento dos estudantes acerca das finalidades de instruir os jovens. Em seguida, exporemos os conteúdos dos artigos de caráter instrutivo presente nos jornais da província do Maranhão, do Rio de Janeiro e do Paraná, separadamente. Optamos por apresentar os jornais por província por entendermos que, apesar das muitas semelhanças entre os jornais, cada região tem uma especificidade decorrente do espaço e do tempo em que foram produzidos, e a apresentação individualizada nos permite explorar melhor cada uma de suas singularidades.

3.2.1 “...la jeunesse... est la fleur de tout la nation. C’est dans le fleur qu’il faut préparer les fruits”: a instrução como meio de preparar o jovem para o futuro

O trecho que intitula esse tópico é a epígrafe do jornal estudantil maranhense *A Mocidade*, de 1875. Ele é representativo da função social designada, no século XIX, à

instrução, sobretudo à instrução da juventude: os jovens deveriam ser educados, pois seriam o futuro da nação. A educação era vista como aquela que promoveria o progresso do país, pois prepararia seus jovens para sua atuação no amanhã. A construção da nação estava na ordem do dia, e o preparo do futuro adulto era condição para garantir a continuidade do projeto de desenvolvimento nacional.

Os alunos que produziram os jornais, de certa maneira, acreditavam na tendência do período de depositar na juventude (isto é, em si mesmos) a esperança de um futuro próspero e de desenvolvimento para a nação. Nesses periódicos, a frase “A mocidade é o futuro” era um lema, uma palavra de ordem dos estudantes que redigiram os jornais estudantis, e, por isso, tornou-se justificativa para promover o desejo e empenho para os estudos. Inclusive, foi por acreditarem no poder da instrução de prepará-los para o futuro, que se motivaram a redigir os periódicos, elaborado por eles e para eles, como fonte de conhecimento e complemento aos estudos.

Nos periódicos, a juventude frequentemente se auto intitulava como “sustentáculo da pátria”, “luzeiros do progresso”, “vanguarda das nações”, o que reforçava a responsabilidade e compromisso dos jovens com o futuro. Para cumprir seu compromisso com o amanhã, deveriam dedicar-se, em primeiro lugar, aos estudos, pois entendiam que somente por meio da educação é que estariam plenamente preparados para cumprir o papel que lhes era designado. Eles disseminavam nos periódicos esse lema com insistência, incutindo e convencendo seus leitores de que o progresso do país dependeria do preparo dessa mocidade.

Quase todos os jornais repetem essa premissa para persuadir o jovem leitor. Sobretudo nos dois jornais maranhense e do paranaense *A Idea*, essa premissa foi repetida inúmeras vezes. No jornal *O Aspirante*, evidenciam em seus números a importância da criação das aulas para o sexo feminino e do preparo da mulher para sua atuação social, e da importância da educação do operário, para a sua atuação com a mão de obra na lavoura ou na indústria, isto é, para o desenvolvimento das forças produtivas do país no futuro.

No jornal maranhense *A Mocidade*, defenderam que “A mocidade é a representante do futuro e a esperança da pátria, que n’ella vê sua regeneradora e immediata sucessora [...]” (*A MOCIDADE*, 1876, n. 25, p. 1). Enfatizam que era:

[...] é a vanguarda das nações, e a ella é que pertence a iniciativa nos grandes movimentos civilizadores. É ella que caminha sempre á frente das revoluções, sejam sociaes, ou simplesmente de pensamentos, e que pede com vozes entusiasticas os melhoramentos e os benefícios do progresso, pois que também é ella que tem de preparar o campo social para as futuras gerações. (*A MOCIDADE*, 1875, n. 11, p.1).

Reconhecendo esse papel, apontaram que o caminho que deveria ser percorrido para alcançar a civilização e o progresso do país, era, pois, o da instrução:

Os seus esforços [da mocidade] serão somente para que as idéas de liberdade e progresso se desenvolvam e criem profundas raízes no ubérrimo solo brasileiro, e que a pátria caminhe e seja feliz.

Firmes, pois, n'este propósito continuaremos á estudar e aperfeiçoar-nos para que possamos conscienciosamente responder ao reclamo da pátria, quando precisar do nosso fraco e diminuto auxilio (A MOCIDADE, 1876, n. 25, p.1).

Era pelo aperfeiçoamento nos estudos que os jovens se preparariam para atender as necessidades da pátria e para ser, como foi denominado, o “representante do futuro”, “esperança da pátria” e “vanguarda das nações”. No periódico *Revista Juvenil*, no segundo número, defenderam que à mocidade “[...] a quem está confiado o porvir da pátria, tem um dever indeclinável, acha-se empenhada em uma questão de honra, de que lhe cumpre sahir victoriosa” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 1). Para eles, não era só uma necessidade, mas um dever da mocidade zelar pelo futuro de sua pátria. A exigência para alcançarem esse fim era a instrução: “Instrucção, muita instrucção, é do que necessitamos. Não esmoreçamos, pois; trabalhemos com todas as forças e mais um pequeno esforço a gloria será nossa!” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 8, p. 2).

No primeiro número do jornal *O Aspirante*, em um texto inaugural, o diretor do Liceu de Artes e Ofícios declarou:

A semente está lançada em chão ubérrimo; e o fructo é natural que apareça succulento e formoso no tempo de sua estação. Até lá só cabe aos jovens e talentosos alumnos deste Lycêo prepararem-se para o dia máximo da prosperidade publica que será, também, o da riqueza nacional (O ASPIRANTE, 1881, n. 1, p. 1).

A semente ao qual referia-se o diretor foi a criação de aulas, no Liceu de Artes e Ofícios, para o sexo feminino, um avanço para a universalização do ensino naquele período. Clamou, então, aos alunos, que se preparassem para o dia da prosperidade, para o futuro. Era, pois, por meio da instrução que os jovens se preparariam para o futuro. Em outro trecho, nesse mesmo número, um dos professores do Liceu, chamado Carlos Eustaquio da Costa, reafirmou que a instrução prepararia o jovem para o futuro: “Deveis caminhar, luzeiros do progresso, porque a pátria, anciosa pede vossos serviços, e é de vós que ella tem o direito de exigir não o

trabalho material, mas sim, o intelectual, porque é com ele que devemos realizar a grande revolução social” (O ASPIRANTE, 1881, n. 1, p. 1). Chamando-os de “luzeiros do progresso”, o professor esclarece que é pelo trabalho intelectual, ou seja, pela educação, que se realizaria uma revolução social.

Esse jornal defendia e promovia a educação do sexo feminino, chamando a atenção para o fato de que o futuro dependia das mulheres:

Se o Brazil possui riquezas, faltava-lhe ainda uma; essa porém hoje principia a brotar no seio do vasto Imperio cheio de maravilhas é a instrução da mulher, esse direito que a tanto tempo ella reclama e que, finalmente hoje lhe é concedido.

Mas esse direito de que eu fallo, é justo, porque póde ser o futuro da pátria nas mãos da mulher Brasileira! (O ASPIRANTE, 1881, n. 1, p. 1).

Além da educação feminina, refletiram sobre a educação do jovem operário e chamaram a atenção dessa classe para seu dever com o futuro:

Convensam-se os incredulos e retrogrados, a prosperidade de um povo provem do gráu de illustração de cada individuo, omittido esse principio nada pode-se conseguir, por tanto saibão; dos pardieiros de nossa officinas ha de surgir a verdadeira alavanca do progresso, a arca sacrossanta que confraternisará á humanidade (O ASPIRANTE, 1881, n. 9, p. 1).

Assim, para eles, educar o operário era garantir a prosperidade e alavancar o progresso. Da mesma forma, a educação feminina foi defendida no jornal *Chrysalida*. Conforme já mencionamos, veicularam nesse jornal a noção de que a instrução da menina seria uma maneira de preparar a futura mulher: “[...] o único intuito é que nos habilitemos para desempenhar no mundo a missão, que cabe á mulher” (CHRYSALIDA, 1887, n. 2, p. 1). Nesse trecho, explicam que os dirigentes do colégio buscavam, pela instrução feminina e pela permissão ofertada a ela de criarem um jornal feminino, preparar as meninas para sua futura atuação como mulher.

Por fim, no jornal paranaense *A ideia*, o lema de que a mocidade era o futuro foi bastante repetido. Para eles, “A mocidade é a esperança: ella representa o futuro. É a mocidade brasileira de hoje que tem de suportar sobre seus hombros herculeos um fardo enorme, embora preciosissimo, - a regeneração da Patria estremecisa [...]” (A IDEIA, 1888, n. 3, p. 1). Os próprios estudantes reconheciam seu papel: “[...] nós somos estudantes – labutadores do progresso e da civilização, possantemente armados com o livro e a penna” (A

IDEA, 1888, n. 1, p. 2). Tendo esse compromisso, advertiram a maneira de cumprir com seu dever de regeneração da pátria:

E, por enquanto, o nosso dever, ó moços, é somente – estudar: viver sempre sublimemente abraçados com o livro. Devemos trabalhar hoje para introduzir em nossos cérebros a maior quantidade possível de luz, áfim de podermos no futuro vêr claramente o caminho por onde devemos trilhar victoriosos (A IDEA, n. 3, p. 1).

Para eles, estudar com afinco, de forma a introduzir a maior quantidade de luz, era, portanto, considerado o meio conseguir trilhar o caminho da vitória no futuro. O preparo do jovem, via educação, era uma preocupação nacional, inclusive daqueles que eram alvo desse projeto, os próprios alunos. Essa ideia se confirma quando observamos, nos periódicos estudantis, a expressiva quantidade de artigos e textos que discorrem sobre a educação. Por isso, os jornais estudantis nos ajudam a compreender que a educação, sobretudo a partir da década de 1870, era considerada a chave do progresso do Brasil e os investimentos em prol da concretização desse projeto eram uma necessidade do período.

O que chama atenção, nos trechos em que os estudantes apresentam a sua responsabilidade para com o futuro da pátria, é a recorrência do emprego do termo “progresso”. Poderá ser observado essa mesma insistência nos demais textos que discorrem sobre a educação, apresentados na sequência desse trabalho, em que os estudantes concebiam a educação como ferramenta fundamental para formar o futuro adulto da nação brasileira e, com isso, garantia o progresso nacional.

Para nós, a aplicação usual do termo progresso remete a corrente filosófica do Positivismo, que se popularizava naquele momento. De acordo com o que explicamos anteriormente, o positivismo foi uma corrente de pensamento que ganhou ampla visibilidade no Brasil sobretudo a partir de 1870. O lema dessa corrente filosófica era “Ordem e Progresso”, abreviação do lema cunhado pelo seu precursor, Auguste Comte, “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”. Tamanha foi influência do Positivismo no Brasil e, em especial, no processo de instauração da República no país, que seu lema está estampado na bandeira do Brasil desde a Proclamação da República (1889). Wolf (2000) esclarece que a inscrição positivista presente na bandeira nacional, que, em outras palavras, indicam que progresso e ordem representam os requisitos básicos da civilização moderna, é um reconhecimento de que o “espírito do positivismo” tem se manifestado como parte integrante da filosofia política oficial do Estado brasileiro.

Costa (1951, p. 527) explica que o positismo é “contemporâneo das primeiras conseqüências da grande crise que marca a transição dos séculos XVIII e XIX”. Sua doutrina emana, então, da revolução. Para Martins (2007), a motivação da obra de Comte repousa no estado de “anarquia” e de “desordem” da sua época, isto é, no pós-revolução. Comte acreditava que a reorganização da sociedade exigiria a elaboração de uma nova maneira de conhecer a realidade e, por isso, buscou estabelecer os princípios que deveriam nortear os conhecimentos. A ciência se tornou, então, seu ponto de partida. Para reformar a sociedade, se exigia conhecer e descobrir as leis que regem os fatos sociais, se afastando das concepções abstratas e especulações metafísicas. Os fatos, assim sendo, só são conhecidos pela experimentação dos sentidos. (RIBEIRO, 1982)

Diante disso, criou a “física social”, que, para Martins (2007), era a sociologia. Ele partia do entendimento que a física social deveria utilizar em suas investigações os mesmos procedimentos das ciências sociais, tais como a observação e a experimentação, ou seja, ela deveria “basicamente proceder em suas pesquisas com o mesmo estado de espírito que dirigia a astronomia ou a física rumo as suas descobertas. A sociologia deveria, tal como as demais ciências, dedicar-se à busca dos acontecimentos constantes e repetitivos da natureza” (MARTINS, 2007, p. 41), ou seja, as relações permanentes que ligam os fatos, cuja importância é básica da reforma econômica, política e social da sociedade (RIBEIRO, 1982).

Martins explica que Comte considerava a reconciliação entre a “ordem” e o “progresso” (entendido como evolução da sociedade), a necessidade mútua destes dois elementos. Para a sociologia positiva, a ordem era o ponto de partida para a construção de uma nova sociedade. Por outro lado, Comte admitia que algumas reformas, comandadas pelos cientistas e industriais, poderiam ser introduzidas na sociedade “de tal modo que o progresso constituiria uma conseqüência suave e gradual da ordem” (MARTINS, 2007, p. 41).

A seguir, esmiuçamos os artigos nos jornais de cada província em que os alunos se debruçaram sobre a educação, mostrando a visibilidade dada pelos estudantes à educação nas últimas décadas do regime imperial brasileiro.

3.2.2. A educação nos jornais estudantis do Maranhão, do Rio de Janeiro e do Paraná

Nos debruçaremos, nesse momento, na análise dos jornais estudantis, buscando na escrita dos estudantes secundaristas a perspectiva deles acerca da instrução, seja por meio dos textos que colocavam a instrução como objeto, seja nos textos que instruíam seus leitores. Iniciamos pelos jornais estudantis maranhenses, em seguida para os do Rio de Janeiro, e por

fim, os do Paraná. Seguimos a ordem cronológica de publicação desses periódicos para essa exposição. Cada um dos periódicos era intrinsecamente ligado às questões de seu período e às questões de seu espaço, o que demonstra o engajamento desses estudantes com as questões que os cercava. Dessa forma, os periódicos ajudam a compor um quadro do que foi a década de 1870 e 1880 no campo da educação.

3.2.2.1. Os estudantes maranhenses e a educação

Os jornais maranhenses são os mais longos e mais densos de nossa coleção, sobretudo no que diz respeito aos artigos que discutiam a instrução (cujo tema é a instrução) e nos artigos instrutivos (que tinham a função de instruir). A instrução e a literatura foram dois dos principais temas abordados pelos estudantes nesse periódico. Como mostramos, no complemento de título do jornal *A Mocidade*, indicaram os temas mais relevantes, eleitos pelos fundadores desse periódico como mais representativo para expressar seu conteúdo: “litterario, crítico e noticioso”. Assim, se pressupõe que a literatura, a criticidade e as notícias eram pontos centrais desse periódico.

Porém, a leitura do primeiro número do jornal *A Mocidade*, primeiro dessa província de nossa coleção, manifestou, além destes, o projeto instrutivo desse jornal:

[...] a abertura de uma estrada a um campo vasto, que, sendo bem arroteado pela instrucção publica e, prestando-se a producção e reproducção de fructos dignos de litteratura, offereça á mocidade, avida de instrucção, os meios mais próprios para o desenvolvimento da sua intelligencia, como um estimulo para a progressiva cultura do seu espirito (*A MOCIDADE*, 1875, n. 1, p. 1).

Esse trecho é explicativo de que o propósito do jornal era oferecer os meios adequados para promover o desenvolvimento da inteligência da mocidade, pela instrução e literatura. Por isso, o jornal tinha uma intenção instrutiva, de promoção do desenvolvimento da inteligência. Acrescentaram que o jornal era destinado ao desenvolvimento da mocidade, e que ela era ávida por instrução, isto é, deseja com voracidade a instrução. Os estudantes posicionavam-se, portanto, como aqueles que entendiam a importância da instrução, e, por isso, a desejam com avidez. Isso é revelador do quanto a educação tornou-se essencial naquele contexto, pois essa noção estava incutida no pensamento dos estudantes e os levaram a elaborar um jornal com esse caráter.

Continuaram discutindo e posicionando o programa do jornal aos seus leitores, quando esclareceram:

E' pois a instituição de um jornal essencialmente *litterario e instructivo*, que intentamos; mas para que se não suscitem pêas, que tornem nulla a sua missão, acrescentamos que será simultaneamente *critico e noticioso* relativamente ao que respeitar á instrucção popular, e á litteratura, pelo incremento das sciencias, e aperfeiçoamento das artes (A MOCIDADE, 1875, n. 1, p. 1).

Definiram, assim, o programa do jornal: era instrutivo, pois instruía e debatia criticamente a instrução pública; literário, pois seus redatores e colaboradores produziram seus próprios textos literários, atuando como literatos; era crítico e noticioso, em especial no que dizia respeito a instrução pública e a literatura, procurando o incremento das ciências e o aperfeiçoamento das artes. Os principais temas debatidos nos periódicos seriam, dessa forma, a instrução e literatura. Para eles, mesmo os artigos ou textos com teor crítico e as notícias estariam submetidas e direcionadas a esses dois temas.

Outro ponto que os trechos supracitados elucidam, é que, além de estabelecerem o programa, mencionavam o público a quem se dirigiam: “a mocidade ávida de instrução”. Em um outro trecho, reafirmaram seu público: “Convidando porém a este campo a mocidade estudiosa, inteligente e assaz exercitada e esclarecida para poder aspirar a colher n’elle as palmas do triumpho nos jogos do espirito” (A MOCIDADE, 1875, n. 1, p. 1). Era a mocidade, ou a mocidade estudiosa, o seu principal público. “Estudiosa” era a adjetivação do termo “mocidade”, o que estreitava seu público: o jornal destinava-se aos estudantes.

O periódico, nesse sentido, era escrito por estudantes e para estudantes. Eles evidenciaram a dupla função do jornal de educar aquele que lia, e de educar aquele que escrevia. No primeiro número, explicaram que o periódico era um “meio de nos instruir e ilustrar” (A MOCIDADE, 1875, n. 1, p.1). Em outro momento, no 11º número, reafirmam: “Foi impelidos pelo louvável empenho de proseguir no cultivo do nosso espirito que creamos este pequeno jornal, a que demos o nome de *Mocidade*”. (A MOCIDADE, 1875, p. 1). Nesses dois trechos, nota-se que os estudantes entendiam que seus pares precisam ser instruídos via leitura de periódico, e que, sendo eles estudantes, instruía-se por sua vez. Ao utilizarem os pronomes “nos” e “nosso”, incluíram-se no ato educativo, seja lendo ou escrevendo. O jornal instruía o leitor, e o escritor, pois, no ato de produzir o jornal, aprendia. Portanto, era a mocidade instruindo a mocidade.

O outro periódico maranhense, *Revista Juvenil*, que possivelmente foi uma continuação do anterior, apresentou seu programa, sua finalidade, e seu público alvo. O seu complemento de título era, assim como do *A Mocidade*, “jornal litterario, critico e noticioso”. Apresentam, então, pistas de qual seria o seu programa:

A Revista Juvenil não é, pois, mais do que modesta arena de combate, onde intentam provar forças ensaiando as armas alguns moços ambiciosos de cultivo litterario.

No meio dessa actividade que caracteriza a época, quando a palavra = instrucção é a senha do progresso, poderá por ventura permanecer a mocidade indifferente sem tornar-se criminosa?

Obedecendo a este impulso foi que aqui nos congregamos (REVISTA JUVENIL, 1876, p. 1, n. 1).

O cultivo literário seria uma das ações realizadas pelo jornal. Além desta, explicam que a instrução era a senha do progresso da época e que, obedecendo ao impulso de não permanecer a mocidade indifferente a ela, criaram o jornal. Nota-se uma estreita relação, para eles, entre a instrução e a literatura, como se não pudesse existir uma verdadeira instrução sem a divulgação, a criação e o cultivo da literatura. O cultivo literário estava diretamente relacionado ao desenvolvimento da instrução. Literatura e instrução andaram lado a lado nesse jornal, isto é, a instrução e a literatura eram imprescindíveis quando se ofertava educação à mocidade, ambas obtendo o mesmo prestígio.

Em seguida, no terceiro número, após uma interrupção de alguns meses na publicação, anunciam que o jornal passou a ser administrado por uma sociedade literária, a União Juvenil. Apesar da mudança, seu programa não foi alterado. Então, reiteram o seu programa aos leitores:

Correspondendo com reconhecimento e infatigavel ardor ás provas cie sympathia que recebermos, não daremos tréguas ao estudo e trabalho, que condicionam a vida deste modesto ensaio jornalístico, e talvez possa elle preencher o fim da sua creação — animar a mocidade, que procura instruir-se a exercitar por si as proprias faculdades moraes, e proporcionar- lhe occasião de experimentar suas forças ou abrir espaço aos vôos do seu talento (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 3 p. 1).

Por meio desse excerto, reiteraram caráter instrutivo desse periódico, já que colocaram a instrução como fim de criação do jornal. Além disso, manifestaram a noção de que o jornal é uma forma da mocidade instruir a mocidade e de incentivá-la a exercitar suas faculdades morais. Era um jornal escrito pelos estudantes e dedicado à instrução dos estudantes, ou, nas

palavras dos próprios estudantes, um meio de “[...] de se illustrarem a si mesmo” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 9, p. 1). Sinteticamente, o jornal *A Revista Juvenil* seguiu o mesmo caminho do primeiro jornal maranhense: era um jornal instrutivo e literário; crítico e noticioso, pois igualmente debatia questões relacionadas a instrução; além de ser um meio encontrado pela mocidade de “instruírem-se a si mesmo”.

Dada a importância atribuída à educação, os estudantes maranhenses consideravam a imprensa como veículo adequado para promovê-la, sobretudo por ser uma ferramenta que promoveria maior alcance da instrução, isto é, sua vulgarização. Tão grande foi sua importância que a imprensa mereceu, por parte dos alunos, artigos inteiros para debater-la. Nos textos sobre a imprensa, veiculavam, em especial, duas ideias: a de que a imprensa era meio de expressão do pensamento (e, nesse caso, expressão do pensamento da classe estudantil), e a de que, devido a isto, era um meio de educar a todos, pois atingiria maior número de pessoas. Por esse motivo, imprensa e instrução estavam intimamente ligadas, já que a imprensa era uma ferramenta instrutiva.

De acordo com o que mostramos na primeira seção, a imprensa adquiriu tamanho *status* no século XIX, que se tornou um dos meios mais significativos para veiculação de ideias, especialmente a partir da década de 1870. Os estudantes, reconhecendo o papel da imprensa, entenderam que a elaboração de um periódico era caminho mais adequado para tornar público seus ideais. No texto de fundo do jornal de número 14, os estudantes defenderam a importância de tornar pública o pensamento, por meio da escrita, sendo este um significativo meio de aprendizagem:

Não é somente ouvindo os mestres e consultando os bons autores que se aprende: muitas vezes julgamos ter compreendido e bem interpretado as lições e conselhos que de uns e outros recebemos, ao passo que laboramos em erro; grandes vantagens colheríamos então, sempre que se nos offerecesse oportunidade de manifestar aos outros a nossa maneira de pensar sobre qualquer assumpto, [...] multiplicadas vantagens colheríamos quando fizéssemos circular, traduzidos e gravados no papel, os nossos pensamentos. Então veríamos apontados, não só pelos que estivessem naquela relação de egualdade em conhecimento, como também por aquelles que os tivessem em número superior aos nossos, os erros em que laborássemos, e as faltas que cometéssemos; e, pois que ellas não dam-se unicamente em relação ao pensamento, mas também em relação a maneira de traduzil-o, ao máo método que seguimos em expressar-nos, em encadear os factos e deduzil-os;. (A MOCIDADE, 1875, n 14, p. 1, grifos nossos).

Portanto, pela circulação de ideias e conhecimentos pela escrita, seria possível avaliar o grau de entendimento daquilo que aprendiam. Reconheciam, além disso, a importância de

ser escritor, profissão que ganhou outro significado naquele momento. Por isso, uma das intenções em elaborar jornais estudantis observadas no decorrer da leitura dessa fonte foi a de ensinar e preparar os estudantes às lides jornalísticas:

Trabalhar para o incremento da instrução, **offerer aos jovens estudiosos um meio de se desenvolver nas lides da imprensa**, pugnar pelo derramamento de luzes, affastar por meio de uma critica judiciosa os ridículos, embaraços e peias, antepostos ao progresso pelos especuladores, eis o nosso único propósito quando empreendemos a publicação d'este jornal. Não foram outras as nossas idéas fundando-o, e, sem sermos pretenciosos, diremos que nunca nos apartamos d'ellas durante o pequeno, espaço de tempo em que já o temos redigido (*A MOCIDADE*, 1876, n. 19, p. 1, grifos nossos)⁴⁶.

Isso significa que, pela prática da escrita e publicação de um periódico, os estudantes redatores preparavam-se para o ofício de escritor jornalístico. Assim, preparar seus jovens para essa ocupação era garantir o preparo de bons escritores e redatores no futuro. Portanto, além de promover a instrução da mocidade pela mocidade, estimular uma formação literária e humanística, o periódico preparava os futuros escritores/redatores da nação.

Diante do exposto, logo no primeiro número do periódico *A Mocidade*, publicaram um poema de Carlos Pinho, sob o título de “A imprensa (A nova redempção)”. Nesse poema, o autor, de maneira romantizada, enalteceu a imprensa:

Jazia a humanidade envolta em noite escura,
Bebendo pela taça horrenda da amargura,
Sentindo no seu peito as lavas de um vulcão.
Gemia sem cessar, pedia ao Sempiterno
Um raio abrasador que o jugo do Inferno
Quebrasse de uma vez, -pedia redempção.

O Omnipotente ouviu-a. Um vulto se ergue ousado
Co' a fronte refulgente e o gesto denodado,
Da bruma espessa e fria, envolto em branco veio;
Nos plainos da amplidão vacilla a noite densa;
E espavorida foge ao ver a luz intensa
Que de fulgores banha a terra, o mar, o ceo.

Ergueu-se o gênio altivo, e logo a terra inteira
Contempla deslumbrada, a sombra mensageira
De vida, liberdade, amor, perdão e luz;
Nos olhos tem a paz, na voz tem magestade,

⁴⁶ Mesmo após a publicação de 19 números desse periódico, seu programa se manteve o mesmo: debatiam e promoviam a instrução, o derramamento das luzes, e publicavam ensaios críticos, mormente em defesa da instrução pública, isto é, em ataque aqueles que eram “antepostos ao progresso”, ou, aqueles que impediam o avanço da instrução, instrução essa que, para eles, era a única responsável pelo progresso.

No porte a sob'rania e o cunho da verdade,
A meia lua aos pés, na frente a eterna cruz

A sua face amiga é alva de alabastro,
No refulgir excede aos rútilos do astro
Que o disco de oiro mostra em céu de puro azul;
Lhe cerca a larga frente aureola resplandente,
Dos humeros lhe pende um manto alvi-nitente
Que roja pela terra, e cobre o norte e o sul.

Os braços estendendo e suas mãos abrindo,
Vai rócio derramando e flores espargindo
No vasto e gigantesco estágio das nações;
Depois, rasgando o peito, um cofre tira
De cujo sacro-seio um talisman retira
Que alegre e affectuoso offerece ás gerações.

Então a humanidade um hymno ingente envia,
Um hymno de louvor, um hymno de alegria
Ao Ser omnipotente, ao Rei da criação;
Após corre fitando o bello sol da gloria,
E um nome vai gravar nos mármorees da historia,
Que encerra uma epopéa, - a nova Redempção.

Mas ah! joia tão bella, angelical e pura,
De brilho tão vivaz e deslumbrante alvura
A terra não podia intacta conservar;
Lhe sella, um ponto negro, a face rutilante,
Qual mancha de carbono em límpido diamante
Qual beijo de irrisão na pedra de um altar.
(A MOCIDADE, 1875, n. 1, p. 3).

O poema do estudante Carlos Pinho retratou a concepção dos estudantes acerca da imprensa. A imprensa era concebida como a luz que fez vacilar as trevas. Antes dela, tudo era envolto em trevas e, após ser criada, tudo se iluminou. Ela era comparada a minerais brilhantes, como alabastro e rútilos, e adjetivada como alvinitente, na intenção de mostrar que ela era luz, que brilhava e resplandecia. Eles entendiam que Deus enviou a imprensa, atendendo aos pedidos da humanidade. Essa imprensa levou uma mensagem de vida, liberdade, amor, perdão, luz, além de ter no porte soberania e verdade. Espalhava rocio (orvalho) e flores, o que pode remeter a refrigério (rocio) e beleza (flores) para todas as nações e gerações. Por fim, mostrou que a humanidade comemorou seu surgimento, apesar de não a poder conservar.

O primeiro artigo que falava sobre esse tema foi publicado no artigo de fundo do 2º número do jornal *A Mocidade*. Nele, as atribuições da imprensa foram apresentadas:

E' portanto a communicacão das idéas, dos pensamentos, o primeiro ponto de partida para o progressivo desenvolvimento do espirito humano, e a base sobre a qual se eleva o grande edificio da civilizaçãõ. Perdidos na obscura noute de um passado longínquo, do qual jamais se pudera fazer a historia, recebam as nossas homenagens esses homens que sahindo do estado primitivo, crearam a mais genuína expressãõ do pensamento, expressãõ que tantos séculos tem atravessado, tornando-se o signal distinctivo da espécie pensante, e que se resume na palavra, — no maio mais simples da reproducçãõ da idéa. (A MOCIDADE, 1876, n. 2, p. 1).

A imprensa, enquanto veículo de comunicacão de ideias e do pensamento, promovia o desenvolvimento humano, edificava a civilizaçãõ, fazia história, auxiliava a humanidade a sair do estado primitivo, e, por conta disso, distinguia o ser humano como espécie pensante. Os estudantes afirmavam que o pensamento precisava de expressãõ, pois ele só passaria a existir quando fosse exposto. Isso significa que a exposiçãõ do pensamento era sua materializaçãõ. Então, argumentaram que a não exposiçãõ do pensamento ocasionaria o embrutecimento da espécie, já que que o espírito humano só progrediu e civilizou-se porque as antigas gerações expressaram e reproduziram suas ideias e pensamentos às gerações que os sucederam.

Essa exposiçãõ das ideias ocorreu devido a instinto social do homem, e aconteceu, primeiramente, via palavra. Porém, a palavra era som veloz que não deixava sua existênciã senãõ na lembrança, pois depois se perdia. O homem criou então a representaçãõ do pensamento por meio dos hieróglifos que, mais tarde, por serem difíceis de interpretar, deram lugar a invençãõ dos caracteres gráficos. Esse foi, de acordo com os estudantes, o segundo elo preso a cadeia da civilizaçãõ, que promoveu a generalizaçãõ do pensamento, e que não bastava para impulsãõ progressiva e civilizadora, mas, apesar disso, começava a atingir todas as classes sociais.

Entãõ, citaram a ideia de Guttemberg e de sua grande invençãõ:

Mergulhado nas nevoas da Allemanha, paiz metaphysico por excellencia, o grande obreiro, perseguindo uma idéa que a mente lhe affagava, resolveu o grande problema de iniciar todas as classes no culto de um novo Deus, que a face mudaria do mundo,—do Deus da instrucçãõ, do progresso, da civilizaçãõ!

Ao despontar d'este astro novo—a imprensa,—as sciencias e a litteratura,—aves encarceradas no sombrio recinto dos claustros, pela primeira vez soltam seu vôo a espaçõs mais livres, e embora fracos e debeis sejam seus primeiros adejos, vãõ todavia cada vez mais se robustecendo, e singrando para regiões incommensuráveis, onde possam distender mais livremente as douradas pennas de suas azas, e saccudir esse pó nojento e negro que sobre ellas lança o monopólio fradesco. (A MOCIDADE, 1876, n. 2, p. 1).

Assim, a invenção da imprensa, por Guttemberg, aconteceu, segundo os estudantes, devido ao seu interesse em estender a educação à todas as classes. Foi por meio dela que a ciência e a literatura, que estavam sob o domínio da Igreja Católica, foram levadas aos lugares mais improváveis, como aves que acabavam de ser libertas. A partir de então, cada vez mais, a ideia de Guttemberg se vulgarizou. Citaram o livro, que posto ao alcance de todas as classes, mesmo as mais desvalidas, era “o sacerdote desta nova religião, cujo Deus é o progresso, cujo culto é a civilização, cujo apostolado é o jornalismo” (A MOCIDADE, 1875, n, 2, p. 2).

Finalizaram o artigo homenageando a figura de Guttemberg:

Homenagem ao grande inventor! Se hoje invocamos o seu nome e que também nos alistamos nas fileiras do exercito que elle creou, exercito que se não bate com armas de destruição, e que se um pendão arvora - é o da liberdade do pensamento; se um gladio maneja é o da generalização das idéas; se um inimigo combate é o conjuncto de doutrina errôneas e subversivas que tanto tempo sepultaram o gênero humano na profunda noite do obscurantismo e que, finalmente, se um principio defende, é a da diffusão da instrucção por toda a humanidade (A MOCIDADE, 1875, n, 2, p. 2).

Como em uma guerra, os estudantes, ao criarem o jornal, colocaram-se como soldados do exército criado por Guttemberg, isso é, da imprensa, cujas armas não são de destruição, mas dotados de três premissas: liberdade de pensamento; generalização de ideias; combate as doutrinas errôneas e subversivas que levavam ao obscurantismo e a difusão da instrução a toda a humanidade.

No jornal *Revista Juvenil* voltaram a publicar artigos cujo objeto principal era a imprensa. Em seu segundo número, com o título “A imprensa e o jornalismo”, S., autor do artigo, iniciou apontando o papel da imprensa no progresso do espírito:

Em sua mancha constante e ascendente, o espirito humano vai cada dia fazendo novas descobertas, devassando mysterios, arrancando segredos á natureza.

Cada homem é um lidador, cada dia assignal-a uma descoberta, cada século uma revolução, cada geração uma conquista, cada conquista uma gloria para o complexo da humanidade.

Ninguém ha hoje que desconheça, ou possa negar, o quanto tem concorrido a imprensa para o progresso humanitário. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 1).

O estudante reafirmou a noção, defendida em outros momentos dos jornais maranhenses, de que o espírito humano está sempre em marcha ascendente, isto é, é perfectível e que, a cada descoberta, avançava um passo rumo à sua eterna ascensão. Tendo

essa premissa em vista, posicionou a imprensa como aquela que auxiliava a humanidade nesse eterno progresso. Para o autor, a importância e o valor da imprensa foi tão óbvio que “quinze cidades disputaram a honra de sua descoberta[...], [pois] tudo o que é grande e sublime é ambicionado” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 1).

Então, expôs uma narrativa sobre o primeiro trabalho tipográfico:

E com que assombro recebeu o mundo o primeiro trabalho typographico !
[...] Quando tinha descoberto esta nova arte e impresso consideravel numero de copias da Bíblia, para imitar as que eram geralmente vendidas em manuscrito, emprehendeu a venda d'esses livros em Paris.

«Era intento seu occultar a descoberta o fazer passar suas copias impressas por manuscritas. Mas como elle vendesse suas bíblias por 60 coroas ao passo que os outros copistas pediam 500, isto levantou universal admiração; e ainda mais quando elle produzia copias com a brevidade que lhe eram exigidas e até baixava o preço. A uniformidade das copias aumentava a maravilha. Denunciaram-no aos magistrados como mágico: e dando-se busca em sua habitação, foi encontrado um considerável numero de copias. Começou-se a dizer que a tinta encarnada (e a tinta encarnada de Fust era particularmente brilhante) com que aformoseava suas copias era seu sangue; e foi solenemente julgado que estava em união com o diabo. Fust, dizem, foi a final obrigado, para livrar-se de ser queimado, a revelar sua arte ao parlamento de Paris, que o livrou de toda a perseguição em attenção á essa útil invenção.»

E esta admiração e assombro, que produziram os primeiros trabalhos typographicos, não se limitaram ao logar, em que elles appareceram; todo o mundo ficou maravilhado e cada vez a mais, por ver o admirável incremento, que tomaram as sciencias, as letras, as artes, a industria o commercio e, em geral, todos os ramos em que se divide a intelligeneia e a actividade humana. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 1).

O relato mostra que a invenção dos primeiros impressores agilizou o processo de difusão dos impressos, pois produzia de maneira uniforme uma maior quantidade de impressos, a um preço mais acessível, permitindo, assim, que mais pessoas tivessem acesso a materiais escritos. Essa invenção espalhou-se por todo o mundo devido ao seu comprovado incremento a todos os ramos da atividade humana. Dos benefícios trazidos pelos impressos, citou o autor alguns, como a revolução das ideias, a queda do erro e da superstição, quebra do círculo de ferro que oprimia o espírito, ascensão da liberdade, e a amplificação dos conhecimentos humanos. Em seguida, o estudante comparou a imprensa (jornalismo) com o livro.

Da imprensa nasceu o livro, que foi a transição para o jornalismo.

[...]

Mas, a par da inalienável utilidade do livro, começaram a experimentar sérios obstáculos. Por um lado, o alto preço das obras, por outro o muito

tempo que exigia a leitura desses volumes, e mais que tudo o desejo de estar a par das grandes e pequenas questões, que o espirito agitava—taes foram as principaes causas, que originaram o jornalismo.

Servindo-nos do pensamento de Victor Hugo, «o jornalismo matou o livro ou antes, tirou-lhe grande parte de sua importancia, absorvendo tudo quanto elle contem, sem o inconveniente da prolixidade, tendo a vantagem de encerrar tudo de fallar sobre tudo, de tratar de todas as questões e discutir todos os pontos das sciencias, das letras, das artes e aprofundar ou não as matérias, de revelar as invenções, de remontar-se ás grandes questões sociaes, analysando-as ponto por ponto com o escalpelo da critica, com o critério da reflexão, ou apenas tocando-as na superficie, como a borboleta que caprichosa oscula a flôr. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 2).

A evolução dos impressos ocasionou o nascimento e disseminação do livro. O livro, porém, apresentava alguns obstáculos, como os altos preços e uma maior quantidade de tempo para a leitura, devido a prolixidade. O jornalismo, por outro lado, encerrava os assuntos em um único número, travava dos mais diversos assuntos, remontava as questões sociais do período de maneira crítica (alongada), ou sutil e rapidamente. Assim, o jornalismo era, para o autor, uma tribuna, pois nele “se agitam e discutem as mais altas e mais graves questões, [...] que se apresenta o sustentador de cada idéa, o apóstolo de cada pensamento, o autor de cada invenção, o patrono de cada causa, o adepto de cada religião, o defensor de cada direito” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 2).

Naquele momento, os jovens estudantes contestavam a eficácia da utilização do livro em detrimento dos jornais, pois apesar de fornecerem maior aprofundamento sobre um tema, exigiam maior tempo para sua conclusão. Aproximadamente um século e meio depois, os livros ainda são contestados, sobretudo por vivermos em um período pelo qual a tecnologia fornece conhecimento ilimitado, fragmentados, e a poucos segundos. Além disso, se naquele contexto o livro foi questionado, hoje, o livre acesso à informação promovido pela internet tornou obsoleto o uso de jornais impressos, exigindo das editoras uma adaptação de seu conteúdo para o meio digital e, devido a isso, uma acirrada competição entre a grande imprensa e a imprensa independente.

No segundo número desse mesmo jornal, os estudantes publicaram dois artigos em que aproximaram instrução, imprensa e moral. No primeiro, o autor S. questionou:

Qual a sublime these que discute no século 19, o mundo civilizado ?
 Qual o grande conquistador que tem a especativa da humanidade suspensa de seu gladio ?
 Qual a idéa que aproxima entre si as diversas classes da sociedade tendendo a fundil-as em uma única e indivisível?
 A instrucção, sem duvida!

É ella que floresce entre as ruínas dos antigos impérios e entre as edificações dos novos (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 2).

S. abriu o artigo apontando a instrução como a tese do século XIX, do mundo civilizado e a colocou como instrumento que aproximava as diversas classes da sociedade, fundindo as classes em uma única, isto é, tornando todos iguais, sem distinções. Em seguida, pontuou que essa instrução, que unificava os povos, foi monopolizada, mas, no século XVI, “[...] nasceo um agente que devia eleval-a para servir as nações de fanal fazendo assim desaparecer a noute que pezava sobre os povos” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 2). Esse agente, segundo os escritores, era a imprensa. A imprensa foi reconhecida como a responsável por elevar a instrução a serviço das nações. Após unir instrução e imprensa, apresentou a moral religiosa como terceiro elemento.

Já havia quatorze séculos que o Filho do Carpinteiro salvara a humanidade de um eminente naufrágio, com suas sublimes doutrinas, preferindo o pobre ao rico, o fraco ao forte, o escravo ao senhor.

Mas a religião por elle fundada foi pouco a pouco sendo corrigida e augmentada por homens incapazes de cumprir os seus divinos preceitos: e passando do estado de pureza de crenças ao de impureza, do de adoração ao de fanatismo, corriam desenfreados em bachanal horrível. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 3).

Tendo sido corrompida, narrou, na sequência, que a imprensa cumpriu o papel de resgatar as doutrinas religiosas. Para os estudantes, a imprensa foi responsável por resgatar e divulgar a moral religiosa que fora corrompida. Tratava-se assim, de uma imprensa moralizada. Reforçou o autor que apesar da obstinação da Igreja Católica em querer fazer com que a verdade fosse conhecida apenas por eles, a imprensa “derramou-a pouco a pouco por todas as classes da sociedade” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 3). Ela retirou, portanto, os conhecimentos das mãos de alguns, abrangendo, então, todas as classes. Reafirmaram essa noção ao final do artigo:

Foi pois ella que illuminou a humanada com seus benéficos raios como o sol illumina o mundo.

E' a ella, finalmente, que devemos todos os benefícios que hoje gozamos, pois que desmoronando a montanha da superstição, darramou a instrucção por todas as camadas sociaes, merecendo o titulo de nova Redempção. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 3).

Assim, um dos grandes benefícios da imprensa foi socializar a moral religiosa, que civilizava a todas as classes sem distinção. O autor defendeu a necessidade de que os

preceitos e virtudes morais não fossem monopolizados, mas estendido a todos, já que urgia que todas as classes fossem moralmente educadas para atuar na sociedade e formar uma nação civilizada.

Seguindo a mesma abordagem, o autor “B.” publicou um artigo no número 9 do jornal *Revista Juvenil*, sob o título de “A imprensa”. Na primeira frase do artigo, evidenciou a importância da imprensa para a instrução: “A imprensa, essa maravilhosa invenção, sublime descoberta, incomparável achado, que tanto celebrizou seu inventor,— o immortal Guttemberg, tem sido e continuará a ser um dos mais preciosos auxiliares da instrução”. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 9, p. 2). Para comprovar essa assertiva, pontuou alguns dos seus benefícios:

É da imprensa que dimana a instrucción, porque é d'ella que nos vem o jornal e o livro,— filhos dilectos das lettras, apóstolos da sciencia, creados e destinados a propagar o saber e a diffundir a luz por sobre a humanidade. Arma nobre e honrosa, garantia e defesa dos nossos direitos, vehiculo pelo qual transmittimos aos outros nossas idéias e pensamentos, arena onde essas mesmas idéias são submettidas ao escapello da critica,— é a imprensa uma eschola, onde aprende o discípulo e o mestre, o grande e o pequeno, o nobre e o plebeu, o sábio e o indouto, porque a imprensa é a a eschola universal. Inimiga irreconciliável das trevas, que ante ella fogem espavoridas, denunciante do crime, terror do tyranno,—é ella o foco de luz, a sede da sapiência, o leito da verdade, a tribuna do povo, o verbo da liberdade. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 9, p. 2)

Desse trecho, destaca-se a assertiva que de que a imprensa era uma escola, onde todos podiam aprender, sem distinção de classes. Por esse motivo, a chamaram de escola universal, onde ricos e pobres tinham licença para instruir-se. É possível notar, a partir dos dois artigos que descrevemos, a defesa dos estudantes maranhenses da disseminação da educação para todos, o que repercutia o discurso que se iniciava no período acerca da necessidade de se educar a todos, não apenas uma parcela da população. Apesar de defenderem a imprensa como meio de instruir a todos, é necessário problematizar essa afirmação, e considerar as limitações quanto ao alcance da imprensa naquele contexto, já que somente poderia ler aquele que dominasse o código escrito, excluindo, dessa forma, os analfabetos. Por isso, mesmo que fosse uma ferramenta que poderia garantir uma instrução em massa, tinha seus limites, já que nem todos poderiam ler naquele momento.

Dessa forma, o acesso à imprensa era restrito, pois o acesso à educação também era. A Reforma de Couto Ferraz (1854), por exemplo, proibia o escravo de frequentar a escola, o que balizava seu acesso aos meios de informação escrita, como a imprensa. Os analfabetos

acabavam por informar-se com aquilo que lhes chegassem oralmente. Importante relembrar que o alto índice de analfabetismo no país. Conforme evidenciamos, Fausto (2015) aponta que a taxa de analfabetos era de, aproximadamente, 85% da população brasileira. Ferraro e Kreidlow (2004) reiteram os dados, especificando que na ocasião do primeiro Censo brasileiro, de 1872, a taxa de analfabetos era de 82,3% para as pessoas de 5 anos ou mais, e, no Censo de 1890, já no regime republicano, a taxa manteve-se inalterada, com 82,6% da população analfabeta. Diante desses números, se evidencia que uma pequena parcela da população tinha autonomia na leitura de periódicos.

Após essas considerações sobre imprensa e instrução, o autor alertou seus leitores para o tipo de imprensa com o qual referia-se:

Agora que, embora em toscas palavras, procuramos mostrar as vantagens da imprensa, é necessário declararmos a que qualidade de imprensa alludimos. A imprensa, de que fallamos, é aquella que merece a acceitação de todo o homem de bem; é a imprensa illustrada, seria e livre, porem moralisada. A essa outra espécie de imprensa, filha abjecta da immoralidade e da licença, onde a infâmia, o crime e a deshonra acham asylo seguro; á essa onde a honra do mais honesto cidadão é vilmente enxovalhada; á essa que dá abrigo a víboras venenosas, cuja peçonha procura macular a virtude e os caracteres mais íntegros e respeitados; á essa onde o santuario das famílias é nivelado ao lodaçal impuro da prostituição e da vergonha; á essa cuja linguagem imunda faz corar e é repellida pelos homens de critério: a essa imprensa, finalmente, á que Guttemberg, si ainda existisse, lançaria a maldição:—á essa não nos referimos, porque a essa nem ao menos concedemos o nosso despreso. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 9, p. 2).

A censura a uma imprensa imoral sublinha o entendimento dos estudantes de que a imprensa, por ser um meio de comunicação para todos, deveria cumprir a função de educar moralmente a população. Enquanto ferramenta educativa, era seu dever transmitir boas condutas e virtudes morais adequadas aquele contexto. A moralização da sociedade via imprensa foi um dos recursos utilizados no período para homogeneizar padrões e comportamentos sociais, com vistas a formação de uma sociedade brasileira que fosse civilizada. Atendendo a essa tendência, os preceitos morais foram amplamente difundidos nos jornais estudantis.

No jornal de número 4, em “Ensaio litterarios”, Aireper colocou a imprensa como aquela que guardava a história das descobertas humanas, ilustrando-a como uma “Arca, em cujo seio, fiel deposito, se conservam intactas essas descobertas admiraveis, pujantes trabalhos, que Colombos da sciencia, como legado, deixam á posteridade.” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 4, p. 1). Entendia, pois, a imprensa como suporte para a história. Então,

apontou a função da imprensa junto aos jovens: “Entre jovens, finalmente, quando sopitam no indiferentismo – a imprensa é o echo do despertar – o mais solemne protesto contra a letargia, que embotando o espirito, amesquinha o corpo.” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 4, p. 1).

Um ponto importante destacado pelo autor foi a atuação da imprensa em prol dos direitos sociais dos oprimidos, pois, segundo ele, no momento das ebulições sociais e dos desvarios dos homens, “quando mesmo corra em jôrrro o sangue das nações – a imprensa, qual vigilante atalaia, patenteia-se com o cunho sempre constante de supremacia á salvagardar e fazer respeitar – direitos, garantias e a liberdade dos oprimidos” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 4, p. 2). Além disso, complementou que a imprensa restituía o equilíbrio social das nações, estigmatizava os tiranos, confundia os espíritos fracos e punia os inimigos da propaganda civilizadora,

Dada a importância da imprensa nos mais diversos âmbitos, finalizou o artigo incentivando os colegas na tarefa de produção e publicação de periódicos:

Eia, pois, jovens redactores, continuae na obra que começastes e confiae no futuro.

Si hoje no Brazil a imprensa ainda não attingio o gráo de circulação que era de esperar, especialmente o jornalismo litterario e scientifico, para o futuro, por certo, tel-o-hemos, atenta a atitude que já vae tomando a geração actual, em face do momento politico-religioso, que se agita no império.

Haja completa reacção de ideias, e a nossa única arma seja a imprensa! (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 4, p. 2).

Após apresentarmos as considerações dos estudantes acerca da imprensa como espaço privilegiado para expressão do pensamento estudantil e para instrução, na sequência, discutimos os artigos cuja temática central era a instrução. A leitura dos periódicos do Maranhão nos permitiu eleger algumas acepções temáticas, isto é, classificar os temas recorrentes⁴⁷ nos textos de caráter instrutivo: 1) textos sobre a instrução, razão e ciência; 2) textos críticos sobre a instrução; 3) textos para a educação moral.

É bom frisar que em um mesmo artigo, por exemplo, discorriam sobre a instrução, criticavam as ações políticas educacionais e davam conselhos morais aos seus leitores. Os artigos foram agrupados de acordo com a temática que mais se evidenciava em cada um dos

⁴⁷ Uma questão crucial acerca da classificação por acepções temáticas é que esse procedimento foi uma forma encontrada para melhor compreender o jornal e suas principais temáticas no momento da investigação. Foi, portanto, uma escolha metodológica para orientar a investigação, produção e melhor socialização da pesquisa. Isso não significa, porém, que os temas foram separados em unidades temáticas pelos estudantes no momento da elaboração dos periódicos.

textos, ou seja, de acordo com objeto principal do artigo. Em outras palavras, um artigo foi classificado de acordo com o seu objeto principal.

Para situar o leitor em cada uma das temáticas sobre a instrução encontradas nos dois jornais do Maranhão, descrevemos sucintamente a característica fundamental de cada uma delas. Os textos sobre instrução, razão e ciência são aqueles que debatiam a instrução em si, seja apontando a importância da instrução, da ciência e da razão, atuando em sua defesa, seja tratando de assuntos ligados a ela, como o ensino, a criação de instituições educativas, notícias sobre a instrução, etc. Os textos críticos tinham, geralmente, teor político e demonstram o engajamento estudantil com a causa da educação, pois apresentavam denúncias acerca dos pontos de insatisfação e reivindicavam direitos. Por fim, os textos de educação moral, ensinavam valores e condutas morais, incluindo os religiosos.

O quadro a seguir tem a intenção de ajudar a mensurar a recorrência dos temas sobre a instrução:

Quadro 8 - Principais temas abordados nos jornais maranhenses por edição

JORNAL	Nº DA EDIÇÃO	INSTRUÇÃO	CRÍTICOS	MORAL
A MOCIDADE	1 01/08/1875			
	2 10/08/1875			
	3 20/08/1875			
	4 01/09/1875			
	5 11/09/1875			
	6 20/09/1875			
	7 01/10/1875			
	8 10/10/1875		2	
	9 21/10/1875			
	10 01/11/1875			
	11 10/11/1875			
	12 20/11/1875			
	13 01/12/1875			
	14 10/12/1875			

	15 20/12/1875			
	16 01/01/1876			
	17 11/01/1876			
	18 23/01/1876			
	19 03/02/1876			
	20 11/02/1876			
	21 20/02/1876			
	22 10/03/1876			
	23 21/03/1876			2
	24 16/04/1876			
	25 01/05/1876			
	26 14/05/1876			
	27 21/05/1876			
	28 06/06/1876			2
	29 24/06/1876			
REVISTA JUVENIL	1 10/08/1876		2	2
	2 20/08/1876			
	3 04/11/1876			
	4 16/12/1876		2	
	5 08/01/1877			
	6 28/01/1877		2	
	7 13/03/1877			
	8 02/04/1877			
	9 17/04/1877		2	
	10 29/04/1877			
	11	3 ⁴⁸		

⁴⁸ Esses números representam quantos textos sobre o tema foram publicados em uma mesma edição. Aqui, por exemplo, foram publicados três textos cuja centralidade era a instrução.

	23/05/1877				
	12	3			
	22/06/1877				
Total de artigos analisados por tema		23	21	17	61

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio do quadro é possível identificar em quais números dos jornais maranhenses os artigos com os temas mais recorrentes foram publicados. Os espaços pintados representam um texto. Aqueles espaços pintados que possuem números dentro representam quantos textos sobre o tema foram publicados em uma mesma edição. Ao final, destacamos o total de textos sobre cada tema, e sua porcentagem.

É possível visualizar, dessa maneira, as interrupções e os momentos em que ocorreram uma maior concentração de textos sobre um tema. Os textos de caráter instrutivos tiveram certa regularidade de publicação nos periódicos, com duas interrupções: a primeira do número 22 ao 28 do jornal *A Mocidade*, e a segunda com do número 4 ao 9 do jornal *Revista Juvenil*. Os textos críticos começaram a ser publicados a partir do 8º número do jornal *A Mocidade*, e, então, continuaram a ser publicados com regularidade. Por fim, textos sobre a moral foram publicados eminentemente do 23º número do *A Mocidade* até o 11º número do *Revista Juvenil*, indicando que a consolidação do tema ocorreu a partir do final do primeiro jornal.

Outro ponto que o quadro nos evidencia foi o número de artigos encontrados nos jornais sobre cada tema. Dos 61 artigos classificados por temas, 23 discorriam sobre temas afins à instrução; 21 textos eram críticos acerca da instrução; 17 artigos debatiam a moral ou eram moralizantes, isto é, para a educação moral. Assim, o tema de maior recorrência foi a instrução, seguido dos textos críticos, e, então, dos morais. Na sequência, apresentamos a análise dos 61 artigos analisados nos jornais maranhenses.

3.2.2.1.1. “[...] porque basta para ver as vantagens da educação a respeito das sciencias, e das artes, considerar sò a differença que ella põe não só entre homens, e homens, mas entre nação e nações”: A instrução em foco

Os textos sobre a instrução, a razão e a ciência, são os primeiros a serem apresentados. É válido frisar que nesses jornais, mesmo os textos que discorriam sobre outros temas, acabavam por tocar na instrução paralelamente. Tendo em vista que o intuito dos jornais estudantis era o de “instruir-se a si mesmos”, o objetivo fundamental dos jornais era a instrução, a disseminação das luzes da razão e da ciência, o que fazia deles eminentemente

instrutivos. Nota-se, no decorrer de todos os números, uma constante reafirmação da importância da instrução, por vezes, até de maneira romantizada. Essa repetição, que poderá ser observada na leitura de cada texto ou artigo aqui apresentado, soava como uma intenção consciente de convencer os leitores do fundamental valor da instrução.

O quadro abaixo foi construído para que o leitor dessa tese visualize o número, a data, e o título dos artigos em que a instrução foi discutida:

Quadro 9 - Artigos ou trechos em que a instrução foi abordada nos jornais maranhenses A Mocidade e Revista Juvenil.

<i>A mocidade</i>	
Número	Artigo ou trecho em que foi apresentado
1 01/08/1875	“A perfectibilidade humana”
2 10/08/1875	“A perfectibilidade humana”
4 01/09/1875	“A perfectibilidade humana”
6 20/09/1875	“A perfectibilidade humana”
7 01/10/1875	“A perfectibilidade humana”
8 10/10/1875	“Sciencia”
10 01/11/1875	“A perfectibilidade humana”
12 20/11/1875	“A imperfectibilidade humana”
13 01/12/1875	Artigo de introdução do jornal
14 10/12/1875	“A imperfectibilidade humana”
15 20/12/1875	“Originalidades”
17 11/01/1876	“A imperfectibilidade humana”
19 03/02/1876	“A imperfectibilidade humana”
21 20/02/1876	Trecho na seção “Columna Telegraphica”
29 24/06/1876	“As vantagens da educação litteraria”
<i>Revista Juvenil</i>	
Número	Artigo ou trecho em que foi apresentado
3 04/11/1876	Trecho da seção “Rabiscas”
10 29/04/1877	“A perfectibilidade humana”
11 23/05/1877	“THESE. – Sobre a apparencia e movimento dos «cometas» dissertada pelo sócio José G. dos Reis, e

	discutida na sessão de 26 de Abril de 1877. – Offerecida ao seu amigo Domingos Pedro dos Santos”
	Trecho da seção “Factos e Boatos”
	“Instrucção”
12 22/06/1877	“THESE. – Sobre a apparencia e movimento dos «cometas» dissertada pelo sócio José G. dos Reis, e discutida na sessão de 26 de Abril de 1877. – Offerecida ao seu amigo Domingos Pedro dos Santos” - Continuação
	“Discurso proferido pelo relador da sociedade União Juvenil, na sessão solemne da Recreação Litteraria”
	“A perfectibilidade humana”

Fonte: Elaborado pela autora.

Iniciamos por uma série de artigos intitulados “A perfectibilidade humana”⁴⁹ e “A imperfectibilidade humana” publicados no jornal *A Mocidade*, que deu enfoque ao homem e a ciência. O primeiro, com o nome “A perfectibilidade humana”, publicado nos números 1, 2, 4, 6, 7 e 10, foi assinado por “S.” O segundo, assinado por Nemo, foi publicado nos artigos 12, 14, 17 e 19. Esses artigos eram um verdadeiro culto ao homem, defendendo sua superioridade com relação a outros seres, e a ciência, criada pelo homem e transmitida de geração em geração, que levava o homem a um constante processo de evolução, mas também, de involução. “A perfectibilidade humana” voltou a ser publicado no jornal *Revista Juvenil*, nos números 10 e 12.

Nesses textos, os alunos buscaram mostrar que o homem, por ser dotado de inteligência, era superior aos outros seres vivos da terra. Diante desse argumento, o autor, que defendia a perfectibilidade humana, mostrou que o homem, aplicando sua inteligência, foi dominando a natureza que o cercava, observando seus fenômenos, e criando a ciência, que, passada de geração em geração pelos processos de instrução, operou uma verdadeira evolução da espécie humana. Inclusive argumentou as mudanças humanas no que tangia sua configuração física decorrente desse processo: ele deixou de ser um primata, que, por ser desprotegido, era forte para lutar, tinha pelos para se esquentar, e quatro patas para correr mais rapidamente, mas que, ao empregar seus conhecimentos e utilizar a razão, não mais necessitava ter aquela estrutura física, pois criou sua moradia, meios de se proteger, armas para lutar e instrumentos de trabalho. Isso significa, que para ele, o homem tornava-se eternamente perfectível, pois, utilizando essa inteligência, conseguiria superar os obstáculos impostos, evoluindo sempre.

⁴⁹ A questão da perfectibilidade humana foi objeto de autores como Rousseau (1712-1778), Kant (1724-1804) e Condorcet (1743-1794).

Por outro lado, um autor que, ao contrário, defendia que o homem era imperfectível, mostrou que ao dominar a natureza, observar os fenômenos, criar a ciência e dela evoluir constantemente, fez com que o homem deixasse de ser um sujeito grande em sua configuração física, forte a ponto de enfrentar grandes feras, e inteligente, para tornar-se um sujeito pequeno e fraco, que dependia das máquinas então criadas para sobreviver. Assim, pelo declínio da configuração física do homem, entendia que esse era imperfectível, já que, ao invés de evoluir, involuiu. O quadro 9 mostra uma síntese das discussões desses textos:

Quadro 10 - Principais pontos dos artigos “A perfectibilidade humana”, de S., e “A imperfectibilidade humana”, de Nemo.

A perfectibilidade humana, assinado por S.	A imperfectibilidade humana, assinado por Nemo.
<ul style="list-style-type: none"> • O homem foi levado das luzes às trevas pelo “gênio do mal”; • Atribui o erro (de sair da luz para as trevas) ao espírito (que é ativo) e não a matéria (que é passiva); • O homem se reconhece superior aos outros seres e, por isso, se esforça para alcançar seus desejos; • O desejo de dominar aquilo que lhe cercava foi prescrito pela “Providência”, e, por isso, era uma lei. Então, esse desejo era inato, inerente e essencial ao homem; • Essa lei, porém, não era um óbice a sua liberdade, já que o homem podia escolher ou não em dominar aquilo que o cercava; • O homem estava sempre em marcha constante e ascendente. Se o indivíduo estava, a nação, por sua vez, também estava; • Marcar um termo a perfectibilidade humana é traçar um limite à sua perfeição, premissa oposta a ideia de “eterna ascensão”; • A verdade, a virtude, a moral e o progresso sempre vencem a imoralidade e o materialismo. Portanto, posiciona-se a favor do espírito, da verdade e da virtude e contra o materialismo; • A verdade não pode existir sem o erro, bem como a luz sem as trevas para que se precisem as raias dentro das quais cada um deve girar; • A Escolástica, isto é, a Igreja, dominou os conhecimentos e, por isso, tornou o espírito coacto e endurecido. A imprensa, 	<ul style="list-style-type: none"> • O planeta passou por inúmeras mutações, por milhares de anos, que o tornou apto a abrigar seres vivos, como animais e, por isso, homens que viviam nas mesmas condições que esses animais; • O ser humano era um animal inteiramente diferentes dos outros e dotado de inteligência. Para tanto, no mundo zoológico, o homem ocupa grau superior; • As explicações da origem humana são fictícias e conjecturais. No que tangia essas explicações, a filosofia e a ciências expunham a verdade, e a religião, com ficções e alegorias, que serviam para dominar a humanidade; • O homem privado de razão acredita cegamente em “mistérios”, muitos expostos pela religião; • Não há entre homem e macaco nenhuma afinidade de aptidão, de inteligência e de organismo. O homem é dotado de razão e essa é a principal distinção entre eles. Por isso, rejeita a filiação simiana do homem; • Defende que a origem do homem é data no período terciário; • O organismo depende da maneira de atuar do espírito e há uma influência do corpo no espírito. Porém, era necessária uma demonstração da maneira como se achavam ligados ao ser material ao imaterial, e do primeiro ter influência sobre o segundo. Porém, qualquer que seja o sistema seguido (espiritualista ou materialista,) só pelo estudo do organismo humano se pode aquilatar o desenvolvimento do seu intelecto.

<p>todavia, transmitia, fixava e perpetuava os conhecimentos aos pósteros, democratizando os conhecimentos a todas as classes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O espírito sempre se aperfeiçoa e sua marcha é sempre ascendente. Por isso, ele é perfectível. 	<ul style="list-style-type: none"> • As teorias são alavancas que erguem os materiais científicos. Porém, sem uma base sólida, não há onde a alavanca firmar-se. As provas tornam a base da ciência mais sólida. • O homem primitivo, tanto do terciário quanto do quaternário, era superior ao seu contemporâneo, física e intelectualmente, devido a necessidade de sobreviver às contingências (como o enfrentamento de animais grandes, a oscilação das temperaturas) e suprir suas necessidades básicas. Isso atenta a imperfectibilidade humana, pois o homem decaiu com os passar dos anos; • O homem primitivo não era instintivo, já que precisava ser dotado de poderosa inteligências para dominar a natureza hostil de sua época.
---	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A partir do quadro, constatamos que o que se assemelha entre os dois textos é que o homem foi o objeto central dos textos, colocado em primeiro plano, isto é, um plano de superioridade com relação aos demais seres do planeta. Esse homem foi apresentado como distinto dos outros animais, pois dotado de inteligência, e esse era o motivo da superioridade humana. Além disso, defenderam a inteligência, da razão e do conhecimento, e da transmissão do conhecimento de geração em geração por meio da instrução, como responsáveis pelo processo tanto de perfectibilidade como de imperfectibilidade do homem.

Nos demais aspectos, porém, os textos se distanciaram, a iniciar pela vertente como cada um apresenta a história dos primórdios do mundo e da humanidade. Em “A perfectibilidade humana”, os fatos históricos (origem da terra e do homem) foram narrados com base nos preceitos religiosos. Como exemplo, entendiam que o “gênio do mal” levou o homem a pecar e que a “providência” prescreveu no homem o desejo de dominar aquilo que o cercava. Em “A imperfectibilidade humana”, todas as explicações, seja das mutações do planeta, seja da origem do homem, tinham embasamento científico. Inclusive, teceram crítica a forma como a igreja abordava esses fatos históricos, indicando que eram antepostas a razão e serviam para dominar a humanidade.

Em ambos os textos, os autores enfatizaram o uso da razão, do conhecimento e da ciência para o processo de evolução/involução humana. No entanto, em “A perfectibilidade humana”, o desejo de dominar o que lhe cercava foi algo cedido por Deus para o homem, e, por isso, era inato ao sujeito. Dessa forma, a evolução/ascensão humana era uma lei e os

conhecimentos científicos desenvolvidos pelo homem ocorreram em decorrência dessa lei. A abordagem do texto “A Imperfectibilidade Humana” foi diferente, pois o desenvolvimento da ciência para domínio da natureza aconteceu devido a uma necessidade histórica, de subsistência e sobrevivência do homem primitivo. Portanto, não era inato ao homem, mas foi desenvolvido em decorrências de suas necessidades físicas e sociais.

A discussão sobre a perfectibilidade ou imperfectibilidade humana voltou a ser debatida no jornal *Revista Juvenil*. Sob o título de “A perfectibilidade humana”, assinado por Demo, foi publicado no número 11, finalizado no número 12. O texto aproximou-se, no que tange os argumentos, ao artigo de mesmo título publicado jornal *A Mocidade*. Nesse, o autor, que defendia que o homem era perfectível, iniciou argumentando que a perfectibilidade humana foi grandemente discutida e considerada verdadeira pelos vultos da História das letras e que negar a essa perfectibilidade era “[...] negar o progresso, é negar os direitos da synthese da criação, é negar o desenvolvimento da espécie humana; por que é rebaixar o homem hodierno, degradal-o, collocal-o emfim revel com os outros animaes!” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 11, p. 2).

Na mesma linha dos artigos supracitados, no oitavo número do *A Mocidade*, os redatores publicaram um artigo intitulado “Sciencia”, em que F., autor do texto, apregoava o valor da ciência, considerando-a como meio de atingir o progresso. Iniciou enaltecendo a ciência e dando um conselho aos seus leitores:

A sciencia, «esse guia que, como disse d'Aguesseau, tão fiel como ligeiro conduz o homem de paiz a paiz, de reino a reino; que lhe descobre as suas leis, costumes, religião e governo; que fal-o voltar —carregado dos despojos do Oriente e do Occidente; e que juntando as riquezas estrangeiras á seus próprios tesouros parece ter-lhe ensinado tornar tibutarias de sua doutrina todas as nações da terra,» a sciencia, dizemos, deve ser o único alvo do homem, deve ser o thesouro por elle ambicionado, a ventura que elle deve gosar no mundo durante o seu passageiro existir sobre a terra. Mas infelizmente assim não ê! (A MOCIDADE, 1875, n. 8, p. 1).

A ciência foi colocada como um guia que conduzia o homem e o fazia acumular riquezas. Esse autor fez uso de certos termos que ligavam ciência a uma fortuna. Diante disso, deveria ser o único alvo do homem. Ao final do trecho, fez a constatação de que essa ciência da qual defendiam não era almejada pelo homem. Para ele, ela era “[...] despresada, e o homem, louco, só corre atrás dos prazeres, dos gozos mundanos, desses vis seductores do seu espirito, desses ruins detractores de seus bons sentimentos. Poucos são os que fazem o contrário!” (A MOCIDADE, 1875, n. 8, p. 1). Ficou entendido que o progresso, sobretudo o

econômico, estava condicionado a busca pela ciência e que o atraso acontecia em decorrência do não cultivo da ciência.

Para exemplificar esse entendimento, F. apresentou a situação de alguns países:

- Como foi que a França conseguiu gozar de renome de uma das primeiras nações Europeas?
 Como é que também o gozão a Inglaterra, Hollanda, Hespanha, e outras nações?
 Como é que os Estados Unidos gozão do alto epitheto de primeira nação das Americas?
 E' porque os seus filhos buscão e prezão a sciencia; porque elles considerão que é esse o único e inexaurível tesouro do homem, o único intermediário das outras felecidades.
 E' que elles conhecem que obtido esse, tudo o mais é fácil; para nada há obtaculos!
 E' que elles considerão que aquelle que consegue trihar a verdadeira senda da sciencia, com a máxima facilidade consegue trilhar outras, que, antes de ser trilhada aquella, parecião difficeis! (A MOCIDADE, 1875, n. 8, p. 1)

Nesse trecho, o autor responsabilizou às ciências pelo desenvolvimento e progresso de alguns países, como a França, Inglaterra e os Estados Unidos. O status de “primeira nação” foi conquistado pelos países que priorizaram a ciência, que a consideravam como tesouro e meio para alcançar a felicidade, pois ela livrava de obstáculo e facilitava os meios para trilhar caminhos antes considerados penosos. Segundo ele, o benefício trazido pelo cultivo da ciência não era apenas individual, mas era coletivo, pois era para toda a nação: “Esse bem, esses conhecimentos que o homem adquire, não revertem propriamente só em seu benefício, revertem também em benefício de seu paiz natal, porque sendo á elle ligado por esse santo laço que se chama – amor de pátria -, por elle se esforça, e se interessa!!” (A MOCIDADE, 1875, n. 8, p. 1).

O texto reproduzia um discurso repetido com veemência naquele contexto: a ideia de que a ciência era a responsável pelo progresso da nação e esse “progresso” era, primordialmente, o progresso econômico. Em nome de um “amor à pátria”, o autor buscou convencer seus leitores de que cultivar a ciência era agir pela pátria e agir em favor dela era onde residia o verdadeiro prazer. O teor patriótico esteve presente nesse artigo foi utilizado para incentivar os jovens, que eram o futuro na nação, ao cultivo da ciência, que, em contrapartida, promoveria o progresso (econômico, dentro outros) da nação e uma posição em meio as nações capitalistas.

No número 13 do jornal *A Mocidade*, o autor N. discutiu questões relacionadas ao ensino, especificamente sobre vocabulário científico. No início do texto, evidenciou que

progredir em matéria de instrução era “caminhar para o desenvolvimento completo da intelligencia humana. Sendo a vida do homem limitada, é necessário que esse desenvolvimento seja rápido para que possa atingir ao fim que se propõe” (A MOCIDADE, 1875, n. 13, p. 1). Devido a isso, quanto antes a criança começasse a se instruir, melhor. Para ele, era na infância que deveria começar seu desenvolvimento, pois a infância era o período que a espécie humana estava mais apta para se instruir. Diante disso, a medida em que se desenvolvesse fisicamente, também deveria instruir o intelecto.

Então, questionou-se: “Como poderá porém o infante instruir-se?” (A MOCIDADE, 1875, n. 13, p. 1). Para ele, seria por meio do conhecimento prévio da língua científica, pois a “difficiencia do vocabulario pratico, é o maior obstáculo com que lutam aquelles que se entregam ao estudo” (A MOCIDADE, 1875, n. 13, p. 1). Na leitura das obras científicas, os estudantes encontravam vocábulos que desconheciam, pois dominavam apenas o vocabulário para compreender seus semelhantes nos atos triviais da vida. Dessa maneira, entendia que esse era esse o motivo que tornava as ciências áridas, pois, no ato de estudar, teriam dois trabalhos:

Redigidos os tratados scientificos em linguagem inteiramente differente da vulgar, abundando nelles os termos technicos da materia de que se occupam, o estudante, que poucos vocábulos maneja da sua língua, tem de ter dois trabalhos: o primeiro, de estudar as palavras em que se acha concebido o tratado, e segundo, de estudar o próprio tratado. Dois trabalhos em vez de um; duas tarefas para elle espinhosas, sobretudo a primeira. D’aqui resulta um immenso mal, o de uma grande perda de tempo, que impossibilita o homem de attingir ao ponto de desenvolvimento a que podia chegar, senão tivesse de lutar com esta difficuldade. (A MOCIDADE, 1875, n. 13, p. 1).

O desconhecimento do vocabulário científico era, portanto, para esse autor, a causa que impossibilitava o homem de atingir o ponto de desenvolvimento a que podia chegar, pois o aluno teria que dividir o tempo entre estudar o conteúdo e conhecer o vocabulário científico. A partir dessa constatação, apresentou uma solução para o problema: desde a infância, se o homem se habituasse a reter metodicamente um grande número de palavras, oferecendo-lhe um vocabulário extenso, parte dessa dificuldade seria vencida. Assim, um vocabulário extenso “[...] dar-lhe-há noções assaz solidas sobre varias matérias, e d’aqui resultará necessariamente uma grande economia de tempo” (A MOCIDADE, 1875, n. 13, p. 1).

A ideia de apresentar desde a infância os vocabulários científicos foi observada na educação norte-americana, conforme apontou no exemplo:

Como fazer, porem, para que o infante retenha essas palavras e as suas significações? Eis o que nos ensinam os Estados-Unidos, nação em que o desenvolvimento physico é sempre acompanhado do intellectual. Ali servem-se até dos brinquedos infantis como meio de levar ás crianças a instrucção. Ora lhes dão um pequeno navio de que lhe ensinam o nome segundo o seu aparelho, aparelho de cujas partes tambem lhes ensinam os nomes, ora lhes offertam um pequeno modelo de locomotiva. Assim vão pouco a pouco iniciando as na navegação, e nus mysterios do vapor, da electricidade, e de todas as descobertas da sciencia, servindo-se para este fim de meios análogos aquelles de que acima fallamos. Nas horas de ócio, os pais descem em companhia dos filhos aos seus jardins e vergeis, e fazem-lhes conhecer as denominações das plantas, dando-lhes assim um prévio conhecimento de botânica. Passeando nas praças e ruas, fazendo-lhes aprender os termos technicos da architectura civil, e brincando nos lagos o rios a compreender os da naval. Finalmente, até na hora da refeição, lhes dão o conhecimento das letras do alphabeto pintadas ou gravadas nas bordas dos pratos, fazendo com que os infantes já levem para a escola o conhecimento d'esses caracteres graphics. E' assim que se começa a instruir a mocidade nessa republica modelo que se intitula – Estados-Unidos da America. (A MOCIDADE, 1875, n. 13, p. 1).

Destacamos dois pontos desse trecho: o primeiro foi a defesa do modelo americano de educação, e o segundo foram as características descritas desse modelo pelo estudante. Acerca do primeiro ponto, explicou o autor os primeiros colonizadores foram homens que levaram para lá um grande cabedal de instrução, indivíduos que fugiam ás perseguições religiosas e que procuraram numa nova e fértil região sossego e tranquilidade que lhes negavam as discórdias em que se achava na Europa.

Apontou o resultado desse caminho adotado no país: “desenvolvendo-se, formou esse povo civilizado, cuja cultura de linguagem é até tradicional, e que, rivalizando com as nações mais adiantadas da Europa, chega até a excedel-as no que diz respeito ao derramamento de luzes, á forma de governo, e á indústria” (A MOCIDADE, 1875, n. 13, p. 2). Para o escritor, portanto, os norte americanos, no momento em que saíram da Europa, priorizaram a educação, e essa prioridade pela educação com que até excedessem a Europa em luzes, governo e indústria. Assim, a instrução era sinônimo de civilização e de desenvolvimento, sobretudo econômico.

Ao contrário da realidade norte-americana estava o Brasil, distante de chegar a um ponto tão brilhante. No entanto, tinha esperança de que “[...] imitando-os, breve poderemos auferir toda [sic] as vantagens de que gozam os habitantes desse paiz” (A MOCIDADE, 1875, n. 13, p. 2). Para isso, era necessário que todos trabalhassem em prol do derramamento da instrução. A orientação do autor era de que o modelo de educação dos Estados Unidos fosse imitado no Brasil, clamando: “[...] ó vós que dirigis a mocidade, governantes, pais, mestres e

preceptores, não descureis tão importante tarefa. [...]; fazeis todo o possível para tornar assaz rico o vocabulário pratico, [...] e concorreis immensamente para o progresso do nosso paiz” (A MOCIDADE, 1875, n. 13, p. 2).

Qual era, portanto, o modelo norte-americano observado pelo estudante que deveria ser seguido? Aqui reside o segundo ponto que destacamos. N., o autor do texto, explicou que os norte-americanos apresentavam o vocabulário às crianças em diferentes ocasiões, inclusive nos brinquedos, nas brincadeiras e nos passeios que aconteciam nos momentos de ócio. Mencionou os brinquedos, como navio e locomotiva, e como, a partir deles, introduziam os vocabulários, preceitos da navegação, do vapor, da eletricidade, e das descobertas das ciências. Nos passeios ao jardim, as praças, as ruas, aos lagos e rios os pais introduziam conhecimentos da botânica, dos termos técnicos da arquitetura civil, e, brincando nos lagos e rios, ensinavam-lhe os termos navais. Por fim, até nas refeições, com pratos pintados com letras do alfabeto, as crianças já teriam contato com os caracteres gráficos.

Observa-se, pelo relato desse estudante, que o ensino ocorria com base e tomando por exemplo aquilo que estava próximo às crianças e de seu cotidiano. Em todas as situações apresentadas, a criança teria um contato tátil (como com o brinquedo, e a brincadeira, e na refeição) ou visual (conhecendo as plantas, observando o que havia na rua) daquilo que seria introduzido. Dessa forma, ela observaria e experimentaria a temática ensinada. Além disso, a brincadeira e o passeio eram meios mais interessantes e divertidos para criança de aprender e, por isso, eram explorados para o aprendizado.

Esse modelo de ensino aproximava-se do método intuitivo. Analete Regina Schelbauer (2006) sintetizou as informações sobre esse método de ensino adotado no Brasil. Ela explica que esse método se generalizou na segunda metade do século XIX, em países da Europa e das Américas, como principal meio para renovar o ensino, ao lado da formação de professores. Era considerado, por educadores, como o meio mais adequado para educar as classes populares, e, devido a isso, ficou conhecido como o método do ensino popular. Sua ascensão deu-se quando o ensino escolástico entrou em declínio, dando lugar a uma pedagogia moderna.

Esse método valorizava a intuição como elemento essencial do conhecimento. A autora explica que o método se dividia em três graus. O primeiro grau era o da intuição sensível, conhecida, no primário e nos jardins de infância como lições de coisas. Consistia em ensinar as crianças a observar, pelo ver, o sentir, o tocar, o distinguir, o medir, o comparar, o nomear, para depois conhecer. Isso significa que se educava primeiro os sentidos, para depois exercê-los. A intuição intelectual, o segundo grau, consiste no desenvolvimento da

inteligência pelo raciocínio, abstração e reflexão, que ultrapassavam a intuição sensível. O terceiro grau do ensino intuitivo, chamado de intuição moral, baseava-se na educação moral e social da criança.

Nos anos finais do século XIX, ávidos por uma inovação do campo da pedagogia, os intelectuais ilustrados trouxeram esse novo saber pedagógico para a realidade brasileira, de acordo com a autora, por meio de exposições internacionais, congressos pedagógicos, relatórios oficiais sobre a instrução pública, compêndios de pedagogia e manuais de ensino. Especialmente na década de 1870, esse método começou a circular na legislação, na imprensa pedagógica e nas conferências pedagógicas brasileiras, ganhando ênfase na década de 1880. Assim, na década de 1870, as ideias decorrentes desse método estavam em circulação no país por inúmeros meios, e isso justifica o destaque conferido pelos estudantes no jornal acerca dos métodos do ensino nos Estados Unidos, o conhecimento que tinham desse método, e a defesa dele como meio mais adequado para educar.

A questão dos métodos de ensino voltou a ser discutida no final do exemplar de número 16. O cronista da sessão “Columna Telegraphica” noticiou que as alunas do “Colégio União de N. S. do Rosário”, de instrução primária e secundária, prestaram exames em dezembro e que, a convite da diretora do colégio, assistiram os exames de francês. Deu amplo destaque a figura do professor Carlos Bethencourt que, segundo o cronista, “tem na língua franceza perfeito conhecimento, a quem muito principalmente deve a Exma. Sra. D. Luna [diretora do colégio] o bom resultado obtido nos exames, que, desta língua, prestaram as suas collegiaes” (A MOCIDADE, 1876, n. 4). Então, a partir dessa constatação, expôs como esse professor ensinava:

Muito apreciamos sobretudo a especialidade da analyse, feita toda em língua franceza pelo referido lente do collegio, e por um systema inteiramente novo, em comparação a outros aqui usados, pois que a analyse gramatical era acompanhada da analyse lógica e da filológica, no interrogatório se distinguia a figura que a mesma palavra faz em syntaxe e em etymologia, e cada epitheto designativo de espécie de palavra era justificado pela razão lógica da sua etymologia particular, bem como todas as partes da oração o eram pela razão da syntaxe.

Do que presenciamos inferimos que o Sr. Carlos Bétencourt não é um desses professores que ensinam papagaialmente e fazem só o necessário para ter jus aos seus vencimentos. Pelo contrario, elle não só comprehende perfeitamente a nobre missão do mestre, como também, graças á sua illustração, escolheo um systema pelo qual o estudante pôde já saber, desde os bancos da aula, para que estuda grammatica, e adoptou um método por onde consegue fazer do alumno um verdadeiro interprete das suas palavras, de maneira que as explicações por elle dadas são facilmente comprehendidas; o que faz com que o alumno applicado habilite-se em pouca tempo n’uma língua de

construção inteiramente diversa, como aconteceu com as examinadas, que, pelo desembaraço com que respondiam e presença de espírito que mostravam, pareciam estar tão familiarizadas com a língua como com a grammatica. (A MOCIDADE, 1876, n. 16, p. 4)

Fica entendido, com esse trecho, que o professor ensinava a gramática e as palavras da língua francesa de maneira contextualizada, tanto histórica (pela filologia, que estuda na linguagem em fontes históricas escritas, e pela etimologia das palavras, isto é, a partir de sua origem), quanto dentro da própria oração (pela sintaxe, que estuda as palavras como elementos constitutivos de uma frase e as regras que dirigem a construção dessas frases). Então, declarou que esse professor, por essa maneira de ensinar, permitia ao aluno saber para que estudava a gramática. Assim, a forma como ele ensinava fazia sentido para o aluno, pois eles compreendiam **para que** estudar o que estava sendo ensinado, bem como ensinava de forma que o aluno compreendesse **o que** era ensinado. Além disso, esse professor fazia dos alunos verdadeiros intérpretes das palavras, isto é, eles conseguiam analisá-las e interpretá-las, pois tinham domínio de como fazer.

Ao considerar a realidade que os alunos viveram com esse professor, o autor do texto expressou sua opinião a respeito dos métodos de ensino da gramática. Ele acreditava que o que faltava à maior parte dos professores de gramática era, sobretudo, o método para ensinar. Aconselhava que os demais professores observassem a conduta de Carlos Bethencourt e seguissem o seu método como modelo para o ensino de gramática.

Conforme destacamos anteriormente, Haidar (1972) explicou que as reformas das duas últimas décadas do século buscaram aplicar novos métodos, que suprimiam a predominância da memorização no processo de ensino. Especialmente no campo dos estudos literários, a autora esclareceu que começaram a condenar a excessiva preocupação com a gramática e a defender métodos mais práticos para a aprendizagem das línguas estrangeiras, a exemplo de como fazia o professor daqueles estudantes, Carlos Bethencourt.

Adiante, na “Columna Telegraphica” do número 21, noticiaram que o “Chah da Pérsia” mandou traduzir a obra *Telemaco* de Fenelon para a língua de seu país, afim de ser adotado nas escolas de instrução elementar. Da mesma forma, o “Sultão da Turquia” ordenou a tradução de todas as obras de Victor Hugo. O cronista expressou a sua opinião a esse respeito:

Estes dous factos são um importante acontecimento para a civilização moderna, pois o empenho que tem aquelles soberanos em vulgarisar entre os seus subditos as obras primas dos escriptores da Europa, prova que elles já

vão reconhecendo a superioridade da instrução e instituições desta parte do mundo sobre a sua antiga civilização e praticas torpes e inveteradas. Um futuro brilhante antolha-se a humanidade e a barreira invencível que existia entre a Ásia e a Europa está a desmoronar-se. A civilização antiga confundir-se-há em uma só, e o progresso rebenterá desde o cume do Hymu laya até os confins dos Andes. (A MOCIDADE, 1876, n. 21, p. 4).

O estudante cronista classificou a atitude de traduzirem as obras de grandes nomes da literatura mundial como um grande acontecimento para a civilização moderna, pois os governantes da Pérsia e da Turquia compreenderam a instrução como superior, quando comparada as antigas práticas daquelas nações. Dessa compreensão resultaria um futuro brilhante para a humanidade e a queda da barreira que separava Ásia e Europa. Assim, a educação foi posta, novamente, como aquela que edificaria o futuro com a garantia do progresso, bem como resolveria problemas daquele “presente”. Há, na defesa das traduções literárias, uma valorização da literatura por parte do cronista, especialmente por entender que o cultivo literário é sinônimo de instrução.

Ainda sobre literatura, no jornal *A Mocidade*, o último artigo que discorreu sobre a instrução publicado foi o de Joaquim Mariano de Souza, que vivia na cidade de Caxias, no Maranhão. O artigo, compartilhado no número 29, tinha como título “As vantagens da educação literária”. O escritor desse artigo apontou quais eram as vantagens da educação, especialmente a literária. Iniciou apontando, historicamente, o período da barbárie, e, em seguida, da regeneração de uma nação após o emprego da educação literária:

A espantosa revolução franceza, obrigando a todos os povos as armas, os fez esquecer das letras, e os mesmos povos na continuação do estrondo das armas, virão de mui perto a barbaridade, e a Europa não esteve longe de ver as mesmas senas de que foi teatro desde o 5º até o 14º seculo. Neste grande intervalo, pelo desprezo, e esquecimento das letras, e das artes, se fizerão os homens bárbaros, e féras, e não começarão á perder a adquirida ferocidade, senão depois que pela fugida de um e outro sabio grego, quando os turcos se apoderarão de Constantinopla, se começou na Itália a dar a mocidade a educação littararia; e podemos assignalar nesta epocha o principio da prosperidade politica da mesma Europa. (A MOCIDADE, 1875, n. 29, p. 3).

Nesse trecho, observamos como o autor ilustrava os homens sem a instrução e com a instrução. A falta de instrução era sinônimo de barbaridade e justificava todas as atrocidades cometidas pelo homem. A partir do momento, porém, que passou a ser cultivada a instrução, houve a completa regeneração do homem e seu progresso indistinto. Assim, no intervalo de tempo da “Idade Média”, período por ele entendido como de desprezo e esquecimento das

letras e das artes, houve o predomínio da barbaridade e os homens eram como feras. Essa ferocidade só foi superada pela “fugida de um ou outro sábio grego”, isto é, pela instrução. Em seguida, o autor do texto marcou como princípio da prosperidade política da Europa o momento em que a mocidade começou a receber a educação literária.

A partir de então, elencou os progressos trazidos pela educação:

Não carece de prova o que a publica experiência confirma: porque basta para ver as vantagens da educação a respeito das sciencias, e das artes, considerar sò a differença que ella põe não só entre homens, e homens, mas entre nação e nações.

Os athenienses não occupavão um mui dilatado território na Grécia com tudo, a que ponto não chegarão, e mesmo ainda hoje se admira a sua reputação!! Levarão as sciencias a maior perfeição, e tambem levarão a própria gloria ao ultimo fastigio. Esta mesma escola de sciencias formou o aperfeçoou homens em todos os números absolutos, e excellentes. Della sahirão grandes oradores, famosos capitães, sábios legisladores, e intelligentes politicos; esta mesma fecundíssima fonte derramou vantagens sobre aquellas mesmas boas artes que parece haverem della menor dependencia. Ratificou, ennobreceo, aperfeçoou a música, a pintura, a escultura, a architettura; se nascessem todas da mesma raiz, e se nutrissem dos mesmos succos, as fez florecer todas simultaneamente Roma; fazendo-se senhora do mundo com suas victorias, se tornou admiração do mesmo mundo, e seu modello, com a estranha formusura das obras de engenho, que produzio em todos os gêneros, e com que adquiriu sobre os mesmos povos que havia subjugado a seu império uma superioridade mais attrahidora, que aqui nasce, e vem das conquistas e das armas. (A MOCIDADE, 1875, n. 29, p. 3).

A educação das ciências e das artes modificava não só homem, mas nações inteiras. A noção de que a educação transformava não apenas os indivíduos, mas uma nação inteira foi explorada pelos estudantes do *A Mocidade* anteriormente, conforme mencionamos. Athenas e Roma foram usadas como exemplos de nações de sucesso, pois formaram homens de prestígio, que levaram as nações à glória, ao contrário, porém, da África, que não aperfeçoou homens para que tivessem algum mérito. Havia, assim, uma defesa da educação individual, pois, como consequência, haveria uma mudança coletiva e a nível nacional. Todo homem deveria buscar, em primeiro lugar, a instrução e, com isso, o indivíduo cresceria, engrandeceria junto aos grandes homens das obras que estudava, imitando seu sentimento e a maneira como esses homens viviam.

Além disso, defenderam a ideia de que os homens instruídos estavam mais propensos a conquistarem os melhores empregos. Explicou que muitos queixavam-se de terem sido privados, por seus pais, de uma educação literária, acusando o descuido e a negligência de não criarem os filhos no gosto e cultura das ciências. Dessa maneira, mostrava aos leitores do

jornal que um dos benefícios dos estudos era garantir um bom emprego. Portanto, reaproximou instrução à prosperidade econômica, tanto individual, quanto coletiva.

No jornal *Revista Juvenil*, a instrução, da mesma maneira, tinha seu lugar de destaque. A ela recorriam a todo momento, defendendo sua importância e a necessidade de ser cultivada por inúmeros motivos. No entanto, boa parte dos artigos desse periódico que debatiam diretamente a instrução tinham tom de criticidade e, por isso, optamos por apresentá-los junto aos artigos críticos. Citamos, aqui, os que primavam pela instrução como objeto central.

Citamos, inicialmente, uma notícia publicada na seção “Rabiscas” (nome das crônicas desse jornal), em que mencionaram a criação de uma Biblioteca Popular:

Bibliotheca popular - No dia 19 houve sessão, eleição e posso no salão desta utilíssima instituição, ficando a nova directoria composta dos Illms. Srs. Drs. Antonio de Almeida Oliveira, Albano Lima e Padre Fonseca.

Falando em Bibliotheca, cuja necessidade ninguém póde seriamente duvidar, não posso deixar de dizer qual a impressão que tive por ocasião da sessão de 19.

A principio senti um prazer inexplicável, vendo-a concorrida exclusivamente por estudantes, á fora os directores e os Ills. Srs. padre Fonseca e conego Purificação.

Era tocante e promettedor ver-se uma pleiade de jovens esperanças da pátria: parecia que a festa era exclusivamente da mocidade, parecia... e era animador.

Mas depois reflecti e reparei que a festa era popular e portanto devia ser concorrida e abrilhantada por todas as classes, por ambos os sexos e que os Srs. paes de família deviam ser os primeiros a animar a casa onde está o pão intellectual para seus filhos.

A mocidade precisa de biblioteca e tem a melhor vontade de dar-lhe impulso e susutental-a, mas ficará só na boa vontade se não encontrar o apoio paterno.

Isto é realmente desanimador!

Ao Dr. Almeida Oliveira se deve a creação e a continuação da Bibliotheca Popular, a primeira instituição de leitura popular da província.

Honra e gratidão a elle em nome da posteridade. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 3, p. 3).

Aireper, estudante que assinou as crônicas desse número, noticiou a criação de uma biblioteca popular, a primeira da província. No jornal *A Mocidade* os estudantes já haviam citado a importância da biblioteca como local “onde o artista nas horas de descanso encontrasse o pão intellectual; e pudesse instruir-se” (*A MOCIDADE*, 1875, n. 8, p. 3). Dessa maneira, a biblioteca era, para eles, um espaço de instrução, onde se encontrava o pão intellectual.

O cronista demonstrou contentamento, pois, na inauguração dessa biblioteca popular, a mocidade se fez presente. Um ponto importante dessa crônica foi a defesa da educação

feminina. Pelo relato do cronista, a biblioteca popular era destinada a toda população, mas nem todas as classes estavam presentes, como as mulheres. Por isso, defendeu a importância do apoio paterno, para que estes permitissem a participação de seus filhos e filhas nesse estabelecimento. O apoio e incentivo a estabelecimentos de instrução popular demonstra o engajamento dos estudantes pela causa da educação para todos, emparelhando-se com o discurso em vigor naquele contexto de uma universalização do ensino.

No jornal de número 11, publicaram no jornal uma tese dissertada e discutida pelo sócio da sociedade literárias José F. dos Reis, sobre a aparência e o movimento dos cometas. Era, dessa maneira, um artigo para instrução científica de seus leitores. Além da aparência e movimento dos cometas, teses com temas variados foram defendidas, como sobre a amizade, a Revolução Tiradentes; liberdade de culto; Jesuítas; “[...] qual dos dois governos é melhor: realza ou democracia”, e “[...] se os jesuítas foram ou não de utilidade para a civilização do Brasil”. A tese sobre a amizade e sobre os cometas foram apresentados no jornal na íntegra. A tese sobre a melhor forma de governo não foi transcrita no jornal, mas essa questão foi amplamente debatida nos textos críticos, como poderá ser observado adiante. Assim como a questão sobre a melhor forma de governo, a tese dos Jesuítas não foi transcrita, mas os assuntos relacionados aos Jesuítas foram apresentados e discutidos nos artigos ligados à moral. Revolução Tiradentes e liberdade de culto foram apenas citados. Acreditamos na hipótese de que esses assuntos estavam em pauta no cotidiano dos estudantes, e, por isso, eram discutidos e levados por eles para o jornal.

Na sequência da exposição dos artigos sobre a instrução, temos o texto “Instrução”, de Corast, publicado no jornal de número 11, que apontava as vantagens da instrução. Segundo o autor, uma plêiade de homens importantes, em todos os tempos, tem falado em favor da instrução. Por isso, a defenderam:

Na verdade ella o merece.

Suas vantagens são por demais conhecidas. Quanto ao homem suas vantagens são:

Esclarece as luzes do espirito, desenvolve e alarga a intelligencia, torna-o pacifico e prohibe-o de fazer crimes. S. Paulo uma das distinctas intelligencias do christianismo, disse: abrir escolas é fechar cadeias. Faz o homem comprehendere, amar e servir melhor o Creador. Quanto as nações faz ordem, paz, prosperidade, civilisação, industria, commercio, lettras, artes, sciencias. E' amiga da civilisação e irmã da liberdade. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 11, p. 3).

É possível observar que, das vantagens citadas, o autor apontou algumas relacionadas a moralização do indivíduo, já que, para ele, a instrução tornava o indivíduo pacífico e o

proibia de fazer crimes, que amava e servia melhor o criador. Citou uma personalidade da Igreja Católica, que nos permite entrever que esse estudante acreditava que a religiosidade era o caminho à moralização do indivíduo.

Em seguida, apontou os benefícios à nação, pois faria ordem, paz, prosperidade, civilização, indústria, comércio, letras, artes, ciências. Esse autor reiterou a noção já defendida por estudantes maranhenses de que a educação do indivíduo era necessária devido às consequências que traria à nação, como as prosperidades econômicas, pela indústria e comércio, e a civilização do povo, como a ordem e a paz, o que justificava o investimento nessa área.

Por fim, citou que nos países adiantados, como França, Inglaterra, Alemanha e Itália, já brilhava com fulgor. Situando o Brasil, defendeu que “já vai caminhando a passos largos na vanguarda do progresso” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 11, p. 2), e citou, para comprovar, “brilhantes ilustrações”, como José Bonifácio. Os estudantes sempre pontuavam os países desenvolvidos como ideal e modelo a ser seguido pelo Brasil. De fato, naquele momento, em quase todas as áreas, como educação e literatura, a Europa era tomada como modelo, a ponto de produzirem, no Brasil, cópias adaptadas as condições brasileiras. O movimento do Romantismo brasileiro é um exemplo disso, pois escritores brasileiros produziam obras literárias aos moldes europeus, mas com cenário e personagens brasileiros.

Em “Factos e boatos”, as crônicas, no número 11, noticiaram uma ação em prol da educação:

Organisou-se sob os auspícios de sua exc. o sr. dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, muito digno presidente da província, uma associação protectora de famílias pobres.

Tem por fim angariar subscrições em favor d’aquelles meninos, que, por falta de meios, não podem frequentar as escolas publicas, deixando assim de receber aquella instrucção tão necessária para o futuro de sua vida. Com o produto das assignaturas, comprar-se-hão os objectos mais necessários, fatos, calçados, libros, etc.

Admiradores que somos das ideias sublimes e generosas, em nome d’esta redacção, acompanhamos os sinceros votos de todos os Maranhenses, de verem coroados do maior êxito os desejos.

Consta-nos que já se estão confeccionando os respectivos Estatutos. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 11, p. 4).

A notícia da criação de uma associação protetora de família pobres, cujo intuito era arrecadar fundos para os meninos pobres que não podiam frequentar a escola, nos evidencia, mais uma vez, a importância adquirida pela instrução no final do período imperial, pois a educação da criança pobre passou a ser pensada e necessária a ponto de se criarem

associações que auxiliassem a atingir essa finalidade. O debate e as ações em prol de uma educação para todos, inclusive dos mais pobres, era peça indispensável para a promoção de uma páis que buscava o progresso por meio da formação do trabalhador nacional e de indivíduos civilizados e moralmente educados, no momento de transição do trabalho escravo para o livre.

O último texto em que a instrução foi tocada nesse periódico foi a publicação de um discurso proferido pelo relator da sociedade União Juvenil, Guilherme Tell, em sessão solene da Recreação Literária. O que se destaca desse texto foi o discurso carregado de entusiasmo e certo ufanismo pela causa da instrução, repetindo a defesa pela instrução como nos demais artigos do jornal que exploramos até aqui. De maneira figurativa, ilustrou que colocaria ao redor de um livro e uma pena, uma aureola brilhante que os circunda e ilumina, isto é, colocando essa trindade em uma mesma luz.

Então, enalteceu a instrução:

Como a alma para o corpo, está a instrução para a intelligencia. A intelligencia qual flor espúria nascida em terra inculca onde só nasciam emaranhadas silvas, carecia da instrução que qual sábio segador fui de entre as cruas silvas arrancar mimosa florsinha.

A instrução, filha da idéia, logo depois tornou-se sua preceptora. E a instrução a mão justicosa que estabelece a igualdade entre todos os povos, entre todos os homens; a luz que devassa os esplendores dessa esfera luminosa e vae de globo em globo ensinando-nos sua estructura e a lei, a ordem que as preside; essa lâmpada de luz basta que se projecta na crypta dos abysmos e nos descobre suas negras entranhas; essas artérias electricas que são estreitos laços unindo os continentes, e por onde, circula o progresso—o sonho dourado de todas as nações: é, finalmente, a instrução esse caminho único que nos conduz a Suprema Sabedoria. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 12, p. 2).

Como em outros textos sobre a instrução, relacionou instrução à luz e a apresentou como meio de garantir a igualdade de todos os homens. Na sequência, traçando um histórico, explicou que o culto a instrução “nos foi aconselhado por Deus quando impoz ao homem o primeiro dos seus direitos – o direito do trabalho” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 12, p. 2). A partir disso, e com a multiplicação dos povos, esse culto foi crescendo e “grandes e pobres, pequenos e ricos todos com ardor abraçavam o pão da intelligencia”, até que a escolástica monopolizou a instrução, condenando o povo a ignorância, a escravidão do espírito.

Porém, como a instrução sempre sai vitoriosa, explicou que surgiu nas altas montanha da Alemanha, “essa mulher fecunda e liberal - a imprensa que lhe marcava a aurora de sua redempção” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 12, p. 2). Segundo o relator, a partir da invenção

da imprensa que se deram os principais acontecimentos que foram o princípio da civilização moderna e que se reestabeleceu e aumentou o culto da instrução. Então, cada nação se esforça para esse trabalho e levanta uma coluna para sustentação desse grande templo. Tendo isso em vista, finalizou com algumas palavras de incentivo aos colegas:

E a vós, que hoje radiantes de alegria— colheis o abençoado fructo de um anno de continuo labutar, tocam os maiores e mais sinceros parabéns, pois concorreis de alguma forma para que este vasto império que vos vio nascer, seja um dos atlantes gigantescos que formam as colossaes columnas do soberbo, do augusto templo da divindade do culto universal—a instrucção. Terminando, sejam as minhas ultimas palavras:
 Não desanimeis!!
 Ao trabalho!!
 Perseverança !! (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 12, p. 2).

O discursista posicionou os estudantes como aqueles que deveriam concorrer para sustentar o templo, que era a instrução. Dessa maneira, os incentivava a agir em favor dessa causa, atestando sua responsabilidade por fazerem parte do processo e os incentivando a não desanimar pela causa da instrução.

3.2.2.1.2. “O nosso jornal é critico, os artigos críticos a que nelle temos dado publicidade não estão, no nosso humilde pensar, fora do nosso programma”: Artigos críticos: o engajamento dos estudantes maranhenses

Além da instrução, outra questão observada na leitura das páginas dos jornais maranhenses foi seu forte caráter crítico, o que justifica a escolha dos estudantes em adicionar em seu complemento de título o termo “crítico”. No 16º número desse periódico, a redação do jornal publicou uma resposta para aqueles que questionaram a comissão redatora sobre os artigos críticos:

Declaração. – Constando-nos que algumas pessoas, embora em números limitado têm-nos censurado pela publicação de certos artigos críticos, entendemos dever declarar que ninguém nos póde tornar responsáveis senão pelos artigos editoriaes, assim como também não tem o jornalista attribuições para negar-se á publicação de artigos que estiverem de accordo com o seu programma. O nosso jornal é critico, os artigos críticos a que nelle temos dado publicidade não estão, no nosso humilde pensar, fora do nosso programma, consequentemente não nos podemos recusar a estampal-os nas nossas còlumnas. (A MOCIDADE, 1876, n. 16, p. 4).

A censura aos artigos críticos publicados por autores que não compunham o quadro de redatores do periódico não foi aceita pelos editores, sobretudo porque a comissão entendia que esses artigos se adequavam ao programa do jornal. O que se pode notar é que, desde o primeiro exemplar desse periódico, o número de artigos críticos cresceu a tal ponto que a criticidade passou a caracterizar esse periódico.

Conforme indicamos, esses periódicos eram essencialmente instrutivos. Os artigos críticos tinham, em sua maioria, uma conotação política, sobretudo no debate acerca da instrução. O envolvimento desses estudantes com a política foi crescendo de publicação em publicação. No número inaugural do jornal *A Mocidade*, os estudantes alertaram seus leitores sobre o teor do envolvimento com a política:

Sem rôr politica pôde passar um jornal litterario. com quanto seja a politica quem imprime o character á instrucção publica, que elle submete ao seu exame e apreciação; mas sem critica nunca poderá haver elucidação onde abundarem os raciocínios mais especiosos que sólidos, e sobretudo os sophismas. (MOCIDADE, 1875, n. 1, p. 1).

No número 16, retomaram a questão do envolvimento político quando explicaram: “Não nos é vedado o direito de censurar o governo, mas também não pretendemos fazê-lo senão quando a isto nos virmos obrigados pela causa da instrucção” (A MOCIDADE, 1876, n. 16, p. 1). Dessa forma, o foco do jornal não era atacar pessoas ou instituições, mas ressaltaram:

Todas as nossas lides devem tender exclusivamente ao progresso da illustração: n’esta mira nunca dirigiremos ataque algum directo a interesses pessoaes; mas também não se espere que em questão de melhoramento instructivo, ou litterario, nos abstenhamos de expender francamente a nossa opinião a favor do bem publico, embora ella vá adversa aos interesses de alguma individualidade, ou mesmo de qualquer corporação (A MOCIDADE, 1875, n. 1, p. 1).

Os trechos supracitados esclarecem que o debate político não era questão central a ser debatida pelos estudantes. No entanto, eles reconheciam a relação indissociável entre educação e política, pois mostraram o entendimento de que era a política quem imprimia o caráter da instrução. Sendo assim, decorrente dessa relação, houve uma necessidade de abordar questões relacionadas à política. Dessa maneira, alertaram seus leitores de que submeteriam a política ao exame e apreciação, e poderiam censurar o governo, desde que ou quando estivessem conexos à instrução. O interesse do periódico não era pela política,

conquanto, com ela acabaram relacionando-se, devido a proximidade entre política e instrução. O periódico tornou-se, então, uma arena de debate político em prol da educação. Por fim, declararam que não fariam ataque algum, desde que não relacionado ao melhoramento da instrução e da literatura. Dessa forma, se fosse para o melhoramento da instrução e da literatura, o ataque aconteceria.

Em uma nota publicada pelo jornal *Labarun*, divulgada pelos próprios redatores no jornal *A Mocidade*, podemos observar como os alunos maranhenses debatiam a instrução abrindo debate com o campo político. Nessa nota, elogiaram um dos artigos do *A mocidade* que discutia a instrução:

Fomos obsequiado, pela respectiva redacção, com um numero desse mui bem redigido periódico que sahe á luz na capital do Maranhão. O exemplar desse periódico que temos á vista — contem um importantissimo artigo sobre a grande causa da instrucção publica, em que verbéira com justiça e sizudeza a grande incúria do governo, deixando-a entregue ás maiores anomalias, de nenhum modo compatíveis com o progresso a que tem o paiz o direito de aspirar (A MOCIDADE, 1876, n. 16, p. 2).

Pela nota, se apreende o caráter dos textos críticos sobre a educação publicados nos periódicos maranhenses, aos olhos dos redatores de outros jornais do período. O periódico *Revista Juvenil*, desde o seu primeiro número, publicou artigos de caráter político. Esse teor político dizia respeito, especialmente, o desempenho do governo na administração pública, sobretudo, na administração pública educacional.

O envolvimento político dos estudantes ficou expresso em vários momentos dos dois jornais do Maranhão, como quando os estudantes criticavam ou dialogavam com os governantes acerca do estado da educação (tanto em aspectos pedagógicos, quanto administrativos e físicos), em tom de denúncia; ou quando defendiam a educação como caminho para aprimorar a consciência política dos indivíduos e sua atuação enquanto cidadãos. Seja qual foi a discussão, ligavam-se a defesa da oferta da educação de qualidade para todas as classes. Além da relação entre política e educação, os estudantes teciam comentários sobre as ações governamentais num aspecto mais geral, como, por exemplo, a situação de prédios públicos, a corrupção, o estado de algumas províncias, entre outros.

Os artigos dos estudantes que debatem sobre política revelam uma relevante faceta da juventude no contexto do final do século XIX. Eles atuavam como jovens engajados na causa pública e, sobretudo, da educação pública, que denunciavam e reivindicavam seus direitos e melhorias necessárias à sua classe e, em alguns casos, a toda população. Assim, não eram

jovens passivos, neutros e indiferente as questões que os cercavam, mas que estavam atentos e, por meio de suas denúncias e reivindicação, buscavam uma transformação daquela realidade, seja em nível local, isto é, no Maranhão, ou em nível nacional.

Uma das áreas de maior atuação dos estudantes do Maranhão, por meio das denúncias no jornal, eram aqueles ligados ao seu cotidiano e, por isso, aos seus interesses e necessidade mais diretas, como os relacionados aos exames gerais para o ensino secundário, meio pelo qual os estudantes ingressavam para as faculdades, ou a situação do prédio em que o liceu funcionava. Portanto, dedicavam-se aos temas que os atingiam e os influenciavam diretamente, seja no campo da educação ou em qualquer outro campo.

Outra área com o qual debatiam constantemente era a política num aspecto mais amplo, como, por exemplo, o regime político que consideravam mais adequadas para a nação (imperial ou republicano) e de como os regimes políticos influenciavam a educação ou, ao contrário, como a educação influenciava a política. Além disso, apresentaram o valor discrepante com que os governos investiam em instrução nas diferentes regiões do país. Esses diferentes palcos de atuação revelam que os estudantes do Maranhão eram engajados com a educação em um plano regional e nacional.

O quadro 10 mostra em quais números os artigos críticos foram publicados e seus títulos:

Quadro 11 - Artigos e trechos críticos nos jornais maranhenses A Mocidade e Revista Juvenil.

<i>A Mocidade</i>	
Número	Artigo ou trecho em que foi apresentado
8 10/08/1875	Trecho na “Columna Telegraphica”. “Trabalhemos”
11 10/11/1875	Trecho na “Columna Telegraphica”.
12 20/11/1875	Artigo de fundo do número.
16 01/01/1876	Artigo de fundo do número.
18 23/01/1876	“Sobre a disciplina escolar e a literatura”
20 11/02/1876	Trecho na “Columna Telegraphica”.
24 16/04/1876	“O espírito da instrução, e o de Chateaubriand”
26 14/05/1876	“O espírito da instrução, e o de Chateaubriand”
<i>Revista Juvenil</i>	
Número	Artigo ou trecho em que foi apresentado
1 10/08/1876	“A voz do século” Trecho das crônicas.

2 20/08/1876	Artigo de fundo do número
3 04/11/1876	“A Igreja e o Estado”
4 16/12/1876	“Não dormem” “A situação do Brazil”
6 28/01/1877	“A voz” “O ensino”, na seção “Apontamentos Litterarios”
8 02/04/1877	“A instrução”
9 17/04/1877	Artigo de fundo do número Trecho das crônicas
10 29/04/1877	Trecho das crônicas

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme evidenciamos, no primeiro número do periódico *A Mocidade*, estudantes deram indicativos de um possível envolvimento com questões políticas, desde que estas estivessem relacionadas diretamente à educação. A partir do oitavo número desse periódico observa-se uma assiduidade nas publicações de artigos com uma atuação política em prol da educação. Na seção das crônicas “Columna Telegraphica”, o cronista Confucius noticiou que o monarca realizaria viagens e teria como destino algumas das províncias brasileiras:

Sabes que mais? O nosso Monarcha, já aborrecido de presenciar na sua corte tanta cousa ruim, e tantas *brilhaturas* do seo governo, pedio 18 mezes de licença para ir distroir, digo, distrair as idéas na America e outras partes mais, mesmo do Brazil, começando pelo Pará, onde que elle mesmo com os seus olhos ver a grande quantidade de borracha, cacáo, etc, Mas porque não chefa S. M. até a nossa Athenas, para ter occasião de admirar tantas cousas dignas do attenção, ou ao menos para visitar alguns dos nossos prédios mais importantes! Palavra, que se elle cá viesse eu iria oferecer-me para ser seu guia, tendo assim occasião de dizer a verdade sobre muitas cousas de que eu desejo fallar. Dir-me-as: Estás doudo: pois pensarás por acaso que o nosso Monarcha dar-te ia semelhante honra? - E porque? Não daria a ti, que não estás nas minhas condições para agradalo. Pois não sabes que D. Pedro de Alcantara ama a diversidade das línguas? E quem melhor do que eu entreteria com elle uma conversação em chinês? (A MOCIDADE, 1875, n. 8, p. 4).

Em tom de sarcasmo, o autor da crônica desejava ser o guia do monarca na província em que vivia, e elencou os lugares que o levaria e os motivos:

Calla-te, pois. Seria o seu guia, e o 1º edifício que elle visitasse haveria de ser a nossa velha cathedral, para quem não chegam os favores do governo. Ahi apreciaria elle com grande admiração o cascão preto das paredes, que há

tantos annos não conjugam ao menos o presente da passiva do verbo cair mesmo acompanhado do modificativo *simplesmente*. Parece-me que já o estou vendo aborrecido de ver tanta pobreza, e virar-se para alguém dizendo: *O senhor fica encarregado da limpeza destas paredes*, e sair depois as pressas para outra visita.

Leval-o-hia imediatamente á nossa *magnifica* assembléa, e para que melhor pudesse elle apreciar esse edificio tão *imponente* conduzil-o-ia mesmo pela entrada *princial*, e as galerias, onde S. M. haveria de olhar de frente para a sua effigie colocada n'uma *saletasinha tão ridicula*.

- Pois neste beliche (S. M. talvez ainda se julgasse a bordo de seu navio, por isso não te rias da comparação) é que se reúnem os Srs. deputados para discutir sobre os interesses e melhoramentos da província?

Aqui é que eu lhe diria, mesmo em portuguez: S. M. não tem razão: nesta casa, só a quarta parte dos que se reúnem é que sabem dizer alguma cousa, mas o resto, Senhor, não está na altura de discutir sobre os interesses da província; nem sei mesmo o que vem fazer cá; só fallam sobre fabricas de sabão e cavalos soltos na rua, portanto vê V. M. que lugar nenhum há mais próprio para abafar as asneiras dos *eleitos* pelo povo.

S. M. o mais que então poderia fazer era recomendar ao seu ministro uma reforma para as eleições dos deputados provinciaes.

Da assembléa passaríamos nós ao Lyceo, e então era que S. M. veria cousas interessantes: cada quatro paredes que formam salões onde funcionam as aulas, não sei com que haveria elle de comparar. Talvez que sejam mais limpas ou decentes as cocheiras dos seus burros na Tijuca.

- Então (quem falla agora é S. M.) que fazem os meus delegados? Só para as cousas uteis é que não chegas os dinheiros da província? Ainda ha pouco observei que estão caiadas ou pintadas de novo umas paredes que cercam uns matos que talvez tenham o nome de jardim, acolá defronte da assembléa.

- E' verdade, Senhor, mas se V. M. tivesse occasião de passar pelo outro lado do jardim, veria que para elle não chegou o favor da pintura, pelo facto de não trabalhar defronte uma meia dúzia de *eleitos* do povo.

- Aqui está porque não é maior o numero de estudantes que frequentam o Lyceo: se elle funcionasse n'uma casa decente teria de ser mais concorrido, muitos alumnos frequentariam as suas aulas, e d'ahi melhor resultado a colher-se.

- E' verdade, Senhor, um *cemitério bonito tambem dá á gente vontade de morrer somente para ir morar lá*. E sabe V. M. de outra cousa? Uma casa ainda mesmo nestas condições não traria a província para lyceo, se não fosse a generosidade de um frade, que a offereceo ao governo; é verdade que em compensação a está generosidade o bom do frade maltrata os ouvidos dos lentes e estudantes, todas as vezes que tem de mandar rachar lenha e cerrar madeiras dentro do seu quintal, que, como vê V. M., fica immediato ás aulas: faz assim um barulho tão grande, que muitas vezes não se ouvem as explicações dos lentes. Fique V. M. certo de que os rios de dinheiro só chegam para a sua corte, lá é que se pôde gastar duzentos contos de reis com um palácio de papelão.

Depois que o Monarcha tivesse visitado esses três edificios, eu ainda haveria de leval-o ao theatro, onde aproveitaria o ensejo para representar contra o aluguel que os pobres dos artistas, que lá representam pagam sempre que dão os seus espectaculos [...]. (A MOCIDADE, 1875, n. 8, p. 4).

Esse longo trecho da “Columna Telegraphica” nos apresenta a denúncia como uma das formas de engajamento político dos estudantes pela causa não só da instrução pública, mas de

algumas instituições públicas. Nele, o cronista denunciou o descaso e o abandono por parte dos governantes com os prédios públicos. Cômicamente, teatralizou uma visita do monarca a capital, mostrando que o levaria aos locais públicos da cidade de São Luiz do Maranhão considerados abandonados, como a catedral, a assembleia, o liceu, o jardim, o teatro. Enfatizou, além disso, a ineficiência dos funcionários públicos, como os deputados e o delegado, na execução de seus trabalhos, seja na tomada de decisões que deveriam favorecer a cidade para além daquilo que era visto pelos “eleitores”, seja no repasse adequado das verbas públicas. Ao relatar a condição desses prédios públicos, os estudantes utilizaram o jornal para reivindicar melhorias e atuaram como jovens que não eram passivos, mas engajados.

Destacamos, desse trecho, os pontos em que o cronista expôs as condições físicas do liceu, o que revela um pouco da história das condições de funcionamento daquela instituição de ensino na década de 1870 pela visão dos estudantes. Segundo ele, as paredes do liceu estavam mais sujas que cocheiras dos burros, e o prédio do liceu foi emprestado de um frade, que, por sua vez, fazia muito barulho ao redor, atrapalhando as aulas. Por meio da fala teatralizada do monarca, o cronista expressou sua opinião e reivindicação: o liceu era pouco frequentado devido as condições do prédio em que funcionava, e caso funcionasse em uma casa “decente”, seria maior a frequência dos alunos e os resultados seriam melhores.

Os estudantes voltaram a debater a situação do prédio do liceu no 20º número no jornal, quando houveram boatos sobre a possibilidade de mudança do liceu para outro prédio:

Consta que o lyceu vai tambem entrar em contradança, em consequência de quererem mudal-o, não sei ao certo para onde.

Lá espera-se em verdade a visita do Exm. Presidente da provincia, a quem os estudantes pretendem fazer mil representações.

O que dá origem a estas, é, entre outras cousas, a discordancia em que se acham, querendo uns que' o lyceu mude-se, outros que não. Confucius— sempre prudente e ajuisado - se fosse ouvido nessa questão, manifestar-se-hia a favor dos segundos, baseados em muitas razões:

1º O governo nenhuma despeza faz com a casa em que está funcionando actualmente o lycèu.

2º O ponto em que elle está collocado é muito bom, por isso que fica no centro da cidade: qualquer outro não estaria em melhores condições.

3º O que tem que esteja immunda a casa em que funciona o primeiro estabelecimento de instrucção da provincia, quando qualquer outra, para onde for elle, não necessita de muito tempo para ficar redusido ao mesmo estado, em consequência de gênio diabólico de certos Srs. estudantes ?

E se não obstante tudo isto quizerem por força mudar o lyceu é melhor que o levem logo para o Caminho Grande.

Ali os estudantes poderão compulsar os seus compêndios a frescas sombras de frondosas arvores, ou trepados em galhos de cajueiros, &; o lugar offerece muitas vantagens para a criação de uma aula de botânica, pois o estudo lá poderá ser feito ao mesmo tempo theorica e praticamente; alem de

que, ou nascerá d'ahi uma fonte de riqueza para a companhia de bonds, ou ficarão os estudantes, lentes e mais pessoal do lycêu preservados do beriberi, uma vez forçados a um exercício diário. (A MOCIDADE, 1876, n. 20, p. 4).

Para além do ponto de vista dos estudantes acerca da mudança ou não do prédio do Lyceu, e do posicionamento do próprio cronista a esse respeito, destacamos que o jornal se tornou veículo de exposição da ideias e opinião dos estudantes que frequentavam aquela instituição de ensino. A leitura do jornal exhibe, portanto, a versão e a visão do aluno aos problemas escolares. Outro ponto que merece atenção relaciona-se a posição do cronista frente a mudança do Liceu para o “Caminho Grande”, pois ficou novamente exposto a observação e a experiência como uma metodologia de ensino em circulação naquele período. Para ele, sendo um local com natureza diversa, poderia ser espaço interessante para uma aula de botânica, em que se realizaria a junção de teoria e prática. Importante informar que no jornal *Revista Juvenil*, sobretudo nas crônicas do número 1 e 9, os estudantes ainda debatiam a situação do prédio que abrigava o liceu, demonstrando que o impasse não havia sido resolvido em 1877, isto é, dois anos depois.

A educação como caminho para **promover a consciência política do povo** foi outro ponto debatido e defendido pelos estudantes. No 8º número do periódico *A Mocidade*, no artigo intitulado “Trabalhemos”, os redatores transcreveram um artigo de Xavier Junior, publicado no periódico *Artista* em seu 11º número. Nele, pela primeira vez, transparece a ideia de que a instrução do povo promove a sua consciência política. A instrução adquiriu mais uma função que justificava a sua importância quando foi entendida pelos estudantes como instrumento que prepararia o povo à democracia, à cidadania.

Essa defesa aos ideais democráticos e da cidadania por parte dos estudantes, que pode ser observada nos artigos que seguem, se relacionava e buscava se alinhar ao discurso, vigente no período, em prol do republicanismo, que propagandeava a ampliação dos direitos políticos do povo brasileiro, superando as restrições políticas impostas aos brasileiros no século XIX. Ao povo brasileiro era limitada ou nula a participação política, já que aqueles que poderiam participar das eleições eram os monetariamente favorecidos, conforme mostramos com Fausto (2015). Mesmo em 1881, com a Lei Saraiva, somente os alfabetizados poderiam votar, reforçando as restrições política da população, formada, em sua maioria, por analfabetos. Os estudantes, almejando e defendendo o republicanismo no Brasil, bem como sua promessa de maior participação política do povo, vislumbravam um Brasil cuja soberania popular fosse

uma realidade. Por isso, defendiam nos artigos a instrução como meio de preparar o povo para uma participação política que ainda não haviam alcançado, mas que ansiavam alcançar.

O autor iniciou o artigo destacando a situação do Brasil:

Os séculos que a humanidade curvava-se para receber nas faces a lama que salpicava as rodas dos carros triunfais dos Cezares, deram lugar ao operário, ao artista, que tinha na mão os instrumentos de trabalho e um livro, vem pedir contar aos governos quando não correspondem á sua confiança. O Brazil, o irmão renegado das nações sul-americano dorme o somno da indolencia, e descuidoso não ouve o ruído da propaganda democrática que vae se desenvolvendo. Completamente ignorante é o povo do Brazil; não porque lhe falleça a intelligencia, mas porque a ignorancia do povo é a base dos governos sem liberdade:— quando os que governam são os primeiros a não conhecerem cousa alguma, alem da lisonja e do servilismo, não é muito que o povo esteja por assim dizer envolto nas trevas. (A MOCIDADE, 1875, n. 8, p. 2).

Pelo trecho, entendemos que o autor defendia que trabalho, conhecimento e democracia eram caminhos para que o povo se libertasse da submissão cega das propostas governamentais, pois teriam maior consciência do que lhes favorecia ou não. Porém, ao expor a condição brasileira, percebia que o Brasil ainda não havia se adequado a esse novo tempo, pois o próprio governo privava a população dos meios para sua emancipação: a ignorância do povo era a base dos governos sem liberdade. Assim, o governo, que só almejava o servilismo do povo, procurava meios para mantê-lo nas trevas. Então, complementou:

O povo, ou antes essa vigesima parte que apenas conhece o alfabeto, estou certo, correria pressurosa aos estabelecimentos, se eles fossem em numero suficiente e de fácil acesso. Mas essa idéa era grande e promettedora, trazia comsigo grande progresso, por isso teve opposição, e os amigos do throno do altar, os phariseus do templo, que especulam com a ignorância do povo, procuraram abafal-a, e a criação das bibliotecas, não passou d'uma utopia, d'uma chimera populares, [sic]

As escolas nocturnas vão aparecendo, mas com que lentidão? Que obstaculos e embaraços não se têm encontrado para a realização de tão importante melhoramento social? (A MOCIDADE, 1875, n. 8, p. 3)

Os exemplos citados pelo autor, da biblioteca popular e das escolas noturnas, eram meio de promover uma maior democratização da educação, mas que, segundo o autor do texto, eram renegados pelos governantes para manter a população na ignorância. Os estudantes tinham clareza da condição em que se encontravam as classes populares, da educação a elas direcionada, e dos caminhos para o progresso do povo no que tangia a

educação. Assim, depositavam na educação a emancipação da população para uma maior participação política.

A crítica dos estudantes nos conduz a uma importante reflexão acerca do interesse e dos motivos que levaram o Estado em promover políticas educacionais no século XIX. Schelbauer (1997) traz ponderações acerca da preocupação e interesse do Estado em dar uma organicidade à educação, especialmente após a década de 1870, para o treinamento e disciplinarização do trabalhador nacional, sobretudo do ex-escravo. As escolas noturnas, criadas a partir de 1870 (BARROS, 2016), tinham essa finalidade de educar o escravo liberto, preparando-o para ser um trabalhador livre. Costa (2012) explica que as escolas noturnas, assim como as instituições de ensino de ofício, asilos para infância, entre outras instituições de ensino que educavam o povo, tinham como estratégia a salvação e a regeneração da massa de ignorantes que compunham a população.

Foi da década de 1870 o Decreto nº 7031-A, de 6 de setembro de 1878, que criava cursos noturnos para adultos nas escolas públicas de instrução primária para o sexo masculino na Corte. De acordo com o que previa o artigo 5º, “Art. 5º Nos cursos nocturnos poderão matricular-se, em qualquer tempo, todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 anos”. (BRASIL, 1878). Não foi por acaso, portanto, que as escolas noturnas foram criadas na mesma década que a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). Antevendo a libertação total dos escravos, originou-se uma preocupação em educar o escravo liberto, para o controle de sua atuação na sociedade, via instrução pública. Portanto, as exigências dos meios de produção exigiram um posicionamento do Estado frente a educação do povo. Porém, as frentes adotadas para essa educação se limitava ao mínimo preparo do trabalhador nacional para as demandas de produção, não para a emancipação política da população.

Na sequência do artigo, mais abertamente, o estudante que redigiu o texto, pontuou as diferenças entre o povo ignorante e o povo ilustrado:

Oh! Esses hemens [sic] que especulam com a ignorância do povo têm razão em oporem-se a que elle se instrua, - porque o povo sem instrução não sente o peso, com que se oprime, e somente repele o jugo quando o peso é insuportável, enquanto que o povo ilustrado conhece os seus direitos, discute o procedimento seus representantes, [sic] conhece e sabe reclamar aquillo de que necessita, e não se deixa levar pela ponta das bayonetas de encontro ás urnas.

O povo ignorante é governado, ao passo que o ilustrado governa. – Conscios d’esta verdade, os nossos homens de Estado têm descurado da educação do povo; ou antes têm reduzido essa educação a um certo circulo, e este de tal modo disposto que os reflexos da pallida luz que está no centro não podem

chegar á circumferencia. A instrucção é somente para os grandes e os ricos – o pobre e o pequeno podem e devem viver na ignorância.

A instrucção para o povo, a liberdade de ensino, eis um dos principaes pontos que devem quanto antes ocupar a attenção dos que governam. Mas quem nos diz que a nossa sera ouvida, por eles? Se não o fôr, teremos esperança! (A MOCIDADE, 1875, n. 8, p. 3).

O autor do texto compreendeu, portanto, que o povo ignorante era governado, por não ter condições intelectuais e críticas de reivindicar a seu favor, ao passo que o povo ilustrado tomava as rédeas e passava a governar, no sentido de tomar consciência, conduzir e fiscalizar as ações governamentais a seu favor. Com esses argumentos, expôs aos leitores a fundamental importância da instrução e as diferenças que aconteciam onde ela operava.

O ano de 1875 chegou ao fim, mas as críticas e denúncias dos estudantes continuaram no ano seguinte. No 16º número do jornal *A Mocidade*, primeiro do ano de 1876, iniciaram expondo aos leitores o pouco avanço que alguns setores do país obtiveram no ano anterior:

O ultimo sol do anno de 1875 acaba de a lutar-se nas áureas franjas do occaso. E' mais um anno que morre, e que dámos a triste medida do nosso progresso e desenvolvimento material, intellectual e moral, os tres elementos que constituem a gloria de um povo.

[...].

Não nos é vedado o direito de censurar o governo, mas tambem não pretendemos fazêl-o senão quando a isto nos virmos obrigados pela causa da instrucção. Estas foram mais ou menos as ideas expendidas no nosso 1º numero, e assim limitamo-nos a offerecer como provas do ennuuciado acima o nenhum incremento que tiveram as artes e as industrias; o completo definhamento da agricultura; o grande marasmo do commercio, males estes que tanto nos affligiram no decurso do ultimo anno.

[...]

A nós, mocidade, que só applaudimos uma política— o bem da pátria —; que só nos ajoelhamos diante de uma bandeira — o progresso nacional, compete sermos hoje o que sempre fomos: extrenuos paladinos da crusada do porvir, sinceros atalhias da honra e pundonor nacionais. (A MOCIDADE, 1876, n. 16, p. 1).

Nesse trecho, o autor alertou para os poucos progressos frente aos três elementos que constituíam a glória de um povo era o material, intelectual e moral. Além disso, explicou, patrioticamente, que a única política que os estudantes defendiam era o bem da pátria e sua bandeira é o progresso nacional. Por essa afirmação, pontuou que não se posicionavam a favor de nenhum partido político ou a algum político, mas ao Brasil, sugerindo neutralidade. O desenvolvimento da indústria, da agricultura e do comércio (para a produção material), o desenvolvimento da instrução e das artes (para o intelectual) e a moralização da população eram os pilares que garantiriam a glória, o prestígio do país.

Perante o pouco desenvolvimento dos três pilares, incentivou os leitores estudantes com palavras de ordem “extrenuos paladinos da crusada do porvir”, “sinceros atalaias da honra e do pundonor nacionais”, evocando a responsabilidade que o autor do texto atribuiu a si mesmo, e aos jovens, para com o futuro da pátria. Nesse caso, paladinos e atalaias são termos que evocavam a guerra, como se a causa do desenvolvimento do país fosse uma luta, uma guerra a ser vencida por meio da educação.

No que tange o segundo jornal estudantil maranhense, *Revista Juvenil*, textos críticos relacionados à educação foram apresentados desde o primeiro número. Assim, esse tipo de texto, que começou no oitavo número do jornal *A Mocidade*, ganhou consolidação enquanto temática relevante e essencial no jornal *Revista Juvenil*. Era um tema fundamental para os estudantes maranhenses, uma ferramenta política de denúncia e reivindicação junto ao governo, no que dizia respeito a educação.

No primeiro número do jornal *Revista Juvenil*, após o artigo de fundo, publicaram um texto, “A voz do século”, assinado por Reginaldo, que tinha como foco a discussão acerca do regime político:

No século actual, chamado das luzes, a sociedade—grande incremento tem tomado no seu desenvolvimento; as sciencias e as artes têm acompanhado este movimento em quasi todos os paizes; o homem tem applicado com esforço as suas faculdades intellectuaes a todos os ramos de estudo; porem, infelizmente para nós, o Brasil tem se conservado na retaguarda das nações que prosperão, ou, para melhor dizermos, tem permanecido immovel ante as torrentes do progresso, que junto á elle passão.

Mas se assim succede, a culpa não deve ser imputada, nem ao paiz, porque elle não tem responsabilidade, nem á nação, porque ella não gosa de liberdade para se dirigir;—e sim á forma de governo que temos... á monarchia, que com grossas correntes e pesado jugo amarra e opprime esta nação americana, que não pode entrar na lucha, em que se debatem ás suas vistas os paizes cultos e civilizados, aquelles que não admittem em seu seio governo absoluto e ao mesmo tempo corrupto, como o nosso!

[...]

Tranzas de nefanda tristeza tem soffrido esta vasta região da America meridional desde o seu descobrimento até os nossos dias; á principio dominada pela ambição dos colonos, depois pelo capricho dos seus imperantes.

Esta é a razão porque o Brasil não atende á voz do século, que lhe grita - marcha!

Como attender a este grito, se elle está escravizado por um governo que assenta o seu throno sobre os direitos, calcando aos pés a sua liberdade?

Se o governo, conscio das arbitrariedades que pratica, lhe tolhe todos os meios de instrucção, único caminho pelo qual elle poderia encontrar as nações que progridem?

Se o governo para melhor exercer suas despóticas intenções, se cerca de homens sem prestigio e prostitutos pelo servilismo, afim de escravizar a nação?

Não é debaixo d'uma forma de governo como esta, que se pode seguir os impulsos do progresso!! É preciso que quebre os laços que nos prendem ainda ao throno imperial, lançando-o por terra afim de, desimpedidos obedecermos á voz do século, que nos dá por divisa-a instrucção e a democracia pura ! (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 1, p. 1).

O escritor redimiou o país e a nação da culpa pelo atraso no que estava relacionado ao desenvolvimento das ciências e das artes, pois, para ele, esse atraso era decorrente do regime político em vigência naquele período, a monarquia. Como uma tendência política daquele contexto, os estudantes estavam sob a influência dos discursos em prol do republicanismo, pois os ideais dessa forma de governar foram amplamente difundidos no Brasil, sobretudo, conforme explicamos, a partir da década de 1870, cujo marco foi a criação do Partido Republicano Paulista que assegurou a ascensão do republicanismo no Brasil. Reginaldo manifestou seu apoio a esse regime político no jornal, e apresentou suas vantagens ao tomar como exemplo alguns países republicanos:

Esta verdade é tão intuitiva, que vemos o desenvolvimento que têm as nações, cujos governos respeitão os direitos do povo e estabelecem completa liberdade no solo em que assentão... aquellas cujos governos são republicanos !

Lancemos uma vista sobre os Estados-Unidos, e admiremos a sua prosperidade, occasionada pelo governo que dirige esta nação democrática por excellencia!

Admiremos o governo que tem a Suissa; esse paiz, que, não obstante ser pobre e acanhado para a sua população, progride e traz para essa mesma população a felicidade, resultante da sua fôrma de governo.

Contemplemos a França actualmente; que de progresso não faz! que de felicidade não gosa ! Por ventura estiverão os francezes algum dia melhor do que debaixo do governo republicano em 1789 e ultimamente em 1876?

Depois d'estes exemplos digamos em alta voz:—A republica garante a liberdade do cidadão e a prosperidade da nação! (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 1, p. 1).

Como já expresso pelos estudantes maranhenses em outros momentos, o autor iniciou comparando o Brasil com os países europeus, considerados desenvolvidos e, por isso, como modelo. Ao tomar por modelo os Estados Unidos, a Suíça e a França, procurou convencer seus leitores de que essa forma de governar, mais democrática, tiraria o Brasil do retrocesso e o levaria ao progresso, como era a situação dos países republicanos citados. Para ele, o resultado de uma forma de governo que respeita a liberdade do cidadão era a prosperidade da nação.

Além da democracia, atribuiu a instrucção outro meio para obedecer a voz do século. A educação era, segundo Reginaldo, um dos mais importantes meios para o progresso na nação.

O governo brasileiro, porém, calcava a liberdade e tolhia os meios para a instrução, e, agindo dessa maneira, não atendia a voz do século, as luzes. A denúncia recaiu sobre a precária ação do governo em se tratando de educação. Atuando em defesa da educação, pontuou seus benefícios no que dizia respeito a educação voltada à atuação política:

A instrução aperfeiçoa os homens e ensinando-lhes a conhecer os seus direitos e deveres, concorre para que elles se capacitem d'esta grande verdade-que a monarchia é a forma de governo, que em si encerra tudo quanto pode haver de immoral, corrupto e immundo; é um insecto vil, que corroe os povos e arrasta-os para os abymos da perdição; é um obstáculo, que se oppõe ao desenvolvimento e progresso das nações: é a grande barreira, que precisámos ultrapassar para podermos gosar da liberdade que jaz calcada a seus pés ! (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 1, p. 1).

Assim, uma das funções da educação apresentada pelo autor Reginaldo era de que ela deveria educar o cidadão politicamente, para que ele conhecesse seus direitos e deveres, e, mormente, para que ele compreendesse os malefícios da monarquia. Por isso, ao final do artigo, Reginaldo voltou a atacar a monarquia e a enaltecer a república e a instrução:

E, pois, seguindo os impulsos do século, tomemos por divisa a instrução e a republica!
 Estamos n'uma epocha, em que o homem pode pensar livremente; numa epocha em que o estudo não está sujeito ás miseráveis sotainas de frades e jesuítas: n'uma epocha em que o throno real já treme ante a aura republicana, que sopra de todos os lados; n'uma epocha, em que começamos a conhecer o mal que produz a monarchia em todos os paizes onde penetra [...]: numa epocha, finalmente, em que o povo brasileiro deve erguer-se para fazer respeitar os seus direitos. Estabelecendo o governo republicano, único compatível com a sua índole!
 Não é n'esta epocha, que devemos estacionar: acompanhemos o século, porque dia virá, em que teremos como resultado dos nossos esforços – a queda da monarchia e o estabelecimento da republica!
 E' este o horisonte, que devemos mirar! (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 1, p. 2)

Após esse primeiro artigo, na introdução do 2º número, os redatores redigiram um artigo “para suavizarem a ardencia da linguagem do artigo «A voz do século», que fora dado á estampa no primeiro numero deste jornal” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 1). Não expuseram explicitamente o motivo pelo qual o autor redigiu outro texto, com uma linguagem mais amena, porém, possivelmente foi criticado devido a agressividade da linguagem. Então, a redação do periódico, ao publicar outro artigo sobre o tema, enviou um recado ao colaborado que enviou aquele artigo:

Compreenda-nos bem o distincto e esperançoso collaborador, que á Redacção enviara aquelle artigo.—Nem de longe queremos descorçoal-o, nem por sonho arrefecer-lhe esse ardente fogo de liberdade, que lhe escalda o cérebro, nem por forma alguma antepor um baixo sentimento ás nobres pulsações de seu peito; não (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 1).

Com essa declaração, a redacção do jornal deixou entrever que, de certa forma, compartilhavam com a postura e com os ideais daquele escritor, e, por isso, o incentivaram a continuar com sua luta e seus ideais. Nesse novo artigo, com linguagem mais branda, encorajaram a mocidade, demonstrando seu papel para com o futuro. No início do texto, discorreu sobre como a instrução promovia a liberdade:

Pesados eram os ferros, que manietavam o homem, arrouxeando-lhe os pulsos ao mesmo tempo que um circulo de ferro circumscrevia ao espirito os mais estreitos conterminos. Triste era a existencia humana!

O principio, pensante, porem, que não pode ser passivo, começou a reagir e a dilatar-se, prescrutando por um lado, investigando por outro, internando-se, permita-me dizer, pelas entranhas da terra, perlistrando a amplidão do oceano remontando ao mundo metaphysico, - tudo em procura, com a maior solitudine, na mais extrema avidéz de alcançar aquillo que uma voz intima dizia existir.

Custou, é verdade; mas chegou a obter. E' por isso que já hoje o homem gosa de direitos e prerogativas, desfrutando os encantos da liberdade;—mas quem lh'os ministrou ?

Foi a intelligencia, foi o estudo, foi o trabalho, foram as vigílias, foi a sede de saber, foi a ambição de gloria, foi o anhelos de liberdade.

Quanto mais instruído se sente o homem, tanto mais pesado lhe parece qualquer jugo; quanto mais livre, mais deseja instruir-se, porque reconhece que a instrucção é a primeira garantia da liberdade.

A mocidade, a quem está confiado o porvir da pátria, tem um dever indeclinavel, acha-se empenhada em uma questão de honra, de que lhe cumpre sahir victoriosa.

Sim; esses direitos, essas prerogativas, que sam hoje propriedade do homem, custaram muito sacrificio, muito sangue, muita abnegação, muita vida; nós, portanto, que hora gozamos desses dulçores, não podemos, não devemos jamais consentir que uma linha sequer seja interposta, que os venha interceptar. Ja os recebemos em bem alto grão, cumpre agora conservar augmentar, preparando ainda melhor o futuro aos posteros. Lembremo-nos que não devemos testar o captiveiro, quando se nos legou a liberdade. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 1).

Os estudantes explicaram que o homem era acorrentado, não só fisicamente, mas também seu espirito. A afirmação de que o “princípio pensante” não podia ser passivo era carregada de significado, pois transmitia a ideia de que o homem que pensa tem todos os meios para encontrar as respostas para aquilo que o cercava. Foi esse princípio que levou o homem a investigar o que o rodeava, e, em consequência, a garantir sua liberdade. Essa

liberdade, da qual fizeram menção, era a liberdade política, pois afirmaram que ela levou o homem a gozar de direitos e prerrogativas.

A educação foi novamente posta como decisiva nesse processo. Devido a ela esses direitos foram assegurados e era ela quem os garantiria. Assim, quanto mais instruído, mais livre, e menos submetido a qualquer jugo estava o sujeito. Se relacionarmos ao artigo “A voz do século”, podemos entrever que foi reafirmada a ideia de que o homem instruído não aceita um governo que não é pautado na liberdade política do indivíduo, isto é, que não permite a participação do cidadão e não considera a soberania do povo.

Esses direitos, segundo os estudantes, foram arduamente conquistados e, por isso, deveriam ser assegurados por aqueles que eram os responsáveis pelo futuro da pátria. O meio de assegurar os direitos conquistados historicamente seria pelo cultivo da instrução. Assim, incitou a instrução, não só devido a sua importância, mas como caminho para formar uma mocidade que asseguraria os direitos conquistados, que os aumentaria e prepararia um futuro melhor.

Então, redigiram palavras para promover a instrução:

N'este século o predomínio é dado á idéa, e a idéa ha de ser sempre a soberana dos séculos.

Queremos ver os moços movendo a penna no campo da sciencia e das lettras com a mesma habilidade, altivez e desassombro com que os mais inclytos guerreiros manejam o gladio nos campos de Mavorte.

[...]

Tão moço, como é, tão novel nas lides literárias e ao mesmo tempo tão promettedor e tão cheo de altas idéas, - continue o lidador nos trabalhos da intelligencia, já aprofundando seus conhecimentos, ja aperfeiçoando seu estylo, já submettendo suas idéas aos esplendores da prudência como aos dictames da razão que chegará talvez o dia em que sua palavra e sua penna venham, de facto e de direito, prestar alto serviço ás idéas, que tanto acaricia.

— Nós, para quem o amor da liberdade e das lettras é augustissimo dogma, tomamos por divisa esta sacrosancta legenda: —«Scientia, labor et libertas.» (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 1).

Os escritores utilizaram outra analogia, comum nos jornais maranhenses, que convidava os jovens para os estudos como se fossem a uma guerra, com habilidade, altivez e desassombro. Nesse caso, fizeram referência a um trecho do poema de Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805), demonstrando o domínio desses estudantes da literatura mundial e brasileira e a habilidade de os encaixar em seus escritos. Além disso, os incentivavam a continuar nas lides do trabalho da inteligência para que pudessem, um dia, prestar serviço às ideias. Portanto, entendiam que estudar e se aperfeiçoar no campo das ideias e da arte era

preparar-se para ser útil no futuro. A instrução, dessa forma, tinha uma conotação utilitarista, pois a mais importante função era preparar o jovem para ser útil, para sua futura atuação enquanto cidadão brasileiro, especialmente no que dizia respeito ao desenvolvimento das forças produtivas.

A educação foi outra vez requisitada, como a responsável por uma revolução de pensamento cujas armas eram o livro e a pena. No artigo “A voz”, de Zarmot (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 6), um dos principais pontos destacados foi, mais uma vez, a crítica ao regime político da monarquia. O autor utilizou, como exemplo, as atitudes de Napoleão III, que “[...] só tratava de segurar e consolidar aquele throno que lhe não foi dado pela Nação” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 6, p. 1). Para ele, pela realeza a liberdade estava nas trevas, e o sangue dessa liberdade alimentava e sustentava os soberanos prepotentes e irresponsáveis. Acrescentou que deveria ser estendido um véu diante das coroas e dos tronos, e leva-los aos museus. O Brasil era, como mostrou Zarmot, o único país da América sujeito a uma monarquia, e a “revolução de pensamento”, ou a instrução, por meio do livro e da pena, seria o instrumento que auxiliaria o país a romper com o braço opressor da realeza.

Pelos artigos supracitados, é possível compreender o posicionamento dos estudantes acerca do regime monárquico. No artigo “O Estado e a Igreja” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 3), a crítica dos estudantes recaiu especificamente sobre a monarquia brasileira, na figura da princesa do Brasil, e na sua relação com a Igreja Católica:

A futura Imperatriz do Brasil, actual Regente do império, (primeiro representante da soberania nacional, chave de toda a organização politica) de braços cruzados e cabisbaixa, ajoelhada aos pes de um padre romano de nenhuma importância, e em acto publico e solemne, em presença de um numeroso auditório, e em face do corpo diplomático estrangeiro, - é facto por tal modo incomprehensível que ninguém conjectura, de certo, qual acontecesse n'este paiz.

E esse facto incomprehensível de seu no dia 8 d'este mez, como já o relatamos, e o relataram os jornaes d'esta capital e sem contestação!

A futura Imperatriz do Brasil, actual Regente do império, a depositaria da primeira auctoridade do paiz, a zeladora da dignidade imperial, admitindo em seu carro um padre de Roma, commissionado do papa, e com elle percorrendo, como por acinte, as ruas da cidade, era facto que todos reputavam impossível!

E esse facto se deu!

E todos que presenciaram esse tristíssimo acontecimento cobriram o rosto envergonhados, a excepção somente dos padres ultramontanos que na degradação da auctoridade fazem consistir o seu maldito triumpho, e que com exemplo taes sup[?] em firmar, n'esta terra, o seu ominoso domínio.

E eramos nós os exagerados!

O que espera o paiz! (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 3, p. 1).

O relato do ato público em que a Imperatriz do Brasil, naquele momento Regente do Império Brasileiro, curvou-se na presença de um padre, sacramentando a união entre Estado e Igreja, demonstra o descontentamento, por parte dos redatores, dessa união, e, por sua vez, o posicionamento deles frente a relação da Igreja com os negócios estatais. A partir desse episódio, acusaram o Imperador de deixar o seu império nas maiores dificuldades, sob a responsabilidade sua filha, que não tinha experiência e era fanática, pois “guiada por um ministerio em que a decadência tem por adjuntos a ignorância e a fé, a zombaria implacável, a negligencia, o descaso e a indiferença!” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 3, p. 2). Então, apontaram às consequências do fanatismo, sobretudo aplicado a política:

O que deve esperar o povo brasileiro?

O fanatismo, essa loucura religiosa, sombria e cruel, essa peste da sociedade; esse furor cedo e estúpido, que atrofia a razão e conduz até ao assassinato; esse ardor religioso que arma o filho contra o pai, a mulher contra o marido, o irmão contra o irmão, o cidadão contra o cidadão, a ignorância contra a ciência, a incidia contra a verdade!

Um rei fanático é o pior dos flagellos das nações, e o Brasil está seriamente ameaçado de ter o fanatismo enthronizado.

Imagina-se, colocado na cupola da organização social, e com a acção que os partidos políticos lhe tem consentido entre nós, dispondo do perigosíssimo poder moderador, nomeando livremente ministros; perdoando e amnistiando livremente o crime, dissolvendo livremente a câmara dos deputados, escolhendo livremente os senadores, nomeando livremente os magistrados, dispondo livremente das graças, e livremente abrindo os cofres públicos em favor dos amigos affeiçoados, como temos visto praticado e sem nenhum serio embaraço; imagine-se todo esse poder entregue a um ente desvairado pela superstição e fanático; que despreza a razão que não raciocina; que não se aperta de todos os meios ordinários que o bom senso sugere para firmar o juízo, - e se chegará a comprehender as desgraças a que ficará exposta a nação.

Uma exaltação cega e apaixonada, que arrasta a actos condemnaveis, ridículos, injustos e cruéis, praticados sem pejo, sem remorso, mas com uma singular alegria e consolação, na idéa de que são agradáveis a Deus: verdadeira enferminade mental e contagiosa [...]. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 3, p. 2).

Os estudantes preocupavam-se com a entrega do poder a um “ente desvairado pela superstição e fanático”, que tomaria atitudes baseadas no apadrinhamento e em benefício somente daqueles que a praticavam, realizadas como se fossem agradáveis a Deus e em nome de Deus. Diante desse quadro, deixaram aos leitores um conselho: “Estude a historia, e comprehenderá que nenhum rei fanático deixou de abysmar os povos que o soffreram” (REVISTA JUVENIL, 1876, n 3, p. 2). Portanto, a defesa dos estudantes era pela concretização de um Estado laico.

A defesa por um Estado laico foi retomada no artigo “Não dormem”, assinado por Ruostacegas e publicado no 4º número do periódico *Revista Juvenil*. Nele, o autor acusou um periódico pela defesa da união de Igreja e Estado:

Lemos no jornal *Apostolo*, publicação feita no Rio de Janeiro, uma circular que se diz fora dirigida, pela *Associação catholica marianense*, aos cidadãos brasileiros residentes na província de Minas Geraes, chamando a sua atenção para a eleição dos 14 futuros representantes da nação que cabe a essa província.

Essa associação, que se appella de *catholica* e que por tanto só deve cuidar da religião catholica, obedecer e acatar *in totum* os seus preceitos, depois de há ver, durante um anno, conforme ella mesmo declara, investigado, com o maior escrúpulo e cuidado, das normas de conducta e das sãs ideas dos seus concidadãos, apresenta uma lista composta de 20 nomes, (da nata dos catholicos) e pede, roga, supplica e impõe, por que assim entende, que sejam d’elles tirado *todos* os 14 representantes por Minas.

Esta associação, por tanto, a nosso vêr, não sò arreda-se da sua missão fundamental, como faz uma seleção descortês e sem razão de ser entre os illustres cidadãos mineiros. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 4, p. 1).

Por esse trecho os alunos que redigiam o jornal reiteram seu posicionamento quando se tratava de colocar membros da Igreja em cargos públicos. O autor do texto acusava essa associação de somente proteger os seus e desrespeitar as leis governamentais, além de evidenciar que eles queriam formar um partido político, que combatia as ideias verdadeiramente políticas, que atacava a tudo sistematicamente, que “se opponha á difusão das luzes, á civilização dos povos; que se contamine d’um modo *suigeneri*, e que, finalmente, diga, - eu nada quero do futuro” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 4, p. 2), isto é, anteposta ao progresso. Sem mascarar, o estudante que redigiu o artigo defendeu a separação entre Igreja e Estado.

Os debates conexos à religião foram veiculados em alguns artigos dos periódicos maranhenses. Neles, o que se pode considerar, é que os textos que abordavam a religião ora aproximavam-se da política, ora das questões morais. No que dizia respeito às questões políticas, girava em torno, em sua maioria, do debate sobre a união entre a Igreja e o Estado e da defesa pela laicidade do Estado. Já com a moral, a religião era defendida e utilizada pelos estudantes como argumento para promover os valores morais-religiosos, como pode ser observado no subtópico, a seguir, sobre a moral nos jornais maranhenses. Portanto, a religião, para os estudantes, deveria se distanciar das questões ligadas ao Estado, porém, quando posta a serviço da moralização do sujeito, cumpria importante papel.

A dualidade, expressa na escrita dos estudantes quanto ao papel da Igreja e de seus preceitos, e sua ligação com o Estado, manifesta o acirrado debate no período acerca da inserção da igreja no aparato estatal. Isso porque, após séculos de uma simbiose entre Estado e Igreja no Brasil, a partir década de 1870 essa união passou a ser questionada. A própria legislação educacional do Império ilustra o rompimento do Estado com a Igreja, neste caso, em matéria de educação. Em 1827, a Lei de Primeira Letras determinava, em seu artigo 6º, que os professores deveriam ensinar os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana (BRASIL, 1827). Porém, a última lei imperial para educação, o decreto nº 7247, de 19 de abril de 1879, apesar de prever, no artigo 4º, que o ensino religioso deveria compor o currículo nas escolas de primeiras de primeiro grau no município da Corte, igualmente previa, no parágrafo primeiro desse artigo, que “Os alumnos acatholicos não são obrigados a frequentar a aula de instrucção religiosa que por isso deverá effectuar-se em dias determinados da semana e sempre antes ou depois das horas destinadas ao ensino das outras disciplinas” (BRASIL, 1879).

Cunha (2011) explica as primeiras iniciativas desse rompimento. Segundo ele, nas últimas três décadas do século XIX, as forças políticas emergentes, sob a orientação da ideologia liberal, maçônica e positivista, almejavam uma sintonia do Estado brasileiro com os seus contemporâneos europeus, sobretudo com a França, para adotar uma neutralidade em matéria de crença religiosa. O autor sublinhou os ideais maçônicos nesse processo. Ele enfatizou que, apesar de menos fortes, comparado aos países europeus, a atuação política dessa organização esteve presente no processo de independência, na vida política de todo o Império e a instauração da República. Seus filiados eram membros tanto dos partidos políticos conservadores, quanto liberais. Eles lutavam contra a escravidão, o catolicismo ultramontano, e defendiam, entre outras questões, o trabalho livre e a separação entre religião e política. Eles cumpriram papel primordial quanto a laicidade do Estado e, especificamente, para o início da laicidade da educação pública.

O episódio conhecido como “Questão religiosa” foi marcante nesse processo. Representou a disputa entre Igreja Católica, sobretudo na figura do ultramontano Dom Vital (1844-1878), e o Estado imperial com a Maçonaria, personificados na figura de Dom Pedro II, sendo um episódio que contribuiu para a crise política do Império (MEDEIROS; GILENO, 2018). Sinteticamente, a presença de um padre na festa maçônica para o Visconde Rio Branco deu início ao conflito, já que esse padre foi repreendido por membros da Igreja. Os maçons se sentiram ofendidos e atacaram com veemência, via imprensa, a Igreja. Dom Vital, então Bispo de Olinda, atuou intransigentemente em favor da Igreja, interditando irmandades que

tinham maçons em seu seio, e contrariando a ordem expressa do governo em reverter essa interdição, incorrendo em desobediência civil. Ao ser preso e condenado pelo Estado, colocou a Igreja, inclusive o papa, contra o poder estatal brasileiro. A população, eminentemente católica, não se agradava com a prisão de um bispo.

No ano em que publicaram seus periódicos, o debate proveniente da Questão Religiosa era vivo. Nesse ano, Dom Vital, já solto, voltava a sua Diocese como bispo. Apesar de concluída a “Questão Religiosa”, “[...] suas conseqüências que provocaram reverberações políticas e crises institucionais por todo o país até a derrubada do Império” (MEDEIROS; GILENO, 2018, p. 101). Uma dessas reverberações foi o acirramento do debate acerca da separação da Igreja e do Estado. Inclusive, a Princesa Isabel, sucessora do trono, foi alvo de profundo questionamento e ataque, já que ela era católica fervorosa, considerada “beata” e “fanática”. Os próprios estudantes, conforme apresentamos, escreveram um artigo contestando a figura da Princesa.

Dessa forma, os estudantes secundaristas, inseridos nesse contexto, apresentaram seu posicionamento frente a separação da Igreja do Estado e dos prejuízos do regime monárquico para o desenvolvimento do país, cujos benefícios se limitavam a realeza e, em especial, ao clero. Aliás, o discurso dos estudantes estava alinhado ao Manifesto Republicano, publicado na imprensa carioca em 3 de dezembro de 1870, “que denunciou os privilégios do regime monárquico, inclusive e em primeiro lugar os de religião” (CUNHA, 2011, p. 6). No entanto, a base da educação moral desses estudantes, tanto institucionalizada quanto privada (no seio doméstico) cunhava-se na religião católica. Esse pode ser o motivo da ambiguidade no posicionamento dos estudantes frente ao papel da Igreja e dos preceitos religiosos, já que compreendiam o papel moralizante da religião, mas, ao mesmo tempo, agiram em defesa o Estado laico a exemplo do que era debatido no período.

Retomando os artigos, no jornal *Revista Juvenil*, temos um interessante artigo que faz apelo pelas vocações. Esse artigo, publicado no número 7, somado aos publicados anteriormente no jornal *A Mocidade*, ajudam a compreender o posicionamento dos redatores dos jornais estudantis maranhenses acerca da necessidade de trabalhadores nacionais formados e aptos para atuarem em diferentes tarefas e ramos, preenchendo, assim, o quadro de trabalhadores nacionais necessários ao desenvolvimento econômico nacional.

Iniciamos pelos publicados no *A Mocidade*. No número 7 do jornal havia um apelo para que os estudantes se dedicassem as ciências naturais, área do conhecimento essencial para que o trabalhador se tornasse apto nos ramos da indústria e da agricultura, por exemplo:

E' já tempo que a mocidade brasileira largue a mania de ser poeta e romancista, e se dedique com affinco ás sciencias, donde pode vir grande desenvolvimento, especialmente ás sciencias naturais que são tão necessárias em um paiz dotado de uma vegetação soberba, cheia de minas, e onde no emtanto não temos um naturalista, um botânico, sendo necessário que venha um Agassis estudar o nosso sólo, para dizer o que nelle existe, por nós á tal respeito somos tão ignorantes como um cafre [...]. (A MOCIDADE, 1875, n. 7, p. 4).

Por ser um país rico em vegetação e carente de estudos na área, orientaram àqueles que não tivessem verdadeira vocação para a literatura que parecem com a “mania” de ser poeta, para atendem a sua verdadeira inclinação. Por meio das ciências naturais podia-se ter mais domínio sobre a natureza, como, por exemplo, do solo, e, assim, utilizá-lo a favor do pleno desenvolvimento da agricultura. Se aumentaria, dessa maneira, a produção nessa área e, como consequência, promoveriam o desenvolvimento econômico do país, que era essencialmente agrário. Portanto, clamar pelo progresso das ciências naturais era promover o desenvolvimento da agricultura, que era fundamental para a economia brasileira.

Voltaram a discorrer sobre a temática das vocações no artigo intitulado “A instrução e a liberdade no Brazil”, assinado por Onalhop. O autor chama a atenção para o fato de que deveria haver mais liberdade para a propagação da instrução:

[...] a instrucção não foi espalhada convenientemente. Se ella se desenvolvesse com mais liberdade, se ella fosse derramada debaixo de todos os pontos de vista, e não somente debaixo de um, o Brazil occuparia actualmente a posição que occupão os Estados Unidos, por excellencia – paiz da liberdade. (A MOCIDADE, 1875, n. 9, p. 2)

Onalhop entendia, contudo, que o avanço da instrução dependia de certas ações dos pais dos estudantes e dos próprios estudantes, conforme mencionaram:

Um pai de família, sem consultar a vocação de seus filhos, e como se lesse no futuro, destina-se logo para taes e taes cargos. Os moços, estimulados pelas altas posições que hão de ocupar, começam a desprezar os de nascimento inferior. [...]. Mais tarde, se por acaso ficão privados de suas riquezas, eil-os mendigando e até mesmo cometendo actos reprovados para obter o pão quotidiano. Mas, se em vez disso, os pais entregassem, por assim dizer, os seus filhos a si mesmos, isto é, se os deixassem seguir aquilo para que dentem vocação, então teríamos boa lavoura, optimo commecio, elevada litteratura, grande indústria, emfim – optimos cidadãos, uteis a sua pátria. Então o Brazil, como os Estados Unidos, veria ocupar as mais altas posições homens de indústria, de lavoura, de commercio, etc.

Mas, orgulhosos, como em geral são os filhos do Brasil, querem sempre ocupar lugares altos, e julgando que só podem alcançá-los seguindo a magistratura, as belas letras, etc

[...]

Seria pois melhor que os nossos jovens deixassem esses orgulhosos e seguissem a agricultura, o commercio, as sciencias applicadas aos diversos ramos da indústria, a politica, enfim – aquillo para que sentem vocação. Então o Brasil tornar-se-há um segundo Estados- Unidos, e se reconhecerá a verdade d'aquellas palavras de Peletan: *Le monde marche*. (A MOCIDADE, 1875, n. 9, p. 2).

Esse trecho do final do artigo é o ponto crucial desse artigo, pois nele o escritor defendeu a importância de existir, no meio da população, aqueles que se dediquem às profissões ligadas ao comércio, a agricultura e a indústria e não somente aos “altos cargos”. Ele destacou o papel dos pais nesse processo, como os responsáveis por estimularem os filhos no que chamaram de “vocação”. No entanto, o autor notou que, ao contrário, os estimulavam na busca pelas altas posições, como a magistratura. A consequência, por não seguirem sua vocação, é que acabavam caindo na miséria.

Segundo Onalhop, os pais deveriam estimular seus filhos em suas vocações, naquilo que lhes ditava a “natureza”, no que era nato ao sujeito, seja na agricultura, no comércio, no estudo das ciências aplicadas aos diversos ramos da indústria, a política. Assim, teríamos pleno desenvolvimento nas áreas mais distintas, como nos Estados Unidos, modelo utilizado pelo autor em diversos momentos desse artigo. Observamos a intenção dos estudantes em estimular seus pares pelo interesse para as áreas indispensáveis ao desenvolvimento econômico, como a indústria e a agricultura, que necessitava da formação de trabalhadores aptos para atuarem nessas áreas. Como argumento, Onalhop apontou a importância, para a pátria, de seguir sua vocação, seja ela para as belas letras, ou para o trabalho no comércio, na indústria ou na agricultura, e o quão digno era essa escolha.

Na *Revista Juvenil*, número 7, os estudantes maranhenses insistiram no apelo às vocações. Iniciaram explicando que Deus criou cada um com seus atributos:

O Creador poz os homens n'este mundo, comquanto iguais em cada especie, diferentes, distinctos, porem nos seus attributos, nas missões a exercer, no papel a representar neste vastíssimo theatro da vida humana.

Todos os homens teem o uso da razão, porem nem todos empregam-na tam bem nos mesmos mysteres. Uns, della fazem melhor uso e empregam-na com melhor habilidade na sciencia, outros nas artes, etc, etc. quer n'uma como n'outras, propensões bem diferentes e opostas se patenteiam. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 7, p. 1).

Os estudantes explicaram que cada um tinha uma aptidão. Segundo eles, todos os homens eram iguais, pois a todos foi concedido o uso da razão, porém, cada um era predisposto para uma área específica. Colocá-los como iguais, mas distintos em suas aptidões seria, para nós, um meio de mostrar que não deveria haver distinções ou preconceito diante das diferentes aptidões. Essas aptidões deveriam ser respeitadas e não aviltadas, pois, quanto mais as pessoas fizessem aquilo que eram aptas, melhor fariam, o que seria garantia de progresso em todos os setores.

Além de defenderem que cada um deve seguir sua aptidão para garantir o progresso do país em todas as áreas, os estudantes tinham outras opiniões acerca do desenvolvimento econômico do país. No artigo “A situação do Brasil”, de L. de Sá Lima., publicado no número 4, é possível entrever algumas opiniões político-econômicas dos estudantes maranhenses. Para ele, a Guerra da América 1862⁵⁰ e o conseqüente bloqueio dos portos das regiões produtoras foi a responsável por levar o Brasil a situação em que se encontrava naquele contexto. Ao utilizarem dados acerca do preço do algodão, argumentou que a guerra alterou o preço desse gênero no país, levando a um arrefecimento das prosperidades.

Diante desse quadro, o autor do artigo apresentou uma possível solução, posicionando-se:

Todo dia, a cada instante clama a imprensa contra isso e aponta, depois, como meio de salvação, a emigração européa.

Não pensa assim e, pedindo venia expenderemos as nossas fracas idéas.

Não deixemos de concordar que a emigração européa nos é bem útil, um grande auxilia á prosperidade do nosso paiz; não admitimos, porem, que isso se dê agora, porque o que virião entre nós fazer os emigrantes européos, sem indústria fácil e proveitosa em que se empregassem prontamente?

Nada.

Deverião elles vir introduzil-a?

Não.

Perfeitamente sabemos que essa phalanja de aventureiros, esses emigrantes são apenas levados pela única idéa de fácil e prompto emprego.

Isso nos falta, isso exigem, e pois não é possível a emigração européa entre nós assim a fogo de palha.

Devemos trabalhar, de nós deve partir a iniciativa, pois que somos nós os interessados; tratemos da introdução de culturas novas, e cuja verdadeira utilidade recoheçamos e depois de feito isso clamemos por essa emigração que, em nosso fraco pensar, é quase que só realizável para o sul do nosso paiz porque ahi encontrão os emigrantes um clima igual ao do seu paiz a par da bôa qualidade do terreno que facilmente se presta para o cultivo de produtos já d’elles conhecidos, taes como o trigo, o centeio, a batata, a

⁵⁰ A citada Guerra da América de 1862 foi a conhecida “Guerra da Secessão”, guerra civil que aconteceu nos Estados Unidos, entre 1861 e 1865, pela permanência ou fim do regime escravocrata no país. A permanência favorecia a plantio do algodão e beneficiava os grandes agricultores, e o fim promoveria o desenvolvimento industrial que exigia mão de obra especializada e assalariada.

cevada, além de algumas vias de comunicação. Mas isso, todavia, ainda não, como nos Estados Unidos e outros países, onde os emigrantes encontram além d'essas outras vantagens, como boas vias de comunicação, bôa administração, todas as maquinas aperfeiçoadas para a lavoura, cousas que nos faltão.

Não sem fundamento dissemos acima que a emigração européa é quase que só realizável para o sul do paiz, porque o norte nenhuma vantagem offerece, nenhum attractivo tem que possa captivar as suas atenções, pois, além de um clima quente, o solo não se adapta facilmente ao cultivo dos produtos suprareferidos.

[...]

Os meios, por tanto, que julgamos mais adaptados á melhorar o nosso paiz é a introdução de culturas novas, como o café, o cacáo, o fumo, e outras que estimulem a atividade da nossa indolente população. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 4, p.3)

Discutimos na seção 2 desse trabalho, a questão da imigração europeia para o Brasil, na década de 1870, foi o como caminho encontrado para preencher o quadro de trabalhadores nacionais qualificados para a agricultura e para a incipiente indústria., já que o Brasil, ainda sob o regime escravocrata em vias de extinção, buscava um meio de solucionar o problema da mão de obra nacional. Esse tema, naquele momento, estava em voga, e não passou despercebido pela redação do periódico. Como se nota no trecho transcrito, o estudante que redigiu o artigo tinha uma opinião sólida acerca do tema, entendendo a necessidade dessa mão de obra no país, sem permitir, contudo, que eles se apropriassem dos meios de produção.

Apontou, em seguida, outro meio para o “prospero incremento” do país: a lei do trabalho obrigatório. Porém, tão pouco apontou esse meio, já elencou alguns entraves. Entendia que essa lei não seria posta em execução e se fosse posta não traria bons resultados, pois as próprias autoridades cometeriam graves abusos, patrocinando uns e perseguindo outros. A ideia do autor era que existiam meios para superar a situação do país, porém, muitos entraves (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 4, p. 3).

Denunciou, assim, novamente o patronato e a maneira como o governo agia a seu próprio favor, ignorando os projetos, as necessidades, e a vontade popular. Por esse motivo, explicou que o governo era o primeiro a atrofiar, endurecer o interesse da nação. Em seguida, L. de Sá Lima convidou os leitores a exigirem seus direitos e vontades do governo e não apenas pedirem, deixando a entender que o povo era soberano, e que, por isso, o governo deveria, obrigatoriamente, atender suas exigências e necessidades.

Então, concluiu o artigo clamando pela educação, pois era ela a única capaz solucionar os problemas de qualquer ordem:

Fallamos da instruccão.

Está evidentemente reconhecido e provado que é ella o principal motor do progresso das nações. Importa n'isso o maior desenvolvimento que se lhe possa dar, e entretanto entre nós ella não se estende, quando é isso de real necessidade, devendo também por consequência ser alvo das nossas atenções.

Ninguem, sem afastar-se dos princípios da sã philosophia, pode negar suas vantagens. E fazel-o seria desconhecer a evidencia de factos que bem alto attestão-na.

Alguem disse: «um povo há de ser tanto mais forte quanto mais instruído for», e disse a verdade porque onde não houver derramamento de instrucção, não pode haver progresso.

Um povo sem instrucção quer dizer um povo condemnado á decadência: não se move, é movido. É um autômato.

Derramar pois a instrucção sobre a cabeça do povo é dar um passo certo para a verdadeira consecução de sua legítima felicidade. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 4, p. 3).

Reaparece a noção de que, por meio da instrucção, o cidadão toma o controle, se move e tem autonomia, torna-se forte, pois passaria a ser visto, de ter voz e vez. A educação tornava o sujeito autônomo, tal qual era necessário para o novo regime político em ascensão no contexto, com opinião para saber escolher o destino de seu país com maior consciência.

O artigo “A instrucção” de B., publicado no jornal de número 8º, foi um artigo crítico desse jornal sobre a instrucção em tom de denúncia. Nesse artigo, foi primeiramente reforçado os benefícios da instrucção:

Necessidade inherente e das mais vitaes do ser pensante, fonte inexaurível da mais ineffavel riqueza e dádiva do céu,—é a instrucção aquillo que mais distingue os homens dos homens, a vida do principio immaterial, a garantia do dever, do amor ao próximo, da adoração á divindade!

Pela instrucção o homem eleva-se da mais infima posição ao apogeo da grandesa; dirige, com accerto, seus passos pela vastidão do universo e contribuo, não pouco, para a felicidade dos povos.

O homem instruído é um cidadão útil e necessário á sua pátria; poderoso e rico, e a sua riqueza é superior a todas as outras, porque ella so se exgota quando o principio vital a abandona; é honesto, é justo, é amante e propugnador do bem, porque conhecendo e calculando o mal procura sempre evital-o. Todo o racional tem intelligencia, uns em maior, outros em menor gráo: os que a possuem mais vasta, são senhores de maior riqueza, assim como os que a teem mais limitada, contam apenas um pequeno thesouro. Si, porem, uma intelligencia superior é cultivada, a riqueza duplica, por isso que não é bastante ter, intelligencia, é também necessário saber aperfeiçoal-a e applical-a.

A instrucção faz do cidadão obscuro um homem notável; ella tem tanto poder que, si a verdade é por ella auxiliada, posterga a calumnia, pulverisa as más idéias, abate a mentira; porque a instrucção leva a luz até ao reino das trevas; ella finalmente, é a fonte perenne, o thesouro fecundo, que o espirito aspira possuir para sua riqueza. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 8, p. 1).

Alguns pontos do trecho precisam ser destacados. Primeiramente, posicionaram a instrução como necessidade inerente e vital do ser pensante. Para o autor, portanto, a educação era essencial, isto é, da essência do homem, inata ao sujeito. Além disso, era vital, pois sem ela, o sujeito não viveria. Pode-se entender que, ao posicionar a instrução como inata e vital, e não como algo construído pelo ser humano a partir das suas necessidades na relação com a aquilo que o cercava, buscava mostrar a educação como parte da constituição do sujeito, como uma necessidade quase que biológica. Isso justificava a necessidade de buscar a instrução.

Além desta, destacamos a relação que o autor estabeleceu entre instrução e moral, e instrução e desenvolvimento econômico. No que permeava a moral, vinculava a instrução ao princípio imaterial, a garantia do dever, ao amor ao próximo, a adoração a divindade, a honestidade, a justiça, a prática do bem, pois a instrução permitia ao homem conhecer o que era mal para, assim, evitá-lo. A instrução, da mesma maneira, agir em favor da verdade, postergava a calúnia, pulverizava as más ideias e abatia a mentira. Dessa maneira, promoveria um homem dotado de valores morais, e formaria um homem civilizado. Esse homem civilizado tinha autocontrole, ideal para convivência em sociedade e para atuar como um bom cidadão.

A educação tinha a função de desenvolver a economia, pois o seu cultivo promoveria a riqueza. Essa premissa foi apresentada pelos alunos maranhenses em outros artigos, conforme destacamos anteriormente. Nesse, defendia que o homem instruído era útil e necessário a pátria. Entende-se que, para o autor do texto, o homem instruído tinha conhecimento para auxiliar no incremento das forças produtivas. Portanto, a utilidade da instrução era, dentro outras, posta a serviço do progresso econômico. O homem instruído tornava-se rico e poderoso, só perdendo sua riqueza depois da morte. Além disso, quanto mais inteligente e instruído, mais aumentaria sua riqueza, pois conhecia os meios de como aumentá-la, ao passo que, aquele que não buscava a instrução tinha apenas um pequeno tesouro. A instrução tinha, dessa maneira, a utilidade de promover a riqueza individual e da nação.

Então, após apresentar os inúmeros benefícios da instrução aos seus leitores, explicou a forma como o governo tratava dessa questão:

Depois de termos, assim perfunctoriamente, mostrado o que é a instrução e qual a sua utilidade, procuremos examinar a maneira por que o governo brasileiro trata de difundir-a pela mocidade e o modo por que esta corresponde aos meios por aqueles empregados. Infelizmente, com magoa o dizemos, nosso governo e seus delegados não parecem tomar por esta importante questão o interesse, que ella merece.

Com exclusão da Corte e das capitães de algumas províncias, a quem em outros pontos se acha entregue a educação da mocidade?

A homens pela mor parte leigos, inhabeis, e incapazes, por isso, do excrcerem tão sublime magistério!...

Mesmo assim, quantas povoações não existem pelo interior d'essas províncias privadas desse exiguo e tão fraco recurso? Quem será, perguntamos, o culpado de tudo isto? De certo que o governo; porque si este não recompensasse tão mesquinamente, como o faz, aos professores, veríamos, sem duvida, todas as cadeiras convenientemente prehenchidas. Si fossem os concursos uma verdade e não uma vã formalidade, só sentar-se-hiam na cadeira de mestre aquelles que estivessem no caso de fazel-o. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 8, p. 2)

Esse é um dos artigos dos jornais maranhenses em que mais se enfatizou e discutiu a situação dos professores. O estudante que redigiu o texto analisou o (des)preparo dos professores que ocupavam as cadeiras do magistério público, sobretudo nos lugares e províncias fora da corte. Ele entendia que estavam entregues a professores incapazes de ocupar tal cargo, e atribuíram a culpa dessa realidade ao governo, apontando dois motivos pelos quais as cadeiras do magistério eram ocupadas por pessoas inábeis para o cargo. O primeiro era a baixa remuneração e valorização da profissão, e o segundo era que os concursos para seleção de professores não eram verdadeiros, mas apenas uma formalidade.

A não valorização desses profissionais acabava por levar os piores profissionais a ocuparem as cadeiras. Mas, ao contrário, se não fossem remunerados “mesquinamente”, essas cadeiras seriam melhor preenchidas. Ainda hoje uma das questões que mais fomentadas na área da educação é a questão valorização e remuneração dos profissionais da educação. A baixa remuneração e mínimas condições físicas e pedagógicas de trabalho nas escolas são questões observadas e denunciadas desde o século XIX que até hoje permanecem sem solução.

Além desta, destacou as condições de realização dos concursos públicos para a seleção dos professores. O autor do artigo denunciou que os concursos eram irreais, meras formalidades, já que selecionariam professores que exerciam alguma influência ou que fossem indicados, não os que eram mais hábeis a exercer tal função. Tendo em vista essa realidade, o autor do artigo pontuou algumas soluções os problemas apontados:

Si o governo punisse com o rigor da lei, como é de seu dever, os professores que deixam de cumprir com os seus deveres, dar-se-hiam por acaso os abusos, que se dão em certas cadeiras? E' lógico que não. Urge, pois, que o governo procure sanar esses males.

Augmente os ordenados dos professores, colloque nas cadeiras pessoas habilitadas, honestas e justiceiras; cuide da inspecção das escolas e da conducta dos professores; castigue o crime, premeie o mérito, e assim

merecerá os applausos do povo. Otrar em contrario, é mostrar que tem medo de ver o povo instruído... (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 8, p. 2)

Os estudantes demonstravam compreender que para se obter êxito na educação era necessário que os professores estivessem bem remunerados e fossem bem preparados para assumir seus postos. Culpabilizaram o governo pelas más condições da educação no que dizia respeito aos professores, indicando, como já haviam apontado no jornal *A Mocidade*, que não era interessante para o governo ver o povo instruído.

Sobre o não interesse do governo em educar, na *Revista Juvenil*, no artigo de fundo do 9º número, tornaram público um texto que assinalava o desprezo do governo pela instrução. Inicialmente, apontaram a situação da educação em algumas províncias e povoados interioranos ou distantes:

Percorrei os nossos sertões e vereis nossos irmãos, nossos concidadãos abandonados da instrução, entregues a essa corruptora política que lhes destroe de dia para dia o que juntaram com trabalho desde o nascer da aurora até ocultarem-se os últimos raios do sol; percorrereis léguas, e passareis povoados uns após outros sem que um mestre de instrução primaria possais ver; encontrareis povoados mais desgraçados ainda, com escholas mais de corrupção e desmoralização que de ensino: ali arraiga-se no espirito do menino idéias de funestas e perigosas conseqüências. Si é verdade que a ignorância é a base de toda a desmoralização social, è o espaldar do despotismo: não o é menos que semear grãos viciosos é esperar fructos impuros: pois jamais se poderá formar bons cidadãos de almas alimentadas nos lupanares do erro e do vicio. Sabemos que as impressões adquiridas na infância tarde ou nunca se apagarão. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 9, p. 1).

A queixa dos estudantes nesse trecho residia na inexistência da instrução no sertão e em alguns povoados distantes, o que ocasionaria nesses locais a desmoralização das crianças de jovens. Assim, uma das finalidades de se instruir era garantir uma juventude livre do erro e do vício. Em seguida, trouxeram à tona as sociedades literárias. Criticaram a atitude dos “altos funcionários” em não dirigir palavras de apoio e incentivo aos estudantes que criaram essas sociedades. Por esse motivo, os jornais eram abandonados. O abandono, por parte dos altos funcionários, para com o trabalho dos jovens, não era alinhado com o discurso de quem se dizia “protetor das letras”. Para eles, devido ao indiferentismo do governo pelos frutos dos estudantes, os jornais literários tinham vida efêmera.

Então, pontuaram os benefícios trazidos pelas sociedades literárias, os jornais literários e papel deles na vida dos estudantes:

É verdade que os fructos de mancebos inexperientes no mundo, não podem illústrar o publico, porem ao menos procuram os meios de se illustrarem a si mesmo, de agradar aquelles que lhes ouvirem os innocentes sonhos da imaginação, as notas arrancadas de suas lyras, muitas vezes delicadas o sonoras.

Quem poderá jamais negar que em quanto esses moços reunidos nas sessões de suas sociedades litterarias discutindo sobre matérias dos seus estudos: encerrados nos seus gabinetes preparando-se para as luctas do pensamento e da palavra, não experdição esse tempo longe das extremos vistas de seus paes, em actos que mais tarde levam-lhe o rubor ás faces?

Ninguém; como ninguém dirá que elles illustrando-se a si mesmo não o fazem também á pátria e a esses mesmos que hoje os despresam, podendo assim mais tarde maior numero de benefícios offerecer-lhes (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 9, p. 1).

A participação em sociedades literárias e a prática de publicar jornais trazia benefícios morais e intelectuais, aos estudantes individualmente e à pátria, já que, além de ilustrarem-se a si mesmos, discutindo as matérias dos estudantes, estariam longe dos erros.

Uma importante denúncia e reivindicação relacionada ao cotidiano dos estudantes foi acerca dos exames gerais. Os dois jornais maranhenses publicaram artigos que tratavam dessa questão. Por meio dessas denúncias, os estudantes buscavam uma mudança imediata, por parte do governo, naquilo que estava diretamente relacionada a eles e ao seu futuro, que eram os exames de admissão para os cursos superiores. Como discorremos com Haidar, a questão dos exames de preparatórios foi ponto crucial na história do ensino secundário no país e mobilizou o governo central e provincial.

Ao observarmos as reivindicações dos alunos em seus periódicos estudantis, temos uma perspectiva diferente daquela apresentada pela autora, que mostrou a discussão a partir da perspectiva dos documentos oficiais e dos dirigentes ligados ao ensino. Os estudantes, classe afetada pelas decisões governamentais acerca dos exames gerais, não estavam alheios, mas participaram calorosamente dessa pauta por meio de seus jornais. Assim, os periódicos estudantis nos oferecem uma visão privilegiadas de como os estudantes encaravam as políticas para os exames de preparatórios do ensino secundário no Brasil oitocentista.

No jornal *A Mocidade*, a crítica aos exames dizia respeito aos obstáculos impostos pelo governo que dificultavam o acesso dos estudantes secundaristas ao ensino superior, como um decreto para que os exames de línguas e ciências fossem realizados no mesmo dia, e outro que antecipou os exames em quatro meses, e a escolha de obras muito complexas para os exames de Francês.

A primeira reclamação foi publicada na “Columna Telegraphica” do número 11, em 10 de novembro de 1875. Nele, os estudantes criticaram um decreto para os exames gerais

daquele ano, apontando que o governo dificultava o acesso à educação, neste caso, ao ensino superior:

O governo imperial, entendeu que este anno devia experimentar ou divertir-se com as províncias, e nesse intuito fez baixar um *Decreto* que manda que *os exames de línguas e sciencias sejam feitos conjuntamente, de tal sorte que não haja atropelo e confusão* (isto é so para inglês ver).

No entanto elle (governo) passa a vida folgada e milagrosa, e nós pobres estudantes, não somos mais do que simples joguetes dos fardas bordadas e mais para cumulo da infelicidade havemos de perder o anno com essa balburdia e também chupitar os rs. rs., que geralmente nunca falham nas occasiões de aperto. (A MOCIDADE, 1875, n. 11, p. 4)

No artigo de fundo do número 12, em 20 de novembro de 1875, voltaram a discorrer sobre outros pontos da medida governamental para os exames gerais, introduzindo mais denúncias sobre a educação daquele período. Os estudantes compreendiam que a educação era um dever do governo, e que ela deveria ser estendida a todas as classes da sociedade. Para que houvesse civilização em um país, todos deveriam ser educados, de forma que todos fossem civilizados, especialmente os pobres. Por isso, um apelo de que o governo facilitasse os meios para ilustração de todos. Contudo, questionaram:

Mas é isto por ventura o que faz o governo do Brazil? Pelo contrario, ele liga a menor importância ao objeto que devia ser o seu primeiro cuidado, descarta, já não dizemos estudar, mas pôr em pratica os meios conhecidos, que tendem a facilitar a instrução.

E qual a razão disto? Se quiséssemos ir adiante, diríamos com mais alguém: o governo não quer o povo se instrua. Porque o governo não quer a liberdade do povo, a qual necessariamente tinha de gerar uma instrução bem entendida, afim de melhor poder usurpar-lhe os direitos. (A MOCIDADE, 1875, n 12, p. 1).

Em seguida, para exemplificar o argumento, mencionaram as academias, questionando se elas ofereciam vantagens a todos os que desejassem a instrução. Para eles, a resposta era não, pois a instrução encontrava investimento apenas na região sul do país e próximas a corte, e que os habitantes do Norte que quisessem continuar seus estudos nas universidades teriam que ter meios financeiros para isso. Dessa maneira, entendiam estar em desvantagem frente aos estudantes que estavam na Corte. Eles estavam atentos, portanto, aos benefícios oferecidos pelo governo aos alunos que estudavam nos colégios de ensino secundário da Corte, como, por exemplo, o Colégio de Pedro II, cujos alunos que ali concluía o ensino secundário tinha ingresso automático nas instituições de ensino superior do país.

Apontaram, diante dessa realidade, algumas ações governamentais para o esse nível de ensino:

Um meio fácil havia de facilitar em parte os estudos d'aquelles que se dedicam ás letras. O governo pareceo lembrar-se de pol-o em pratica: tornou válido nas províncias os exames dos preparatórios exigidos para as faculdades.

Essa idéa, realisada, agradou geralmente. Já o filho do norte podia fazer com diminuta despesa em sua terra o que não conseguiria senão com mais dificuldade nas provincias favorecidas pelas academias.

Enganou-se. Até agora pouco lhe tem aproveitado essa medida do governo. Se por um lado encontra vantagens, que em outro lugar não poderia ter, por outro, vê-se muitas vezes lutando com dificuldade nos seus estudos, quasi sem poder conseguir aquillo que uma lei anterior lhe havia promettido, pois que os seus direitos são usurpados de um dia para outro. Temos um exemplo muito recente:

Ainda ha pouco esforçavam-se os estudantes de preparatórios para prestar em Fevereiro os seus exames de sciencias. Estávamos já em fins de outubro quando uma cousa a que alguém chamou decreto ou aviso, mas a que nós chamaremos balburdia, vem causar geral surpresa em razão de dispor que esses exames tivessem lugar em Novembro e não d'ahi alguns mezes, conforme lei anterior havia decretado.

E que se pode dizer de um governo que em lugar de facilitar os estudos é o primeiro a difficultal-os?

Que confiança pode-se depositar nos direitos adquiridos por leis anteriores?

Por que não toma o governo essas medidas com tempo bastante para prevenirem-se os estudantes?

Concluimos: ou o governo não quer a instrucção, e nesse propósito pratica actos dessa ordem, ou o governo descursa completamente aquillo que deveria ser a sua primeira tarefa.

Em qualquer dos casos um governo que assim procede não merece confiança, e perante o tribunal do bom senso os estudantes reprovados em consequência da falta de tempo para se prepararem para os exames, podem lançar tambem uma reprovação sobre um acto que não parece emanado de intelligencias cultas, mas sim de rudes espíritos. (A MOCIDADE, 1875, n 12, p. 1).

Uma das ações governamentais em prol da educação da população do Norte foi validar os exames preparatórios nas províncias. Porém, essa medida, que poderia favorecer os estudantes, encontrou outro obstáculo, já que o próprio governo, por meio de um decreto, antecipou em cerca de quatro meses os exames preparatórios. Essa antecipação ocorreu um mês antes da realização dos exames, impedindo que os estudantes se preparassem adequadamente para a avaliação. Essa situação causou a revolta dos estudantes, que demonstraram a falta de confiança no governo devido a sua instabilidade com relação as políticas para os exames gerais.

No jornal de número 18, no artigo “Sobre a disciplina escolar e a literatura”, escrito por Maciot, outra denúncia sobre os exames gerais para o ensino secundário foi divulgada:

Consta que a commissao official de examinadores nesta província resolvera, no segundo jury de exames em francez, excluir do respectivo programma os *Fastos da Igreja*, cujo livro se achava adoptado para prova d'habilitações, por versões de portuguez em francez, da parte dos examinados.

N'esta deliberação nada achamos a estranhar senão o haver sido intempestiva. Por mais inconveniente que seja aquella obra para curso disciplinar, era com ella que os estudantes contavam; e faltando-lhes totalmente preceitos e regras, que constituam os princípios de versão, são muito para lamentar no seu desapontamento, visto terem tão inutilmente atormentado seus espíritos, para verem se de algum modo poderiam satisfazer ás exigências do programma. (A MOCIDADE, 1876, n. 18, p. 1).

Maciot denunciou, pelo artigo, os empecilhos criados pelo governo que dificultavam a realização dos exames para ingresso nas faculdades. Neste caso, criticou a retirada de uma obra, *Fastos da Igreja*, de Rabello da Silva, do programa para os exames preparatórios em francês, pois os alunos já a estavam estudando. Apesar disso, o aluno achava a obra, no geral, como inconveniente, e apontou os motivos para tal julgamento:

Afora esta consideração, achamos, em quanto ao mais, a deliberação muito bem tomada, qualquer que fosse o motivo, que a dictasse. Na verdade seria difficil encontrar em livros portuguezes, em que tanto abunda a linguagem empanzinada, uma peça de literatura mais própria a torturar os espíritos por anomalia de estylo, e extravagância de grammatica, intraduziveis na culta lingua franceza.

Parece-nos esta exclusão tão justa, quanto nos havia parecido extravagante a adopção d'aquelle exótico original para examinar principiantes, cujos espíritos geralmente apenas se exercem por actos de memória.

[...]

Como seria então divertido vêr fugir os mestraços, por mais examinadores que houvessem já sido, só á idéa da versão de portuguez para francez, sobretudo sé ella lhes fosse exigida dos taes *Fastos da Igreja* ! Mui poucos seriam de certo os que ousassem concorrer ! E, se estamos enganados, quizeramos ver impressa uma versão de tal gênero, ou mesmo de qualquer outro livro portuguez, feita por professor publico, que tivesse apprendido o francez como se aprende o latim, para que o podessemos admirar e desdizer-nos.

Entendemos ser mesmo conveniente ao credito das capacidades, de que emanam os decretos reguladores da instrucção publica, em qualquer paiz, que o programma d'exames disciplinares nunca exceda os conhecimentos, que se pôde ministrar aos estudantes nas aulas. Esta prudente medida é tanto mais necessária, que pôde tambem ajudar a encobrir a ignorância dos mestres e examinadores officiaes, que não tiverem melhores títulos, para funcionarem, do que a fictícia capacidade, que lhes houver prestado o governo, que os tiver estabelecido.

Pelo contrario, se é o examinado que se sae mal por tal motivo, a vergonha da reprovação só deve recahir sobre os culpados; e os culpados, em taes casos, são aquelles que, ou por ignorância, ou por mà fé, administram mal a instrucção. (A MOCIDADE, 1876, n. 18, p. 1).

Apesar de excluírem a obra do programa, o autor do texto achava a deliberação “bem tomada”, devido as características daquele livro, especialmente de sua linguagem, e por ela não ser adequada para avaliar principiantes. A análise do autor Maciot sobre esse título português, escolhido para ser traduzido pelos estudantes como meio de avaliação na prova de francês, coincide com a crítica de Monteiro Lobato, nas décadas de 1930 e 1940, aos livros portugueses que vinham para o Brasil, e que serviam de material de leitura para o povo brasileiro, especificamente às crianças.

Em cartas trocadas com seu amigo Godofredo Rangel, Lobato analisou os textos taxados como “infantis” que existiam em seu período, e ponderou: “As fabulas em português que conheço, em geral traduções de La Fontaine, são pequenas moitas de amora do mato – espinhentas e impenetráveis. (LOBATO, 1964b, p. 104)”. Em outro trecho, lamentou: “Pobres crianças brasileiras! Que traduções galegas! Temos de refazer tudo isso – abrigar a linguagem” (LOBATO, 1964b, p. 275). Por fim, pediu ao amigo um auxílio: “Andas com tempo disponível? Estou precisando de um *D. Quixote* para crianças, mais corrente e mais em língua da terra que as edições do Garnier e dos portugueses. Preciso do *D. Quixote*, do *Gulliver*, do *Robinson*, do diabo!” (LOBATO, 1964b, p. 276).

Assim, uma das mais acentuadas críticas de Lobato aos livros para crianças do período era à linguagem, pois era espinhenta e inadequada, que precisava ser “abrigada”, ser mais corrente e mais em “língua da terra”. A intenção de Lobato era transformar a linguagem dos livros para crianças de um português de Portugal para um português mais brasileiro e, por isso, mais fácil de ser entendida pelo leitor infantil do país.

Apesar de tratarem-se de obras destinadas a públicos distintos, é possível uma interlocução entre a análise crítica dos estudantes secundaristas acerca da linguagem e da inadequação aos principiantes dos livros de leitura escolar para avaliação, e a crítica de Lobato a linguagem dos textos chamados infantis de seu tempo, pois essa interlocução elucida a predominância de livros portugueses no país, seja para leitura das crianças, para jovens ou para adultos, em especial nas últimas décadas do século XIX e primeiras década do XX. Além disso, revelam, sobretudo, a inexistência de livros especificamente criados para o público infante-juvenil nesse período.

Na década de 1940, Lobato narrou quais os livros que lia em sua época de infância, na biblioteca de seu avô:

A biblioteca de meu avô é ótima, tremendamente histórica e científica. Merecia uma redoma. Imagina que nela existem o *Zend-Avesta*, o *Mahabarata* e as obras sobre o Egito de Champolion, Maspero e Breasted; e o Larousse grande; e o Cantú grande; eo Elysée Reclus grande; e inúmeras preciosidades nacionais, como a coleção inteira da *Revista Ilustrada* do Angelo Agostini, a do *Novo Mundo* de J. C. Rodrigues e mais coisas assim. Há uma coleção do *Journal des Voyages* que foi o meu encanto em menino. Cada vez que naquele tempo me pilhava na biblioteca do meu avô, abria um daqueles volumes e me deslumbrava. Coisas horríveis, mas muito bem desenhadas – do tempo da gravura em madeira. Cenas de índios sioux escalpando colonos. E negros achantis de compridas lanças, avançando contra o inimigo numa gritaria.

Eu ouvia os gritos... E coisas horrorosas da Índia. Viúvas na fogueira. Elefantes esmagando sob as patas a cabeça dos condenados. E tigres agarrados á tromba de elefantes. E índios da Terra do Fogo, horríveis, a comerem lagartixas vivas. E eu via a lagartixa bulir... e tragedias do centro da Asia e lá nas Guianas. O rio Orinoco me impressionava muito. Eram os romances de aventuras de Gustave Aimard e Mayne Reid. Certa vez encontrei naquela biblioteca um álbum de fotografias que me tumultuaram o sangue: só mulheres nuas!... Mas não eram mulheres nuas, Rangel: eram nus do Salon. Eu não sabia distinguir. Também encontrei lá todas as obras de Spencer. Essa biblioteca, pela maior parte, fora dum filho de meu avô que depois de formar-se em S. Paulo deu de correr no mundo, andou pelo Egito e outros países históricos, apanhou febre ma campanha romana e morreu num hotel de Nápoles. Secretario de legação. Sua bagagem veio para Taubaté, com os mais preciosos e curiosos livros comprados aqui e ali” (LOBATO, 1964a, p. 50).

Os livros que Lobato lia (ou via) na biblioteca de seu avô Visconde ilustram o limitado número de livros dedicados às crianças brasileiras. Assim, desde sua idade escolar, aos 7 anos, nos anos finais da década de 1880, não existiam livros escritos especialmente para as crianças brasileiras, adequados a essa faixa etária em linguagem e em conteúdo. Boa parte dos livros que existiam no Brasil eram traduções vindas da Europa, entre elas as portuguesas. Os estudantes secundaristas que escreviam os jornais maranhenses, por sua vez, destacaram e criticaram a predominância de textos português para leitura escolar na década de 1870. Observa-se, portanto, a utilização de livros portugueses ou traduções de países europeus no Brasil nas duas últimas décadas do século XIX, tanto para leitura infantil, quanto para leitura juvenil.

Essa predominância na leitura de livros europeus no Brasil começou a ser questionada quando o movimento republicano ganhou força no país, exigindo cidadãos que tivessem sentimentos de amor com relação a pátria. Iniciou-se, assim, uma reação ao predomínio de

textos estrangeiros no país. Para Paschoal Lemme (2005, p. 166), no século XIX, as “[...] classes intelectuais viviam fascinadas pela cultura francesa, e na literatura, continuávamos submetidos aos modelos portugueses”. No entanto, no final do século os livros de outros países começavam a perder seu predomínio, abrindo espaço para livros brasileiros originais.

Pelos trechos das cartas de Monteiro Lobato a Godofredo Rangel supracitados, nas décadas de 1920 e 1940 os textos estrangeiros ainda estavam presentes no cenário brasileiro, seja por meio das traduções, ou pela elaboração de livros por brasileiros que tomavam os livros estrangeiros como modelo. Monteiro Lobato, porém, começou a alterar esse quadro, ao menos no que dizia respeito a literatura para crianças, consolidando o gênero “literatura infantil” no Brasil, com seu Sítio do Pica-pau Amarelo.

Em vista desse quadro, com certa ironia, Maciot atestou que mesmo os mestres que compunham o quadro de examinadores dos exames, ou mesmo qualquer professor público, não seriam capazes de traduzir tal obra, tamanha dificuldade da tradução, mas também por acreditar que os professores públicos não eram suficientemente capacitados para tal. Defendeu, assim, que só deveria compor o programa para os exames gerais os livros que os professores fossem capazes de traduzir ou que não excedesse o conhecimento do próprio professor, para evitar assim, que se escancarasse o mal preparo dos professores públicos.

Então, o autor responsabilizou os administradores da instrução pela escolha dos mestres e examinadores, indicando que a escolha deles não decorria da capacidade real desses professores, mas de uma fictícia capacidade. Essa foi mais uma das críticas que os redatores maranhenses veicularam no jornal relacionada a seleção ou ao concurso para seleção dos professores que iriam compor o quadro de docentes das instituições públicas.

O autor acusou de ocorrer nos concursos o patronato, isto é, a aprovação de uma pessoa por influência ou escolha de alguém que detinha privilégios ou poder naquele momento. Isso significa que, nesses casos, não eram aprovados aqueles que eram mais habilitados para o cargo, sem qualquer tipo de intervenção de terceiros. Eram aprovados aqueles que tivessem certa autoridade ou influência naquele local, formando assim, dentro das instituições públicas, uma teia que ajudava a sustentar determinada política ou político⁵¹.

Porém, esse tipo de prática, não aprovava o mais habilitado, e, por isso, os professores que ocupavam as cadeiras não eram, segundo Maciot, os mais suficientemente preparados para ensino. Por isso, questionava se é possível ensinar aos alunos algo que os próprios lentes

⁵¹ Relembramos os leitores que, no ano seguinte, no jornal *Revista Juvenil* de número 8, voltaram a criticar os concursos para seleção de professores, conforme já mostramos. Assim, o concurso para seleção de professores foi uma questão debatida pelos estudantes nos dois periódicos maranhenses.

não aprenderam corretamente ou aprenderam como “língua morta”, e como cobrar dos alunos a tradução de um texto que nem mesmo os professores poderiam traduzir. Maciot defendia, dessa forma, que o bom preparo do professor era premissa para um bom ensino.

Por fim, além dessas, o escritor do artigo apresentou outros problemas, relacionados aos valores morais da obra selecionada para o exame e, depois, a sua utilidade:

Também entendemos que de uma obra, adoptada para extracção de pontos de exames, se deve evitar, a escolha de todos aquelles que possam despertar malícia nos espíritos dos jovens estudantes. Professores e examinadores honestos não devem deixar de os evitar, mesmo para não comprometterem a sua dignidade, arriscando-se ao desprestígio pelo desrespeito, que naturalmente acompanha, naquelas tenras edades, a reproducção de um pensamento desonesto. (A MOCIDADE, 1876, n. 18, p. 1)

Entendia-se que a obra selecionada apresentava elementos que desmoralizava os leitores, ou lhes despertava a malícia. Por isso, sugeriu Maciot que os professores e examinadores evitassem a obra para que, eles próprios, não caíssem em desprestígio moral. Então, pontuou, de acordo com sua análise, a inutilidade da obra:

Seria perder tempo o pretender convencer-os, por meio de razões de princípios, que os seus tão apreciados *Fastos da Igreja* não são mais do que um montão de prosa, bom para pasto de traças e de baratas, porque nem pode offerecer utilidade alguma, que se pareça com o de estrume de Ennio. Este pode servir ao poeta de Mantua para dar seiva ás delicadas plantas, e fazer desabrochar as mimosas e primorosas flores, dos seus encantadores jardins do Menalo, do Pierio, da Piado, do Helicon, e do Parnasso; mas aquella estrumeira prosaica de Rebello da Silva só pode, comparativamente, dar seiva a capim de burro, agradável ao paladar de carneiros e de camellos, ou, quando muito, às cavalgadas dos padres da Egreja Romana.
[...]

Se se deixar tal monturo por mais tempo exposto aos raios do sol da instrucção, o mais que se pode levantar d'elle é grande quantidade de miasmas, que acabe de suffocar a literatura portugueza, com grande quantidade de poeira, que lhe tolde a atmosphaera, fazendo espirrar d'estrondo os olfatos mais delicados, e obcecar a vista aos espíritos mais parvos (A MOCIDADE, 1876, n. 18, p. 2).

Em seguida, afirmou que a obra não serviria para nada, nem como o “estrume de Ennio” serviu a Virgílio. Aqui, Maciot fez uma analogia com o que o poeta Virgílio havia feito com os textos de Ennio. A autora Maria Zely de Souza Muniz, no artigo *O sentimento de piedade de Enéias – herói de Virgílio* (1972), esclarece a relação entre os escritores romanos Virgílio (70 a. C. – 19 a. C.) e Ennio (239 a.C -169 a.C), do qual o estudante do Maranhão, Maciot, se apropriou para criticar a obra *Fastos da Igreja*:

Virgílio imitou muito. A imitação é contínua nas *Bucólicas*. Virgílio copiou de Teócrito não só os assuntos, mas também versos inteiros. Homero serviu-lhe de modelo para a *Eneida*, e ele fez por assim dizer num só poema uma *Iliada* e uma *Odisséia*. Também socorreu-se dos velhos poetas latinos, como Navio, Alcio e sobretudo Ennio, dos quais se apropriou dos formosos versos e de belas palavras. ‘Eu tiro ouro, dizia ele, do estreme de Ennio’. (MUNIZ, 1972, p. 58)

Portanto, o trecho de Muniz (1972) auxilia na compreensão do Maciot estava referindo-se: Ennio foi um escritor do qual Virgílio, um dos mais reconhecidos poetas da Antiguidade, se apropriou das obras para criar seus poemas. Então, para os estudantes, a obra de Rabello da Silva não servia para nenhum tipo de apropriação por parte de qualquer outro autor, e serviria apenas para dar seiva a “capim de burro”.

Apesar de dedicarmos a última sessão dessa tese a literatura, não podemos deixar de frisar aqui a maneira como os estudantes dos jornais do Maranhão empregavam e articulavam com facilidade a literatura de grandes expoentes da literatura mundial em seus escritos, de forma a nos evidenciar que a literatura era parte constituinte da vida e do cotidiano desses estudantes, pois tinham amplo conhecimento nessa área. O leque de referências que os estudantes citavam em seus artigos atesta o valor da literatura para esses estudantes.

Uma análise próxima a apresentada com obra *Fastos da Igreja* foi realizada, novamente por Maciot, no número 24. O estudante anunciou no artigo de fundo, “O espírito da instrução oficial, e o de Chateaubriand”, do 24º número, que as obras de François-René de Chateaubriant (1768-1848), *Martyres* (1809) e *Gênio do Cristianismo* (1802) foram acrescidas no programa de exame de preparatórios de 1876 pelo Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária⁵².

⁵² O Conselho Diretor foi previsto e regulamentado no Decreto nº 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, ou seja, na Reforma da instrução de Couto Ferraz. Sua função era inspecionar os estabelecimentos de públicos e particulares de instrução primária e secundária do município da corte, conforme consta no artigo “do Decreto: “Art. 1º A inspecção dos estabelecimentos publicos e particulares de instrução primaria e secundaria do municipio da Côrte será exercida; Pelo Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Imperio, Por hum Inspector Geral, Por hum Conselho Director, Por Delegados de districto” (BRASIL, 1854). Era composto pelo Inspetor Geral (presidente), o Reitor do Colégio de Pedro II, dois professores públicos e um particular de instrução primária ou secundária, que se distinguissem no exercício do magistério, e fossem pelo Governo designados no fim de cada ano. No artigo 11º, apresentaram o seria especialmente cuidado por esse Conselho: “Art. 11. O Conselho Director tomará parte em todos os negocios em que a sua intervenção he exigida por este Regulamento. Terá especialmente a seu cuidado: 1º O exame dos melhores methodos e systemas praticos de ensino. 2º A designação e revisão dos compendios na fórmula do Art. 4º. 3º A criação de novas cadeiras. 4º O systema e materia dos exames. Em geral será ouvido sobre todos os assumptos litterarios que interessem a instrução primaria e secundaria, cujos melhoramentos e progresso deverá promover e fiscalisar, auxiliando o Inspector Geral.” (BRASIL, 1854).

O exame do autor acerca dessa obra não foi menos duro do que o que realizou com o de Rabello da Silva:

Sim, senhores monopolisadores das chaves da sapiência! escolhas d'estas são as mais acertadas, para vos ajudar na grandiosa tarefa de levar, em nome do progresso, o embrutecimento ás massas populares, e d'ahi reconduzir os povos ao obscurantismo ! E' pela creança que se forma o caracter do homem, elemento do povo; e n'elle o moral não pode tornar-se um instrumento dócil ás vossas vontades, senão pela confusão levada ao intellectual!

Por um tal systema de instrucção, e de educação, tereis sem duvida mui beatos resadores de ladainhas em vez de úteis trabalhadores;—fundadores de irmandades religiosas, da invenção da vossa egreja, que tendam a enervar a sociedade pelo embrutecimento resultante das intermináveis discussões da maçonaria devota com o catholicismo embusteiro, em vez de colonizadores, que augmentem a força da nação, e a dignidade da illustração nacional, pelo systema de estabelecimentos agrícolas consecutivos:—enthusiastas de procissões, em vez de desobstruidores do rios e de abridores de canaes e vias-ferreas, que facilitem os transportes das mercadorias, animando a agricultura; —creadores de empregos públicos para sustentar classes improductivas, pesadas, e encommodas á sociedade, em vez de estabelecimentos de fabricas, que utilizem as forças, e sustentem dignamente familias;— oradores de tribuna, que entretenham o publico com admiráveis frioleiras, em vez de verdadeiros homens de sciencia, que procurem a perfeição na simplicidade;... mas, emquanto os povos de raça latina forem importunando o Filho de Deos, aborrecendo até os próprios Santos do calendário com o seu eterno Ora pro nobis ! Ora pro nobis !—os povos de raça saxonica, e anglo-saxonica, com os das outras raças do Norte, que já têm comprehendido que orações sem trabalho são requerimentos indeferidos, e que discursos balofos só servem a elevar espíritos gazozos, irão, sem tanta fé catholico-apostolico-romana, tratando de cultivar a terra, e de aperfeiçoar seus productos, sem o indispensável emprego dos instrumentos de lavoura, e úteis estabelecimentos de industria, bem como das sciencias verdadeiras, que tendam a levar estas únicas fontes de prosperidade ao seu ultimo gráo de perfeição.

Proseguí pois, luzeiros nebulosos, na vossa empenhada tarefa de obscurecer a razão aniquilando o entendimento. Já que não podeis tornar-vos notáveis trabalhando pelo bem da humanidade n'uma sociedade illustrada, proseguí na vossa empresa de obscurantismo n'uma sociedade na maior parte corrupta, graças á vossa influencia, e por isso susceptível do mais crasso enembrotecimento! (A MOCIDADE, 1876, n. 24, p. 1).

O trecho é rico para nos esclarecer o posicionamento dos estudantes desse jornal acerca da religiosidade exacerbada, utilizada propositalmente para docilizar os cidadãos e torna-los menos críticos e, ao menos tempo, mais alienados, e sobre como concebem a economia e o desenvolvimento material da nação. Educar com base na religiosidade exacerbada era desenvolver cidadãos preocupados unicamente com os preceitos morais e religiosos e, além disso, sujeitos mantenedores do patronato. A docilidade ocasionaria a formação de sujeitos improdutivos que em nada colaboravam para o desenvolvimento da

economia brasileira, que não seriam trabalhadores, pois apenas oravam. Como exemplo, mencionou os habitantes do Norte, como o da raça saxônica, que já entendiam que “orações sem trabalho são requerimentos indeferidos”. Com esse exemplo mostrava que era preciso trabalhar, cultivando a terra, aperfeiçoando os produtos, empregando os instrumentos de lavoura, criando úteis estabelecimentos de indústria, e aplicando ciências verdadeiras.

Maciot concebia a educação não como aquela que formaria sujeitos dóceis, que eram conduzidos, mas como aquela que formaria “úteis trabalhadores”. Como se pode notar, os estudantes tinham uma visão utilitarista da instrução, já que para eles, a instrução estava intimamente ligada ao desenvolvimento econômico do país. Aliás, o desenvolvimento econômico e o progresso da nação eram os maiores benefícios firmados pela educação. Assim, a instrução calcada unicamente na moral religiosa não contribuiria para o incremento das forças econômicas. Essas forças econômicas, segundo pontuou o autor Maciot, eram sustentadas pela formação de cidadãos trabalhadores, colonizadores, na ampliação do transporte para facilitar a compra e venda de mercadorias, e, por fim, no estabelecimento de fábricas, isto é, no desenvolvimento industrial.

No jornal de número 26, prosseguiram com a discussão dessa obra na continuação do artigo “O espírito da instrução oficial, e o de Chateaubriand”. Se na primeira parte do artigo, Maciot criticou a obra, pois ela ajudaria a formar um cidadão docilizado e apático com relação ao progresso e desenvolvimento da nação, nesse número, discutiu a questão da soberania popular, pautado nos escritos bíblicos, em oposição explícita a monarquia ou aos governos absolutistas.

Maciot mostrou que, mesmo os ensinamentos cristãos pregavam a soberania do povo sob qualquer autoridade da realeza. O autor comprovou que não se encontra direito divino nas doutrinas em que “*potestatem exercent in eos*”. Esse termo em latim tem por tradução “os grandes exercem autoridade sobre eles”⁵³. Com isso, Maciot mostrou que não se encontra “direito divino” nos governos que exercem autoridade sobre o povo, pois aquele que teria mais autoridade seria o que mais serviços prestasse a humanidade, ou, que fosse servo do povo. Maciot sustentou que a lei antiga do “direito divino” de governar as nações era manifestado pela “soberana vontade dos povos”. Em outras palavras, o “direito divino” era a soberania popular. Tendo isso em vista, asseverou que esse “direito divino” não tinha caráter algum de absoluto, isto é, não era dado à realeza, não era permanente, nem hereditário, pois não deveria ser passado de pai para filho, permanecendo por décadas em uma única família e

⁵³ Esse trecho em latim corresponde a última parte de um versículo bíblico, encontrado em Mateus, 20:25.

atendendo aos interesses dela. O direito divino de governar deveria ser oferecido aquele que melhor atendesse aos interesses do povo, que era soberano. Como prova, utilizou o exemplo o Rei Samuel, que, de posse do cargo do rei, não passou o trono aos seus filhos, pois ele não pretendia perpetuar a monarquia hereditária com caráter de realeza absoluta. (A MOCIDADE, 1876, n. 26).

A partir dessas considerações, escreveu duras críticas no jornal ao regime monárquico, a partir do pensamento de Samuel: “realesa significa: *opressão permanente, exercida pela tyrannia desenfreada sobre o povo, para sacrificar a sua liberdade,—os interesses mais caros dos cidadãos, a dignidade das famílias, e as vidas dos subditos, á cubiça insaciável e á ambição monstruosa do soberano !*” (A MOCIDADE, 1876, n. 26, p. 2, grifos do autor). Por fim, entendia que a vontade popular deveria ser atendida “[...] por mais extravagante que seja, —quando mesmo desattenda ás mais sensatas observações em sentido contrario, porque se andar mal, da mesma realização dos seus desejos lhe resultará o castigo”. (A MOCIDADE, 1876, n. 26, p. 2).

No jornal *Revista Juvenil*, houveram outras críticas dos estudantes secundaristas a respeito dos exames gerais. Nas crônicas do terceiro número, o escritor confessou: “Estão próximos os exames geraes. Já estou com frio, e declaro que não posso mais continuar. Os exames geraes paralisam a penna do mais pintado chronista” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 3, p. 4). Então, no número quatro, mostrou que “Continuam os exames geraes. Tem havido – R – á valer. Pudera não! – Si os meus colegas andam com o juízo no reino... dos astros! – Si já veem “estrelas” até de dia!!” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 4, p. 4). O “R” do qual se referiu é de “reprovação”. Pela forma como escreveu o cronista, o momento da prova dos exames gerais era considerado decisivo, complexo e temeroso para esses estudantes.

No sexto número desse jornal, no ano de 1877, na seção “Apontamentos litterários”, com o título “O ensino”, os estudantes apresentaram uma denúncia relacionada ao patronato, assunto antes debatido no primeiro jornal do Maranhão. Inicialmente, evidenciaram alguns avanços que atingiram diretamente a da classe estudantil:

Os vetustos castelos da educação antiga já há muitos desmoronaram, e sobre suas ruínas ergueo-se altaneiro o edificio da civilização moderna.
Com o perpassar dos séculos, com o rápido volver dos tempos – os férreos prejuízos, os rudes preconceitos, bem como os hábitos inverterados – foram pouco e pouco sendo cortados.
Foi então que a mocidade, sacudindo de si os grilhões que tyramnicamente estreitavam-na, - vio proclamada sua autonomia intellectual.

A férula, labéu da velha antiguidade, verdugo da mocidade de então, - teve de recuar deante do estímulo dos sãos conselhos, da branda admoestação e do premio ao mérito.

Do terror que ella então causava, resta apenas uma execranda memoria.

O *magister dixit* – que, embotando o espirito do alumno, o empedia de desprender o vôo para o mundo das investigações, - está completamente abolido pelo methodo actual de ensino.

Hoje, graças a esses grandes motores do progresso, podemos ver as cousas por outro prisma.

A mocidade entusiasta já olha sobranceira para o horisonte das lettras, e diz com fé: «Alem me aguarda um bello porvir!»

Se prossegue com passo firme, tem certeza de levar seu voto á urna do progresso, em prol da posteridade.

Os estabelecimentos de instrucção estão abertos e n'elles tem ingresso ricos e pobres, nobres e plebeos.

A capacidade e conducta de cada um por sua vez os distinguirá. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 6, p. 1).

O que pode se notar é que os avanços citados são aqueles que colocavam o indivíduo, ou o estudante, em uma posição de centralidade. Citaram a autonomia intelectual, que estava relacionada, primeiramente, a seleção de alunos devido ao mérito individual, sem apadrinhamento, isto é, sem a influência do dinheiro, por exemplo. Outro ponto mencionado foi a abolição do “magister dixit”, expressão que significava o “O mestre disse”. Ela era utilizada nos casos em que não se pudesse contestar uma afirmação ou teoria, já que ela fora cunhada por um intelectual que era referência em determinado assunto. Assim, o uso dessa expressão boicotava o aluno em suas investigações científicas, já que não era necessário, nem permitido abrir dúvida sobre o incontestável. Relacionou-se, no trecho, essa expressão ao então “atual” método de ensino, o que nos permite entender que o método de ensino que fizeram menção dava mais autonomia para a investigação discente e a possibilidade de contestação por parte dos alunos.

Por fim, o último ponto de progresso que podemos destacar foi a afirmação de que as instituições de ensino estavam abertas para ricos e pobres. Essa constatação dos estudantes estava relacionada a questão do mérito, já que, o mérito nem sempre está relacionado a condição financeira, mas a capacidade e a conduta de cada um, isto é, ao esforço, que acaba por os distinguir. A centralidade era passada ao indivíduo, portanto, e sua vitória unicamente ocasionada por seu mérito. Além disso, reafirmação a defesa de uma escola para todos, pontuada pelos estudantes em inúmeros outros momentos.

Verificaram que a educação deveria ser baseada no mérito, e que, devido a isso, era para todos. Porém, essa não era uma realidade no Maranhão, já que se distinguiam ou arremetiam-se aqueles que eram auxiliados pela condescendência, aqueles afortunados que

possuíam certo privilégios, beneficiados pelo patronato, assim como anunciado por Haidar (1972) em seu texto. Por esse motivo, defenderam a igualdade no rigor ou na condescendência.

Nas crônicas do 9º número, a notícia foi da suspensão dos exames gerais:

Com a chegada do vapor, espalhou-se a noticia de que tinham sido extinctos os exames geraes. Os estudantes puseram a boca no mundo; uns approvando tal resolução, outros reprovando, abundavam cada qual em seus argumentos. Uns viam neste acto a separação forçada que em breve iam soffrer, outros um obstáculo a sua felicidade. Entre estes o que mais me commoveo, foi o Nozuilem que me appareceo queixando-se que não veria a festa dós Remédios, pois antes tinha de retirar-se, afim de chegar a tempo dos exames na Bahia. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 9, p. 4).

Os redatores replicaram a notícia no número seguinte:

A noticia da suspensão dos exames geraes n'esta provincia poz em sobresalto os rapazes, que encontravam-se em todas as partes principalmente na Bibliotheca Popular, Hotel, e na botica do senr. Pinheiro. Fallando serio, o negocio nos encommodou, pois viamos os nossos bellos planos frustrados; não podiamos assistir (estão de accordo comnosco todos os jovens, que, como nós teem de se retirarem no fim do anno para Pernambuco, Bahia ou Rio de Janeiro afim de lá se matricularem nos cursos superiores do Império) a popular festa de N. S. dos Remédios, uma das mais brilhantes e pomposas que se fazem n'esta provincia.

Mas o Redactor do Paiz, que tem-se mostrado accerrimo defensor dos exames geraes n'esta provincia, consolou-nos, dizendo que ha exames em Dezembro e talvez em Junho.

Deus permitia que assim succeda. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 10, p. 4).

As crônicas mostraram mais uma deliberação do governo, que agradou a alguns e desagradou outros. Os trechos sobre os exames gerais demonstram a volatilidade com que o governo expedia políticas públicas que modificavam as configurações dos exames gerais, sobretudo nas províncias. Os estudantes eram os principais atingidos por essas políticas, que expressavam seu julgamento e descontentamento em seus periódicos. Esses periódicos foram as armas de reivindicação de direitos por parte dos estudantes secundaristas.

3.2.2.1.3. “[...] o primeiro bem do homem deve ser a verdade: verdade na moral, que determina os deveres que têm os homens a cumprir nessa vida [...]”]: A educação moral

Além dos artigos em defesa da instrução, e dos com teor críticos, a instrução de preceitos e virtudes morais foram sublinhados nos jornais maranhenses. No início do jornal A

Mocidade, nos números 5 e 6, publicaram uma tese que tratava de preceitos morais relacionados a amizade. No entanto, foi a partir do número 23 do jornal *A Mocidade*, e, como continuação, no jornal *Revista Juvenil*, que artigos que colocavam a moral como objeto adquiriram constância. Assim, nos dois jornais, muitos textos davam pinceladas moralizantes sutis, nas entrelinhas, ao mesmo tempo em que encontramos artigos inteiros para a instrução moral dos leitores. Portanto, nesse subtópico, apresentamos os artigos e textos maranhenses cuja finalidade era a moralização do leitor.

O quadro 11 expõe os números dos artigos que tratam exclusivamente da moral nos jornais maranhenses:

Quadro 12 - Artigos moralizantes publicados no jornal *A Mocidade* e *Revista Juvenil*:

A MOCIDADE	
Número	Título do(s) artigo(s)
5 11/089/1875	“These dissertada no Atheneu Maranhense, pelo sócio A. Arthur de S. Rosa”
6 20/09/1875	“These dissertada no Atheneu Maranhense, pelo sócio A. Arthur de S. Rosa” - Conclusão
23 21/03/1876	“Em que consiste a felicidade?” “A quaresma”, texto das crônicas “Columna Telegraphica”
24 16/04/1876	Folhetim “O espelho de Chiquinha”
26 14/05/1876	“O materialismo”
27 21/05/1876	“Os jesuítas em face do século”
28 06/06/1876	“O materialismo” – Conclusão “Os jesuítas perante a história”
29 24/06/1876	“Os jesuítas perante a história”
REVISTA JUVENIL	
Número	Título do(s) artigos(s)
1 10/08/1876	“A vida de além túmulo” “Epistola”
3 04/11/1876	Texto sem título na introdução do número
4 16/12/1876	“Religião”
8 02/04/1877	Texto sem título, artigo de fundo do número
9 17/04/1877	Texto do cronistana seção “Cousas e Lousas”
11 23/05/1877	“Sobre as causas dos nossos erros”

Fonte: Elaborado pela autora

É possível observar, pela leitura do quadro, que, sobretudo a partir do 23º número do jornal, os artigos com teor moralizante tornaram-se um tema em destaque nos periódicos maranhenses. No jornal *Revista Juvenil*, por exemplo, que publicou 13 números, 6 deles traziam um texto moralizante, isto é, quase a metade do periódico. Além disso, a leitura dos artigos revelou que quase a totalidade dos artigos defendiam os preceitos e virtudes morais da Igreja Católica, isto é, os preceitos e virtudes morais religiosos.

No jornal *A Mocidade*, o primeiro artigo a tratar da moral como objeto central foi a tese dissertada na sociedade literária Atheneu Maranhense, pelo sócio A. Arthur de S. Rosa. A tese foi iniciada com duas questões: “O que é amizade? Quaes são os deveres e direitos do amigo?”. Para responder a essas questões, o artigo foi dividido em duas partes, sendo a primeira no número 5, e a segunda parte no 6º número. O texto apresentou algumas definições sobre amor e amizade, defendendo a superioridade da amizade, mesclando, junto a isto, doses de ensinamentos morais que indicavam, por exemplo, quais eram os deveres de um amigo.

No início do artigo, explicou que apresentaria a diferença entre amor e amizade, já que, segundo ele, era difícil definir amizade, “[...] pois este sublime sentimento, que orna o coração humano, confunde-se as mais das vezes com o amor, que è o elo que liga Deos á humanidade, e a humanidade á Deus” (A MOCIDADE, 1875, n. 5, p. 2). Antes de compará-las, elencou algumas características: para ele, a amizade, encarada do lado psicológico, era uma ideia inata e simples ao espírito humano e, por isso, não poderia ser definida com todos os predicados de uma lógica sã e vigorosa; posicionou a amizade no “número das nossas paixões” e, sendo a nomenclatura das paixões infinita, era “difícil mostrar com evidencia qual o circulo á que pertencem os sentimentos que mais falão ao coração que ao espirito” (A MOCIDADE, 11875, n. 5, p. 3); finalmente, entendia que a amizade tinha intima correlação com o amor, e pouco mais ou menos com as palavras inclinações, ternura, amor, amores. Esclareceu que amor e amizade são, portanto, sinônimos comparativos, e, por isso, trataria de cada uma separadamente, mostrando as acepções em que são tomadas essas palavras, bem como assinalando o seu verdadeiro sentido na hermenêutica.

O autor da tese tinha, resumidamente, a compreensão de que a amizade era suave e, por isso, duradoura, ao passo que o amor, por ser intenso, tinha menor duração. Após essas considerações, concluiu essa parte da tese afirmando que nem o amor sagrado e nem o profano eram admitidos pela sã moral quando trouxessem consigo o “cunho da exageração”. Para ele, tudo tinha um meio termo e este não deveria ser ultrapassado, pois, com isso, seria infringida a lei moral.

Na segunda parte da tese, Arthur Rosa explicou que, a partir dos pensadores neoplatônicos, ficou demonstrado que “o corpo não se deve desprezar para se purificar a alma, porque isso é um estado contra a natureza e repellido pelas leis da sã moral” (A MOCIDADE, 1875, n. 6, p. 2). Utilizou, como exemplo, São Bernardo que, cuidando somente da alma, com longas macerações e vigílias constantes, descuidou-se do corpo, deixando-o estragar. Então, alertou que os sacerdotes que não mirassem o bem comum e se entregassem só a vida contemplativa não cumpriria seus deveres, nem daria bons exemplos. Portanto, faz um apelo moral aos seus leitores: “amemos tanto ao Creador como aos nossos semelhantes, mas em seus limites, e assim procedendo praticamos um acto meritório” (A MOCIDADE, 1875, n. 6, p. 2).

Após essas considerações, voltou a discorrer sobre o amor e a amizade. Para ele, o amor é necessário ao coração, assim como a instrução à alma, e quem não ama não vive. A amizade é suave e agradável e não atormenta o espírito, já o amor é forte como a morte, gera ciúme e é cruel. Entendia que haviam diferenças entre amor e amizade, mas o amor, que é paixão violenta e inconstante daria lugar e seria substituída pela amizade de maneira santa e elevada. Isso significa que o amor, depois de um tempo no coração, tomaria posse da alma e se tornaria amizade, que é um sentimento que nunca morre e sempre vive além das tempestades da vida.

O autor apresentou, em seguida, o conceito de amor perfeito segundo Padre Vieira: o amor perfeito “[...] vive imortal sobre a esfera da mudança e não chegam lá as jurisdições do tempo; nem os anos o diminuem, nem os séculos o enfraquecem, nem a eternidade o cançam” (A MOCIDADE, 1875, n. 6, p. 2). Para Arthur Rosa, estava claro que o Padre Vieira, falando em amor perfeito, estava se referindo a amizade e não amor propriamente dito. Ele explicou que não nega a existência do amor, mas que ele é variável e inconstante, e essas qualidades não podem conservar-se por muito tempo intacto sem perder a pureza. Só a amizade podia subsistir por muito tempo, porque tinha em si o caráter de persistência e gravidade.

Citou na sequência os termos “inclinação” e “ternura”, em que inclinação era a disposição a bem estimar e bem querer, mera impressão que acabava sempre sem o menor cuidado ou atenção. A inclinação podia tornar-se amor ou amizade, mas quando em trato contínuo. A ternura resultava tanto do amor como da amizade. Era mais ou menos viva segundo o grau de sensibilidade de cada coração; espécie de delicadeza que se usa para com as pessoas a quem se tem amor ou amizade, transporte da alma que ainda mais encanta o doce nome de amigo. O estudante diferenciou “amigo” e “conhecido”, deu um conselho sobre como se deve escolher um amigo, para não se adquirir amigos falsos. Prosseguiu explicando

que um amigo é um irmão dado pela sociedade ao passo que um bom amigo é o mesmo que um bom irmão. Ambos possuem seus deveres um para com o outro: fidelidade, tolerância, proteção e delicadeza. Dessa forma, pontuou os preceitos morais para se conservar uma amizade. Os direitos, por sua vez, têm relação com os deveres, já que, quem é fiel deve receber fidelidade do outro, quem tolera deve receber tolerância.

Elencou, ao final do artigo, alguns exemplos de amizade na história, como Damon e Pithias⁵⁴, que viveram no tempo de Dionísio. Para concluir a tese, defendeu que a amizade é um sentimento sublime e elevado e um dos maiores benefícios que o homem pode gozar na terra, mas que só sabem apreciar as nobres almas. O homem que possui amigos “[...] é a verdadeira imagem do Creador sobre a terra” (A MOCIDADE, 1875, n. 6, p. 3). Ao contrário, o homem que não tem amigos é infeliz, vive abandonado e isolado, como um deserto árido, pois não tem a quem depositar confidências, pedir consolo, tomar suas alegrias.

No jornal de número 23, Arthur de S. Rosa voltou a escrever um artigo, cujo tema aproximou-se da moral, intitulado “Em que consiste a felicidade?”. Em um primeiro momento, o estudante apresentou uma reflexão filosófica sobre a felicidade, buscando em algumas escolas da filosofia explicações para o tema. Segundo ele, a questão foi diversamente explicada pelas escolas de filosofia antiga e moderna, porém “[...] as opiniões que nasceram das controvérsias que se travaram à respeito d'este assumpto tão importante, podem-se dividir em quatro principaes, á saber: a dos Epicuristas, a dos Cyrenaicos, a dos Stoicos e a dos Peripateticos” (A MOCIDADE, 1876, n. 23, p. 1). A maneira que esses autores foram citados revela o domínio, por parte desse aluno, de seus escritos filosóficos.

A conclusão de Arthur Rosa chegou, após apresentar e analisar as escolas filosóficas citadas acerca da felicidade, foi a de que a “luz da razão não conseguiu descobrir o enigma real da vida e só d’isso era capaz religião christã” (A MOCIDADE, 1876, n. 23, p. 3). Não havia, dessa maneira, uma explicação racional e filosófica para a questão da felicidade. Para esse autor, a doutrina do “Martyr de Golgotha” era a verdadeira e santa, pois dá todos os meios do homem aperfeiçoar-se e preencher o seu fim, isto é, achar a sua felicidade, sem, contudo, desconhecer a sua origem e destino. Explicou que foi necessário nascer o Evangelho

⁵⁴ O escritor da tese contou que Pythias estava condenado a morte, mas teve que retirar para sua cidade de nascimento para resolver alguns negócios. Deixou Damon, seu amigo, como fiador de sua cabeça. Chegou o dia da condeção e Pythias não havia voltado. Por isso, nobremente, Damon foi pagar com sua vida a dívida do amigo. Porém, Pythias chegou a tempo para ocupar seu lugar na condenação, mas Damon disputou a honra e a glória de morrer no lugar do amigo, mas Pythias não aceitava. Ambos choraram amargamente a sua sorte. Dionísio, após cena tão comovente, perdoou Pythias e pediu licença para tomar parte de uma amizade tão elevada.

para que nascesse a doutrina cristã, única que conduz ao verdadeiro fim e nos mostra a nossa origem.

Finalizou o artigo aconselhando que somente “na prática da virtude é que está a felicidade, acompanhada de um justo temor e uma sublime esperança da vida eterna” (A MOCIDADE, 1876, n. 23, p. 3). Portanto, Arthur Rosa defendeu, em outras palavras, que somente seguindo a doutrina cristã, apregoada no Evangelho, é que se alcançaria a verdadeira felicidade. A difusão e defesa da moral cristã foi uma das marcas dos textos moralizantes desses jornais. Conforma evidenciamos, em alguns momentos, sobretudo nos textos com teor político, os estudantes colocavam-se contra a Igreja Católica em seu envolvimento com as questões do Estado. O que defendiam, portanto, já se encaminhava para a defesa do Estado laico. Porém, no que tangia a instrução de preceitos morais, a religião cristã, sobretudo a Católica, era a mais adequada para ensinar e fazer nascer no homem as virtudes necessárias à vida.

Uma aproximação entre a moral e os preceitos da Igreja pode ser observada nas crônicas do número 23. Nelas, Demócrito analisou e debateu algumas atitudes imorais realizados nos cultos externos promovidos pela Igreja Católica, e sobre o namoro na igreja. Iniciou citando a quaresma, quando apresentou uma notícia:

Estamos em pleno reinado do bacalhau e do feijão e próximos de arrepender-nos dos peccados, quê por ventura tenhamos cometido no intervalo que medeia entre as duas quaresmas.

E' tempo de confissão, e arrependimento sincero por isso é bom pôr termo á tiranna, e falar menos mal do próximo: é o conselho que dou aos tagarellas e bisbilhouteiros.

Emendem-se; emendem-se enquanto é tempo, e depois não digam que ninguém os avisou de que Satanaz os espera no inferno com as caldeiras em brasa e o espeto acceso na mão, para massacrar e queimar-vos sem piedade alguma. [...] Compreenderam?? ... dirijo-me especialmente aos hyprocritas. Ah! Espeto de Satanaz !!! (A MOCIDADE, 1876, n. 23, p. 4).

A linguagem dura de Demócrito evidenciou uma faceta moralizadora do cronista. Ele considerava que atitude de “falar mal dos outros” e a hipocrisia eram pecados, e, portanto, imorais, que padeciam de arrependimento. Uma das formas de induzir o leitor a não praticar atos imorais era por meio da ameaça de que o “Satanás” estava esperando-os no inferno.

Acerca da quaresma, sobretudo das procissões desse período, prosseguiu Demócrito acentuando que ela parecia que estava decaindo, tendo como consequência a falta de dinheiro e certos abusos que desfiguravam a finalidade das procissões e outras práticas da Igreja Católica. (MOCIDADE, 1876, n. 23). Para o autor, a instrução moralizava as pessoas.

Portanto, a procissão não era necessária aos instruídos, pois estes já eram moralizados e enxergavam além do físico, do material. A procissão cumpria o papel de moralizar apenas os não instruídos, pois eles só viam o que era material, não se colocavam acima da matéria, do físico, e, portanto, necessitavam de algo que lhes impressionasse os sentidos, que lhes fizessem compreender o ideal e o espiritual das coisas. Prosseguiu sua explanação sobre os cultos externos explicando que as ladainhas eram frequentadas por negros “vadios” que queriam matar o tempo de trabalho. Por esse motivo, elas deveriam ser extintas. Outro exemplo que citou acerca das procissões foi que os rapazes que acompanhavam as imagens dos santos não o faziam por devoção, mas para ver as moças bonitas e algumas pessoas frequentavam para se exibirem.

O último argumento mencionado pelo autor foi acerca da higiene. Ele explicou que, além dos inconvenientes citados que ocorrem na procissão, acresce o da chuva. As procissões eram realizadas no inverno, e, por isso, era raro um dia que não houvesse chuva. Então, os fiéis acompanhavam a procissão pingando suor, até que caísse a chuva. Decorrente disso, originavam inúmeras doenças e alguns até iam para o túmulo. Assim, diante de todos os argumentos, “conclue-se que as procissões vão de encontro á moral e a hygiene, portanto a sua existência é inútil e maléfica, e visto isto devem ser extinctas” (A MOCIDADE, 1876, n. 23, p. 4).

Nas crônicas do mesmo número, Demócrito apontou outro ato praticado na Igreja que, segundo a sua opinião, não condizia com as virtudes morais, que era a questão do namoro (A MOCIDADE, 1876, n. 23). Ele entendia que namorar na igreja era desrespeitá-la e profaná-la. Por isso, aconselhou o belo sexo a não namorar na igreja, mesmo que recebessem a corte, a qual deveriam negar para seguir ao bom senso. Chama a atenção o fato de o cronista aconselhar o belo sexo a recusar a corte do cavalheiro, mas não ao cavalheiro não fazer a corte a menina por ser contra a moral. Dessa forma, deixou transparecer que, neste caso, era papel do sexo feminino a conservação dos valores morais.

Abrimos um parêntese para destacar que eram poucos os textos que se direcionavam ao sexo feminino nesses periódicos. Além deste conselho apresentado as meninas no número 23, no número seguinte publicaram uma narrativa moralizante ao belo sexo. Pontuamos, como hipótese que não se escrevia com frequência às meninas, pois o jornal era lido, em sua maioria, por estudantes do sexo masculino. O quadro de redatores dos jornais⁵⁵ era masculino

⁵⁵ Conforme indicaram os periódicos maranhenses, os cronistas, por exemplo, eram estudantes do sexo masculino. No número 27, Arthur Rosa agradece “amigo, Alfredo M. Barro d’O. Lima, os serviços constantes e dedicados que prestou-me durante o tempo que estive na redacção d’este periodico” (A MOCIDADE, 1876, n.

e não existiam meninas que participavam, como membro, das sociedades literárias vinculadas aos jornais maranhenses. No entanto, muitos textos literários, como poemas, sobretudo os de amor, eram escritos para uma mulher e a ela dedicado, assim como os contos cujas protagonistas eram mulheres. Isso indica que as meninas, de certa forma, tinham contato com esses periódicos.

No número 24, por exemplo, publicaram um folhetim às meninas intitulado "O espelho de Chiquinha", narrativa com teor moralizante. Na narrativa, Chiquinha, personagem principal, era uma "linda menina de dezesseis anos" (A MOCIDADE, 1876, n. 24, p. 1). Ela era linda, pois era alva e tinha cabelo negro, os olhos eram negros e tinham um brilho atraente e irresistível, as faces tinham cor fresca de pétala de rosa, assim como as mãos, que tinham a maciez dessas pétalas. Além disso, ela era boa, afinal, não existia mal no coração de uma mulher de dezesseis anos. Porém, além de alguns pequenos defeitos, como o sentimentalismo excessivo, "podia se dizer sem medo que era um anjo, pela bondade de seu coração e pela amabilidade de suas maneiras" (A MOCIDADE, 1876, n. 24, p. 1).

O autor do texto narrou que havia um rapaz, a qual chama de F., que frequentava a casa da menina. Ele era um bom rapaz, e profundamente convicto de suas crenças e as vezes sacrificava tudo para sustentar suas crenças. Devido a convivência, F. passou a ver Chiquinha com outros olhos, mas guardava um dos seus principais princípios, que era ser galanteador o menos possível. Uma noite, F. apertou a mão de Chiquinha e está retribuiu. Eles se amavam, contudo, um dia, ele mostrou indiferença para com ela, buscando manter suas convicções. Ela se sentiu despeitada e chorou muito. Ao se olhar no espelho, viu que ficava feia chorando e, prometeu nunca mais chorar.

A narrativa destacou características físicas da garota. A pele clara e rosada, os cabelos e olhos negros constituíam um padrão de beleza. Destacamos a diferença com que descreveram o menino e a menina: o menino era sério, frio, e convicto de seus ideais, que ponderava em todas as possibilidades, como quando pensou que poderia ser usado como brinquedo. Já a menina era boa, mas sentimentalista.

No entanto, após ser desprezada pelo menino, e chorar até o ponto de ficar feia, ela deu a volta por cima e prometeu a si mesma nunca mais chorar. No texto, o narrador deixou claro que após esse episódio, a menina perdeu seu defeito, que era ser sentimentalista. Assim,

27, p. 4). Arthur Rosa, era "redactor incansável d'aquelle [*A Mocidade*] periodico" (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 1, p. 4). No segundo número do jornal *Revista Juvenil*, apontaram o membro da comissão de redação: "Para o cargo de membro da comissão de redacção, vago por falecimento de A. Rosa, foi eleito o Sr. Carlos Pinho" (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 4). Esses são, portanto, alguns trechos dos jornais que indicam que a comissão de redação dos periódicos era composta por estudantes do sexo masculino.

no que tange a moral dessa história, o autor do texto buscou ensinar ao belo sexo que não se deve ser sentimentalista, deixando-se levar por um sentimento. Veiculou, além disso, o modelo de mulher, tanto nas suas características físicas, quanto emocionais e aos seus valores.

Após apontar o momento do jornal dedicado ao belo sexo, retornamos aos textos moralizantes, vinculados aos preceitos da Igreja Católica. Nos números 26 e 28, os redatores tornaram público um artigo com o título “O Materialismo”, assinado por Arthur de la Rivera, o Arthur Rosa. Neles, travou-se um debate acerca das correntes filosóficas que defendiam o materialismo, o espiritualismo e o ecletismo. O autor afirmou que, de todas as seitas filosóficas, a do materialismo era a mais absurda e inconsequente. O principal motivo de oposição ao materialismo foi que este não considerava a existência de Deus. Por isso, essa corrente ia contra os preceitos e ensinamento cristãos. O não reconhecimento de Deus trazia consequência, como a perda da fé e do respeito a tudo que era mais nobre, santo e elevado. O homem ficaria sem auxílio, esquecia as santas ideias da imortalidade da alma e da existência de Deus, não tinha esperança e fé em coisa alguma, e, por isso, deixava transparecer erros e crimes.

No número 28, voltando a tecer críticas ao materialismo, Arthur questionou-se “como e por que um filosofante materialista que não crê absolutamente em Deus, diz sem o menor pudor, que nada tem com a sociedade e com Deus porque nada lhes deve, e por isso também não quer e nem deve coibir-se de seus erros” (A MOCIDADE, 1876, n. 28, p. 1). O estudante entendia que a humanidade era injusta, cruel e fraca nos juízos quando não tem por divisa a caridade e por teto o amparo do “Creador do Universo”. Para ele, os “filosofantes” que seguiam essa doutrina não conhecem esses sistemas senão de tradição, e por achar bonito ser materialista já que estava na moda. Em outras palavras, para o autor, aquele que estudasse não escolheria seguir a doutrina, e os que a seguiam, seguiam devido aos modismos.

No jornal *Revista Juvenil*, os estudantes publicaram ainda mais artigos moralizantes, pois se observa, conforme evidenciamos no quadro do início desse subtópico, que em quase metade do periódico os estudantes publicaram um artigo para a moralização de seus leitores. No primeiro deles, “A vida de além-túmulo”, o autor do texto fixou a ideia de uma vida após a morte, isto é, de uma eternidade. Iniciou o texto explicando que havia na “existência do homem dous pontos extremos, diametralmente opostos e tão distante que um acha-se colocado dentro das raias do finito, enquanto que o outro é contido pelo infinito; sam dous polos da existência humana: em um hemisfério o nascimento, em outro a morte” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 1, p. 2). Para ele, o nascimento é o primeiro sorriso do homem, que acaba

de sair das mãos do criador. A morte, contudo, é o último alento exalado das faces do moribundo, quando o sopro divino o abandona.

O autor defendeu a ideia da relação entre corpo e alma, e que é preciso ser bom para alcançar o céu no pós-morte. (REVISTA JUVENIL, 1876). A existência da uma vida para a alma, após a morte do corpo, justificava-se pelo fato de que, na vida em terra, a justiça não era distribuída equilibradamente, de acordo com o mérito de uns, e demérito de outros. Muitas vezes, os praticantes de boas ações não eram premiados, ao passo que os que cometiam ações ruins, recebiam prêmios. Portanto, como na vida em terra o homem bom nem sempre recebia pelo bem que praticou, havia de existir uma vida após a vivida na terra onde a justiça fosse plenamente realizada. Assim, a partir desses argumentos, “parece bem evidente a necessidade de uma vida de além-túmulo” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 1, p. 2).

Além disso, para autor, aqueles que cultivassem a inteligência e as ciências, e praticassem atitudes virtuosas, teriam o nome gravado na memória das gerações, e sobre eles recairiam as bênçãos do Senhor. Nesse artigo, portanto, o autor argumentou a existência de uma vida da alma após a morte do corpo, onde a verdadeira justiça seria praticada. Porém, só entraria nessa vida de além-túmulo aqueles que verdadeiramente realizassem práticas virtuosas no mundo. Dessa maneira, persuadia seus leitores dos benefícios de ações morais e virtuosas na vida em terra, para, além de receber um lugar na vida de além-túmulo, ter seu nome gravado na memória das gerações.

Em “Epístola”, ainda no primeiro número, o autor discorreu sobre as riquezas, ilustrado pelo ouro. Iniciou com tom de incredulidade, afirmando: “Ouvir d’uns lábios murchos, d’um peito resequido pelas misérias humanas o brado do suicídio moral é quasi que natural, - porque a velhice encerra o que há de mais prosaico na vida: porém uma alma juvenil como a tua – descrer! [...]” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 1, p. 3). O autor referia-se a descrença no amor, pois, na sequência, complementou: “Mal compreendes a vida, e eis porque proclamas o teo scepticismo no amor e crês apenas no ouro como o cumulo da felicidade, quando esse louro metal não tendo o colorido da virtude e só doura a iniquidade e o luxo.” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 1, p. 3).

A crítica do autor residia no fato de pessoas não acreditarem no amor, mas no ouro, como meio de encontrar a felicidade. Porém, assegurou que o ouro dourava a iniquidade e o luxo. No texto, realiza uma associação do ouro, ou da riqueza, com a desmoralização, a tirania (pela presença do direito sem justiça) e a corrupção. Além disso, estabelece uma relação com a política ao afirmar que o ouro é contrário aos princípios liberais, já que, para ele, sustentava o despotismo, ostentava o absolutismo. Ao contrário desses ideais, defendeu que o “povo-rei”

era aquele que tinha legislação pura, arte e ciência em apressado, e liberdade, além de estimular a praticarem os princípios morais, como as boas ações, que era divisa da honra e da honestidade. Portanto, o artigo propôs aos leitores uma reflexão acerca da riqueza e seu caráter desmoralizante, bem como orientou certos princípios morais a serem seguidos. (REVISTA JUVENIL, 1876).

Conforme mostramos desde o início desse subtópico, os artigos evidenciam que os princípios e virtudes morais estavam, nos jornais maranhenses, vinculados, em sua maioria, a religiosidade, ou, em outras palavras, aos princípios morais da Igreja Católica. No texto publicado no terceiro número do jornal *Revista Juvenil*, o autor Rufino defendeu ideais interessantes acerca da relação entre religião e ciência, pois assumiu uma atitude de respeito perante aqueles que se declaravam ateus. A opinião do jornal acerca do ateísmo era clara e pode ser observada especialmente nos artigos que discorreram sobre o materialismo, por exemplo. Porém, neste caso, relativizou as crenças religiosas, enaltecendo a ciência.

Neste número, Rufino iniciou explicando que a liberdade do pensamento que surgiu da Revolução Francesa espalhou seus benefícios por todo o mundo, pois “o homem que revela suas opiniões, não viola uma lei, não transgredir um direito, mas ouve a voz de sua consciência, e obedece aos brados da voz da Razão.” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 3, p. 1). Ele acreditava na importância da religião, pois ela tinha o papel de consolidar as bases da nação, mas acreditava que quando a razão fosse difundida, se ocultaria a Igreja e com ela as superstições desregradadas, como a ideia de que aqueles que não pensassem como a Igreja fossem irracionais. Então, a filosofia dela hasteada articularia a palavra que tornaria o homem livre no pensar, no querer e no agir.

No artigo “Religião”, assinado por Zarmot e publicado no 4º número do periódico, o autor aborda temas relacionados a religião católica, ao protestantismo, e aos Jesuítas. Zarmot iniciou o artigo anunciando que uma terrível catástrofe parecia ameaçar a humanidade à destruição, levando-a ao caminho do crime, da degradação e da corrupção. A causa apontada pelo autor, portanto, era que a religião estava sendo batida, deturpada, e suas verdades caluniadas. Citou que o materialismo, o protestantismo, e o ateísmo como possíveis agentes que levariam a essa catástrofe. O materialismo e o ateísmo já haviam sido objetos de discussão por parte dos estudantes dos jornais maranhenses. No entanto, nesse artigo, o autor deteve-se especialmente sobre o protestantismo.

Zarmot entendia que os Jesuítas foram os responsáveis por defender Igreja Católica dos protestantes, e, naquele momento, saiu a Igreja vitoriosa. A reação dos protestantes, segundo o autor, foi entender que deveriam ferir primeiramente os Jesuítas, para depois a

Igreja. As armas, então, foram direcionadas aos Jesuítas. Os protestantes buscaram intervir nas eleições do papa por meio da calúnia, pois queriam “na cadeira de S. Pedro, não um apóstolo da Igreja, mas um instrumento aos seus infamantes desejos” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 4, p. 2).

O autor finalizou o artigo explicando que não demorou muito para que Deus castigasse os culpados pela extinção dos Jesuítas, pois uma geração não se tinha passado “e o cadafalso erguido aos padres serviu a nobreza” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 4, p. 2). Finalizou o artigo com um conselho moralizante: “Desenrolemos antes nossos olhos essa serie de calamidade que nos afligem, a fome a peste a pobreza & recordemos que só a religião aperta o crucifixo nas mãos gélidas do moribundo” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 4, p. 2).

Esse artigo, com o qual Zarmot saiu em defesa dos Jesuítas, não foi o primeiro a discorrer sobre essa companhia. No jornal *A Mocidade* foram publicados dois artigos sobre os Jesuítas: o primeiro atacava a companhia, e o segundo, de autoria de Arslan, debatia abertamente com o primeiro, atuando em defesa dos Jesuítas. Portanto, não havia um consenso entre os estudantes a respeito do que pensavam sobre Jesuítas.

O primeiro artigo sobre eles, assinado por Demo, intitulava-se “Os jesuítas em face do século”. Nele, o autor se colocou em oposição aos jesuítas com duras ofensas a essa companhia. Além dos assassinatos e das mortes cometidas na inquisição, o autor pontuou preceitos imorais defendidos pelos jesuítas para argumentar e justificar o motivo pelo qual se opôs a companhia dos jesuítas. No entanto, Arslan, autor do segundo artigo sobre os jesuítas no jornal *A Mocidade*, discordou de Demo, e apontou em seu artigo, publicado nos números 28 e 29, todos os equívocos teóricos e históricos cometidos pelo autor em seu artigo, saindo em defesa dos discípulos de Loyola. Para Arslan, Ignacio de Loyola não inventou a morte, mas, ao contrário, seguiu todos os preceitos mandados por Cristo, e a prova estava em tudo o que ele fez desde o princípio de sua vida até sua morte. (A MOCIDADE, 1876, n. 29, p. 2).

O debate entre Arslan e Demo demonstrou a concepção de Arslan de como realizar uma pesquisa científica. Para ele, era primordial ler as melhores opiniões que existiam sobre o assunto do qual buscava tratar, sejam essas opiniões pró ou contra o tema. Em outras palavras, Arslan demonstrou aos seus leitores a necessidade de um arcabouço teórico para escrita de textos científicos que tratem de qualquer assunto, para dar a esses textos veracidade, credibilidade científica e, portanto, uma base sólida.

Prosseguindo com os artigos moralizantes, retornaremos ao jornal *Revista Juvenil*, que em seu 8º número, no artigo de fundo, discorreu sobre a justiça de Deus e sua misericórdia. Esse artigo não possui título, nem autor. No início do texto, descreveram a condição do

homem enquanto sujeito imperfeito, desobediente, sujeito ao pecado e ingrato com Deus. Por ser o homem cercado de tantos defeitos, não poderia exercer a justiça tomada em sua acepção lata, já que essa acepção era o conjunto, o feite, o complexo de todas as virtudes e, no homem, “[...] não reside esta justiça: porque se as possuísse, seria o homem inteiramente sabio, perfeito e virtuoso” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 8, p. 1).

A justiça, em sua acepção lata, segundo eles, só pertencia a Deus, pois somente Deus era perfeitamente sábio, bom e virtuoso. No entanto, colocaram em questão que alguns argumentavam que se Deus fosse bondoso e justo, não haveria na terra miséria e enfermidade, uns felizes, outros infelizes, um rico, outro pobre. Porém, para essa afirmação, responderam que “estas misérias e estas enfermidade não são mais que punições pelas faltas que o homem commete, pela sua intemperança, serve a abater o seu orgulho, recordar-lhe sua fraquesa e fazer-lhe lembrar-se de Deus” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 8, p. 1). Assim, sublinhavam que os responsáveis pelos problemas enfrentados pelo homem eram os próprios homens, que cometiam pecados, e, devido a isto, eram por Deus punidos. Acresceram, então, que Deus era expressão da misericórdia. Concebiam a misericórdia como a bondade praticada em prol do miserável, com o fim de atenuar a sua imperfeição. Se era Deus quem praticava a bondade e promovia a perfeição da criatura, era, portanto, extremamente misericordioso. Uma prova disso foi a entrega de seu filho para redimir o pecado do homem. Pelo ensinamento dos preceitos religiosos pressupunha-se que os redatores do jornal buscavam transmitir aos leitores a noção de que, Deus era misericordioso, mas, por ser igualmente justo, punia aqueles que tivessem práticas ruins e, por isso, era melhor evitá-las.

Dentre as práticas ruins que poderiam ser evitadas estão as citadas nas crônicas “Cousas de Lousas” do número 9, em que, assim como no jornal *A Mocidade*, o cronista pontuou algumas atitudes inapropriadas e, portanto, imorais, realizadas nos atos da quaresma. Ele narrou:

Pasmei diante do desrespeito que se observou no trajecto da procissão de S. Benedicto. Vinte e quatro pessoas, pode contar, fumando. E o que é mais de lamentar é que n'este numero entrem algumas pessoas de idade avançada. Dir-me-has talvez que cousa mais condemnavel se deo; e é verdade. Um homem, alto, magro, que usa suissas e que trajava de lucto, conservava-se de chapéo na cabeça quando o andor ia a poucos passos de distancia. Sendo avisado de que estava empropiamente de chapéo na cabeça, começou a resmungar um tom ameaçador. Ora, isto n'um rapaz não é descupavel, quanto mais n'um homem de idade. Este homem não se envergonhará quando lembrar-se do seu acto?.. Como este, fez um Alferes do 5º batalhão; com a unica differença que aquelle fel-o no largo do Carmo, e este, na rua dos Remédios, e ninguém lhe

lembrou que individualmente tinha o bonet na cabeça. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 9, p. 4).

Assim, fumar e usar chapéu em atos religiosos eram práticas inadequadas, ainda mais quando realizados por pessoa de idade avançada, já que “idade avançada” era sinônimo de sabedoria. Assim, veiculando no jornal que essas práticas eram inadequadas, ensinavam aos seus leitores preceitos morais que deveriam ser realizados na Igreja, como não fumar e não usar chapéu, em respeito às tradições sagradas.

O último artigo com teor moralizante publicado no jornal *Revista Juvenil* foi publicado no número 11, e intitulava-se “Sobre as causas dos nossos erros”. O autor L. M. iniciou o texto evidenciando a verdade. Para ele, a primeira necessidade, assim como primeiro bem do homem deve ser a verdade. Listou onde a verdade deveria manifestar-se:

[...] verdade na moral, que determina os deveres que têm os homens a cumprir n'esta vida: verdade na Religião, que, dando-nos idéas elevadas da Divindade, nos ensina a prestar-lhe cultos dignos d'ella; verdade nas letras e artes, que as preserva do máo gosto e dos falsos ornatos como dos falsos pensamentos; verdade nos tribunaes, que assegura a innocencia e conduz a justiça ao triumpho; verdade na educação, que faz que os instituidores não sejam menos modelos que mestres da infância e da mocidade; em fim verdade antes de tudo e verdade em tudo: eis aqui exactamente o que todo o gênero humano procura por íntimos desejos do seu coração; tanto elle tem comprehendido que a verdade é útil e que o erro é prejudicial ! (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 11, p. 2).

Para o autor, a verdade deve ser priorizada em diferentes áreas, como a religião, as letras e as artes, os tribunais (ou a justiça) e a educação. Destacamos o pensamento do autor sobre a verdade na educação, em que o autor colocava o professor não apenas como mestre, mas como modelo à infância e a mocidade, exigindo uma boa conduta baseada na verdade. Ao contrário da verdade, esclareceu o autor que o erro é um conceito falso que o espírito admite sem examinar se é falso ou verdadeiro, domina os espíritos, lançando o homem em falsos caminhos. O autor entendia que o amor secreto da verdade estava no coração de todos os homens, mas o erro estava sendo espalhado e fazia desviar tanto o sábio como o povo.

Tendo isso em vista, considerava necessário conhecer as causas dos erros, pois, conhecendo-os, podia-se evitar sua influência. Assim, para ele, algumas das causas dos erros eram a fraqueza da razão, a ignorância e as paixões. Explicou que só se deteria a eles, devido ao pequeno espaço que teria para sua arguição.

Acerca da fraqueza da razão, explicou que o homem era semelhante ao Criador, mas, como tudo que foi criado, partilhava de imperfeições e da miséria. Dessa forma, possuía

inteligência, mas era uma inteligência limitada. Não era a ele impossibilitado o conhecimento da verdade, mas não lhe foi permitido conhecer tudo, pois nunca saberá destruir os limites de sua razão. Dessa forma, se não é possível dar ao homem inteligência infinita e corpo imortal, questionou-se como era possível estranhar que ele falhasse. A solução para essa fraqueza da razão, devido a sua natureza falível, era “buscar esclarecer-se cada vez mais todas as vezes que poder, sobre aquilo que tem obrigação de saber, acautelar-se contra toda a illusão e fortificar a razão pela experiência e raciocínio” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 11, p. 3).

Sobre a ignorância, explicou que existiam muitas coisas que o homem ignorava completamente. Para ele, a ciência era um vasto campo, em que o homem, com seu suor, fertilizava, mas que jamais um único homem poderia rotear todo. Complementou que a falta de conhecimento faz com que o homem invente coisas extravagantes e que destas surgem opiniões ridículas e supersticiosas. Além disso, citou os homens que opinavam naquilo que não conheciam, aconselhando que, para não cair no erro, julgue “somente cada um d’aquillo que sabe bem e suspensa a sua opinião nas cousas incertas; e a maior parte das falsas opiniões desaparecerá”. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 11, p. 3).

Por último, discorreu sobre as paixões. Para o autor, as paixões são como densa nuvem que entenebrece a inteligência, que se coloca entre a razão e a verdade, perturbam a alma, fazem perder a atenção contínua, a imparcialidade e a retidão, que desviam o erro e a ilusão. Citou que as duas principais paixões são a cobiça e o orgulho, e ambas originam os desvarios e os falsos juízos.

Para ele, a cobiça era, de todas as paixões, a mais cega e mais fecunda em opiniões errôneas e em ações injustas. Narrou, para explicar e exemplificar, que o homem, quando consultado sobre algo que não o interessa, verá as coisas como elas são, sem paixão, e o parecer será dado inspirado por um amor sincero. Porém, quando se trata de um negócio de seu interesse, inclina a balança ao seu favor. Foi, portanto, “d’aquí procedeo a maxima popular que ninguem deve ser juiz em causa propria” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 11, p. 3).

O orgulho era outro inimigo da verdade. Segundo o autor, o homem ama-se naturalmente e, disso, vem o amor cedo para com opiniões e produções próprias. Assim, o orgulho faz com que desprezemos as luzes dos outros, a autoridade dos sábios, e “preferimos perder-nos caminhando sós, do que trilhar as veredas já abertas pela sabedoria” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 9, p. 3).

O autor finalizou o texto alertando e aconselhando os leitores que é “fácil amar a verdade que nos lisonjeia, ou que nos instrue sem impor deveres: porem, saibamos amal-as

mesmo quando ellas nos condemna, e quando as nossas inclinações não estão d'accordo com ella” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 8, p. 3). Dessa maneira, instruiu os leitores a amar a verdade mesmo quando ela condena e quando as inclinações não estão com ela alinhadas.

Dos artigos morais, este foi um dos mais diretos e diretivos, pois apresentou uma série de instruções de como evitar o erro: educar-se ao máximo; julgar e opinar somente acerca daquilo que tenha conhecimento, não se entregar às paixões, como a cobiça e o orgulho.

3.2.3.2. Os jornais estudantis do Rio de Janeiro: a educação popular e a educação do sexo feminino

Os jornais *O Aspirante* (1881-1882) e *Chrysalida*, (1887-1889) foram escritos por estudantes de escolas privadas da província do Rio de Janeiro. O primeiro foi escrito por alunos do Liceu de Artes de Ofícios e o segundo por alunas do Colégio Santa Thereza. O Liceu de Artes e Ofícios foi um colégio que ofereceu uma formação técnica aos seus alunos, com o intuito de preparar trabalhadores atuantes no mercado de trabalho, sobretudo nas indústrias. Além disso, em 1881, no mesmo dia em que o jornal *O Aspirante* foi apresentado ao público, o colégio inaugurou as aulas para o sexo feminino. De maneira geral, o jornal escrito pelos alunos desse colégio expressava, sobretudo, questões relacionadas a educação popular e a educação da mulher. A educação popular (que significava a educação do trabalhador nacional) e a educação do sexo feminino estavam intrinsecamente relacionadas, pois formar a mulher era prepará-la para sua atuação no âmbito privado (na família), mas também para sua formação profissional, como trabalhadora.

Chrysalida, por sua vez, foi um jornal que visava, essencialmente, a educação do sexo feminino. O quadro de colaboradores do jornal era eminentemente feminino, e os textos escritos pelas alunas almejavam colaborar com formação moral e religiosa da mulher. Essa formação era, prioritariamente, para a atuação da mulher no seio familiar. No entanto, expuseram o interesse de, por meio da elaboração do jornal na escola, formar mulheres preparadas para a atuação em jornais no futuro.

Assim, a educação do sexo feminino foi uma faceta presente nos dois periódicos do Rio de Janeiro, o que nos permite traçar um paralelo entre eles. Dessa maneira, nesse subtópico, discutiremos sobre as propostas para a educação popular presente no periódico *O Aspirante*, bem como a concepção desse jornal acerca da educação do sexo feminino, traçando um paralelo e uma relação com a educação do sexo feminino defendida no jornal *Chrysalida*.

3.2.2.2.1. “Do povo para o povo”: A educação popular no jornal *O Aspirante*

Figura 11 - Cabeçalho do primeiro número do periódico *O Aspirante*.



Fonte: Hemeroteca

Conforme a imagem, no cabeçalho do jornal *O Aspirante*, acima do complemento de título, os alunos redatores destacaram duas palavras que traduziam os princípios do periódico e, por sua vez, da escola em que estudavam: trabalho e moralidade. O “trabalho” era foco central nesse periódico, já que a função primeira da instituição ao qual seus alunos frequentavam era educar para as artes e para os ofícios. Na edição de inauguração do jornal, os redatores publicaram depoimentos e textos de diversas pessoas que eram membros daquele liceu, como alunos e professores, escritos especialmente àquela edição para contemplar e homenagear a instituição, a Bethencourt da Silva, diretor da escola, e para enaltecer as aulas para o sexo feminino que foram inauguradas no mesmo dia da inauguração do jornal, 11 de outubro de 1881. Por meio da análise desses discursos, podemos assegurar que a prioridade dessa instituição era a educação popular.

O primeiro discurso transcrito no periódico foi do próprio Bethencourt da Silva.

Esta escola popular, filha do povo e querida dos pobres, não foi ainda, precisamente, estudada nem compreendida.

Uma larga aspiração nacional está consubstanciada no seu ponto objectivo.

Se será ou não realizado esse monumental commettimento é questão que só os tempos do porvir poderão mostrar.

A semente está lançada em chão uberrimo; e o fructo é natural que appareça succulento e formoso no tempo de sua estação. Até lá só cabe aos jovens e talentosos alumnos deste Lycèo prepararem-se para o dia máximo da prosperidade publica que será, também, o da riqueza nacional (*O ASPIRANTE*, 1881, n. 1, p. 1).

Bethencourt da Silva chama a instituição pela qual criou de “escola popular”, pois era filha do povo e querida dos pobres. Assim, baseava-se no princípio “monumental” da

educação popular. O jornal fazia uma espécie de propaganda da instituição, reafirmando aos leitores a importância e grandiosidade de instituição. Isso nos dá indicativos de que Bethencourt da Silva consentia a publicação desse jornal, e os alunos, em contrapartida, compartilhavam dos ideais apregoados por seu diretor. Escrever e publicar um jornal próprio dos estudantes era, destarte, uma prática permitida naquela instituição. Não podemos afirmar, porém, se era uma prática dirigida e vigiada, ou se era resultado da livre expressão dos redatores.

No terceiro discurso desse número do jornal, Carlos Eustaquio da Costa elogiou a iniciativa do diretor pelas aulas ao sexo feminino e pelos benefícios prestava às classes menos favorecidas da fortuna, porque dava a eles o pão do espírito. Por isso, era “mais um auxiliar importante que se propõe com suas armas, a elevar a educação dos filhos do povo ao mais alto grau de perfeição” (O ASPIRANTE, 1881, n, 1, p. 1). Em outro depoimento, José de Magalhães defendeu que a instituição fornecia “á classe mais numerosa e mais desprotegida um preparo profissional, unico meio efficaz para amenisar a dura existencia que lhe esta de ordinario preparada, redundando tudo [...] em gloria e engrandecimento da nossa pátria” (O ASPIRANTE, 1881, n, 1, p. 2).

Ficou manifesto, pelos discursos, que a função primeira da instituição era educar o pobre, aquele que necessitava de educação, mas que a ela não tinha acesso. Dessa forma, a educação popular era sinônimo de educação do povo, do pobre com vistas a sua formação profissional, isto é, a formação do trabalhador. O termo “povo” remetia ao pobre, que era a classe trabalhadora. Em outras palavras, educação popular era a educação do operário, cuja consequência era a riqueza nacional e o engrandecimento da pátria: educar cada indivíduo para o benefício de toda a nação.

A constatação de que educação popular era sinônimo de educação do operário pode ser comprovada no terceiro número, pelo artigo de fundo, que noticiou que em quatro dias consecutivos “o Lycêo de Artes e Offícios abriu de par em par as suas portas a milhares de visitantes, que puderam ver, observar e examinar o aceio, a ordem e a disciplina d'este importante estabelecimento de instrucção gratuita ás classe operárias.” (O ASPIRANTE, 1881, n. 3, p. 1). Essa foi a primeira vez que os estudantes desse jornal explicaram explicitamente que o liceu era um estabelecimento de ensino gratuito para a “classe operária”. Assim, o que chamavam de educação popular referia-se à educação do operário.

Dessa forma, se a finalidade do liceu era educar o operário, a publicação no periódico seria um dos meios para alcançá-la. O jornal foi, dessa maneira, um agente educativo próprio dos estudantes para educar seus pares. Isso pode ser observado nos temas abordados nesse

periódico, que primavam pela educação do operário. A leitura dos números do jornal nos permitiu agrupar seus textos por temas: 1) textos em defesa da classe operária; 2) artigos de caráter científico para a educação da classe operária; 3) textos para a educação do sexo feminino.

Os textos em defesa da classe operária nos chamaram a atenção, pois nos permite estabelecer uma relação com os periódicos maranhenses, sobretudo no que tange as características dos estudantes que os escrevia: eles mostraram-se engajados e críticos, não passivos. Apesar da declaração no terceiro número do jornal, foi a partir do 6º número do jornal que os estudantes discorreram abertamente utilizando o termo “operário” e passaram a atuar com um discurso que tinha caráter político e que estava, aparentemente, em favor dessa classe. Importante esclarecer que quem escrevia eram os estudantes do Liceu, e os leitores desse jornal também eram estudantes. O que se entende é que os estudantes se reconheciam como classe trabalhadora, como operários. Portanto, quando agiam em defesa do trabalhador, agiam em defesa de sua própria classe.

Dessa forma, até o 6º número, se falava em educação popular e da importância de educar o povo, de maneira genérica. Porém, no 6º número, o jornal assumiu seu engajamento com a classe operária, especialmente na defesa de seus direitos. No artigo de fundo da edição 6, defenderam a garantia dos direitos do trabalhador:

As leis que regem os corpos sociais não devem ser violadas; o operário é um dos grandes elementos sociológicos, e, por isso, não deve viver afastado da comunhão geral do povo. Cada passo na direção do progresso é mais uma vitória que alcança para restaurar seus direitos.

A miséria e o desprezo em que viverão os nossos irmãos constituem o melhor incentivo para as lutas da liberdade. (O ASPIRANTE, 1881, n. 6, p. 1).

No trecho, os estudantes mostraram que o trabalhador era um dos “grandes elementos sociológicos”, mas viviam na miséria e no desprezo. Então, defenderam que eles não deveriam viver afastados da comunhão geral do povo. Tendo isso em vista, apresentaram, novamente, a finalidade do periódico: “Trabalhar para a confraternização da classe operaria é o fim a que se propoz o *Aspirante*, que não poupam esforços para proclamar bem alto os sentimentos da democracia.” (O ASPIRANTE, 1881, n. 6, p. 1). Essa finalidade, portanto, evidenciou o engajamento desses estudantes com a classe trabalhadora.

Explicaram que os operários viviam à sombra, trabalhavam para espertos, não tinham vontade nem ação, não partilhavam das alegrias da nação e viviam escondidos dos conselhos

sociais. Porém, pontuaram que a cena mudou, pois a escola positivista lhes assegurou o lugar distinto no congresso dos povos e eles passaram a fazer parte das glórias e resultados que provieram dos telégrafos, estradas de ferro, máquinas, e de todo o progresso, e que trabalharam para a conquista das liberdades populares e engrandecimento da pátria.

Em seguida, falaram em revolução. Defenderam que todos os operários deveriam fazer propaganda e, nas oficinas, pedir concorrência a todos para a grande emancipação social. Para eles, as grandes revoluções, “filhas do trabalho, da intelligencia e da união, servirão de exemplos as gerações futuras” (O ASPIRANTE, 1881, n. 6, p. 1). O operário não poderia viver somente para si e buscando apenas um pequeno salário para sua sustentação. Para eles, as letras, as ciências e as artes eram uma coisa só, e o que variava era o fim a que se prestavam. Porém, o resultado para a humanidade era sempre o mesmo. Por isso, todo cidadão entrava diariamente com o seu trabalho para o enobrecimento das grandes ideias. Em outras palavras, o operário não deveria trabalhar apenas pelo salário, mas para uma causa mais nobre, que era o enobrecimento das grandes ideias.

Então, finalizaram o texto com palavras de incentivos aos seus leitores, aos futuros operários:

Homens do futuro, trabalhai desde a amanhecer até ao pôr do sol e tereis por conforto os applausos que haveis de receber quando terminardes a vossa romaria civilisadora. Congregai-vos, soldados de uma nova cruzada e marchai desassombradamente para o caminho da realização dos grandes commettimentos, mostrando que em um paiz ubérrimo como nosso não pode viver o operário afastado a communhão social. (O ASPIRANTE, 1881, n. 6, p. 1).

Os estudantes mostraram a responsabilidade social dos trabalhadores e, por isso, a sua importância na sociedade. Primeiro, sustentaram que eles passaram a ter um papel distinto e, por isso, faziam parte das glórias e dos resultados do seu próprio trabalho. Então, acrescentaram que eles eram auxiliares no engrandecimento da pátria e das grandes ideias. Para nós, inculcar no operário noções morais de que o trabalho enobrecia, e da importância crucial do trabalhador para a sociedade e para o progresso da nação era um meio de fazer com o trabalho fosse valorizado, exaltado, considerado como essencial e, além disso, uma forma de fazer com que o trabalhador se ligasse emocionalmente ao seu trabalho, se orgulhasse de sua função, se sentisse pertencente ao processo, não apenas cumpridor de tarefas.

Tratava-se, portanto, de inculcar a virtude moral do amor ao trabalho, para o engajamento do operário com suas funções. Era uma virtude fundamental naquele período de

desenvolvimento das forças produtivas brasileiras, seja na agricultura ou na indústria. Assim, pedir para que o operário trabalhasse dia e noite, pois receberia em contrapartida os aplausos e o reconhecimento, bem como aconselhá-los a trabalhar não pelo salário, mas pelo engrandecimento da pátria e enobrecimento das grandes ideias, era um meio de desenvolver no operário o sentimento de amor ao trabalho, tão valioso para manutenção do sistema capitalista, conforme mostramos com Schelbauer (1997). Machado (2002) corroborou com essa ideia ao afirmar que, nesse contexto, a escola era tida como o local adequado a ensinar a língua nacional e o amor à pátria, além disso, educaria o trabalhador a amar o trabalho em uma sociedade que se preparava para a adoção do trabalho assalariado.

No artigo de fundo da edição de número 7, os redatores voltaram a dialogar diretamente com os operários, chamando-os para os compromissos junto à pátria e do poder que têm.

Longe vão os tempos em que o operário era considerado machina de trabalho.

Arrebatam-se as revoluções, elles tomam parte; levantam-se os thronos, elle tem ainda acção.

Porque então não te libertas desse ponto acabrunhador, e não quebras os ferros de um regimem que te soffoca ? Revolvem-se todos os principios, trabalhem todos os espíritos; e tu só queres permanecer na indolência diante do movimento do nosso tempo ?

Pois ainda te illudes com as miragens da democracia, ou te julgas incapaz de tomar interesse nos destinos de tua Patria?

Plebe ? (chamo-te pois assim dizes ser) na França e outros paizes o operário tem levantado Impérios e derribado Republicas. (O ASPIRANTE, 1881, n. 7, p. 1)

O trecho evidencia a mudança na concepção do trabalhador, não mais como “máquina de trabalho”, mas como elemento social que tem importância e autoridade social. Por isso, apontaram uma apatia por parte dos trabalhadores brasileiros diante desses ideais revolucionários mundiais, e argumentaram o poder dos trabalhadores de, inclusive, levantar e derrubar governos. Entendemos que esses movimentos por eles mencionados são extensões, no Brasil, dos movimentos revolucionários dos trabalhadores na Europa, decorrentes da Comuna de Paris (1871), por exemplo.

A causa para a apatia dos trabalhadores brasileiros para as causas revolucionárias foi pontuada:

Liga-te para te precaveres do abuso dos poderosos, que o direito dos povos é o mesmo, emancipa-te da ignorância que terás a emancipação do trabalho.

O que caracteriza o homem é o livre pensar, se não queres sahir da apathia mental em que vives, se não queres sujeitar o espirito ás cousas e não as cousas ao espirito, queixa-te somente de ti, e quando não tomares parte nos destinos da Pátria, lembra-te de que foste o único culpado pois te deixas-te entibiar no vicio e nas trevas.

O teu atrazo, por falta de actividade intellectual é que faz que não te convenças do papel que representas.

A decadência geral, o estado de atrofia em que vives não te deixa despertar do pesadello que te domina (O ASPIRANTE, 1881, n. 7, p. 1)

A ignorância, a apatia mental, a falta de atividade intelectual eram, portanto, as causas para o que trabalhador permanecesse sendo abusado pelos poderosos, segundo os estudantes. Assim, somente pela atividade intelectual, isto é, pela educação, é que o homem teria o livre pensar, buscaria seus direitos e, diante disso, coadunaria com o pensamento revolucionário da classe operária. Outra causa que citaram foi que a classe operária no Brasil vivia desagregada, com indiferentismo aos bens ou desgraças de seus companheiros de trabalho, era egoísta e não pensava em servir a Pátria, não estudava e só estava pronta para consumir.

A noção do patriotismo e de cidadania foram mencionadas. Eles entendiam que a indolência e a incapacidade de lutar amorteciam o sentimento do dever e do patriotismo. Portanto, agir em prol do trabalhador, era, para eles, estar a favor da pátria. Diante dessa perspectiva, clamaram novamente pela educação, como solução: “Que sorte aguarda o futuro de teus filhos? Pela educação de vossos filhos serão mais de que operários serão cidadão” (p. 2)

No discurso dos estudantes, portanto, a concepção de “trabalho” era maior do que o simples ato de trabalhar para ter um salário, pois, a ele estava intrínseco as noções morais de engrandecimento da nação e enobrecimento das grandes ideias, do reconhecimento individual como recompensa, do patriotismo, e da cidadania. Nesse artigo de fundo, portanto, voltaram a preconizar o amor ao trabalho, cuja intenção primeira era auxiliar a organizar no Brasil uma classe operária que se dizia revolucionária e patriótica. Os estudantes, ao publicarem artigos em prol de sua classe, mostraram-se engajados com a causa do trabalhador, pois incentivavam seus pares a lutarem por seus direitos e a compreenderem sua crucial importância no desenvolvimento do país, fazendo uso de um discurso revolucionário.

Na sequência, reafirmaram, no artigo de fundo do 9º número, a finalidade do periódico junto a classe operária: “Uma larga inspiração está consubstanciada em nosso ponto objetivo. Defundir luzes nas classes operarias, instruir e desenvolver della a mocidade, eis o nosso fim, e o ponto para o qual nossas vistas convergem” (O ASPIRANTE, 1881, n. 9, p. 1). Nesse

número, acrescentaram que, por meio do periódico, lançaram-se no centro da luta sociológica, em favor da emancipação do operário.

O meio pelo qual promoveriam essa emancipação seria a educação: “[...] a par da hodierna sociedade deve marchar o desenvolvimento intellectual das classes, e nós vos lembramos que a instrução perfectibilisa o homem, sem o que é um atomato [sic]” (O ASPIRANTE, 1881, n. 9, p. 1). Assim, entendiam que a emancipação da classe operária só seria possível pela instrução, já que por meio dela o trabalhador não seria um robô, isto é, aquele que era guiado por outrem, mas guiava-se. Portanto, para eles, longe estava o tempo que julgavam desnecessários os conhecimentos teóricos aos operários, pois, ao contrário, a prosperidade se relacionava ao grau de ilustração de cada um (O ASPIRANTE, 1881, n. 8). Finalizaram o artigo de fundo com palavras de ordem: “por tanto saibão; dos pardieiros de nossa officinas ha de surgir a verdadeira alavanca do progresso, a arca sacrosanta que confraternizará á humanidade. «Companheiros de trabalho, a estrada de honra e do dever está aberta, caminhai»” (O ASPIRANTE, 1881, n. 8, p. 2).

Assim, de acordo com os pressupostos até aqui exposto, entendemos que, a partir do 6º número, os estudantes, que comporiam o quadro de operários da pátria, começaram a apresentar um discurso politizado, pró classe trabalhadora. No mesmo 6º número, iniciaram com a publicação de artigos intitulados “Martyrologia das classes operárias”. Trata-se de uma série de textos, publicado nos números 6, 7 e 9, que discorrem sobre as doenças que poderiam afetar os trabalhadores, devido as condições em que são submetidos no trabalho.

No primeiro artigo da série, iniciaram apresentando os benefícios do trabalho:

A lei do trabalho é uma das que raizes mais profundas tem creado nas entranhas de nossa alma.

Aquelle que se não exercita no trabalho, e nelle não gasta a sua actividade, cedo é assaltado pelo tédio, aborrece-se, e despede-se da felicidade.

Mas a actividade natural impele-o a uma vida de desmanchos, pois que a outra elle desperdiça loucamente em accessos, que por fim deterioram-lhe a saúde.

O trabalho, porém, com quanto duplamente necessário, quando bem dirigido, graduado com oportunidade e critério, não deixa de ser salutifero, e precoce, exagerado, quando exercitado e em más condições hygienicas. (O ASPIRANTE, 1881, n. 6, p. 3)

Nesse trecho, o apelo é pela imoralidade causada pela falta de trabalho. A falta de trabalho conduz o homem atitudes imorais, que afetam, como consequência, seu físico. Tocam, nesse trecho, na questão do trabalho realizados em más condições de higiene. Na sequência, explicaram que a classe operária já havia conquistado trabalho menos ofensivos ao

corpo, menos penoso, e mais próximo da dignidade humana. Pontuaram, porém, que não era foco do texto examinar as condições gerais do trabalho manual, os acidentes, inconvenientes ou enfermidades que deles resultam, os meios práticos de melhorar a sorte das classes operárias, pois eram muito diversas as profissões das indústrias, e seria impossível olhar para todas elas. Para esse objetivo, aconselharam “a leitura dos trabalhos de Ramizzini, Patissier, Tardieux, Treschi, Vernois, etc, que nos apontam de modo científico os perigos especiaes de cada profissão e os meios que se deve empregar para removel-os ou evital-os.” (O ASPIRANTE, 1881, n. 6, p. 3). Essas indicações demonstram que os estudantes tinham leitura e certo conhecimento do tema abordado.

O foco dos estudantes com aqueles artigos era, então, indicar as condições insalubres que os trabalhadores estavam submetidos. Assim, indicaram que a “sequestração” era a sorte de muitos operários e os seus rigores desenvolviam-se com mais intensidade em algumas indústrias, como nos trabalhados nas minas, e nesses locais onde os alfaiates, costureiras, tecelões, sapateiros, entre outros, exerciam as suas profissões. Utilizaram uma série de argumentos para comprovar sua afirmação.

Para eles, a vida sedentária era duplamente perniciosa, pois prolongava as influências deletarias do meio ambiente, e porque privava o operário do exercício indispensável e sem o qual não é possível ter saúde. Ademais, criticavam os trabalhos cuja produção exigia um esforço repetitivo por alguns membros do corpo, em detrimento de outros, o que ocasionaria no aumento do volume de certos músculos e a inação de outros, causando deformidades. Além dos problemas físicos, mencionaram que o trabalho que exige do trabalhador movimentos repetitivos acabava por causar tédio e anemia. Na continuação desse artigo, no 7º número do periódico, exemplificaram que nas tipografias, os encarregados em apresentar a folha ao cilindro, ficavam muitas horas ligados ao movimento rítmico da máquina, e, como consequência, “apresentam — em regra — pallidez anêmica, certa languidez, e um estado de cansaço, que trabalho que exigisse mas esforços musculares mas tambem mais variado, certo não produziria.” (O ASPIRANTE, 1881, n. 7, p. 3).

Pontuaram, então, aqueles locais de trabalho em que a atmosfera ficava impregnada de vapores deletérios, de poeira nociva e de germen, atualizando os leitores que as asfixias aumentavam todos os dias o número das vítimas da indústria. Apontaram, na sequência, outros perigos para a saúde do trabalhador fora de seus locais de trabalho, e que, segundo eles, dependiam da miséria e contribuía para agravar a saúde das classes necessitadas. As condições da vida privada dos trabalhadores contribuía igualmente para o desencadeamento de problemas de saúde na classe trabalhadora. A essa condição, elencaram as últimas, que

esgotavam a série das causas das doenças que acompanham as profissões manuais: inatividade do espírito; falta de cultura intelectual; desânimo em decorrência da falta de trabalho e incitações morbosas das tavernas (O ASPIRANTE, 1881, n. 7).

Portanto, segundo os autores, o trabalho excessivo, sedentarismo, sequestração, má alimentação, excessos alcoólicos, falta de cultivo intelectual e incúria conduziam a resultados funestos, como o mostrado pela estatística, haja vista que as classes operárias viviam menos. Por exemplo, o homem das letras, que abusava das atividades cerebrais, acabava por ter apoplexias, alienação mental, raras nas classes operárias, que, contudo, tinham, frequentemente, resfriados, anginas, reumatismos, bronquites, pneumonias, entre outras.

No último trecho do artigo desse número, discorreram sobre o trabalho manual realizado por crianças: “E' claro que o trabalho manual tem graves inconvenientes em ser imposto as crianças” (O ASPIRANTE, 1881, n. 7, p. 3). Então, mencionaram algumas leis que regulamentaram o trabalho por aprendizes nas fábricas. Explicaram que desde 1833, na Inglaterra, decretavam disposições buscando regular o trabalho dos aprendizes nas fábricas e manufaturas⁵⁶. Na França, em 1841, promulgaram a lei relativa ao trabalho das crianças nas fábricas, manufaturas, oficinas e lojas, que proibia a admissão dos menores de “[...] 13 annos, graduando o numero de horas de trabalho segundo a idade, prohibindo.os máos tratos, creando um serviço de inspecção para fazer com que fossem compridas essas medidas; impondo correccionaes penas aos infractores” (O ASPIRANTE, 1881, n. 7, p. 3).

O artigo foi finalizado no 9º número do periódico e começou pontuando um resumo da higiene das classes laboriosas: “1º melhoramento das condições do trabalho./ 2º moralisação e instrucção./ 3º desenvolvimento do espirito de previdencia e associação.” (O ASPIRANTE, 1881, n. 9, p. 3). Além disso, explicaram que a insalubridade de algumas profissões tendia a desaparecer, e que a máquina, “«esse meio de augmentar a utilidade e de diminuir o trabalho», libertará o operário dos perigos de um cansaso muscular excessivo. Ella deve trazer ao operário mais saúde, e em nada compromettem a sua substancia, como opinam alguns” (O ASPIRANTE, 1881, n. 9, p. 3).

Apontaram, então, as dez necessidades do corpo, segundo Tredo Bastiat: respiração; alimentação; vestuário; morada; conservação de saúde; locomoção; segurança; instrucção; diversão, sensação do belo (O ASPIRANTE, 1881). Porém, acreditaram que a realização desses programas estava longe da classe operária, pois, se o ar, a água e luz, elementos fundamentais da higiene, somente com parcimônia lhes eram dispensadas.

⁵⁶ Marx se ocupou desse assunto na quarta seção do livro um d’*O Capital*, em especial no tópico “Legislação fabril. (Cláusulas sanitárias e de instrucção.) Sua generalização em Inglaterra.

Para esses estudantes, a questão do domicílio era a mais importante. Explicaram que o conselho geral de salubridade de Paris, reconheceu a extensão do mal e fez com que o governo decretasse uma lei. Narraram que essa lei criou uma comissão encarregada de melhoramentos quando a sanidade, obrigando proprietários a realizarem melhoramentos necessários quando a salubridade, e proibindo-os de alugarem prédios considerados inabitáveis. Além disso, o governo deveria “forçosamente tornar mais favorável o estado sanitario da cidade: trarão ar e luz, farão desaparecer uma das principaes causas da insalubridade, certos quarteirões infectos, ruas estreitas e tortuosas, prédios inhabitaveis e insalubres”. (O ASPIRANTE, 1881, n. 9, p. 3). Uma solução foi a construção de casas para operários, em condições adequadas de higiene, com menor preço no aluguel:

A idéa hodierna mais philantropica e mais digna de sympathia, é a construção de casas salubres e de módico aluguel para os operários. Ha 70 annos que em França, Bélgica, Prússia, na Inglaterra fundaram-se empresas deste genero, devidos á iniciativa individual.

Alugando estas casas, como prêmio, aos operarios que se tornarem dignos de recommendação pelo procedimento, economia, amor ao trabalho, etc, reunese a vantagem moral a higienica.

O governo francez concorreu com 4.000 contos para melhoramento das casa dos operários nas grandes cidades manufactureiras!

A questão das habitações insalubres torna-se urgente ; mas não basta dar ás classes necessitadas casas arejadas, banhos públicos, etc.: cumpre tambem inculcar-lhes as vantagens immensas das associações de previdencia que lhes assegura proteção e ás suas famílias nos dias de penuria, desenvolver-lhes a intelligencia e o sentimento moral.

Somos apologistas dos esforços de iniciativa particular, conhecemos a necessidade de ensinar o homem a contar mais comsigo do que com o Estado-Providencial; e votamos para que bata em breve a hora da maioridade politica e social das classes inferiores, mas entre nós a tutella administrativa é por emquanto legitima e necessária. (O ASPIRANTE, 1881, n. 9, p. 3).

Um ponto que destacamos nesse trecho, foi a defesa pela iniciativa individual. Os estudantes posicionaram-se a favor da iniciativa individual, da maioridade política e social das classes inferiores, para que estas não dependessem do Estado para ter suas casas. Porém, até que essa maioridade política e social fosse atendida, defendiam a tutela administrativa, isto é, a ação do Estado frente a necessidade dessa população. Sendo assim, o homem deveria ser ensinado a depender apenas de si mesmo. O outro ponto foi a questão das associações de previdência, para garantir o futuro da família no que tangia as necessidades básica, inclusive a educação e a moralidade.

O artigo “Martyrologia das classes operárias” tratou de elencar as doenças desencadeadas nas classes trabalhadores. Para os autores do texto, elas eram ocasionadas,

especialmente, pelas más condições de trabalho, e pelas más condições a que se submetiam os trabalhadores em seu ambiente privado. Esse artigo informava aos leitores, que seriam futuros trabalhadores, meios de como evitar as doenças. Assim, aparentemente, era um texto em defesa da classe operária e de sua saúde.

Porém, para nós, implicitamente, os motivos de veicular informações sobre como prevenir doenças seria um meio preventivo de evitar que o trabalhador ficasse doente e, dessa forma, ajudaria a garantir um bom rendimento do operário em seu ambiente de trabalho, sem causar prejuízo aos empregadores. Os estudantes indicaram, para leitura, uma considerável quantidade de obras que discorriam sobre o assunto da saúde do operário. Isso nos indica que era um assunto em voga naquele período, sobretudo fora do Brasil, em que a economia se tornava eminentemente industrial e que a saúde do operário era essencial para a produtividade e lucratividade, bem como para evitar a revolta do proletariado industrial motivados pelas más condições de trabalho.

O segundo tema que destacamos na leitura desse jornal foram os textos com caráter científico. Em todos os números os redatores veicularam artigos científicos que tratavam dos mais diversos temas. Quantitativamente, os textos científicos eram os mais divulgados nesse jornal. O quadro explicita os artigos que ensinavam conteúdos científicos publicados no periódico *O Aspirante*, e uma pequena síntese do que cada artigo abordou:

Quadro 13 - Artigos/textos com temas científicos publicados no periódico *O Aspirante*.

Edição/ Número	Título do artigo/texto	Síntese dos artigos
1 11/10/1881	“Um estudo da physica – physica elementar – Preliminares”	Definição de física, fenômenos, matéria, corpos (simples e compostos), do que compões os corpos (átomos);
2 15/10/1881	“Um estudo de physica – Compostos nos corpos compostos”	Definição de átomos e moléculas; as forças que influenciam as moléculas; os estados físicos dos corpos; agentes naturais que determinam nos corpos os fenômenos (gravidade, calor, eletricidade, magnetismo e luz); Lei física/teoria física.
	“O vapor”	Índice do que será abordado nos textos que falam sobre o vapor. Introdução que mostra o que a máquina a vapor pode fazer, como, por exemplo, levantar pesos imensos.
	“Diametro de tudo de descarga do reservatorio d’agua da condensação (hot well)”	Fórmula do diâmetro de tubo de descarga do reservatório d’água da condensação (hot well).
	“Area do tubo de injeção”	Fórmula da área do tubo de injeção.
3 22/10/1881	“Um estudo da physica – III – Das propriedades gerais dos corpos”	Conceituação de propriedades dos corpos (gerais e particulares). Explicação das propriedades gerais: extensão, impenetrabilidade, divisibilidade.
	“O vapor”	Princípio geral da ação mecânica do vapor.
4 29/10/1881	“Noções elementares de Chimica”	Importância da química; classificação dos corpos que se espalham na natureza (reino mineral, vegetal, animal).
	“O vapor”	Princípio geral da ação mecânica do vapor.
	“Um estudo de physica – IV – Das propriedades geraes dos corpos”	Conceituação de propriedades dos corpos (gerais e particulares). Explicação das propriedades gerais: porosidade, compressibilidade, elasticidade, mobilidade, inércia.
5 07/11/1881	“Noções elementares de Chimica”	Explicação sobre os corpos (qualidade de cada um, o que os aproximam, o que os afasta; metamorfoses que passam os seres da natureza);
6 12/11/1881	“Physica ao alcance de todos”	Importância do calor; criação do vapor e da eletricidades; aspectos sobre o calor que seriam apresentados na continuação do artigo.
	“Noções elementares de Chimica”	Os átomos e as células nos corpos; diferença entre física e química; os ramos das ciências naturais.
7 19/11/1881	“Noções elementares de Chimica”	Química orgânica; química inorgânica; outros ramos da química (química industrial, médica, metalúrgia);
	“O vapor”	Máquinas a vapor com condensador e sem; Classificação das máquinas a

		vapor.
9 03/12/1881	“Construção naval – Formulas praticas empregadas nos calculos relativos á construção naval – Deslocamento”	Conceito de deslocamento de um navio; fórmula do deslocamento; tonelagem.
	“Noções elementares de Chimica”	Anatomia dos corpos brutos; conceito de química analítica, química sintética, química geral, química descritiva, química experimental, definição de corpo;
	“O vapor – machinas a vapor fixas”	Sobre as máquinas a vapor fixas
	“Malfeitores mycrosopicos”	O que são (infusórios); onde vivem e o que provocam; características dos <i>vibriões</i> ; os <i>Bacterins</i> , os <i>Paramecius</i> e <i>Cercomonadus</i> .
10 14/12/1881	“Construção naval – Formulas praticas usadas nos calculos relativos a construção naval – centro da carena”	O que é centro da carena, sua importância; fórmulas.
	“Noções elementares de Chimica”	Definição de corpo e matéria;
	“Meteóros aquosos”	Característica das nuvens, orvalho, nevoeiro, neblina, geada, chuva, neve, saraiva e pedrisco, gelo.
	“Meteóros luminosos”	Característica do relâmpago, trovão, raio
	“Malfeitores mycrosopicos”	Cita os malfeitores que causam a coqueluche e outras doenças, como a varíola, escarlatina, “febre typhoide”; discorre sobre os vegetais microscópicos;
11 17/12/1881	“O vapor”	História de Diniz Papim.
	“Meteóros luminosos”	Característica da aurora boreal, das trombas,
12 24/12/1881	“Noções elementares de Chimica”	Continuação da definição sobre corpo e matéria; estado dos corpos (sólido, líquido e gasoso);
	“Elementos de Artes Industriaes – I – Definição e classificação”	Ideias que o produto industrial desperta (utilidade, matéria prima, trabalho/processo de fabricação); trabalho industrial e conhecimentos científicos; arte e ciência.
	“O vapor”	Contribuições de Neucomen e Cawly. Máquina de Newcomen.
	“Meteóros aereos”	Sobre o vento.
	“Chimica Agricola – O solo”	Qualidade do solo e suas variáveis; formação do solo.
13 15/12/1881	“Noções elementares de Chimica”	Fluídos líquidos e gasosos; denominação dos fluídos gasosos; compressibilidade e elasticidade. Lei física: “quanto maior a pressão, menos o volume”; força elástica.
	“Meteóros luminosos”	Sobre a lua, a atmosfera, estrelas e cometas.
	“O telescópio”	O que é; diferença entre telescópio e luneta astronômica; história da criação do telescópio.
	“Um estudo de physica – dos instrumentos de medir”	Estudo dos fenômenos pela observação e experimentação; medições de extensão; o nomio (escala de medição);

	“O vapor”	Trabalhos de Jayme Watt e a criação da máquina a vapor de duplo efeito.
14 20/01/1882	“Mechanica – Noções geraes”	Sobre o movimento;
	“Synopsis – de calculos applicados às rodas que abirem rosca. – Primeira parte”	Os conceitos necessários para calcular as rodas (hélice, spira [sic], passo e rosca; explicação do que é hélice, spira e passo;
	“Elementos de artes industriaes – I – Definição e classificação”	A importância da estética (aplicação das artes) na elaboração de uma produto; A especificidade das artes aplicada a indústria.
	“Vapor”	Descoberta das máquinas de alta pressão
	“Aerolithos”	O que são; composição; volume.
	“Eclipses”	Sobre os eclipses solar e lunar.

Fonte: elaborado pela autora.

Pelo quadro, observa-se que em um mesmo número mais de um texto científico foi publicado. A propagação de conteúdos relacionados à ciência é outro ponto importante que diferencia *O Aspirante* dos demais jornais que compõem o nosso corpus documental. Esses conteúdos estavam relacionados ao aprimoramento técnico do trabalhador, isto é, eram aqueles que mais se adequavam à formação do operário, que atuaria, sobretudo, na indústria. Buscava, portanto, qualificar a mão de obra para a atuação na indústria. Acreditamos que os conteúdos científicos veiculados nesses periódicos poderiam ser os mesmos que eram ensinados aos estudantes no Liceu, refletindo o tipo de formação que aquela instituição de ensino primava como essencial à educação do trabalhador brasileiro.

No quadro, os estudos relacionados a química e a física, além dos artigos sobre o vapor, tiveram maior número de publicações. Entendemos que a física e química, por eles classificadas como “ciências puras”, eram a base dos conhecimentos relacionados tanto a indústria, quanto à agricultura, e, portanto, foram amplamente divulgadas. Esses conteúdos eram essenciais para a atuação do trabalhador em um período em que a economia era essencialmente agrícola, mas que a indústria e os discursos acerca da industrialização eram crescentes.

Destacamos os artigos sobre o vapor. Os estudantes narraram a história da evolução do motor a vapor, desde o criado por Denis Papin, no século XV, suas evoluções, especialmente com a invenção de Newcomen, até os importantes aprimoramentos promovidos por James Watt. No primeiro artigo da série “O vapor”, publicaram um índice do que seria abordado no nessa série de artigos:

Principio geral da acção mecânica do vapor. Machinas a vapor com condensador e sem elle. Classificação das machinas a vapor. Machinas a vapor fixas. Historia Diniz Papim.
 Neucomen e Cawly. Machina de Newcomen trabalhos de Jayme Watt. Descoberta da machina a vapor de duplo effeito, descoberta das machinas de alta pressão, melhoramentos das machinas marítimas historia Diniz Papim o marquez de Jouffroy.
 Roberto Jultom a navegação a vapor nos Estados-Unidos a navegação a vapor na Europa. Descrição da machina a vapor, usadas para a navegação. Meios propulsores, rodas de pas, hélice. Systemas de machinas a vapor, usadas nos navios de rodas. Ditas, usadas nos de helice. Locomotivas. Historias: Oliveiros Evans. Trevithick e Vivian. Origem dos caminhos de ferro modernos. Caminhos de railes de madeiras nas minas e fabricas de Inglaterra. Descoberta das rodas ao railes de ferro. Descoberta das caldeiras tubulares. Concurso de locomotivas em Liverpool. Discripção da machina a vapor, chamada locomotiva. Via férrea. Wagões. Freios. Locomobiles. Discripção da machina a vapor locomobile (O ASPIRANTE, 1881, n. 1, p. 2).

Os estudantes tinham a intenção de descrever aspectos relevantes da história da criação do motor a vapor e sua evolução. Contudo, devido a interrupção do jornal no 14º número, sua conclusão não foi possível. A obstinação dos estudantes em publicarem artigos sobre o motor a vapor, sua história e seu funcionamento, nos revelam a importância de que conhecessem o histórico de funcionamento e suas evoluções, isto é, do conhecimento aprofundado e detalhado do funcionamento dessa tecnologia. O mecanismo do motor a vapor, além de ser utilizado nas indústrias, foi, posteriormente, utilizado nos meios de transporte, como navios, locomotivas e automóveis, aprimorando o escoamento dos produtos. Dessa forma, o domínio por parte dos estudantes acerca do funcionamento do motor a vapor e seus derivados era importante para torná-los aptos à utilização das máquinas que dele faziam uso.

Por fim, destacamos os artigos que discorriam sobre a relação entre as artes e a indústria, ou, como denominaram, artes industriais. O discurso do criador do liceu, no momento de inauguração da Sociedade Propagadora das Belas-Artes, é revelador de aspectos que nos ajudam a compreender as suas intenções com a criação do Liceu:

[...] devemos cuidar seriamente da criação de uma Sociedade Propagadora das Bellas-Artes que, entre outros meios necessarios ao seu desenvolvimento e util fim, estabeleça um liceu de artes e officios, em que os nossos artesões, operarios e mais concidadãos estudem em lições nocturnas o desenho geometrico, industrial, artistico e architectonico, os principios das sciencias applicadas ás artes livres, podendo então em breve tempo apresentarmos, como a França, a Inglaterra, a Allemanha, a Italia e mesmo Portugal, as nossas producções a par das obras primas do seu povo (SILVA, 1857).

Nesse trecho do discurso, três aspectos nos chamam atenção: o público a quem se destinava essa instituição, o período em que as aulas aconteciam e os conteúdos priorizados. O público ao qual se destinava esse liceu eram os artesãos, operários e mais concidadãos, isto é, os trabalhadores, o operário. Portanto, o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro buscava fornecer a educação técnica ao operário e objetivava a formação dos trabalhadores nacionais, que atuassem no desenvolvimento industrial brasileiro. Vem daí a necessidade de ofertar aulas no período noturno, oportunizando às pessoas que trabalhassem no período diurno os meios para sua instrução.

Os conteúdos que comporiam o currículo daquela escola seriam, sobretudo, aqueles que, de acordo com o que defendia seu fundador, ajudassem no progresso da indústria: desenho geométrico, industrial, artístico e arquitetônico, os princípios das ciências aplicadas as artes livres. Segundo Murasse (2001), Bethencourt da Silva acreditava que as belas-artes eram a base de toda a perfeição manufatureira e que a falta de conhecimento dos desenhos na

educação dos artífices tinha como consequência o atraso na indústria brasileira. Portanto, ele acreditava que os conhecimentos artísticos eram fundamentais para que as nações alcançassem o desenvolvimento material e a riqueza e que os países que não priorizassem os conhecimentos artísticos encontrariam obstáculos para alcançar essa riqueza.

No jornal *O Aspirante*, o artigo com o título “Elementos de Artes Industriaes – I – Definição e classificação”, publicados nos números 12 e 14, tratavam dessa questão. Na primeira parte, no 12º número, iniciaram explicando que a vista de todo produto industrial desperta, necessariamente, duas ideias no espírito: utilidade e beleza. Para ele, a “[...] UTILIDADE se refere as necessidades que o produto pode satisfazer, ás propriedades naturaes da materia prima empregada e ás qualidades que o trabalho faz-lhe adquirir” (O ASPIRANTE, 1881, n. 12, p. 2).

Do último ponto, que envolve o processo de fabricação, explicaram que as transformações operadas pela indústria são resultados de uma bem entendida aplicação das leis naturais. Para eles, desse conhecimento nascem todos os grandes progressos e maravilhoso meios de ação sobre a natureza. Concluíram, em “[...] uma palavra: - o trabalho industrial é o aproveitamento dos conhecimentos científicos”. (O ASPIRANTE, 1881, n. 12, p. 2).

Em seguida, apresentaram considerações sobre a beleza:

A belleza não desperta em nós a mesma curiosidade, quanto aos processos techimicos [sic]; admiramos em um produto a elegância da forma, e as graças decorativas sem pensar muitos nas defficuldades que a sua realisação pôde encontrar. Ora, essas questões de elegancia de forma, de harmonia, de proporções e de cores, não pertencem senão do domínio das bellas-artes, que só tem por objecto produzir obras que, em geral, não se destinam a nenhum fim util. E’ pois, na arte que a industria deve procurar seus modelos, seus principios, de belleza, absolutamente; como na sciencia para encontrar ella o ponto da partida para os processos techinos [sic] da acção do homem sobre a natureza.

Taes são os dous pólos de toda producção industrial – a sciencia e a arte; em todos os produtos se realiza a sua intima ligação; é preciso, pois, tomar de uma e de outra o necessário para que o artefacto ou manufactura possa prehencher todas as condições de utilidade e de belleza. (O ASPIRANTE, 1881, n. 12, p. 2).

Para os estudantes, um produto deveria ser útil e belo ao mesmo tempo. A beleza era o que se admirava num produto, já a utilidade, seu fim, seu objetivo. A realização de um produto deveria, por isso, ser o resultado da somatória da aplicação das técnicas científicas, para garantir que tenha uma boa utilidade, e das artes, para garantir uma boa estética. A arte,

por si só, não daria conta de criar produtos úteis, já que focava na estética, que é que se admira. Por isso a exigência da aplicação de processos técnicos, derivados da ciência, pois por ele os produtos adquiriam utilidade, que era sua finalidade.

Então, discorreram sobre a arte e sua importância, em específico. Explicaram que a indústria recorria à arte, pois ela entrava em grande parte nas produções industriais e muitas vezes era a mais importante, procurando satisfazer as necessidades e desejos do homem quando produzia objetos não somente úteis pelas formas e harmonia das proporções e cores, mas até eminentemente preciosos.

Concluíram, no artigo desse número, que a arte sobrepõe a utilidade:

Se bem que a questão da conveniência predomine, sobretudo pelo numero, nos produtos colocados a certa distancia do consumo directo, como na agricultura, na extracção dos metaes e construção das machinas, etc., ainda assim a conveniência se subordina á arte e quase desaparece, posto que não deve ser esquecida, sob as exigencias da elegancia, quando se trata dos inúmeros objectos que satisfazem as nossas necessidades quotidianas e com os quaes de alguma sorte convivemos, como as habitações, os moveis, os vestuarios, os adornos. (O ASPIRANTE, 1881, n. 12, p. 2).

Assim, mesmo que existissem produtos em que a estética não era prioridade, como os que não eram consumidos diretamente pelo homem, predominavam aqueles de consumo humano direto. Esses produtos de consumo direto subordinava a conveniência (ou a utilidade) a arte, pois exigiam elegância.

Na continuação desse artigo, no número 14, apresentaram uma justificava para a importância que davam a estética do produto:

Para estes objectos, produzidos por uma industria aperfeiçoada e em estado de civilização progressiva, a excellencia da fabricação não basta, é tambem preciso accrescer-lhe a elegância e o encanto dos fórmás. E' uma questão essencial para o bom sucesso de um paiz que procura exportar certos produtos de sua indústria e que nelles quer alcançar superioridade sobre os das outras nações, utilizar-se de todos os elementos que o cultivo da arte offerece. (O ASPIRANTE, 1881, n. 14, p. 2).

Daí decorre a importância da aproximação com a arte: criar produtos esteticamente bonitos, para facilitar sua exportação, e, conseqüentemente, um maior avanço econômico. A partir dessa constatação, questionaram: “Mas as noções de arte que podemos obter devem ser applicadas directamente á industria?” (O ASPIRANTE, 1881, n. 14, p. 2). Iniciaram a resposta argumentando que se deve buscar a resposta na outra base da indústria: as ciências

puras, como a matemática, a mecânica racional, que eram deduções lógicas de elementos intelectuais. Para eles, essas ciências, “[...] simplesmente ou juntas com alguns dados fundamentaes fornecidos pela experiência, não podem ser utilizadas directamente pela pratica, mas sim como creadoreas das sciencias intermediarias ou applicadas” (O ASPIRANTE, 1881, n. 14, p. 2). Assim, a ciência pura é utilizada para se criar um tipo de ciência específica para cada tipo de indústrias.

Então, responderam diretamente a pergunta:

A teoria das artes industriaes, que póde ser directamente utilizada, deve-se conceber da mesma maneira que a das sciencias. Ella procede da theoria das bellas-artes, para as quaes há escriptos especiaes, que resumem o saber dos artistas celebres que estudam o bello em si mesmo e que interpretaram nas obras que a tornam perceptivel sem nenhum outro auxilio; mas essa teoria tem uma modificação especial para cada caso, em consequência dos meios de materialisação de que dispõe a indústria e da conveniência que o producto deve satisfazer.

D’ahi resulta que as artes industriaes se afastam tanto das belas artes propriamente ditas, quanto mais as obras desta ultima são menos suceptiveis de ter um emprego util e de satisfazer as nossas necessidades. (O ASPIRANTE, 1881, n. 14, p. 2).

Portanto, a partir do trecho, constata-se que a arte não deveria ser aplicada diretamente a indústria, mas deveria ter uma modificação especial para sua utilização nesse setor. Assim, as “belas-artes puras” era transformada para tornarem-se adequada à indústria e à conveniência que o produto deveria satisfazer. A arte, quando não tinha uma utilidade prática, não serviria, assim, para a aplicação na indústria: a arte só se aproximava da indústria quando esta mostrava-se útil de alguma forma. O que se observa, pela análise desse trecho, é que, para os alunos, a arte ficava submetida a utilidade do produto. Essa afirmação contrariou a afirmação anterior dos estudantes de que a utilidade do produto se subordinava a arte. Ao final do artigo, indicaram que teria uma continuação, mas esta não ocorreu, devido a interrupção do periódico.

Rui Barbosa era defensor do desenho técnico e da arte industrial (ou desenho industrial) para o desenvolvimento da indústria no país, e sua defesa evidencia o prestígio que a industrialização vinha recebendo no país e como a educação passou a ser considerada elemento imprescindível para o desenvolvimento da indústria no país, por meio da formação do operário. Inclusive, o posicionamento desse intelectual acerca desse tema ficou registrado no discurso proferido em 1882 no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Rui Barbosa, no início do discurso, enalteceu o Liceu de Artes e Ofícios, pois, para ele, “[...] o Liceu encerra

em si a fórmula mais precisa da educação popular, e a educação real do povo é a educação da nação. Essa fórmula tem dois termos capitais: a educação pela arte e a educação da mulher” (BARBOSA, 1882, p. 3).

Ele situou a arte aplicada a indústria historicamente. Segundo demonstrou, a noção da arte aplicada como elemento essencial a todos os produtos da indústria humana não existia no século XVIII. Dessa maneira, o “[...] público e o operário eram ignorados pela arte” (BARBOSA, 1882, p. 4). Na Exposição de Londres de 1851 foi que ocorreu o começo da nova era, pois, nas palavras do autor, ela “fez pela arte, entre os ingleses, o que Sócrates fizera pela filosofia”. (BARBOSA, 1882, p. 4).

Nesse momento, os homens do Estado perceberam a causa sutil, mas decisiva, que fazia com que as indústrias inglesas fossem marcadas por uma “grosseria rudimentar”. Então, Rui Barbosa questionou o que havia derrotado a Inglaterra. Respondeu o autor: “Um *nada*, (aqui, deste alcantil da nossa superioridade, aqui entre nós o podemos dizer), uma causa extravagante, frívola, pueril, aos olhos da gente prática e sábia como nós: o desleixo do ensino do desenho” (BARBOSA, 1882, p. 4). Assim, o que para os brasileiros poderia ser um nada, para os ingleses foi reconhecido como a causa da grosseria rudimentar a indústria. Para solucionar esse problema, realizaram uma reforma radical do ensino do desenho em todas as escolas. E o resultado desses investimentos para reformar a educação foi relatado pelo autor:

Já nos fins de 1851 se apontavam as medidas. No ano seguinte lançaram-se as primeiras pedras do imenso monumento, de que a Escola de South Kensington, com o seu museu, é o centro, e que consome à Inglaterra somas espantosas. Numa palavra, esse ensino, que até 1852 não existia naquele país, em 1880 se ministrava, nos cursos superiores desse instituto, a 824 alunos, em 151 escolas de desenho, a 30.239 pessoas, em 632 classes especiais, a 26.646 discípulos e, em 4.758 escolas primárias, a 768.661 crianças.

A Inglaterra, que se tornou o país mais desenvolvido do mundo, serviu de exemplo para os demais países, que dela eram concorrentes, pois Rui Barbosa constatou que “[...] o ensino popular do desenho, que em si encerra a chave de todas as questões e de todos os destinos no domínio da arte, é, entre todas as nações cultas, um fato total ou parcialmente consumado” (BARBOSA, 1882, p. 5).

Assim, Rui Barbosa considerava o desenho o agente capaz de operar no mundo, sem perda de uma gota de sangue, transformações incalculáveis, de fazer prosperar países e empobrecer outros, por meio da riqueza comercial. Além disso, não era possível, na visão desse autor, estar dentro da civilização e fora da arte. Para ele, a disciplina do desenho deveria

sem ensinado para adultos e crianças, desde os jardins de infância, até a universidade, como base obrigatória na educação de todas as camadas sociais. A finalidade da educação pela arte não era promover indivíduos extraordinários, mas educar esteticamente a massa geral das populações, formando ao mesmo tempo o consumidor e o produtor, determinando a oferta e a procura. Diante disso, Barbosa considerava que a capacidade de sentir, admirar e gozar o belo existia em todas as almas, bastava, apenas, fossem cultivadas.

Porém, Barbosa distinguiu as belas-artes das artes industriais:

[...] as belas-artes e as artes industriais são duas naturezas homogêneas e homorgânicas. Todavia, não se lhes confundem os papéis. Uma olha a efeitos superiores: é o fim de si mesma; paira independente nas regiões do ideal. A outra tende a esparzir o belo nos hábitos mais frequentes da existência humana. (BARBOSA, 1882, p. 9)

A partir disso, explicou a função da arte aplicada à indústria: “Ela aformoseia a utilidade” (BARBOSA, 1992, p. 8). Isso significa que, por meio da arte, o produto útil tornara-se, também, belo. O ensino do desenho, portanto, estimularia e capacitaria a produção de produtos úteis e bonitos. Um bom produto era o resultado da boa utilidade, somado a uma boa estética. Nesse sentido, nos “objetos mais familiares a importância da mão de obra culta sobrepõe incomparavelmente o preço do material: a cada um o seu caráter de beleza própria, em que a orientação do gosto se alie à conveniência prática do seu destino. (BARBOSA, 1882, p. 8).

Para esse intelectual, a história da indústria e da arte no Brasil só começaria no dia em que o desenho e a modelação começassem a fazer parte obrigatória do plano de educados na vida nacional. Apresentou, então, um roteiro para aquela conquista:

Semear o desenho imperativamente nas escolas primárias, abrir-lhe escolas especiais, fundar para os operários aulas noturnas desse gênero, assegurar-lhe vasto espaço no programa das escolas normais, reconhecer ao seu professorado a dignidade, que lhe pertence, no mais alto grau de escala docente, par a par com o magistério da ciência e das letras, reunir toda essa organização num corpo coeso, fecundo, harmônico, mediante a instituição de uma escola superior de arte aplicada, que nada tem, nem até hoje teve em parte nenhuma, nem jamais poderá ter, com academias de belas-artes, – eis o roteiro dessa conquista, a que estão ligados os destinos da pátria. (BARBOSA, 1882, p. 16).

Rui Barbosa defendia disciplina do desenho/arte aplicada à indústria para promover o maior desenvolvimento econômico do país, a exemplo dos países desenvolvidos da Europa. A

partir dessa constatação, compactuamos com o posicionamento de Maria Cristina Gomes Machado (2002) acerca do debate educacional empreendido por Rui Barbosa. Essa autora mostra que é frequentemente defendida a tese de que, para Rui Barbosa, a educação era a alavanca do desenvolvimento. Porém, para ela, “[...] a educação, como objeto de reflexão, não tem vida própria e nenhuma questão a resolver fora das questões que afligem os homens e ameaçam suas vidas” (MACHADO, 2002, p. 3). Ao analisar os pressupostos educacionais de Rui Barbosa, defendeu que, para ele, a educação era mais um recurso utilizado na modernização do país, já que este primava, em primeiro lugar, pela modernização e desenvolvimento econômico do Brasil.

Rui Barbosa, no discurso de 1882, expressou, além das artes aplicadas, seu posicionamento acerca da educação da mulher. Ele concebeu a mulher como a que mais influências atuavam sobre a formação da natureza humana. Ele a entendia como mãe, amante, esposa, filha, mestra e como a “explicação do indivíduo na sociedade”. Para ele, os maiores homens devem as suas primeiras inspirações e hábitos a tutela que recebeu da mãe na infância. Diante disso, entendia que a cultura da mulher “[...] sobreleva em importância à do homem, [...] pois a educação da mulher contém em si a educação do povo” (BARBOSA, 1882, p. 22). Assim, uma mulher bem educada, seria uma esposa e uma mãe que bem educaria no seio doméstico.

Haidar (1972) explicou que a educação secundária da mulher, até quase o final do século XIX, tinha essa finalidade de prepará-la aos cuidados do lar doméstico. Ela relatou que o ensino secundário para o sexo feminino só principiou a constituir-se no Brasil no final do Império, graças as iniciativas particulares. A ação do poder público para a educação feminina se limitou, no Império, a precária instrução elementar oferecia a partir da Lei das Primeiras Letras em 1827. Devido a precariedade do ensino público, e da tradição em educar a mulher no lar, fizeram com que a educação das jovens de boa família se realizassem em casa, sob a supervisão dos pais, cuja instrução limitava-se aos conhecimentos das primeiras letras, ao aprendizado das prendas domésticas e das boas maneiras, isto é, a leitura e a escrita, noções de dança e música, bordados finos, quitutes caseiros, e, as vezes, a língua francesa.

Confiar a educação das meninas a colégio passou a ser mais comum em meados do século XIX, quando o número de instituições de ensino particulares para educação do sexo feminino cresceu significativamente. Na Corte, os colégios eram organizados por mulheres estrangeiras, sob regime de internado, geralmente na residência das diretoras. Os conhecimentos ensinados eram aqueles considerados indispensáveis a uma dama, como leitura e escrita, cálculo, dança, piano, trabalhos com agulha, língua estrangeira, e regras de

etiqueta. Nas províncias, os poucos colégios ensinavam sobretudo as prendas domésticas. Haidar (1972) citou, como exceção, o colégio de Nísia Floresta, discípula de Augusto Comte, onde o trabalho com as línguas sobrepunha-se os com a agulha. Porém, no geral, a educação da mulher limitava-se ao seu cumprimento enquanto mãe e esposa.

A educação, mesmo que restrita, era oferecida a uma diminuta parcela de mulheres da elite, segundo Haidar (1972). A maior parte das mulheres brasileiras conservava-se totalmente analfabeta. Nas escolas da Corte, antes da instalação da Escola Normal em 1800, somente a instrução primária era oferecida pelos poderes públicos. Nas províncias, somente em 1870 foram criadas as Escolas Normais que recebiam alunas do século feminino, mas ali não se ultrapassava o nível do ensino primário. A tarefa de prover a instrução secundárias ao sexo feminino foi totalmente confiada, no Império, aos colégios particulares.

Diante disso, dados presentes nos Relatórios de Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do município da corte mostram que em 1865, 722 meninas frequentavam os estudos secundário e esse número subiu em 1865, quando 966 meninas passaram a frequentar esse nível de ensino. Haidar (1972) alerta, porém, que os colégios ofereciam como opção às alunas, cursos suplementares de línguas modernas, geografia e história geral e do Brasil. Porém, as inscrições nessas aulas “[...] era arrolada entre as matrículas em instrução secundária. Os números cresciam, as estatísticas engordavam; a realidade, porém, era paupérrima...” (HAIDAR, 1972, p. 238).

Os colégios femininos que se propuseram a organizar cursos completos e regulares de instrução primária nas décadas de 1860 e 1870 não encontraram receptividade para levar adiante a obra e, por falta de alunas, tiveram que fechar as portas. É o caso do colégio criado por iniciativa de Dona Rita de Cássia Mendes e do Prof. José Manuel Garcia (futuro criador do curso secundário particular para o sexo feminino do Colégio de Pedro II), em 1869, chamado de Colégio Santa Rita de Cássia. Nele, eram previstas diversas aulas, como, por exemplo, de línguas, como inglês, francês, italiano e alemão, Gramática filosófica da língua portuguesa e brasileira, crítica e história literária, História, Geografia, Aritmética e Álgebra, dentre outros, além de economia doméstica, etiqueta, religião, trabalhos manuais. O Colégio mantinha um curso normal noturno e aulas gratuitas para educação dos analfabetos. Porém, para Haidar, os velhos preconceitos levaram essa iniciativa ao insucesso.

Haidar aponta algumas iniciativas que derem certo nos anos que seguiram, como o Colégio Progresso, que desde 1878 era tido como um dos melhores estabelecimentos de ensino da cidade do Rio de Janeiro e, devido a esse ensino, que empregava os mais modernos métodos didáticos, atraiu a atenção de Rui Barbosa, “[...] que foi uma das principais fontes de

inspiração da reforma do ensino público proposta em 1882” (HAIDAR, 1972, p. 241). O curso noturno gratuito para o sexo feminino, instalado nas dependências do Externato do Colégio de Pedro II, por iniciativa de José Manoel da Silva em 1884, contou com elevado número de matrículas.

No momento em que surgiam as iniciativas particulares, o ensino secundário feminino passou a ser pensado da área do ensino público. O Ministro Rodolfo Dantas, em 1882, enviou em relatório à Assembleia Geral, recomendação a imediata criação no Brasil do ensino público secundário para o sexo feminino. Os projetos submetidos para esse fim, segundo a autora, não foram votados, e o “Império cairia antes que o ensino público secundário para o sexo feminino se constituísse entre nós” (HAIDAR, 1972, p. 244).

Haidar citou a ideia, que era aceita com entusiasmo, de que deveria ser confiada à mulher a educação da infância nas escolas, como vinha ocorrendo nos países da Europa e dos Estados Unidos. Porém, para assumir essa tarefa, exigia-se também o aprimoramento da instrução da mulher. Assim, a escola normal mista da Corte, instalada em 1880, se tornou, graças a reforma de 1881, em que colaborou o positivista Benjamin Constant, “num verdadeiro centro de divulgação de conhecimentos positivos entre a população dos dois sexos” (HAIDAR, 1972, p. 245).

Nesse espaço, o aprimoramento da instrução feminina não tinha “como objetivos, portanto, elevar a mulher a culminâncias científicas e literárias ou prepará-las para funções ainda consideradas impróprias à sua capacidade intelectual e orgânica e incompatíveis com a missão que lhe fora reservada pela natureza” (HAIDAR, 1972, p. 249). Assim, a organização do ensino secundário para o sexo feminino nesse período preocupava-se com o preparo pedagógico da mulher e, devido a isso, os planos de estudos incluíam, além dos estudos literários e científicos, e das atividades manuais próprias ao sexo, uma cadeira de pedagogia, que preparava para o magistério aquelas que optassem.

Haidar não citou, contudo, as iniciativas da educação do sexo feminino realizadas no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. O jornal *O Aspirante*, nos serviu de fonte para mostrar uma outra perspectiva para a educação do sexo feminino na última década do regime imperial. O terceiro tema mais recorrente no periódico *O Aspirante* foi a educação feminina. Esse tema se sobressaiu, nesse periódico, devido a criação das aulas para o sexo feminino naquela instituição no ano de 1881, que, por coincidência ou não, foram inauguradas no mesmo dia em que o jornal veio a público. Os estudantes, portanto, expressaram a fundamental importância de educar a mulher nesse periódico. A educação feminina foi foco do outro jornal do Rio de Janeiro, *Chrysalida*. Assim, a educação do sexo feminino foi, para

nós, um elo de ligação entre os dois periódicos do Rio de Janeiro. Por esse motivo, a exposição de como a educação feminina foi abordada nos dois periódicos foi apresentada no subtópico seguinte.

3.2.2.2.2. “Engrandeca-se a pátria pela elevação da família e regenere-se a família pela educação da mulher”: A educação da mulher em *O Aspirante* e *Chrysalida*

Nesse subtópico, explicitamos como os/as estudantes dos dois jornais do Rio de Janeiro concebiam a educação do sexo feminino, apresentando os pontos que os aproximam e os que os distinguem. Partimos dos textos que instruíam o sexo feminino no jornal *O Aspirante*, dando continuidade a exposição desse jornal iniciada no tópico anterior. Em seguida, abordamos a educação feminina no jornal *Chrysalida*, que era o foco majoritário do periódico.

Conforme apresentamos no subtópico anterior, no primeiro número do jornal *O Aspirante* foram publicados inúmeros discursos e depoimentos de pessoas que estavam envolvidas com aquela instituição de ensino, com elogios ao Liceu, ao seu diretor, e, sobretudo, a iniciativa de abrir aulas para o sexo feminino. Nesses trechos, podemos compreender o que se pensava para a educação do sexo feminino.

O texto de C. E. Mendonça de Carvalho foi um dos primeiros a destacar a importância de educar a mulher para que cumpra um dos seus papéis:

Inauguram-se hoje as aulas para o sexo feminino.
E' mais um passo que damos para o progresso, e mais uma prova de que o Lycêo trabalha para o adiantamento geral dos espíritos, promovendo o desenvolvimento nacional.
A iniciativa tomada com o fim de libertar a mulher brasileira do jugo da ignorância é digna de applausos, porque tende à preparar as novas gerações para que possamos acompanhar as nações cultas no seu caminhar incessante, a melhorar a sorte da familia brasileira, a dar-lhe sciencia de seus actos e preparam-a para melhor educar seus filhos.
Cumpria ao Lycêo levantar a mulher brasileira à sua alta missão e leval-a até ao nivel de nossos conhecimentos, dando-lhe idéas exactas do justo, do bello e do verdadeiro; e os que julgavão-na somente mãi carinhosa, vão ver que, não é só essa a sua virtude ; alem de ter sido creada pela natureza para os doces deveres da maternidade, de ser esposa dedicada e attenta, tem também forças para demolindo o templo do vil egoísmo, sobre elle levantar os alicerces do novo templo: —Igualdade.
Não será mais. como se dizia ha pouco tempo «machina de prazeres fáceis, passa as horas a se pentear e mirar ao espelho, matando o tempo com futilidades, permanecendo na inércia diante do progresso.»

Apezar de tudo se ter perdido, de se terem exagerado todas as faltas, de se ter carregado de feias cores o viver da mulher brasileira, novo caminho se abre para ella seguir, e em breve tempo, essa que tanto condemnarão ha de ser a futura gloria da pátria.

E o povo, que em massa corre para assistir à nova revolução, grave em seu cérebro esta data - 11 de Outubro de 1881,—e convença-se de que está assentado o primeiro marco no caminho da regeneração social. (O ASPIRANTE, 1881, n. 1, p. 1)

A primeira ideia do autor foi a de que libertar a mulher da ignorância era melhorar a sorte da família, dar ciência aos seus atos e prepará-la para melhor educar os filhos. Assim, para o autor, a educação feminina ajudaria a melhor preparar a mulher para sua “alta missão”, de gestora da família e na educação dos filhos, pois ela teria mais consciência dos seus atos e da importância de uma boa gestão familiar para o progresso do país. Educar a mulher era oferecer-lhe ideias do que era justo, belo, verdadeiro, tornando-se mais do que aquilo que lhe havia oferecido a natureza, isto é, mais do que era inato a mulher (mãe doce, esposa dedicada e atenta). O outro ponto destacado pelo autor é que, por meio da educação do sexo feminino, a mulher deixaria de ser fútil e participaria mais ativamente do progresso do país, pela atuação consciente no lar doméstico.

Augusto Saturino da Silva Diniz, o vice-diretor do Liceu, reafirmou a ideia de educar a mulher para aprimorar sua atuação no seio familiar:

Seja pois a mulher nobilitada pelo aperfeiçoamento de suas faculdades intellectuaes; inunde-se-lhe a alma; com sentimento do bello, dos mais vivificantes predicados moraes, enriquecendo-a ao mesmo tempo de quanto necessita para o cumprimento de sua extraordinária e sublima missão. Engrandeça-se a pátria pela elevação da família e regenere-se a família pela educação da mulher. (O ASPIRANTE, 1881, n. 1, p. 1)

O vice-diretor do Liceu acreditava que educar a mulher era enriquecê-la intelectualmente para o cumprimento de sua “extraordinária e sublime missão”. Essa missão concedida à mulher era, sobretudo, a do bem cuidar do lar e bem educar os filhos. À mulher recaía a responsabilidade do engrandecimento da pátria, regeneração e elevação da família, fazendo da educação feminina uma exigência para sua concretude. Educar a mulher era controlar o tipo de educação que as famílias receberiam.

Em seguida, em outro depoimento, ficou expresso mais uma função para se educar a mulher, para além de sua atuação no seio doméstico. O aluno José Duarte dos Santos chamou Bethencourt da Silva de “pai dos pobres” e aquele que “chama em seu seio o homem, a mulher, o menino, e a menina para dar-lhes a instrucção, ensinando-lhes uma arte, um officio,

afim de que este ente seja algum dia útil a si e á sua pátria” (O ASPIRANTE, 1881, n, 1, p. 2). Pela escrita desse estudante é possível entrever que uma das intenções do diretor da escola em abrir aulas para o sexo feminino era formar a mulher trabalhadora, ensinar-lhe um ofício. Assim, independente do sexo, todos deveriam ser preparados para a atuação profissional, e, dessa maneira, contribuir e ser útil a pátria por meio do trabalho.

Félix Ferreira (1841-1898)⁵⁷ escritor, jornalista e historiador da arte, que dedicou-se a escrever um livro sobre Bethencourt da Silva e o Liceu, teve um texto publicado no primeiro número do jornal, que reforçava a educação da mulher deveria visar sua atuação para além do lar:

A inauguração das aulas para o sexo feminino, no Lycêo de Artes e Officios, é um acontecimento tão notável para as classes industriaes do paiz, que só o futuro poderá demonstral-o; pois só a pratica nestes casos dá a medida da importância da innovação.

Não se trata da educação banal das nossas escolas communs, mas da instrucção, do ensino, de conhecimentos que podem ser aproveitados como profissões. Assim, pois, trata-se de formar esposas para os artistas, os operários, os industriaes e fabricantes; companheiras de trabalho, sócias, cujo capital será a intelligencia cultivada e apropriada ao menejo dos negócios, ao exercício de profissoes, tanto como ao governo do lar domestico”. (O ASPIRANTE, 1881, n. 1, p. 2)

Félix Ferreira defendeu, nesse texto, a dupla função de se educação uma mulher: para torná-la apta a ser profissional, e apta para o governo do lar doméstico, como esposa e mãe. Na primeira, a educação a tornaria inteligente para o manejo com os negócios e exercícios das profissões, e a segunda, formaria boas esposas para os homens, sejam eles artistas, operários, industriais e fabricantes, e boas donas de casa.

As duas facetas da educação feminina, isto é, educar a mulher para o trabalho e para o lar doméstico, estiveram presentes nos artigos do periódico, pois frequentemente publicavam textos direcionados às leitoras. Por ser um jornal cuja primeira publicação ocorreu no mesmo dia da inauguração das aulas para o sexo feminino, e por existirem textos direcionados às leitoras, esse periódico era lido por mulheres. Assim, existiam textos escritos para os alunos e alunas daquele Liceu, independente do sexo, e alguns que foram escritos especificamente para a leitura do sexo feminino.

⁵⁷ Acerca de Félix Ferreira, os estudantes discorreram: “Felix Ferreira, o modesto escriptor que em paginas illuminadas pelo talento e aviventadas pelo coração, em paginas primorosas como as do «perfil artístico» de Bethencourt da Silva, do «Ensino profissional» e muitas mais, ha sempre favorecido e honrado a causa da instrucção popular e os nomes de seus propugnadores” (O ASPIRANTE, 1881, n. 2, p. 1)

O que se entende, por meio dessa constatação, é que a educação para a atuação profissional era igual para homens e mulheres. Os textos de cunho científico não eram classificados por sexo, o que se presume que era um tipo de conhecimento necessário a todo operário, homem ou mulher. Isso significa que os textos sobre química, física, mecânica, vapor, astronomia e os direcionados as classes operárias eram genéricos, e educavam ambos os sexos. O domínio dos conhecimentos científicos era uma exigência para a atuação profissional do homem e da mulher em seu local de trabalho.

Além dos textos de cunho científico sem classificação por gênero, foram publicados textos de cunho moral, estes sim dedicados às mulheres, que buscavam educá-la moralmente para ser boa mulher, boa esposa e boa mãe. O primeiro deles recebeu o título de “A mulher japonesa”. Os redatores do jornal publicaram as informações sobre a educação da mulher japonesa que foram fornecidas pelo Sr. Masana Maeda, comissário geral do Japão na exposição de Paris. Para eles, se essas informações fossem verdadeiras, “a mulher japonesa é um portento, e os costumes do talvez bello sexo de lá admiráveis” (O ASPIRANTE, 1881, n. 2, p. 2). Iniciou apontando algumas de suas características:

Diz elle que, mulheres, da classe nobre recebem uma educação brilhante e uma instrucção solida. Teem uma especial predilecção pela poesia, que cultivam magistralmente. Apaixonadas pelas flores, consideram como uma das mais doces e sentimentaes occupações a composição de bouquets. Organisar um ramo é uma bella arte. A flor é um symbolo de sentimento e um emblema de formosura. (O ASPIRANTE, 1881, n. 2, p. 2).

Continuaram a explicação falando sobre a dança. No Japão, a dança não era uma distração ou delírio de paixões, mas uma arte que entrava na educação da mulher para a educação física e moral. Dessa maneira, ao dançar, a mulher desenvolvia sua agilidade, dava elegância as formas e conhecia as mais distintas posições. Acerca do casamento, explicaram que acontecia geralmente aos 25 anos. No feudalismo, o marido era escolhido pelo pai, porém, aquela prática bárbara e brutal havia sido expulsa do Japão, pois a mulher era preparada para realizar boas escolhas: “A donzela, bem preparada pela educação para escolher segundo o seu sentimento e as suas aspirações, não encontra nos seus progenitores o mais pequeno obstáculo á consecução do seu enlace matrimonial” (O ASPIRANTE, 1881, n. 2, p. 3).

Acerca das vestimentas, mostraram que a mulher no Japão se vestiam de diversos modos, segundo o seu estado e posição social. O que as distinguia era o toucado: a solteira, a casada e a viúva utilizavam toucados diferentes. Não era permitido variedade, havendo,

portanto, uniformidade nas vestimentas. Os redatores posicionaram-se a favor dessa uniformidade: “Ora, isto é simplesmente brilhante” (O ASPIRANTE, 1881, n. 2, p. 3). Apresentaram dois pontos para argumentar porque era a favor dessa uniformidade na vestimenta da mulher. O primeiro foi que, para eles, a maior parte dos conflitos, das revoluções, aconteciam da concorrência dos pretendentes ao mercado das mulheres. O segundo ponto que destacaram foi que os adultérios aconteciam porque o pretendente ignorava o estado da mulher. Diante desses dois pontos, concluíram:

Se a mulher traz consigo o attestado da sua posição; se, ao mesmo tempo que as suas fôrmas inspiram um sentimento que tende a despertar-se, as suas maneiras, o seu vestuario, põem em evidencia a legitimidade da luta que vai travar-se, não se evitam muitas affeições immorales, como se definem as responsabilidades dos seductores.

E julga-se que isto é pouco importante ! Não é, e a prova está em que no Japão, onde a mulher diz com o seu toucado se pode ou não pode acceitar a corte do *leão*, o adultério é quasi desconhecido, ao ponto de não ser mencionado nos motivos legais do divorcio. (O ASPIRANTE, 1881, n. 2, p. 3).

Esse texto apresenta uma série de comportamentos femininos morais tomados pelos redatores como modelo, já que se posicionavam a favor daqueles preceitos e práticas. Portanto, ao publicar no jornal como era a mulher japonesa, suas características, costumes e práticas, buscavam transmitir e incutir na leitora brasileira, alunas do Liceu, esses valores.

Um conto, intitulado “Um modelo - Jenny, a ramalheteira”, foi publicado em partes no segundo, terceiro, quarto e sexto número. Os redatores do periódico não divulgaram quem era o autor do texto. Contudo, o mesmo conto já havia sido publicado no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, na edição de número 267 do ano de 1866, em forma de folhetim, e foi assinado pelo autor Julio Janin. Nesse periódico, o conto intitulava-se apenas “Jenny, a ramalheteira”. O texto narra a história e a evolução de Jenny, que vivia em Paris e era muito pobre, porém boa e virtuosa. Ela vendia flores, mas não conseguia dinheiro com esse trabalho. Um pintor, porém, admirado por sua beleza, propôs de pintá-la em quadro. Jenny era uma grande artista, pois, além de ficar horas na mesma posição e expressar-se a maneira como o artista solicitava, se submetia ao artista para conseguir os melhores resultados e em nome da arte. Porém, o autor explicou:

Jenny era submissa ao artista, cegamente submissa enquanto se tratava da arte, mas ahi parava a sua vocação.

Se o artista se tornava homem, Jenny abandonava seu papel, brilhante, descia das altas regiões a que o artista a tinha elevado premeditadamente,

Jenny olvia á condição de simples mulher para melhor defender-se; Jenny cobria de novo seus braços tão brancos, puxava para sobre os seus belos seios seu ordinário lenço de chura e esticava nas pernas despidas, suas meias esburacadas. (O ASPIRANTE, 1881, n. 4, p. 4).

Assim, apesar das condições de seu trabalho e de seu espírito e dom artístico, Jenny não se desmoralizou e mantinha-se dentro dos preceitos de uma mulher virtuosa, pois não cedia as investidas dos pintores. Jenny pode ter sido utilizada como exemplo, pelos redatores, para mostrar uma mulher modelo – conforme acrescentaram ao título do conto original (“Um modelo – Jenny, a ramalheteira”) -, cujas condições externas poderiam levá-la ao caminho da desmoralização, mas que não se desviou. Assim, era um modelo de mulher virtuosa e que amava a arte.

O último texto que enfocava a educação moral da mulher trabalhadora foi publicado em forma de folhetim, com o título “Educação da mulher” e assinatura de Elysio Macrino. O próprio autor explicou o objetivo do texto: “Antes de considerar a mulher no lar da família, virgem, sentindo no coração divinas vibrações antes de considerá-la esposa, mãe, e digna companheira do homem, vejamos quem foi ella no passado, o que é no presente, o quem será no futuro” (O ASPIRANTE, 1881, n. 10, p. 1). Assim, o autor propôs uma retomada histórica da figura da mulher, até que ela fosse considerada mulher do lar de família, esposa e mãe.

Iniciou pela “mulher comprada”, que foi, segundo o autor, o começo da instituição da família. Comprar uma mulher era uma prática conhecida, naquele momento, pelos povos da África ocidental. Citou, como exemplo, a Índia, onde os pais que queriam casar suas filhas, colocavam-na a porta com uma folha verde, até um pretendente interessado negociar seu preço, tornando aquela mulher sua propriedade. A partir de então, a mulher era encarcerada de diversas maneiras. No Egito, por exemplo, existia uma lei em que a mulher só poderia sair de casa calçada, mas os comerciantes eram proibidos de vender calçados às mulheres.

Somente na Grécia foi reconhecida a personalidade da mulher, tornando-a pessoa, quando foi representado o nascimento de Vênus, pois houve a “santificação da beleza; e n’esse culto consagrou-se á personalidade da mulher” (O ASPIRANTE, 1881, n. 12, p.1). Prosseguiu narrando que em Esparta, a mulher era considerada máquina de fazer bons soldados.

Em Atenas, segundo o autor, é que se deve estudar a mulher grega, pois lá ela vivia para os trabalhos domésticos, e sua glória consistia em dar filhos à pátria. O homem só vivia fora de seu lar e, por isso, a mulher não tinha um esposo, mas somente os pais de seus filhos. Foi então que a mulher passou a se entregar a embriaguez e as orgias, mas, depois, “voltava

para o gynecceu da matrona com mais firme esperança de cumprir sua missão, dar filhos a pátria” (O ASPIRANTE, 1881, n. 12, p.1).

Sobre essa relação de homem e mulher em Athenas, o autor explicou que, segundo Demostenes, os atenienses tinham esposas para dar filhos e amigas para os prazeres da vida. Além disso, explicou que o homem não achava no interior doméstico os prazeres da intimidade, já que nada tinham com que conversar com suas esposas, pois elas não tinham vida social. Assim, “[...] a civilização grega afirmou a personalidade da mulher, mas não conhecia a mulher na dignidade de sua missão social” (O ASPIRANTE, 1882, n. 13, p. 1).

Essa dignidade da “missão social” da mulher só foi conhecida quando nasceu o Redentor da humanidade, o Deus dos pequeninos: “A virgem esposa de um operário, a Predestinada mãe do Verbo, conforme os livros santos, tinha recebido o enviado de Deus, que a escolhera para mãe [sic] do Redemptor da humanidade. O christianismo, mudando a face do mundo, emancipou a mulher” (O ASPIRANTE, 1882, n. 13, p. 1). O principal ideia defendida pelo autor no final do texto é que “a religião do sentimento, o chistianismo falou a linguagem da mulher que é a linguagem do coração” (O ASPIRANTE, 1882, n. 14, p. 1).

Esse foi o um dos poucos momentos no jornal *O Aspirante* que se referenciava e defendia a moral da religião católica. A moral católica foi recorrida pelos redatores desse periódico para ensinar às mulheres leitores preceitos e virtudes morais necessários para que elas cumprissem sua missão social, de boa mãe e esposa, e dona do lar. O texto do folhetim mostrou, por meio da história, que a finalidade de toda mulher era atingir sua máxima missão, tomando, neste caso, a Virgem Maria como modelo. Assim, buscavam educar a mulher operária não somente intelectualmente, mas moralmente, para moldar o caráter no cumprimento de seus dois papéis: dona de casa e trabalhadora.

Por fim, no jornal *O Aspirante*, publicavam uma sessão, ao final do jornal, que continha charadas, adivinhas, e provérbios, muitos deles moralizantes. Importante destacar que alguns desses provérbios publicados na seção de humor do jornal não estavam direcionados especificamente à educação moral do homem ou da mulher, mas à educação moral de todos os seus leitores, ou seja, de todos os operários, genericamente. No quadro abaixo, transcrevemos alguns dos provérbios publicados no jornal *O Aspirante*:

Quadro 14 - Provérbios publicados no jornal *O Aspirante*.

Número	Provérbios
3 22/10/1881	“Quanto menos força tem o homem mais della quer usar.” “Não há vingança tão heroica como a—bondade.” “Si o silencio é uma virtude dos tolos, nem todos os tolos são silenciosos.”
5	“Gastamos a primeira parte da vida em desejar a segunda e a segunda em lamentar a

07/11/1881	<p>primeira.”</p> <p>“Os ricos são os mancebos e os pobres anciões.”</p> <p>“Os moços que ri dos velhos riem de si antecipadamente.”</p> <p>“A vontade é a alma das iniciações.”</p> <p>“Se fazer bem é sublime, sublime é quem o pratica.”</p> <p>“A lembrança da virtude e o esquecimento do crime são bens necessários à vida social.”</p> <p>“Frui as delicias do presente, esquecei as magoas do passado, mais remorsos não busqueis para o futuro.”</p>
6 12/11/1881	<p>“As acções do homem, como as da mulher, são o único thermometro com que pode-se-lhes avaliar o gráo de caracter e dignidade.”</p> <p>“A virtude salva a alma; a orgia perde o corpo.”</p>
7 29/11/1881	<p>“As revoluções são as tempestades sociaes. Benéficas às vezes, purificam alguma atmospha viciada pelas impurezas do « Poder anti-natural. »”</p> <p>“Quase sempre vemos nos outros os nossos maiores defeitos.”</p> <p>“A liberdade é o “direito de ação” sem ele não há paz.”</p> <p>“Podereis duvidas de tudo, menos da morte.”</p> <p>“A esperança alimenta o homem, a descrença confunde-o.”</p> <p>“A maior riqueza é a sabedoria.”</p> <p>“Os homens sábios, quer em artes, quer em letras, quer em sciencias, devem ser tratados com todos os cuidados e atenções, que exigem as plantas raras e beneficas.”</p> <p>“Os dias são parcelas da vida, cuja soma, porem, só se obtem depois da prova, que é a morte.”</p>
9 03/12/1881	<p>“Nenhum homem quo combate em serviço de Deus deve preuecupar-se com os negócios do mundo.”</p> <p>“O sentimento mais delicado é o da Fé. Não reside no coração, não tem órgão próprio: revela-se nas grandezas que nos cercam, n’esse Infrito que nos cega, nesse mar que nos foge...”</p> <p>“Quem encara as cousas com indifferença não pôde distinguir o bem do mal.”</p> <p>“A vida é um soffrer que acaba, a morte um descanso eterno.”</p> <p>“A melhor nobreza é a virtude.”</p>
12 24/12/1881	<p>“A’ esperança de ainda termo um porvir mais ditoso, allivia-nos as penas do presente.”</p> <p>“O abuso do livre arbítrio nos arrasta a miséria”</p> <p>“Diz Pithagora — cinco são as dificuldades á vencerem-se, primeiro as paixões do coração, segundo as moléstias do espirito, terceiro as seduções das cidades, quarto as dificuldades das empresas, quinto o morrer.”</p>

Fonte: Quando elaborado pela autora, com provérbios do jornal *O Aspirante*.

A publicação de inúmeros provérbios que transmitiam preceitos morais nos mostra que a educação do operário brasileiro deveria ser intelectual e moral. Os conhecimentos científicos ensinados aos operários não eram suficientes para sua formação. Era necessário, além destes, ensinar valores morais que fizessem do trabalhador um sujeito virtuoso, pois a atuação do cidadão na indústria exigia um trabalhador que dominasse os conhecimentos técnicos, mas que fosse moralmente educado. A educação moral tinha, além disso, um objetivo de preparar o indivíduo à sociedade republicana, em cuja defesa pôde ser observada no mesmo cenário em que se defendia a industrialização do país para sua modernização.

Desses provérbios, muitos contemplavam a figura da mulher e eram a elas direcionadas. Pelos provérbios podemos verificar a concepção de mulher presente no jornal. No número três, na sessão sob o título de “Provérbios”, duas frases falavam sobre a mulher. A primeira dizia: “Um homem rico nunca parece feio aos olhos de uma rapariga pobre” (O ASPIRANTE, 1881, n. 3, p. 3); a segunda dizia: “Devemos conservar boas relações com a esposa, estomago e consciencia” (O ASPIRANTE, 1881, n. 3, p. 3). Na “Secção humoristica” do 5º número, publicaram: “As moças bonitas são os guias que mostram o caminho para o matrimonio”; “Duas barras ha que não sendo as maiores todavia governam o mundo – a do ouro e a da saia” (O ASPIRANTE, 1881, n. 5, p. 4).

Na “Secção humoristica” do número 12, apresentaram algumas frases assinadas por mulheres, novamente com teor moralizante, sob o subtítulo de “Ellas retratão-se”. Esse foi o único momento do jornal em que encontramos textos assinados por mulheres, mas elas não eram, contudo, alunas do Liceu:

Ha mulheres que fazem de seus amantes um baralho de cartas, jogam com as que têm, por algum tempo, descartam-se e acceitam outros se isso lhes convém, acabando quasi sempre por perderem com as novas o que haviam ganho com as velhas. A. Arnauld.

Nunca as mulheres, foram mais da moda e mais desprezadas do que hoje, estamos como no século décimo sétimo, século da— libertinagem e do namoro. Mme. Puisieux.

O coração de uma esposa namoradeira é uma rosa. Cada um amante arranca-lhe uma petela [sic] não ficando para o marido mais do que os espinhos. A. Sophia.

As mulheres, de quem solicitam-se um favor, são como as charadas, enigmas logogryphos : achada à decifração, ninguém mais se importa com ellas nem pensa nisso. A. de Vacresson.

A ignorância em que as mulheres vivem de seus deveres, a maneira por que ellas abusam do seu poder, fazem que ellas percam o melhor e o mais precioso de seus atributos—o de serem úteis. S. de Bernier.

As mulheres não se enfeitam se não para agradar (se bem que dizem sempre o contrario) e buscam agradar por já terem um amante ou por desejarem tel-o. M. Babaux Rousabaux.

Seria muito menor o numero das enganadas se as mulheres podessem preferir os homens que morrem por ellas aquelles por quem ellas morrem. A. Carlota Mappen.

Os homens só procuram os médicos quando soffrem, as mulheres os mandam buscar todas as vezes que se acham aborrecida. Mme. Geslin.

As mulheres mais hábeis para com os amantes, são de ordenario inhabeis com os maridos. H. Vicentina.

Uma mulher, que pensassem bem nunca deveria acceitar um amante sem que seu coração o quizesse nem um marido sem que a própria rasão o dictasse. O. Dodelà. (O ASPIRANTE, 1881, n. 12, p. 4)

Pela leitura dos provérbios, é possível perceber uma recorrência em mostrar a mulher como adúltera. O adultério já foi objeto de discussão no artigo “A mulher japonesa”, e nele, os redatores defenderam que as mulheres deveriam usar vestimentas que indicassem qual o estado civil de cada uma. Essa insistência em falar sobre o adultério evidencia que os redatores buscavam mostrar às leitoras a imoralidade desse ato, conduzindo-as ao respeito ao matrimônio, à fidelidade, para que se tornassem boas esposas. Entende-se, assim, que uma mulher deveria buscar o matrimônio e, uma vez casada, não deveria cometer o adultério. Esse era, portanto, um dos princípios morais exigidos para que a mulher/operária fosse virtuosa.

Passamos, a partir daqui, a discorrer sobre a educação da mulher no segundo jornal do Rio de Janeiro: *Chrysalida*. Como mencionamos, a educação da mulher foi foco principal do jornal *Chrysalida*. Todo o jornal foi pensado e elaborado para educar as alunas leitoras, sobretudo as do colégio do onde era produzido. Além de educar moralmente a mulher, pontuaram outra função para a publicação desse periódico, que era prepará-la para o ofício de jornalista.

No artigo de fundo da edição de número 8, refletiram que, “[...] para quem não quer penetrar no âmago das coisas e não se dá ao trabalho de raciocinar, é a *Chrysalida* um jou-jou, um brinquedo de criança ou quando menos uma distração para as meninas afim de lhe entreter um instante os ocios, mas sem utilidade real” (CHYSALIDA, 1888, n. 8, p. 1). Porém, alertaram que quem pensava dessa maneira estava cometendo um equívoco.

Então, como quem dialogava com seus leitores, questionaram: “Qual é, pois, o resultado pratico, a vantagem que tem em vista colher esta Redacção?” (CHYSALIDA, 1888, n. 8, p. 1). Responderam que o Collegio Santa Thereza conhecia quanto, no estado em que se encontrava a sociedade, era cara a vida na corte. Além disso, reconheceram a absoluta impossibilidade em que se acham certas classes, especialmente às mulheres, de ganharem, por meio do trabalho manual, o necessário para uma parca subsistência. Diante dessa realidade, entendiam que a administração pública passou a reconhecer nas mulheres uma aptidão para certos serviços públicos, como de agentes de correio e telegrafistas.

Essa informação exposta pelas alunas demonstra, outra vez, que a concepção do papel da mulher estava sendo modificado e que ela não era mais vista como aquela que deveria apenas cuidar da casa e da família, mas como aquela que poderia produzir o sustento da família, mesmo que entendessem que os trabalhos manuais não eram garantia de plena subsistência. Passou a ser reconhecida sua capacidade para atuar no mercado de trabalho, isto é, fora de casa, e, por isso, começou a ocupar espaços no funcionalismo público e nas indústrias. Essa nova fase da mulher foi ilustrada no jornal *O Aspirante*, conforme

evidenciamos, pois ele informou a inauguração das aulas para o sexo feminino, aulas estas que preparavam a mulher para sua atuação no trabalho para além do seio familiar.

Assim, as alunas do Colégio Santa Thereza mostraram que “[...] a arte typographica abre novo campo á actividade do sexo feminino.” (CHRYSALIDA, 1888, n. 8, p. 1). Por isso, o trabalho desenvolvido com o jornal *Chrysalida* era, para elas, um meio de adestrar as meninas nas lutas do jornalismo, pois tinham em vista a necessidade de proporcionar um ofício às que precisassem, um dia, trabalhar. Finalizaram repetindo a ideia de que o jornalismo exercido pelas mãos das meninas poderia se tornar instrumento valioso para o futuro delas.

Esse artigo salienta o posicionamento ativo das alunas no que dizia respeito a sua formação. O jornal não era por elas considerado como uma simples brincadeira, mas uma forma de prepará-las para um ofício no futuro. Assim, a leitura do jornal retrata dois vieses da educação feminina. O primeiro tinha uma finalidade moral, de preparar uma mulher virtuosa e preparada para sua atuação no seio familiar. O segundo, porém, realçou as alunas escritoras como engajadas e ativas no que dizia respeito a sua formação, a exemplo do artigo exposto, pois atuaram em defesa da mulher, e debatiam assuntos importantes de seu dia a dia, que outrora era privado à mulher e à sua educação.

Iniciamos pela apresentação da educação moral oferecida a leitora desse periódico. O periódico *Chrysalida*, conforme destacamos, era publicado no Colégio Santa Thereza, e, por isso, priorizava, assim como seu colégio, uma formação religiosa. Frequentemente publicavam textos dirigidos para essa formação, como “Oração de uma filha”, “Cantos sacros”, biografia de Santa Thereza.

No que dizia respeito aos textos para essa instrução moral, encontramos pequenas narrativas ou pequenos textos moralizantes, e artigos que educavam a mulher para exercer sua função como dona de casa. As pequenas narrativas e textos educavam moralmente as alunas leitoras. Muitos delas pareciam anedotas, pois narravam histórias cômicas, mas com um fundo moral. Além disso, publicaram histórias cujas personagens eram grandes personalidades, como reis, pensadores conhecidos, entre outros. Dessas pequenas narrativas e textos, destacamos alguns temas mais transmitidos: amor e dedicação a família, especialmente aos pais; importância do estudo; valores cristãos; virtudes. Escolhemos, para essa exposição, aqueles cujo tema foi mais fortemente sublinhado pelas autoras.

Do primeiro tema que pontuamos, amor e dedicação à família, encontramos oito histórias, das quais selecionamos algumas. A primeira contava a história de Luiza:

Luiza

Luiza era filha única; possuía todos os dons reunidos - beleza, educação e fortuna.

Contava 20 annos e já seu casamento estava tratado com um mancebo, digno della e a quem votava amor.

De repente o pai perdeu a vista.

Desmanchou logo o casamento, apesar da dôr e das instancias de seu desposado e das paternas supplicas.

Só quis viver d'ahi em diante para consolar e guiar seu pai e renunciou á todos os prazeres.

Sempre ao lado do cêgo, buscava distrahi-lo por sua alegria e praticas.

Se queria sahir dizia-lhe: - «Arrimi=se em mim, pai:» e levava-o para o jardim ou para o campo, onde respiravam ar oxigenado.

De volta para a casa, lia-lhe alguma cousa, contava e tocava.

De vez em quando, á tarde, ella reunia pessoas sensatas e amáveis, cuja conversação era agradavel ao ancião; ia com elle á casa de bons e velhos amigos, onde passavam distrahidos a noite, recolhendo-se depois.

Quando convidada, para festas e divertimentos, como outr'ora, respondia: «Quem há de ficar ao lado de meu pai?» E não deixava.

Nunca o velho se aborreceu por um momento, graças á engenhosa dedicação de sua filha.

(CHRYSALIDA, 1887, n. 2, p. 4).

O pequeno conto transmitia a imagem de um modelo a ser seguido. Luiza, personagem da história, tinha todos os predicados de uma mulher ideal: era bela, educada e rica. Por todas essas características, tinha um noivo que a amava. Além disso, amava seu pai antes de tudo e todos, tanto que abdicou de seu casamento, e de sua vida, para se dedicar apenas aos cuidados do pai, que havia ficado cego. A moral que o conto deixava transparecer era de amor, respeito, honra e dedicação absoluta aos pais, antes de qualquer coisa.

No 4º número do jornal, a pequena narrativa intitulada “Um advogado de Paris”, contava a história de um dos advogados mais celebres de Paris, que teve a felicidade de conservar o pai vivo até os 80 anos. Esse advogado era pai de família, mas nunca se esquecia de ir todas as manhãs apresentar homenagem e venerar o ancião, pedir ordens, oferecer serviços. Ele levou os filhos para conhecerem o avô e receberem sua benção. Todas as vezes que o patriarca via seus netos, chorava emocionado. A última frase do conto transmitia sua moral: “Eis de que modo se perpetuam de geração em geração e causam a felicidade das famílias os fructos de uma boa educação, de uma educação christa.” (CHRYSALIDA 1887, n. 4, p. 3).

Entende-se, dessa forma, que aquele que cuidava de seus pais, até que eles morressem, tiveram uma boa educação e uma educação cristã. Novamente, a dedicação aos pais foi objeto do conto, pois o filho ia todos os dias ver seu pai, e dava a ele todo o necessário. Além disso,

levava seu filho, o que deixa transparecer a ideia de que o pai ensinava ao filho essa máxima dedicação dos filhos para com os pais.

Ideias semelhantes ao deste conto foi transmitida no “Os dois cobertores”, do 5º número do periódico:

Contam que um homem abastado e que apenas tinha um filho, teve a barbaridade de mandar seu velho pai para o hospital.

Alguns dias depois, sabendo que o velho pai sentia muito frio, remetteu-lhe dois péssimos cobertores pelo filho único. Este só levou um dos cobertores. Perguntando-lhe o pai a razão disto, respondeu : « Guardei o outro para quando entrardes no hospital. »

Os maos filhos tornam-se mãos pais e são castigados pela Providencia. (CHRYSALIDA, 1888, n. 6, p. 4)

Transmite-se, nesse trecho, a lição de que era necessário dar bons ensinamentos e exemplos para os filhos, para que os filhos realizassem boas ações no futuro. Dessa forma, um filho tornou-se ruim por ter, a exemplo, um pai ruim. Esse conto mostrava, portanto, o castigo recebido por quem não se dedicava aos pais.

O próximo pequeno conto, “Um amigo”, narrava que saiam da missa o pai e seu filho jovem, Carlos, que tinha cerca de 15 anos. O tempo estava suave e delicioso, e parecia convidar para um passeio. O pai sugeriu que o garoto procurasse um de seus amigos para, juntos, respirarem o ar do campo. O menino respondeu que não tinha mais que um amigo. O pai perguntou quem era, então, aquele amigo. Carlos atirou-se no pescoço do pai e disse: “Está aqui o meu amigo, o terno amigo, o meu unico amigo, (disse); não quero outros ; e nunca os terei.” (CHRYSALIDA 1887, n. 4, p. 4). O pai, por sua vez, “não cabia elle em si de tão jubiloso, e n'essa mesma noite souberam de sua boca todos os visinhos o que se acabava de passar.” (CHRYSALIDA 1887, n. 4, p. 4). Novamente, a última frase do conto transmitia a moral: “Ahi tendes, caro amigo, de que modo deve um filho amar a seus pais, e testemunhar-lhes os sentimentos de seu coração.” (CHRYSALIDA 1887, n. 4, p. 4).

O conto “O jovem Arménio” traduzia outra noção: os valores morais cristãos. Conta a história de um garoto de 10 anos, exemplo de firmeza realmente admirável em tão tenra idade, que agiu como um verdadeiro mártir. Ele frequentava a escola cristã, e experimentou nela as admiráveis máximas da verdadeira religião. Seu pai era armênio, inimigo da religião católica, e, por isso, fez de tudo para abjurar a fé do menino: primeiro utilizou de carinhos, promessas e até lágrimas, mas o menino ficou inflexível. O pai recorreu então a ameaças e castigos, mas o filho suportou.

Então, o pai do menino adoeceu, e, durante toda a enfermidade, o filho “[...] teve a satisfação de ver seu pai mudar inteiramente de proceder, volvendo á verdadeira fé. Ditoso filho, que conseguiu, graças á sua paciência e as suas supplicas, chamar á razão seu pai desgarrado.” (CHRYSALIDA 1887, n. 5, p. 3). O pai, portanto, só mudou seu proceder, graças ao filho, que, criado nos preceitos da Igreja Católica, teve paciência com o pai e por ele fez súplicas. O conto, dessa forma, transmitia às leitoras a importância dos preceitos católicos, como a paciência e o amor e honra ao pai, mesmo que este tivesse defeitos.

O amor incondicional aos pais foi objeto da pequena narrativa “Lance de dedicação filial”. O conto narrou que, no tempo de Henrique IV, as tropas da rainha da Hungria praticavam horríveis devastações na Picardia. Um jovem das cercanias de Roye fugiu em tenra idade e se alistou no exército estrangeiro. A guerra o levou novamente a sua cidade de origem, e seus habitantes estavam escondidos na igreja. O capitão, então, mandou incendiar a igreja. O jovem estremeceu com “tão bárbara ordem e despertou-se nelle o amor da pátria, este sentimento que tão fortemente se prende á natureza .; vibraram-lhe nas entranhas os gritos de seus compatriotas” (CHRYSALIDA 1888, n. 6, p. 4).

Diante disso, o jovem abriu a igreja para que as pessoas fugissem. Uma mulher desfigurada apareceu queimada. Ele lhe fitou os olhos e percebeu que era sua mãe, que, reconhecendo-o, se jogou nos braços dele. O capitão ordenou novamente que ateasse o fogo, mas a natureza falou mais alto e ele não conseguiu separar-se de quem havia lhe dado a vida. O capitão, irritado com a desobediência e tomado de cólera, manda lançar os dois nas chamas. Então, o desfecho foi apresentado: “Expira nos braços da sua mãe o mancebo martyr do mais vivo o mais bello sentimento – a piedade filial” (CHRYSALIDA 1888, n. 6, p. 4).

Duas ideias ficaram mais evidentes nesse conto: o do amor à pátria e do amor a mãe. O garoto fugiu do seu seio familiar para alistar-se ao exército estrangeiro. Porém, chegando a sua cidade natal e vendo seus compatriotas em perigo, foi tomado de patriotismo e os defendeu. Em seguida, morreu junto à sua mãe, pois a natureza prevaleceu, e preferiu morrer com ela a deixá-la morrer sozinha. A atitude do jovem demonstrou, aos leitores, o amor incondicional à mãe.

Os contos que selecionamos mostram uma persistência, por parte das alunas, em contar histórias cujos filhos dedicavam-se e amavam os pais acima de tudo. Entendemos, dessa maneira, que buscavam incutir nas leitoras esse valor, pois consideravam necessário à educação feminina que elas se dedicassem aos pais, até que tornassem velhos e morressem; que abdicassem de prazeres para cuidar dos pais; que os reconhecessem como amigos e que os amassem incondicionalmente.

A importância dos estudos foi outro tema apresentado nas pequenas narrativas. Em dois contos esse tema foi central. O primeiro, cujo título era “Bossuet”, narrou que era “incrível a aplicação de Bossuet⁵⁸ ao estudo” (CHRYSLIDA 1887, n. 3, p. 4). Contaram que ele, todas as noites, ficava ao pé de uma lâmpada acesa, dormia por quatro horas, estudava até se cansar, depois se deitava de novo, até nas noites frias. E assim fez a vida toda, mesmo na velhice. Para a autora, foi assim “[...] esse grande prelado, desempenhando rigorosamente, os deveres importantes, que sobre elle pesavam, - conseguiu compor tantas excellentes obras, e ao mesmo tempo adquirir tal erudição que custa a compreender que haja lido tudo o que estudou, e escripto quanto compoz”. (CHRYSLIDA 1887, n. 3, p. 4). A história de Boussuet comunica a ideia de que somente por meio de muito estudo, dedicação e persistência é possível compor boas obras e alcançar a erudição.

O outro conto sobre o tema exemplifica, de maneira satírica, como a falta de estudos é prejudicial:

No tempo colonial, certo negociante que residia no Porto, escreveu ao seu correspondente no Rio de Janeiro que lhe mandasse um ou dois macacos. O caixeiro, encarregado da correspondência, e que era de letras gordas, ou, para melhor dizer, quasi analphabeto, escreveu — um ou dois — em algarismos ; mas suppressio o —u— da disjunctiva, como o costumam fazer os ignorantes, que dizem — o—em vez de — ou. Ficou assim formulado o pedido: Mande-me 102 macacos; lendo-se — cento e dois.

O correspondente admirou-se um tanto de tão avultada encommenda de bichos damnhinhos, dos quaes basta um para endoidecer um homem. Metteu, porém, mãos á obra e, vasculhando o mercado, pôde arranjar 57 macacos, que remetteu ao amigo do Porto, dizendo-lhe que havia falta do gênero no Rio e que pelo primeiro navio, que sahisse, remetteria os 45 restantes.

Ficou o homem espantado ao receber tal carta e muito mais quando, indo a bordo, ouviu o barulho, que faziam os bichos e lhes vio as feias caretas, os desordenados saltos e os estragos, que causavam. Dispoz, como pôde e com prejuízo, da carregação, e avisou o amigo para que não effectuasse a segunda remessa. Chegou tarde ao Rio de Janeiro o aviso, pois na véspera haviam seguido os 45 macacos, que faltavam para a conta, e chegaram sãos e salvos a seu destino.

O negociante demittio o empregado, que havia escripto a carta com o fatal equívoco e, si pudesse, pregar-lhe-hia uma boa sova. Vejam de quantos inconvenientes pode a ignorância ser causa ! (CHRYSLIDA, 1888, n. 25, p. 6)

Devido a falta de estudos, ou o quase analfabetismo do responsável pela correspondência, foi realizado um pedido equivocado, que causou uma confusão e prejuízo ao negociante. Nesses dois contos que ilustraram, de um lado uma personagem erudita, e de outro uma personagem analfabeta, sobressaiu a ideia do sucesso daquele que estudava e do

⁵⁸ Referiam-se a Jacques Boussuet, bispo e teólogo francês que viveu no século XVII.

insucesso do analfabeto, não só para quem cometeu o erro, mas para outras pessoas ao redor. Portanto, imprimiu a noção da importância do estudo para se garantir o êxito.

Dois textos transmitiram valores cristãos: “A fé e “Um facto da vida de Santa Thereza”. No primeiro, a autora explicou que a fé era a primeira e mais sublime das virtudes teologais, em que descansaram inúmeros mártires do cristianismo. Então, clamaram: “Adoremos a mãe da Esperança, pois que, sem a primeira, a segunda não pode existir. A Fé, por analogia, é irmã gêmea da Caridade.” (CHRYSSALIDA, 1887, n. 5, p. 4). No segundo texto, afirmaram que ninguém como a virgem Santa Thereza “levou tão longo o espirito sublime da caridade evangélica” (CHRYSSALIDA, 1888, n. 25, p. 4). Para atestar a afirmação, contaram que Santa Thereza lavou as feridas de um homem, o enxugou com toalha de renda fina, e, então, bebeu a água que o havia lavado. Portanto, por meio desses textos, transmitiram os valores cristão da fé e da caridade.

Pequenos contos que ensinavam virtudes morais tiveram ênfase nesse periódico. Os contos que selecionamos transmitiam as seguintes virtudes: polidez, compaixão e paciência. A polidez foi a virtude difundida na pequena narrativa intitulada “Polidez”. Contava a autora que Luiz XV saiu de Versailles com seu aio. Na porta do palácio, estava um engraxador, que tirou o chapéu para o rei. O aio, largou a mão do seu real educando, retribuiu a saudação. O rei perguntou “Oh! Pois o senhor cumprimenta um criado?” (CHRYSSALIDA, 1888, n. 8, p. 3). Ele respondeu: “- Real Senhor ; prefiro saudar um criado a ouvir dizer que um criado é mais polido que eu”. (CHRYSSALIDA, 1888, n. 8, p. 4). O conto ensinou que não há hierarquia para a polidez.

A compaixão foi ensinada no conto “Nobre vingança”, em que narraram a história de Adelaide:

Berengario, usurpador da coroa da Itália, mandou encerrar n'uma torre Adelaide, viuva do ultimo rei. Este tyranno e sua mulher Hilla atormentaram cruelmente a prisioneira para forçá-la a casar com o filho d'elle.

Adelaide foi libertada afinal por Othon, rei da Allemanha, que aprisionou Hilla e entregou-a a discrição de Adelaide. (

Esperava Hilla o mais cruel tratamento, pois o havia merecido. Levada á presença de Adelaide, vibrou-lhe olhares furiosos?

«O erro único em minha vida, disse ella, foi o não ordenar que te matassem quando estiveste em meu poder.

— E eu respondeu tranquillamente Adelaide, praticarei em minha vida uma boa acção ao menos — a de te restituir a liberdade e à vida. Volta para a companhia de teu esposo e dize-lhe que deixe de ser perverso para tornar-se menos infeliz. (CHRYSSALIDA, 1888, n. 8, p. 4).

Adelaide transmitiu a virtude da compaixão, pois, tendo a oportunidade de vingar-se de quem a causara mal, não pagou com “a mesma moeda”. Além disso, na última frase do conto, mostrou que aquele que é perverso, é infeliz. Por isso, ensinou que, ao contrário, a bondade trazia a felicidade. O conto “A sede” imprimiu, mais uma vez, a virtude da compaixão. A autora narrou a história de Alexandre, o macedônio:

Alexandre o Macedonio, á frente de seu exercito, atravessava um deserto safaro e desconversavel. Atormetava-òs a sede. Um soldado, que fora procurar água, voltou trazendo o ouço do capacete cheio de pura e chrystalina lymphá, que achara n'um vão de rochedo c offereceu-a ao rei. Mostrou Alexandre essa água aos soldados, para animal-os a supportar pacientemente a sede, pois renunciava a visinhança de uma fonte. Em seguida, atirou-a ao chão sem bebel-a.

Qual o soldado, que sob o commando de tal cabo de guerra, se animaria a queixar-se de fadiga e privações ? Qual d'elles não o seguiria com jubilo e entusiasmo? (CHRYSALIDA, 1888, n. 9, p. 4)

A espírito de liderança de Alexandre, e a compaixão que sentiu de seus soldados, levaram-no a não beber a água que ganhou, que saciaria somente sua sede. Antes, como líder, preferiu acompanhar seus soldados nesse sofrimento, adquirindo, assim, a confiança deles.

Em “Modelo de paciência” e “O arbusto e a neve”, as autoras trabalharam com a virtude da paciência. No primeiro, narraram um episódio da história de Newton, que “era dotado de uma alma angelical, de um coração brando e de paciência igual, senão superior à do profeta de Huss” (CHRYSALIDA, 1888, n. 9, p. 3). Um dia, saiu para espairecer e deixou, sobre os papéis com cálculos dos quais se dedicou a vida toda, uma vela. O cachorro, Diamante, subiu a mesa e derrubou a vela, causando um incêndio que devorou todos os papeis. Mostraram, então, a reação de Newton:

Newton, que ao recolher só achara cinzas no logar, occupado pouco antes por sua producção, olhou pacifico e calmo para a innocente incendiaria e, sem lhe repelir as meiguices, disse-lhe em voz de melancolia affectuosa: «Ah Diamante! Diamante ! Mal sabes o mal que me causaste! »

Este lance pinta, aquella alma, cuja bondade só pode ser comparada á immensidade de seu gênio.” (CHRYSALIDA, 1888, n. 9, p. 3).

A reação de Newton surpreende os leitores, pois, diante de tamanho estrago, teve paciência e bondade com o animal que havia destruído seu projeto de anos. Devido a isto, a autora compara sua bondade com a imensidão de sua genialidade. Pelo conto, uma grande personalidade da história mundial foi tomada como modelo de paciência a ser seguido.

A virtude da paciência voltou a ser ilustrada pelo conto “O arbusto e a neve”. Conta a autora que nos primeiros dias do inverno, um arbusto coberto de neve exclamou “Oh! Neve! Tu és muito fria para mim, por isso afasta-te porque eu não poderia suportar por muito tempo” (CHRYSALIDA, 1888, n. 6, p. 4). O arbusto sacudiu-se e a neve caiu sobre uma sementinha. Um vento frio vindo das montanhas soprou sobre os ramos nus do arbusto, gelando-o. Então, quando a primavera voltou, encontrou o arbusto quase sem vida, ao passo que a sementinha havia se tornado planta soberba, pois foi protegida pela neve e floresceu com toda força e beleza. Então, pela fala do arbusto, a autora comunicou às leitoras sua lição: “— Disse então o arbusto suspirando: « Bem tarde reconheço esta verdade: Quem não sabe suportar com paciência um mal pequeno, cedo-succumbirá á mais forte mal.” (CHRYSALIDA, 1888, n. 6, p. 4). A persistência e paciência diante das adversidades foi o valor transmitido pelo conto.

Importante explicar que, sobretudo após o 18º número, esses pequenos textos assumiram as características de anedotas, isto é, piadas cujo objetivo era mais o entretenimento do que a moralização do seu público leitor. Assim, os pequenos contos e textos moralizantes foram suprimidos, dando espaço a essas anedotas.

Os artigos publicados nesse periódico exibiram a necessidade de uma educação moral, mas também de uma educação física. No artigo “A gymnastica”, publicado no 3º número, noticiaram que as alunas do colégio frequentavam aulas de ginástica. Explicaram que acerca de 3 anos foi inaugurada uma aula de ginástica para o sexo feminino, por iniciativa de José Carlos Alambary Luz, autoridade em matéria de instrução publica, que ocupou posição oficial nesse ramo na província do Rio de Janeiro. Dessa forma, segunda as alunas, “deve o Collegio Santa Theréza tão importante criação, que não consta tenha sido feita em outros estabelecimentos congeneres.” (CHRYSALIDA, 1887, n. 3, p. 1).

Para que essa aula pudesse ser inaugurada, explicaram que foram necessárias várias exhibições dos exercícios, assistidas por grande número de pessoas competentes, o que convenceu os pais das alunas da utilidade, “ou antes necessidade de Gymnastica para desenvolver o organismo infantil, tornando-o apto para as funções, que mais tarde terá de desempenhar na vida a mulher, hoje criança.” (CHRYSALIDA, 1887, n. 3, p. 1). Por meio dessa notícia, compreendemos que, além da educação moral ensinada na escola, ensinavam às alunas uma educação física, para preparar o corpo ao desempenho de seu papel de mulher na vida. Assim, a educação da mulher era uma somatória da educação moral e da educação física nessa instituição de ensino.

O primeiro artigo que discorria sobre a educação moral foi chamado de “A boa dona de casa”. Entendemos que esse artigo era considerado importante para as redatoras do

periódico, já que o tamanho da fonte desse artigo era maior que a dos demais. Nessa primeira parte, as alunas defenderam que uma mãe de família verdadeiramente digna desse nome jamais se eximirá dos cuidados incessantes que reclamam seus filhos. Sendo assim, os cuidados com os filhos só serão confiados a estranhos no caso de absoluta necessidade. No que tangia a educação dos filhos, pontuaram que velaria pela respectiva instrução artística, literária e científica, ocupando-os, sem prejuízo dos deveres escolares, mormente as meninas, no serviço necessário para a ordem e asseio da casa, conforme sua idade e suas forças.

Apesar desse intenso cuidado para com os filhos, nada disso a impedirá de ter descanso nas horas vagas, pois “uma vida bem regulada chega para tudo; haverá tempo para o trabalho e para os divertimentos.” (CHRYSALIDA, 1887, n. 2, p. 2). Além disso, explicaram que cabia a mãe de família praticar e fazer praticar por toda a família os preceitos da “Hygiene”, cuja transgressão resultava a doença, que, por sua vez, ocasionava em despesas, privava do trabalho, prejudicando duplamente a economia doméstica. Porém, se a doença acometesse a família, foram diretivas:

Para o caso de moléstia, que não se possa evitar, deve a dona da casa procurar instruir-se na preparação e administração dos remédios mais comezinhos, nos cuidados a dar aos enfermos e aos convalescentes, bem como nos primeiros socorros, que podem ser applicados antes da chegada do medico, e ter sempre á mão uma pequena botica, própria do systema therapeutico, que preferir. (CHRYSALIDA, 1887, n. 2, p. 2)

Na continuação desse artigo, no periódico de número 3, debateram a importância de a mulher conhecer os princípios elementares do Direito Civil. Dessa forma, a mulher não seria iludida por procuradores de má fé, a quem confiaria á cegas seus interesses, na falta do chefe da família. Além dos princípios do Direito Civil, propuseram que a mulher conhecesse “os editais da Polícia, as posturas da Câmara Municipal e os regulamentos do Fisco para não incorrer nas multas que importa a infração de suas disposições” (CHRYSALIDA, 1887, n. 3, p. 1), já que a ignorância da lei não poderia ser admitida como desculpa.

A última diretriz dessa parte do artigo estava relacionada a dona da casa acordar cedo:

A dona da casa deverá levantar-se cedo em toda a estação, mormente no verão, do que pode tirar muita utilidade; e se tem filhos, torna-se-lhe isto muito mais preciso para prover ás necessidades da familia. Si fôr madrugadora, seus domesticos também o serão e por consequência produzirão mais trabalho; entretanto que, no caso contrario, estes tornar-se-hão preguiçosos e não apparecerão emquanto tiverem a certeza de que sua ama está recolhida e não tem quem os vigie. Si algumas vezes anteciparem

esse momento será para alguma cousa que lhes convenha occultar ou para trabalharem em proveito próprio.” (CHRYSALIDA, 1887, n. 3, p. 1).

No quarto número, na continuação do artigo, discorreram sobre o hábito de acordar cedo. Os últimos argumentos sobre o benefício de acordar cedo foi que, se a mulher não tivesse ajuda para realizar os trabalhos domésticos, ainda mais vantagem teria em acordar cedo, já que poderia fazer uma parte do seu trabalho “antes de se ver cercada de toda a família, que continuamente a chamará a outros cuidados.” (CHRYSALIDA, 1887, n. 4, p. 1)

Em seguida, discorreram sobre um dos mais necessários talentos que deveria possuir uma dona de casa, que era o “bem manejar a agulha, para fazer ou concertar a maior parte do vestuário da família.” (CHRYSALIDA, 1887, n. 4, p. 1). Mesmo que a dona de casa não se ocupasse dessa tarefa, deveria ter conhecimento dela, para dirigir essa parte do serviço doméstico. Argumentaram a necessidade de realizar essa atividade em casa, pois ocasionaria em economia de dinheiro, já que pagar para realizar consertos fora de casa era mais oneroso. Aconselharam que para os trabalhos com agulha, convinha que a dona de casa não se “descuide de munir-se de antemão dos indispensáveis objectos de armarinho. Assim, além de tel-os por preço mais favorável, comprados em porção, poupa-se ao aborrecimento de procurar-os toda vez que delles vier a precisar” (CHRYSALIDA, 1887, n. 4, p. 2).

Por fim, uma última diretriz nesse artigo dizia respeito a cozinha. Para elas, motivo algum deveria servir de pretexto para a dona de casa não aprender tudo o que dizia respeito ao preparo da alimentação e ao arranjo da cozinha. Se a dona de casa não pode pessoalmente fazer o trabalho na cozinha, deve dominar sua execução, para poder vigiar quem realizava suas ordens. Além disso, explicaram que com os mesmos gêneros alimentícios se poderia preparar uma boa ou má iguaria. Dependia, pois, da dona de casa alimentar sua família o melhor possível com os recursos que dispusesse. Para isso, cumpria a ela procurar boas receitas e tomar nota de todos os processos que pudesse concorrer para variar as refeições sem aumento de despesas. (CHRYSALIDA, 1887, n. 5)

Esse artigo, com diretrizes para o bom cumprimento das tarefas da mulher enquanto mãe e dona de casa, rendeu para as redatoras do periódico um debate com outro periódico que era publicado naquele período. No artigo de fundo do número 5, intitulado “A dona de casa – resposta ao «Cherubim»”, as redatoras tomaram “em consideração o artigo «Cherubinadas» inserto no n. 65 do *Cherubim*, que entende com certas idéas emitidas em nossa pequena folha” (CHRYSALIDA, 1887, n. 5, p. 1). Para isso, afirmaram que deixaria a margem o estilo faceto com que o artigo foi concebido, que tinha “o manifesto intuito de metter á bulha as

doutrinas da *Chrysalida* acerca da Boa Dona de Casa.” (CHRYSSALIDA, 1887, n. 5, p. 1). Assim, explicaram que responderiam em tom de seriedade e que jamais sairia “dos bicos de nossa penna” qualquer alusão que não fosse pautada pelas regras da conveniência ou com jocosidade, que revelasse a falta de consideração.

O primeiro ponto de resposta ao *Cherubim* foi ao pedido que fizeram de que o *Chrysalida* não mais tocasse no ponto sobre a dona de casa, com o argumento de que “Onde iremos parar (continúa) si as mulheres derem para estudar direito civil, editaes da policia, posturas da Camara, regimento do Fisco, o *diabo*, ou o que é melhor, a flagelação dos maridos e dos pais” (CHRYSSALIDA, 1887, n. 5, p.1). As redatoras do *Cherubim* argumentaram que esses textos, aconselhados para o ensino feminino pelo *Chrysalida*, era flagelo dos maridos porque levaria a mulher a tagarelice e a loquacidade. As redatoras do *Chrysalida* responderam:

A proceder o raciocínio do novo apóstolo da imprensa fluminense, todo e qualquer conhecimento, ainda o mais elementar e indispensável, adquirido pela mulher, açulará o seu anelo de exhibir-se nos salões e em qualquer outro lugar, em que possa alardear a nova noção adquirida ! Isto em ultima analyse é uma accusação ou censura implícita, que se faz da vaidade femenina ! Equivale taes proposições a esta: Não ensinem nada a mulher, pois ella é pedante, *preciosa* ou *bas-bleu* por natureza e instincto e irá expor-se ao ridículo, repetindo como papagaio o que houver aprendido. (CHRYSSALIDA, 1887, n. 5, p.1).

Outro ponto que o jornal *Cherubim* colocou em discussão, foi que a mulher, instruída em Direito Civil, alegaria ofensa a seus direitos em cada passo que desse. Para as redatoras do *Chrysalida*, nesse argumento havia injúria à mulher, pois atribuiriam a ela falta de critério e de senso comum. Para elas, dessa forma, seria possível sustentar que era perigoso instruir a mulher em seus direitos quanto ao respeito que o homem e até as mulheres lhe devem, pois diante do ato mais insignificante, veria uma desconsideração. Então, foram enfáticas, ao finalizarem o debate:

Não ! Já de ha muito está sepultado na noite dos séculos, para nunca surgir a luz publica, o preconceito, que considera a mulher inferior ao homem no juízo e no espirito, nas qualidades moraes, nas virtudes em summa. Era essa a opinião dos tempos semi-barbaros, herdada d'aquelles que sobrecarregavam os débeis hombros da esposa, da filha e da irmã com os apetrechos de guerra e com os instrumentos venatorios. Era ella o reflexo do feroz despotismo cesariano, que não enxergava na mulher a companheira do homem, e sim a escrava, a quem, sob pena de morte, era até vedado tocar no vinho, e que era vendida nos mercados *ad libitum* do seu tyranno. (CHRYSSALIDA, 1887, n. 5, p.1).

O artigo “A boa dona de casa” e o artigo em resposta às redatoras do *Cherubim* exibem o pensamento das alunas do Colégio Santa Thereza acerca da educação da mulher. Para elas, a mulher deveria ser dotada de predicados, dentre eles o conhecimento de como costurar, de como cozinhar, ter noções de economia doméstica, de higiene e de primeiros socorros, de como melhor organizar a rotina de atividade em casa, da educação dos filhos, e da proteção da família, buscando oferecer o melhor cuidado aos filhos, ao marido e à casa.

Alguns pontos desse texto se destacaram para nós. O primeiro foi que os filhos deveriam receber uma educação artística, literária e científica, para além do que oferecia a escola. Porém, a menina, além destes, deveria receber uma educação distinta, aprendendo o serviço necessário para a ordem e asseio da casa, conforme sua idade e suas forças. Assim, no seio do lar, meninos e meninas recebiam uma instrução diferenciada, pois a menina deveria ser preparada, desde cedo, a ser uma boa dona de casa.

Outro ponto que nos chamou a atenção foi justamente o que chamou a atenção das redatoras do *Cherubim*, que foi a proposta de leitura de princípios elementares do Direito Civil, os editais da Polícia, as posturas da Câmara Municipal e os regulamentos do Fisco. A orientação para que a mulher dominasse esses conhecimentos não era para sua emancipação ou autoproteção, mas para proteger sua família, na ausência do chefe da família, no que tangia seus direitos, e a manutenção da economia doméstica, para que não incorresse em multas que prejudicassem o orçamento da família. Assim, a causa primeira de se conhecer aqueles textos não era a mulher em si, mas sempre a família.

No entanto, no debate com o *Cherubim*, no momento em que afirmaram que a mulher, de posse desses conhecimentos, ficaria tagarela, exibida, vaidosa, exposta ao ridículo, causando a vergonha do marido e dos pais, foi duramente rebatida pelas redatoras de *Chrysalida*. Para elas, era uma acusação e censura explícita, como se nada pudesse ser ensinado a mulher. Argumentaram, a partir disso, que a mulher não era mais considerada inferior ao homem em juízo, espírito, qualidades morais e virtudes. Em outras palavras, contrariavam a noção vigente de que a mulher era incapaz de participar da vida social para apenas cuidar da casa, dos filhos e do marido, defendendo sua capacidade de participação e correto posicionamento nas diferentes situações.

Dessa maneira, apesar de se manterem, em alguns textos para educação feminina, as noções de que a finalidade da educação da mulher era o melhor do cuidado da casa e da família, e de se observar a defesa da submissão ao lar, já se esboçava um pensamento que se desviava do comum. Neste caso, constatamos não uma passividade por partes das estudantes

para sua educação, mas uma criticidade em seu posicionamento no que dizia respeito a educação feminina, pois as estudantes saíram em defesa da mulher, alegando sua capacidade intelectual e capacidade de se posicionar adequadamente frente a algumas situações cotidianas.

Na sequência, o artigo “O regimen de trabalho”, publicado no número 9, agora no ano de 1888, possuía, igualmente, características de engajamento e criticidade por parte das alunas que redigiam esse periódico. Apesar de, no jornal, difundirem uma educação moral que conduzia a mulher a submissão ao lar, aos filhos e ao marido, podemos observar em alguns textos esse engajamento e um novo papel atribuído à mulher. Por isso, ao publicarem suas ideias no periódico, difundiam às leitoras esse posicionamento crítico e participativo no trato com as questões de seu tempo, sobretudo no que tangia sua educação.

Nesse texto, evidenciaram seu engajamento político, pois discutiram criticamente o regime de trabalho. As alunas não estavam, portanto, alheias as discussões que estavam em pauta ao seu redor. Primeiramente, pediram desculpa por debaterem esse tipo de assunto:

A Chrysalida pede venia a seus leitores para encetar uma serie de estudos sérios e de interesse pratico, que á primeira vista, parece que não se compadecem com a índole e natureza dos assumptos, que este órgão da infância deve tratar. Sahindo da esfera das distraçoes amenas e das leves nugas, que são mais um derivativo ao cansaço do cérebro occupado de concepções graves, do que objectivo de applicação concentrada, vai esta Redacção, com timidos e vacilantes passos, ensaiar uma pequena excursão pelos domínios reservados aos publicistas. (CHRYSALIDA, 1888, n. 9, p.1).

Justificaram que os pontos que iriam tratar eram importantes e de tal influência sobre o estado da organização social, que esperavam ser desculpadas pela ousadia. Então, apontaram o tema: “Trata-se da magna these do trabalho. Estudo de mais ponderação e mais necessário não existe na actualidade. O trabalho é o grande fecundador das innumeradas forças productivas, que dormem incubadas no uberrimo solo d’este abençoado torrão, chamado Império do Brazil.” (CHRYSALIDA, 1888, n. 9, p.1). A questão que iriam tratar era sobre o trabalho escravo e o trabalho livre.

Para elas, há muito que os sustentadores da “anachronica instituição do captiveiro” se opunham, com os argumentos frívolos, as tentativas, para elas vitoriosas, do abolicionismo. Esses sustentadores do regime de trabalho escravocrata argumentavam que a libertação total dos escravos desorganizaria o trabalho, roubando das fazendas e dos engenhos os braços, que alimentavam a produção. Além disso, diziam que não estavam preparados para essa medida extrema, e que nenhuma providência estava sendo tomada para substituição desses “agentes

ou cooperadores da produção agrícola”, produção esta que era, para eles, a indústria mãe e máxima, ou única. Portanto, sem o braço do escravo, não haveria quem fizesse a colheita, o campo ficaria abandonado, o mato invadiria e o que era o capital, desapareceria, trazendo a ruína e a miséria.

A redatoras, contra argumentando, explicaram que errava deploravelmente quem pensava deste modo e que procurariam demonstrar que a argumentação é baseada em falso pressuposto. Disseram, ao final dessa primeira parte do artigo: “Perniciosa influencia do meio social, em que vivemos e dos preconceitos, que nos dominam, transmittidos á actual geração pelas que a precederam !” (CHRYSSALIDA, 1888, n. 9, p. 1).

Por não possuímos a sequência completa desse periódico, não tivemos acesso aos demais números. No 15º número, porém, publicaram a sétima parte desse artigo acerca do regime de trabalho. Esse número foi publicado em 15 de maio de 1888, dois dias após a Abolição da Escravatura no Brasil (13 de maio de 1888). No artigo, defenderam que o trabalho servil era “pouco productivel, no estado em que se acha a escravatura, afrouxados, ou antes rotos os vínculos leaes que prendiam o escravo ao senhor, e desarmada a autoridade para obrigar o negro fugido a voltar para a situação rural.” (CHRYSSALIDA, 1888, n. 15, p. 1). Assim, não sendo possível obrigar o escravo, não podia o fazendeiro contar com essa “máquina de elaboração”, porque no momento em que precisava na fazenda ou no engenho, este ausentava-se.

Elas acreditavam que o escravo ficava preocupado com a ideia da liberdade, como acontecia com alguns de seus companheiros, não se entregava mais ao trabalho como antes, o que tornava menor os resultados dos seus esforços. Esse resultado era menor do que os do trabalhador livre, pois o trabalhador livre trabalhava por conta, tendo consciência de que quanto mais trabalhava, mais poderia aumentar os frutos de sua atividade. Por isso, as autoras do texto acreditaram que essa era a verdadeira crise da produção, e a consequência era a incerteza do resultado. Então, apresentou a solução para a crise da produção agrícola:

Quando pois, desaparecer do solo do Império o cego e passivo instrumento do cultivo, quando, melhorado o processo agrícola, rasgar o immigrante com a charrua essa gleba, que ainda transuda, qual succo de maldicção, o suor do misero Africano; quando do trabalho, executado sob a acção do azorrague, não restar no Brasil sinão uma recordação dolorosa, o senhor de terras descansará, seguro do porvir, na certeza de que ha de, em periodo determinado ter uma colheita, cujo valor pecuniário possa ser exactamente computado e que lhe forneça recursos para solver seus compromissos e fazer algumas reservas

Então abençoará, da abundância d'alma, o patriótico sentimento, que inspirou aos abolicionistas essa crusada gloriosa, que, em breve, se traduzirá

praticamente na libertação d'essa pobre raça, que ha quase quatro séculos, geme nos ferros do captiveiro.

A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre em toda a extensão do território Brasileiro abrirá para nós uma nova éra de prosperidade e riqueza. E nossos filhos e nossos netos receberão uma herança nobre e honrosa e saudarão cheios de júbilo o sol da liberdade, [...] (CHRYSALIDA, 1888, n. 15, p. 1).

Para as redatoras do periódico *Chrysalida*, a crise da produção agrícola poderia ser solucionada por meio da mão de obra do imigrante, e com substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre em todo o território brasileiro. Pelo artigo, pode-se notar o interesse das estudantes pelo regime de trabalho era de cunho estritamente econômico. A substituição do trabalho escravo pela do imigrante era debatida no período, conforme mostrando anteriormente, evidenciando que as alunas estavam atentas aos debates do período.

Elas finalizaram o artigo com a seguinte frase: “Quando escrevemos estas linhas não sabíamos que estava tão próxima a realização de nossos votos. Salve, ó sol de 13 de Maio de 1888! Salve ! !” (CHRYSALIDA, 1888, n. 15, p. 1). Assim, quando essa parte do artigo foi escrita, não havia ocorrido ainda a Abolição. Porém, no momento da publicação do artigo, ela já havia sido declarada. Por isso, no artigo de fundo desse número, noticiaram e comemoraram esse acontecimento:

Treze de maio de 1888

Estava guardado para os nossos dias o facto mais grandioso, o acontecimento de maior alcance para o futuro d'este gigante americano, que ha muito sente palpitar-lhe nas veias o entusiasmo pela liberdade e aspira a occupar no mundo o papel que a Providencia lhe destina.

Esta feita no Brazil a emancipação dos escravos. Em uma semana realizou-se essa sublime reforma, confraternizando ambos os partidos em communhão pacifica para votar a lei santa e incruenta, que, riscou de nosso Código Civil a negra pagina, em que estava escripta com o sello da maldição o direito do homem sobre a liberdade de outro homem ! E o anjo do Brazil, a Augusta Princeza Imperial Regente, que já havia firmado com a sua puríssima dextra a Lei que extinguiu a escravidão do ventre, gravou hoje o sou firman immortal na Lei de 13 de Maio de 1888.

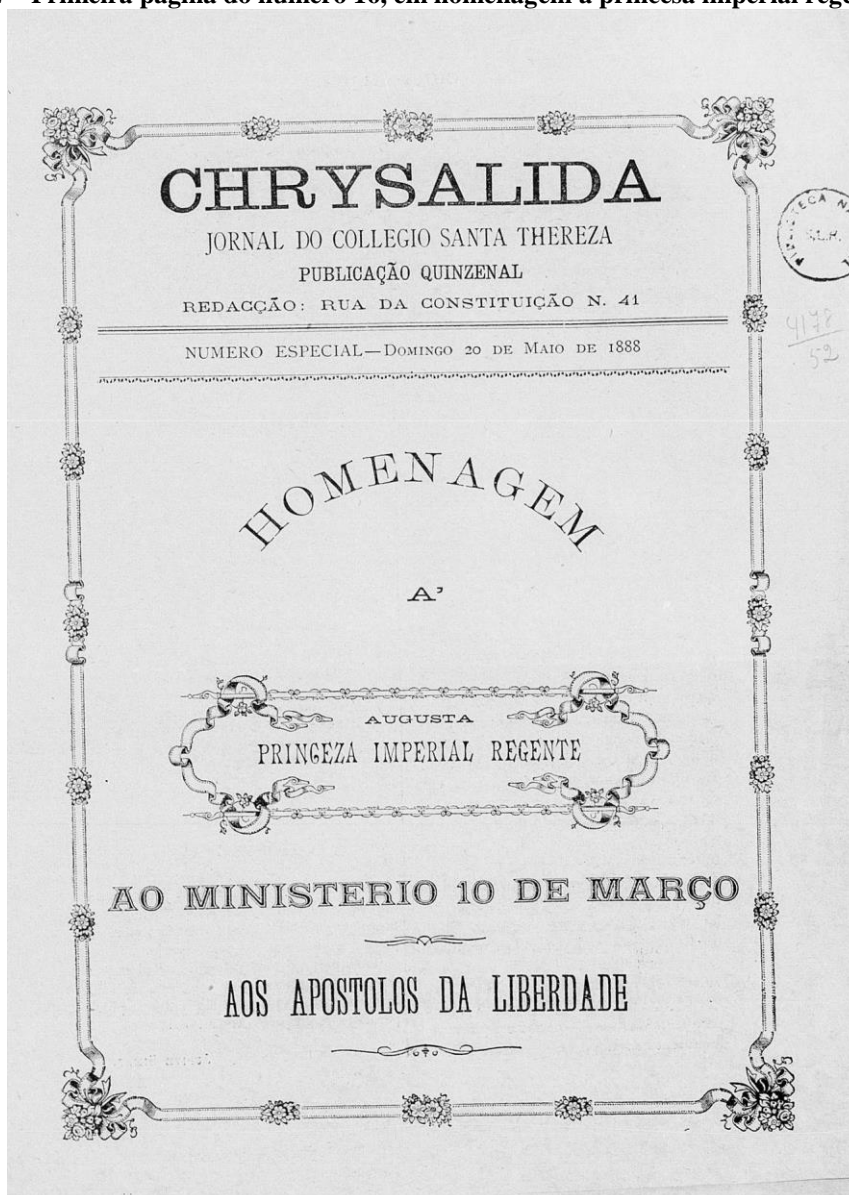
Hosanna! hosanna á Gloriosa Regente !

Sua Magestade o Imperador, cujo estado de saúde inspirou ultimamente serias apprehensões, está salvo de perigo e a esta hora recebeu a fausta noticia, vendo assim realizar-se o mais ardente voto da sua vida. Chovam sobre a sua regia frente as bênçãos da Pátria e do mundo.” (CHRYSALIDA, 1888, n. 15, p. 1)

As alunas comemoravam o que desde o artigo de número 9 estavam defendendo, que era a emancipação dos escravos. Elas explicaram brevemente como ocorreu esse processo, e consideraram a Princesa Regente, que sancionou a Lei Áurea (1888), um anjo. As

comemorações decorrentes desse acontecimento continuaram no número 16, quando publicaram uma edição completa em homenagem à Princesa.

Figura 12 - Primeira página do número 16, em homenagem à princesa imperial regente, Isabel.



Fonte: Jornal Chrysalida, disponível na Hemeroteca Digital

No artigo de fundo desse número, anunciaram o motivo da comemoração:

Parece-nos que estamos sob a pressão de um encanto! Como que vagamos em regiões de sonhos doirados! Ouvimos em torno de nós, em coro unisono, hymnos de júbilo e vivas fervorosos! A musica acorda em todos os corações a fibra do patriotismo!

[...] Que talisman é este, que de um momento para outro, converteu em elétrico entusiasmo a tranquilidade apathica d'este povo ?

Quereis saber-o? Foi a lei n. 3.353 de 13 de Maio corrente, discutida, votada e assignada em seis dias! Irresistível poder da liberdade! Ella realisou a obra mais grandiosa da nossa pátria, o triumpho mais esplendido da civilização, o maior beneficio para a causa da humanidade. Essa lei deu o golpe extremo no captiveiro, [...]. Essa lei veiu estabelecer no Brazil o culto da verdadeira doutrina do Crucificado, pois não podia chamar-se christã uma terra, em que, desconhecendo-se os principios da fraternidade universal, pregado pelo fundador do Evangelho, se mantinha o direito do homem sobre o seu semelhante. Essa lei veiu conferir á terra de Santa Cruz o direito de sentar-se á mesa da communhão dos povos civilisados. Essa lei veiu desenvolver as fontes de productividade do paiz, que ha de tirar do trabalho livre os recursos para fecundar suas riquezas e equilibrar o orçamento do Império.

Benemérita da Pátria e da humanidade é a Augusta Regente, que favoreceu esta grande revolução; benemérito o Ministério João Alfredo que a realisou sob os auspícios de tão virtuosa soberana ! (CHRYSALIDA, 1888, n. 16, p. 2)

Nesse trecho, carregado de ufanismo, as autoras elencaram alguns dos benefícios trazidos após a sanção da lei, ligando o acontecimento à religiosidade, a civilização, a ao desenvolvimento das forças produtivas do país. No decorrer desse número, publicaram pequenos textos e poemas enaltecendo a Abolição. Destacamos uma das autoras, que, em seu texto, lembrou-se de homenagear a figura dos abolicionistas que de inúmeras formas auxiliaram no processo da abolição da escravidão, processo este gradual no Brasil⁵⁹:

Apostolos da liberdade

Nas fileiras dos mais esforçados abolicionistas, a quem se deve a incruenta victoria, que o Brazil acaba de alcançar, abriu a morte muitos claros.

Espalhemos goivos e saudades sobre os que passaram da peregrinação do mundo para o pantheon da immortalidade. Uma saudosa lembrança a Rio Branco, a José Bonifácio, a Ferreira de Menezes, a Luiz Gama e a outros heróes da crusada patriótica.

Entre os vivos honra a Patrocínio, — o Wilberforce Brasileiro, campeão bomerico da immensa lucta, a João Clapp, o impertérito Presidente da Confederação Abolicionista, a Joaquim Nabuco, o parlamentar patriota o escriptor convicto e inspirado em prol da causa dos escravos, a Joaquim Serra, cuja penna fulgurante só repousou quando afinal colheu os louros do triumpho, a Affonso Celso Júnior, cuja voz sympathica tem as vibrações do gênio da liberdade, a Quintino Bocayuva, sempre indefesso na sustentação dos direitos dos opprimidos, a Antônio Bento e a Carlos de Lacerda, athletas da vanguarda, que affrontaram a perseguição e arcaram com o feudalismo escravocrata, até prostral-d ferido de morto, e a tantos outros democratas

⁵⁹ O processo de abolição da escravidão no Brasil foi gradual, pois antes da sanção da Lei Áurea (1888), que extinguiu a escravidão no país, houveram, desde meados do século XIX, outras, que libertaram gradualmente alguns escravos. Em 1850, a Lei Eusébio de Queirós proibiu o tráfico negreiro. Esta foi precedida da Lei do Ventre Livre (1871), que tornava os filhos de escravos um sujeito livre, e a Lei Saraiva-Cotegipe (1885), que tornava livre os escravos que atingissem 60 anos. (MACHADO, 2002; FAUSTO, 2015).

intemeratos, cujos nomes a historia da abolição conservara em letras de ouro nas suas mais gloriosas paginas.
Ao Senador Dantas, uma coroa cívica ! (CRYSALIDA, 1888, n. 16, p. 3)

Esse pequeno texto exprime o conhecimento, por parte das alunas, para com a temática, sobretudo um conhecimento histórico. Elas citaram homens que dedicaram sua vida a causa abolicionista, que não foram esquecidos pela autora. Assim, o jornal possuía um viés que educava a mulher moralmente, porém, alguns artigos revelaram que as alunas não eram passivas ou neutras no que dizia respeito a política e economia brasileira, como reclamavam que assim fossem as redatoras do periódico *Cherubim*, mas envolviam-se criticamente com as questões de seu tempo.

3.2.2.3. “Não há homem que deixe de amar a sua Pátria: todos a querem ver grande, seja ella qual fôr. Mas, qual o meio?”: a educação cívico-patriótica nos jornais estudantis paranaenses

Salvo as especificidades de cada um dos dois jornais paranaenses, *A Opinião* e *A Idea*, os artigos para a educação cívico-patriótica os aproximava. O sentimento de amor à pátria era uma das armas para consolidação da nação brasileira, pois criava súditos que estivessem ligados emocionalmente a sua nação, sejam eles nativos ou estrangeiros. Após a década de 1870, com o regime republicano batendo a porta, a educação cívico-patriótico ganhava mais adeptos, sobretudo pelo entendimento de que a formação de cidadãos brasileiros, que amavam e davam a vida por seu país, era condição para a consolidação do novo regime que estava prestes a ser proclamado. A educação, assim, estava “comprometida com os ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira (SOUZA, 2006, p. 51).

No “Expediente” do primeiro número do jornal paranaense, *A Opinião*, seus redatores explicaram os temas que seriam publicados nesse periódico: “Este jornal será Noticioso e Litterario, não deixando de discutir Sciencias e Critica”. Tendo isso em vista, na leitura do jornal, confirmamos que se tratava de um periódico noticioso, pois ao final de todos os números, os estudantes publicavam notícias, sobretudo acerca de temas do cotidiano daqueles alunos. No entanto, a discussão sobre ciência e crítica não foi observada nesse periódico.

O que se destacou nesse periódico foi a publicação majoritária de textos literários, seja pela publicação de poemas, ou de contos. Essa constatação confirma a afirmação dos próprios estudantes de que *A Opinião* era um jornal literário. Nos debruçamos, mais proficuamente,

sobre o conteúdo desses textos literários na última seção desse trabalho. Porém, de antemão, esses poemas e contos serviam, em sua maioria, para o entretenimento de seus leitores, para o deleite. Isso significa que a maioria deles não transmitiam, implícita ou explicitamente, algum ensinamento científico ou moral, por exemplo, aos seus leitores. Poucos deles, dessa forma, tinham um fundo moral, uma lição, um ensinamento.

Em se tratando dos artigos publicados nesse periódico, constatamos que pouco se discutiu especificamente sobre educação, já que encontramos apenas um sobre o tema. O artigo, intitulado “A casa de jogo e a escola”, foi assinado por Silveira Netto. Para ele, a casa da jogo “[...] é um abysmo fecundo de desgraça ; traz sempre funestas consequencias, desde o jogo mais simples-o bilhar-ao qual chamam jogo de salão e dizem fazer parte da civilização. Corrupta civilização !” (A OPINIÃO, 1887, n. 6, p. 2). Prosseguiu explicando que educam um menino, o mandando para colégios, fazem-no se instruir, para depois que ele estiver iluminado, ao invés de o colocarem para trabalhar, “[...] ensinam-o a pegar no taco, sim porque ao contrario elle não seria civilisado e portanto não poderia entrar no seio da alta sociedade.” (A OPINIÃO, 1887, n. 6, p. 2). Porém, para Silveira Netto, por meio do jogo, encerram-se a desonra, a depravação, a miséria, a baixaza e tudo o que há de vil e horripilante.

Ao contrário, porém, estava a escola, que, era considerada por ele a divina arena onde o menino exercitava-se nas letras, desenvolvia as propensões e cultivava a inteligência. O resultado de quem ia para a escola era que se aprenderia a pensar, a conhecer os direitos de filho, de pai e de cidadão, de meditar sobre os preconceitos da sociedade, sobre a felicidade e horrores do mundo, e finalmente, ali teria as noções de um livro, isto é, dos conhecimentos científicos.

Portanto, enquanto no “secreto e infernal antro” de uma casa de jogo um homem no folhar um baralho encontrava a desonra, abraçava a depravação e mergulhava na miséria, um estudante, ao folhear um livro, recebia a luz da instrução, embriagava-se com o amar as letras, a família e a pátria, e mergulhava nas águas da ciência e da sabedoria. Assim, finalizou sintetizando: “A casa de jogo é portanto o requinte das miserias do mundo e a escola e o sol que ilumina todo o universo.” (A OPINIÃO, 1887, n. 6, p. 2).

O texto tinha um viés moralizante. Nesse caso, fazia a defesa da educação em detrimento dos divertimentos decorrentes dos jogos, para instruir moralmente o leitor dos benefícios da escolas e malefícios do jogo. Como se pode observar, buscavam convencer o leitor da imoralidade do jogo, apontando a escola como caminho oposto.

A leitura dos demais artigos salientou que a maior parte dos textos que instruíam os leitores tinham uma tendência patriótica. Neles, escreviam e enalteciam a figura de grandes

personalidades que viveram no Brasil, e seus feitos. Além disso, discorriam sobre os importantes marcos históricos brasileiros, que conduziram o Brasil ao avanço, ao progresso. Colocavam, dessa forma, o Brasil, sua história e seus heróis em evidência.

A primeira figura que destacaram foi a de Frei Francisco de Monte Alverne (1785-1856). Explicaram que no 9 de agosto de 1887 havia, há 103 anos, nascido, “na cidade do Rio de Janeiro o venerando Fr. Francisco de Monte Alverne, o chefe do púlpito brasileiro” (A OPINIÃO, 1887, n. 2, p. 1). Então, escreveram que há quem se descubra respeitosamente e quem derrame lágrimas de saudade a memória do benemérito que sumiu nas trevas da morte. Para eles, Frei Francisco de Monte Alverne tinha o diadema do talento.

Então, dedicaram a memória do frei um texto literário de José de Alencar: “Nós, pequenos admiradores do gênio, lançamos á sua memoria uma coroa de saudades, obra do valente escritor José de Alencar” (A OPINIÃO, 1887, n. 2, p. 1). Tratava-se da reprodução de um texto de José de Alencar, publicado em 22 de outubro de 1854 no jornal *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, que foi intitulado como “Ao correr da penna”.

Chegou o momento. Todos os olhos estão fixos, todos os espíritos atentos. No vão escuro da estreita arcada do púlpito assomou um vulto. É um velho cego, quebrado pelos anos, vergado pela idade. Nessa bela cabeça quase calva e encanecida pousalhe o espírito da religião sob a tríplice auréola da inteligência, da velhice e da desgraça. O rosto pálido e emagrecido cobre-se desse vago, dessa oscilação do homem que caminha nas trevas. Entre as mangas do burel de seu hábito de franciscano cruzam-se os braços nus e descarnados. Ajoelhou. Curvou a cabeça sobre a borda do púlpito, e, revolvendo as cinzas de um longo passado, murmurou uma oração, um mistério entre ele e Deus. Que há em tudo isto que desse causa à tamanha expectativa? Não se encontra a cada momento um velho, a quem o claustro seqüestrou do mundo, a quem a cegueira privou da luz dos olhos? Não há aí tanta inteligência que um voto encerra numa célula, e que a desgraça sepulta nas trevas? É verdade. Mas deixai que termine aquela rápida oração; esperai um momento... um segundo... ei-lo! O velho ergueu a cabeça; alçou o porte; a sua fisionomia animou-se. O braço descarnado abriu um gesto incisivo; os lábios, quebrantando o silêncio de vinte anos, lançaram aquela palavra sonora, que encheu o recinto, e que foi acordar os ecos adormecidos de outros tempos. Fr. Francisco de Monte Alverne pregava! Já não era um velho cego, que a desgraça e a religião mandava respeitar. Era o orador brilhante, o pregador sagrado, que impunha a admiração com a sua eloquência viva e animada, cheia de grandes pensamentos e de imagens soberbas. (A OPINIÃO, 1887, n. 2, p. 1).

A homenagem ao Frei Monte Alverne e o trecho do conto de José de Alencar reproduzido no jornal *A Opinião* mostra-nos, além do interesse dos estudantes em divulgar no

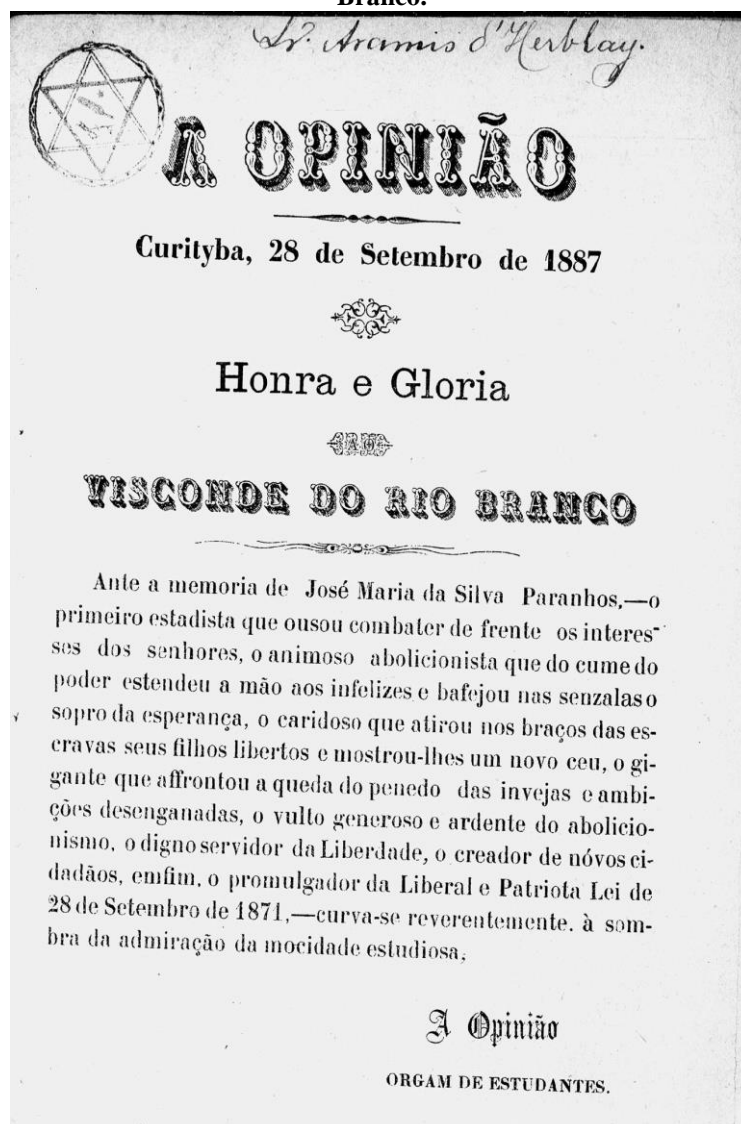
periódico por eles redigidos grandes expoente da pátria, atesta que alguns desses expoentes eram da Igreja Católica, demonstrando a ligação do jornal paranaense com a Igreja. Desde os jornais estudantis publicados na década de 1870, enxergamos essa aproximação com a Igreja Católica e sua forte influência nas instituições de ensino, submetendo a juventude aos seus preceitos.

No artigo de fundo do número três, de 8 de setembro de 1887, os estudantes noticiaram: “Completo hontem 65 annos que no nosso gigantesco Império fui proclamada a Independência”. (A OPINIÃO, 1887, n. 3, p. 1). Então, explicaram que iriam, na sequência, citar aos leitores alguns casos que se passaram na cena política do Brasil. No primeiro momento, narraram que, em 9 de janeiro de 1822, foi apresentada ao príncipe-regente D Pedro uma representação assinada pelo povo pedindo que o príncipe se firmasse no Brasil. Alguns dias depois, veio a uma das janelas do palácio o presidente do senado da câmara, José Clemente Pereira, que repetiu ao povo a resposta do príncipe: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação diga ao povo que fico”. (A OPINIÃO, 1887, n. 3, p. 1), conhecido como o Dia do Fico.

Contou que, após esse evento, muitos outros fatos aconteceram até que em 7 de setembro o príncipe, voltando de São Paulo, soltou nas margens do Ipiranga, depois de receber notícias e despachos de Lisboa, o grito de Independência ou Morte. Assim, narraram duas datas importantes para a história do Brasil, que foi o “Dia do Fico” e o dia da independência do Brasil enquanto colônia de Portugal, num tom ufanista e patriótico, registrando, dessa maneira, na memória de seus leitores, duas datas comemorativas brasileiras.

Em seguida, o quarto número foi inteiramente destinado a homenagear o Visconde do Rio Branco, marcando outro herói brasileiro e outra data comemorativa importante no imaginário dos leitores:

Figura 13 - Capa da quarta edição do jornal *A Opinião*, dedicado a homenagear o Visconde do Rio Branco.



Fonte: Retirado do jornal *A Opinião*, disponível na Hemeroteca Digital.

Nesse número, foi publicada uma poesia de Azevedo Macedo, e quatro textos, um de Alfredo Pirajá e Oliveira, um de Júlio T. Guimarães, um de Silveira Netto e, o último, sem assinatura. Os textos seguiam os mesmos moldes, pois enalteciam a figura de Visconde do Rio Branco devido a criação da lei que libertava os filhos de escravos a partir de 1871. Em seu texto intitulado “28 de Setembro”, Silveira Netto explicou que havia se passado 16 anos que Visconde do Rio Branco promulgou a Lei do Ventre Livre, considerando-o como fumegante raio de luz que veio como mandado por Deus a iluminar o firmamento brasileiro. Os elogios a esse Visconde foram imponentes:

[...] vulto homérico, que assomou altivo nas arenas deste seculo, vencendo com força herculea os mais fortes obstaculos que lhe apresentavam,

sobrepujando ferreos braços do obscurantismo que almejavam impedir-o de levar avante árdua quão brilhante missão, que tinha por fim dar começo ao despedaçamento dos hediondos élos da escravidão que tanto opprime a nosso chara patria ; essa nodoa nefanda, que faz somente com que o nosso paiz seja vituperado ; essa nodoa negra, que faz com que as outras nações que intitula-se livres, levantem heroicamente a frente, fazendo o Brazil, esse colosso moderno, curvar-se humilhado, promulgou a grandiosa lei do ventre livre [...].

[...] fez rutilar no brazileo horisonte a brilhante estrella da liberdade ao ventre da escrava, que lavou a grande mancha da escravidão das entranhas da mulher, subjulgou essa lei avultante que era até contra as leis naturaes.

Fazer escravo a quem tinha direito da liberdade pelas leis da natureza!

Agrilhoar-se um ente humano, só porque o ventre donde nascera era de mulher captiva !

Horror ! (A OPINIÃO, 1887, n. 4, n. 3)

Silveira Netto enalteceu os feitos do Visconde do Rio Branco, por ele livrar a pátria do obscurantismo, da opressão, envolta em trevas que a escravidão trazia. O autor deu o adjetivo para o Visconde de “coração de ouro”, por ter dado a liberdade ao ventre da mulher escrava. Assim, ele o considerava caridoso, entendo que elaborou a lei por compaixão. Relembrou, por fim, que a data da promulgação da Lei do Ventre Livre era tão gloriosa como o dia “que o Brazil desembaraçou-se da metrópole que o impellia para a decadência”, e, por isso, deveria ser comemorado com grande entusiasmo “todo aquelle que tiver o coração de brasileiro” (A OPINIÃO, 1887, n. 4, n. 4).

Em seguida, no número 5, publicaram um artigo de fundo que discorria sobre o dia 11 de outubro de 1492, considerado o dia em que Cristóvão Colombo chegou nas Américas. Os autores descrevem:

O dia 11 de Outubro de 1492 abriu á civilização às portas d'um mundo, que até então, occulto na solidão do oceano e encoberto pela ignorancia do século XV não era mais do que um continente selvagem, cujos filhos gosavão da liberdade em toda a sua plenitude, e em cujo seio se escondião tesouros que, tentando a cobiça dos aventureiros, trouxerão para a America os importadores da nossa actual civilização. (A OPINIÃO, 1887, n. 5, p. 1)

A América era considerada um solo sem civilização, e que, somente com a chegada dos povos europeus, ocorreu a abertura das portas desse continente a ela. Eles reconheciam que os filhos das selvas americanas perderam, por um momento, sua liberdade selvagem. Porém, com o correr dos séculos, essa liberdade tornaria-se uma liberdade civilizada, progenitora de progresso real (A OPINIÃO, 1887, n. 5, p. 1). Os estudantes consideravam, portanto, a “liberdade civilizada” superior a “liberdade selvagem”, o que justificava os empreendimentos realizados pelos europeus em solo americano.

Então, explicaram que, após a descoberta da América, grande revolução se produziu nos destinos comerciais e políticos do velho mundo. Antes, comercializava-se no Oriente, e, depois da descoberta, encaminhou-se para o Novo Continente, “que redobrou a força da seiva de sua existência” (A OPINIÃO, 1887, n. 5, p. 1). Os estados do mediterrâneo perderam, assim, o seu poderio diante da nova fonte de vida, que fornecia ao mundo todo, por meio da colonização, diversas mercadorias. Dessa forma, para eles, cabia a Colombo a honra de ter dado ao Velho um Novo mundo, ao comércio nova fonte de vida, e a civilização novo horizonte.

Por fim, reafirmou que a América estava oculta nas sobras do manto da ignorância, e foi arrancada da amplidão dos mares pelas ciências. Para eles, seu descobrimento não foi por acaso, “mas sim ao labutar ousado d’um cérebro na luz da sciencia e nas trevas dos obstaculos quasi insuperáveis que em seu caminho lançavão as ambições dos reis, a ignorancia do povo e o Fanatismo das soitanas jesuiticas.” (A OPINIÃO, 1887, n. 5, p. 1). Dessa forma, atribuíram o “descobrimento” das Américas unicamente a inteligência e ao trabalho de uma única pessoa iluminada, que conseguiu ultrapassar todos os obstáculos. Ocorreu um reducionismo, característico do Positivismo, por acreditarem que a ação de um único vetor, seja esse vetor a vontade ou a inteligência de um sujeito, seja o acaso/destino, como determinante para que um evento se realizasse. Eles desconsideravam o contexto político e econômico que conduziram os europeus na busca por novos mercados.

No último número do periódico, narraram a história de José René Belbot, considerados, por eles, um dos primeiros oficiais franceses que empreenderam as perigosas expedições as regiões árticas. Contaram que nasceu em Paris à 26 de março de 1826 e, aos 15, entrou para a Escola Naval. Ainda não tinha vinte anos quando, por proposta dos chefes, o governo francês o promoveu a aluno de primeira classe e o nomeou “cavaleiro da Legião de Honra”. Belbot viajou de 1848 até 1853, isto é, dos 22 anos aos 27.

Então, no dia 18 de agosto de 1853, “Morreu elle victima da sua dedicação a causa dos descobrimentos, sem ter conseguido voltar a patria”. Esse trecho, publicado como artigo de fundo, destacava a figura de uma personalidade que viveu, dos 15 anos até os 27, para conquistar ao seu país novos territórios, isto é, pela causa do descobrimento. Além disso, o final do trecho, que narra que ele não conseguiu voltar a sua pátria, demonstra que Belbot morreu trabalhando pela pátria, e que o fato de não ter conseguido voltar a pátria era um sacrifício. A “pátria” passou a ser utilizada como um termo ufanista, sendo considerada como uma entidade, algo quase real, que deveria ser venerada, protegida, amada, e, por isso, era o lugar onde o homem, como no caso de Belbot, gostaria de voltar.

Dessa maneira, o jornal paraense *A Opinião* foi o primeiro do acervo documental que primou por uma educação cívico-patriótica. Essa educação se realizou, nesse periódico, por meio da exposição romantizada e ufanista de personagens como Frei Monte-Alverne, Visconde do Rio Branco e Belbot, e de importantes eventos para a história do Brasil, como o dia do descobrimento da América, da Independência, e da promulgação da Lei do Ventre Livre.

A educação cívico-patriótica foi pensada no Brasil desde a última década do Império como meio de preparar a população para sua atuação no novo regime republicano. Essa educação buscava criar uma população unida por laços nacionais, como a língua nacional, e o sentimento de pertencimento à nação e de amor à pátria, além das virtudes morais exigidas aos cidadãos para elevar o Brasil ao patamar de país civilizado (MARTINELLI, 2014). As principais características da educação cívico-patrióticas podem ser assim resumidas: educação de virtudes e valores morais; ensino da História do Brasil, para fixação de datas comemorativas e dos heróis brasileiros que marcam a memória da nação; ensino da Geografia do Brasil para enaltecimento dos recursos naturais brasileiros, a mãe-Pátria. Nos jornais paranaenses foi possível observar algumas características desse ensino cívico-patriótico, como a homenagem aos grandes heróis brasileiros citados a pouco.

O jornal *A Opinião* era considerado pelos próprios estudantes “Noticioso”. As notícias desse periódico evidenciavam o viés patriótico do jornal. No 3º número, noticiaram que “A Câmara Municipal da Corte promoveu, para o dia 7 do corrente mez, anniversario da Independencia Politica do Império, a libertação de muitos brasileiros escravizados. E' um acto nobre”. Então, narraram os festejos dessa data, explicando que com “grande pompa foi solemnisado n'esta, os festejos patrióticos d'esse dia.” (A OPINIÃO, 1887, n. 3, p. 4). Houveram salvas pelo 3º regimento, músicas, e iluminação no Passeio Público, com soberbos painéis, e três bandas de música.

No 5º número, deram a notícia de que em 20 de setembro completava 22 anos que a província do Rio Grande do Sul estremeceu nas revoluções. Explicaram que a bandeira da Republica do Piratini⁶⁰ foi hasteada nesse dia por mártires do campo de honra envoltos no roto, mas sagrado pavilhão tricolor. Finalizaram a notícia congratulando: “Receba o Rio Grande, digna irmã de São Paulo e Pernambuco, as expressões sinceras da admiração da mocidade pensadora” (A OPINIÃO, 1887, n. 7, p. 4). Assim, os estudantes expuseram no

⁶⁰ Na Guerra dos Farrapos, Fausto explica que Giuseppe Garibaldi e Davi Canabarro levaram a guerra para o norte da província, assumindo por uns tempos o controle de Santa Catarina. Nessa região, foi proclamada na cidade de Piratini, em 1838, a República do Piratini, sendo Bento Gonçalves o presidente. Essa República teve uma existência real, pois estimularam a criação de gado e exportação de charque.

jornal mais uma data comemorativa brasileira, neste caso, específica da província do Rio Grande do Sul.

Além destas, publicaram notícias que tinham envolvimento com a abolição da escravidão, confirmando o posicionamento dos estudantes paranaenses a favor da libertação dos escravos. A primeira que citamos, publicada no 5º número, noticiou que souberam com prazer que foi eleito deputado pelo 1ª distrito de Pernambuco o campeão do abolicionismo Joaquim Nabuco. “Os filhos do pujante leão do norte derão provas de seu amor á pátria e as coisas sagradas” (A OPINIÃO, 1887, n. 5, p. 4)

No sétimo número, deram várias notícias sobre perseguições aos escravos e aos abolicionistas. Explicaram que, em São Paulo, os escravos fugitivos estavam sofrendo grande perseguição promovida pelo governo. Por isso, haviam enfrentamentos entre a política e os escravos, resultando em mortes e ferimentos. Em seguida, contaram que o “Club Militar da corte dirigio á S. A. a Regente uma petição, na qual, em nome da honra da bandeira nacional e da dynastia que ora nos governa, pede a cessação do emprego do exercito na captura de escravos fugidos. Bravo.” (A OPINIÃO, 1887, n. 7, p. 4). Por fim, narraram que em Campos, a polícia atacou uma tipografia e o escritório de uma folha abolicionista, destruindo todo o material tipográfico e inutilizando os papéis e livros dessa folha. Para os estudantes, um “facto d’esses colloca a nossa policia a par talvez da de Marrocos e abaixa o nosso governo a rastejar na immoralidade. Já é demais! Safa!” (A OPINIÃO, 1887, n. 7, p. 4).

No último número desse jornal, explicaram que os vandalismos praticados pela polícia contra os abolicionistas, em Campos, continuaram. Pontuaram que “a policia assassinou uma mulher, feriu um guarda livros, espancou brutalmente o povo, quando este ouvia o discurso de um deputado provincial, que falava da janela de sua residência, visto ter sido proibido que sua conferencia tivesse lugar no Teatro daquela cidade. Sem comentários! (A OPINIÃO, 1887, n. 8, p. 4).

No jornal *A Ideia*, segundo paranaense, nota-se um amadurecimento na escrita dos alunos que contribuía no jornal *A Opinião*. Nesse jornal encontramos textos críticos e reflexivos dos alunos, acerca, sobretudo, da instrução pública e da política daquele período e, assim como nos outros jornais, um engajamento com aquilo que lhes dizia respeito. Além disso, consolidou-se a educação cívico-patriótica, que vinha sendo objeto dos estudantes desde o jornal *A Opinião*, pois nos artigos, há um destaque nos assuntos que dedicados à pátria.

Os estudantes não publicaram um programa, mas, no 9º número desse periódico, foi possível identificar qual o caminho percorrido por eles:

E «A Idéa», até agora, tem sido assim : profligando o erro ; estigmatizando a injustiça e a baixeza ; clamando pela instrucção; pedindo com energia e força, a luz, a esses homens que só nos querem dar trevas, combatendo pelo direito sacrosanto dessas criancinhas das escolas ; declarando francamente e sem medo que a Mocidade ama a Pátria, a liberdade; é democrata, e tendo palavras suaves somente para as acções dignas, não julgávamos que pudéssemos merecer censura. (A IDEIA, 1889, n. 9, p. 1)

Pelo trecho, é possível notar a criticidade dos estudantes as causas que os cercavam, especialmente a da instrução, além de exibirem o amor à pátria e a liberdade. Eles declararam-se como democratas, transparecendo sua defesa pela mudança do regime político imperial para um regime republicano. O patriotismo e a defesa ao republicanismo eram os temas em destaque naquele período, devido ao contexto histórico brasileiro de forte discurso republicano.

A partir do exposto, debruçando-nos sobre os textos em que os estudantes discorriam abertamente sobre a instrução. Por meio desses textos é possível compreender a concepção de educação desses estudantes e o que eles consideravam essencial a ser ensinado aos alunos. O primeiro texto sobre educação foi intitulado como “A Instrucção”. Os estudantes a exaltaram, defendendo-a como recurso fundamental. Iniciaram atestando a necessidade da educação em todos os tempos:

Volvei os olhos para o passado do mundo e vereis predominando a necessidade de instrucção; olhae para o presente, a mesma necessidade predomina; esperai finalmente pelo futuro, ellá predominará ainda. Que todo homem estudo, que todo o homem mergulhe cada vez mais fundo o seu espirito na instrucção, que a instrucção se difunda por todas as classes e ainda assim haverá necessidade de instrucção: o espirito é insaciavel, a sciencia é immensamente grande! (A IDEIA, 1888, n. 2, p. 2)

Em seguida, sublinharam que, apesar do trabalho, da dedicação e da força de vontade, o homem nunca poderia dizer que tudo sabia, por que, com as pesquisas e estudos, nasciam novos horizontes para a ciência, que é inesgotável. Os estudantes acreditavam que parecia “que o Creador quando poz [sic] o homem no mundo poz também a sciencia envolta n'um manto mysterioso, quase tão mysterioso como elle proprio, para que o homem o fosse dissipando com vagar.[...]” (A IDEIA, 1888, n. 2, p. 2). Assim, a cada passo da humanidade, dissipava-se a grande nuvem que encobria a ciência. Por fim, incentivaram seus leitores para a instrução: “Trabalhem, pois, ó moços!” (A IDEIA, 1888, n. 2, p. 2)

No artigo subsequente, “Os exames”, enfocaram os exames gerais. Eles encorajavam seus leitores para esse momento, reafirmando a importância da instrução, o papel e o dever dos estudantes nesse processo. Em primeiro lugar, destacaram o papel dos estudantes perante a sociedade:

A mocidade é a esperança : ella representa o futuro. E a mocidade brasileira de hoje, que tem de suportar sobre seus hombros hercúleos um fardo enorme, embora preciosissimo,— a regeneração da Patria estremeçada, deve fechar os olhos, com um sentimento de repugnancia, á todas as negridões do presente, demorando somente a sua vista em qualquer ponto onde refulja unma luz.

A maior somma de coragem e abnegação possível, nessa contenda, ainda não será demasiada. E é dos moços que estudam, e que, portanto, melhor poderão compreender os seus direitos e deveres, que a Patria deve esperar tudo. (A IDEA, 1888, n. 3, p. 1)

Já destacamos, no início dessa seção, que todos os periódicos de nosso acervo defendiam a premissa de que a educação era necessária à juventude, pois os jovens seriam os homens do futuro. Nesse trecho do jornal paranaense acresceram, além desta, a noção de que a educação da mocidade era necessária, pois a eles ficava a responsabilidade da “regeneração da Pátria”. Ao final do trecho, reafirmaram que a Pátria devia esperar tudo da mocidade, especialmente da mocidade que estudava, pois a mocidade estudiosa melhor compreendia seus direitos e deveres. Portanto, logo nos primeiros números do periódico, buscavam convencer os estudantes das responsabilidades para com a pátria.

O dever dos estudantes foi, então, apresentado:

[...] é preciso que cada um compreenda, desde jovem, a significação desta palavra sublime – o Dever.

Si todos os moços de hoje constituíssem do cumprimento do Dever um apostolado sagrado, não seria difficil levantar se a Patria do estado desolador em que a vemos. E, por emquanto, o nosso dever, ó moços, é somente — estudar : viver sempre sublimemente abraçados com o livro. Devemos trabalhar hoje para introduzir em nossos cérebros a maior quantidade possível de luz, afim de podermos no futuro vêr claramente o caminho por onde devemos trilhar victoriosos. (A IDEA, 1888, n. 3, p.1).

O dever do jovem, portanto, era estudar, devido a responsabilidade que tinham com a pátria. Dessa maneira, somente por meio do estudo teriam plenas condições de, no futuro, saber o caminho que deveriam percorrer para a vitória, que era a regeneração da pátria. Após essas considerações, discutiram especificamente sobre os exames: “O tempo dos exames é, para o estudante, o mesmo que para o pintor a exposição de seus quadros. Assim como o

artista, para mostrar que trabalha, faz a sua exposição, assim o estudante presta seus exames, para mostrar que estuda, que sabe cumprir o seu dever. [...]” (A IDEIA, 1888, n. 3, p. 1). Acreditavam, dessa forma, na capacidade do exame em avaliar se o aluno estudava ou não.

Junto a isso, denunciaram o apadrinhamento que acontecia nesses exames: “o gráo de habilitação dos examinandos tem sido muitas vezes computado, desgraçadamente, á peso da nefanda influencia política de seus pais ou padrinhos! Mas, confiando na consciência e moralidade de nossos juizes, devemos esperar que isso não succeda mais. [...]” (A IDEIA, 1888, n. 3, p. 1). Havia, por parte dos alunos, certo grau de criticidade no que dizia respeito aos exames gerais. Relembramos que a questão do apadrinhamento nos exames gerais era discutida nos jornais do Maranhão, indicando a reincidência dessa prática nas províncias brasileiras.

Em seguida, no primeiro tomo da seção “Nota em Pedacos”, Sylvino Americo comentou sobre a educação dos escravos libertos. Relembramos que a educação dos escravos foi era uma questão debatida no campo da educação naquele momento. Refletiam os dirigentes sobre a necessidade de educar esse ex-escravo, e que tipo de educação ele deveria receber⁶¹. Esse assunto foi debatido nesse trabalho no início dessa seção, quando apresentamos os pressupostos de Schelbauer (1997).

No texto, o autor iniciou afirmando que “[...] quando trata-se de liberdade, até pennas fracas como a minha, sentem-se animadas para trabalhar, tanto mais, sendo a liberdade novidade ainda para nós” (A IDEIA, 1888, n. 3, p. 3), o que ratificou a importância desse tema naquele contexto. Complementa, então, que os moços se entusiasmavam ao verem a pátria coberta de flores pela humanidade civilizada e que veneravam os nomes heroicos da abolição.

Noticiou, na sequência, que os libertos da capital Curitiba, levados por um sentimento tão nobre e patriótico, fundaram uma sociedade que tinha por título um importante marco nacional daquele período, que era “13 do Maio do 1888”, data da abolição da escravidão. Narrou que na estreia, em sessão magna, houve passeata, em que percorreram várias ruas e saudaram o presidente da província, a câmara municipal, algumas redações e clubes.

Sobre a criação dessa sociedade, Sylvino Américo dissertou:

Começa a despertar da escuridão da ignorância, a raça maldita pela civilização antiga.

Floresce brilhante a civilização moderna, para dar a cada humano, os seus direitos ; para ensinar, que não é com o sangue, nem com o rancor que se

⁶¹ Relembramos que, em 1888, data em que o jornal começou a ser publicado, foi o mesmo ano em que os escravos foram libertos pela Lei Áurea.

toma uma vingança e sim, pelo livro, pelo trabalho e finalmente, com uma ação nobre, para dar uma lição moral a esses brutos da sociedade—os opressores.

A instrução é divina irmã da liberdade...

Os novos cidadãos [...] querem libertar também o seu pensamento, que, se não está prezo pela superstição, o está pela obscuridade; já é tempo, e consta que a sociedade 13 de Maio, trata de crear uma parte instructiva, ao que se pôde chamar a base da associação.

E' a maior prova do gratidão que pode dar ao paiz, agora ; o labutarem para instruírem se, para bem poderem educar seus filhos : pois, em cada um delles está um pedaço da alma da pátria.

Avante homens do trabalho! Já é tempo de compartilhades do festim da sociedade, para retomardes o vosso nome de gente—com que a Natureza vos fez nascer, e que os piratas negreiros tão infamemente roubaram (A IDEA, 1888, n. 3, p. 3).

O trecho contém ensinamentos morais dedicados aos escravos libertos paranaenses, em que fazem um apelo, primeiramente, para que se vingassem de seus opressores por meio do livro e do trabalho. O termo “trabalho” foi repetido duas vezes, o que deixa transparecer a noção moral de “amor ao trabalho”, já que trabalhar e ser um “homem do trabalho” era uma virtude. Além disso, reconhecendo que os negros gostariam de libertar o pensamento, incentivaram-nos a criar, na sociedade, uma parte instrutiva. Por fim, voltaram a insistir na premissa de que eles se instruissem, pois poderiam melhor educar os filhos, já que, em cada um deles, estava um pedaço da alma da pátria. A premissa era de uma dependência da pátria pela instrução.

O próximo texto que discorreu sobre educação foi intitulado “Instrução Popular”. Os autores do periódico publicaram esse artigo em três tomos, e neles debateram reflexivamente questões relacionadas a instrução popular, como: a educação para formar cidadãos que amem sua pátria; o ensino primário e a formação de professores; o debate educacional a partir da notícia da supressão de escolas públicas. No tomo um, iniciaram com um questionamento: “Quereis um povo poderoso, quereis uma grande Nação ? Sim : a vóz do patriotismo fala em vossos corações. Não ha homem que deixe de amar a sua Pátria : todos a querem ver grande, seja ella qual fôr. Mas, qual o meio ?” (A IDEA, 1888, n. 4, p. 2). Assim, a essa questão, eles próprios responderam:

[...] Ellas [as massas] dormem o pesado somno da ignorancia, ellas não podem ver, porque estão no meio de trevas.

Dissipae as trevas que as rodeiam e essas massas despertarão ; fazei a luz nos espíritos e as trevas fugirão, como á luz do sol se dissipão as sombras da noite.

O dever mais sagrado de um pae é instruir a seu filho ; o dever mais sacrossanto do governo de uma nação constituída, em face do mundo civilizado, é instruir o seu povo.

A Nação que, subsistindo no século das luzes, não facilita ao povo os meios de instruir-se, não merece pertencer ao grêmio dos paizes civilizados: será sempre atrasada, sempre escrava, porque o homem não pôde exercer a sua liberdade no meio das trevas.

Precisamos de luz ! [...]

Dae-nos livros e escolas ! Fazei com que a nossa razão se desenvolva, afim de que possamos pensar livremente ! (A IDEIA, 1888, n. 4, p. 2).

A solução apresentada pelos estudantes para criar a nação e um povo que ame sua pátria era a educação. Era necessário tirar as massas das trevas, apresentando-lhes a luz. Assim, era dever tanto dos pais como do governo instruir os filhos e povo, para tornar a nação civilizada e livre no pensar, tirando-a do atraso. Compartilhando do discurso do período, responsabilizaram a educação do papel de criar o sentimento de amor à pátria no povo, seja atrelando à educação o sentimento moral de amor à pátria, seja mostrando que aquele que amava sua pátria deveria estudar para garantir um futuro de desenvolvimento e prosperidade.

Porém, a partir de uma análise crítica do contexto, reconheceram que a pátria e a província do Paraná viviam no atraso, na antemão das nações civilizadas. Para eles, tanto as lutas partidárias quando os erros administrativos conduziam a pátria ao um retrocesso no progresso e na civilização. Além desses motivos, pontuaram que os homens que dirigiam a pátria tratavam mais dos seus interesses e dos de sua família e partidos políticos do que dos interesses da pátria.

Então, ao final do primeiro tomo, citaram o patriotismo e o papel dos jovens na regeneração da Pátria:

Parece que o patriotismo é cousa muito raramente conhecida em nosso paiz, pelo que observamos com a nossa imparcialidade de moços !

Instruir é construir ! E entretanto parece que quasi ninguém quer reconhecer isto !

E nós, os moços do hoje, que temos a idéa grandiosa de restaurar a Patria decadente, [...] ficamos verdadeiramente desanimados, ao vermos que, na nossa Provincia, a luta dos partidos, a impericia e falta de patriotismo e de character dos homens encarregados de dirigir os seus destinos, têm dado em resultado a quase impossibilidade (!) de dispensar á infancia o alimento do espirito — a Instrucção! [...]

[...] Não sabeis que a base mais solida do desenvolvimento da vossa Patria é a instrucção do povo? [...]

Quem vos interroga hoje é a mocidade.

Assim, em nome do futuro da nossa Patria, protestamos, com toda a força da nossa indignação, contra tudo isto que acabamos de nomear. [...]. (A IDEIA, 1888, n. 4, p. 2).

O que se destaca nesse trecho foi que os estudantes, reconhecendo seu dever futuro de reerguer e desenvolver a pátria, compreenderam que a falta de patriotismo e parca instrução os impossibilitaria de cumprir esse dever. Eles defendiam a instrução do povo como meio sólido para esse desenvolvimento. Desse primeiro tomo do artigo “Instrução Popular” nota-se que os termos “pátria” e “patriotismo” foram inúmeras vezes repetidos. Sinteticamente, duas noções foram transmitidas: a de amor à pátria (patriotismo), e da instrução como meio de exercer esse patriotismo, isto é, como meio de reerguer e regenerar a pátria.

No segundo tomo do artigo, prosseguiram com as reflexões e críticas acerca da instrução pública, expressando o quanto a classe estudantil paranaense estava atenta às questões educacionais e era engajada com a causa da instrução. Aqui discutiram, em especial, a situação do ensino primário naquele período, sublinhando a questão da formação de professores. Iniciaram o texto afirmando que não havia instrução pública na província do Paraná. Pontuaram os motivos para essa afirmação:

[...] porque, com diminutas exceções, não temos professores habilitados, porque a nossa instrução primaria não tem organização alguma que obedeça aos princípios prescriptos na Pedagogia Moderna. Este ramo, o mais transcendental, do serviço publico, para o qual convergem todas as atenções dos governos dos paizes civilisados, não merece e nunca mereceu sollicitude alguma por parte dos poderes provinciaes. O ensino obrigatorio, que si fosse bem executado, poderia concorrer immensamente para o desenvolvimento da nossa instrução publica, está desde muito completamente abandonado: os nossos homens têm mais em que se ocupar. (A IDEIA, 1888, n. 5, p. 1)

Esse posicionamento por parte dos estudantes reforça que eles estavam atentos às questões relacionadas a educação de seu período. A questão da formação de professores, tendo por base a Pedagogia Moderna, e a obrigatoriedade do ensino, eram questões amplamente debatidas por intelectuais, sobretudo na última década do regime imperial, como realizou Rui Barbosa em seus *Pareceres*. Diante disso, para os estudantes, estes seriam os principais responsáveis por uma completa renovação do ensino, e, em consequência, da modernização do país.

Aprofundaram, na sequência, a discussão sobre a incapacidade dos professores, afirmando que na própria capital e nos principais centros da província, a maioria dos professores era incapaz de cumprir com seus deveres, pois eram inaptos e até analfabetos. Para eles, não existiam professores habilitados pois a política os impedia. Isso porque os “instruidores e educadores da infancia, os preparadores do futuro, são geralmente escolhidos, não pelo mérito, pela proficiência, pelo saber, mas pela maior ou menor somma de influencia

política que possam pôr em acção.” (A IDEIA, 1888, n. 5, p. 1). Lembramos que, na década de 1870, data de publicação dos periódicos maranhenses, a questão do apadrinhamento/patronato nos concursos para professores era uma realidade e foi, igualmente, criticada pelos estudantes.

Após essas considerações, relacionaram, novamente, instrução e pátria, manifestando o caráter cívico-patriótico do periódico. Eles chegaram a seguinte constatação: “[...] que importa que a patria decaia e caminhe sempre para a ruina, que fique na retaguarda da America, si os nossos homens conseguem satisfazer as suas vãs ambições de domínio. Pobre Patria! Pobre Paraná !” (A IDEIA, 1888, n. 5, p. 1). Assim, reafirmaram a premissa de que a falta de investimento da instrução causada o declínio da pátria. Além disso, entendiam como falta de patriotismo dos governantes o abandono a causa da instrução, e que, abandonar a instrução era abandonar o futuro e a pátria.

Por fim, no último tomo do artigo “Instrução Popular”, o tema foi a notícia sobre a supressão de escolas:

Está em execução o decreto provincial que, suprimindo 168 escolas, priva de instrução a cerca de 3000 crianças. Três mil crianças sem instrução: 3000 cerebros escuros, 3000 ignorantes para o futuro, grande numero de criminosos para encherem as cadeias, porque a ignorância é a origem do vicio, 1500 mulheres, talvez, impossibilitadas de serem boas mãis!

Oh! que crime hediondo!

Que penso enorme para a Patria! que herança lhe legam os actuaes diretores dos seus destinos!

Esse horroroso decreto — gerador de trevas em um século em que tudo reclama luz, não tem absolutamente, a nossos olhos, justificação possível.

Lei ! E isso é uma lei ! (A IDEIA, 1889, n. 8, p. 1).

A notícia de que o governo extinguiria 168 escolas foi motivo de revolta para os estudantes do periódico *A Idea*, sobretudo em um período em que, segundo eles, tudo reclamava luz. A lei que os estudantes se referem é a Lei nº 917 de 31 de agosto de 1888, denominada pela imprensa como “Lei Balbino”, “Lei do Bota Abaixo”, ou “Lei da Reforma Disforme” (OSINSKI; VEZZANI, 2017). Essa lei foi sancionada pelo então presidente da Província, Balbino Candido da Cunha. Por meio dela, ficou estabelecido:

Art. 1º Ficam reduzidas a duas entrâncias da instrução primária da província compreendendo a 1ª as cadeiras das vilas e freguesias, e a 2ª as das cidades.

Art.2º Ficam extintas todas as atuais cadeiras de 1ª entrância existentes em diversos bairros da província e da cadeia da Capital.

Art. 3º Haverá uma escola promíscua em cada uma das freguesias e nas vilas [...]

§ 1º Em cada uma das vilas não mencionadas neste artigo a respectiva Câmara Municipal será auxiliada com uma verba orçamentária provincial, para subvencionar uma escola promíscua particular.

§ 2º São extintas todas as cadeiras especiais criadas para cada um dos sexos nas vilas e freguesias.

§ 3º As escolas promíscuas só poderão ser regidas por professoras.

Art. 4º Ficam suprimidas: I - A 3ª e a 4ª cadeiras do sexo feminino da capital. II - A 2ª Cadeira do sexo masculino da cidade Campo Largo, ficando sem efeito o ato que a Presidência criou. III - A cadeira promíscua da cidade de Antonina. IV - A 1ª cadeira do sexo feminino da cidade de Morretes.

Art. 5º Ficam suprimidas: V - A 3ª do sexo masculino e a promíscua da cidade de Paranaguá. VI - A 1ª cadeira do sexo masculino da cidade da Lapa. VII - A 2ª cadeira do sexo feminino da cidade de Guarapuava. (PARANÁ, 1912, p. 80-81)⁶²

Como consequência da lei, foram fechadas 168 escolas, pelo período de mais de um ano, afetando certa de três mil alunos. Essa supressão de escolas foi resultado de um projeto para o corte de gastos públicos na província do Paraná que estava em pauta desde o governo anterior, de José Cesário de Miranda Ribeiro, do Partido Conservador (OSINSKI; VEZZANI, 2017). Miranda Ribeiro foi substituído por Balbino da Cunha, médico e político de Minas Gerais, representante do mesmo partido, em julho de 1888.

Os estudantes posicionaram-se criticamente frente a notícia. Citaram uma série de implicações que, na visão deles, seriam consequência da falta de instrução: cérebros escuros, ignorantes para o futuro, criminosos, mulheres que não seriam boas mães. Deram destaque a educação enquanto recurso moralizador da população, pois ela evitaria a criminalidade e prepararia mulheres para serem boas mães. Assim, defenderam que escolas não deveriam ser suprimidas, mas criadas aos milhares e que uma lei como essa negava a luz.

Chamaram os executores da lei como “algozes do espírito”, “bárbaros”, “dignos êmulos dos senhores feudais”, “réus do lesio-patriotismo”. Então, alegaram que quem atentava contra o direito da criança, atentava, por sua vez, contra a civilização, a liberdade, já que promover a ignorância era fazer a treva, a escravidão, o crime, e “[...] mais do que tudo, atenta contra o Futuro, contra esse futuro que nós – os moços- temos o direito de exigir de nossos predecessores”. (A IDEIA, 1889, n. 8, p. 1), reforçando a premissa de que a educação prepararia a mocidade para o futuro.

A partir dessas ideias, questionaram se ficaria impune o crime de fazer a treva, quando a própria sociedade condena o ignorante que se torna assassino, mesmo sendo “a própria sociedade que o ANIMALISOU!?” (A IDEA, 1889, n. 8, p. 1). Responderam, pois, que não, e

⁶² Segundo Osinski e Vazzani (2017), as escolas públicas eram classificadas da seguinte forma: as de 1ª entrância eram situadas empovoados e bairros; as de 2ª entrância, nas freguesias e vilas; as de 3ª entrância, ficavam nas cidades.

que se não fossem julgados no presente, seriam no futuro. Outra contradição que apontaram era a de que, com o dinheiro que não construíam escolas, construíam igrejas e cadeias para o abrigo dos ignorantes.

A regeneração da pátria voltou a ser comentada: “Nós, que, d’aqui a alguns anos seremos cidadãos, temos o dever de pugnar pelo direito dessas crianças de hoje que serão nossos companheiros ou nossos sucessores na grande luta pela regeneração da Pátria. Calarmo-nos seria um crime. Cumpriremos nosso dever”. (A IDEIA, 1889, n. 8, p. 1). Assim, a reivindicação e luta contra a supressão de escolas tinha como justificava que a educação era o meio pelo qual o jovem seria preparado para auxiliar no desenvolvimento da Pátria.

Por fim, afirmaram que “não profligaremos somente o erro, sem indicar-lhe o remédio” (A IDEIA, 1889, n. 8, p. 1). Para tanto, compreendiam que não seria somente a restauração das escolas suprimidas que haveria de remediar todo o grande erro, todo o crime, pois ele vinha de longe. Então, argumentaram que na pátria, tudo precisava de reformas, mesmo o ínfimo ramo da administração. No que dizia respeito a instrução, a reforma deveria ser absoluta e completa, pois, segundo eles, “não temos organização que preste, nem temos professores habilitados” (A IDEIA, 1889, n. 8, p. 1).

O único remédio, portanto, seria reformar tudo pela base. Descreveram como deveria ser uma dessas reformas: “Institua-se escolas normaes bem organisadas, ê, ao menos nisto, que a nefanda política não influa na nomeação dos mestres; que o mérito reconhecido seja, para essa nomeação, a única recommendação aceitável” (A IDEIA, 1889, n. 8, p. 1). Como no segundo tomo, os estudantes tinham uma opinião sobre a formação de professores. O Liceu frequentado pelos alunos paranaenses tinha, em anexo, uma Escola Normal, e muitos dos colegas que colaboravam com os jornais, passaram a frequentar o ensino normal e tornaram-se professores, como é o caso de Saldanha Marinho. Assim, entendemos que os estudantes tinham contato com ideias de renovação do ensino, sobretudo no que tangia a formação de professores, e compartilhavam, assim, que uma formação de professores eficiente operaria uma mudança significativa no ensino.

Osinski e Vazanni (2017) explicam que a supressão das escolas gerou protestos nas principais cidades paranaenses, e a imprensa foi a porta-voz da indignação popular. Importantes periódicos como *Galeria Illustrada*, *Dezenove de Dezembro*, *A Gazeta Paranaense*; *Sete de Março* e *A República* foram alguns dos jornais que debateram a questão. No jornal *A Republica*, jornal do Club Republicano, a lei foi publicada integralmente, acompanhado pela frase: “O Sr. D. Pedro II não poderá dizer agora que o ‘o Paraná marcha na vanguarda do progresso’. Infeliz província” (A REPUBLICA, 1889, n. 33, p. 1).

Tamanha foi a repercussão da notícia da supressão das escolas, que foi organizada uma passeata em reivindicação. Os estudantes do jornal *A Idea* narraram com entusiasmo tal acontecimento:

Oh ! Não julgavamos o povo curitybano capaz de tanto ! Esteve acima de toda nossa expectativa, este sublime, imponente, o *meeting* popular, realizado ante hontem no salão Tivoli, á convite do Club Republicano, para pedir-se ao governo a revogação da iniquissima lei da supressão de escolas, para pedir-se a reorganização da nossa imprestável instrucção publica. Oraram os distinctos cidadãos Manoel Corrêa de Freitas, Albino Silva e Dr. Vasconcellos, fazendo estes dous últimos a sua adhesão ao partido republicano.

A' cada phrase inspirada dos oradores, o immenso auditorio respondia com entusiasticos, freneticos, desordenados applausos, com gritos de indignação : a atmospheria como que estava sob o influxo de uma potedte [sic] electrificação, que conduzia ao delirio. Aquelle *metting* reanimou-nos, a nós, os moços, que, ás vezes, sentimo-nos invadir pelo scepticismo. Os republicanos estiveram á altura das idéas americanas.

A representação, por elles apresentada, contra a nefanda lei, foi coberta de assignaturas pelas pessoas presentes. E, note se, ali não houve pomada ; tudo era sincero, como o coração da mocidade. Foi um triumpho da democracia !
(A IDEIA, 1889, n. 7, p. 4)

O *metting* noticiado pelos estudantes foi um encontro organizado pelo Club Republicano que teve por pauta o protesto devido a supressão das escolas de ensino primário no capital do Paraná. Essa notícia elucida a responsabilidade atribuída à educação naquele contexto, e a insatisfação de muitas classes da sociedade paranaense por essa decisão, especialmente a dos republicanos, que viam na educação um meio de preparar cidadãos aptos para atuar no novo regime político, e para o progresso do país. O teor da notícia demonstra, além disso, o apoio dos estudantes secundaristas em prol da revogação da lei e, por sua vez, com a causa da instrução pública.

Importante sublinhar um ponto abordado nos três artigos intitulados “Instrucção Popular”: a formação de professores. Não apenas nesses artigos a questão foi debatida. O debate acerca da instrução primária, com ênfase na formação de professores, foi pontuado em outro momento do jornal. No 13º número do periódico, narraram um discurso de Manoel Salustiano Gonçalves Marques, que versou sobre a instrução popular. Dentre muitos assuntos por ele citados, a atuação do professor foi, novamente, objeto de reflexão. O discursista afirmou que tanto a educação primária quanto a secundária eram superficiais devido à falta de um bom método de ensino da maior parte dos professores.

No 10º número do jornal, insistiram na reflexão acerca da formação de professores. Na seção “Noticiário”, deram uma interessante notícia, que mostra o posicionamento dos estudantes acerca da profissão docente:

ATTENTADO

Um mocho damnado ruma surdamente entre nos um attentado sinistro contra a luz.

Um corvo de batina, um representante das trevas, um repugnante adversário da luz acaba de pedir licença ao governo para ensinar a cartilha nas escolas publicas ! !

E, o governo conceder-lh’a ! !

Isto nos enche de uma indignação santa.

Na escola, nesse santuario de luz, não póde ter ingresso o mocho.

Cada escola tem o seu mestre, que deve ser illustrado, e que, portanto, saberá educar os seus discípulos sem precisar recorrer á cartilha.

O padre quer ensinar moral ; e elle é o mais incapaz para isso.

A cartilha atraza, além disso, o espirito da creança.

O padre que se contente com os ignorantes que já existem e que não queira formar novos.

Roma pertence ao passado.

E nós dizemos como Victor Hugo :

«Respeitamos em um ou outro ponto e poupamos no seu todo o passado, com tanto que elle se reconheça morto. Si quizer ser vivo atacal-o-hemos e buscaremos mata-lo.»

Em nome do futuro, protestamos energicamente contra essa intervenção do padre na escola.

Protestamos I A criança precisa de luz, luz I e o padre irá ministrar-lhe somente trevas !

Na escola, o padre não pode entrar Para fóra. tartufo !

Mocho ! O teu logar é lá, nas ruinas do passado ! (A IDEA, 1889, n. 10, p. 4).

A notícia de que um padre lecionaria na escola a moral, por meio de uma cartilha, causou a indignação dos estudantes paranaenses. No número seguinte, prosseguiram com o debate acerca do tema, no artigo “O Dr. director da instrucção publica”. Os estudantes discorreram:

[...] a *Idea* reprovou a entrada d’um padre como leccionador de religião nas escolas da capital. Não foi, outra coisa.

Pois bem. Haverá razão para que o Dr. Luiz Pires tome as dores por esse padre ?

Não concebemos.

Pois, se nós assim procedemos foi por que esse padre não é a quem compete o ensino de religião nas escolas, é ao professor. A isto occorre-nos um facto que se deu em uma província nossa visinha:

Um certo reverendo offereceu se ao governo para leccionar religião nas escolas e foi aceito. Quando uma vez elle foi a uma escola ter com o

professor que estava em sua cadeira, e lhe communicou o fim que alli o trazia esse respondeu-lhe :

— Reverendissimo, nesta cadeira estou eu, e a mim que compete ensinar religião aos meus alumnos—.

Na verdade assim o é. Se o professor não cumpre com a sua obrigação, se não prega preceitos de moral a seus alumnos, demmitam-n’o e escolham um apto para isso tudo ; mas não consintam que os padres vão dar-lhe lição. Isto é uma cousa que offende formalmente a dignidade dos professores e que d’algum modo não deixa de chocar o poderio de ferro das autoridades que os puzeram nas cadeiras com a missão de ensinar as creanças, porque os que se propõem a ser professores devem exhibir provas de se acharem habilitados.

De que lado estará a razão ?

Por veutura a Idea que é orgam de estudantes, não terá direito de importar-se com a instrucção das creanças ? (A IDEA, 1889, n. 11, p. 2).

Os dois trechos nos ajudam a entender a concepção que os estudantes faziam da profissão docente. Para eles, a pessoa capaz de ensinar os alunos nas escolas era um mestre, que deveria ser ilustrado, e que havia exibido provas de que se achavam habilitado para tal função. Assim, a profissão de professor exigia uma série de conhecimentos que davam a eles habilidades necessárias para ensinar. Não era qualquer pessoa, como um padre, portanto, que poderia ensinar, pois esse não tinha preparo para essa função. Além disso, no primeiro trecho, criticaram o uso de cartilha, defendendo que o professor não precisava desse recurso para suas aulas, já que a cartilha atrasava o espírito da criança e o professor tinha formação para ensinar sem o uso desse recurso. Os trechos demonstram o reconhecimento dos estudantes de que o profissional que tinha formação para lecionar era o professor.

A questão da formação de professores era um ponto amplamente debatido nos últimos anos do regime imperial e considerada meio de renovar o ensino no país. Com a defesa e socialização do método intuitivo no Brasil, a questão da formação de professores se tornou condição para capacitar os professores à aplicação desse método. Por isso, depositaram na boa aplicação do método de ensino a garantia do sucesso da educação. Com o reconhecimento do método intuitivo como mais adequado à instrução popular, exigiu-se que o professor fosse treinado para a correta aplicação do método. Poucos anos depois da publicação desses artigos por parte dos estudantes, em 1893, a primeira reforma educacional promovida no país ocorreu no estado de São Paulo. Essa reforma teve início na Escola Normal, reforçando a compreensão no período de que para uma mudança no ensino, era fundamental o bom preparo do professor.

Prosseguindo com os artigos sobre a instrução, na seção “Noticiario”, do 6º número, publicaram uma notícia, relacionada às escolas noturnas, sob o título de “Luminosa Idéa”:

Alguns briosos estudantes desta capital têm em mente uma idéa luminosa, grandiosa, civilisadora, patriótica, que, estamos convictos, hão de ter a necessaria força de vontade e patriotismo para realizar muito em breve, com as circunstancias o exigem. [...]

No intuito de dissipar a ignorancia que impede aos libertos o gozo da liberdade, que a redemptora lhes concedeu, porque o povo brasileiro a forçou a isso ; no intuito de dar ás crianças paranaenses o que a política acaba de lhes negar, alguns moços — os homens do futuro—, vendo a indiferença criminosa em que se mantêm os homens do presente, pretendem fundar e dirigir nesta capital escolas nocturnas gratuitas, onde se dispense a luz da illustração aos libertos, e ás crianças, d'ella privadas pelo nosso pátriotico governo provincial.

Bravo ! Avante, mocidade ! Não desanimeis, já que é preciso que os moços tomem o posto, que os velhos criminosamente abandonam. (A IDEA, 1888, n. 6, p. 4)

Pelo trecho, é possível notar o posicionamento dos estudantes quanto a criação de escolar noturna, pois seria meio de expandir a educação aos que estavam privados de instrução. O debate acerca das escolas noturnas voltou a aparecer, agora nos periódicos paranaenses, ao final do regime imperial. Conforme evidenciamos anteriormente, para elevar o país aos patamares de desenvolvimento das nações de economia capitalista, todos os trabalhadores brasileiros deveriam estar aptos, técnica e moralmente, para sua atuação na agricultura, indústria e comércio. A criação de escolas noturnas foi a solução encontrada para educar moral e tecnicamente os trabalhadores, tornando-os aptos aos seus cargos. A escola formava o operário por meio dos conhecimentos necessários à sua atuação profissional, bem como inculcava no trabalhador virtudes morais, como a honestidade, o amor ao trabalho, amor à família e à pátria.

No 10º número do jornal, os estudantes escancararam a defesa pela instrução como meio de prepararem-se para o futuro, e do amor à pátria. No artigo de fundo, intitulado “Luz”, clamaram:

Luz ! Luz ! Queremos luz !

Para que um povo possa ser livre, é necessário ter instrução, é preciso luz.

Luz ! em nome da Liberdade ! Nós somos americanas ! Na America tudo é livre, na America tudo e luz.

Luz ! em nome da America !

Nós amamos a Patria ! Para que a Patria seja grande, para que a Patria seja livre, é preciso luz.

Nós somos moços ! Para nós, o Futuro é tudo. Homens do presente ! queremos ver um Sol illuminando o Futuro !

Luz ! em nome do Futuro !

Homens da política ! os moços pedem luz !

Os moços estão unidos : um agrupamento formidável.

Confraternizada, a mocidade paranaense, indignada, brada, com voz retumbante, em um coro titanico :

Luz! A' esta palavra sublime, sinistra para os morcegos, os homens da politica estremeceem.

Luz ! E este brado ingente, proferido pelos lábios ardentes de milhares de moços esperançosos secundando as esperanças risonhas de milhares de crianças repercutindo por toda parte, ha de levar aos corações empedernidos de todos esses homens um pouco de remorso.

Luz ! E reconhecendo o seu crime execrando, e olhando para as suas consciencias, esses homens ficarão mudos mudos de horror !

Jâ vos dissemos destas columns, e, agora ,repetimos :

Então, oh homens da actualidade : não tendes filhos, não pensaes, por acaso no futuro? Não sabeis que a base mais solida do desenvolvimento da vossa Patria é a instrucção do povo ? Então porque é que vós, que d'aqui a alguns instantes haveis de desaparecer da terra, não cumpris o vosso dever como homens, como pais, ou como cidadãos ? Porque sois tão egoístas?

Sim ! Porque sois tão egoístas ?

Porque sois tão ambiciosos do poder ?

Maldição sobre vós !

Character ! Patriotismo ! Pudor !

Para onde fostes ?

Porque abandonastes assim a esses homens ?

Ou seriam elles que vos abandonaram?

Luz! Exigimos luz !

Luz para essas criancinhas innocentes !

Luz para o Povo !

Escolas ! Mestres! Livros ! Luz!

Luz ! em nome de vossos filhos I

Considerai que, si a Patria fôr desgraçada no Futuro, os vossos filhos partilharão dessa desgraça !

Só vós, enquanto vivos, sereis felizes !

Parece que sois discípulos de Luiz XV, parece que cada um de vós diz como elle: Depois de mim o dilúvio!

E o dilúvio virá, e o Povo cançado de soffrer, ha de fazer a Revolução!

Luz ! em nome da Liberdade !

Luz ! em nome da America !

Lu/.! cm nome da Patria !

Luz ! Luz ! em nome do Futuro ! (A IDEIA, 1889, n. 10, p. 1)

A palavra “Luz” foi insistentemente repetida pelos estudantes nesse trecho, como se estivessem implorando por ela ou gravando na memória do leitor. Novamente, expuseram o sentimento de amor à pátria e, devido a esse amor, defenderam que a luz era necessária ao bom futuro da pátria. Acusaram os políticos de não ofertarem aos moços as luzes necessárias, questionando-os se eles não compreendiam que instruir o povo era o meio mais sólido de desenvolver a pátria. Finalizaram o texto, clamando pela luz necessário ao tripé: liberdade, pátria e futuro.

Além dos artigos que discorriam sobre a educação, foram publicados textos de caráter patriótico, cuja intenção era desenvolver nos jovens leitores o sentimento de amor à pátria. Esse sentimento era essencial para educar cidadãos fiéis ao país, cuja consequência seria a

criação de uma nação unificada. Os textos patrióticos discorriam, basicamente, dois temas. Em alguns, apresentavam os marcos históricos da pátria, em comemoração. Em outros, enalteciam a figura de pessoas, os heróis da pátria, cujas práticas foram memoráveis e essenciais à nação.

Logo em seu primeiro número, publicaram o artigo de Silveira Netto, “O Brasil: 28 de setembro”, data que comemora a promulgação da Lei do Ventre Livre. Para os estudantes, esse foi o segundo passo para o fim da escravidão. O primeiro, segundo eles, foi em 1842, quando Euzébio de Queiróz fazia parar o tráfico negreiro. Então, morreu o imenso “[...] iniciador brasileiro, do maior brado d’este século, porém surgiu mais possante ainda, n’este enorme recando da América, outro vulto da humanidade, e em 1871, o venerado Visconde do Rio Branco deu o segundo golpe nas cadeias da escravidão” (A IDEIA, 1888, n. 1, p. 2).

A isto, acrescentaram que Rio Branco não só sustinha na frente o sigilo do dever, mas o seu crânio era uma “[...] cornucópia onde affagavão-se mutuamente as flores do amor da pátria e da liberdade e o seu coração era americano”. (A IDEIA, 1889, n. 1, p. 2). Ele era pai, cidadão e patriota: como pai não poderia ver escravizar o ventre de uma mulher; como cidadão e patriota, já havia cansado de baixar cabeça de vergonha pela situação em que a pátria se encontrava. Então, aos escravos, mais diretamente, aconselharam:

Oh raça, que acabais de sahir do desnaturado cativo : á vós, agora compete muito, trabalhar, para não deixarmos interromper a marcha do nosso caro Brazil. Sois cidadãos e brasileiros; hoje pertencemos a uma só nação : o amor de humanidade ja nos havia ligado perante a Natureza, e abolição nos ligou perante a sociedade; portanto o nosso labutar é sagrado, e o Brazil é grande, é immenso, mas precisa de muito esforço para sahir da ignorancia em que ainda jaz. (A IDEIA, 1889, n. 1, p. 3)

Os escravos só foram considerados cidadãos após a sua libertação. Enquanto cidadãos e membros de uma nação, deveriam, portanto, trabalhar pelo Brasil, pátria tão cara. Buscavam, assim, inculcar no ex-escravo o sentimento de amor à pátria, para que, compartilhando desse sentimento, continuasse trabalhado pela grande causa, que era a nação.

Alertaram que o Brasil precisava sair da ignorância. A solução apontada foi, novamente, a instrução, apontando o caminho: “De-se livros á mocidade, faça-se animais as artes, impulsione-se o trabalho, que elle será enorme como a imaginação de Colombo, elle será bello como o nosso delírio de amor” (A IDEIA, 1889, n. 1, p. 3). Como nos demais textos, o patriotismo e a instrução foram os principais elementos de persuasão utilizados no

texto para desenvolver no leitor a sensação de pertencimento à uma nação e para convencê-los de que a instrução os tornaria aptos para sua atuação enquanto membros dessa pátria.

Outro número em que publicaram marcos históricos foi o sexto. Nele, os estudantes comemoraram, em todo o número, o dia da emancipação política do Paraná da província de São Paulo, tornando-se uma nova província do Brasil imperial. Tratava-se, portanto, de um marco regional. Eles explicaram que não era um acontecimento histórico tão grandioso como o 14 de julho para os franceses, como o 13 de maio e o dia 7 de abril para o Brasil, entre outros. Apesar disso, argumentaram que para a província do Paraná, onde não se tinha realizado grandes fatos históricos, “[...] 19 de Dezembro é uma data notável, na qual se contém um acontecimento de grande importância, é uma data que deve ser festejada com entusiasmo por todos os paranaenses” (A IDEIA, 1889, n. 6, p. 1). Sobre as datas históricas, explicaram que todos os povos têm os seus grandes dias, cujo patriotismo reclama para si, se apossa, para neles se expandir. Entendiam que as datas históricas eram instrumentos utilizados pelo patriotismo, e que era importante ter memória.

Após essas considerações, começaram a narrar a história da emancipação política paranaense. Contaram eles que o Paraná, com todas as suas grandezas territoriais e recursos naturais, “poderia constituir por si só um grande Estado, livre, independente, rico, poderoso, [mas] era antes de 1853, há apenas 35 anos, uma simples comarca da província de S. Paulo” (A IDEIA, 1889, n. 6, p. 1). São Paulo, contudo, não era uma província adiantada como tornou-se no final do século. Então, reconhecendo a grandiosidade territorial, a maior aspiração de todos os habitantes da 5ª comarca, “[...] era de possuir um governo próprio, autônomo, que pudesse garantir-lhes o seu desenvolvimento material e intelectual, como provaram com diversas e repetidas petições dirigidas ao poder legislativo de então.” (A IDEIA, 1889, n. 6, p. 1).

Afinal, foi promulgada a Lei de 28 de Agosto, “o 13 de Maio da província do Paraná”, no qual desligavam da província de São Paulo a sua 5ª comarca, “denominada de *Paranaguá* e *Curityba*, constituiu della uma nova província, uma nova e fulgurante estrela da constelação brasileira, com o nome de província do Paraná, tendo por capital a nossa bella e progressiva cidade – Curityba” (A IDEIA, 1889, n. 6, p. 1). Em 19 de Dezembro do mesmo ano, era efetuada, com toda a pompa, com todo o jubilo popular, a instalação da nova província pelo seu 1º presidente, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos. (A IDEIA, 1889, n. 6, p. 1)

Assim, comemorava-se, no dia da publicação daquele número, 35 anos da transição para um governo provincial autônomo. Segundo eles, o Paraná era a mais nova província do Brasil, mas perguntavam-se porque o Paraná não tinha o mesmo desenvolvimento que a

província de São Paulo, “[...] nem tem acompanhado a marcha tão extraordinária, tão animadora d’essa sua irmã consanguínea”. (A IDEIA, 1889, n. 6, p. 1). Asseguraram que São Paulo era, naquele momento, a primeira província brasileira e o Paraná a última. Como resposta, entendia que talvez o povo paranaense era menos ativo, menos trabalhador e menos patriota que o povo paulista.

Reconhecendo, assim, a causa do problema, incentivaram seus leitores:

Paranaenses, imitae os paulistas!

Fazei como eles e o Paraná será um dos primeiros dos Estados livres do colosso Sul-Americano, quando se proclamar, brevemente, a Republica Federal Brasileira!

Trabalhai sempre pelo progresso da vossa província, da vossa Patria [...]

Cultivai á vossa custa o vosso espirito si o governo que se vos dá presentemente não vos faculta os meio para isso!

Quanto a grande questão do dia entre nós, quanto a carência de instrucção publica e á suppresao das escolas dos bairros, nós reconhecemos bastante nobreza nos paranaenses para não deixarem que seus filhos faleçam á mingua de instrucção, a mingua de luz ás portas do século da Liberdade. Que se faça Revolução, si fôr preciso; mas, que se obrigue a viver honestamente, do seu trabalho, a essa sucia de vadios de toda espécie que come dinheiro roubado do povo, e que se reforma a instrucção publica, para que ella possa satisfazer os seus elevados fins!

E tu, ó Mocidade, tu que vives de esperanças, velai sobre a única Deusa que deve ser adorada a Patria (A IDEIA, 1889, n. 6, p. 1)

Como de costuma, atribuíram à instrucção a ferramenta que ajudaria a garantir o progresso, agora da Província. Pela frequência com que, em seus textos, invocavam a educação como meio para salvação da pátria, consideramos que os estudantes estavam sob a influência dos discursos que estavam em voga no país de que somente por meio da educação o país seria salvo e alcançaria o desenvolvimento.

Os demais textos desse número foram dedicados a homenagear a província do Paraná. Azevedo Macedo, publicou um texto ufanista, que enaltecia os diversos elementos da província do Paraná, como, por exemplo, a sua natureza:

Serve lhe de tecto um céu paro, tão puro como a aurora de sua vida; adornam-lhe os campos geraes, que se desenrolam ao longe, formando como que um novo Sahara, mas um Sahara onde as caravanas não morrem a fome ou a sede sufocadas por nuvens de poeira ! Aqui e acolá montões do velhas pedras que parecem ruínas de antigas babilônias, aqui e acolá ribeiros e cascatas que descem das pedrarias! E effeito sublime, harmonia suave produzidos pelo céu puro e a verde savana sem fim, servindo um de face ao infinito no espaço e outro ao infinito na terra, n’esse cantinhoo bello do mundo! (A IDEIA, 1886, n. 6, p. 2)

Os textos que enalteciam, romanticamente, os elementos naturais da Pátria, ou, como neste caso, da província, refletem a educação cívico patriótica que os estudantes gostariam de transmitir aos leitores. Enaltecer os recursos naturais da pátria ou da província era um meio de valorizar o Brasil, sublinhando o que era próprio do país. Dessa forma, observamos, no período, um processo de valorização do que era nacional e regional, em detrimento da importância que se deu no país aos elementos estrangeiros. Enaltecer, de forma ufanista, os recursos naturais brasileiros ensinava os estudantes a amar seu país e tudo aquilo que a ele pertencia, criando, assim, uma unidade nacional, um sentimento de pertencimento e amor ao país.

Os estudantes prosseguiram discorrendo sobre a situação das letras na província. O autor do texto explicou que “[...] são cultivadas com gosto e esmero, notando-se já excelentes litteratos. A mocidade não se descuida dos livros, convicta de que ali existe o germen das grandezas” (A IDEIA, 1888, n. 6, p. 2). Porém, reconheceu que, apesar das inúmeras qualidades, seja nos seus recursos naturais, seja no investimento na educação e nas letras, a província tinha muito a progredir.

Explanou que fazia 35 anos que o Paraná havia se tornado província, e que o ano de 1888 foi o mais funesto, pois viram condenadas às trevas do espírito criancinhas sem número, homens querendo denegrir [sic] com a cegueira da ignorância o templo do futuro em que estavam prestes a entrar. O autor considerou um crime dos mais bárbaros que se possa cometer perante a civilização, a “abominável supressão das escolas que não justifica o nome de século das luzes que tem o nosso século” [...] (A IDEA, 1888, n. 6, p. 2). Ele finalizou o artigo com palavras de consolo: “Nada de esmorecer, minha patria ; se houver a realização do attentado de supressão das escolas, tereis a consolação de ver os homens arrependidos e o futuro batendo em suas portas para reclamar nobremente o que lhe pertence, o que lhe foi roubado !” (A IDEA, 1888, n. 6, p. 2).

No 7º número, primeiro do ano de 1889, os estudantes prestaram sua homenagem ao ano que findou, reconhecendo-os como um marco histórico da pátria. Explicaram que o 13 de maio “[...] maior facto histórico da nacionalidade Brasileira-, é um acontecimento hodierno. 1888 é uma data que permanecerá indelevelmente na Historia PER OMNIA SECUA SECULORUN” (A IDEA, 1889, n. 7, p. 1). Isso porque, durante aquele ano, a humanidade havia caminhado muito e “[...] um povo libertou uma raça, que viveu na opressão durante três seculos” (A IDEA, 1889, n. 7, p. 1). Porém, pontuaram que o ano de 1889 era o ano do centenário da Revolução Francesa e o centenário da Conjuração Mineira. Por isso, os

estudantes fizeram votos para que a pátria iniciasse em 1889 a obra grandiosa da sua regeneração.

No décimo número e no décimo terceiro, publicaram pequenos textos homenageando uma figura que, para eles, não era tão conhecida na história do país, como foi a do Visconde de Rio Branco, mas que marcou a história e era uma figura aclamada. Trata-se de Sena Madureira, do qual já mencionamos. Era um tenente-coronel do Exército que tinha prestígio e era amigo do imperador. Sobre ele, os estudantes discorreram, após alguns dias de sua morte:

Fazem hoje 21 dias, que victima d'um accesso pernicioso, falleceu no Rio de Janeiro o illustre cidadão e bravo militar tenente-coronel Antônio de Sena Madureira.

Do character altivo, independente e da mais fina tempera, esse distincto cidadão era o mais ousado e o primeiro dos combatentes pelos direitos da briosa classe militar, direitos que não devião ser postergados jamais !

Official distincto, soldado valente, e mais que tudo, personificação d'um character nobre e altivo o da honra militar, o denodado campeão dos direitos do exercito, conquistou a sympathia e a amisade do exercito brasileiro, dos seus irmãos d'armas, e a sua queda traça na phalange heróica dos combatentes ousados e altivos um sulco que muito difficilmente, por desgraça do exercito, será preenchido, porque, em geral, a corrupção do governo quebra a bella independência de character e a ousadia de quem julga ter direitos, em um paiz onde o direito não é respeitado.

O iliustre morto, muito e muito se salientou entre os seus companheiros, pois que era o altivo advogado da honra militar ; era para elle que se voltavam todos os olhares deste paiz, no momento em que erguia-se altivo e sobranceiro no meio da lucta para profligar os erros do nosso infeliz governo que pouco a pouco se despenca pelos degraus da immoralidatle.

Junto ao seu tumulo, as imagens inconsolaveis da Patria desgrenhada e da honra militar, velam o somno eterno de seu filho e de seu defensor, para quem se abriram as paginas immortaes da historia, e pelo qual se contrahiram muitos corações no revolver de amarga saudade !... (A IDEIA, 1889, n. 10, p. 2).

No 13º número, o oficial foi novamente homenageado. As homenagens calorosas ao oficial do Exército, sobretudo devido as suas ações em prol de sua classe, demonstram não somente a admiração dos estudantes pelo tenente-coronel, mas um apoio por parte deles ao Exército do Brasil.

Outro número em que os estudantes prestaram homenagem às personalidades brasileiras foi o décimo primeiro. Ele foi publicado em 1 de maio de 1889, isto é, foi o primeiro número após a data de comemoração do Dia de Tiradentes. Por isso, nesse número, os estudantes prestaram-lhe homenagens, com textos que enalteciam a figura de Tiradentes na primeira página do periódico. Dos textos, destacamos três, assinados por Conrobert Costa, Alfredo Pirajá, e um sem assinatura.

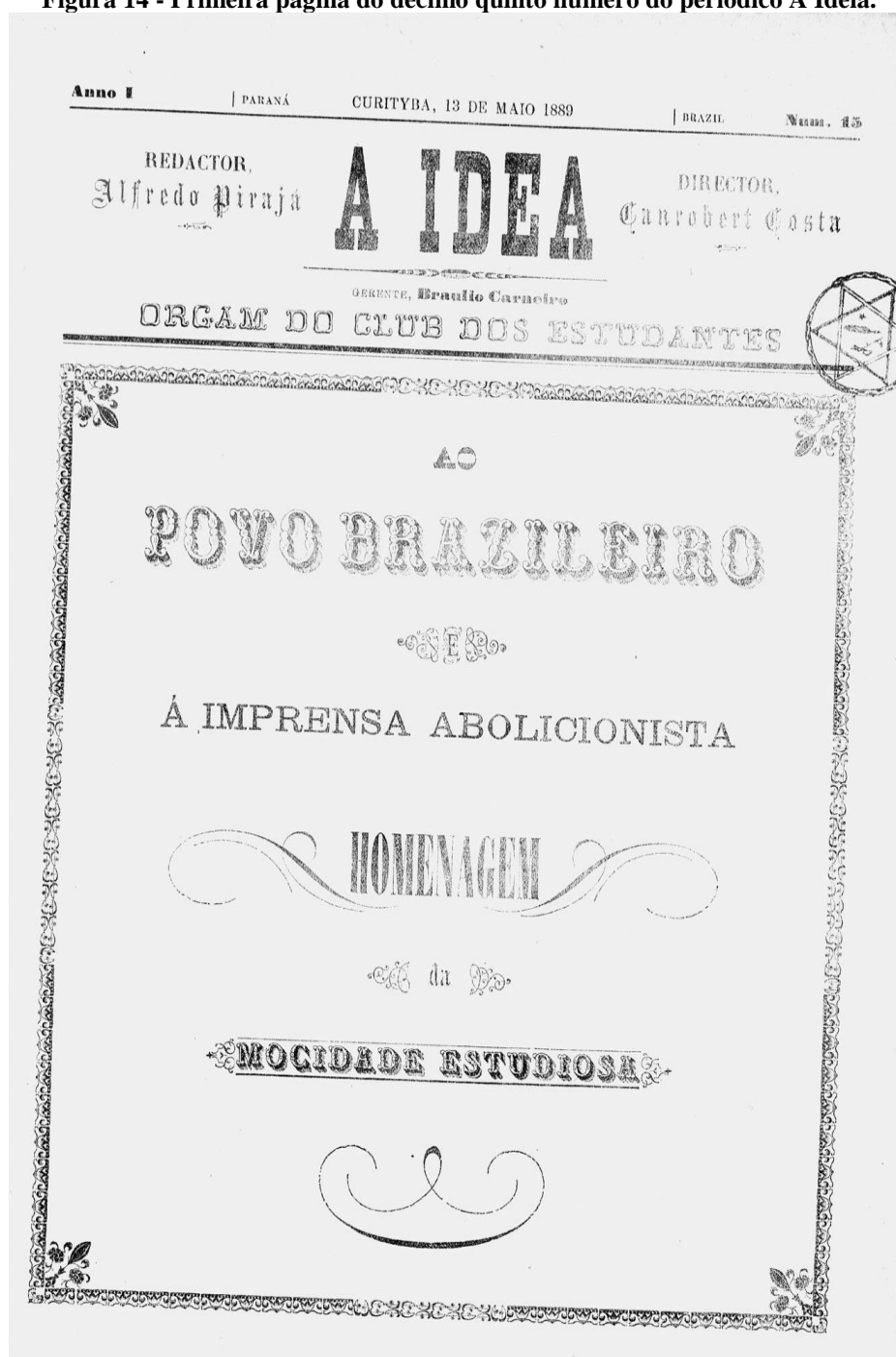
Conrobert Costa, em seu texto “Tiradentes”, elucidou que, quando chega a hora das reivindicações solenes, a hora em que o povo julga os desregramentos daqueles que usurpam a sua soberania, “o proto-martyr da nossa independência —Tiradentes, será o phanal que guiará seus passos; e, então, a memória deste patriota será saúdada por treze milhões de cidadãos livres, que terão de ver por cima de suas cabeças, o pavilhão sem nodos da nova patria” (A IDEIA, 1889, n. 14, p. 1).

Alfredo Pirajá, em “Tiradentes o glorioso”, afirmou que há quase um século rolou do alto do patíbulo a cabeça simpática do Tiradentes e um século era, para ele, bastante para ofuscar sua glória. Porém, assegurou que “[...] a gloria do enforcado libertador não será jamais efêmera, ha de perdurar sempre, ha de atravessar as columnas de seculos e conservar-se sempre radiante e luminosa” (A IDEIA, 1889, n. 14, p. 1). O autor considerava Tiradentes o homem mais sublime de todo o Brasil. Além disso, para Alfredo Pirajá, a liberdade alastrava-se paulatinamente, e incutia terror “na regia familia que tem feito somente a nossa depauperação social” (A IDEIA, 1889, n. 14, p. 1). Ao final, clamou que, em breve, constituiria-se a República, realizando-se o sonho dourado de Tiradentes.

O último texto que destacamos não foi assinado. De início, narrou o momento da morte de Tiradentes. Explicou que o dia 21 de abril de 1792 amanheceu triste, pois “[...] a liberdade ia perder um dos seus mais denodados defensores e o Brasil um dos mais ardentes patriotas. Quem era esse patriota? Quem era esse defensor da liberdade? – Era Tiradentes – o grande cidadão” (A IDEIA, 1889, n. 14, p. 1). Contou que, quando Tiradentes apareceu, estava impassível, sereno diante da morte, calmo como um filósofo, frio como um protesto. Então, após essas considerações, defendeu que Tiradentes estava morto, mas que tinha uma vida subjetiva no coração da pátria que tanto o amou.

A edição que se seguiu, de número quinze, foi novamente dedicada às comemorações. Conforme consta na figura de número 15, a data de publicação desse número foi 13 de maio, e, por isso, o jornal comemorou o primeiro ano da promulgação da Lei Áurea. Três textos foram publicados nesse número: “13 de maio”, de Conrobert Costa; “Duas datas glorificadas”, de Alfredo Pirajá; “O grande dia”, de J. de Santa Rita.

Figura 14 - Primeira página do décimo quinto número do periódico A Ideia.



Fonte: Imagem do 13º número do jornal *A Ideia*, presente na Hemeroteca Digital.

No primeiro, Conrobert Costa aproxima o 13 de maio com a sexta feira da Paixão de Cristo:

Sexta feira da paixão é o epílogo das torturas, que, segundo a Biblia, o Divino Mestre soffreu para remir a humanidade peccadora e para trazel-a ao bello caminho das crenças e da luz;—13 do Maio é o prêmio concedido aos que muito trabalharam, o phanal da vida dos—há um anno—novos cidadãos,

é a hóstia consagrada pela actualidade aos martyres do eito, é a bênção e abraço fraternal dados n'um povo roubado das sombras das florestas de seo paiz natal. (A IDEIA, 1889, n. 15, p. 2).

No texto de Alfredo Pirajá, o autor destacou duas datas que, para ele, se salientaram na história do Brasil: a primeira foi a data do martírio de Tiradentes, e a segunda foi a data a abolição da escravidão. Sobre a abolição, fez um adendo:

Aboliu-se o braço escravo que durante trezentos annos trabalhara, afim de sustentar os seus senhores com luxo e dignidade, porém não aboliu-se a monarchia, a soberania de um rei que não é responsável pelos seus proprios actos.

A abolição dos escravos [...] foi obra de um povo em cujas veias corria o sangue do patriotismo.

Salve, pois o Povo Brasileiro, que é o verdadeiro glorioso. (A IDEIA, 1889, n. 15, p. 2).

No início de seu texto, “O grande dia”, último texto dessa homenagem, J. de Santa Rita confessou que sentia-se feliz ao contemplar o povo brasileiro confraternizando por um motivo justo e generoso como a emancipação “[...] d’esta raça que há mais de tres seculos gemia no vergonhoso e hediondo captiveiro, no opróbio, na degeneração!” (A IDEIA, 1889, n. 15, p. 2). Em seguida, considerou que o dia mais glorioso de um país era aquele em que um povo de patriotas abraçava-se delirante de jubilo e entusiasmo, unidos pelo mesmo sentimento.

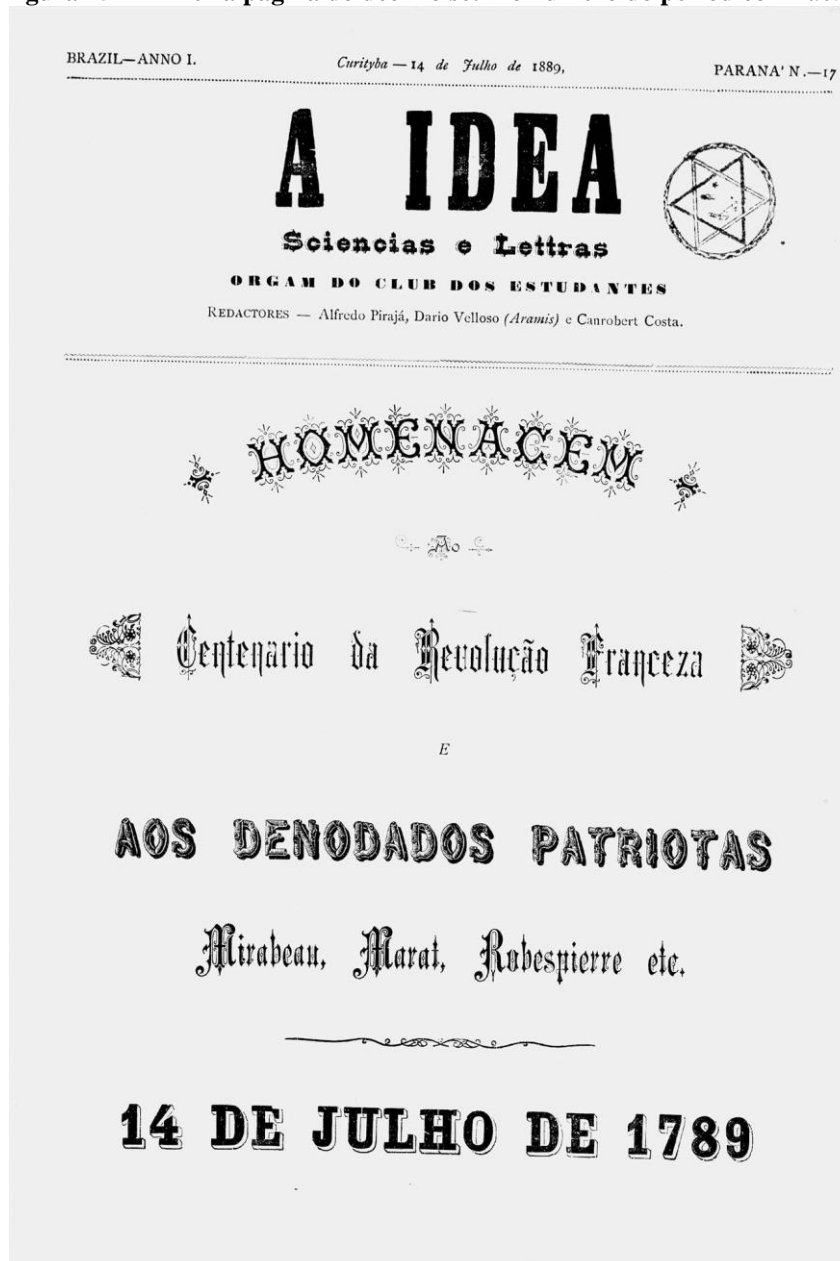
Então, indicou que, para ele, o dia mais glorioso do Brasil era o 13 de maio de 1888, e explicou o motivo de assim considerá-lo:

[...] dia em que a raça infeliz, que fora condemnada áo supplicio aviltante e lento da escravidão, póde emfim respirar livremente, e a mãe infortunada, mas nem porisso menos terna e menos mãe, chorou de alegria estreitando sobre o seu, o coração do filho, q’longos annos fora escravo e fora cousa. (A IDEIA, 1889, n. 15, p. 2).

Nos trechos, os estudantes comemoram orgulhosamente a data em que a escravidão foi abolida. Os trechos são ufanistas e apelam ao patriotismo, para comover seus leitores dessa que, para eles, era uma das mais importantes datas da história do Brasil. Destacamos o texto de Alfredo Pirajá, em que não minimizou seu desejo pela abolição da monarquia no Brasil. A defesa pelo republicanismo no Brasil era efervescente naquele contexto, e os estudantes não deixar de expressar essa efervescência e de participar ativamente em prol dessa causa em seus textos.

O último número desse periódico foi dedicado à comemoração do centenário da Revolução Francesa.

Figura 15 - Primeira página do décimo sétimo número do periódico *A Ideia*.



Fonte: Disponível do jornal *A Ideia*, na Hemeroteca Digital.

Como no número anterior, foram publicados três textos sobre essa data. O primeiro foi de Alfredo Pirajá, intitulado “A França”; o segundo, de Canrobert Costa, com o título “A grande Revolução”; o terceiro, assinado por Saldanha Sobrinho, intitulado “O passado e o futuro”. No primeiro, Alfredo Pirajá defendeu que os povos, assim como os indivíduos, têm sua infância, sua virilidade e sua decrepitude. Seria, pois, inútil pedir para uma criança não

creceu, assim como, para ele, seria em vão pedir a um povo não caminhar ou progredir. Dessa forma, entendia que assim havia ocorrido com a França, “[...] pois quiseram lhe vedar o progresso, ella galhardamente rompendo tudo, sorriu vendo os seus perseguidores guilhotinados” (A IDEIA, 1889, n. 17, p. 2). Assim, para Alfredo Pirajá, a Revolução Francesa, que, dentre muitas outras consequências, representava a queda da monarquia absolutista, significava progresso.

Conrobert Costa, em seu texto, enalteceu o patriotismo do povo francês durante esse evento. Iniciou explicando que, no dia 14 de julho, “[...] os povos civilizados de todos os continentes receberam o baptismo de luz, em meio dos muros derrocados dos castelos e dos gritos patrióticos da massa popular” (A IDEIA, 1889, n. 17, p. 1). Para ele, a data representava a luz, o sangue, o patriotismo, a cólera, a grandeza e a justiça. Então, afirmou que das ruínas da Bastilha levantou-se “hírenta, soberba de magestade, orgulhosa de seu poder, a figura da França que proclamava o direito de todos, o direito do homem e não cousa, o direito da liberdade do eu!” (A IDEIA, 1889, n. 17, p. 1).

Seguiu esclarecendo que o patriotismo do povo francês deitou por terra a coluna secular da monarquia, em cujo peso a nação vegetava. O sangue derramado pelo povo era considerado pelo autor como motivo de orgulho, pois “proclamou, como o symbolo da felicidade futura a Republica” (A IDEIA, 1889, n. 17, p. 1). Uma das consequências da revolução foi, então, a proeminência do povo. O autor finalizou o artigo pontuando o que aconteceu após essa revolução:

Mas, ah! felizmente para o futuro,- embora terminada a revolução maior da história, os seus efeitos estenderam-se pelos annos e perduram e perdurarão sempre, pelas proclamações de estados livres que desde então teem-se erguido no seio da historia, e continuar-se-hão a erguer-se, até, que o resultado mais completo da grande e civilisadora Revolução, seja attestado pela confraternisação universal dos povos livres, servidos pela fraternidade no embate das transações da vida, pela igualdade no administrar de seus direitos e pela liberdade completa no proferir o seu pensar, no discuir as suas ideias realizando assim o lemma augusto da bandeira que tremulou nos muros derrocados da Bartilha: - liberdade, igualdade e fraternidade! (A IDEIA, 1889, n. 17, p. 2).

A última data comemorativa publicada no jornal, data da Revolução Francesa, explicitou, dentre outras questões, o descontentamento com o regime monárquico, e, por sua vez, a defesa dos estudantes pelo regime republicano. Conforme foi possível observar, os estudantes defenderam o republicanismo em pequenos trechos dos artigos do jornal. Evidenciamos, até aqui, um investimento, por parte dos alunos, no patriotismo, e entendemos

que esse investimento tinha a intenção de preparar o povo para a República, pois esse novo regime exigia cidadãos que amassem sua pátria, que se orgulhassem dos seus marcos históricos e de seus heróis, e que, se necessário fosse, morressem pela nação. A educação tinha papel fundamental nesse processo, pois incutiria na mocidade, por meio da educação moral e cívico patriótica, o amor à pátria e os valores morais necessário a República, além de garantir a formação de trabalhadores nacionais capacitados à sua atuação profissional.

Em outros textos, a defesa pela República foi ainda mais explícita. Na seção “Cartas do Interior” do quarto número, Alfredo Pirajá enviou, de Castro, uma carta, explicando a situação do republicanismo naquela cidade. Ele narrou:

Um d’estes dias ouvi fallar em um grupo politico sobre republica. Parlavão muito, mas não dizião cousa com cousa. Os republicanos de Castro são três. Que vergonha para um povo de idéas inteiramente progressistas. Se Castro imitasse a villa de Tybagy, onde constituiu se um Club Republicano com 33 eleitores, seria muito bom, mas...

Inquestionavelmente após á extinção da vil instituição, que nos tornava barbados perante o mundo civilizado, é mister e até mesmo urgente que o Brazil liberte-se, que se respire livremente como respirão os demais paizes da America.

Até quando viveremos debaixo de um tão infame jugo.

Já devemos estar fatigadíssimos de tolerar os caprichos de um governo mentecapto.

Isto deve ter um fim, a idea democrática hade ir-se levantando paulatinamente e libertar totalmente a terra de Cabral. (A IDEA, 1888, n. 4, p. 3)

Alfredo Pirajá expressou seu descontentamento devido ao baixo número de eleitores que se declaravam republicanos na cidade de Castro. Então, argumentou que após a abolição da escravidão, era necessário que o país se tornasse livre, isto é, que o país aderisse a ideia democrática e alterasse o regime político monárquico, onde toleravam os caprichos do governo, para o republicano.

O próximo trecho que destacamos, está no número 5, no artigo “A resposta”. Nele, o autor sob o pseudônimo de Canabarro, respondeu a um artigo publicado no jornal “Estudante”, de Maceió, que discorria sobre a escravidão. Nessa resposta, o autor explicou:

Referindo-se aos outros democratas, que são abolicionistas innatos, o “Estudante” commete um cruel, uma ferina injustiça.

Dar o ephiteto de especuladores a homens que só visam a liberdade e o progresso de sua patria, o bem estar do povo, o direito garantido por leis que se cumpram; chamar de especuladores a pessoas que parece só viverem do patriotismo, que amam todas as grandes causas e odeiam a tyrannia, que

combatem pelo bem estar e pelo caracter de seus filhos: é um cumulo; é um montão de injurias e injustiças...

Basta: não tenho espaço sufficiente para combater, para refutar uma por uma todas as expressões do “Estudante”, mas termino affirmando-lhe, com convicção profunda, que o Advento da Republica será o advento da felicidade geral do paiz e particular de cada um dos seus filhos, será a aurora da verdade unida ao direito, da liberdade unida á moral, do bom senso unido ao desinteresse, da riqueza unida ao progresso, emfim, será o advento da regeneração politica d’um povo de idéas grandes e livres. (A IDEA, 1888, n. 5, p. 3).

Nesse trecho, o autor esclareceu que, para ele, um republicano tinha a característica de visar pela liberdade, o progresso da pátria, o bem-estar do povo, a garantia de liberdade e o cumprimento das leis, ser patriota, amar as grandes causas e odiar a tirania, combater pelo bem-estar e caráter de seus filhos. Assim, um cidadão republicano reunia em si todas essas boas qualidades. O estudante tinha plena confiança de que o advento da República seria o advento da felicidade geral do país e de todas as boas obras que ajudariam a regenerá-lo.

No texto “Mudança de governo”, publicado na seção “Campo político”, Alfredo Pirajá defende a autonomia e a liberdade do povo, o que demonstrava seu posicionamento acerca do regime político:

Quando um povo inteiro sob o véo do direito exige a sua autonomia, esta deve lhe ser dada, pois elle pede a que é seu.

Agora, que no Brazil principia a agitar-se com tenacidade o movimento libertador, é mister que nós, amantes do progresso, unamo-nos a elle, é mister que nós, representantes do futuro da nossa Patria, nos interesseemos por elle.

Libertamo-nos, progredirmos e civilisarmo-nos deve ser o maior desejo de nós todos, filhos do Brazil.

A primeira barreira já foi transposta no dia 13 de maio; sem dificuldade será transposta a ultima.

E então, respirando o ar benigno da liberdade, está fechado o livre das nossas aspirações!

Devemos tomar por espelho a França, sigamos as suas pegadas, jamais transviadas do caminho do direito e teremos conseguido o nosso desideratum.

Saibamos cumprir nossos papeis. (A IDEA, 1888, n. 5, p. 3).

O autor reconheceu a soberania do povo, e, devido a isso, defendia que se ele queria a liberdade, deveria ser dado. Então, encorajou os leitores, filhos do Brasil, a unirem-se ao povo na causa da libertação do país, para o progresso e para a civilização, que já havia se iniciando no dia em que os escravos foram libertos. Aconselhou que tomem como exemplo a França, que era um modelo reconhecido mundial pela derrocada do Império.

Nos jornais paranaenses, portanto, os estudantes expunham as questões de seu tempo, captadas a seu modo, e, por isso, demonstram uma atenção por parte dos estudantes com aquilo que os cercava e um engajamento com as causas que lhes eram importantes. Eles publicavam os temas que mais estavam evidentes no período: instrução, patriotismo e República. Esses três temas se relacionavam, pois a instrução, formal ou não formal, como salvadora da Pátria, inculcava nos estudantes o patriotismo, sentimento tão caro à consolidação República e sem a qual, poderia ruir. Os jornais cumpriram o papel de compartilhar e assinalar esses ideais, atuando como empresa educativa.

Nesse capítulo, analisamos os textos de caráter instrutivo publicados nos jornais estudantis de três províncias. Foi possível observar o engajamento dos estudantes com as questões educacionais de seu tempo, decorrente, sobretudo, do valor que a instrução adquiriu no momento. Sua participação com a causa da instrução ocorreu por meio da elaboração de artigos que falavam de instrução, e nos artigos que instruíam. Em qualquer um desses jornais, notamos, além da instrução, a marcante presença da literatura. Tamanha sua importância que os estudantes defendiam uma educação literária, isto é, uma educação que tinha por base a literatura, ou, em outras palavras, a literatura como um dos pilares da educação. Devido a isso, no próximo capítulo, apresentamos a literatura criada e publicada pelos estudantes, enfatizando suas características, temas e gêneros priorizados.

4. A LITERATURA INFANTO-JUVENIL DO SÉCULO XIX: OS TEXTOS LITERÁRIOS DOS JORNAIS ESTUDANTIS

Demonstramos anteriormente que, das intencionalidades dos jornais estudantis, uma delas era o de cultivar a literatura. A literatura tinha notoriedade nesses jornais, já que os estudantes produziram muitos textos literários autorais, adotando, para isso, diferentes gêneros literários. Poesias, contos, folhetins e crônicas foram os gêneros literários de maior destaque nos seis periódicos estudantis da década de 1870 e 1880. Seguiam a tendência da época, pois, conforme demonstramos com Martins (2015), esses foram os gêneros mais utilizados na imprensa durante o Império. Os estudantes acompanhavam, no contexto em que viveram, uma proeminência da literatura e eles não ficaram alheios a isso: criaram seus textos literários e divulgavam aos seus colegas nos jornais por eles próprios fundados.

Dada a importância da literatura para esses estudantes, ela é nosso objeto nessa seção. Dentre os gêneros literários por eles empregados, poemas e contos foram, numericamente, os mais escritos pelos estudantes. Intentamos investigar, nos poemas e contos, as características desses textos e as temáticas priorizadas. Além disso, discorreremos sobre o papel da literatura no século XIX, sobretudo após a década de 1870, que incentivaram os estudantes secundaristas a se dedicarem a produção literária com tanto afinho.

Consideramos a literatura, escrita e publicada pelos jovens estudantes em seus jornais, como um período importante da história da literatura infanto-juvenil brasileira, não como literatura infanto-juvenil propriamente dita, já que para ser assim considerada, os textos deveriam ser dotados de critérios que os enquadrem nesse gênero e, naquele momento, esses critérios nem haviam sequer sido pensados no Brasil. Porém, por seres textos criados pelos estudantes, tendo os estudantes como público alvo, foi fonte de leitura e escrita literária estudantil daquele período e não deve ser ignorada pela historiografia.

Enfatizamos, dessa forma, que a fase da escrita literária dos estudantes em jornais estudantis no século XIX pode compor a história da literatura infanto-juvenil brasileira como o período pelo qual os jovens brasileiros liam textos literários, escritos para eles por seus pares. No século XIX, portanto, em especial na segunda metade, os estudantes brasileiros liam textos literários por meio da leitura de jornais estudantis.

Diante disso, dividimos o capítulo em dois momentos: no primeiro, preocupamo-nos em pontuar, historicamente, possíveis motivos sociais e culturais que incentivaram os estudantes secundaristas à intensa produção de textos literários para composição de seus

jornais. Em seguida, apresentamos os poemas e os contos publicados nos periódicos estudantis, a escola literária com o qual orientavam-se, as características desses textos e os temas priorizados.

4.1. “No paiz aonde não poder existir jornal litterario, é porque n’esse paiz não se preza nem pode existir a litteratura”: A centralidade da literatura nos jornais estudantis

Uma das questões que buscamos responder, nesse subtópico, é o porquê de os estudantes darem caráter de centralidade à literatura em seus periódicos, a ponto de colocarem o cultivo literário como um dos objetivos do jornal. A prioridade do cultivo da literatura pode ser observada no quadro que segue, em que elencamos o título dos textos literários, sejam poemas, contos, anedotas, contos e romances em folhetins, entre outros, publicados número a número nos seis periódicos estudantes eleitos como fonte/objeto dessa pesquisa.

Quadro 15 – Títulos, autores e gêneros literários presentes nos jornais estudantis

A MOCIDADE - MARANHÃO			
Nº	Título do texto literário	Autor	Gênero textual
1	O Giaour	Byron	Novela em Folhetim
	A imprensa (A nova Redempção)	Carlos Pinho	Poema
	O homem	Paulo Pereira	Poema
	Duas corôas	Joaquim R. Gonçalves	Poema
2	O Giaour	Byron	Novela em Folhetim
	Um sonho	Paulo Pereira	Conto
	Desespero	Paulo Pereira	Poema
	Casemiro de Abreu	Luiza Amelia	Poema
	Tudo esquecêra	The tenth	Poema
3	O Giaour	Byron	Novela em Folhetim
	Canção do Exílio (paraphase)	Paulo Pereira	Poema
	Acróstico	Sem autor	Acróstico
	Motte e Gloza	João da Matta Rodrigues do Nascimento	Poema com mote e glosa
4	O Giaour	Byron	Novela em Folhetim
	Desalento	Sem autor	Poema
	Epistolas a Porporato	Sem autor	Poema
	Saudades	Alfredo E. P. D’Almeida	Poema
	Motte e Gloza	Tury Assú	Poema com mote e glosa
5	Amor e Caridade	Joaquim R. Gonçalves	Poema
	Epistolas a Porporato	Sem autor	Poema
	Motte e Gloza	A. G.	Poema com mote e glosa
6	O Giaour	Byron	Novela em Folhetim
	Ouve, Elvira.	F.	Poema
7	O Giaour	Byron	Novela em Folhetim
	Tu	Joaquim R. Gonçalves	Poema
	Lamentos	Kyrmaiu	Poema

	Protesto	A. Q.	
	Epistolas a Porporato	Sem autor	Poema
8	O Giaour	Byron	Novela em Folhetim
	Somno de virgem	Anisio	Conto
	Meu desejo	Follet	Poema
	Epistolas a Porporato	Sem autor	Poema
	A...	Carlos Pinho	Poema
9	A gruta – Holland-House	Arthur Rosa	Romance histórico
	Eu amo as tardes	J. Autor Pereira	Poema
10	O Giaour	Byron	Novela em Folhetim
	Anniversario	S.	Poema
	A mocidade	Almino Alvares Affonso	Poema
11	O Giaour	Byron	Novela em Folhetim
	A gruta – Holland-House	Arthur Rosa	Romance histórico
	Epistolas a Porporato	Sem autor	Poema
	Motte e Gloza	Barros d'Albuquerque Maranhão	Poema
12	À musa dos meus versos	S.	Poema
13	O Giaour	Byron	Novela em Folhetim
	Alice e o seu ideal	A. Britto	Conto
	Espera	Joaquim R. Gonçalves	Poema
14	Páginas Íntimas - Perguntas	Sem autor	Poema
	Incertezas	Sem autor	Poema
15	O Giaour	Byron	Novela em Folhetim
	Originalidades	M. S. da S. e F. Berduino Derfim de Souza	Cartas
	Páginas Íntimas – Se souberes	Sem autor	Poema
16	O Giaour	Byron	Novela em Folhetim
	Páginas Íntimas – Queixumes e Súplica	Sem autor	Poema
	Saudade	S.	Poema
	Não acredites, virgem	Sem autor	Poema
17	Rosa	Henri Boland	Conto
	À Marta	Follet	Poema
18	Páginas Íntimas – Corôa de virgem	S.	Poema
	Segredo	S.	Poema
	A minha estrela de amor	S.	Poema
	A flor e a madrugada	Joaquim R. Gonçalves	Poema
	Epithalamio	Antonio de Godoes	Poema
	A Ella	M. R. Guterres	Poema
19	Acudam os versistas	Zoilo	Folhetim
20	Acudam ao Zoilo – Dialogo cômigo-trágico	Aristarse	Folhetim
	Escuta!	Paulo Pereira	Poema
	Corre!	S. L.	Poema
	A certa poetiza	Raoul de Sabligny	Poema
	Sonhei com Zero...	Zoilo	Poema
	A. F.	B. S.	Poema
21	Resposta a Zoilo	Vero Zero	Folhetim

	A Biblia	Carlos Pinho	Poema
22	Videti si est dolor sie dolor Zoili – Dialogo cômico-trágico-phantastico	Aristarco	Folhetim
	Uma flôr	Carlos Pinho	Poema
	Sobre gostos	C.	Poema
23	Eu e tu	Paulo Pereira	Poema
	Viver, sofrer ou morrer!	Condivorth.	
24	O espelho de Chiquinha	Sem autor	Conto em Folhetim
	Paginas íntimas – Confidencia	S.	Poema
	A tua e a minha alma	S.	Poema
	Desejos	Paulo Pereira	Poema
	Á Ella	Alfredo Galvão	Poema
	Fiat Lux	Juvenio Auto Pereira	Poema
25	Meditações	Zain	Folhetim
	Um amor de poeta	Celso Amando	Conto
	Illusão Perdida	Orion	Poema
	Páginas íntimas – Sim ou não?	S.	Poema
	Quadrinhas	Joaquim R. Gonçalves	Poema
	Desalento	Mauricio Reis	
26	Visitas de Senhoras	Sem autor	Poema
	Um nome	C. Pinho	Poema
	Páginas íntimas – Hontem e hoje	S.	Poema
27	Regeneração	O.	Conto em folhetim
	Ou morrer ou ficar	S. L.	Conto
	Páginas íntimas – Barcarolla	S.	Poema
	Porque suspira?	M. S.	Poema
28	Porque suspiras?	M. S.	Poema
	Motte e Gloza	A. Britto	Poema
	Impressões da roça	Antonimo	Poema
29	Um sonho d'amor	Tito Mousinho	Conto em Folhetim
	A' A. V. S.	Eustaquio Pereira	Poema
	Esboço	Joaquim R. Gonçalves	Poema
REVISTA JUVENIL - MARANHÃO			
1	Meu amor?	C.	Poema
2	Páginas íntimas – Enlêvo e gratidão	S.	Poema
	Seu retrato	C.	Poema
	Escuta!	S.	Poema
3	Páginas íntimas – Sub Tegnne Fagi. (Fantasia.)	S.	Poema
	Esperança	Xisto	Poema
4	Tu	Sem autor	Poema
5	Sem título	M.	Poesia
6	A pedido	O Pagê	Análise de poemas
	A'. M.	P. L.	Poema
	Ensaio	Plinio	Conto
7	Ensaio	Plinio	Conto
	Sem título (na sessão Variedade)	Sedemihera	Conto
	A M.	P. L.	Poema

	Estancias	Sem autor	Poema
8	Ensaio	Plinio	Conto
	A M.	P. L.	Poema
	A' uma jovem	L. M.	Poema
9	Bernardo Trancavello	Lavaléé	Conto em Folhetim
	Sem título (na sessão Variedade)	Nozuilelm	Conto
	Minh'alma	Y.	Poema
	Á M.	P. L.	Poema
	Os olhos d'ella	M.	Poema
	Desejos	J. S.	Poema
10	Bernardo Trancavello	Lavaléé	Conto em Folhetim
	Um casamento infeliz	Tossan	Conto
	Paraphrase	Alfredo Galvão	Poema
	Acróstico	V.	Acróstico
	Poesia	M.	Poema
	O teu nome	V.	Poema
11	Amor infeliz	Toti Nhozimou	Poema
12	Poesia – Amizade	G. Tell	Poema
	A D.	Alfredo Galvão	Poema
O ASPIRANTE – RIO DE JANEIRO			
1	Sem título	Simas Junior	Poema
	Porvir	Augusto Diniz	Soneto
	Soneto	Sem autor	Soneto
	Ao Lyceo	Augusto Diniz	Poema
	Um pé	Sem autor	Poema
2	O homem e a natureza	J. Duarte dos Santos	Folhetim
	Um modelo – Jenny – A Ramalheteira	Sem autor	Conto
	Nova luz, Nova razão	Bethencout da Silva	Poema
	A's alumnas	Bethencout da Silva	Poema
	Poesia oferecida por José Duante dos Santos	José Duantes dos Santos	Poema
3	O homem e a natureza	J. Duarte dos Santos	Folhetim
	Urzes e Cruzes – A extradicção	Sem autor	Folhetim
	Um modelo – Jenny – A Ramalheteira	Sem autor	Conto
	A's alumnas do Lucêo	Augusto Quintella	Poema
	Proverbios	Sem autor	Provérbios
4	Urzes e Cruzes – A extradicção	Sem autor	Folhetim
	11 de outubro	Arlindo Nabuco Cirne	Poema
	Secção humorística	Sem autor	Proverbios e anedotas
	Um modelo – Jenny – A Ramalheteira	Sem autor	Conto
5	O homem e a natureza	J. Duarte dos Santos	Folhetim
	Urzes e Cruzes – A extradicção	Sem autor	Folhetim
	Secção humorística	Sem autor	Proverbios e anedotas
6	Laura e Raul	Augusto Quintella	Conto em Folhetim
	Um modelo – Jenny – A Ramalheteira	Sem autor	Conto
	Secção humorística – A mulher	Arthur Briggs	Poema
	Secção humorística	Autores variados	Provérbios
7	O homem e a natureza	J. Duarte dos Santos	Folhetim

	Ao Sol	Julieta Monteiro	Poema
	A escola	Paula Barros	Poema
	Secção humorística	Sem autor	Provérbios
8	-	-	-
9	O homem e a natureza	J. Duarte dos Santos	Folhetim
	Secção humorística	Sem autor	Provérbios e anedotas
10	Educação da mulher	Elysio Macrine	Folhetim
	Motte e Gloza	Tolentino	Poema com mote e glosa
11	O homem e a natureza	J. Duarte dos Santos	Folhetim
	Fleugma inglesa	Sem autor	Anedota
	Canção	François Seul	Poema
12	Educação da mulher	Elysio Macrine	Folhetim
	Secção humorística	Autores variados	Poema com mote e glosa, provérbios, pequenos contos e anedotas
13	Educação da mulher	Elysio Macrine	Folhetim
14	Educação da mulher	Elysio Macrine	Folhetim
	Secção humorística	Autores variados	Adivinhas, máximas morais
	Secção humorística – Ella	Sem autor	Poema
	Secção humorística – A’ ti ingrata a ti que...	M. du Bucage	Poema
	Soneto	N. T.	Soneto
CHRYSALIDA – RIO DE JANEIRO			
2	O pequeno musico	T. P.	Conto em folhetim
	O escolar answer	Felicia Cardoso	Anedota
	Sem título	Celsa Freira	Anedota
	Luiza	Laura Cardoso	Pequeno conto
3	O pequeno musico	Sem autor	Conto em folhetim
	Seção “Variedades”	Autores variados	Provérbios, anedotas e pequenos contos moralizantes
	Seção “Album”: Oração de uma filha	Sem autor	Poema
4	O pequeno musico	T. P.	Conto em folhetim
	O oceano	Felicia Cardoso	Pequeno conto
	Um advogado de Paris	Celsa Freire	Pequeno conto moralizante
	Um amigo	Maria Olympia	Pequeno conto
	Seção “Dictos e pensamentos agudos”	Anezia Santos e Celestina B	Dois pequenos contos
	Máximas	Autores variados	Provérbios
	Seção “Album”: Gratidão	Maria da G. Lessa P. da Silva	Poema
5	O pequeno musico	T. P.	Conto em folhetim
	O joven armênio	Maria Olympia	Pequeno conto moralizante
	O doge de Veneza	Joaquina Pizarro	Anedota
	Os dois cobertores	Maria da G. Lessa P. da Silva	Pequeno conto moralizante
	Seção “Dictos e pensamentos agudos”	Autores variados	Três anedotas

	Seção “Máximas”	Autores variados	Provérbios
6	A sepultura de Carolina	Lemos Magalhães	Poema
	Em casa do visinho	Sem autor	Conto
	A tarde	Felicia Cardoso	Conto
	O throno do califa	Joaquina Pizarro	Anedota
	Lance de dedicação filial	Maria Olivia	Pequeno conto moralizante
	O arbusto e a neve	Ezilda Freire	Pequeno conto moralizante
8	Em casa do visinho	Sem autor	Conto
	Polidez	Joaquina Pizarro	Pequeno conto moralizante
	Nobre vingança	Judith Simas	Pequeno conto
9	Perfil	Sem autor	Poema
	Em casa do visinho	Sem autor	Conto
	Modelo de paciência	T. P.	Pequeno conto moralizante
	A sede	Felicia Cardoso	Pequeno conto moralizante
	O segredo das cartas de família	Maria da G. Lessa P. da Silva	Pequeno conto
	Seção “Dictos e pensamentos agudos”	Autores variados	Quatros contos moralizante e anedotas
15	O ninho	T. P.	Folhetim
	Perfil	Sem autor	Poema
	O mas	B. de M.	Poema
	Seção “Dictos e pensamentos agudos”	Autores variados	Três anedotas
16	A’ Augusta Princesa Regente	Sem autor	Poema
	A’ Augusta Princesa Imperial Regente	B. de M.	Poema
17	O ninho	T. P.	Folhetim
	Perfil	Sem autor	Poema
	Seção “Dictos e pensamentos agudos”	Autores variados	Sete anedotas
18	Perfil	Sem autor	Poema
	O ninho	T. P.	Folhetim
	Seção “Dictos e pensamentos agudos”	Autores variados	Seis anedotas e pequenos contos
19	O ninho	T. P.	Folhetim
	Perfil	Sem autor	Poema
	Seção “Dictos e pensamentos agudos”	Autores variados	Seis anedotas e pequenos contos
	Seção “Album”	Sem autor	Poema
20	O ninho	T. P.	Folhetim
	Perfil	Sem autor	Poema
	Seção “Dictos e pensamentos agudos”	Autores variados	Quatro anedotas e pequenos contos
25	Um raio de sol	T. P. Filha	Folhetim
	Perfil	Sem autor	Poema
	O pregador lacônico	Sem autor	Anedota
	Epitaphio	Sem autor	Anedota
	Antipatia conjugal	Sem autor	Anedota
	O padre eterno	Sem autor	Anedota

	Cavallo velhíssimo	Sem autor	Anedota
	Fox e seu messias	Sem autor	Anedota
	O soldado theologo	Sem autor	Anedota
	O judeu adelo	Sem autor	Anedota
	Lição de ortografia	Sem autor	Anedota
	Pergunta e resposta	Sem autor	Anedota
	O pudor das mulheres	Carolina Duque Estrada	Provérbio
	Seção “Dictos e pensamentos agudos”	Autores variados	Onze anedotas e pequenos contos
	A folha	Sem autor	Poema
	Belleza verdadeira	Sem autor	Poema
	A borboleta	Sem autor	Poema
29	Um raio de sol	T. P. Filha	Folhetim
	Perfil	Sem autor	Poema
	Um bom coração	Carolina Duque Estrada	Pequeno conto moralizante
	Seção “Dictos e pensamentos agudos”	Autores variados	Quatro anedotas
32	As ruínas do velho castello	Sem autor	Folhetim
	Perfil	Sem autor	Poema
	Gratidão do rei	Sem autor	Conto
	O almanack	Laura Cardoso	Anedota
	Seção “Dictos e pensamentos agudos”	Autores variados	Quatro pequenos contos e anedotas
A OPINIÃO - PARANÁ			
1	A opinião	Azevedo Macedo	Poema
	O homem	Azevedo Macedo	Poema
	O livro	Silveira Netto	Poema
	O Orphão	J. T. Guimarães	Conto
	Sem título	Pomponio	Conto
2	A tempestade	Aramis	Poema
	A flor	Silveira Netto	Poema
	Morre	B de Serrona	Poema
	Devanei	Sem autor	Conto
	Serenata	Julio T. Guimarães	Conto
	Charadas	Sem autor	Charadas
3	Ao poeta L. Correia	B. V.	Poema
	Realidade	Aramis	Poema
	Ella	Silveira Netto	Poema
	Recoração	Porthos	Poema
	A camponesa	Sem autor	Conto
	Pensativo	A. P. Oliveira	Conto
4	A escravidão	Azevedo Macedo	Poema
5	Recordações	A. P. V.	Conto
	Em um jardim	Julio T. Guimarães	Conto
	O romper da aurora no inverno	F. N.	Conto
6	A primavera	Aramis	Poema
	Passeio matutino	A. P. P.	Conto
	No lodo	Benedicto Vianna	Conto

7	A' Dulce	Aramis	Poema
	Cousas do mundo	Julio T. Guimarães	Conto
	Eleonora	Julio Guimarães	Conto
8	Soffrimento	Aramis	Poema
	Fragmento	Mac Wild	Poema
	Paysagem Movei	Labinna (S. O.)	Conto
	Amor	D'Herblay	Conto
A IDEA - PARANÁ			
1	Desalento	Alberto Guimarães	Poema
	Dolor	J. de Santa Rita	Poema
2	Tem pena de mim	Aramis	Poema
	Depois do pecado	Silveira Netto	Poema
	Desalento	Alberto Guimarães	Poema
	A violeta	S. S.	Pequeno conto
3	As criancinhas	Saldanha Sobrinho	Conto
	Mariposa	Aramis	Poema
	Supplicas	Porthos	Poema
	Os exames	Theodomiro	Poema
4	Constraste sublime	Silveira Netto	Poema
	Crepusculo da aurora	Aramis	Poema
	Descrença	Porthos	Poema
5	Não sorrias	Aramis	Poema
	Escuta	Porthos	Poema
6	Parana'	Leoncio Correia	Poema
	Saudade	Aramis	Poema
7	A Gazella	Luiz Guimarães	Poema
	Atravez das folhas e das flôres	Sem autor	Conto
	Ultimo adeos	Aramis	Conto
	Suplicca	Porthos	Poema
8	Amor	Wenceslau de Queiroz	Poema
	O lavrador	A. M.	Conto
	Sonhando	Bertram	Poema
	O dever religioso	Silveira Netto	Poema
	Devaneio	Carlos do Nascimento	Pequeno conto
	Trevas e luz	Porthos	Poema
9	N'um álbum	V. Brigido	Poema
	Rosa morena	Saldanha Marinho	Conto
	A' Lady Caroline	Aramis	Poema
	O estudante	Silveira Netto	Poema
	Ambição de moço	Sladanha Sobrinho	Conto
	Saudade	Porthos	Poema
	O Castello	Servulo Gonçalves	Conto
	Idyllio	Alexandre Fernandes	Poema
10	Zaira	Aramis	Folhetim
	Noites de agosto	Olavo Bilac	Poema
	O pranto e o riso	Azevedo Macedo	Conto
	Louquinha	Hugo Leal	Poema

	Fructas e rosas	Raymundo Correia	Poema
11	A minha bela	Aramis	Poema
	Pensando	Manuel Pernetta	Poema
	A noiva	Gonçalves Crespo	Poema
	Epigrammas – A mulher	A.	Epigrama
	Tudo	A. M.	Poema
12	A humidade e a guerra	Azevedo Macedo	Romance em Folhetim
	I - Vozes do sceptico/ II – Vozes do errante	Aramis	Poemas
13	A humidade e a guerra	Azevedo Macedo	Romance em Folhetim
	A logica da pólvora	Domingos Nascimento	Poema
	Serenata	Aramis	Poema
	O artista	Silveira Netto	Conto
14	Um cinzelador	Luiz Delfino	Poema
	Alvares de Azevedo	Felix da Cunha	Poema
	Quadro	Aramis	Poema
	A humidade e a guerra	Azevedo Macedo	Romance em Folhetim
15	Esplendida autora	Aramis	Poema
	O rio azul	Alberto Oliveira	Poema
	Rio Abaixo	Olavo Bilac	Poema
	N'um álbum	T. Lobo	Conto
16	Desalento	Manoel Pernetta	Poema
	Cantemos	T. Lobo	Conto
	Tumulo acneo	Raymundo Correa	Poema
	No leito	Aramis	Poema
	A humidade e a guerra	Azevedo Macedo	Romance em Folhetim
	A' uns anos	Alberto de Oliveira	Poema
17	Victimas da inquisição	Bertram	Folhetim
	Sem título	Olavo Bilac	Poema
	Fervet amor	Gonçalves Crespo	Poema
	A' uma cantora	Raymundo Correia	Poema
	O enterro de uma fada	Wenceslão de Queiroz	Conto

Fonte: Quadro organizado pela autora a partir dos textos literários nos jornais *A Mocidade*, *Revista Juvenil*, *O Aspirante*, *Chrysalida*, *A Opinião* e *A Idea*.

Pelo quadro, constata-se que o objetivo proposto pelos estudantes de que os jornais estudantis fossem espaço para cultivo literário foi cumprido. Em apenas um único número, do jornal *O Aspirante*, não foi publicado textos literários. Os jornais literários foram, portanto, meio de compartilhamento de textos literários escritos pelos estudantes ou por literatos do período, bem como serviu de fonte de leitura estudantil. Boa parte dos textos eram poemas e, em seguida, os contos. Em virtude do número expressivo de textos literários e dos limites desse trabalho, não foi possível analisar a totalidade dos textos. Por esse motivo, priorizamos os de maior expressão.

Muitos motivos e influências podem ter levado os estudantes secundaristas a elegerem a literatura como prioridade em seus jornais. Para nós, consideramos três causas como decisivas: o ensino essencialmente humanístico que recebiam nas instituições de ensino secundários e nas aulas avulsas que frequentavam; a popularidade que a literatura adquiriu naquele período, em especial por ser posta a público na imprensa (maior veículo de disseminação de ideia no período); a literatura se tornar sinônimo de inteligência, erudição e, sobretudo, de civilidade.

Demonstramos anteriormente, por meio dos pressupostos de Haidar (1972), a histórica formação humanista dedicada aos estudantes secundaristas durante o Império. Para nós, a formação eminentemente literária e clássica dos cursos secundários pode justificar a predileção desses alunos pela escrita literária nos jornais estudantis. Rosa Fátima de Souza (2019) corrobora que a instrução secundária, no século XIX, designava um tipo de ensino voltado para a formação das elites, estreitamente vinculado ao acesso ao ensino superior, e, por isso, assumiu caráter humanista. Esse nível de ensino foi organizado com uma proposta de ensino similar ao da educação francesa, que, segundo André Chervel e Marie-Madeline Compère (1999), predominou por quatro séculos e pertencia às chamadas humanidades. As características do ensino das humanidades foram ilustradas por eles como um ensino apoiado em textos de longa tradição e sobre a língua necessária à comunicação, à persuasão, que eram suportes indispensáveis do pensamento. Essa língua, conforme defenderam, integrava o indivíduo em uma elite, em uma nação e em uma cultura.

No Brasil, a característica do ensino das humanidades pode ser constatada nas leis que orientavam o ensino secundário no período imperial. A Reforma de Couto Ferraz (1854) vigorou até a década de 1870, momento em que os jornais maranhenses foram publicados e, por isso, incidia diretamente as diretrizes nas instituições que frequentavam os estudantes secundaristas. Nessa reforma, previa-se que a instrução pública secundária ofertada no Colégio de Pedro II e nas aulas públicas existentes deveriam ser compostas por cadeiras de línguas como latim, grego, inglês, francês e alemão, de filosofia racional e moral, bem como de retórica e poética, que compreendia o ensino da língua e da literatura nacional⁶³, atestando a formação humanista, e, sobremaneira, literária que os estudantes secundaristas recebiam. Na década de 1880, no decreto de Leôncio de Carvalho (1879), essa formação literária se manteve, e, concomitantemente, passou a prever disciplinas para a formação do trabalhador

⁶³ Previam, além destas, duas cadeiras de história e geografia “em que o professor de uma cadeira ensinava a parte antiga e médias dessas matérias, e o professor da outra, a parte moderna, com especialidade a história e geografia nacional); uma cadeira de matemáticas elementares e duas de ciências naturais.

nacional, como a disciplina de “Noções de physica, chimica e historia natural, com explicação de suas principaes applicações á industria e aos usos da vida” (BRASIL, 1879).

O Regulamento do Colégio de Pedro II, de 1881, instituição modelar às demais instituições de ensino secundário imperais, revela a formação literária que recebiam. Previa-se que o ensino nesse colégio seria composto, além de muitas outras, por cadeiras de português e história literária, língua francesa, italiana, alemã, inglesa, o latim e o grego, retórica, poética e literatura nacional. A distribuição das matérias pelos diversos anos do curso é enfática acerca da formação literária. Teriam, em português, durante o curso, atividades de leitura, recitação e análise de trechos de prosadores e poetas brasileiros, do século XIX, XVIII, XVII, XVI. Leitura, recitação, análise e conversação eram previstos, igualmente, às línguas francesa, inglesa, alemã, italiana, bem como para o Latim e o Grego. Em literatura nacional, no sexto ano, por exemplo, estudavam o histórico de diferentes fases da literatura brasileira e teciam juízo crítico dos principais poetas e prosadores designados pelos professores (BRASIL, 1881).

Outro motivo que, para nós, conduziu os alunos ao cultivo da literatura foi a efervescência literária brasileira no século XIX, sobretudo após a introdução e consolidação do Romantismo no Brasil. José Veríssimo (1915) explicou, em seu conhecido livro *História da Literatura Brasileira*, o que significou o movimento romântico no Brasil:

A LITERATURA QUE SE escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa. É isto absolutamente certo desde o Romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política. (VERÍSSIMO, 1915, p. 4).

No momento em que escreveu o livro (1915), Veríssimo considerava que a literatura que se escrevia no Brasil não se confundia mais com a literatura portuguesa e que assim foi feito desde o Romantismo, quando, para ele, aconteceu nossa emancipação literária. O autor mostrou, portanto, que foi no período conhecido como Romantismo, cuja presença mais marcante esteve entre 1830 e 1870, que a literatura no Brasil começou a ser escrita, com relativa originalidade, o que significou que alcançamos nossa emancipação literária de Portugal.

Trataremos, particularmente, do movimento romântico adiante. O que nos interessa, nesse momento, é mostrar que, no período do Romantismo brasileiro, os autores que aqui viviam arregaçaram as mangas para produzir textos literários que priorizavam as características nacionais, renegando a literatura clássica portuguesa. Suas produções eram

publicadas nos periódicos e adquiriram popularidade e estima entre os leitores brasileiros. Enfatizamos anteriormente que no período do jornalismo literário (ARNT, 1990) o jornal foi o espaço encontrado pelos literatos para disseminar suas produções literárias. Isso acontecia devido ao fato de o jornal popularizar-se naquele contexto como principal meio de comunicação, fazendo com que os textos tivessem maior alcance. O jornal era um instrumento barato de ser publicado e, por isso, muitos jornais literários foram criados. Os estudantes, vivendo esse período de efervescência literária nos jornais, inseriram-se nesse processo, elaborando seus periódicos em que publicavam seus próprios textos literários. O jornal foi o melhor caminho encontrado pelos estudantes secundaristas para divulgar a sua literatura, a exemplo do que faziam os autores do período.

Nesse momento, tal foi a importância da literatura que se proliferou um considerável contingente de associações literárias, espaço em que os escritores se reuniam para discutir e produzir literatura, além de outras pautas. Essas associações respiravam literatura e assumiram, além disso, um papel político, já que debatiam questões políticas e os problemas da pátria. Muitas associações criavam seus periódicos para divulgar os seus trabalhos, como faziam nossos estudantes secundaristas. Conforme mencionamos, o jornal *A Mocidade* não declarou explicitamente a qual associação pertencia, porém pela frequência com que noticiavam eventos das associações *Recreação Litteraria* e *Atheneu Maranhense*, julgamos que os estudantes que redigiam esses periódicos eram sócios delas. A *Revista Juvenil* era gerida pela *Sociedade União Juvenil*. O jornal paranaense *A Opinião* publicava notícias do *Club Litterário Dr. Pedrosa*, o que pode ser um indicativo da associação ao qual seus estudantes pertenciam. O jornal paranaense *A Idea*, pertencia a associação literária *Club dos estudantes*.

Os alunos do Maranhão explicaram as justificativas para a criação das sociedades literárias:

A mocidade porém, a despeito da indiferença com que de tão santa causa cura o governo, atira-se com fervor ao estudo, em busca do brilhante horisonte, que ella divisa. Procura todos os meios de intruir-se, e quasi todos os dias vemos fundarem-se sociedades litterarias, cujo fim é a instrucção dos seus jovens fundadores. Grande numero de jornaes litterarios tem apparecido á luz da publicidade, e seus colloboradores são, na maior parte, moços estudantes, que procuram na imprensa o campo vasto, em que a intelligencia pode obrar livremente. É nobre e sublime o empenho da mocidade brasileira !...

Instrucção, muita instrucção, e do que necessitamos. Não esmoreçamos, pois: trabalhemos com todas as forças e mais um pequeno esforço a gloria

será nossa. Não esqueçamos jamais o entusiastico brado de Byron —Away!
– Away! (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 8, p. 2)

Para esses estudantes, as sociedades literárias foram criadas como meio de os estudantes se instruírem, como um lugar onde poderiam complementar os estudos, já que o governo tratava a educação com indiferença. Por isso, a função dessas sociedades era a instrução daqueles que as fundaram. O produto dessas sociedades literárias eram os jornais literários, obra de estudantes que encontravam nos jornais um espaço em que “a inteligência pode obrar livremente”. Esses jornais eram, dessa forma, espaços em que os estudantes estavam livres para escrever, para cultivar sua inteligência, como mais um caminho para sua instrução.

Outra prática das associações maranhenses, além de publicar seu jornal, era a de dissertar e defender teses perante os outros sócios. Os temas eram distribuídos aos sócios, que deveriam criar um texto sobre o tema e, em seguida, apresentar em uma sessão da sociedade. Nos dois jornais maranhenses os estudantes anunciavam quando ocorreriam as sessões com discussão de tese pelos sócios da sociedade. No jornal *A Mocidade* de número 5 e 6, por exemplo, publicaram a tese de Arthur Rosa sobre a amizade, do qual já apresentamos.

O Club dos Estudantes, associação do Paraná, no artigo 1º de seus estatutos⁶⁴, previam que “O Club dos Estudantes tem por fim geral tratar dos interesses da classe estudantil, quer pela palavra, quer pela imprensa, trazendo sempre a divisa: a *união é força*” (A IDEIA, 1888, n. 1, p. 2, grifo do jornal). Envolveram-se, por exemplo, nas reivindicações relacionadas aos exames gerais, que era de interesse da classe estudantil: “Os estudantes de humanidades d’esta capital vão dirigir uma representação a S. Ex. o Sr. Ministro do império, pedindo o restabelecimento de duas épocas de exames preparatórios. A redação já foi aprovada em sessão do Club dos estudantes. Logo a publicaremos.” (A IDEIA, 1888, n. 2, p. 4).

Além de trabalhar em prol da classe estudantil, a associação literária paranaense trabalhava em prol da literatura:

Como um dos complementos do tal movimento litterario, é que fundou-se o Club dos Estudantes, cujo fim é fomentar a união dos estudantes de preparatórios da província e tratar dos interesses da classe.

Embora, na apparencia, o fim a que se propõe o Club dos Estudantes parece nada ter com a litteratura, vê-se, porém, que com a fundação deste jornalsinho, elle é um dos pugnadores do gosto litterario. (A IDEIA, 1888, n. 1, p. 2).

⁶⁴ Os estatutos desse clube foram publicados na íntegra do periódico *A Idea*.

Mesmo que o fim da sociedade fosse trabalhar em prol dos interesses da classe, a sociedade era um complemento do movimento literário do século XIX. Além disso, delimitaram que, especialmente por meio do jornal, debateriam a literatura. O jornal, que era produto das sociedades, pugnava pelo gosto literário. Portanto, o jornal era o setor da sociedade literária que ficava responsável pela literatura. Os estudantes argumentaram que unirem-se em associações era um meio mais fácil de cultivar instrução e literatura, pois várias pessoas trabalhavam para um mesmo fim:

Club dos Estudantes

Tem-se observado no Paraná um movimento no sentido litterario, que será fecundo em bons resultados. A fundação de sociedades literárias traz dous resultados de alto alcance para o meio em que vivemos.

Os homens unem-se, procurando trabalhar em commum para repartirem a instrucção litteraria entre si; e o gosto pela litteratura, coisa rara, espalha-se pelo povo. [...]

Elles [os estudantes], hoje, procuram trabalhar juntamente, como os membros d'uma mesma familia ou como os obreiros d'uma mesma officina ; uns procuram guiar-se pelos conselhos de outros; e assim, com esta união, com esta unidade de ponto de vista, terá brevemente a classe uma falange robusta de intelligencias, que, unidas, com o mesmo ideal, darão boas provas da classe estudantal, tão mal encarada e tão injustamente julgada, e irão beneficiar a marcha da litteratura na província, com a diffusão, entre si, do bom gosto pelas peças litterarias. (A IDEIA, 1888, n. 1, p. 2)

Dessa forma, pela sociedade literária, várias pessoas uniam-se e somavam forças por um mesmo propósito de compartilharem a instrução literária e o gosto literário. Milena da Silveira Pereira (2015) debruçou-se sobre o despertar do gosto por reunir-se pela intelectualidade brasileira no século XIX. Essa autora explicou que desde o século XVIII observavam-se mobilizações de princípio associativo e que o germe da prática associativa estava nos movimentos academicistas do Brasil colonial. Por meio dessas associações da Colônia, estimulou-se no país a vida literária, pois eram os principais meios de produção, promoção e expressão da cultura escrita, bem como serviram de estímulo para algumas futuras agremiações Oitocentistas.

Porém, para ela, foi sobretudo no século XIX que ocorreram tentativas de criação de associações, demonstrando que não foram poucos os letrados que reivindicaram um lugar, durante o regime imperial, para essas agremiações. As associações ligadas à instrução, à ciência, à indústria, ao comercio e às belas-Artes, organizadas após a chegada de Dom João VI no Brasil, eram espaços para a moral e intelectual a sociedade brasileira, fazendo parte, portanto, de um projeto maior, não restrito apenas às associações. Esse projeto, segundo

Pereira (2015), nem sempre era consciente, e objetivava forjar as bases da nação brasileira, para formar um povo com ideias pátrias e criar uma cultura.

As agremiações fundadas, sobretudo, depois de 1822, preocuparam-se com os destinos da nacionalidade brasileira, tentando influir no cenário social e cultural do país. No período pós-Independência, a nação brasileira começou a trilhar caminho próprio, o que favoreceu a criação de um ambiente propício para a emergência de sociedades de caráter literário no país. Para Pereira (2014), um dos instrumentos para forjar a nacionalidade brasileira foi fomentar e abrir espaço para as associações literárias.

Em especial após a abdicação de Pedro I (1831), o clima de agitações, revoltas, e afirmações patrióticas e nacionalistas tomaram conta do país. Data desse período a criação de inúmeras associações, que demonstram o desejo de criar um senso de coletividade e espírito público no país. Surge, segundo Pereira (2015), uma lista incontável de agremiações interessadas em promover áreas como a instrução, ciência, indústria, comércio, música e belas-artes. Foi nesse cenário (1831-1832) que despontaram as associações literárias, na crença dos letrados de que um esforço coletivo levaria ao desenvolvimento do país. Coincidia com o período em que a literatura brasileira começava a ganhar força, conforme enfatizamos. A autora pondera que as associações de cunho literário foram as mais acaloradas na defesa do “espírito associativo” e de como poderiam colaborar na afirmação e promoção da literatura brasileira.

Assim, o espírito coletivo tornou-se uma tradição entre os letrados brasileiros e foi decorrente dessa tradição, que remontava o período colonial, que os estudantes secundaristas se orientavam para criarem suas próprias associações. Essa autora destaca o papel da imprensa como ponto fundamental nesse período, pois uma das principais características das sociedades literárias do século XIX era a produção de periódicos. Para ela, a imprensa era instrumento de manutenção da prática de associar-se dos letrados da época, pois, por meio dos jornais, davam-se a conhecer os escritos dos letrados, isto é, a produção dos letrados saía do restrito meio em que havia sido criada. Portanto, por meio da imprensa, as sociedades além de instruir os jovens escritores, possibilitaram a conquista de espaço pela mocidade que estava despontando (PEREIRA, 2015).

A partir dos pressupostos de Pereira (2015), entendemos que os estudantes secundaristas que se reuniram em associações literárias ajudaram a desenvolver e a incentivar, entre seus colegas estudantes, a cultura letrada, o gosto pela literatura, pela ciência, e pela instrução, sobretudo por meio da publicação dos jornais literários em tornavam públicos seus escritos. Dessa forma, os estudantes secundaristas colocavam-se como responsáveis por

incitar as letras entre seus pares, cumprindo o papel de preencher uma lacuna de materiais de leitura para essa faixa etária, especialmente de textos literários. O interesse desses estudantes não era apenas de estudar, pois, para isso, bastava que se reunissem nas associações. Porém, ao tornar público, pelo jornal, o resultado daquilo que debatiam nas associações, demonstra o interesse desses estudantes em disseminar a cultura letrada.

Por fim, pontuamos a última justificativa pelo qual os estudantes priorizavam a literatura em seus escritos. Por meio dos próprios textos dos estudantes, identificamos outra justificativa que os levaram a tal empreendimento. No jornal *A Mocidade*, por exemplo, o cronista defendeu que já era tempo de a mocidade brasileira largar a mania de ser poeta e romancista para dedicarem mais as ciências, tão necessário, naquele período, ao desenvolvimento econômico do país. Ele prosseguiu, fazendo um adendo:

Não falamos d'aquelles entes privilegiados pela natureza, que, quando nascem, trazem já o germen da poesia enfachado no cérebro, e que desenvolvidos, pela instrução, derramam endeixas maviosas que encanta a alma: não, desses não falamos; nos referimos aos poetrastos feitos á martelo e bigornia, **porque esses moços entendem que só sabendo se fazer um soneto ou uma balada de pé quebrado, é que pode-se ter um nome invejável**: isto é que chamo mania, meu caro Confucius. (A MOCIDADE, 1875, n. 7, p. 4, grifos nossos)

No trecho, nota-se que ser literato e produzir literatura carregava consigo um *status* de grande estima e valor a ponto de levar estudantes que não tinham “vocação” a produzir literatura para ter um nome invejável. Essa ideia ficou novamente expressa em um número posterior:

Os moços, que até hoje **pretendem ocupar altas posições, querendo mostrar-se acima do que são**, e até mesmo do que podem ser, quase todos terminão miseravelmente: carregados de dividas e até mesmo perdida a honra. **Os nossos estudantes quase todos querem seguir belas letras**, embora elles mesmos reconheção que para isso não tem a menos vocação, esquecendo-se de que, se seguissem aquillo que lhes dicta a natureza, serião mais uteis á sociedade em geral e ao Brasil em Particular. (A MOCIDADE, 1875, n. 9, p. 2, grifos nossos)

Os estudantes argumentavam, portanto, que aqueles que se envolviam com as belas letras, mesmo que não tivessem vocação para tal, o faziam com a intenção de mostrar-se acima do que eram, indicando que o literato era sujeito que era respeitado e considerado como superior. Por meio desses trechos, ficou manifesto que literatura, para os estudantes, era sinônimo de inteligência que beirava a genialidade, de erudição e, sobretudo, de civilidade.

Assim, o empreendimento dos estudantes em ser literato, mesmo sem ter vocação para tal, está relacionada ao fato da estima adquirida pela literatura e por quem a produzia.

Devido ao valor atribuído a quem produzia literatura, os jornais literários, da mesma maneira, foram considerados como meio de civilizar:

Não faças com que se diga que: - *Não é possível no Maranhão a sustentação de um jornal litterario* -, porque taes palavras são uma afronta á civilização d'esta província, aonde, felizmente, existe assaz grande numero de pessoas ilustradas, para que se não julgue impossível a sustentação de tal empreza. **A verdadeira expressão de um povo é o seo jornalismo, e no paiz aonde não poder existir jornal litterario, é porque n'esse paiz não se preza nem pode existir a litteratura**” (A MOCIDADE, 1875, n. 11, p. 1, grifos nossos)

Dizer, portanto, que não haviam jornais literários era o mesmo que dizer que não havia civilização. O jornal literário, cuja função fundamental era a divulgação da literatura, era veículo de disseminar de civilidade, o belo, àqueles que liam. A literatura era entendida como instrumento que civilizava a população, por cultivar o gosto pelo belo, por padronizar uma linguagem erudita, por, muitas vezes, ensinar valores morais ao modelar condutas, entre outros fatores. No próximo subtópico, esmiuçaremos os poemas e contos, ilustrando o perfil da literatura estudantil e como essa literatura foi posta a serviço da construção da nacionalidade e da civilidade.

4.2. Poemas e contos nos jornais estudantis e suas características: o romantismo em questão

De acordo com o que evidenciamos no início dessa seção, apresentamos nesse subtópico os contos e os poemas que os estudantes criavam e publicavam em seus jornais, bem como suas características e temáticas. Seguimos, novamente, a apresentação por província, por concebermos a literatura como os produtos humanos produzidos a partir de uma realidade histórica própria, peculiar. Assim, o lugar de onde foi produzido, bem como o período, dão características singulares à escrita literária, e podem conter especificidades de acordo com o local e o período.

Julgamos necessário, contudo, antes de iniciar a exposição dos textos, destacar algumas questões históricas relacionadas à literatura daquele período. Mostramos, na seção anterior, que o Brasil, enquanto país que a pouco se tornara independente, precisava estabelecer-se enquanto nação. Economicamente falando, buscava-se o reconhecimento do

país como uma nação por meio do seu posicionamento no mercado mundial. A exportação agrícola, sobretudo do café, iniciou o processo de inserção do país na lógica capitalista mundial.

No interior do país, mecanismos foram acionados para criar uma unidade nacional diante de uma população cuja característica era a diversidade, e cujo padrão cultural de referência era o europeu, sobretudo o português e o francês. Assim, para construção de uma nação coesa, passou a se negar os atributos culturais de outro país, e tomar como referência o que era próprio do Brasil. Na sequência, mostramos como a educação foi primordial para criar a coesão nacional. Além dela, a imprensa foi um dos mecanismos que contribuiu para construir a nacionalidade brasileira, pela difusão cada vez mais massificada de padrões que procurava incutir nos indivíduos características abasileiradas. A literatura, publicada de modo eminente pela imprensa, atuou e contribuiu, nesse momento, por meio do movimento literário do Romantismo.

O Romantismo no Brasil foi um movimento literário que se expandiu quando a construção da nacionalidade brasileira estava em pauta. Contudo, antes de discorrer sobre a renovação literária trazida por esse movimento no Brasil, é necessário apresentar as suas raízes históricas. O Romantismo no Brasil tem suas raízes nos movimentos europeus, que rejeitavam o estilo de vida gerado pelo modo de produção capitalista, desencadeado com as duas revoluções no período, a Revolução Industrial e Francesa. Por meio dela, questionava-se o processo de alienação a que o indivíduo teria que sujeitar-se ao aceitar as formas de vida impostas pelas revoluções, pois o destino do homem foi reduzido a um trabalho rotineiro e sujeito a uma vida “modesta e medíocre” (RONCARI, 2014).

Foi essa alienação que os românticos criticavam, conforme Roncari, e a partir dela criaram um movimento literário com características que se opunham, portanto, aquele modo de vida. Assim, como alternativa para essa realidade mesquinha que os valores burgueses dominantes impunham, idealizou um passado, que já foi perdido. O poeta romântico era um inconformista, que lamentava não apenas os limites da natureza humana e a falta de contato com o Absoluto (RONCARI, 2014), mas o mundo histórico em que vivia, o mundo burguês, em que tudo era medido pelo seu valor monetário, inclusive o amor e o afeto.

A visão romântica dividia o mundo em duas partes, de acordo com o Roncari (2014, p. 314): “[...] uma, a da vida social, concentrada nas cidades, um espaço criado pelo homem, porém hostil a ele mesmo e ao amor; e outro, a da natureza, o campo, tanto mais natural e verdadeira quanto mais próximo da sua origem e do seu Criador e quanto mais longe estiver da ação humana”. Em outras palavras, o poeta romântico era o homem urbano que recusava o

mundo que vivia e que, por isso, evadia para o campo e à natureza. O poeta cantava e exaltava a natureza que desconhecia, mas que imaginava ampla e exuberante. Desse cenário que era, para ele, distante e estranho, apreciava nos detalhes, sobretudo nos aspectos curiosos e pitorescos, conforme mostrou o autor.

Além disso, o poeta romântico torna-se “a vítima escolhida pelo destino para suportar com mais agudeza as dores do mundo” (RONCARI, 2014, p. 314). Por isso, era a pessoa do próprio poeta que sofria, e o poema versa sobre vida do autor. Porém, a obra era um meio, um sinal para o verdadeiro fato que buscava mostrar, que era a profundidade da vida e dos sentimentos. Na obra romântica, acentua-se a primeira pessoa do singular e sua plena realização depende da capacidade de comover o leitor. Assim, os valores formais da obra (métrica, rimas, entre outras) eram escolhidos em função da comoção, ou seja, tinham a intenção de provocar no leitor o mesmo sentido do poeta. Por esse motivo, os temas escolhidos eram fortes, chocantes e comoventes.

Antônio Candido alertou que “Romantismo” era o nome adequado e insubstituível à renovação literária operada no Brasil no século XIX, mas que não deveria, porém, levar a uma identificação integral com os movimentos europeus, pois:

[...] constitui ramificação cheia peculiaridades. Tendo-se originado de uma convergência de fatores locais e sugestões externas, é ao mesmo tempo nacional e universal. O seu interesse maior, do ponto de vista da história literária e da literatura comparada, consiste porventura na felicidade com que as sugestões externas se prestaram à estilização das tendências locais, resultando um momento harmonioso e íntegro, que ainda hoje parece a muitos o mais *brasileiro*, mais autêntico dentre os que tivemos. (CANDIDO, 2013, p. 332).

Assim, a ramificação brasileira do Romantismo europeu somava aos fatores locais a sugestões externas, dando ao movimento brasileiro características peculiares. Segundo autores como Luiz Roncari (2014), José Veríssimo (1915) e Candido (2013), o Romantismo marca o início da literatura brasileira, e com ela iniciou-se no país a elaboração de uma literatura que não prenominavam as características da literatura portuguesa, e que, de certa forma, opunha-se a ela, a negava, para criar uma literatura com feições brasileiras.

Antônio Candido (2013, p. 329) entendia que só se podia falar “[...] de literatura nova, entre nós, a partir do momento em que se adquiriu consciência da transformação e claro intuito de promovê-la, praticando-a intencionalmente”. Essa tomada de consciência aconteceu, para esse autor, quando, em Paris, entre 1833 e 1836, um grupo de jovens, dentre eles, Domingo José Gonçalves de Magalhães, se reuniram e deram uma nova orientação a

literatura brasileira, mediante o contato que tiveram com a novas orientações literárias. O produto dessas reuniões foi a publicação do jornal *Niterói*, que em seus dois únicos números continha o essencial de nossa nova teoria literária.

Roncari (2014) estabelece como marco do Romantismo no Brasil o período que vai de 1836, que foi o ano do lançamento da revista *Niterói*, até a morte de Castro Alves, em 1871, último dos mais reconhecidos autores românticos. O autor alerta, porém, para o quanto os marcos e periodizações para a escrita historiográfica são relativas. Por vezes, são arbitrárias e, com eles “[...] seccionamos a continuidade histórica, construindo barreiras entre o que vem antes o que vem depois, como se isso fosse possível” (RONCARI, 2015, p. 287). Porém, o início e o fim desse marco apresentam características dominantes, apesar de reconhecermos que, dentro dessa marcação metodológica, são recorrentes as continuidades, descontinuidades, e rupturas próprias dos processos humanos. No caso específico do nosso jornal, constatamos que as características do Romantismo estiveram presentes na escrita literária estudantil, mesmo após a data (1871), estabelecida por autores, que encerrava esse movimento no Brasil.

Assim, para Roncari (2014), o romantismo brasileiro não foi apenas mais um momento da literatura do país, pois teve uma significação a mais. Trata-se “[...] de um período mais importante e tomada de consciência da nossa particularidade, ou seja, de que não podíamos mais continuar considerando-nos ‘europeus’ ou portugueses” (RONCARI, 2015, p. 288). Esse pensamento vinha sendo construído desde a Independência política brasileira, quando a ruptura dos laços com Portugal e a organização de uma nação autônoma foi fator decisivo para a emergência de uma consciência nacional.

O índio e as belas paisagens brasileiras, como os prados, rios e florestas, que antes eram sinais de rusticidade e barbárie, passaram a ter um valor mais positivo e, ao menos nos textos literários, tornaram-se motivo de orgulho. Dessa forma, os índios viraram os heróis e personagens dos romances e poemas, e as florestas e o sertão, que eram as paisagens predominantes do país, a paisagem da nossa literatura. Até mesmo as primeiras organizações urbanas eram os cenários para a literatura. Portanto, o “[...] sortilégio romântico serve-lhe de fato para valorizar a sua terra, [...]. Assim, a exaltação romântica da natureza veio a perder entre nós a sua força negativa, e acabou fixando o padrão de nosso patriotismo em matéria de paisagem”. (SCHWARZ, 2000, p. 62).

No período pós-Independência, a literatura no Brasil assumiu, como uma de suas funções mais importantes, “a participação nos esforços de organização da nação. Tomou como seus os dilemas éticos e ideológicos dos homens do seu tempo e se propôs como um dos esteios na construção da nova nação” (RONCARI, 2014, p. 294). De tal modo, durante o

Império, teve papel fundamental de auxiliar na construção da nação brasileira, quando negou seu passado e sua ligação com Portugal, para criar uma cultura inspirada nos elementos brasileiros, próprios da nação. Roncari (2014) explica como:

A literatura esteve presente nos principais meios de formação de opinião: nos jornais, nos púlpitos e nas tribunas políticas, e era considerada o principal cimento para soldar as opiniões na construção da nacionalidade. À medida que difundia e ordenava a língua, ao mesmo tempo que elegia valores que considerava característicos nacionais, a literatura deu aos homens livres espalhados pelas diferentes regiões do país algo comum, com o que todos poderiam identificar-se e seria legítimo assumir como seus. Esse envolvimento com os problemas do tempo e da nação deu à literatura brasileira uma grande capacidade de descobrir e revelar o país nos seus contrastes, diferenças sociais e regionais, dissensões culturais, religiosas e políticas. Os temas universais do homem [...] passaram a ser representados um espaço e tempo históricos, seja no Brasil do século XIX, seja em algum momento do passado colonial. [...] Agora os personagens, amantes, moços e moças, são ricos ou pobres, vêm da capital ou da província, são filhos de famílias tradicionais ou de comerciantes arrivistas, enfim, têm características que as situam na sociedade da época. É como se deixássemos de olhar para um palco artificialmente construído, como os cenários das óperas, para olharmos espaços reais: sedes de fazenda, interior das matas e dos sertões, arrabaldes das cidades, ruas e praças da capital (RONCARI, 2014, p. 294).

O investimento em destacar as paisagens brasileiras, as suas pessoas, sejam elas quais fossem, de maneira romantizada, isto é, enaltecendo de maneira exagerada suas características, fazia com que os brasileiros se reconhecessem naqueles textos, se sentissem pertencentes e orgulhosos das características nacionais. Essas características criavam uma unidade nacional em torno do que era comum, como o povo e as paisagens cujas características eram belamente delineadas pelos autores. Isso significa que as propriedades da natureza brasileira davam aos brasileiros “[...] os elementos com os quais podiam identificar-se e que era lícito transformar em símbolos da nacionalidade: as matas, os índios, a fauna e a flora” (RONCARI, 2014, p. 300).

O autor destacou, além disso, que a literatura no período romântico brasileiro participou ativamente das inquietações do período, o que fez da política e da literatura atividades próximas. As questões políticas refletiam-se nas representações literárias, e a literatura influía na política por meio de suas afirmações, como, por exemplo, veiculavam denúncias de cunho político nas obras literárias, fazendo com que os leitores se aproximassem das questões e dos problemas da nação ao qual pertenciam e se uniam em torno delas. Ele explica que foi possível essa influência de uma (política) sobre a outra (literatura) pela nova importância da literatura na vida social.

Conforme frisamos, a visibilidade adquirida pela imprensa fez dela o veículo escolhido pelos literatos para divulgar sua literatura. Roncari (2014) acrescentou que o barateamento do papel fez da imprensa ferramenta para informação de grande circulação por ser acessível monetariamente. Somado a visibilidade adquirida pela literatura no período, e o importante papel político, social e cultural e passou a cumprir, o jornal era um meio de comunicação mais democrático, um caminho mais viável e menos custoso para os estudantes publicarem seus textos. Contudo, é indispensável relativizar a viabilidade da publicação de jornal por estudantes secundaristas no período, pois, apesar do grande contingente de iniciativas em todo o país, a maior parte deles tinha duração efêmera. Isso revela muito das dificuldades em manter o funcionamento de jornais a longo prazo no período.

Mesmo que tratemos, nessa seção, da literatura dos estudantes por província, marcando suas especificidades, consideramos necessário expor ao leitor que a literatura criada e divulgada nos jornais estudantis tem características comuns. A análise da literatura estudantil nos três jornais é marcada pelas características do Romantismo, conforme análise que expusemos na sequência. Necessário destacar, contudo, que essas características ficaram evidentes nos periódicos do Maranhão e do Paraná. Os periódicos do Rio de Janeiro possuem elementos que os distanciam dos demais, conforme mostramos adiante.

Além de elaborarem textos aos moldes do Romantismo, em alguns pontos dos jornais identificamos referências, por parte dos estudantes, aos autores do movimento romântico, que revela que os estudantes tomavam esse movimento por referência ao elaborarem seus textos literários. Nas epígrafes de alguns textos dos periódicos maranhenses, os estudantes utilizaram fragmentos de textos de autores ligados ao Romantismo brasileiro, como Castro Alves (1847-1871), Alvares de Azevedo (1831-1852) e Casimiro de Abreu (1839-1860). Além deles, utilizaram fragmentos de célebres expoentes do Romantismo europeu, como Lord Byron (1788-1824), Alphonse de Lamartine (1790-1869), Victor Hugo (1802-1885) e William Shakespeare (1564-1616), Almeida Garrett (1799-1854) e Bocage⁶⁵ (1765-1805).

Nos periódicos do Maranhão, além das epígrafes, um poema foi escrito em homenagem a Casimiro de Abreu e um texto informativo sobre Fagundes Varela (1841-1875). O poema tem teor ufanista:

Casimiro de Abreu.
(INEDITA)

⁶⁵ Bocage foi um autor português e um dos maiores representantes do arcadismo daquele país. Contudo, ele se inseria em um contexto de transição do estilo clássico para o romântico.

[...]

O' Pátria, entre os teus egrégios filhos,
 Entre os cantores teus, os mais mimosos,
 —Padrões de glorias mil,
 Um sobressae, não é Junqueira Freire
 Martyr do claustro, -nem Gonçalves Dias
 O vate teu gentil!

Azevedo não é,—alma de fogo,
 Derramando n'um estro immorredouro
 As lavas do vulcão,
 —Nem Castro Alves,—o gênio portentoso
 Que a ti renome dão.

Eu fallo do teu bardo harmonioso,
 Plangente como a rola em soledade,
 Carpindo um doce amor,
 Suave como a brisa, que perpassa
 Entre flores do campo, modulando
 Um hymno de languor.

Casimiro de Abreu, cantor sublime,
 Lyra divina, suavíssima e casta
 Como um virgem sorrir,
 Que alma póde haver esteril, dura,
 Que não se dobre commovida e terna
 A. voz de seu sentir ?

Nas suas Primaveras tão mimosas
 —Minh'alma ê triste—oh quanto sentimento
 Ahi brotando a flux,

Na — *canção do exilio*—que Saudades,
 E—*no lar*—que perennes melodias,
 —Misto de amor e luz !

[...]

Luiza Amélia.

Parnahiba-1875. (A MOCIDADE, 1875, n. 2, p. 3)

O poema, único no jornal assinado por uma mulher, coloca Casimiro de Abreu como superior a outros poetas brasileiros da época, igualando-o a Lamartine. O artigo sobre Fagundes Varella foi intitulado “Fagundes Varella – O Evangelho nas Selvas”. Nele, os redatores noticiaram a publicação póstuma de um poema épico de Fagundes Varella, autor que, para os estudantes, poucos desconheciam, já que uma glória literária “[...] poucas vezes passa despercebida, e a gloria deste é assaz esplendida para não permanecer na obscuridade” (A MOCIDADE, 1875, n. 3, p. 2).

Dentre os autores brasileiros, os mais citados nos jornais do Maranhão compõem o período conhecido como a 2ª geração do Romantismo brasileiro. Isso é um indicativo, para nós, de que os estudantes se espelhavam e se orientavam a partir das obras desses autores para criar sua literatura. Coutinho (2002) esclarece que essa fase se caracteriza pelo individualismo ou do ultra-romantismo. Acerca dessa geração, ponderou:

Destaca-se no Romantismo um grupo de poetas de fisionomia bem caracterizada, aparentados por traços de individualismo, no estilo de vida, na melancolia, no desespero, no ‘mal du siècle’, no delírio doloroso e desesperante, na exacerbação do sentimento e da paixão. [...] Seus modelos literários foram Byron e Musset. (COUTINHO, 2002, p. 139).

A forma como os estudantes elaboraram seus textos literários nos permite uma aproximação com as características da literatura da 2ª geração romântica, do qual discutimos na sequência. No jornal *O Aspirante*, do Rio de Janeiro, Castro Alves e Bocage foram empregados epígrafes. Em *Chrysalida*, transcreveram a biografia de Benvenuto Cellini elaborada por Lamartine, renomado autor romântico. Ainda nesse periódico, dos autores brasileiros, citaram, em um artigo, um autor chamado Lemos Magalhães:

LEMOS MAGALHÃES

Poucos representantes da geração, que vai desaparecendo e que, entre os claros da morte, deixou aqui e ali nas fileiras do passado, alguns perdidos superstitiosos, poucos repetimos, conhecem a João José de Lemos Magalhães.

Conhecemol-o nós, não de pessoa porque somos vergontosas apenas da geração actual, mas pelos seus versos, que o collocam entre os mais harmoniosos e correctos poetas do tempo, em que floresceram Gonçalves de Magalhães e Porto-Alegre. Raros versificadores lograram a gloria de ver as suas estrophes repetidas pela voz do povo e tão gravadas na memória dos contemporâneos, como o varão illustre, cujo nome encima estas linhas.

Ha um álbum de musica, que appareceu ha cerca de meio século, onde os sons inspirados de compositor emérito d'aquella época, (que não citamos por que nos escapa o seu nome) se reuniram ás deliciosas copias de Lemos Magalhães.

Esse distincto cultor das musas é representado hoje por seu filho o Sr. Lemos Magalhães, honrado funcionario fiscal. Por que não reproduz este digno cavalheiro as mimosas composições paternas ? Asseguramos que teriam muitos apreciadores.

Eis uma das amostras do talento poético do illustre Brasileiro:

A SEPULTURA DE CAROLINA

Nem goivos, nem lyrios crescem

De teu túmulo junto á lagem ;

Só te offeréce o cypreste

Melancólica homenagem.

Ninguém por ti chora, ó virgem,

N'essa morada de horror ;

Apenas á tarde, a brisa
Ao passar geme de dor.

Desmedido, o mar arroja
Junto a ti vagas enormes;
Lava a campa, que te cobre,
E em teu leito, o virgem, dormes.

E para sempre, Eis a tarde
E o crepúsculo, que expira.
Geme a brisa? Não, ó virgem,
Só minha alma é quem suspira. (CHRYSALIDA, 1888, n. 6, p. 1).

Lemos Magalhães foi um autor pouco conhecido, mas que, para as alunas que redigiram o periódico, merecia ser mencionado. Por posicionarem esse autor ao lado de Gonçalves de Magalhães, e Porto-Alegre, primeiros autores a escrever textos com atributos românticos no Brasil, acreditamos que ele possa ser um poeta romântico. O poema transcrito, de autoria desse autor, possui características do Romantismo, como o tema (a morte) e a subjetividade, já que no último verso o sentimento do eu-lírico foi apresentado.

No Paraná, o principal colaborador do jornal, Dario Velloso, utilizou como pseudônimo Aramis, um dos personagens do romance “Os três mosqueteiros”, de Alexandre Dumas, autor do movimento literário do Romantismo. Além deste, citaram Goethe, expoente do Romantismo europeu, e Lord Byron. Victor Hugo foi objeto de um artigo. Esse autor era considerado, pelos alunos paranaenses, como o “[...] maior vulto da litteratura franceza no século XIX, com a mais bella escola poetica que até então nos é conhecida” (A IDEA, 1889, n. 8, p. 2). O Romantismo era para eles, então, a mais bela escola poética conhecida.

No artigo, intitulado “Victor Hugo”, na edição de número 16, J. de Santa Rita narrou como foi sua experiência de quando, aos 15 anos, leu o livro “Notre Dame de Paris”, do autor Victor Hugo, considerado, por ele, como o maior gênio do século XIX. Elogiou a obra daquele autor, e relatou que aquele “[...] romance admirável, misto de ideal e de naturalidade, opulento de philosophia tão bem coadunada com uma poesia genial, deixou em meu espírito obscuro e inexperiente, uma impressão profunda e duradoura” (A IDEA, 1889, n. 16, p. 1). A narrativa dessa experiência tinha contornos românticos e ufanistas. Citou, nesse artigo, outros autores renomados, como Camões, Goethe, Musset, Dumas, entre outros.

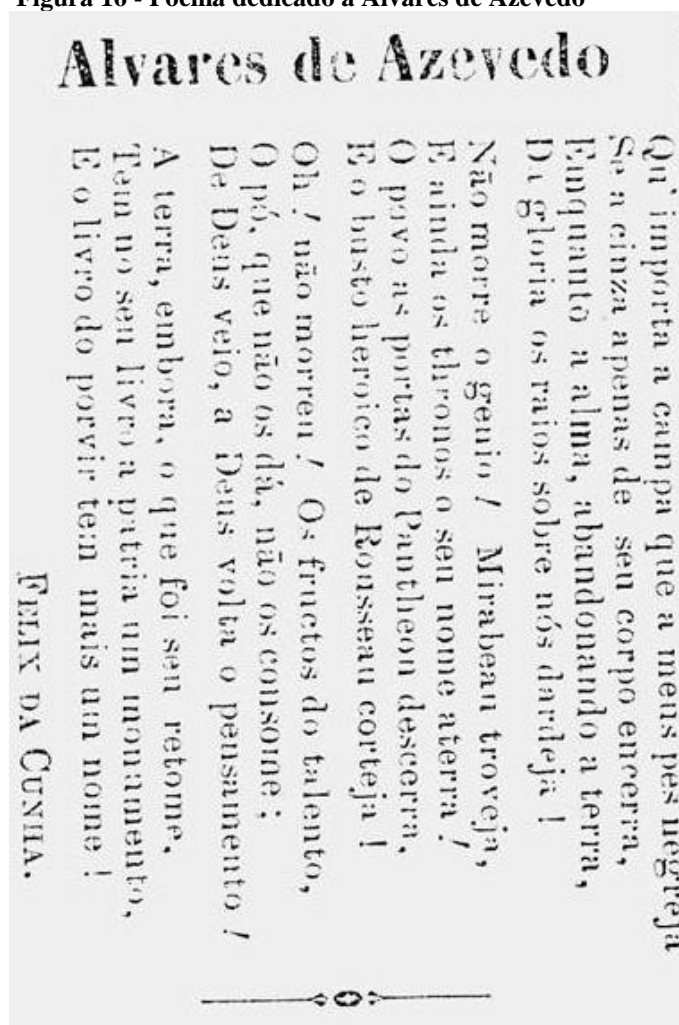
Entre os autores brasileiros, citaram Olavo Bilac (1865-1918) e Raymundo Correia (1859-1911). Os estudantes transcreveram cerca de meia dúzia de poemas desses autores nos jornais. Olavo Bilac e Raymundo Correia foram considerados autores do Parnasianismo, que foi, para Coutinho (2002), o movimento correspondente em poesia ao Realismo-Naturalismo,

cuja presença no Brasil data a década de 1880. A transcrição de textos desses autores nos jornais estudantis poderia indicar a transição do movimento romântico para o Parnasianismo e certa influência desse movimento literário nos textos originais dos estudantes. Porém, na análise dos textos escritos pelos estudantes, poucos são aqueles que possuem características do movimento parnasiano, predominando a tendência romântica.

Além dos autores mencionados, um artigo de fundo foi publicado em homenagem a Casimiro de Abreu, “[...] para chorar sobre a tumba desse aprimorado vate, derramando lágrimas de saudade, outr’ora vertidas pelo mavioso cantor dos bosques” (A OPINIÃO, 1887, n. 6, p. 1). Nesse artigo, contaram a história de vida de Casimiro de Abreu. Os estudantes acreditavam que deveriam curvar-se ante aqueles “que ennobreceram a sua patria cantando ás suas palmeiras!” (A OPINIÃO, 1887, n. 6, p. 1), para dar visibilidade aos autores nacionais.

À Alvares de Azevedo publicaram um poema, que apresentamos na figura 9. Para nós as referências e homenagens aos autores brasileiros eram atitudes nacionalistas e patrióticas por parte dos estudantes, pois davam destaque e valor aos escritores nacionais, reconhecendo-os e marcando-os como memórias da Pátria. Assim, os periódicos estudantis auxiliaram na construção da nacionalidade brasileira, ao dar voz e vez aos autores nacionais, e inspirando-se neles para elaborar seus textos literários.

Figura 16 - Poema dedicado a Alvares de Azevedo



Fonte: Poema publicado no número 14 do jornal *A Idea*.

4.2.1. “[...] poesia é a electricidade da alma humana”]: os poemas nos jornais estudantis

Iniciamos nesse momento a exposição dos textos literários elaborados pelos estudantes. Começamos pelos poemas, apresentando-os, e, em seguida, analisamos cada um deles, traçando um paralelo com as características do Romantismo brasileiro que foram neles incorporados, respaldando-nos nos pressupostos teóricos de autores cuja literatura é objeto de estudo. Conforme explicamos, a exposição foi realizada por província, para que as especificidades decorrentes do lugar de fala sejam pontuadas. Não temos a intenção de apresentar todos os poemas e contos publicados pelos estudantes em seus jornais, mas apresentar as características que mais se repetiram, isto é, as mais gerais de cada um dos periódicos, dando uma ideia genérica do que era apresentada pelos alunos.

Os poemas dos jornais maranhenses podem ser reunidos por temas. A análise dos temas revela que aqueles priorizados pelos estudantes são condizentes com as temáticas que caracterizavam a literatura romântica. O primeiro que destacamos foi o **culto a natureza**. Segundo Coutinho (2002), o culto a natureza foi uma das qualidades que caracterizavam o espírito romântico. O poema de Paulo Pereira, intitulada “O homem”, sublinhava a natureza e suas características:

O homem.

(A' Joaquim Teixeira de Souza.)

O' homem! vã chimera! O que tu vales?

Que papel representas no universo?

- Qual a folha impellida pelo vento

Assim vagas incerto sobre a terra.

Umás vezes com a fronte altiva e bella

Arrostando os vendavaes d'insana vida

Outras vezes imerso na tristeza

Exangue, cahes prostado! és pó! és nada!

Lança em torno de ti a vista e olha

Para o esplendido espectáculo que te cerca,

Que vês? Que luz brilhante, bella e pura

Te tolda, te ofusca, e fere a vista?

Que harmonia, que quadro e que belleza

Te engrandece, extasia e eleva a alma?

Aqui, vejo o –oceano que bramindo

Em grossos vagalhões a praia beija;

Deixando apóz si rumor longiquo

[...]

Paulo Pereira

Maranhão 24-3-75. (A MOCIDADE, 1875, p. 3)

O poema de Paulo Pereira tem como principais características a pequenez humana e a grandiosidade na natureza. O homem foi colocado pelo autor como um nada, e oscila entre sua altivez e beleza, para sua tristeza e pequenez. Essa oscilação entre polos opostos foi uma marca do romantismo, segundo Coutinho (2002). O que se destaca, sobretudo, foi a forma como o autor exibiu a natureza. Ele pede para que o homem olhe ao redor e veja as maravilhas da natureza e como ela é grandiosa em comparação ao homem. Ele contempla e venera a natureza e fica admirado pela harmonia do universo e o poder do Ser Supremo, evidenciando a superioridade em relação ao homem.

A natureza reapareceu nos poemas cuja marca era o amor à pátria:

Canção do exílio.

(PARAPHRASE.)

So eu tenho de morrer na juventude

Senhor ! agora não;
 Eu quero ind'alegrar com mil prazeres
 Meu triste coração !

Eu sei, ó Senhor, que a minha vida
 Vai breve terminar:
 Consente, ó meu Deus ! faz qu'inda torne
 Ao meu ditoso lar !
 Eu quero ainda ouvir a mansa brisa
 Nas folhas da palmeira;
 Desejo regressar de novo á pátria
 —A' terra brasileira !—

PAULO PEREIRA.
 30-12-75. (A MOCIDADE, 1875, n. 3, p. 4)

Nesse poema, Paulo Pereira inspirou-se no conhecido poema de Gonçalves Dias, utilizando até o mesmo o título “Canção do Exílio”⁶⁶, e aqui, temos mais uma alusão aos poetas românticos. O eu-lírico está saudosos de sua pátria, especialmente de sua família que ela abriga, e das belezas naturais da terra brasileira, como o céu puro cor de anil, os astros brilhantes, o mar, as mangueiras (árvore frutífera tipicamente brasileira) e ciprestes, e o mocho (coruja). A natureza da Pátria foi venerada pelo autor e, dessa forma, transmitia ao leitor o valor e a estima pelo país em que havia nascido. A poesia “Eu amo as tardes” foi, da mesma maneira, uma poesia cuja principal característica é o amor à pátria. Neste caso, o autor retrata a paisagem sertaneja, que era, no século XIX, a paisagem que prevalecia no Brasil.

Eu amo as tardes.

I

Eu amo as loiras tardes sertanejas,
 quando o sol do Brazil triste desmaia,
 e a rola geme com saudosa queixa
 e a vaga beija a solitária praia.

I!

Eu amo as loiras tardes, quando á sésta
 dorme na [...] pescador caçado,
 e brincam [...] no terreiro
 seus filhinhos gentis do lar amado.

III

Eu amo as loiras tardes quando volta
 para o doce casal o agricultor,
 lindo o trabalho, com enxada ao hombro
 lêdo cantando os hymnos do labor.

IV

⁶⁶ Poesia escrito em 1843, por Gonçalves Dias, quando exilado em Coimbra. Luiz Roncari (2014, p. 379) explicou que na “Canção do Exílio”, Gonçalves Dias é um homem “culto nascido no meio do rústico, sentindo-se exilado na Europa, a compará-la nostálgicamente com a sua terra, da qual ressalta os elementos representativos e simbólicos da sua rusticidade: pailmeiras e sabiás”.

Ah ! filho de meu Deus ! filho do sec'lo,
 canta, sim, que teu canto é uma prece.
 Deus também trabalhou ! Bemdito seja,
 quem de trabalho vive e se envelhece !

V.

Não vês ? A terra gira, as nuvens andam,
 as areiras do mar lidam também I
 Trabalhae ! Trabalae I O ócio mata !
 Deos também trabalhou no seu Edem.

VI

Eu amo as tardes que o vaqueiro canta,
 apoiado na cerca do curral,
 boiando o gado, como um pae que chama
 os filhos para a porta do casal.

VII

Eu amo as tardes do sertão lá quando
 desce o gado a beber nedio e contente,
 e o bezerrinho de faminto geme
 pedindo á mãe o leite que o alimento.

[...]

XIV

Tardes de meu Brazil, como sois bellas !
 Eu son o vosso noivo apaixonado,
 Soluça-me este canto em meu cypreste,
 quando a morte gelar o vosso bardo.

São Bernardo, 20 d'Abril de 1875,
 J. Auto Pereira. (A MOCIDADE, 1875, n. 9, p. 3)

A paisagem agrícola, representada pelas referências que fez ao pescador, aos agricultores, ao vaqueiro, a enxada no ombro, ao curral, bem como aos animais, como o bezerro, o gado e o sabiá, eram elementos que compunham a paisagem brasileira do período, que era eminentemente rural, já que, de acordo com o que mostramos, a economia brasileira era agrária e a população habitava, sobretudo, o campo. Esse cenário foi venerado pelo autor, como algo que ele amava, algo bom, que merecia ser contemplado, e passava ao leitor que o Brasil e suas características deveriam ser valorizados.

Os poemas até aqui expostos, de contemplação e veneração da natureza e das paisagens brasileiras, são característicos do movimento literário do Romantismo, conforme destacamos. Os estudantes inseriam-se nas questões de seus períodos quando buscavam, por meio dos textos, mostrar as qualidades do Brasil, não pela mera descrição, mas pela veneração dos elementos que compunham o país. Essa entonação ufanista para tratar o Brasil e seus

elementos expressa o envolvimento dos estudantes nas questões de seu tempo, pois eles estavam em sintonia com a literatura nacionalista e patriótica publicada naquele período e criavam, a seu termo, textos literários semelhantes dos que eram elaborados.

Outra característica do Romantismo que foi transmitida pelos estudantes na literatura dos jornais foi o **individualismo e subjetividade**, e, em decorrência dela, o sentimentalismo, a melancolia, o exagero, e o ilogismo, isto é, oscilação entre polos opostos. Coutinho (2002) pontuou que essas eram qualidades da literatura romântica. Pontuamos anteriormente, com Roncari (2014), que os textos românticos eram escritos em primeira pessoa, e a intenção principal era comover o leitor. Coutinho acrescenta a isto, que a atitude romântica é pessoal e íntima e que o mundo é visto por meio da personalidade do artista. Para ele, nos textos, o que se releva é a atitude pessoal, o mundo interior, o estado da alma provocado pela realidade exterior. Por isso, romantismo é subjetivismo, é a libertação do mundo interior, do inconsciente, primado exuberante da emoção, imaginação, paixão, intuição, liberdade pessoal e interior.

Paulo Pereira publicou outro texto que tem as características da subjetividade, da melancolia, do exagero e do ilogismo bem delineadas, além da veneração dos elementos da natureza. Nessa publicação, o autor apresentou um texto narrativo, e, em seguida, um poema, ambos com epígrafe:

Um sonho.

A POESIA E O POETA.
 Que noite! Meu Deus! Que noite!
 Oh! Que noite de magia!
 O mundo todo descansa
 Nas azas da poesia!
(Paulo Pereira)

E' noite ! A cândida lua reclinada sobre o firmamento alcatifado d'estrellas, derrama sua brilhante luz por toda a terra. O mar, qual espelho de crystal, recebe com suave marulho os beijos que lhe dá a Rainha da Noite. A brisa sopra brandamente, e a furto oscula a mimosa flor que pura e bella ostenta-se no seu galho, e como que envergonhada esconde-se por entre a folhagem.

Que noite de poesia ! Que quadro magestoso e sublime nos apresenta a natureza neste momento ! Que hora d'inspiração! Que tempo tão digno de ser aproveitado pelo mysterioso pincel de um artista, ou pela bem aparada penna de um poeta.

[...]

Oh! magestoso espectaculo ! Acaso fugiras de minha vista ? Por ventura terei a felicidade de contemplar-te para sempre?

Não! De repente, nuvens cor de cinza assombrão toda a amplidão. O mar, esse terrível elemento, ha pouco brando como um rio de leite, reveste-se de todo o seu poder, e em grossos vagalhoes vai beijar as fraldas dos imensos

rochedos, que quaes gigantes, conservão-se immoveis e magestosos no meio do vasto oceano. A lua que outr'ora brilhava, cede o seu brilho ante os relâmpagos que' uns apoz outros sucedem no espaço.

Alfim, este painel tão magestoso que por algum tempo occupou a minha attenção, foi-se lentamente dissipando.

Era a vã chimera que fugia com o aparecimento da realidade !

De perto então ! Era um sonho

Esse quadro tão risonho

Esse brilhante luar !

Mas uma voz me dizia

Ser anjo—a poesia.

[...] (A MOCIDADE, 1875, n. 2, p. 2)

Em primeiro lugar, a paisagem é descrita detalhadamente, e essa paisagem é venerada pelo narrador. O sujeito descrito no texto, a contemplar exuberante natureza, parecia uma “estátua de tristeza”, mas, na sequência, questionou-se se teria a felicidade de contemplar para sempre majestoso espetáculo. Aqui, ocorre uma oscilação entre tristeza e felicidade no momento da contemplação da natureza. Além disso, a própria paisagem oscila de natureza calma e iluminada, quando em sonho, para agitada e sob trevas, quando acorda para a realidade. Assim, o narrador é vítima de uma realidade cruel.

Nesse trecho, presencia-se o que Coutinho (2002) chamou de “escapismo” e do “sonho”, qualidades do espírito romântico. O escapismo é o desejo do romântico de fugir da realidade para um mundo idealizado, criado à sua imagem, à imagem de suas emoções e desejos, mediante a imaginação. Assim, pela liberdade, revolta, fé e natureza, em comunhão com o passado ou aspirações pelo futuro, esse escapismo constrói o mundo novo à base do sonho. O sonho, portanto, é o desejo de um mundo novo. No caso do texto de Paulo Pereira, o sonho que teve era o que desejava, até que, ao acordar, deparava-se com a escura realidade, que é o que desejava fugir. No poema “Desespero”, figuraram-se a angústia, o desespero, e a morte:

DESESPERO.

Oh morte ! oh morto ! Quão doce é teu nome
(*Paulo Pereira*).

Que importa a vida, se a cruel desgraça
Me corta o fio da existência em flor ?
Que serve a vida, se não acho ao menos
Um lenitivo á minha intensa dôr ?

Que importa a vida, se qual leve folha
Incerto vago pelo mundo errante ?
Sem ter um ente que ma adoce as magoas

Sem ter socego por, sequer, um instante

Que importa a vida, se consumo o tempo
Batendo ás portas, mendigando o pão?
Humidas as faces ! orvalhado em pranto,
Com o luto escripto no meu coração ?

Que importa a vida, se eu n'ella encontro
Martyrios, trevas, sofrimento e horror?
Se a desventura com seu manto cobre
A mim, coitado ! com voraz furor ?

Que importa a vida, se distante vivo
Da chara terra que me viu nascer ?
Meu Deus ! tem pena ! - ajoelhado imploro—
De um pobre ente ! de um cruel soffrer !

Que importa a vida, se até hoje nunca
Tive um momento de socego e calma?
Se nunca pude por um curto instante
Em fraco júbilo expandir minh'alma ?

Que importa a vida, se ao longe vejo
Negro phantasma m'estender os braços?
Se em vão eu busco libertar minh'alma
De nós tão firmes, d'estreitados laços ?

Que importa a vida, se debalde imploro
—Socorro a um pobre pelo amor de Deus?
Meus gritos morrem no rumor do mundo
—Perdem-se os échos sem chegar aos céus!

Que importa a vida, se não nutro a esperança
De vêr um dia me sorrir a sorte ?
Hoje, só quero, só dormir, desejo,
Tranquillo o somno que nos vem da morte!

De ti ó Deos, com fervor espero
Que as minhas preces não serão baldias;
Vém, anda, ó morte, qua te ha muito espero,
Vem, vem depressa terminar meus dias!

Teu amigo

Paulo Pereira.

Maranhão, 26-6-75 (A MOCIDADE, 1875, n. 2, p. 3).

O estilo desse poema foi recorrente nos periódicos maranhenses. Ele foi apresentado em primeira pessoa, e narra sua vida como um eterno sofrimento. Devido a isso, espera a morte, que aliviaria essa vida de sofrimentos. As características marcadas no poema são de subjetividade, já que apresenta o mundo interior, a intimidade do artista, suas emoções de

melancolia e de tristeza. No jornal *Revista Juvenil*, apesar de em menor quantidade, os estudantes publicaram poemas próximos ao de Paulo Pereira:

Minh' alma.

Não sei porque, mas a minh' alma é triste
C. d'Abreu.

Immersa no penar passa minh' alma,
Contando do viver seu cada instante
C'um ai de desventura,
Não banha-a d'alegria um santo orvalho,
Não acha mais no mundo um so sorriso,
Chorando sempre e sempre !

Assim como soluça a rola afflictiva,
Cantando lá no bosque os seus queixumes
Em noites invernaes;
Minh' alma entrestecida assim suspira,
Gemendo o seu penar, as maguas suas
Nas trevas da tristesa.

[...]

Immersa no penar passas minh'alma,
Contando do viver teu cada instante
Co'um ai de desventura!
Não sorves d'alegria uma só gôta,
Não achas mais no mundo um só sorriso!
Oh! chora eternamente.

Y. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 8, p. 3)

Esse poema ilustra a dor e a angustia eterna do eu-lírico. Assim como o poema anterior, subjetividade e a melancolia são as principais características desse poema. Alguns dos poemas de **amor** escritos pelos estudantes maranhenses apresentavam características semelhantes:

Tudo esquecêra.

A'...

A pompa, o luxo, a riqueza, o fausto,
Ledos praseres qu'este mundo tem,
Deixava virgem, sô por ter-te um instante
Junto a meu peito: p'ra meus braços vem !

Tudo esquecera; só de ti lembrando
Deixava o mundo sem nenhum pezar;
Ledo sorrindo receb'ria as auras
Que ao peito vinhão novo alento dar.

Soltava cantos mais gentis e ternos
 Que a propria rôla no seu casto ninho,
 E em doce instante de transporte infindo
 Eu te beijava c'infantil carinho !

Mas, ai! são sonhos tão gentis chimeras,
 Que a mente gera em febril delírio,
 E o desengano de pensar tão lêdo
 Lança-me, triste, em cruel martyrio !

Sonhos dourados, fantasias meigas,
 Porque me vindes perturbar a calma ?
 Si dos anhelos que o meu peito nutre
 Não heide nunca alcançar a palma ?

Maranhão- 1875.

The tenth. (A MOCIDADE, 1875, n. 2, p. 3).

O eu-lírico, nesse poema, sonha com a presença, junto dele, da pessoa que amava e, ao estar junto dela, seria plenamente feliz e realizado. Porém, eram apenas sonhos, frutos de um delírio, e que, deparando-se com a realidade, ficou triste e teve a calma perturbada. O sonho representava o lugar em que gostaria de estar e de viver, e a realidade era um lugar de sofrimento. O autor expôs, novamente nesse poema, a intimidade do eu-lírico, os seus sentimentos, característica do Romantismo.

O **amor não correspondido** foi um dos temas entre os autores do Romantismo brasileiro, sobretudo de Álvares de Azevedo, e esse tema foi adotado pelos estudantes do Maranhão. Em “Meu desejo”, o autor demonstra que não teve seu amor correspondido, mas seu lamento tem tom de vingança:

Meu desejo.

Meu desejo era ver-te ajoelhada
 junta á meus pés, em lagrimas desfeita.
 e, n'uma posição, tão humilhada,
 negar-te o riso que teu lábio enfeita.

Sentiria um prazer, uma alegria
 ao contemplar teu rosto amargurado,
 teus olhos lindos, onde então veria
 o meu amor sublime retratado.

Meu desejo era ser indiferente
 ás tuas provocantes seducções
 e conservar-te sempre obediente
 ás minhas caprichosas intencções.

[...]

Desejo cousas muito extravagantes !
 mas ninguém mais feliz seria que eu,
 si tu me desses beijos delirantes
 e eu cobrisse com suas mãos o rosto meu.

Oh ! como o meu amor grande seria
 com essa tua tristonha humilhação !
 Eu creio que elle mais redrobaria
 Si eu chegasse a negar-te o coração.
 1875.

Follet. (A MOCIDADE, 1875, n. 8, p. 3)

Nesse texto, o autor deixa transparecer seus desejos de humilhar quem amava para ver-se vingado pelo amor que não foi correspondido. Porém, ao mesmo tempo que desejava ver quem amava humilhada, desejava ter aquela que o desprezava junto dele, transparecendo novamente a oscilação. Os estudantes não publicavam, contudo, apenas poemas de amor não correspondido. Publicaram muitos poemas de pura contemplação do amor e da pessoa amada, como é o caso de “Ouve Elvira” e “A minha estrela de amor” (A MOCIDADE, 1876, n 18, p. 3):

Ouve, Elvira.

A'...

Gentil e meiga donzella,
 Tu te assemelhas á rosa,
 Que pudibunda e mimosa
 Matiza, enfeitada um jardim;
 Peço-le linda donzella
 Por essa tua belleza
 Que enfeitiça a natureza,
 Nunca t' esqueças de mim !

Teus olhos, ó casta virgem
 Tão negros, vivos, tão bellos
 Me fazem sentir anhelos,
 Sympathia, amor, paixão;
 Esses tres encantos d'alma
 Que n'ardentia do amor,
 Brilhão com tanto furgor,
 Mui puros, mui caros são !

Esse teu olhar mimoso,.
 Que me deslumbra e fascina,
 Tem tal poder que m'inclina
 A' adorar-te com fervor;
 Tua imagem seductora

Gravada tenho no peito,
E na lembrança o conceito
D'esse puro e santo amor.

Ouve ! Emfim, formosa Elvira,
O teu composto divino,
Como um astro peregrino,
Me arrebatava e me seduz
Por isso pedir-te vem
O meu terno coração,
Que lhe dê por compaixão
Dos teus olhos meiga luz !

Maranhão—1875
F. (A MOCIDADE, 1875, n. 6, p. 3)

O poema supracitado representa a contemplação da beleza da mulher amada. Pontuou as qualidades daquela que amava: meiga como a rosa, olhos negros, vivos e mimosos. As características pontuadas expressam um sentimento de inocência e pureza, já que o eu-lírico não cita as características físicas que poderiam remeter a sexualidade, por exemplo, mas dos olhos daquela que amava. Ao contrário aconteceu no poema “Impressões da Roça”:

IMPRESSÕES DA ROÇA.

Eu fui á Maioba. Que Festa e que povo!
Que lindas caboclas também lá ouvi!
A Chica de baixo quebrando o *chorado*
Fez logo esquecer-me d'as nymphas daqui.

E' moça e *lanceira*. Com seus attractivos
E' pedra de toque do mais vivo encanto.
Seu todo respira um certo mugango
Que a gente adoce de mal de *quebranto*.

Seu corpo é roliço e bem torneado,
Seus labios têm chammas, seus olhos fogueira.
Na dança que graça, que mel, que caídos !
Não tem a cabocla puxando á *fieira*.

Palavra ! no samba rival é impossível
Que possa os requebros da Chica igualar.
Si pula, si corre, si vem, sapateia,
Adeus encomendas, nos põe a babar,

Ao som da viola seu corpo flexível
Se volve ligeiro qual fuço ou pião,
E a gorda *chandanga* diz cousas d'Arabia
Que podem de um papa fazer um sultão.

Fiquei *desconchado*, de beijos caídos,
Até (mas segredo!) andei ao *átà*...

Porém a cabocla não quiz dar-me ouvido,
Chingou-me, é da roça, mas não foi *guájá*.

Eu volto á Maioba, co' a doce esperança
De ver me querido da linda trigueira...
Porem si insensível mostrar-se aos meus votos
Aqui tenho muita de [?] que os queira.
S. Luiz—junho—1876.
Antonino. (A MOCIDADE, 1875, n. 28, p. 3)

Neste caso, o fato de o autor pontuar as características físicas daquela que está sendo admirada, considerando-a como uma mulher atraente, transmite um sentimento mais ousado e menos inocente do que o poema anterior. Não se trata, nesse caso, de amor, mas de uma paixão decorrente dos atrativos físicos da mulher que dançava. A própria dança, que pela narração parecia ser lasciva, a ponto de “um papa fazer sultão”, evidencia que se tratava de apenas de paixão e desejo pela personagem.

No jornal *Revista Juvenil*, muitos poemas falavam de amor. O amor não correspondido, o amor vingativo, o amor puro, presentes no *A Mocidade*, reapareceram no segundo jornal do Maranhão, demonstrando certa tendência desse tipo de texto literário e dessa temática. Em “Escuta!”, temos mais um exemplo de poema cujo tema foi o amor desprezado:

Escuta!

Enlêvo dôce, que minh'alma prendes,
Ouve a canção que te envia um triste!
(Cunha Porto).

Escuta, meu anjo,
Meus ais, minhas dores.
Effeitos d'amores
Qu'eu sinto por ti !
Attende os meus rogos !
Ha tanto pedaço !
Por Deus eu te peço
M'escutes aqui:

Scentelha divina,
No seio lançada,
De fogo tornada
Em flamma voraz,
Agora meu peito.
Aonde teu nome
Existe, consome
Robando-lhe a paz !

E' todo um bulcão !
A chamma crepita,

E o peito palpila
Sentindo os ardores...
Abraza-se tudo !.. .
Que fogo tão quente !
Da lava candente
Sam chamas as dores !.

Ai o triste! que magoas!..
Tão grande ferida
Já a faz-me da vida.
Perder doce alento.
Que sorte adversa !
Em troca de dores.
Em paga d'amores,
Me dar o tormento !

Mas ah !... Bem podias
Me dar lenitivo,
Pois sabes que vivo
Luctando co'a dor;
Porem... tu desprezas
Tão sant' amisade,'
Sem ter piedade
De meu puro amor!
30 de junho de 1875. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 2, p. 3).

O eu-lírico declara seu amor e seus sentimentos àquela que ama. Neste caso, o sentimento causa tormento, angústia e dor ao eu-lírico, que, ao final, na última estrofe, pede um lenitivo, isto é, algo que suavize o tormento que sentia. Porém, pelo que foi indicado, mesmo diante da declaração, seu amor foi desprezado. O segundo exemplo que transcrevemos, transmite ingenuidade e pureza do amor sentido pelo eu-lírico:

Á. M.
Oh! minha linda cravina
beijar-te deixa uma folha,
com cuidado o beijo guarda
não deixes que outrem l'o colha.

Assim vae feliz cravina
procurar a minha amada:
nas faces pousa-lho o beijo.
e diz-lhe que vais mandada.

Que por mim vais visitai-a,
que o beijo que deste é meu;
e se acaso ella beijar-te
eu te peço da-me o seu.
P. L. (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 7, p. 3).

Nesse poema, o autor utilizou a figura de linguagem da personificação, isto é, atribuiu vida à flor, que é irracional. A flor foi empregada com um símbolo de amor, inocência, ternura e delicadeza, e esses recursos deram ao poema a ideia de um amor puro e ingênuo. Em “Amor infeliz”, os estudantes maranhenses voltaram com um poema cuja ideia era a vingança devido a um amor rejeitado:

Amor infeliz.
POESIA DEDICADA Á JOVEM.

Fizestes soffrer um peito.
Que te amava. Foste ingrata.
Mas com firmesa, e lealdade
Te confesso: hei de vingar-me
Hei de dar um lenitivo,
À minha dôr!...

[...]

Amei-te sem ser amado
Rendi culto a tua belleza
Passei noites, passei dias,
Engolphado na tristeza!..

Em Maio, de 1877.
Toti Nhozimou. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 11, p. 4)

Os poemas que falavam sobre amor foram os mais publicados nos jornais maranhenses, sobretudo no *Revista Juvenil*. Nesse, quase a totalidade tinham o amor como tema. Porém, outros temas foram empregados, em menor quantidade. Além dos citados, de veneração a natureza, amor à pátria, sofrimentos humanos e amor, no jornal *A Mocidade*, divulgaram poemas com temas diversos, dos quais destacamos três. Ambos tinham uma **tendência moralizante**. O primeiro, foi intitulado “Amor e Caridade”:

Amor e caridade.
A' MEU AMIGO E COLLEGA CARLOS PINHO.

Amor é sentimento que não morre,
Companheiro que vae alem da vida;
E' luz que rutila e não se apaga,
E' escada da terra aos céos erguida.

Amor é as azas que nos levão
Do Deos eternal á dextra palma;
E' chave que do céu as portas abre,
A mais linda e gentil das flores d'alma.

Amor é o incenso que perfuma
 O tabernaculo d'uma'alma virginal;
 E' dos olhos de Deus a gotta santa
 Derramada n'um vaso de crystal.

Caridade é lindo anjinho,
 Que guarda as chaves dos céos.

[...]

Ha no livro de noss'alma
 Duas palavras bem ditas,
 Que não morrem, nem se apagam,
 Pela mão de Deus escritas.

Um é amor—doce chamrna,
 Que leva o homem p'ra os céos;
 E' a outra-caridade

9-7-75.

Joaquim R. Gonçalves (A MOCIDADE, 1875, n. 5, p. 3)

Em “Amor e Caridade”, observa-se o tom moralizante e religioso, quando se fala de Deus. Foi um texto que enaltecia e reforçava esses predicados aos leitores. Outro poema, chamado “Bíblia”, tem, igualmente, teor moral e religioso, pois busca convencer o leitor da importância do livro. O segundo poema que destacamos recebeu o título de “Sobre gostos”:

Sobre gostos.

Em matéria de gosto
 é sempre asneira ventilar questão,
 depois, a discussão
 em vez de trazer luz, em certos casos
 só traz escuridão.

Pobres innovadores de costumes,
 de vós me compadeço, tenho pena
 de vos ver empenhados
 em plantar flor onde só dam legumes;
 com a vossa alta missão
 sempre vos achareis embaraçados,
 haveis de trabalhar, mas sempre em vão.

Sirva de exemplo o grande D. Quixotte,
 o infeliz e magro cavalleiro,
 correndo o mundo inteiro
 para o mundo salvar,
 —o mundo ! que sorria sempre ao vel-o
 apaixonado, esguio e amarello.

[...]

O coração humano tem pilhérias,
 ensossas na verdade,
 mas que não deixam ás vezes de trazer
 alguma novidade;
 quando se pensa conhecel-o ao certo,
 miral-o bem de perto,
 elle transmuda a face de repente,
 e o estudo que se fez
 some se d'uma vez
 nessa nova corrente.

Deixai o coração
 andar como quizer;
 e si algum pretender
 buscar-lhe a todo custo algumas prendas;
 acho muito melhor
 que, em vez de hir aprender o que ú o amor,
 aprenda á fazer rendas.

Deixai que os homens vivam satisfeitos —
 cada um com o seu gosto
 Ora, uns podem gostar do delicado,
 do simples, do bem feito,
 —sou desta opinião—;
 outros, porem, já em sentido opposto
 preferem um figurão
 grotesco o desmanchado:
 é muito natural
 que, si não for um gosto aprimorado
 será, ao menos, sempre original
 C.

Maranhão-1876. (A MOCIDADE, 1875, n. 22, p. 3).

O poema “Sobre gostos” parece ter sido criado mediante um evento pontual vivido pelo autor, como se buscasse passar um recado. De qualquer forma, transmite um ensinamento moral de que cada pessoa tem seu próprio gosto, sendo eles comuns ou incomuns. Nele, o autor aproxima-se dos ensinamentos religiosos ao posicionar os humanos como marionetes, e Deus, que tudo comandava, como o titereiro.

Os poemas nos jornais do Rio de Janeiro receberam contornos específicos. As características românticas, nesses poemas, são mais sutis e, em alguns casos, nem aparecem. Apesar disso, era uma literatura criada pelos estudantes para seus pares, isto é, era fonte de leitura para a mocidade estudantil. No jornal *O Aspirante*, boa parte deles são para **homenagear o diretor da escola, as alunas que frequentariam as aulas para o sexo feminino, e ou próprio Liceu**. Assim como explicamos na primeira seção, o periódico fazia uma espécie de propaganda daquela instituição, pois os alunos atestavam a todo momento os

benefícios, vantagem e resultados das ações realizada no Liceu. Os poemas cumpriram a mesma função. Para exemplificar, transcrevemos o poema “Ao Lyceo.”:

Ao Lyceo.

Eis que abrindo-se já do templo as portas,
A' orphandade, ao povo todo, emfim ;
O povo forma em volta delle um circo
E n'um só brado proclama assim:

—Mulher caminha, é já tempo agora,
Bem vês espera aquella luz celeste ;
Porque se alguém te perguntar um dia,
—E' tua filha, que educação lhe deste?

Responderas-lhe com sorriso meigo,
Que ufania caiba em lhe dizer Senhora !
—Ali o talento, a supremacia tem,
De uma Architecta, uma audaz pintora.

—Foi um templo divinal sagrado
Que as sacras portas lhe abriu agora,
Entrou pr'a lá sem a luz da Arte;
E sahio brilhante como a luz da aurora.

Béttencourt, aceita os parabéns sinceros
Que o velho mundo reconhece além,
Recebe aplausos deste povo inteiro
E as bênçãos que do céu te vem !...

Mulher caminha, não trepides não,
Bem vez te espera aquella luz celeste,
Porque se alguém te perguntar um dia
-E' tua filha? Que educação lhe deste ! I
11 de Outubro de 1881.

Augusto Quintella. (O ASPIRANTE, 1881, n. 1, p. 3).

Nesse poema, Augusto Quintella, aluno do Liceu, reafirmou que ao povo foi aberta as portas do Liceu, incentivou as alunas que receberam permissão, a partir de então, de frequentar as aulas naquela instituição, e homenageou o diretor e idealizador, Bethencourt da Silva pelas iniciativas realizadas na instituição. Esse foi o tipo de poema que predominou naquele jornal, tendo apenas algumas exceções, que foi o poema “O Pé”, e o “Ao sol”, transcrito a seguir:

Ao sol

Oh ! poderoso rei, tu que o universo
Com teus brilhantes raios illuminas,
Vê si consegues aquecer minh'alma
Que gela-se da noite entre as neblinas.

Os pallôres da lua matam crenças,
O brilho das estrellas enlanguedece ;
Só teus beijos, oh ! auri-fulgente
Tem poder de aquecer o que fenece !

Brilha, pois, e transmite-me em teus raios
O calor de que est' alma necessita ;
Quero viver, amar, sonhar e muito,
Que um coração de moça em mim palpita.
Julieta Monteiro. (O ASPIRANTE, 1881, n. 7, p.

Esse poema não foi assinado por alunos do Liceu, mas por uma escritora brasileira, do qual os alunos haviam noticiado o lançamento de um livro de poesias. Julieta de Melo Monteiro (1855-1928) foi uma escritora do Rio Grande do Sul que adotou em seus escritos o Parnasianismo. Essa escola literária ganhava força desde os últimos anos da década de 1870, e, o fato de os alunos citarem poemas dessa autora e o lançamento de seu livro demonstra o avanço que esse movimento literário vinha adquirindo no país. Além destes, poemas que falam sobre amor foram publicados na última página do último número, “Ella”, “A’ ti ingrata a ti que...” e “Soneto”.

No jornal *Chrysalida*, do Rio de Janeiro, dois poemas coadunavam com a **educação da menina e a moral religiosa** prevista na instituição de ensino frequentado pelas alunas:

ORAÇÃO DE UMA FILHA
Virgem pura : fazei que a mãe querida
Volte á saúde. Conservai-lhe a vida!

Fazei-o, sim: bemdicta mãe de Deus!
Ouvi, por piedade, os rogos meus!

Oh ! que longo soffrer ! Pobre matrona !
Ponde-lhe fim á dôr, Santa Madona.

Renasça-lhe o vigor: volte á saúde
Quem tem por norma o culto da virtude! (CHRYSALIDA, 1887, n. 3, p. 4)

GRATIDÃO
Bem como o lirio, quo abrolha
Em fresca manha doirada,
Abre seu calix fragrante
Ao pranto da madrugada!

Assim, minh'alma innocente
Na primavera da vida
Recebe as lições, que dictas,
Oh ! minha mestra querida!
Maria da G. Lessa P. da Silva. (CHRYSALIDA, 1887, n. 3, p. 4)

Os poemas, escritos em primeira pessoa e expondo os sentimentos intimistas do eu-lírico, indicam que as alunas podem ter se orientado pelas características do Romantismo para elaborar seus poemas, consciente ou inconscientemente. Ademais, tanto o sentimento de gratidão, do segundo poema, quanto a atitude da oração, no primeira, revelam uma faceta moral, ligadas ao ensino religioso e a educação moral presente na educação do sexo feminino. Em “Beleza verdadeira”, foi dado outro ensinamento moral às alunas no que dizia respeito ao que era a beleza:

BELLEZA VERDADEIRA⁶⁷

Eu vou fazer-te um dom, casta donzella;
Quero o meio te dar de seres bella...
Mas córas, soltas um sorriso brando,
E no espelho traidor te vás mirando !
Quem te elogia em face é falso amigo ;
Larga do espelho e escuta o que te digo.

Queres decente apparecer em festa ?
Usa trajar singelo e cor modesta.
Queres da flor de Abril ter a figura"?
Mostra-te pouco e em simples compostura.
Queres do sol a um raio comparar-te ?
Fala sempre verdade em toda a parte.
Queres assemelhar-te á Divindade ?
Sabe exercer a santa caridade.
Queres de anjinho merecer o nome ?
Em veo espesso os benefícios some. (CHRYSALIDA, 1888, n. 25, p. 8)

A beleza verdadeira apresentada pelo poema às leitoras do jornal relacionava-se a modéstia no vestir, a discrição e compostura, em ser verdadeira, e ser semelhante a divindade, por meio do exercício da caridade. Portanto, dizia respeito a um conjunto de normas morais e não a atributos físicos. Os poemas com preceitos moralizantes, mesmo que sutis, era adotado, nesse caso, à educação moral da menina.

Além destes, divulgaram dois poemas de **amor à pátria** no número 16, edição de comemoração pela Abolição da Escravidão no país, em homenagem e agradecimento a princesa regente que promulgou a lei. Dos poemas, transcrevemos um, já que ambos são semelhantes:

A' AUGUSTA PRINCEZA REGENTE

Princeza, que és o ídolo

⁶⁷ Esse poema foi publicado em duas línguas, o português e o italiano, com o título de “Belleza Vera”. Isso indica que as alunas estudavam mais de uma língua, como era comum no período. Além do italiano, cantos sacros em latim foram publicados nesse jornal.

Do povo brasileiro;
Que espedaçaste os vínculos
Do horrendo captiveiro ;

Princeza, Augusto Symbolo
Da santa liberdade,
Que has de, vencendo os séculos,
Ir á immortalidade ;

A teus egrégios títulos
Hoje se uniu, Senhora,
O nobre, o formosíssimo
Brasão de--Redemptora.

Por isso o povo em cânticos,
Por entra bençãos mil,
Saúda a grande, a inclyta
Regente do Brazil. (CHRYSALIDA, 1888, n. 16, p. 2)

Por meio do poema, fica constatado que as alunas participavam dos eventos relacionados a pátria naquele período. Elas exaltavam a figura da Princesa Isabel, que no dia 13 de maio de 1888 assinou a promulgação da Lei Áurea, libertando os escravos brasileiros do cativeiro. O poema tinha a intenção de comemorar a data e mostrava que elas não estavam desatentas àquilo que as cercava, e posicionavam-se frente as questões políticas de seu tempo.

Por fim, citamos a divulgação no periódico de poemas com **temas aleatórios**, sem uma finalidade explicita. Os poemas são intitulados “O mar”, “Um anelo” e “A Folha”. Transcrevemos um:

O MAR

Soberbo, argenteo mar! Aos teus bramidos
Quando a procella agita os teus arcanos
Sinto que o pranto do milhares de annos
Grave e sinistro echoa aos meus ouvidos!

Apoderam-se então dos meus sentidos
Pensamentos terríveis quasi insanos
Que ao vivo me relembram quantos damnos
Assim causaste a tantos sec'los idos !

Não! Prefiro-te calmo e bonançoso:
Plácido espelho de um luar sereno
Onde, da esposa o pescador saudoso,

Cantando voga em seu batel pequeno,
Como voga minh'alma em mar de goso
Ao ver-te manso, mudo, quieto, ameno!
B. de M. (CHRYSALIDA, 1888, n. 15, p. 4)

Os poemas apresentam como semelhança uma característica romântica que os compõem. Ambos apresentam a subjetividade do eu-lírico, seus sentimentos interiores relacionados ao mar, no primeiro, a um anseio, no segundo, e ao destino, no terceiro. O mar, o anelo e a folha foram apenas utilizados para figurar aquilo que sentia o eu-lírico.

Finalmente, debruçamo-nos sobre os poemas dos jornais paranaenses. A influência do Parnasianismo pode ser observada nos periódicos paranaenses, conforme apontamos anteriormente, pois os alunos citavam e publicavam textos de autores enquadrados no Parnasianismo. Apesar disso, as características do Romantismo faziam-se presentes nos escritos literários estudantis do Paraná. Em primeiro lugar, citamos um poema cujos pontos adequam-se as características do Parnasianismo:

A PRIMAVERA

(A' Nivardo do G. da Silva)

São cinco da manhã. O campo é lindo
Os riachos mormuram, ás aves cantão ;
Aspira a brisa abrindo as bellas flores,
Que de mil cores meu olhar encantão.

Desprende a patativa alegres sons
Saudando o auro sol, que alem s'ergueo;
Emquanto a andorinha volitando
Busca uma migalha ao filho seo.
Tudo é bello na estação da primavera

O rio, o campo, o sol, o céo, a flor;
Tudo tem attractivos, tudo encanta,
Nada espanta meu Deus, é tudo amor.
Aramis. (A OPINIÃO, 1887, n. 6, p. 2).

Nesse poema, não há subjetividade, mas, ao contrário, há objetividade⁶⁸ quando se narra e se descreve aquilo que era possível observar na natureza às cinco horas da manhã. Por isso, uma das características desse poema é a impessoalidade, isto é, não há interferência emocional do eu-lírico. No que tange a escrita, a métrica dos versos é expressiva, o vocabulário é culto e rebuscado. Essas são as características que podem ser observadas nos poemas do movimento literário Parnasiano. Entende-se, a partir dos poemas que apresentam características parnasianas, que os autores desse movimento que citavam, como Olavo Bilac, provocaram modificações na escrita literária dos estudantes. Como esse, os poemas “O

⁶⁸ O Parnasianismo foi um movimento que se opôs ao Romantismo. Devido a isso, suas características são opostas.

Homem” e “O Livro”, publicado no primeiro número do jornal *A Opinião*, “A tempestade” e “A flor”, do número dois, são exemplos de poemas que assumiram características desse movimento literário.

Contudo, as características do Romantismo foram utilizadas em outros poemas, a exemplo do poema “Realidade”:

Realidade (A' Baptista Vallões; de Aramis)

Essa vida de mágicos fulgores
Já fugis, para minha desventura;
Eu sou uma triste creatura,
Que vivo, por aqui, cortindo dôres.

Vejo fallarem em bailes e amores,....
Procuro, então, sahir da tréva escura,
Mas vem logo a morte fria e dura.
Encher-me de susto e de temores.

Olho o céu e os ares com tristeza,
Vejo o mundo que tenho de deixar,
E vejo quanto é grande a natureza!

Pouco a pouco vou vendo se findar
As crencas, ih amores e a belleza,
Para a vaidade então melhor reinar (A OPINIÃO, 1887, n. 3, p. 2)

Além da característica da **subjetividade**, o tema é característico do movimento do Romantismo, pois discorre sobre os sofrimentos humanos, como o susto, os temores e a tristeza, tema este presente na literatura da segunda geração romântica. Como este, o poema “Soffrimento”, publicado no oitavo número, apresentava o mesmo tema. O segundo jornal paranaense, *A Idea*, os estudantes voltaram a publicar poemas cujo tema era os **sofrimentos humanos**:

DESCRENÇA
(A'ANNIBAL G. CARNEIRO)

Não perguntes porque tão triste vivo,
Se a vida me tem sido só martyrio,
Se no meu peito já não existe crença :
Extingui se na luz de branco cirio.

Trago a vida passada, sem que um dia
Me raiasse uma aurora de bonança ;
Nunca tive em meus lábios a alegria,
Nem no peito sorriu-me a esperança !

Só existe em meu peito a lava ardente

Do desgosto, da dôr e da amargura ;
 Descrente desta vida só espero
 O socego encontrar na sepultura.
 Porthos (A IDEIA, 1888, n. 4, p. 4)

Os poemas que ilustravam a angústia, a tristeza e os sofrimentos do eu-lírico aproximaram-se dos que eram publicados nos jornais do Maranhão. Esse tipo de poema romântico, em que ocorre o predomínio da melancolia, dor e tristeza, que compunham os poemas dos estudantes maranhenses desde 1875, ao final do Império, em 1888 e 1889 tinha presença marcante nos periódicos paranaenses.

Em “Amor sublime”, a oscilação, característica do romantismo, foi utilizada pelo autor:

Contraste sublime
 Que odor pode exlhalar a flor ameaçada
 Do caustico solar suas pet'las abater ?...
 Que jub'lo pode ter, na vida—grande estrada
 Um triste coração sentindo se a morrer?..

Nada ! Só tristeza e suspiros, e só nada.
 Um grito de agonia, um riso d'extorcer
 Ah ! Mas que contrast'a mundana gargalhada ;
 Cresta o sol ardente..., orvalho faz viver:

Então, a flor crestada, outr'ora tão louçã,
 Recebe da Natura, às pet'las magoadas,
 O bafejar da tarde, o pranto da manhã :

Assim o coração, —o anjo lutador-
 Recebe d'outro anjo, ás queixas orvalhadas,
 O balsamo de «filho», as lagrimas do amor.
 Silveira Netto (A IDEIA, 1888, n. 4, p. 3)

O início do poema foi marcado pelo sofrimento. Nas últimas duas estrofes, porém, o sentimento se modifica, enfatizando a oscilação entre tormento e paz, o ilogismo, conforme apresentamos em Coutinho (2002). Outros temas românticos figuraram nesses periódicos, como os de **amor**, cuja presença se fez marcadamente no jornal *A Ideia*. Em “Recordação”, o amor foi tema principal:

Recordação (assinado por Porthos)
 Não te lembras oh ! morena
 D'aquella manhã d'AbriI,
 Que nós ouvíamos juntos
 O canto da juryty?

Tu eras casta e formosa
 Teus olhares seductores,
 E teus lábios purpurinos
 Só me fallavão de amores

Pois n'essa bella manhã
 Da aurora da nossa intancia,
 Que tu mimosa morena
 Me d'éste tanta esperança.

Essa manhã já passou
 E com ella a mocidade;
 Ainda sinto o meu peito
 Palpitante de saudade!... (A OPINIÃO, 1887, n. 3, p. 2).

No jornal *A Idea*, os poemas sobre o amor podem ser encontrados em diversos números. Destacamos o poema “Desalento”:

DESALENTO

(A' Marilia)

Menina tu tens um nome
 Mais doce que o puro mel;
 Por ti vago nas ondas
 Como um perdido batel.

Teus olhos negros, singellos
 Faiscam chammas d'amor,
 De ser d'elles captivados
 Oh ! meu Deus sinto temor.
 Dos teus lábios bem rosados
 Como o mais fino rubim,
 Lindas palavras brotavam
 Macias como setim.

Dos dentes teus de marfim
 Sibillo suave sabia;
 Acompanhando as palavras
 Que o anjo meu proferia.

Tuas mãos brancas qual neve
 A's minhas mãos encontravam;
 Do meu coração as cordas
 Sensivelmente vibravam.
 1888 - Alberto Guimarães. (A IDEA, 1888, n. 1, p. 1)

Além deste, o poema “Tem pena de mim”, no número dois, “Escuta”, do número cinco, dentre outros, tem por tema o amor, cuja característica foi, assim como nos poemas de renomados autores românticos, a subjetividade do eu-lírico, a contemplação da figura da mulher, o amor ora correspondido, ora não correspondido, dentre outras.

Cavalcante (2005) nos ajuda na compreensão da frequência com que os autores românticos falavam de amor. Os pressupostos dessa autora ajudam a elucidar, portanto, porque os estudantes secundaristas falavam de amor, a exemplo literatos de seu tempo. Ela explicou que na tentativa de reordenar o mundo, após as revoluções, o homem descobriu a sua capacidade de criar um universo fora da realidade, por meio da imaginação e da fantasia, mergulhando dentro de si. A incapacidade humana de adaptar-se ao novo cenário proporcionou a necessidade de evasão para o mundo apaixonado da arte. Essa evasão proporcionou ao homem alcançar os ideais almejados, salvando o homem da rotina, abstraindo-o da realidade, e dando a ele as condições de viver um sonho. A arte, portanto, se apresentou como o registro de suas experiências interiores, sobretudo a experiência amorosa.

Por isso, ela afirmou que em nenhum outro momento da literatura o amor esteve tão presente nas obras literárias como no Romantismo. Nele, o sentimento amoroso passou a ser o essencial na vida, traduzindo a autêntica interioridade do homem no século XIX. Ela ponderou que desde sempre houve a sensibilidade para o amor, a paixão, a insatisfação com a vida, o prazer no sofrimento, o desejo de morte. Porém, no Romantismo, foram capazes de exprimir todos esses sentimentos e incorporá-los ao seu cotidiano, não sendo apenas uma arte, mas uma expressão de vida (CAVALCANTE, 2005).

Entende-se, assim, que o amor emana, ao mesmo tempo, o pessimismo, a melancolia e a morte. Trata-se de um paradoxo. A consciência da solidão, que gerava um profundo pessimismo, melancolia e angústia decorre do Romantismo. A alegria e a serenidade desapareceram da literatura, dando lugar a melancolia, a dor, ao desprezo total pela existência. Além disso, tudo se mostra como ilusão, como sonho, que é carregado de dor.

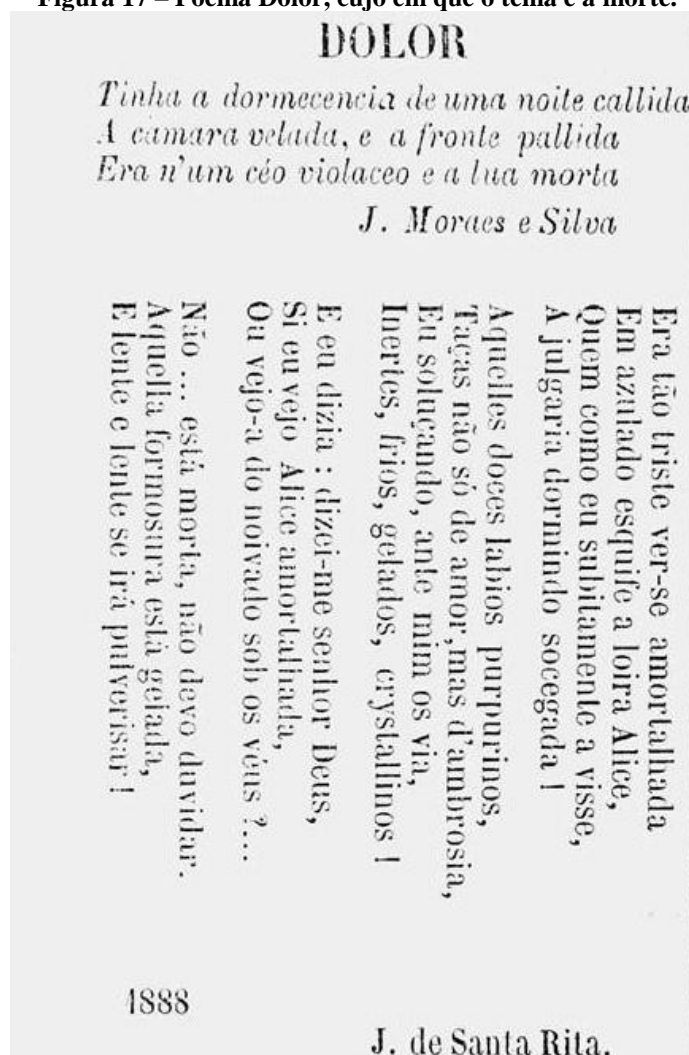
Para exemplificar, Cavalcante (2005) enquadra os textos de Álvares de Azevedo nessa perspectiva, pois ele melhor expressou o sentimento de evasão da realidade, do individualismo e do pessimismo. As crises de valores encontradas na obra desse autor foram provocadas, para Cavalcante (2005), pela necessidade de encontrar a satisfação interior que, para Álvares de Azevedo, resumia-se em amar. Em seus textos, a morte foi apresentada como fuga, e o amor como possibilidade de vida. Além disso, a ideia de morte resulta do desencanto amoroso.

Dessa forma, para essa autora, um dos mais significativos paradoxos do Romantismo foi o tema do amor e da morte. O amor, quando não se concretiza, não atinge sua plenitude, angustia-se, desespera-se e busca a morte. Por esse motivo, os textos românticos, em especial pela influência dos escritos de Álvares de Azevedo, discorriam sobre o amor, e, por sua vez,

sobre a morte. Entendemos que os estudantes se apropriaram dessas características para escrever seus poemas, e, além deles, seus contos, conforme apresentamos adiante.

A **presença da explícita da morte** foi o que destoou os poemas paranaenses dos demais jornais de nossa coleção.

Figura 17 – Poema Dolor, cujo em que o tema é a morte.



Fonte: Poema do número jornal *A Ideia* (1888).

No poema “Dolor”, que apresentamos na figura 11, o autor J. de Santa Rita descreveu como estava Alice, que havia morrido. O ator destaca a beleza de Alice, que, mesmo morta, parecia estar viva, ou, ao final, como uma noiva. Quando a imaginou como uma noiva, parecia que o autor nutria por Alice um sentimento de amor. Amor e morte foram apresentados em um mesmo poema.

Os estudantes criavam poemas, cujos personagens eram animais, e eles tinham uma morte trágica ao final:

A Gazella
 Sobre um cochim de malvas e de rosas
 No regaço do bosque, socegada
 Dorme a gazella e sonha... A madrugada
 Beija de leve as arvores frondosas.

Sonha que, em vasta alfombra de mimosas
 Por chrySTALLINAS aguas esmaltada,
 Folga segura a tribu delicada
 Das gazellas ligeiras e formosas.

Súbito um grito agudo o espaço agita,
 E como o raio cai da tempestade,
 A panthera voraz se precipita.

Assim, gazella da alma, oh Mocidade
 Quando tu sonhas sobre ti palpita
 A sanguinária e bruta Realidade.
 Luiz Guimarães. (A IDEA, 1888, n. 7, p. 2).

No início do poema, a gazela foi posta em um lugar tranquilo. O sonho volta a aparecer, agora nos poemas paranaenses, para marcar a fuga da realidade. Porém, bruscamente, um grito interrompe a tranquilidade que vivia a gazela, e a pantera aparece. No poema, não ficou explicito que a gazela havia morrido, porém, a sanguinária e bruta realidade deixa assim entrever. A realidade foi marcada como bruta, cruel, e o sonho, como a fuga dessa realidade.

4.2.2. Os contos nos jornais estudantis

Nos contos dos jornais estudantis, sobretudo dos do Maranhão e do Paraná, o amor e a morte foram suas marcas, assim como apareciam nas poesias. Nos detemos, daqui em diante, em expor os contos divulgados nos jornais estudantis. Os contos dos alunos maranhenses tinham características marcadamente românticas. Neles, além dos temas (amor e morte) característicos dessa escola literária, empregou-se a subjetividade (intimidade do eu-lírico); descrição detalhada da natureza; contemplação da natureza; sentimentalismo e exaltação da emoção; valorização da morte e do amor, pontos evidenciados no Romantismo brasileiro.

O conto “Somno da virgem”, do jornal *A Mocidade*, é um exemplo de conto que discorria sobre o amor. Nele, o eu-lírico narra que, durante a noite, todos começaram a dormir ao ar livre. Não foi mostrado no conto quem eram as pessoas. A natureza foi narrada pelo autor em tom de contemplação e veneração, além de ser descritas em riqueza de detalhes:

“Branda e taciturna corria a noite de... na nossa tão pitoresca cidade de S. Luiz, e no manto das trevas os seus felizes habitantes envolvia. Eu velava...mas, oh! felicidade inaudita! em companhia de estrellas refulgentes onde sobressahia a minha Sirius!” (A MOCIDADE, 1875, n. 8, p. 2). Foi revelado as pessoas estavam fazendo: “Sim, vigiávamos, porque estávamos n’esse dia velando sobre um inocente...” (A MOCIDADE, 1875, n. 8, p. 2).

O eu-lírico, então, ao acordar, narrou:

O meu posto bem cedo abandonei deleitado por scena tão sublime, e pára que de perto sentir pudesse aquelle respirar tão brando---tão mellifluo... .aproximei da rede a minha cadeira.

Sua cabelleira basta e acastanhada que o manso zephiro apenas mover ousava, em parte lhe cahião sobre o ofegante seio alabastrino; seus olhos, que são pretos, porem vivos e scintillantes, erão ocultos por delgados cilios que não deixavão ver o fogo que delles expandia; seus nacarados lábios os quaes quizera eu que me dissessem: «eu te amo» encobrião um bello renque de marfim mimosamente talhado; seu seio, que de continuo arfava, deixava idealisar-se o que dentro se passava; suas mãos, d’onde sahião finos dedos quaes hastes de Crystal, jamais encontrarão competidoras em perfeição e lindeza, e n’esta occasião servião de arrimo a gentil cabeça; sua cintura – de airoosa fada – era graciosamente abraçada pelo elegante vestido; de seus pés, que mais lindos não vi, quase que por aquele me era roubada a contemplação.

[...]

Era a virgem, que quebrando as cadeias do terrível filho da Noite, voltava a fazer me companhia na vigília: despertava de um somno de rosa!

Essa virgem tão meiga, tão pura – [...] é o symbolo da belleza, da candura e da innocencia.

Anisio. (A MOCIDADE, 1875, n. 8, p. 2)

O eu-lírico contempla a beleza da figura que amava. A mulher, nesse caso, era um ser supremo e venerado pelo autor do conto. Suas características físicas eram, para eles, perfeitas, pois a descrição em detalhes de todos os pontos do corpo da amada evidencia que o eu-lírico a considerava perfeita em todas as suas partes. Essa menção a todas as partes do corpo, inclusive do seio e a cintura, evidenciam a sensualidade da mulher e, por isso, o amor carnal do eu-lírico.

O conto “Alice o seu ideal” narrava a história de Alice, virgem adolescente, cujo passatempo que mais gostava era ficar entre as flores no jardim. Um dia, Alice adormeceu no seu jardim e sonhou com um mancebo: “E’ que ella sonhava, sim, mas já não era com as suas flores—era com coisa muito diversa. Foi o vulto de um mancebo que se lhe afigurava distinguir por detraz da sua roseira de todo o anno.” (A MOCIDADE, 1875, n. 13, p. 2). Após o sonho, ela nunca mais esqueceu a figura do rapaz que havia lhe aparecido em sonho.

Segundo o narrador do texto, aquele mancebo era o seu ideal e, “[...] ella o amou. Amou um ente imaginário, um mancebo que nunca tinha visto, que não sabia quem poderia ser – mas ela o amou embora” (A MOCIDADE, 1875, n, 13, p. 3). Após dias amando-o em segredo, o autor narrou que o mancebo com o qual Alice sonhou existia, e era seu primo: “Estava ali, bem em sua frente e a sós – o lindo rosto do seu ideal” (A MOCIDADE, 1875, n, 13, p. 3). O final do conto foi feliz, pois Alice e seu primo Eudato se apaixonaram e se casaram.

No conto “Rosa”, o autor aborda o amor e a morte. O narrador personagem conta que foi passar o carnaval em Bruxelas. Ele e um amigo foram passear e se distanciaram da cidade, chegando ao campo, que foi narrado pelo autor com riqueza de detalhes e em tom de contemplação. Então, avistaram um velho que chorava sobre um caixão, mas ele, em seguida, passou mal e foi levado. Então, o amigo do narrador contou a história da pessoa que havia morrido. Tratava-se de Rosa, jovem que se apaixonou por um preguiçoso rico que a seduziu, fazendo juras de amor. Rosa então, entregou-se a ele e teve um filho, que morreu logo após o nascimento. O pai de seu filho, porém, a abandonou, mas, mesmo diante das atitudes do sujeito, Rosa o amava e, com a rejeição, adoeceu e morreu. Seu velho pai, que dela dependia, ficou sozinho e desamparado.

O narrador ficou impactado com a história que seu amigo contou. À noite, foram ao baile de carnaval conforme haviam combinado. Lá, encontraram o tal rico que havia seduzido Rosa, a fazer juras de amor a outra mulher inocente, deixando a personagem principal do conto revoltado. Ao voltar para casa e dormir, o rapaz sonhou que o amante de Rosa estava sendo julgado:

O acusado – o amante de Rosa – procurou justificar-se, porém não lhe sahiu uma só syllaba da boca.

Lavraram a sua condemnação; porem no mesmo momento ouviu-se uma musica celeste, e uma forma branca interpoz-se entre o juiz e o condemnado. Divisei então uma mulher triste e pallida.

— Falla, disse o príncipe; e a visão falou:

— Perdoae-lhe, senhor, como eu já o perdoei.

E sumiu-se.

A visão triste e pallida era Rosa. (A MOCIDADE, 1875, n. 17, p. 4)

No conto “Rosa”, o autor transmitiu aos leitores alguns ensinamentos morais. Às mulheres, apregou que não se deve deixar enganar por promessas, tão poucos entregar-se aos homens por amor. Aos homens, ensinaram que não se pode enganar uma mulher para se aproveitar dela, pois suas ações ruins podem ser julgadas. Além disso, o perdão, consentido

por Rosa, demonstra a pureza e benevolência da mulher, bem como o sentimento de compaixão.

No conto “Ou morrer, ou ficar”, narram a história de Alberto e Evangelina. Em uma tarde de outono, Alberto recebeu a notícia de que precisava partir, e, por isso, abandonar sua amada Evangelina. Então, marcou um encontro com Evangelina e disse a ela que os pais estavam o obrigando a ir para a América do Norte. Ele disse a ela: “[...] querem que eu parta, que te deixe minha amada, prosequio elle tristemente, mas isso é impossível. Ou morrer, ou ficar, eis o que tenho resolvido” (A MOCIDADE, 1875, n. 27, p. 3). Evangelina, após se recompor da notícia, disse ao amado:

«Bem, Alberto! Querem que partas, não ? Partirás pois!»
 Alberto ficou confuso, e respondeu: «Será crível, Evangelina? Queres que eu parta ?»
 «Não te afflijas, criança, replicou ella; a tarde aqui te espero: desejo conversar comtigo: mas vem resolutamente, porque partirás!»
 Deixarão ambos o bosque, para à tarde ahi de novo se encontrarem.

II

A' tarde á hora justa encontrou Alberto, Evangelina á sua espera.
 «Vem, disse ella; assenta-te, e puchando a si o moço imprimiu-lhe na fronte um beijo ardente.
 «Aqui estou, Evangelina»; balbuciou o moço assentando-se triste ao lado da joven.
 «Alberto, tu amas-me, eu amo-te, e, pois, digo-te has de partir», disse ella.
 «Não partirei», disse resolutamente o joven.
 «Has de partir, digo-t'ó eu, e, tirando do seio seio um punhal, cravou-o no peito do seu amante, dizendo:—parte! Não sejas injusto!»
 «Evangelina, tu me trahiste», murmurou o joven.
 «Não ! não te trahi; é forçoso que partas, parte então, e eu te acompanho por que sou tua, porque te amo», exclamou ella cravando tambem no sen peito o punhal já manchado de sangue do seu amante. (A MOCIDADE, 1875, n. 27, p. 3).

Esse conto trágico tem enredo próximo ao conhecido romance de Shakespeare, *Romeu e Julieta*. Expressa, da mesma forma, o que discorreremos acerca do amor e da morte. Nele, não podendo ficar ao lado de seu amado, prefere a morte. A morte foi a melhor saída diante do sofrimento de ter que ficar longe daquele que amava.

No jornal *Revista Juvenil*, citamos dois contos cujo desfecho foi a morte. Um deles, intitulado “Ensaio”, foi o mais longo conto e, por isso, foi seccionado e publicado em três números. Contou a história de um rapaz, Menezes, que imaginando que sua amada, Marília, havia o traído com seu melhor amigo, Campello, optou por um final trágico:

Menezes armado de um revolver corre a sala de lado a lado, ameaça fazer saltar a cabeça de quem d'elle se aproximasse

Campello pallido tenta soccorrel-o porem recua vendo a decisão em que se acha Menezes de desparar-lhe o revolver.

Marilia. .Marilia! grita Menezes, arrancando do bolço dois retratos, um de seu pai e outro de Marilia. [...]

Marilia, Marilia. oh! ingrata amante, morreremos juntos eu e tu. Eu porque não posso mais viver. Tu porque juraste só viver p'ra nossa felicidade. Vamos. Ah! Meu Pai! Dispara o primeiro tiro no retrato de seu pai, o segundo no de Marilia e o terceiro em seu peito. O sangue goteja-lhe do peito, e seu corpo rola inaminado. Todos correm para restituir-lhe á vida porem em vão.

[...]

A noticia de que fora Marilia a causa da morte de Menezes corre de pessoa em pessoa.

Quando uma servente do dr. Segisnando conta o facto e seus promenores ás suas amas, isto é, a Joanna e Marilia, esta deixa escapar um grito, e correndo para o quarto do dr. com um punhal põe termo a sua existência. Entra o dr. Segisnando e ao ouvir os lamentos e choros, pensa ser por Menezes, porem a causa estava mais perto. Joanna corre a seus braços em prantos e mostra-lhe o horrendo espectaculo, isto é Marilia com um punhal cravado no peito.

No outro dia ás 8 horas da manhã encontraram-se os dois prestitos no cemitério da cidade. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 8, p. 3)

Neste conto, a morte foi preterida por Menezes ao crer que na possibilidade de que aquela que lhe jurou amor, o traiu. A morte, portanto, foi a saída encontrada pelo personagem para não viver o sofrimento de perder a mulher que amava. Amor e morte, portanto, caminharam juntos.

No número sete, publicaram um conto em que figuravam, novamente, o amor e a morte. Porém, o amor não era entre um homem e uma mulher, mas de uma mãe e uma filha. Conta a história de Júlia e Maria, mãe e filha. Era um dia de terrível tempestade. Maria estava moribunda e Júlia, filha doce e prestimosa, orava pela mãe ajoelhada ao seu lado. Eram pobres e viviam numa casa miserável. Júlia parou de orar voltou a trabalhar. A mãe pediu que Júlia descansasse, pois estava trabalhando demais, mas Júlia disse que não estava cansada. A mãe, subitamente, teve um ataque, sangrou pela boca e morreu. Júlia sofreu muito e desmaiou. No dia seguinte, ao entrarem na casa, encontraram dois cadáveres, causando comoção na cidade, pois era criaturas de muita estima. O autor, Sedemihera, anunciou, ao final: “E assim findaram esses dois entes, que nasceram para se amar, e que não podiam separar-se nem mesmo na morte!...!” (REVISTA JUVENIL, n. 7, p. 3).

Ao que tudo indica no conto, a morte da filha foi ocasionada pela perda de sua mãe, que tanto amava. Assim, mais uma vez, a morte livrou a filha do sofrimento de perder sua mãe. É possível observar no conto a presença do tom moralizante, sobretudo na figura da filha. Ela amava sua mãe acima de tudo, e se sacrificava para sustentar e cuidar daquela que

amava. O sentimento de amor à família ou amor aos pais foi, dessa forma, sublinhado no comportamento da filha. Esse sentimento foi levado às últimas consequências pela morte da filha, em virtude do sofrimento extremo ao presenciar a morte da mãe.

Um conto desse jornal apresentava como tema o amor à pátria. Destacamos esse conto sobretudo pela forma como a educação foi exposta. Narrou o autor que Marquez de Ruivre e Anna d'Arcirée (segundo o narrador, bela e honrosa mulher) se casaram e Anna deu ao marido “[...] um menino que teve o nome de Carlos, e após ter recebido a educação physica e moral sob as vistas maternas, com oito para nove annos de idade, foi mandado pára um collegio da mesma cidade de... afim de lá estudar o curso de humanidades.” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 9, p. 2). Então, o menino partiu para “procurar seu futuro”, conforme narrou o autor. Todas as vezes que vinha visitar seu pais, eles notavam o adiantamento de Carlos, decorrente da educação que recebia.

O autor do texto destacou que o pai de Carlos era muito diferente dos homens ricos que pouco se importavam com a educação dos filhos. Isso porquê, mesmo sendo dono de uma grande fortuna, queria que seu filho Carlos seguisse uma carreira, para no futuro, se a desgraça o perseguisse, tivesse um meio de ganhar nobremente para o seu sustento, porque “dizia ele dizia elle e muito bem, «o saber vale mais que o ouro.»” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 9, p. 2). Nota-se, pelo trecho, o valor que o pai dava aos estudos e que o motivo dessa valorização estava relacionado ao futuro do garoto.

Carlos, então, foi para a academia. Já havia cursado três anos e mostrava um talento admirável. A personagem, por possuir virtudes exemplares, era um exemplo, modelo a ser seguido pelos leitores. Porém, “uma guerra inexperada com um paiz visinho veio-lhe avivar o amor da pátria, que nessa occasião precisava dos robustos braços de seus filhos para salvar-a.” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 9, p. 3). O conto nos coloca diante de dois elementos importantes, amplamente debatidos nos jornais estudantis: a instrução e a pátria. A instrução era para Carlos algo essencial, porém, diante do apelo da Pátria, optou pela pátria. Ele pediu permissão aos pais, pois era obediente, mas eles recusaram. Aqui, se introduz outro elemento que era o amor e obediência aos pais. Carlos, porém, estava entusiasmado e deixou seus estudos, escolhendo a pátria, que clamava por seu apoio.: “o radiante porvir, que se lhe antolhava, e corre as fileiras dos seus companheiros, reunidos para salvar-a. Porem Deus, que se compadece de todos os infelizes e que sabe renumerar os que praticam o bem, lembrou-se d'aquelle joven que de tudo se esqueceo, só para ir em auxilio da patria.” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 9, p. 3).

O final de Carlos foi feliz. Apesar de ter perdido sua mãe, cuidou de seu pai com amor, e quando seu pai morreu, era dono de uma grande fortuna. Então, resolveu casar-se com Luiza, que era uma linda moça, que morava não longe da habitação de Carlos. Ela era pobre, mas dotada de uma rara beleza que seduzia à primeira vista, e, além disso, era boa filha, extremosa irmã, querida por todos e principalmente pelos pobres a quem ela dava, “conforme podia, a esmola, essa virtude tão aceita por Deus”. (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 9, p. 3). Luiza era, como Carlos, o modelo de mulher a ser seguido. Carlos, ao final do conto, foi caracterizado como o “jovem que soube definir o que é o amor à pátria” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 9, p. 3). Esse conto é carregado valores morais, como o amor ao estudo, amor à pátria, amor e obediência aos pais, amor ao próximo, sobretudo aos pobres, além de ilustrar como deveria ser uma mulher virtuosa. Portanto, entendemos que o conto estava à serviço da moralização dos leitores, por meio do exemplo de Carlos.

No periódico do Rio de Janeiro, *O Aspirante*, foram publicados dois contos. O primeiro, já apresentado anteriormente, narra da história de Jenny, a Ramalheteira. O segundo, chamado “Laura e Raul”, publicado em folhetim, teve apenas sua primeira parte publicada no jornal. Já no *Chrysalida*, inúmeros pequenos contos foram publicados, a maior parte deles com um ensinamento moral ao final, conforme discorreremos. Devido ao fato de esses contos serem utilizados, em sua maioria, para a educação moral da mulher, optamos por expô-los na seção anterior, que trata da educação.

Dos periódicos do Rio de Janeiro, o que nos chama a atenção foi a presença das anedotas, que são pequenas narrativas com final cômico. Sobretudo no jornal *Chrysalisa*, essas anedotas foram amplamente publicadas pelas estudantes. Devido as limitações desse trabalho, não foi possível uma análise desse tipo de texto. A título de curiosidade, transcrevemos duas:

Suspeitou certo diplomata a presença de um ladrão á noite em seu aposento. Acudiram a seu chamado todos os fâmulos. Depois de minuciosa pesquisa, disse-lhe um d’elles: «Aqui não há *outro* além de V. Ex. E’ o único, que encontramos.» (CHRYSALIDA, 1887, n. 5m p. 4)

«Vi o diabo! Vi o diabo» gritava um homem a fugir.

— Como! Viste o diabo!

— Sim, sob a figura de um burro.

— Ora! Então viste a própria sombra. (CHRYSALIDA, 1888, n. 20, p. 4).

Nos periódicos do Paraná, os estudantes escreveram contos de amor, contos com final trágico (presença da morte), contos de culto à natureza, contos de terror e contos moralizantes.

Interessante destacar que, nos jornais dessa província, a história de todos os contos acontece em algum lugar próximo ou em meio a natureza, e, nesse cenário, a natureza sempre foi descrita com riqueza de detalhes, enaltecendo suas belezas e romantizando suas características. O culto a natureza, portanto, foi um elemento em comum entre os contos paranaenses.

No jornal *A Opinião*, o primeiro conto que destacamos falava de amor. Narrava o passeio noturno de uma pessoa. O narrador-personagem contou que, de repente, durante o passeio, cuja paisagem foi narrada em sua exuberância, deparou-se com dois vultos em um jardim deserto. Os dois vultos eram amantes que estavam se despedindo, e choravam a partida do rapaz. O narrador deixa os dois em sua despedida, e, ao voltar para casa, explicou: “[...] nem lembrei-me mais de contemplar o firmamento, que estava carregado de nuvens, como estava límpido quando eu de casa sahi” (A OPINIÃO, 1887, n. 1, p. 4). Assim, a natureza se alterou, refletindo o sentimento de tristeza que sentiam os amantes, e do narrador que os observou, pois ele se comoveu da situação dos dois: “[...] aquella scena commoveo-me de tal modo, que eu paricia ver a todo o momento aquelles dous entes, ligados pela natureza” (A OPINIÃO, 1887, n. 1, p. 4). Então, chegando em casa, reconheceu que o rapaz que se despedia de sua amada estudante de medicina, que o pai mandava para Bahia.

Em “Atravez das folhas e das flores” o narrador observava um casal as escondidas, assim como o conto supracitado. Umbellina e Octávio faziam juras de amor um ao outro, sem saber que alguém os observava. Então, Octavio pediu um beijo a Umbellina e eles beijaram-se, até que ela questiona: “— E’ só, meu anjo? Não queres mais nada?” (A IDEA, 1889, n. 7, p. 3). O narrador, que era quem observava o casal, se pergunta o que mais poderia ser além de beijos. Na última frase do conto, transmitiu uma moral: “Não confiai na solidão: a solidão tem fantasmas que ouvem e que veem” (A IDEA, 1889, n. 7, p. 3).

Em “Devanei”, o narrador, em primeiro, narrou que estava numa noite formosíssima, imóvel a contemplar “com os olhos fitos no límpido céu, a belleza dos seus adornos de estrelas, e o divagar da lua no espaço enviando a terra os seus pálidos reflexos de luz” (A OPINIÃO, 1887, n. 2, p. 3). Porém, ele sentia uma pressão no peito, não só pelos efeitos ocasionados pela “pompa do céu que respirava luz, poesia e amor”, mas porque pensava na mulher que estava apaixonado. Ele descreveu sua beleza, e reconheceu que amar sem esperança era o mesmo que ter um inferno no peito. O narrador, porém, animava-se pela esperança que ela deu de guardar fidelidade e de um dia realizar “os nossos doirados sonhos de amor” (A OPINIÃO, 1887, n. 2, p. 3). Trata-se, portanto, de um conto de contemplação da natureza e do amor.

O conto “A Camponeza” tratava, igualmente, de amor. Narrou que um rapaz foi passear e deparou-se com uma menina de 15 anos mexendo em um jardim. Toda a paisagem exuberante era narrada em detalhes, pois o narrador-personagem a contemplava. Ao ver a menina, passou a admirar sua beleza: “Derepente, ella deixando a enchada, sacudio sua louca cabeleira, fazendo encaracolar-se; e levantando seus olhos ao azul puríssimo do céu e cingindo sua gentil cabeça com uma fita cor de rosa, deu um suspiro, triste e prolongado” (A OPINIÃO, 1887, n. 3, p. 3). Segundo o narrador, a menina suspirava pela falta de um amor. Quando voltou a suspirar, o rapaz aproximou-se e dirigiu-lhe a palavra. Então, eles conversaram, se apaixonaram, e todos os dias o passeio a cavalo do rapaz era para o mesmo lugar.

A temática do amor e a morte, que era frequente nos poemas, foi apresentada no conto “Recordações”, conto de final trágico. Nele, o autor narra que um casal apaixonado estava em um barco, e ele gozavam um ao outro. O vento batia e o barco se movia, até que dormiram. De repente, rugiu um vento com furor e o barco foi lançado em um penedo. Então, conforme narrado, ambos, que estavam adormecidos, sucumbiram inocentemente.

No conto “As criancinhas”, o narrador personagem contou que sempre observava duas crianças gêmeas passeando ao longo da avenida do Passeio Público, na companhia de seus pais. Descreve as características angelicais das crianças em tom romântico e enaltece o amor materno que a mãe dedicava a elas. Porém, ao final, contou que as crianças morreram e que, por isso, não via mais as duas crianças loiras passeando a tarde de mãos dadas e, para ele, elas “voaram para o infinito, uma atrás da outra; como os gorduchos cherubins que rodeiam commumente as imagens da Mãe do Christo” (A IDEIA, 1888, n. 3, p. 2).

Dos contos com fim trágico, citamos, por fim, “Ultimo adeos”. O narrador personagem encontra-se com sua amada, que o esperava em um jardim, durante a noite. Ela reclama por várias vezes que ele havia demorado. Ela adormeceu e ele a observou. No dia seguinte, quando começou a clarear, ele a acordou. Ela o abraçou e chorava, dizendo que se sentia triste. No final do conto, narrou: “No dia seguinte abriram uma sepultura. Era para uma donzela... Arthemisa fallecêra!!!” (A IDEIA, 1889, n. 7, p. 3). Dos contos com final trágico, mencionamos “Devaneio”, publicado no oitavo número, que narrou a morte de uma flor;

O conto “No Lodo” contava a história de alguém que estava em seu quarto, no silêncio, quando ouviu ao longe o som de uma flauta. Ele tentou abrir a janela, estava tremendo e com o coração acelerado. Questionava-se o que poderia ser aqui, e, como resposta, escutou uma estridente gargalhada. Então, o sujeito ficou aterrorizado. Abriu a janela e deparou-se com um vulto, branco como a neve, parecia uma estátua colocada sobre o

banco do jardim. Tentou falar, e se aproximar para acenar, mas não conseguia, tamanho medo. Então, narrou o autor:

A flauta se aproximava e o vulto avançou alguns passos, e rasgando o veu que lhe cobria o rosto, disse : Já não me conheces. ? Já olvidastes tão cedo o nome d'aquella que arrojastes á prostituição? Vê ingrato!....

E desenrolando-se do branco sudário que a envolvia mostrou-me uma grinalda, emblema da innocencia ; porem rota, caloestada, suja no lodo da lasciva paixão.... Ai meu Deus ! que horror !

[...]

Era Amélia quem me fallava, era ella que affastando a fria lapida que cobria o seu cadaver, veio dispartar em meu ser essas reminiscencias do passado.

N'esse momento derramei copiosas lagrimas, e meus gemidos confundião-se com os sons tristes e harmoniosos soluços da flauta que ainda se ouvia ao longe (A OPINIÃO, 1887, n. 6, p. 3).

Os contos macabros, ou de terror, eram escritos com frequência pelos autores do século XIX, entre deles, Álvares de Azevedo. Alberto Manguel (2005) publicou um livro chamado *Contos de horror do Século XIX*, em que transcreveu muitos desses contos publicados no século XIX. Era, dessa maneira, um estilo comum naquele período, e serviu de inspiração para os estudantes criarem contos de terror a sua moda.

Em “Serenata”, o narrador conta que ouviu, durante a noite, um cantor de serenata aproximar-se. Então, ele acompanhou esse cantor, que foi até um lugar onde só havia mato e água. Ali ficou até o amanhecer. A presença do cantor de serenata, percorrendo algumas paisagens, foi utilizada pelo autor como meio de descrever a natureza que cercava esse cantor. Assim, em todo conto foi narrado, de maneira contemplativa, os lugares por onde o cantor passou. Por exemplo, quando ele chega ao lugar onde só havia mato e água: “Dirige-se a um lugar onde só se encontra agua e matto. Recomeça a serenata, oh, nada há de mais encantador e mais bello; a lua que batia nas folhas das arvores, pareciam doural-as; as aguas do riacho achavam-se encantadoras causado pelo pálido reflexo de luz [...]” (A OPINIÃO, 1887, n. 2, p. 3). Por isso, entendemos que esse conto tinha como tema o culto à natureza. Da mesma maneira, no conto “Em um jardim”, o narrador personagem apenas descreveu detalhadamente, em tom de contemplação, a beleza de um jardim. Além desse, “O romper da autora no inverno” descrevia uma paisagem no inverno e seus encantos. Esses contos, então, serviam à contemplação da natureza.

“Cousas do mundo” foi um poema moralizante publicado no jornal *A Opinião*. Contou a história de Paulo, que cresceu em meio a muita riqueza. Ele perdeu seus pais com 8 anos e cresceu escarnecendo dos males do próximo, odiando aos pobres que o pediam esmola, além

de ser ambicioso. Aos 23 anos se casou com uma moça rica e ficou ainda mais rico. Então, investiu sua fortuna em um negócio, mas perdeu metade dela. O clímax do conto aconteceu quando um mendigo passou e não pediu esmola. Então, Paulo perguntou porque o mendigo não o pediu esmola. O mendigo respondeu que era porque Paulo era rico, e não conhecia os infortúnios vida. Paulo disse, então, que os ricos também sofriam, porque tinham medo de perder seu dinheiro. Paulo deu esmola para ele e tornou-se um irmão de caridade, não escarhecendo mais das misérias do mundo. O conto transmite a necessidade de que os valores morais sejam ensinados às crianças desde cedo, e pregava a compaixão e a caridade.

Os estudantes brasileiros do século XIX, inseridos em um contexto de efervescência literária, publicavam poemas e contos nos moldes daqueles produzidos em seu período por autores renomados da literatura, isto é, com características predominantemente românticas. Essa produção demonstra que eles estavam sintonizados com o que acontecia ao seu redor, não como espectadores, mas com participação ativa na elaboração de uma literatura propriamente estudantil. Por meio dessa mobilização dos estudantes, criaram seus próprios textos literários, oferecendo-os aos seus pares, cumprindo um importante papel, mesmo que inconsciente, de fornecer a juventude uma literatura inédita.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É de tal pobreza e tão besta a nossa literatura infantil, que nada acho para a iniciação dos meus filhos. Mais tarde só poderei dar-lhes o *Coração* de Amicis – um livro tendente a formar italianinhos...” (LOBATO, 1964, p. 113 104).

O livro a que se refere Monteiro Lobato, *Cuore* (1886), do autor italiano Edmond De Amicis (1846-1908), foi publicado editado no ano de 1891 pela editora Francisco Alves e foi frequentemente reeditada no país, chegando a 53ª edição (BASTOS, 2004). Segundo Bastos, a obra procurava e moldar o leitor italiano por meio da educação moral e das virtudes cívicas, no intuito de fortalecer o caráter nacional do futuro cidadão. Amplamente divulgada no Brasil e adotada como leitura escolar, representava os valores da ilustração brasileiro no que dizia respeito ao projeto pedagógico republicano para a formação do novo homem com vistas a sua atuação no novo regime política republicano.

Esse livro serviu de inspiração para autores brasileiros, sobretudo Manoel Bomfim e Olavo Bilac para a elaboração do livro *Através do Brasil* (1910), cujos moldes da narrativa e dos valores morais e cívicos em muito se assemelhavam ao de *Cuore*. Tanto um quanto outro encorpam o acervo de livros escolares, publicados desde a década de 1890 no Brasil, que serviram, pois, para a educação moral e cívica da criança brasileira. Eles são considerados como a base da literatura infantil no país, pois demonstram o início de uma preocupação dos adultos brasileiros em elaborar obras específicas para a educação dessa faixa etária. Passaram a compreender que à criança deveria existir obras não mais como a dos adultos, mas que atendessem aquele público quanto ao conteúdo, a linguagem, e a sua educação.

Pela epígrafe que destacamos no início dessa seção, Lobato sublinhou que considerava *Cuore* e as obras desse gênero como inadequadas à infância e à juventude brasileira. No caso específico da obra italiana, o descontentamento de Lobato estava no fato de ser uma obra que formava moral e civicamente a criança italiana, e, por isso, não poderia servir à educação da criança brasileira, pois ela possuía especificidades distintas da dos italianos e, devido a isso, deveria receber uma formação adequada a realidade que vivia. As obras análogas a essa, criadas no Brasil, por assumirem contornos moralizantes, nacionalistas e patrióticas, foram igualmente criticadas por Lobato, pois ele as considerava maçantes, desinteressantes, lidas pelas crianças só quando eram forçadas, não cumprindo, assim, com o papel pelo qual foi criada. O autor entendia a função e as contribuições da leitura tanto para a formação da

criança e juventude brasileira quanto para seu entretenimento, e se questionava: “Livros, revistas e jornais infantis constituem instrumentos da arte de educar esses bichinhos – crisálidas donde vão sair os homens de amanhã. A que princípio devem obedecer?” (LOBATO, 1964C, p. 249).

A partir dos seus questionamentos decorrentes análise da literatura infanto-juvenil de período, Lobato criou uma nova, considerada por muitos (ARROYO, 2011; LAJOLO, 2000, entre outros) como a obra que deu origem a esse gênero no Brasil. Lobato tomou por base as obras para infância e juventude de seu período para elaborar sua obra literária infanto-juvenil, distinguindo-a por completo, no que tangia a linguagem, aos conteúdos, aos objetivos, aos recursos lúdicos (fantasia e imaginação) e, sobretudo, a concepção de infância. O passado foi o ponto de partida, e lhe deu as coordenadas para a elaboração de uma obra de leitura para a infância e juventude distinta da então existente, superando-a.

Assim como Lobato, reconhecemos o caráter histórico da construção da literatura infanto-juvenil brasileira. Compartilhamos do pensamento de Nóvoa (2011), de que a reflexão histórica, sobretudo no campo educativo, não serve para descrever o passado, “[...] mas sim para nos colocar perante um patrimônio de ideias, de projetos e de experiências. As inscrições do nosso percurso pessoal e profissional neste retrato histórico permite uma compreensão crítica de ‘quem somos’ e ‘como somos’” (NÓVOA, 2011, p. 11). Foi partindo desse pressuposto que nos propomos a realizar uma investigação histórica acerca do que era lido pela infância e juventude brasileira no período imperial, encorpando aos estudos acerca da história da literatura infanto-juvenil brasileira.

Arroyo (2011) chamou a atenção para a existência de uma imprensa infantil e escolar que servia de material de leitura à infância e juventude brasileira no Império brasileiro. A princípio, buscamos por uma imprensa infantil, escrita por adultos, já procurando indícios de uma preocupação, por parte dos adultos brasileiros, com o que suas crianças e jovens liam. Porém, sem perceber, nessa busca inicial, caímos em anacronismo. Isso porque, no Brasil do século XIX, tanto a criança quanto os jovens em idade escolar não eram reconhecidos em suas especificidades, mas ainda eram concebidos como “adultos em miniatura”. Isso significa que não se tinha plena consciência da necessidade de elaborar obras literárias específicas e adequadas à educação ou entretenimento desse público e, os que reconheciam, eram exceções. Por esse motivo, entendiam que eles deveriam ler o mesmo que os adultos.

A literatura presente nesses jornais estudantis do século XIX evidenciam e comprovam que os jovens em idade escolar liam a mesma literatura que o adulto. Isso pode ser observado no repertório de textos literários dos grandes literatos, tanto brasileiros (como

Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo e Castro Alves) quanto estrangeiros (como Victor Hugo e Shakespeare), que os estudantes transcreviam em seus jornais. Por sua vez, pode ser observado que os estudantes liam a mesma literatura que os adultos, de maneira mais explícita, na vasta literatura inédita e original que criaram e divulgaram nos jornais para seus pares. Esses textos literários, em especial os poemas e contos, tinham características semelhantes à literatura do período, sobretudo quanto a escola literária que se orientavam, o Romantismo, cuja presença foi marcante no Brasil nas décadas de 1870 e 1880.

A literatura tinha centralidade nos periódicos estudantis que analisamos. Não apenas pela significativa quantidade de textos literários publicados, mas pelo fato de publicarem ao menos um texto literário em todos os números do jornal, fazendo deles jornais literários em sua essência. Isso demonstra o apelo da literatura no período. O Brasil, buscando consolidar-se enquanto nação autônoma, utilizou de diversos mecanismos para sua legitimação. A imprensa, a literatura, e a imprensa literária foram ferramentas que ampararam esse processo, como instrumentos de nacionalização do país, o que justifica a explosão de jornais e textos literários no período. A imprensa, por atingir muitas pessoas, foi posta à serviço da formação do povo brasileiro como principal meio de compartilhamento de ideias, de educação e de padrões necessários ao período.

No campo da literatura, sobretudo a vertente romântica, foi responsável por criar no país uma literatura nacional, pois enaltecia os elementos nacionais, como as paisagens e o povo brasileiro. Ao destacar os elementos nacionais, buscava fazer com que o povo, inclusive o imigrante que veio ao Brasil ganhar a vida e substituir a mão de obra do escravo, se envolvesse com as questões nacionais, se orgulhasse de seu país, criasse sentimentos e vínculos para com sua pátria. As características dessa vertente literária foram adotadas pelos estudantes secundaristas. Nos poemas, alguns enalteciam os elementos da paisagem nacionais e, em outros, expressavam seu amor pela pátria. A presença do individualismo e da subjetividade, com apelo ao sentimentalismo, a melancolia, o exagero, o ilogismo e a oscilação entre dois polos, expressando o estado da alma provocado pelo mundo exterior, foi marcante. Além disso, alguns tinham teor moralizante, como os dedicados à educação feminina. Os temas dos poemas de maior relevo foram o amor e a morte. Amor e morte foram, igualmente, os principais temas dos contos. Falava-se de amor correspondido ou não correspondido, amor vingativo, amor que as vezes levava a morte. A morte figurava os contos de terror elaborado pelos estudantes. Neles, a natureza nacional era descrita em detalhes e venerada.

Frente a isso, consideramos que a literatura elaborada pela classe estudantil secundarista para seus pares foi uma das fontes de leitura literárias que a juventude brasileira tinha contato no período. Os estudantes elaboravam seus textos literários para que fossem lidos pelos seus colegas. Eles escreviam aquilo que, para eles, era interessante e belo para si e para os seus leitores. Por isso, era uma literatura pensada pela mocidade estudantil para a mocidade estudantil, respeitando o gosto e interesse tanto de quem escrevia, quanto de quem lia. Foi uma literatura especificamente pensada, dessa forma, ao público juvenil do período. Diante disso, reforçamos a tese de que os estudantes atuaram como verdadeiros literatos, produzindo textos literários originais, aos moldes do Romantismo, e, por meio deles, preenchiam a carência de literatura para a juventude brasileira no final do regime imperial. A produção periódica estudantil dos anos finais do século XIX pode ser considerada como uma das fases iniciais da história da literatura infanto-juvenil brasileira, ou, conforme Arroyo, como a pré-história da literatura infanto-juvenil brasileira, por constituírem-se como fonte de escrita e de leitura à mocidade do período.

Além de jornal literário, podemos classificar esses jornais como instrutivos. Essa classificação decorre da insistência, por parte dos redatores, em publicar artigos que discorriam sobre a educação ou que objetivavam educar seus leitores. Assim como a literatura, em todos os números a educação era ao menos mencionada. Porém, na maioria das vezes, os estudantes destinavam quase a metade do número do periódico para falar de educação. Essa característica instrutiva dos periódicos estudantis nos surpreendeu. No início dessa pesquisa, buscávamos por literatura, e uma literatura escrita por adultos para crianças. Contudo, nos deparamos com intensos debates educacionais promovidos pelos próprios estudantes.

O momento histórico e educacional brasileiro era propício para os debates educacionais. Nas duas últimas décadas do Império, muitas transformações começaram a ser arquitetadas e elas afetaram diretamente a educação. Inseridos nesse contexto de ebulição, essas transformações não passaram despercebidas pelos estudantes, pois, como resposta ao momento, publicaram muitos artigos que discorriam sobre os fatos que os cercavam, tecendo suas opiniões e se mostrando participantes dos acontecimentos de seu momento histórico. Os artigos publicados nos jornais estudantis nos ajudam a contar a história do Brasil do século XIX sob a perspectiva dos alunos. Esses periódicos são um documento histórico sobre o período, pois, pela lente dos alunos, podemos apreender os marcos históricos brasileiros.

Um dos momentos pontuados pelos estudantes foi a questão do debate sobre a mão de obra escrava e a mão de obra do trabalhador livre. Nos jornais paranaenses, por exemplo, os

artigos “28 de setembro” (A OPINIÃO, 1887, n. 4) e “O Brasil: 28 de setembro” (A IDEIA, 1888, n. 1), trataram da Lei do Ventre Livre (1871). No jornal *Chrysalida*, as alunas publicaram o artigo “O regimen de trabalho” (CHRYSSALIDA, 1889, n. 9), em que expressavam sua opinião sobre o regime escravocrata. Nesse momento, o imigrante foi pensado como alternativa para a substituição da mão de obra do escravo. Os estudantes teceram sua opinião sobre a entrada do imigrante no Brasil no artigo “A situação do Brazil” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 4).

Além da questão do regime de trabalho, a maior presença, na década de 1870, de correntes de pensamento, como o Positivismo e, junto a ele, o republicanism e a tendência à laicização estatal, foram pontos discutidos pelos alunos nos jornais. O uso corrente do termo “progresso” em todos os periódicos estudantis de nossa coleção ratifica, mesmo que indireta ou até inconscientemente, a presença do Positivismo no Brasil e no vocabulário estudantil. A utilização de termos que remetem a essa corrente no vocabulário cotidiano evidenciam a vulgarização dessa corrente filosófica no país.

A contestação quanto ao regime monárquico e a defesa pela instauração de um regime republicano, que no Brasil, se intensificou na década de 1870 sob influência dos ideais positivistas, foi sublinhada pelos estudantes. O artigo “A voz do século” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 1), por exemplo, ilustra o energético posicionamento dos estudantes contra a monarquia e a favor do regime republicano. O artigo do jornal paranaense “Mudança de governo” (A IDEIA, 1888, n. 5), da mesma forma, faz apelo pelo fim do regime imperial. Além desses, os textos com teor cívico-patriótico, como os que homenageavam a figura dos heróis nacionais e dos grandes marcos da história da pátria, tinha teor positivista e já assumia contornos de uma educação com vistas a legitimação do regime republicano e a formação do cidadão republicano. Nos jornais paranaenses, boa parte dos artigos tem essas características, como o “Tiradentes” (A IDEIA, 1889, n. 14), que enaltecia a figura desse herói nacional.

Por fim, citamos a postura dos estudantes frente a relação do Estado e da Igreja, discussão calorosa que aconteceu no Brasil na década de 1870 e 1880. O artigo “A Igreja e o Estado” (REVISTA JUVENIL, 1876, n. 3), demonstra a postura anticlerical dos estudantes ao condenar o episódio em que a Princesa Isabel se ajoelhou diante de um padre em ato público. A consequência desse processo, que teve início no regime monárquico, foi a laicização do Estado quando da proclamação da República.

A espinha dorsal de todos esses textos, isto é, o que pode ser verificado de comum nos artigos citados e em outros desses jornais foi a presença salvacionista da educação. Em todos eles, a educação era clamada como a que solucionaria os problemas da pátria, prepararia o

povo, auxiliaria no futuro da nação. Seja qual fosse a causa, a educação poderia solucionar. Eles compartilhavam do discurso divulgado no período em prol da educação e da urgência de sua universalização, vigente no Brasil na década de 1870. Na educação depositaram a confiança de um Brasil desenvolvido, a exemplo dos países europeus e o norte americano.

O valor da educação por ser verificado na quantidade de leis educacionais no período (Constituição de 1824; Lei das Primeiras Letras, em 1827; Ato Adicional, de 1834; Reforma Couto Ferraz, de 1854; e o Decreto de Leôncio de Carvalho, de 1879), e dos projetos de lei para educação pública nacional que não passaram do papel. Reconhecido a importância da instrução pública como redentora da pátria, como aquela que formaria o povo brasileiro, o trabalhador nacional e as classes dirigentes, essas leis objetivavam uma organização a instrução pública. O ensino primário civilizaria a população e prepararia o trabalhador nacional, ensinando o necessário para sua atuação nos locais de trabalho e para a convivência social. O ensino secundário, cuja instituição modelo foi o Colégio de Pedro II, tinha caráter humanístico, era restrito a uma pequena parcela da população que seria preparada para compor os quadros da elite nacional, isto é, para formar homens para postos da alta administração pública brasileira. Porém, na prática, a oferta da instrução pública era, nesse momento, pouco significativa.

Frente a esse contexto, artigos inteiros sobre educação foram publicados nos periódicos. Alguns, como o “As vantagens da educação litterária” (A MOCIDADE, 1876, n. 29) e “Instrução” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 10) demonstravam as vantagens da educação. Muitos deles eram críticos, e veiculavam denúncias dos estudantes envolvendo aquilo que os prejudicava diretamente, como o artigo “Os exames” (A IDEIA, 1888, n. 3, p. 1), cuja denuncia centrava-se nos muitos problemas relacionados aos exames gerais. Textos para instruir também foram elaborados pelos alunos. Artigos científicos para a formação do trabalhador nacional, como o “Chimica agrícola” (O ASPIRANTE, 1881, n. 12) e “Elementos de artes industriaes – I – Definição e classificação” (O ASPIRANTE, 1881, n. 14) evidenciam a emergência do período em educar o trabalhador à agricultura e o operário à indústria, bem como demonstram que um dos objetivos dos jornais estudantis era oferecer ao leitor um material que serviria de complemento aos estudos regulares.

A educação moral dos leitores foi igualmente ambicionada pelos estudantes e podem ser verificados por meio dos artigos moralizantes, como o “Sobre a causa dos nossos erros” (REVISTA JUVENIL, 1877, n. 11), e, específico para educação feminina, o “A mulher japonesa” (O ASPIRANTE, 1881, n. 2) e “A boa dona de casa” (CHRYSALIDA, 1887, n. 2). Não podemos deixar de mencionar que muitos textos literários, como provérbios e contos,

foram direcionados à educação feminina, como “Um modelo - Jenny, a ramalheteira” (O ASPIRANTE, 1881, n. 4) e o pequeno conto “Luiza” (CHRYSALIDA, 1887, n. 2).

Todos esses artigos aqui elencados reforçam a centralidade ofertada à educação pelos estudantes. Devido a essa centralidade, defendemos a tese de que os jornais estudantis eram jornais instrutivos. Os artigos que falavam de instrução debatiam, criticamente, a educação ofertada no período sob inúmeros aspectos, e os textos para instrução almejavam formar intelectual e moralmente seus leitores, servindo como complemento aos estudos regulares. Esses textos revelam que os estudantes não eram passivos, mas atentos, engajados e críticos com as questões de seu tempo, sobretudo no que tangia educação, que lhes dizia respeito diretamente.

Diante do exposto, não se deve ignorar o papel cumprido pela imprensa estudantil no período, em especial quando se constata a extensão que esse movimento de produzir jornais estudantis adquiriu no Brasil. Nossa busca, no acervo da Hemeroteca Nacional Digital, revelou 32 periódicos estudantis no regime imperial. Eles foram publicados desde a década de 1840, mas atingiu maior número de publicação e consolidação em 1870 e 1880. Entendemos que a imprensa foi, desde o momento de sua criação, se consolidando e, na década de 1870, era o principal meio de comunicação regional e nacional, mesmo que o analfabetismo do período impusesse suas limitações. Os estudantes, atentos a isso, utilizaram desse recurso para tornar público seu posicionamento coletivo enquanto classe, a classe estudantil. Portanto, acompanhando o movimento da imprensa geral, o movimento de produção estudantil de periódicos, que timidamente se iniciou em 1840 foi, com o passar das décadas, se tornando uma prática comum entre os estudantes, adquirindo consolidação enquanto movimento da classe estudantil brasileira a partir de 1870.

Foram publicados em dez províncias brasileiras, nas capitais em maior número e assiduidade, mas verifica-se sua incidência em algumas cidades interioranas. As capitais, por serem regiões de maior desenvolvimento urbano e cultural nas províncias, eram polos de disseminação de modelos e condutas. No Município Neutro, em especial, ocorreu o maior número de produtos desse gênero, por ser o centro cultural, social e econômico do Brasil. Por outro lado, o seu alcance às regiões interioranas das províncias demonstra que a publicação dos jornais estudantis foi uma prática significativa naquele momento e, adquiria, apesar de seus limites, um caráter nacional. Além disso, ratifica que os estudantes das regiões do interior estavam atentos ao que acontecia na capital.

A quantidade de jornais publicados e a extensão de seu alcance revela um público (a juventude) carente de leitura, e, por outro lado, o ímpeto da classe estudantil em divulgar o

seu posicionamento frente as questões candentes de seu período, participando ativamente dos acontecimentos de sua pátria. Ao mesmo tempo, deve-se problematizar o alcance desse material de leitura juvenil. Apesar de muitas iniciativas, os jornais da mocidade estudantil tinham pouco tempo de duração, transparecendo as dificuldades que encontravam para manter um jornal no período. Além disso, deve-se considerar que o Brasil era um país em que boa parte da população era analfabeta, tornando o público leitor, mesmo entre a juventude, restrito.

Essa pesquisa, acima de tudo, nos evidencia a lacuna de estudos que tomam os jornais criados por iniciativa da juventude (estudantil ou não) como fonte e objeto de pesquisa. Nosso estudo, dentro de suas limitações, se empenhou em mapear e analisar os jornais estudantis encontrados na Hemeroteca Digital Nacional. Porém, outros acervos de outras bibliotecas ainda precisam ser explorados no que tange a publicação periódica estudantil. Uma via para localização de títulos está na prática, frequente no período, de uma redação enviar o número publicado a outras redações, até mesmo de outras províncias, como um presente. Os títulos dos jornais recebidos eram expostos, nos jornais, por meio de informativos. Essa conduta nos abre a possibilidade de investigar outros periódicos estudantis do período por meio desses informativos. Um mapeamento desses informativos pode contribuir para a localização de mais títulos de periódicos estudantis. Outro ponto que merece a consideração de pesquisadores é que o mapeamento na Hemeroteca revelou um contingente de jornais juvenis (escritos por jovens que não se declaram estudantes) que pode ser pesquisado. Portanto, os jornais de iniciativa da juventude é um campo aberto e promissor de pesquisa. Revelam, dentre outras questões, um público que se posicionava frente as questões de seu tempo e, em consequência, a ótica desse público frente a essas questões.

6. REFERÊNCIAS

AMARAL, Giana Lange do. (2003). **Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)**. Tese Doutorado em Educação. UFRGS, Porto Alegre.

ARNAUT DE TOLEDO, Cézar de Alencar; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. In: **Revista HISDTEDBR – Online**. Publicação da Faculdade de Educação/UNICAMP. v. 12, n. 48 (2012). Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/4662/364>. Acesso em: 15 abr 2014.

ARNT, Hérís. Jornalismo literário. **Logos: Comunicação & Universidade**, Rio de Janeiro: UERJ/Faculdade de Comunicação social, v. 1, set. 1990.

ARROYO, Leonardo. **Literatura Infantil brasileira**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BAHIA, José Pércles Diniz. **Ser Baiano na medida do Recôncavo: o jornalismo regional como elemento formador de identidade**. 226f. Tese de Doutorado (Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura & Sociedade) – Universidade Federal da Bahia. Orientador: Fernando Conceição. Salvador, 2009.

BARBOSA, Rui. O desenho e a arte industrial. Texto digital. Fundação Casa Rui Barbosa. 1882. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/FCRB_RuiBarbosa_ODesenho_e_a_ArteIndustrial.pdf> Acesso em: 09/03/2020.

BARROS, Fernanda. **O tempo do Lyceu em Goiás: formação humanista e intelectuais**. Nome do orientador: Maurides Macedo Batista Filha. 210f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênios: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**. São Paulo. v. 42, n.3, jul./set., 2016.

BASTOS, Maria Helena Camara; ERMEL, Tatiane de Freitas. (2013). **O Jornal “A Voz da Escola”**: escritas infantis dos alunos do Colégio Elementar Souza Lobo (Porto Alegre/RS–1934/1940). *História da Educação/ASPHE*, v.17, n.40, 2013, pp. 143-173.

BASTOS, Maria Helena Camara; *Impressos e Cultura Escolar: Percursos da pesquisa sobre a imprensa estudantil no Brasil*. **La prensa pedagógica de los escolares y estudiantes. Su contribución al patrimonio histórico educativo**. 1ed. Salamanca/ES: Ediciones Universidad de Salamanca., 2015, v. 1, p. 21-43.

BIELINSKI, Alba Carneiro. **Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, dos pressupostos aos reflexos de sua criação: de 1856 a 1900**. Nome do orientador: Ana Maria Tavares Cavalcanti. 215 f. Dissertação de mestrado em História e Crítica da Arte. UFRJ: Rio de Janeiro, 2003.

BOTO, Carlota. Um livro das humanidades (Prefácio). In: CASTRO, César Augusto. **Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas**. São Luís: EDUFMA, 2019. p. 9-13.

BRASIL, **Constituição política do império do Brasil** (de 25 de março de 1824). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-G.pdf#page=4>> Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL, Decreto-Lei nº 7247, de 19 de abril de 1879. Reforma do ensino primário, secundário e superior no município da Corte em todo o Império. In: Barbosa, Rui. **Reforma do ensino secundário e superior: obras completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942, t. 1, v. IX.

BRASIL, Leis, decretos, etc. Lei 15 de outubro de 1827. **Collecção das leis do Brasil de 1808 a 1853**. Ouro Preto: Tipografia de Silva e Nacional, 1833-1841. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. v. 45.

BRASIL. Collecção das leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1839. Tomo 1, Parte 2. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-24/%C3%ADndice-24.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2020

BRASIL. Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. **Colecção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 45, 1854.

BRASIL. Decreto n. 1.556, de 17 de fevereiro de 1855. Aprova o Regulamento do Colégio Pedro II. **Colecção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, parte 2, p. 80, 1856.

BRASIL. Decreto n. 6.884, de 20 de abril de 1878. Altera os Regulamentos do Imperial Colégio de Pedro II. **Colecção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, 41º tomo, p. 207, 1879.

BRASIL. Decreto n. 8.051, de 24 de março de 1881. Altera os Regulamentos do Imperial Colégio de Pedro II. *Colecção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 225, 1882.

BRASIL. Decreto s/n, de 2 de dezembro de 1837. Convertendo o Seminário de São Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições. **Colecção das leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v.1, parte 2, p. 59-61, 1837.

BRASIL. **Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834**. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio no Livro 6º do Registro de Leis, Alvarás, e Cartas a fl. 75 v. Rio de Janeiro em 21 de Agosto de 1834.

CALVI, Lourdes Margareth. **As transformações sociais e a instrução pública: uma análise dos projetos reforma educacional e dos relatórios ministeriais de 1868 a 1879 no Brasil**. 2003. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR. 2003.

CANDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. **A literatura infantil: visão histórica e crítica**. São Paulo: Edart, 1982.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, C. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 329-353

CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista brasileira de história da educação**. n° 11, p. 169-195, jan./jun, 2006.

CASTRO, César Augusto. O ensino secundário no Brasil: uma polifonia de vozes sobre a sua história. In: CASTRO, César Augusto. **Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas**. São Luís: EDUFMA, 2019. p. 15-25.

CATANI, D. B. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, v. 10, n. 20, jul/dez, 1996, p. 115-130.

CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. **Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, p. 1997.

CAVALCANTE, M. I. Amor, erotismo e morte. **Linguagem – Estudos e Pesquisas**, v, 6, 2005, p. 174-198.

CHERVEL, André. COMPÈRE. Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. **Educação e pesquisa**. v. 25, n. 2, 1999, p. 149-170.

COELHO, N. N. **A literatura infantil brasileira: história, teoria, análise: das origens orientais ao Brasil de hoje**. São Paulo: Quíron/Global, 1982.

COELHO, N. N. **Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

COELHO, N. N. **Panorama Histórico da literatura infantil/juvenil (Das origens indoeuropeias ao Brasil contemporâneo)**. São Paulo: Quíron, 1985.

COSTA, Ana Luiza de J. **O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro: entre a escolarização e a experiência**. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, 2012

COSTA, João Cruz. **Augusto Comte e as origens do positivismo**. São Paulo: J. Magalhães, 1951.

COUTINHO, Afrânio. **A literatura brasileira**. Volume 3, parte II, Estilos de época: era romântica. São Paulo: Global Editora, 2002.

CUNHA, L. A. C. R.. Confessionalismo versus laicidade na educação brasileira: ontem e hoje. **Visioni Latinoamericane**, v. III, p. 4-17, 2011.

ESTATUTOS da Sociedade Recreação Literária. Instalada em 4 de junho de 1874. Maranhão, Typ. do Frias, 1874.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2015.

FERRARO, A. R.; KREIDLOW, Daniel . Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n.2, p. 179-200, 2004

GONÇALVES NETO, W. et alii. Educação e imprensa: análise de jornais de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX. **Revista de Educação Pública**, vol. 6, n. 10, Cuiabá, MT: UFMT, jul.-dez./1997.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, C. H. de. Imprensa e representações de educação, disciplina e ordem social: Uberabinha (MG), 1907-1920.. In: **II Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2002, Natal, RN. Anais 2002. Natal, RN: SBHE/UFRN, 2002. p. 1-10.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JINZENJI, M. Y. Imprensa periódica e juventude no século XIX. In: DAROS, Maria das Dores; PEREIRA, Elaine A. Teixeira. **Sentidos da Educação e projetos de Brasil: século XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017, p. 37-49.

LAJOLO, M; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: história & histórias**. São Paulo: Ática, 1999.

LEMME, P. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr. 2005.

LEONEL, Zélia. **Contribuição à história da escola pública. (Elementos para a crítica da teoria literal da educação)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 1994.

LOBATO, M. **Conferências, artigos e crônicas**. São Paulo: Brasiliense, 1964c.

LOBATO, Monteiro. **A Barca de Gleyre**. 1º tomo. São Paulo: Brasiliense, 1964a.

LOBATO, Monteiro. **A Barca de Gleyre**. 2º tomo. São Paulo: Brasiliense, 1964b.

LUCA, Tania Regina de. A revista do Brasil (1916-1944): notas de pesquisa. In: FERREIRA, Antonio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e seu tempo**. São Paulo: UNESP, 2008, p. 117-127.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1961.

MACHADO, M. C. G. Estado e políticas da educação no Império brasileiro. In: SAVIANI, D. (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 153-186.

MACHADO, M. C. G. **Rui Barbosa: pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional**. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação casa Rui Barbosa, 2002.

MACHADO, M. C. G.; RODRIGUES, E. Conversas sobre fontes. In: GONDRA, J. G.; MACHADO, M. C. G.; SIMÕES, R. H. S. (orgs.). **História da educação, matrizes interpretativas e internacionalização**. Vitória: EDUFES, 2017, p. 253-272.

MANGUEL, Alberto. **Contos de horror do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MARTINELLI, Laís Pacifico. **Monteiro Lobato e a educação: da crítica à produção de uma nova literatura infantil brasileira**. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Maria Cristina Gomes Machado. Maringá, 2014.

MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 23-44.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

MARTINS, R. A. F. Breve panorama histórico da imprensa literária no Maranhão oitocentista. **Animus (Santa Maria)**, v. 18, p. 107-129, 2010.

MATTOS, Ilmar R. **O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MEDEIROS, R. D.; GILENO, C. H. Dom Vital: A Questão Religiosa, a crise político-social na província pernambucana e suas consequências durante o Segundo Reinado. **Revista Idealogando**, v. 2 (n.2), p. 1-109, 2018

MONARCHA, C. Os estadistas da monarquia e a instrução pública. In: **Ensino secundário no Brasil: perspectivas históricas**. São Luís: EDUGMA, 2019. p. 101-126.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 23-44.

MUNIZ, Maria Zely de Souza. O sentimento de piedade de Enéias – herói de Virgílio. **Revista Curriculum**: Rio de Janeiro. V. 11, n. 4, out./dez/, 1972, p. 57-67.

MURASSE, Celina Midori. **A educação para a ordem e o progresso do Brasil: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)**. 184p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2001.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2010.

NEVES, F. M. O método pedagógico de Lancaster e a instituição do Estado Nacional Brasileiro. In: NEVES et all. **Fundamentos históricos da Educação no Brasil**. Maringá: Eduem, 2009, p. 57 a 76.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 11-32.

OSINSKI, Dulce Regina Baggio; Vezzani, Iriana Nunes . Lei Balbino: o debate na imprensa em defesa da instrução pública no Paraná (1888-1889). **Educação em Revista** (UFMG. Impresso), v. 33, p. 1-33, 2017.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. Edições Loyola: São Paulo, 1972.

PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Revista Cadernos de Pesquisa**. n 104, p. 144-161, Julho, 1998.

PARANÁ. Leis, Decretos, etc. {**Coleção de Leis e Decretos da Província do Paraná em 1888**}. Corityba: Typ. Penitenciária, 1912.

PEREIRA, Milena da Silveira. **A crítica que fez história: as associações literárias no Oitocentos**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.

PESSANHA, E. C.; BRITO, S. H. A. Ensino secundário ou educação secundária? Controvérsias e singularidades na escrita de sua história. **Série-Estudos**. Campo Grande, MS, n. 38, p. 237-250, jul./dez. 2014

PESSANHA, Eurize Caldas. Espaços, tempos e práticas do Ensino Liceal: fragmentos da cultura escolar no século XIX. In: CASTRO, César Augusto. **Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas**. São Luís: EDUFMA, 2019. p. 79-100.

RELATÓRIO do inspetor geral da Instrução Pública, Bento Fernandes de Barros, ao presidente da Província, Venâncio José de Oliveira Lisboa, em 29 de dezembro de 1870. Curitiba: Tip. Cândido Lopes, 1871.

RIBEIRO, João. O que é positivismo? Editora Brasiliense: São Paulo, 1987.

RIBEIRO, V. M.; MOTA, D. das G. Historicizando o ensino secundário. In: **Revista Educação e Emancipação**. São Luís/ MA, v.5, n.2, jul/dez. 2012

RODRIGUES, Cibele de Souza. **O Porvir, jornal literário e recreativo: propriedade de uma associação de estudantes do Atheneu Sergipense (1874)**. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

RODRIGUES, Elaine; BICCAS, Maurilane de Souza. Imprensa pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929-1930). **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 37, n. 2, apr./June, 2015, p. 151-163.

RONCARI, Luiz. **Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos**. São Paulo: Edusp, 2014.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHELBAUER, A. R. Ideias que não se realizam. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914: um estudo com fontes primárias. **Anais do IV Seminário Nacional Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. Campinas: Unicamp, 1997, p. 184-194.

SCHELBAUER, A. R. Verbete - Método de Ensino Intuitivo. In: **Navegando pela história da educação brasileira** (livro digital). Campinas: Gráfica FE: UNICAMP, 2006.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo , v. 19, n. 37, p. 59-84, Sept. 1999.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SILVA, Acildo Leite da. O *Lyceo* do Maranhão: a criação da cultura do ensino secundário na capital da Província. In: CASTRO, César Augusto. **Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas**. São Luís: EDUFMA, 2019b. p. 205-229.

SILVA, Camille Nascimento; SEIXAS, Netilia Silva dos Anjos. (2010). Os jornais estudantis no espaço público da imprensa paraense no século XIX. In: **Anais do XI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte. Palmas/TO: INTERCOM, 2010**. http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2012/lista_area_IJ01.htm Acessado em 19 de abril de 2015.

SILVA, Francisco Joaquim Bethencourt da. Discurso recitado perante os membros fundadores da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes, no dia da sua organização em 23 de Novembro de 1856...O Brazil Artístico - revista da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro (Nova Phase),, t. 1, v. 1, mar. 1857...p. 22.

SILVA, José Carlos da. **“O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”**: as propostas do apostolado positivista para a educação brasileira (1870-1930). Cascavel: EDUNIOESTE, 2016.

SILVA, José Ribamar Lima. Ensino liceal no Maranhão: entre currículos e representações sociais de intelectuais. In: CASTRO, César Augusto. **Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas**. São Luís: EDUFMA, 2019a. p. 231-253.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **História e Identidade:** as narrativas da piauiensidade. Nome da orientador: Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz. 300f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima. A investigação histórica sobre o ensino secundário no Brasil. In: CASTRO, César Augusto. **Ensino Secundário no Brasil:** perspectivas históricas. São Luís: EDUFMA, 2019. p. 27-58.

TAVARES, Rachel Sousa. **A infância no Maranhão Imperial:** a escolarização pública primária da criança pobre e livre no período de 1855-1889. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

VECHIA, Ariclê. Formando cidadãos e líderes: o ensino secundário na província do Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.22, p. 54 –70, jun. 2006 - ISSN: 1676-2584

VERÍSSIMO, José. A educação nacional. Livro digital. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do livro, 1915.

WOLF, Paul. Ordem e Progresso: origem e significado dos símbolos da bandeira nacional brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da USP**, São Paulo, v. 95, p. 258, 2000.

ZILBERMAN, R.; LAJOLO, R. **Um Brasil para crianças:** para conhecer a literatura infantil brasileira: histórias, autores e textos. São Paulo: Global, 1993. 23

ZILBERMAN, R.; MAGALHÃES, L. C. **Literatura infantil:** autoritarismo e emancipação. São Paulo: Ática, 1984.

JORNAIS:

A **IDEA**, Curityba, Paraná, n. 1-6, 1888.

A **IDEA**, Curityba, Paraná, n. 7-17, 1889.

A **MOCIDADE**, São Luiz, Maranhão, n. 1-15, 1875.

A **MOCIDADE**, São Luiz, Maranhão, n. 18-29, 1876.

A **OPINIÃO**, Curityba, Paraná, n. 1-8, 1887.

A **REPUBLICA**, Curitiba, Paraná, n. 33, 1889.

CHRYSALIDA, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 2-5, 1887.

CHRYSALIDA, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 6, 1888.

CHRYSALIDA, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 8 e 9, 1888.

CHRYSALIDA, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 15-20, 1888.

CHRYSALIDA, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 25, 1888.

CHRYSALIDA, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 29, 1888.

CHRYSALIDA, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 32, 1889.

DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curityba, anno 31, n. 43, 19 fev, 1884.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luiz, anno 6, n. 558, 13 jun, 1875.

JORNAL DO COMMERCIO, Coritiba, anno 1, n. 25, 29 dez, 1883.

O ASPIRANTE, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 1-12, 1881

O ASPIRANTE, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 13 e 14, 1882.

O REALISMO, Curityba, anno 1, n. 25, 13 jul, 1884.

REVISTA JUVENIL, São Luiz, Maranhão, n. 1-4, 1876.

REVISTA JUVENIL, São Luiz, Maranhão, n. 5/12, 1877.